

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO - UENF**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA – PPGSP**

MARCOS ABRAÃO FERNANDES RIBEIRO

**OS LIMITES ESTRUTURAIS DA MODERNIZAÇÃO
BRASILEIRA: TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO DE
FLORESTAN FERNANDES E FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(1954-1988)**

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ

DEZEMBRO-2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA – PPGSP

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro

**OS LIMITES ESTRUTURAIS DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA:
TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO DE FLORESTAN FERNANDES E
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1954-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, sob orientação da profa. Dra Yolanda Lima Lôbo, como parte das exigências para a obtenção do título de doutor em Sociologia Política.

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

DEZEMBRO - 2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA – PPGSP

Marcos Abraão Fernandes Ribeiro

**OS LIMITES ESTRUTURAIS DA MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA:
TRAJETÓRIAS EM MOVIMENTO DE FLORESTAN FERNANDES E
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1954-1988)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, sob orientação da profa. Dra Yolanda Lima Lôbo, como parte das exigências para a obtenção do título de doutor em Sociologia Política.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profª Drª Yolanda Lima Lôbo (UENF) – Presidente

Profª Drª Vânia Morales Sierra (UENF)

Prof Dr. João Marcelo Ehlert Maia (FGV/CPDOC)

Prof. Dr Fabrício Barbosa Maciel (UCAM)

Prof. Dr. Roberto Dutra Torres Junior (UENF)

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto (UENF)

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

DEZEMBRO -2015

DEDICATÓRIA

**Ao meu pai, Jorge Crespo, maior
exemplo da minha vida!**

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me dado forças para enfrentar as dificuldades e chegar até aqui.

À Faperj, por ter me concedido a bolsa de estudos que meu deu condições para realizar esta tese.

À Angellyne Rangel pelo incentivo de sempre e pela ajuda quando eu estava operado.

À minha sogra Tiana Ribeiro pelo incentivo, orações e estímulo de sempre!

Aos meus pais agradeço pelo incentivo e pela compreensão pela minha constante ausência durante o período do doutorado.

Ao amigo Daniel Damasceno pela leitura de parte deste trabalho e pelos valiosos conselhos nas horas de maior preocupação.

Ao amigo Glauber Rabelo pela leitura de partes do trabalho e também pelos significativos apontamentos e pelo incentivo.

Ao amigo Emerson Rocha pela leitura de um dos capítulos, pelas críticas e por todas as sugestões que me deu quando fiquei muito preocupado por conta do tamanho da tese.

Ao professor Marcos Marques, que esteve comigo nas bancas de projeto e de qualificação. Suas críticas, provocações e incentivo foram cruciais para que o trabalho fosse finalizado.

A Brand Arenari, pelas conversas que tivemos no IFF sobre repensar o Brasil, bem como pela leitura atenta do meu trabalho publicado na Ciências Sociais Unisinos em que já trabalho algumas questões que estão na tese, e também pela participação na banca de qualificação. Suas colocações foram fundamentais para que eu fizesse de forma efetiva uma tese de sociologia política!

À minha amada Livia agradeço pelo amor e carinho de sempre. Sei que este período não foi fácil, mas fico feliz em saber que tive você ao meu lado.

À minha orientadora, professora Yolanda Lôbo, faço um agradecimento especial. Desde o dia em que a convidei para ser minha orientadora sempre mostrou confiança no meu trabalho. Sua atuação como orientadora foi louvável, pois leu atentamente o manuscrito, fez críticas pertinentes e me cobrou constantemente para que eu pudesse fazer o trabalho com a maior qualidade possível. Fico muito feliz porque durante este período tão árduo na vida de qualquer pessoa que se aventura na vida universitária tive uma orientadora séria, competente e muito dedicada. Só espero poder ter feito algo próximo daquilo que ela projetou.

RESUMO

Esta tese analisa, em perspectiva comparada, os temas da modernização brasileira e do papel do intelectual em Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1954 e 1988, através da ênfase em suas trajetórias, produções intelectuais e atuações político-partidárias. A hipótese central que norteia esta tese é que Florestan e Cardoso reproduzem pressupostos da sociologia da modernização durante o período recortado pela pesquisa, ficando à sombra deste ramo sociológico que fez fortuna na América Latina entre as décadas de 1950 e 1960. Com isso, eles idealizaram a “modernidade originária” e demarcaram o Brasil como uma formação antípoda, pois estruturada pelo tradicionalismo e, portanto, material e simbolicamente inferior aos países centrais. Desta forma foi construída, sem comprovação empírica, uma diferença essencial entre os países centrais e os periféricos. Essa construção fez com que o papel do intelectual em ambos fosse singularizado ao ser comparado àquele exercido pelos intelectuais europeus durante o século XX, pois tiveram como intuito vencer os bloqueios estruturais tradicionalistas e institucionalizar plenamente a modernidade. Com isso, reproduziram o eurocentrismo e uma postura colonialista presentes na sociologia da modernização, uma vez que não problematizaram em nenhum momento a contingência história que justificava em grande medida a singularidade brasileira. Por conta desses fatores, suas interpretações se tornam insuficientes para interpelar a teoria social contemporânea a partir de uma perspectiva periférica e crítica, bem como para analisar a realidade brasileira atual inserida em uma ordem moderna e global.

Palavras-chave: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, sociologia da modernização, modernização brasileira, intelectuais.

ABSTRACT

This thesis analyzes, in a comparative perspective, the Brazilian modernization and the role of the intellectuals according to Florestan Fernandes and Fernando Henrique Cardoso, between the years 1954 and 1988, with an emphasis on their careers, intellectual production and political party activities. The main hypothesis guiding this thesis is that Florestan and Cardoso reproduce assumptions of the sociology of modernization during the aforementioned period, on the margins of this sociological branch that succeeded in Latin America between the 1950s and 1960. Thereby, they idealized the "the original modernity" and labeled Brazil as an antipode formation, as structured by traditionalism and thus materially and symbolically below the central countries. Therefore, an essential difference between the central countries and the peripheral ones was built without empirical evidence. This construction singularized the role of the intellectual in both Florestan and Cardoso as compared to that exercised by the European intellectuals during the twentieth century, once they had the intention to overcome the traditionalist structural blockages and fully institutionalize modernity. Thus, they reproduced the Eurocentrism and a colonialist attitude present in the sociology of modernization, since they did not problematize the historical contingency that largely justified Brazilian uniqueness. Because of these factors, their interpretations are not sufficient to question contemporary social theory from a peripheral and critical perspective or to analyze the current Brazilian reality in a modern and global order.

Keywords: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Modernization Sociology, Brazilian modernization, intellectuals.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.14

Capítulo I – Em busca da modernidade administrada racionalmente: intelectuais, cultura e política no século XX.....	p.21

1.1 Aportes teórico-metodológicos da pesquisa.....	p.22

1.2 Conhecimento e <i>intelligentsia</i> em Karl Mannheim.....	p.22

1.3 A sociologia relacional de Pierre Bourdieu.....	p.28

1.4 Intelectuais: entre a cultura e a política.....	p.37

Capítulo II – Da socialização familiar à Cadeira de Sociologia I na USP: destinos cruzados de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.....	p.41

2.1 – Florestan e a fuga do destino de classe.....	p.48

2.2 – A militância trotskista e a racionalizado do mundo.....	p.64

2.3 – A entrada na Universidade de São Paulo.....	p.67

2.4 – Cardoso e a reprodução do destino de classe.....	p.91

2.5 – Florestan, Cardoso e Cadeira de Sociologia I.....	p.108

Capítulo III – A década de 50, a <i>intelligentsia</i> e a modernização do Brasil....	p.112

3.1 A cidade de São Paulo e a modernização.....	p.112

3.2 – <i>Intelligentsia</i> e a modernização.....	p.118

3.3 - Sociologia I versus Sociologia II: “moderno” ou “atraso”?.....	p.123

3.4 - Karl Mannheim e a modernização brasileira.....	p.135

3.5 – A sociologia da modernização e a tese da singularidade brasileira.....	p.140

3.6 – Sociologia aplicada e o papel do intelectual no Brasil.....	p.170

3.7 – Cardoso e a modernização do Brasil.....	p.177

3.8 – As pesquisas sobre relações raciais.....	p.180

3.9 – A sociologia aplicada, o projeto Economia e Sociedade e o CESIT.	p.198

3.10 – Escola pública e o “atraso” estrutural.....	p.208

Capítulo IV – Brasil arcaico versus Brasil “moderno”: dilemas e possibilidades da modernização.....	p.218

4.1 O Seminário de Marx e a singularidade periférica.....	p.227
4.2 A metodologia de Florestan.....	p.232
4.3 O funcionalismo na Sociologia de Florestan.....	p.239
4.4 Dialética versus funcionalismo.....	p.245
4.5 O Brasil arcaico em Florestan e Cardoso.....	p.253
4.6 O negro e o capitalismo incompleto.....	p.256
4.7 Uma crítica interna a Florestan e Cardoso.....	p.273
4.8 O Brasil “moderno”: dilemas e possibilidades.....	p.281
4.9 Florestan, o negro e a ordem capitalista incompleta.....	p.281
4.10 – Cardoso e os dilemas de uma burguesia singular.....	p.298

Capítulo V – Capitalismo periférico, regime militar e os bloqueios estruturais da modernização brasileira.....p.319

5.1 Florestan, Cardoso e a radicalização do regime.....	p.321
5.2 Cardoso, o CEBRAP e a liderança intelectual.....	p.332
5.3 Capitalismo dependente: para além da sociologia da modernização?.....	p.351
5.4 Ditadura autocrático-burguesa e a sociologia política crítica.....	p.399
5.5 Cardoso, a dependência e a sociologia política da ordem.....	p.410

Capítulo VI – Da academia à política: a luta no Parlamento pela modernização plena do Brasil.....p.450

6.1 O papel normativo do intelectual.....	p.450
6.2 Florestan, o intelectual revolucionário.....	p.453
6.3 Cardoso, o intelectual reformista.....	p.462
6.4 A entrada no campo político de Florestan e Cardoso.....	p.471
6.5 A Constituição de 1988 e a modernização: reforma ou revolução?..	p.491

Conclusão.....p.508

Referências bibliográficas.....p.515

Anexos.....	p.531

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

AI-5 – Ato Institucional Número 5

ASUSP - Associação de Auxiliares de Ensino da Universidade de São Paulo

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CESIT – Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho

CLAPCS – Conselho Latino-Americano em Pesquisa de Ciências Sociais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

CUT – Central Única dos Trabalhadores

ELSP – Escola Livre de Sociologia Política

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciência Sociais

HUCITEC – Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia

ILPES – Comissão Econômica para América Latina e Caribe

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

IPMs – Inquéritos Policiais Militares

ISA – Associação Internacional de Sociologia

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

OBAN – Operação Bandeirante

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PFL – Partido da Frente Liberal

PDC – Partido Democrático Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT –Partido Democrático Trabalhista

PL – Partido Liberal

PMB - Partido Municipalista Brasileiro

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB – Partido da Social-Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTR - Partido Trabalhista Regional

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RIANC – Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

STF – Supremo Tribunal Federal

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNE – União Nacional dos Estudantes

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELA

Quadro partidário brasileiro no Congresso Constituinte p.493

Classificacao L.P.M.L p.494

Introdução

A presente tese analisa em perspectiva comparada o tema da modernização brasileira no pensamento de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Não se pretende, porém, fazer um estudo biográfico desses intelectuais, mas focar em suas trajetórias, tomadas posições e produção intelectual que guiaram suas carreiras nos campos acadêmico e político, entre os anos de 1954 e 1988.

O recorte temporal da pesquisa se justifica pelos seguintes fatores: em 1954, Florestan assume a regência da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, USP, em substituição a Roger Bastide que retornara à França. O sociólogo paulista forma sua equipe de assistentes que tem em Cardoso seu principal colaborador. Já 1988 é o ano no qual os dois intelectuais atuam de forma bastante firme no campo político no sentido de influenciar a construção da nossa atual Constituição promulgada naquele ano.

No Brasil, o tema da modernização constitui-se como o grande objetivo das Ciências Sociais nascidas na década de 1930, uma vez que procuravam compreender as condições e possibilidades para a constituição do Brasil moderno (Ianni, 1992:45). De acordo com Ianni (idem): “É possível verificar que uma parte ampla da produção intelectual brasileira do século XX está empenhada em compreender as condições de modernização do país”(p.34). Ainda de acordo com Ianni (idem):

A ideia de Brasil Moderno está presente, ou implícita, em escritos de Sílvio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Alberto Torres, Euclides de Cunha, Machado de Assis, Raul Pompéia, Lima Barreto e muitos outros. Compreende também movimentos sociais e partidos políticos, além de correntes de opinião pública, nos quais se inscrevem católicos, liberais, democratas, socialistas, anarquistas e outros (p.34)

O pensamento social brasileiro utilizou sua produção para diagnosticar nossa singularidade e também para apontar os caminhos que deveriam ser trilhados para que o Brasil ou chegasse à modernidade ou superasse o caráter de “modernidade precária” e pudesse institucionalizar uma ordem “autenticamente moderna”. Isto porque as análises sobre a modernização têm na chamada “modernidade originária” o modelo de ordem que deveria ser seguido em termos materiais e simbólicos devido à superioridade que ela

possuiria, pois seria pautada pela racionalização, secularização, separação entre público e privado, complexificação e diferenciação social plenamente desenvolvidos (Tavolaro, 2014).

Ao longo da tese procurarei demonstrar que o tema da modernização está presente nas produções intelectuais e na atuação político-partidária de Florestan e Cardoso desenvolvidas durante o período recortado por esta pesquisa. Aliás, considerado a preocupação primordial da produção intelectual e política de ambos. Isto porque outros temas como desigualdade social, preconceito racial, educação, desenvolvimento, cidadania e democracia que estão presentes em suas preocupações são derivadas da questão da modernização brasileira. Como exemplos, a imensa desigualdade e a falta de cidadania e democracia seriam frutos da incompletude deste processo. A questão proposta é procurar identificar os elementos e o conteúdo do tema da modernização na produção intelectual e política de ambos.

Analiso também o papel do intelectual no século XX. De acordo com Bauman (2010), o termo intelectual foi constituído no início do século XIX como “tentativa de recapturar e reafirmar a centralidade social e as preocupações globais que estiveram associadas à produção e disseminação do conhecimento durante o Iluminismo”(10). Ou seja, essa produção foi marcada por um forte teor normativo através da aliança entre cultura e política. No primeiro capítulo, analiso papel central do intelectual desde o advento da modernidade ocidental (Bauman, 2010, Rego & Bastos, 1999). A partir de então, este agente teve posição de protagonismo na interpretação desta nova era como propositor de projetos que viessem a retificar as mazelas pela via reformista, bem como propor a sua modificação radical pela via revolucionária.

O intelectual seria, portanto, aquele capaz de demonstrar os caminhos que fariam as ambivalências serem controladas e a modernidade se constituir como uma ordem racionalmente planejada e administrada. No caso brasileiro, analiso as formas como os intelectuais tomaram para si o papel normativo pertencente ao intelectual do século XX a partir de duas ações que os singularizam quando comparados aos intelectuais dos países centrais. Em síntese, eles agiram em duas frentes: 1) Apontar os caminhos que deveriam ser tomados para que o Brasil vencesse os elementos arcaicos, adentrasse a modernidade e pudesse usufruir de suas promessas emancipatórias. 2) Diagnosticar as mazelas e propor caminhos a serem trilhados para que o Brasil vencesse os elementos arcaicos de forma a

poder retificar a “modernidade precária” e institucionalizar a “modernidade autêntica”, que seria similar àquela existente nos países centrais.

Referindo-se de forma direta a Florestan e a Cardoso, observo como os dois intelectuais tiveram como objetivo analisar e influenciar o processo de modernização brasileiro, suas respectivas mazelas que impediam o Brasil de ser um país plenamente moderno. Ou seja, os dois intelectuais foram “legisladores” (Bauman, 2010), pois produziram interpretações lastreadas por um intenso caráter normativo que fez com que desenvolvessem relações estreitas com a política em suas dimensões acadêmica e político-partidária entre os anos de 1954 e 1988.

Antes de defender minhas hipóteses de pesquisa é importante demonstrar o caminho que percorri até as questões acima. A chegada a esta tese de pesquisa deu-se como consequência de minha dissertação de mestrado, defendida em 2010. Nela, procurei apontar como o pensamento político de Fernando Henrique Cardoso, levado a cabo a partir dos anos 1970, possuía “afinidades eletivas” com o pensamento político de orientação liberal produzido por Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, que receberam Max Weber para compreender os principais dilemas sociopolíticos brasileiros. Desta forma, procurei apontar como Cardoso estava muito próximo na forma de interpretar o Brasil de autores que, *a priori*, estavam completamente distantes dele.

Além disso, procurei tensionar a hipótese de Werneck Vianna (1999), segundo a qual o Weber recebido no Brasil, consagrado pelo conceito de patrimonialismo, havia sido elemento central à justificação intelectual do referido projeto. Além de tensionar a hipótese de Werneck Vianna, procurava também questionar a hipótese defendida por Bernardo Sorj. Para este autor, havia uma profunda assimetria entre as dimensões do intelectual e do político em Fernando Henrique Cardoso. Isto porque Cardoso teria sido um marxista e socialista nas décadas anteriores, o que inviabilizava uma ligação entre as duas instâncias.

Para alcançar os objetos propostos, analisei a produção intelectual de Cardoso durante as décadas de cinquenta e oitenta. Dei especial atenção à forma pela qual Cardoso recepcionara Weber para pensar o Brasil. Desta forma, pude demonstrar a centralidade de Max Weber e do conceito de patrimonialismo para o pensamento de Cardoso, bem como a relação estreita entre seu pensamento e o projeto que levava a cabo com a campanha eleitoral em 1994.

A partir daí, me surgiu o interesse em pesquisar o pensamento de Florestan Fernandes no mesmo período. Ao fazer uma primeira análise exploratória, com ênfase na década de 1970, percebi que o seu pensamento era diverso em relação ao de Cardoso. Com essa constatação em mãos, tive como intuito de pesquisa a ser desenvolvida no doutorado descobrir quais fatores levaram os autores a posições tão distintas. Ou melhor, analisar os elementos que fizeram os dois principais intelectuais da chamada “escola sociológica paulista” se diferenciarem tão fortemente em termos teóricos, políticos e ideológicos a partir dos anos setenta¹.

Defendo algumas hipóteses de pesquisa. A primeira delas é que os autores reproduzem pressupostos da sociologia da modernização no período recortado por essa pesquisa, o que torna as produções de ambos limitadas e, portanto, insuficientes para compreender os dilemas do Brasil contemporâneo. Isso porque, mesmo criticando esse ramo sociológico, os autores permanecem idealizando a modernidade “eurocêntrica”, analisando-a como essencialmente diferente, pois material e simbolicamente superior. A realidade brasileira, por sua vez, é interpretada como permanentemente inferior, incompleta, desviante e inautêntica. Minha hipótese é que os sociólogos ficam à sombra da sociologia da modernização.

O posicionamento sociológico e político dissonante tomado por Florestan e Cardoso, especificamente a partir dos anos 1970, é representativo da constituição de duas sociologias políticas distintas, quais sejam: a) sociologia política crítica em Florestan²; e b) sociologia política da ordem, em Cardoso. Defendo também que, apesar da construção de duas sociologias políticas distintas os autores se unem devido à ligação com a sociologia da modernização e à reprodução dos seus pressupostos. Essa relação com sociologia da modernização fez com que o papel do intelectual no Brasil do século XX

¹Há alguns trabalhos importantes que enfocam o papel que os intelectuais tiveram no sentido acima referido, como os trabalhos Visconde do Uruguai: centralização e federalismo no Brasil: 1823-1866(2008), de Ivo Coser; A utopia federalista: estudo sobre o pensamento de Tavares Bastos(2002), de Walquíria Leão Rêgo; Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e a sociologia no Brasil(2011), de Edison Bariani Junior.

²É necessário apontar que o primeiro autor a defender o caráter crítico da sociologia de Florestan foi o próprio autor em sua autobiografia publicada em 1977. Entre os seus comentadores, todavia, quem sistematizou uma interpretação neste sentido foi Octávio Ianni. Para Ianni (1987) o caráter crítico estaria presente em toda produção de Florestan Fernandes e seria baseada pelo ponto de vista da maioria, pela leitura crítica da sociologia clássica e moderna, como fez com Marx, Durkheim e Weber; pela análise das contradições sociais, pelo marxismo, pelo diálogo crítico com a tradição do pensamento brasileiro. e..Minha intecoconfoconfronto com os dilemas existentes em seu tempo. partir deste período.

tivesse um caráter singular ao ser comparado ao comportamento dos intelectuais dos países centrais.

Para alcançar os objetivos propostos organizo a presente tese em seis capítulos. No capítulo um debato com os trabalhos de Karl Mannheim e Pierre Bourdieu que utilizarei como suportes teórico-metodológicos. Debaterei a sociologia do conhecimento de Mannheim no sentido apontar as bases para análise intelectual. Por último analisarei a sociologia de Bourdieu através dos seus conceitos de campo, *habitus* e capital. A partir dela, exporei uma análise complementar à feita por Mannheim sobre a atuação e a especificidade da camada dos intelectuais, bem como uma lógica produtiva, através da teoria dos campos, para a compreensão plural das ações engendradas nos campos intelectual e político. Examino também o papel do intelectual no século XX e consequentes relações entre cultura e política. Através deste exame procuro apontar as bases para defender a singularidade do comportamento do intelectual brasileiro representada pela atuação de Florestan e Cardoso.

No capítulo dois analiso comparativamente as trajetórias de Florestan e Cardoso focalizando aspectos da infância, a formação acadêmica e o encontro entre ambos na Universidade de São Paulo. Procuro apontar também como os autores idealizam a “modernidade eurocêntrica” antes da entrada na USP. Procuro deixar aclaradas as origens de classe de ambos, bem como os fatores que fizeram com que se tornassem mestre e discípulo na Cadeira de Sociologia I da USP. Destaco também a formação do grupo de sociólogos em torno da Cadeira de Sociologia I e as disputas nas quais estiveram envolvidos em torno da definição da sociologia como disciplina acadêmica.

No capítulo três trarei alguns elementos que sustentam o meu argumento nesta tese. O primeiro deles é o apontamento de como a temática da modernização teve papel central na sociedade e na Sociologia brasileiras na década de 1950, e também como os fundamentos da visão sobre o par modernização/modernidade mantiveram-se presentes nas gerações posteriores. Exponho também minhas hipóteses de pesquisa sobre a questão da relação do pensamento de Florestan e Cardoso com a sociologia da modernização e seus pressupostos, bem como aponto os embates com a Cadeira de sociologia II, as pesquisas sobre as relações raciais, a formação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT, a participação de ambos na Campanha em Defesa da Escola Pública e a importância destes eventos para o tema da modernização do pensamento de ambos.

No capítulo quatro focalizo as trajetórias dos autores no início dos anos 1960 e o impacto do regime militar. Examino a importância do Seminário de Marx para Cardoso e sua ruptura metodológica parcial com Florestan; exponho a metodologia de Florestan em torno da utilização conjunta de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber e também analiso de forma conjunta as abordagens empíricas dos sociólogos sobre o Brasil arcaico e também sobre o chamado “Brasil moderno” entre os anos 1950 e 1960, período em que ocorrem as publicações derivadas das pesquisas sobre as relações raciais e as do CESIT.

No capítulo cinco prossigo focalizando as trajetórias dos sociólogos de 1967 até final dos anos 1970, destacando os temas do capitalismo dependente (Florestan) e dependência (Cardoso), a importância do CEBRAP e a liderança intelectual e política de Cardoso para o protagonismo de São Paulo na luta contra do regime militar. Considero suas análises sobre as consequências da modernização brasileira levada a cabo durante o período 1964-1980 e também suas propostas para a superação do regime militar. Procuro demonstrar que as análises produzidas neste período pelos autores continuam a reproduzir uma ligação estreita com a sociologia da modernização e também que elas representam a constituição de duas sociologias políticas: a) sociologia política crítica em Florestan; b) sociologia política da ordem em Cardoso.

O capítulo seis é dividido em três partes. Na primeira, enfoco o papel do intelectual nos 1970 e as perspectivas de Florestan e Cardoso sobre esta camada e também o partido político de forma a demarcar a singularidade da camada social brasileira.

Na segunda parte, exponho suas análises de conjuntura sobre a transição e a Constituinte o início do relacionamento de ambos com a política partidária e os consequentes caminhos que os levaram ao Parlamento brasileiro nos anos 1980, de forma a demonstrar como suas proposições intelectuais e políticas permaneceram permeadas pelos pressupostos da sociologia da modernização.

Na terceira, ancorado na metodologia de Pierre Bourdieu, farei um esboço do campo político durante o período 1986-1988, momento no qual os parlamentares brasileiros se reuniram para escrever nossa atual Constituição. Analiso de forma comparada a atuação de ambos no campo político, seus conflitos e dilemas, procurando estabelecer paralelos entre a atividade intelectual e político-partidária de ambos, e problematizando o papel do intelectual em seu relacionamento com a política.

Na conclusão, faço um balanço das discussões desenvolvidas ao longo da tese e aponto o limite das sociologias políticas de Florestan e Cardoso para compreender o Brasil contemporâneo, uma vez que elas não conseguiram no período recortado pela pesquisa livrar-se dos pressupostos e da estrutura lógica da sociologia da modernização.

Capítulo I - Em busca da modernidade administrada racionalmente: intelectuais, cultura e política no século XX

Neste capítulo tenho dois objetivos cujo desenvolvimento auxilia no desdobramento da tese nos capítulos posteriores: a construção do referencial teórico-metodológico para análise dos intelectuais e a relação entre cultura e política. O referencial metodológico possibilita uma base de sustentação para pesquisa, enquanto a análise da relação entre o intelectual e a política possibilita compreender o papel que esta camada social teve durante o século XX.

Apresento as metodologias de Karl Manheim e Pierre Bourdieu que propõem métodos para a análise dos intelectuais, de forma a poder utilizar as proposições de ambos para analisar os dois intelectuais estudados nesta tese. Apresento o papel do intelectual no século XX e a relação entre cultura e política. Essa análise é de grande importância porque ela expressa a postura normativa que é marca dos intelectuais do século XX, de uma forma geral, e de Florestan e Cardoso, de maneira particular. Mesmo com variações, os dois intelectuais estudados nesta tese vão travar um relacionamento importante com a política em suas dimensões acadêmica e político-partidária.

Através das proposições trabalhadas neste capítulo acredito que terei subsídios para analisar de forma comparada como os dois sociólogos trabalham o tema da modernização brasileira. Para conseguir uma compreensão plural da incorporação do tema pelos sociólogos proponho uma análise conjunta das trajetórias, da produção intelectual e da atuação político-partidário no período de 1954-1988. Assim, consigo subsídios para demonstrar nos capítulos subsequentes como há uma introdução da “cultura eurocêntrica” e a concomitante idealização da “modernidade originária” que é incorporada como formação estritamente positiva. E, conseqüentemente, a formação brasileira passa a ser vista como desvio, incompletude e inautenticidade quando comparada com uma ordem considerada material e simbolicamente superior.

Para compreender a formação dessa visão é necessário ampliar a análise para além do campo intelectual através da junção das trajetórias e da atuação política de ambos. Acredito que dessa maneira conseguirei apontar de forma plural como os autores conseguiram reproduzir uma visão que além de deixar o país em uma posição de

permanente subordinação termina limitando grandemente a capacidade de explicação do Brasil contemporâneo.

1.1 Aportes teórico-metodológicos da pesquisa

A construção de uma qualificada análise sociológica requer a construção de base sólida em termos metodológicos. Desta forma, o pesquisador tem totais condições de dar consistências aos argumentos construídos ao longo do texto. Nesse sentido, exponho dois referenciais metodológicos, quais sejam – a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim; e a sociologia relacional de Pierre Bourdieu -, para que eu tenha condições de analisar de maneira pluralista as trajetórias, a produção intelectual e o posicionamento político de Florestan e Cardoso no período recortado por esta pesquisa. Decidi por tal empreitada por acreditar que estes dois referenciais teórico-metodológicos que, por vezes não dialogam explicitamente entre si³, possuem grandes “afinidades eletivas” que permitem a consecução desta empreitada. Início discutindo a sociologia do conhecimento de Karl Mannheim.

1.2 - Conhecimento e intelligentsia em Karl Mannheim

Karl Mannheim tem como intenção crucial em sua sociologia do conhecimento defender a vinculação social do pensamento e dos elementos derivados dele, como as obras produzidas pelos intelectuais. Isto é, a dependência do conhecimento em relação ao ser (Lowy, 2013:100). Desta forma, o autor pretende ir contra o naturalismo dos sujeitos que tendem a colocar em si próprios a única fonte do seu pensamento⁴.

Com sua proposição teórico-metodológica, Mannheim procura demonstrar as várias aporias existentes nas teorias que defendem uma filosofia do sujeito como única instância de sentido para as mais diversas ações⁵. Ao contrário, o autor demonstra como

³ É preciso deixar claro que a possibilidade de diálogo só havia com a obra de Karl Mannheim, que falecera em 1949.

⁴ De acordo com Villas-Boas(2006): “Suas teses sobre a “ligação do pensamento ao ser” causaram uma reação explosiva nos meios filosóficos e sociológicos. Mannheim dizia que era preciso mostrar a vinculação oculta do pensamento com o ser, questionando com isso os habituais critérios de aferição da verdade e da correção(*Richtigkeit*) das ideias. Nenhum modo de pensar era falso ou verdadeiro, ninguém pensava inteiramente certo ou inteiramente errado, porém de uma perspectiva determinada pela sua posição social na vida”(p.106).

⁵ Apontarei como este ponto une Karl Mannheim e Pierre Bourdieu, que demonstram o equívoco de se pensar a ação social, sobretudo a intelectual, como fruto da ação intencional do sujeito como fonte única de significado. Ao contrário disso, demonstram como a ação tem de ser pensada a partir da determinação social, além do fato de os intelectuais possuírem uma lógica própria de organização que deveria ser elemento referencial para as diversas análises feitas sobre este estrato, cuja organização é relativamente autônoma em relação às determinações sociais derivadas das diversas classes sociais.

pertencimento e enraizamento social são elementos fundamentais para a determinação do pensar e do agir, pois as “estruturas mentais (são) definidas pelas formações sociais e históricas diferentes” (Manheim, 1972a: 287). Ao desdobrarmos o argumento do autor para as produções intelectuais veremos o equívoco das publicações que apontam apenas para o produtor da obra como única fonte explicativa da mesma, pois: “a abordagem de um problema, o nível em que vem a ser formulado, o estágio de absorção e o estágio de concretude que se espera atingir estão todos, e da mesma maneira, ligados à existência social”(Manheim,1972a:299-00). Tendo em vista estes pontos, analiso abaixo os principais elementos da sociologia do conhecimento e sua utilização metodológica para análise dos intelectuais.

Manheim (1972a) afirma que o pensamento é relacional, ou seja, só pode ser precisamente determinado se fizer referência à posição social do indivíduo, uma vez que o pensamento humano é construído em um meio social específico. Precisamente, Manheim (1957) afirma que o indivíduo apenas pode ser devidamente compreendido através de sua participação em múltiplos grupos. Desta maneira, todas as maneiras de pensar, sejam elas de caráter histórico ou político, estão condicionadas pela condição de vida do pensador e do grupo: “teorias, métodos e atitudes históricas ou sociológicas se formam sempre em estrita correlação com a posição social específica, e com os interesses intelectuais, de uma classe ou do grupo social”(Manheim, 1972a:29)

Além de defender o condicionamento social do pensamento, Manheim também defende o caráter parcial do mesmo, fazendo com que os diversos grupos com suas ideologias correspondentes representem, apesar da pretensão à universalidade, uma visão sempre parcial do mundo. Esta visão reflexiva sobre a parcialidade existente nos grupos é possível devido à sociologia do conhecimento (Manheim, 1957).

A partir desta tese da parcialidade das formas de pensamento, surge o problema de como construir um pensamento globalizante de caráter sintético. E também, o de quem seriam os portadores sociais desta síntese. Manheim (1972a) argumenta que a síntese é possível, mas deve ser realizada por um grupo que fosse relativamente sem classe, que não tenha fincado raízes na ordem social. Este grupo seria a “*intelligentia* socialmente desvinculada”, uma vez que os intelectuais são marcados por grande heterogeneidade social, não tendo coesão suficiente para serem determinados por sua situação de classe, pois são recrutados em uma área extensa da vida social (Manheim, 1972a). Aliás, o único elemento de unificação entre os intelectuais era a educação: “a participação em uma

herança cultural comum tende progressivamente a suprimir as diferenças de nascimento, status, profissão e riqueza, e unir os indivíduos com base na educação recebida” (Manheim, 1972a: 181).

Os intelectuais, portanto, seriam o estrato social capaz de sintetizar todos os interesses que estão inseridos na vida social. A *intelligentsia* formaria uma camada intersticial, uma vez que não sendo classe também não poderia formar um partido nem possuir uma ação integradora (Manheim, 1957:154). Desta forma, Manheim traz em sua proposição uma importante crítica à vinculação mecânica entre intelectuais e posição de classe. Este ponto central no pensamento de Manheim o liga a Bourdieu que também argumenta sobre o caráter de relativa independência do intelectual em relação às determinações de classe.

O sociólogo alemão, todavia, não deixa de lado a importância da origem de classe como fator auxiliar a explicação do comportamento e das escolhas dos intelectuais: “A origem pode indicar alguns fatores de sua predisposição particular para enfrentar e experimentar situações determinadas” (Manheim, 1957:179). Nesse sentido, é importante observar até que ponto há renúncia do status social anterior quando os indivíduos adentram a *intelligentsia*, além de dar atenção às novas filiações sociais construídas pelos intelectuais (Manheim, 1957:179). Ao argumentar, por exemplo, sobre a ascensão individual à *intelligentsia*, Manheim afirma que o indivíduo tende a desenvolver uma filosofia heroica de êxito.

Se os intelectuais não são determinados diretamente pela posição de classe, por quem seriam determinados? Para o sociólogo alemão os intelectuais possuem uma lógica própria de formação e pensamento, sendo determinados pelo meio intelectual no qual estão inseridos e que contém todos os pontos de vista contraditórios (Manheim, 1972a). Os intelectuais, devido à sua singularidade, teriam uma tendência inconsciente à síntese dinâmica (Manheim, 1972a). Sendo assim, os intelectuais viveram “flutuando” entre as classes, podendo mudar de posição durante sua trajetória. A sociologia do conhecimento de Manheim auxilia à crítica da sociologia de classe, ou seja, àquela protagonizada pelo marxismo⁶. A citação a seguir deixa este ponto mais clarificado:

⁶ De acordo com Manheim (1957): “Fué completamente natural que el proletariado se situase em el centro de su concepción Del mundo. Todos los grupos que buscan una orientación social, pretenden, en primer lugar, una interpretación de la sociedad em la que aparecen sobreestimados, y esta parcialidad sólo se

A *intelligentsia* é um conglomerado entre as classes. O membro individual da “*intelligentsia*” pode ter uma orientação particular de classe e pode se aliar a determinado partido. Suas escolhas individuais podem ter a consistência de classe. Todavia, é impulsionado pelo fato de que sua educação o tem preparado para enfrentar os problemas cotidianos a partir de perspectivas variadas. Sua preparação o faz instável. Pode mudar mais facilmente o seu ponto de vista e está menos rigidamente entregue a um dos grupos em luta (Manheim, 1957:155) [Tradução minha].

Desta forma, sua inserção em determinada classe ou partido político não impediria sua ação global e sintetizadora. Nesse sentido, a classe funcionaria como uma das várias localizações e motivos para os intelectuais atuarem, pois as escolhas feitas por eles não são dependentes apenas a posição de classe mas também do entendimento com os outros, estranhos a sua classe⁷(Manheim,1957:160).

O intelectual, portanto, compõe uma camada social aberta a indivíduos das mais variadas classes sociais. Nesse sentido, “O processo intelectual consiste fundamentalmente na polarização de várias concepções do mundo coexistentes” (Manheim,1957:176). Manheim (1957) advoga:

a maior parte da *intelligentsia* contemporânea constitui um conglomerado aberto e flexível, só mantém, de vez em quando, relações simbióticas com uma classe ou outra, e com frequência forma agrupamentos especiais e próprios(p.220).

Sintetizando, Manheim (1957:224) afirma que o entendimento adequado da *intelligentsia* não pode ser alcançado através do enfoque apenas em fatores como a situação social, seus interesses de classe e o seu âmbito social. Nesse sentido, a síntese não é estática e duradoura, uma vez que o autor tinha plena consciência do caráter mutável da realidade social, sobretudo no mundo moderno. Desta forma argumenta que a síntese deveria ser sempre construída de forma ampla, pois o intelectual teria a perspectiva pelo todo e o interesse pelo todo (Manheim, 1972a).

corrige en un nivel más alto de reflexividad, un nivel al que nos acercamos por medio de la Sociologia do conocimiento(p.151)

⁷ “A ambivalência do homem culto e seu desvio do padrão de classe podem explicar-se pelo fato de que um distinto universo intelectual tende a criar um grupo unânime, com um *spirit de corps* especial e a aumentar a distância entre os que se comunicam nesse universo adquirido do pensamento e os que não fazem”(Manheim,1957:168).[tradução minha]

Os intelectuais possuem, portanto, uma posição privilegiada em relação aos demais grupos e classes existentes. Só eles têm os mecanismos necessários para desconstruir o naturalismo e também para construir uma análise sintética e globalizante focada, fundamentalmente, na interpretação dos dilemas advindos do mundo moderno. Este fator é essencial para o meu argumento, uma vez que o sociólogo alemão procura aplicar sua metodologia ao próprio diagnóstico e terapias para o mundo moderno repleto, no momento em que escreve, de diversos dilemas. As terapias seriam capazes de trazer uma ordem controlada pela razão.

De acordo com Manheim (1957) a *intelligentsia* possui como uma característica permanente buscar e perguntar no lugar de proferir afirmações. Além dessa característica, as proposições dos intelectuais funcionam “como chave para a compreensão do pensamento do mundo moderno” (Manheim:1957:176). Os intelectuais, produtores de ideias e ideologias, formam, segundo o autor, a mais importante conexão entre dinâmica social e as ideias. A natureza da *intelligentsia* varia entre as culturas, além de depender dos condutores que poderão fazer com que ela tenha funções de protagonismo na sociedade (Manheim, 1957).

Manheim procura demonstrar o caráter crucial que a *intelligentsia* possui no mundo moderno, sendo uma espécie de organizadora e orientadora: “Quando a “*intelligentsia*” toma posse do seu posto, estabelece as normas da cultura intelectual para a minoria dominante e, através dela, para a sociedade em geral” (Manheim, 1957:219). Esta camada social, por sua vez, não fixa de forma permanente as normas de uma classe, uma vez que “uma convenção pode desaparecer com a ascensão de outra camada social cujos interesses e estilo de vida não ofereçam nenhuma possibilidade para a sua permanência” (Manheim, 1957:220). Manheim (1957) elenca os pontos que devem ser focados por uma sociologia dos intelectuais:

1. A origem social dos intelectuais;
2. Suas associações particulares;
3. Sua mobilidade de ascensão e queda;
4. Suas funções em uma sociedade mais ampla

A metodologia exposta pelo sociólogo alemão será seguida na análise que desenvolverei no próximo capítulo. O autor desdobra os pontos acima elencados de forma pormenorizada, auxiliando o pesquisador a ter os elementos necessários para uma análise

ampla e construtiva dos intelectuais, possibilitando fugir das análises simplistas que tendem a fazer uma vinculação direta e automática dos intelectuais com as classes sociais:

Uma compreensão desta camada intelectual, diferente da análise de classe, exige que consideremos a extensa complexidade de fatores que influem sobre a situação dos intelectuais. Entre eles os mais importantes são: a base social do indivíduo; a fase (fases) de sua carreira: se está no auge, a um nível determinado ou ao seu mínimo; se sua ascensão é individual ou como membro do grupo; se se viu prejudicado em sua trajetória ou isolado em sua situação inicial; a fase do movimento social de que participa: inicial, média ou final; a posição de sua geração em relação a outras gerações; seu âmbito social; e, finalmente, que tipo de grupo em que desempenha sua tarefa (Manheim, 1957:224). [Tradução minha]

Os passos acima delimitados por Manheim expressam o caráter complexo e pluralístico da explicação do comportamento intelectual. Além deste ponto também deixa o pesquisador em condições de compreender as diversas correntes de pensamento existentes nos diferentes períodos, bem como apontar “qual será o seu provável desenvolvimento futuro em circunstâncias configuradas de antemão.” (Manheim, 1957:225). Manheim (1957) também destaca um ponto de grande importância para esta tese, que é o caráter sinuoso da trajetória e da ideologia que lhes dão suporte. Estas ocorreriam devido à dúvida e ao impulso transcendentais. Este ponto também é desenvolvido por Pierre Bourdieu.

Depois de construir a caracterização da *intelligentsia* e também de propor as bases sobre as quais as pesquisas sobre esta camada deveriam ser feitas, o sociólogo alemão aponta o caráter que ela deve ter frente às sociedades e aos diversos dilemas existentes nelas. A primeira tarefa de *intelligentsia* é ser crítica, tanto em relação à própria ação quanto em relação aos outros grupos sociais. E também, devido ao seu caráter de protagonismo em relação aos demais grupos e classes sociais, os intelectuais devem apontar qual o caminho melhor a ser seguido por determinada sociedade, papel esse que Bauman (2010) caracterizou pela metáfora “legisladores” e que, de certa forma, estruturou a prática dos intelectuais durante o século XX.

1.3 A sociologia relacional de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu também procura construir uma análise plural não só da vida intelectual, mas dos vários campos de produção simbólica. Nesse sentido, apresento a metodologia do sociólogo francês para demonstrar a relação de complementaridade em relação à Manheim e também como sua metodologia é uma ferramenta de grande valia para analisar o tema da modernização através da ação intelectual e dos posicionamentos políticos de Florestan e Cardoso no período recortado por esta pesquisa. Com esta empreitada consigo subsídios para fugir, por exemplo, de interpretações simplistas sobre as relações travadas por ambos no sistema político. Antes de analisar a lógica de funcionamento dos campos, analisarei os conceitos de *habitus* e capital que são cruciais para o entendimento das trajetórias sociais e também para o funcionamento e organização dos campos.

O sociólogo francês empreende uma luta intensa contra duas tendências da teoria social consideradas por ele unilaterais e insuficientes para compreender, por exemplo, as ações sociais. Estas duas vertentes são o objetivismo⁸, bem representado pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss que concede proeminência total às estruturas sociais frente à ação individual; e o subjetivismo representado, por exemplo, pela teoria da escolha racional que aponta as ações dos sujeitos como frutos exclusivos das suas intenções individuais.

A partir deste quadro dicotômico, unilateral e insuficiente para explicar a ação dos indivíduos, Bourdieu propõe o conceito de *habitus*. Através deste conceito, o sociólogo procurou demonstrar como as ações sociais têm de ser pensadas através de uma relação dinâmica entre as estruturas sociais e as posturas individuais. Ou seja, o autor propõe a junção das duas perspectivas sob uma forma original para resolver uma das questões mais candentes na teoria sociologia: a relação indivíduo-sociedade.

O *habitus* é definido como estrutura estruturada e estruturante, ou seja, ele demonstraria como nós reproduzimos as estruturas sociais desde a tenra infância e como

⁸De acordo com Bourdieu(2009): “Trata-se de escapar ao realismo da estrutura ao qual o objetivismo, momento necessário da ruptura com a experiência primeira e da construção das relações objetivas, conduz necessariamente quando hipostasia essas relações ao tratá-las como realidades já constituídas fora da história do indivíduo e do grupo, sem recair, no entanto, no subjetivismo, totalmente incapaz de dar conta da necessidade do mundo social: para isso, é preciso retornar à prática, lugar da dialética do opus *operatum* e do *modus operandi*, dos produtos objetivados e dos produtos incorporados da prática histórica, das estruturas e dos *habitus*.”(p.86-7).

também teríamos através dele uma capacidade criativa e inventiva, que se diferenciaria de acordo com o pertencimento de classe. Através do *habitus*, os sujeitos incorporariam disposições desde a sua socialização familiar e escolar que seriam fundamentais para os seus posicionamentos futuros devido ao caráter durável que estas possuem. Desta forma, seria invalidez a filosofia do sujeito que veria suas ações como frutos do protagonismo individual:

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro (Bourdieu, 2009:87).

Essas estruturas estruturadas e estruturantes que conformam o *habitus* dariam aos sujeitos que os possuem a partir da sua mediação de classe uma espécie de liberdade limitada, pois ele define de forma automática as potencialidades de ação no presente como coisas para fazer e não fazer, dizer e não dizer, o gosto por determinados tipos de programas culturais, esportivos, tipos de alimentação, de postura corporal, expressiva, de valores e ideais políticos, entre outros.

Apesar de não exercer um domínio absoluto sobre as consciências individuais, pois deixa uma capacidade criativa para o sujeito, o *habitus* pré-figura seu comportamento no espaço social. Desta forma, me auxiliará a demonstrar o equívoco de se analisar as trajetórias como frutos exclusivos da ação individual como temos a tendência a observar, pois é o elemento visível. O *habitus*, por outro lado, ajuda a demonstrar a hierarquia invisível existente na sociedade de classes que dá aos sujeitos possibilidades diferenciadas (e, portanto, desiguais) de participação no espaço social. De acordo com Bourdieu (idem), o mundo prático constituído a partir da mediação do *habitus* é um mundo cujos fins estão realizados:

As próprias condições de produção do *habitus*, necessidade feita virtude, fazem com que as antecipações que ele engendra tendam a ignorar a restrição à qual está subordinada a validade de todo cálculo das probabilidades, a saber, que as condições da experiência não tenham sido modificadas: diferentemente das estimativas eruditas que

se corrigem após cada experiência conforme as regras rigorosas de cálculo, as antecipações do *habitus*, espécie de hipóteses práticas fundadas na experiência passada, atribuem um peso desmedido às primeiras experiências; são, com efeito, as estruturas características de uma classe determinada de condições de existência que, por meio da necessidade econômica e social que fazem pesar sobre o universo relativamente autônomo da economia doméstica e das relações familiares, ou melhor, por meio das manifestações propriamente familiares dessa necessidade externa (forma da divisão do trabalho entre os sexos, universo de objetos, modos de consumo, relações com os parentes etc.), produzem as estruturas do *habitus* que estão por sua vez no princípio da percepção e da apreciação de toda experiência ulterior (Bourdieu, 2009:89).

O *habitus* possui a capacidade de produzir disposições duráveis que demarcam as possibilidades de êxito dos sujeitos em suas trajetórias sociais, sobretudo através da mediação da família e do sistema escolar. Essas mediações vão garantir a incorporação de esquemas de percepção, pensamento e ação que estarão presentes de forma durável na trajetória social de indivíduos e classes. Os indivíduos terão possibilidades as mais diversas de produção a partir da mediação do *habitus*, todavia estas possibilidades são infinitas dentro de um espaço de possibilidades existentes, por exemplo, na classe social da qual ele faz parte⁹.

Assim, “o *habitus* torna possível a produção livre de todos os pensamentos, de todas as percepções e de todas as ações inscritas nos limites inerentes às condições particulares de produção, e somente daquelas” (Bourdieu, 2009:91). Ou seja, o seu pertencimento de classe o fará ter uma forma de conduta diferenciada com o mundo social, como procurarei deixar claro no próximo capítulo.

Para sua plena realização, todavia, o *habitus* necessita ser relacionado às instituições sociais ou campos de produção simbólica que serão responsáveis por dar a este conceito um sentido amplo no que se refere à explicação das ações sociais:

Princípio gerador duravelmente acrescido de improvisações reguladas, o *habitus* como sentido prático opera a reativação do sentido objetivado nas instituições: produto do trabalho de inculcação e de apropriação que

⁹Bourdieu(idem) explicita melhor este ponto: “ Ou seja, sendo o produto de uma classe determinada de regularidades objetivas, o *habitus* tende a engendrar todas as condutas ‘razoáveis’, do ‘senso comum’, que são objetivamente ajustadas à lógica característica de um campo determinado, do qual antecipam o porvir objetivo; ele tende consequentemente a excluir ‘sem violência, sem arte, sem argumento, todas as ‘loucuras’ (‘isso não é para nós’, ou seja, todas as condutas destinadas a ser negativamente sancionadas porque incompatíveis com as condições objetivas”(p.92).

é necessário para que esses produtos da história coletiva que são as estruturas objetivas consigam se reproduzir sob a forma das disposições duráveis e ajustadas que são a condição de seu funcionamento, o *habitus*, que se constitui ao longo do tempo de um história particular, impondo sua lógica particular à incorporação, e por quem os agentes participam da história objetivada nas instituições, é o que permite habitar as instituições, se apropriar delas na prática, e assim mantê-las em atividade, em vida, em vigor, arrancá-las continuamente do estado de letra morta, de língua morta, de fazer reviver o sentido que ali se encontra depositado, mas impondo-lhe as revisões e transformações que são a contrapartida e a condição da reativação(ibidem:94-5).

Como o trecho acima deixa claro, o entendimento do funcionamento do *habitus* tem de ser relacionado às instituições sociais, como a família e a escola. Através da análise da instituição familiar posso apontar, por exemplo, a importância que o chamado *habitus* primário constituído na classe de origem possui para a trajetória subsequente.

Assim como Manheim, Bourdieu¹⁰também procura apontar o condicionamento social do pensamento, mas de uma forma que possui um avanço em relação ao sociólogo alemão por conceder ao sujeito não apenas uma vinculação social de sua conduta. Além da proposição dinâmica da relação entre indivíduo e sociedade, Bourdieu também propõem através do conceito de campo uma ferramenta metodológica significativa para a análise dos diversos grupos e instituições existentes na sociedade. Através desta metodologia ele defende que eles possuem uma lógica própria através da qual necessitam ser analisados. Esta lógica própria se refere também aos intelectuais.

Desta maneira, o sociólogo francês aproxima-se de Manheim que também procuram demonstrar como esta camada social possui uma lógica própria de formação, organização e ação que são independentes, de certa maneira, das determinações das classes sociais, como também defende Karl Manheim com a sua “intelligentsia socialmente desvinculada”. Ainda tenho a possibilidade de construir uma interpretação construtiva sobre a produção, o papel do intelectual e também sobre as suas possibilidades de ação quando este adentra ao campo político. É neste sentido que proponho uma utilização integrada das metodologias propostas pelos autores até aqui analisados.

¹⁰Ferreira & Brito(1994) fazem uma análise comparativa entre as proposições de Karl Manheim e Pierre Bourdieu. Os autores afirmam que o elemento que motivou a produção do trabalho foi a ausência de citações a Karl Manheim nos textos teórico-metodológicos de Bourdieu.

De acordo com Bourdieu (2004), o campo se define como um microcosmo da vida social, ou seja, um espaço relativamente autônomo que possui suas próprias leis e regras¹¹. Este é estruturado por uma relação de “confronto entre *habitus*¹², como depósitos de disposições marcados a fundo pela história de que são precedentes, e campos no interior dos quais dão curso regrado às suas potencialidades” (Miceli:2003:73). De acordo com Miceli (2003):

Nessa acepção de um regime de racionalidade, soldado por constrações racionais, o campo equivale a uma estrutura de trocas sociais, dependente de disposições que fazem operar o sistema simbólico que lhe é inerente, ajustando às regras que o definem e que se impõem aos agentes com a força de um constrangimento lógico e social, ou seja, da ordem de uma experiência vivida e reconhecida pelos agentes como prenhe de sentido e significado conforme os princípios daquele universo de exceção regrada(p.73).

A relativa autonomia dá-se pelo poder de refração das pressões produzidas externamente ao campo, ou seja, as influências externas são retraduzidas a partir das regras internas. Este espaço possui uma estrutura hierarquizada, na qual os agentes estão em luta por posições a partir da acumulação do capital simbólico. Este é uma espécie de crédito social que os participantes do campo investem na luta por posições e legitimação. A partir da posição ocupada, o agente possui possibilidades e impossibilidades de agir no campo¹³. Ou seja, o campo é caracterizado como campo de força e lutas. Com o acúmulo de capital o sujeito define a estrutura do campo, o que permite determinar a escolha dos

¹¹ Miceli (2003) faz uma análise cuidadosa do percurso seguido por Bourdieu na construção dos conceitos de campo e *habitus* para a utilização como ferramenta metodológica fundamental em sua sociologia da cultura. Miceli parte desde a primeira fase da produção sociológica de Bourdieu, que compreende o período entre os anos 1950-1970, para a inventariar a gênese dos conceitos: “(...) as primeiras tentativas de formulação conceitual das noções de campo e *habitus*, bem como de seu emprego na prática analítica, foram motivadas amiúde por suas reflexões sobre as condições sociais de emergência e operação intelectual”(p.63).

¹² Miceli deixa a questão mais clara no trecho a seguir: “Não se trata, bem entendido, de forçar uma saída, optando ora pelo ‘sujeito’, tal como procedem a etnometodologia ou o idealismo, ora pelo espaço social, renomeado como ‘campo’. Ao recusar esse falso dilema, Bourdieu passa a insistir na necessidade de buscar no campo as condições sociais de operação do sujeito e de sua atividade de elaboração do objeto, cravando lentes tanto nas conquistas como nos limites de seus atos e práticas de objetivação.”(p.73).

¹³ Pierre Bourdieu tem como um dos objetivos de sua sociologia demonstrar as limitações do objetivismo (representado pelo estruturalismo) que advogava sobre uma independência das estruturas frente ao sujeito; e do subjetivismo(representado pela etnometodologia , pelo existencialismo e pela escolha racional) que daria ao sujeito total liberdade frente às estruturas sociais. Ao falar sobre a relação de Bourdieu com a obra de Jean Paul Sartre, Miceli(idem) argumenta: “Num rechaço explícito da abordagem sartriana, nucleada na tomada de consciência, por parte do sujeito criador, da verdade objetiva de sua condição de classe, Bourdieu refutava o trabalho da consciência e elegia o *habitus* como ‘o produto da interiorização das estruturas objetivas’, lugar geométrico de uma determinação, a qual plasma o futuro objetivo e as esperanças subjetivas, amarrando quaisquer práticas no âmbito de uma carreira ajustada às estruturas objetivas”(p.65).

participantes. Bourdieu constrói uma metodologia universalista, à medida que ela possibilita enfocar a existência de:

(...) leis gerais dos campos: campos tão diferentes como o da política, o da filosofia ou o da religião tem leis de funcionamento invariantes, graças a isto o projeto de uma teoria geral não resulta em absurdo e desde agora é possível utilizar o que se apreende sobre o funcionamento de cada campo em particular para interrogar e interpretar outros campos, com o qual se logra superar a antinomia mortal da monografia ideográfica e da teoria formal e vazia (Bourdieu, 2002:119). [tradução minha]

O campo científico/intelectual é um espaço relativamente autônomo em relação aos outros campos de produção simbólica e ao mundo social mais amplo. Esta relativa autonomia se dá precisamente porque as pressões externas são mediatizadas pela lógica interna do campo (Bourdieu, 2008). A autonomização metodológica permite a investigação da lógica específica das relações que se estabelecem no seio deste sistema e o integram como tal (Bourdieu, 2002:17).

De acordo com Bourdieu (2002), ambição e autonomia são tendências específicas do campo. O campo científico/intelectual é marcado por relações de força e de luta, uma vez que sua estrutura dá-se a partir de relações objetivas do lugar que o sujeito ocupa. Ou seja, é a posição ocupada no campo que determina a tomada de posição do agente. A posição do agente no campo, por sua vez, dá-se pelo acúmulo de capital científico/intelectual:

Essa estrutura é, grosso modo, determinada pela distribuição do capital científico num dado momento. Em outras palavras, os agentes (indivíduos ou instituições) caracterizados pelo volume de seu capital determinam a estrutura do campo em proporção ao seu peso, que depende do peso de todos os outros agentes, isto é, de todo espaço. (Bourdieu, 2008:24)

O capital é uma espécie de crédito social que o agente adquire no campo a partir do reconhecimento de suas competências pelos pares. A partir da posição ocupada no campo, o agente tem possibilidades e impossibilidades de agir. Além disso, o agente que domina o campo consegue orientar as escolhas dos outros agentes. O campo das ciências sociais, por exemplo, é marcado pela luta em torno da imposição da visão legítima do mundo social, como também ocorre com o campo político que analiso abaixo.

Ao debater o comportamento do intelectual, Bourdieu aproxima-se de Karl Mannheim ao defender o caráter de autonomia relativa deste quando relacionado às influências externas, uma vez que estas são refratadas pela lógica interna do campo:

Assim, por exemplo, a relação que um intelectual mantém com a sua classe social de origem ou de pertencimento está mediatizada pela posição que ocupa no campo intelectual, em função do qual se sente autorizado a reivindicar (Bourdieu, 2002:50). [tradução minha]

Ainda neste sentido, Bourdieu (2002) aponta que os intelectuais, quando da formação de um mercado de bens simbólicos, conseguem instituir autonomia em relação às coações e exigências diretas das frações dominantes da burguesia¹⁴. Ou seja, eles possuem autonomia relativa em relação às determinações de classe como já havia defendido Mannheim. Pode-se observar que Bourdieu procura refutar, assim como o sociólogo alemão, as teses que propõem uma ligação direta entre classe e pensamento intelectual.

Bourdieu (2002) argumenta que o conhecimento de uma obra traz a necessidade de conhecimento do campo para ser compreendida de maneira abrangente, pois defende que a relação do sujeito com sua obra acaba sendo intermediada pela sua posição no campo intelectual, uma vez que este funciona como um sistema de linhas de força (Bourdieu,2002). Tal ponto pode ser visualizado quando Bourdieu argumenta sobre as publicações das obras:

A objetivação da intenção criadora, que poderia denominar-se publicação, se realiza através de uma infinidade de relações sociais específicas, relações entre editor e o autor, relações entre autor e a crítica, relações ente os autores. A relação que o criador mantém com sua obra está sempre mediatizada pela relação que mantém com o sentido público de sua obra, sentido que se recorda concretamente a raiz de todas as relações que mantém com os autores membros do universo intelectual (Bourdieu, 2002:29-30). [Tradução minha]

O sociólogo francês argumenta que cada intelectual procura em suas relações com os demais intelectuais buscar a consagração cultural. Esta, por sua vez, vai depender da posição ocupada no campo e de maneira particular da relação que o autor mantém com a universidade, que funciona como a detentora em última instância dos signos de

¹⁴ De acordo com Bourdieu (idem) “Campo intelectual dotado de uma autonomia relativa, que permite a autonomização metodológica que pratica o método estrutural ao tratar o campo intelectual como um sistema regido por suas próprias leis(p.10).

consagração (Bourdieu, idem). Este ponto poderá ser visto na análise da trajetória de Florestan quando produziu as pesquisas de mestrado e doutorado sobre o Tupinambá. Os autores dispostos em uma mesma época teriam como elemento comum compartilhar os mesmos objetos (Bourdieu, idem).

Ao fazer parte de um campo, o intelectual torna-se situado histórica e socialmente, pois será através dele que ele terá o seu projeto definido e integrado. Além de ser contemporâneo de outros intelectuais a quem dirige sua obra e se comunica, “recorrendo implicitamente a todo um código que tem em comum com eles – temas e problemas a ordem do dia, formas de pensar, formas de percepção” (Bourdieu, 2002:41)

Bourdieu (idem) afirma que a relação travada entre o intelectual e a escola e seu passado escolar possui um peso determinante no sistema de escolhas individuais que se estrutura de forma inconsciente. Nesse sentido, o intelectual participa de sua sociedade e sua época, primeiramente, por causa do inconsciente cultural incorporado em suas aprendizagens intelectuais e também devido a sua formação escolar (Bourdieu, idem).

Este ponto enfocado acima por Bourdieu me auxilia a demonstrar a importância da análise que realizo no próximo capítulo sobre as trajetórias de Florestan e Cardoso e a importância que dou à formação escolar de ambos. Para Bourdieu, portanto, o intelectual possui uma lógica própria de pensamento e ação, que já havia sido demarcada por Manheim, uma vez que tem de responder aos ditames do campo intelectual e de suas respectivas regras de funcionamento.

Assim como ocorre com o campo científico/intelectual, o campo político também é um lugar no qual existe a relação de força e luta pela imposição da visão legítima sobre o mundo social. De acordo com Bourdieu (2004:164), no campo político são gerados na concorrência entre os agentes produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos que fazem com que os cidadãos sejam reduzidos a meros consumidores dos elementos produzidos pelo campo.

Para ter sucesso no campo é necessária a incorporação das regras relativas a ele, que Bourdieu define como *habitus* político. A partir da incorporação do *habitus* há uma luta entre os profissionais da política pelos ganhos legados pelo campo. Dentro do campo há uma luta pela imposição da visão legítima do mundo social aliada à luta pela conquista do poder, pois “Assim, a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de facto à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior

número” (Bourdieu, 2010:175). Dentro dessa lógica, a posição ocupada no campo é que determina as tomadas de posição:

Deste modo, é a estrutura do campo político que, subjectivamente indissociável da relação directa – e sempre proclamada – com os mandantes, determina as tomadas de posição, por intermédio dos constrangimentos e dos interesses associados a uma posição determinada nesse campo (Bourdieu, 2010:178)

A compreensão do campo deve ser feita de forma relacional, ou seja, entre a concorrência que os diversos agentes ocupam nas relações de disputa que, por sua vez, produz verdadeira ideias-força “capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou de desmobilizar, que os erros são faltas ou, na linguagem nativa, traições” (Bourdieu, 2010:187). Para se chegar a proferir ideias-força que são reconhecidas pelos pares é necessário que os agentes acumulem capital político que “é um forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios que eles reconhecem” (Bourdieu, 2010:187-188).

A partir do conceito de campo, Bourdieu aponta, assim como já fizera Manheim, a possibilidade de fugirmos das análises reducionistas que se focam unicamente no texto e no contexto para análises de autores e obras e também me fornece a possibilidade de observar as lógicas distintas que regem as práticas intelectuais e políticas, ou seja, as lógicas distintas que regem as instâncias da cultura e da política. Ou seja, conseguirei analisar com mais vagar o posicionamento político dos dois intelectuais quando adentraram ao campo de uma forma ampla e construtiva.

Abaixo analiso o papel do intelectual no século XX e as relações entre cultura e política. Como será visto o intelectual teve na política, tanto acadêmica quanto político-partidária um pilar central de suas ações, pois o caráter normativo de conduta tinha patamar de centralidade.

1.4 Intelectuais: entre a cultura e o poder

Bauman (2010) caracterizou os intelectuais modernos através da metáfora “legisladores”, que “consiste em fazer afirmações autorizadas e autoritárias que arbitrem controvérsias de opiniões e escolham aquelas que, uma vez selecionadas, se tornem corretas e associativas” (Bauman, 2010:20). Já Lamounier (2014) subdividiu os intelectuais modernos em três tipos ideais: o tribuno, o sacerdote e o profeta.

Mesmo partindo de caracterizações diferentes, os intelectuais tiveram durante o século XX a mesma ação nas perspectivas de Bauman e Lamounier: construir uma proposição teórica e analítica estruturada por um consequente programa político subjacente. Precisamente, estes intelectuais possuem como duas atribuições fundamentais interpretar determinada realidade e também propor saídas com o objetivo de levar a sociedade a uma forma de organização que consideram como a mais adequada. Ou seja, “A autoridade para arbitrar é, nesse caso, legitimada por conhecimento (objetivo) superior, ao qual intelectuais têm mais acesso que a parte não intelectual da sociedade”(Bauman,2010:20).

As esferas da cultura e da política possuem lógicas próprias que precisam ser levadas em consideração quando as analiso, pois existe uma série de complexas variáveis que são responsáveis pelo funcionamento das mesmas. Tendo em vista que o intelectual é um agente característico da esfera da cultura, qual deve ser o comportamento deste quando levado a participar da política? Ou melhor: é possível a junção das duas esferas? Esta discussão é muito importante para a demarcação do papel do intelectual no século XX e também para que eu possa demonstrar a singularidade do intelectual brasileiro através de Florestan e Cardoso.

Max Weber (2011) proferiu duas consagradas palestras tendo dois objetivos claros: demonstrar a singularidade das duas esferas e também a incompatibilidade entre ambas. A cultura seria pautada por uma “ética da convicção”, tendo como funções proporcionar conhecimentos que nos permitem prever os acontecimentos; proporciona também métodos de pensamento, instrumentos e disciplina e ainda contribui para clareza. Ou seja, “a ciência é, atualmente, uma ‘vocação’ alicerçada na especialização e posta ao serviço de uma tomada de consciência de nós mesmos e do conhecimento das relações objetivas” (Weber,2011:58). A função da esfera da cultura é, portanto, interpretar o mundo em que vivemos e não apontar normativamente como ele deveria ser.

Para dar mais força ao seu argumento, Weber aponta para as características intrínsecas ao homem político que são singulares a este e, portanto, diversas do homem da cultura. O político tem como características tomar partido, a luta e a paixão e o senso de proporção (Weber, 2011). Além desta, o político possui como característica um senso de “responsabilidade pessoal exclusiva por tudo quanto faz, responsabilidade que ele não pode rejeitar e nem delegar” (Weber, 2011:97). O político seria o portador da “ética da responsabilidade” e o homem da cultura seria portador da “ética da convicção¹⁵”. Sendo portadores de éticas tão distintas, não haveria como conciliar cultura e política para Max Weber.

Na mesma direção de Weber está Norberto Bobbio¹⁶. O cientista político italiano advoga que existe um hiato entre intelectuais e políticos que se torna bastante difícil de eliminar. Assim como Weber que defende a existência de duas éticas, Bobbio também procura demarcar a especificidade de cada uma e a distinção entre as duas esferas através da demarcação da existência de dois tipos de política: a política da cultura e a política dos políticos. A partir desta demarcação e diferenciação em relação à política, Bobbio demarca quais seriam os papéis cabíveis aos intelectuais como homens de cultura. Um papel importante seria o de defender valores morais: “alguém que não faz coisas, mas reflete sobre elas, que não maneja objetos, mas símbolos, alguém cujos instrumentos de trabalho não são as máquinas, mas as ideias” (Bobbio, 1997:68). Ainda segundo Bobbio (1997): “A tarefa do intelectual é a de agitar ideias, levantar problemas, elaborar programas ou apenas teorias gerais: a tarefa do político e a de tomar decisões” (p.82).

Para Bobbio (idem), os intelectuais ao se relacionarem com a política terão como função transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias e concepções de mundo que tem como função a constituição das “ideias ou os sistemas de ideias de uma época e de uma determinada sociedade” (p.110). Neste sentido, Bobbio se distancia de Weber ao

¹⁵ Seguindo à sua metodologia, Max Weber propõe a contraposição das duas éticas trabalhadas como tipos ideais, ou seja, como elementos construídos pelo autor para serem confrontados com a realidade empírica: “Vemos assim que a ética da convicção e a ética da responsabilidade não se contrapõem, mas se complementam e, em conjunto, formam o homem autêntico, isto é, um homem que pode aspirar à ‘vocação política’” (Weber, 2011:155).

¹⁶ Bobbio é um importante analista dos intelectuais. Antes de apontar sua posição sobre a relação entre cultura e política, o cientista político italiano procura definir, assim como já fizeram Karl Manheim e Pierre Bourdieu o caráter singular dos intelectuais. Ele aponta, em consonância com os autores citados, o caráter fragmentário desta camada social, que é fragmentária em termos descritivos e prescritivos como pode ver visto ao analisarmos sua ação nas “democracias modernas, sociedades pluralistas, o poder ideológico está fragmentado e se exerce nas mais diversas direções, algumas vezes até mesmo contrastantes entre si. E essa é uma outra razão pela qual todo juízo global a respeito dos intelectuais é sempre inadequado, desviante, além de objetivamente falso” (Bobbio, 1997:11).

demarcar o posicionamento normativo como elemento constituinte da prática intelectual, que é negado pelo sociólogo alemão.

Oliveira (2006) afirma que os intelectuais brasileiros são caracterizados como “um caso francês” no “capitalismo tardio” periférico unido a alguns elementos do caso russo. A partir desta caracterização, Oliveira faz uma análise da relação entre nossos intelectuais e a política desde o Império até os dias atuais, demonstrando a participação ativa desta camada social na política partidária. Ao referir-se aos três maiores intelectuais da geração de 1930 – Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior-, Oliveira (idem) argumenta:

Até a política institucional os tentou: Gilberto Freyre foi deputado à Constituinte e ajudou a fundar dois partidos, ideologicamente antípodas: a Esquerda Socialista, da qual saiu depois que o Partido Socialista Brasileiro (a qual o mestre de Apipucos não aderiu), e a UDN – União Democrática Nacional, que ficou como partido de direita brasileira até o golpe de 1964. Caio Prado Júnior foi deputado estadual em São Paulo, pelo Partido Comunista, até a cassação do registro do velho Partidão em 1947. Sérgio Buarque de Holanda foi membro do Partido Socialista Brasileiro de antes de 1964 e depois, junto com Mario Pedrosa e Antonio Candido, entre outros, um dos intelectuais mais importantes do Partido dos Trabalhadores.”(p.295)

Daniel Pécaut (1987) analisa a relação entre os intelectuais e a política no Brasil entre os anos 1930 e 1980. O autor aponta como os intelectuais brasileiros sempre tiveram uma relação estreita com a política durante o período acima referido: “como pensadores do social em 1930, como ideólogos do desenvolvimento em 1960, como ator político sob a ditadura. Foram panegeristas do Estado, seus interlocutores e seus adversários” (p.312).

Acredito que um objetivo central dos intelectuais quando se relacionavam com a política em suas variadas esferas era a luta para influenciar o processo de modernização de forma a fazer com que o país pudesse institucionalizar de forma plena a modernidade. Creio que este tenha sido o papel exercido por Florestan e Cardoso que foram “legisladores” durante o período recortado por esta pesquisa. Isto porque tiveram como intuito não apenas decifrar a realidade brasileira, mas também defender quais caminhos deveriam ser tomados para que o Brasil pudesse construir uma ordem plenamente moderna, organizada e racionalmente administrada como ocorreria nos países centrais. Ou seja, os autores analisados nesta tese reproduzem de forma singular o papel do intelectual moderno durante o século XX.

Neste capítulo apresentei as bases teórico-metodológicas da pesquisa e também debati o papel do intelectual no século XX. Com a discussão desenvolvida acredito estruturar as bases para analisar a temática da modernização e o papel do intelectual em Florestan e Cardoso ao longo da tese.

Capítulo II – Da Socialização familiar à Cadeira de Sociologia I na USP: destinos cruzados de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso

A análise feita no capítulo I sobre os intelectuais tem importância central para este capítulo, pois me deu subsídios para construir uma perspectiva analítica que une ao ponto de vista de classe à dinâmica intelectual para compreender a conduta desta camada social. Por isso, procuro trabalhar em consonância com as proposições trazidas por Karl Mannheim e Pierre Bourdieu, pois concordo com estes autores quando apontam que o intelectual não pode ser pensado como um mero reflexo de classe.

Não tenho, porém, a intenção utópica de exaustividade, isto é, de um estudo interminável que busca esclarecer um percurso individual em toda ordem de matrizes de escolhas individuais; assim procedendo, procuro evitar o risco de um trabalho “da busca ilusória da restituição exaustiva ou total dos casos estudados em toda a sua complexidade” (Lahire, 2004: 35). Para Lahire (idem), é preciso examinar as forças sociais, não necessariamente coerentes, que impelem o indivíduo “a optar por estudos, a orientar-se profissionalmente” (ibidem:35).

Neste capítulo procuro focar momentos das trajetórias de Florestan e Cardoso até a chegada à Universidade de São Paulo, procurando especificar suas relações familiares, escolares, os caminhos que os fizeram chegar à USP, o período de formação intelectual, o encontro entre ambos na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e a constituição do grupo de sociólogos junto à Cadeira de Sociologia I, que teve Florestan e Cardoso como os dois principais artífices.

Essas relações são cruciais para que eu possa não apenas compreender o percurso que trilharam até chegar à USP e constituírem uma importante relação institucional e pessoal. Todavia, minha questão central é compreender como a trajetória de ambos antes de chegar à Faculdade de Filosofia foi importante para que eles construíssem a visão idealizada sobre a “modernidade eurocêntrica” que se materializa na interpretação do Brasil de ambos nos anos 1950.

Para levar a cabo esta empreitada utilizo fontes primárias como textos autobiográficos dos autores, entrevistas concedidas por eles a intelectuais e à imprensa,

cartas entre ambos, diplomas, trabalhos escolares, poemas, bilhetes, certidões, textos publicados em jornais escolares, certificados, resenhas, trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, atas, cartas de ambos para terceiros. E também fontes secundárias como os trabalhos produzidos por seus mais significativos biógrafos¹⁷.

Sobre a questão das fontes primárias é necessário fazer algumas considerações. O acervo de Florestan Fernandes está depositado na biblioteca comunitária que leva o seu nome na Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR, em São Paulo-UFSCAR. Já o acervo de Fernando Henrique Cardoso está depositado no Instituto que leva o seu nome na capital paulista, mas também está disponibilizado em formato digital no site do iFHC. Há uma grande organização deste acervo que foi feita pelas arquivistas Ana Maria Camargo e Silvana Goulart, que publicaram o livro “Tempo e Circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais”, em 2007, no qual discutem de forma detalhada o arquivo de Cardoso e a forma rigorosa com a qual foi organizado, fornecendo as condições necessárias para o pesquisador interessado em sua obra poder desenvolver uma pesquisa proveitosa.

Pelo fato de Cardoso ter sido presidente da República, o seu arquivo tornou-se acervo privado do presidente da República, de interesse público, fruto da Lei n.8.394, de 30/11/1991(Camargo & Goulart, 2007:12). Mesmo tendo de ser aberto ao interesse público, para o custeio do arquivo não há qualquer subvenção pública. Por isso, a ação de Ana Maria Camargo, que cuida dos seus arquivos desde o período presidencial, foi fundamental para organizá-lo e deixá-lo à disposição dos pesquisadores que se interessam

¹⁷ Neste capítulo travarei diálogo com os seguintes trabalhos autobiográficos sobre os autores: Florestan Fernandes, vida e obra, de Laurez Cerqueira(2004), que foi seu assessor no período em que esteve na Câmara Federal como deputado; Destino Ímpar, de Sylvia Garcia(2002), que faz uma análise do período de formação do sociólogo paulista, tendo como base uma mediação entre o mérito individual de Florestan e as relações pessoais de proteção que constituíra ao longo do período abordado por sua pesquisa. Também utilizo o livro de Maria Arminda Arruda e Silva Garcia (2003) Florestan Fernandes: mestre da Sociologia Moderna, em que colocam em voga o papel de Florestan como o formulador da Sociologia moderna no Brasil; também dialogo com o trabalho de Eliane Veras Soares(1997), Florestan Fernandes: o militante solitário, obra que examina a atuação política do autor desde a juventude quando militou no movimento trotiskista; Já em relação a Cardoso, utilizo o trabalho de Brigitte Leoni (1997), jornalista francesa a construir a primeira biografia sobre o autor. Além dela, também faço uso do trabalho de Wagner de Melo Romão (2006), pois este analisa a formação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o CESIT, e também a relação entre Florestan e Cardoso durante os embates sobre a formação do centro de pesquisa. Faço referência, aqui, ao trabalho de Ted Goertzel (2002), Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil. Este trabalho, todavia, repisa os argumentos já trabalhados pelos textos autobiográficos de Cardoso e também pelo trabalho de Leoni. Por isso, utilizarei a partir do capítulo III. Uma questão que necessita ficar bastante clara é que não houve uma simples reprodução dos argumentos dos autores acima citados. Ao contrário, houve uma absorção de dados e elementos que não estavam presentes nos trabalhos autobiográficos e também nas fontes primárias coligidas para esta pesquisa.

pela obra de Cardoso. O arquivo, dividido nos períodos pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial deixa as condições necessárias para reconstruir a trajetória familiar, acadêmica e política de Cardoso, bem como demonstrar as relações profissionais e pessoais construídas entre ele e Florestan¹⁸.

Antes de iniciar a análise, vale fazer duas considerações fundamentais sobre a dinâmica das classes sociais e também sobre o conceito de trajetória. Assim, acredito poder deixar o trabalho que será realizado neste capítulo consentâneo com a metodologia exposta no capítulo anterior em que procurei demonstrar que a análise das ações sociais não pode ser feita levando-se em consideração apenas o sujeito como responsável exclusivo pelas consequências dos seus atos. Ou seja, procuro demonstrar como não faz sentido construir uma visada sobre a trajetória pessoal desses autores sem levar em consideração as determinações de classe e também as mediações constituídas através do contato com as instituições sociais, como o sistema escolar.

Pierre Bourdieu (2010) analisa a sociedade de classes como um grande campo estruturado por relações de força e dominação que se dão, conseqüentemente, entre dominantes e dominados. Em princípio a proposição de classe trazida pelo sociólogo francês não teria nenhuma grande inovação em relação à clássica definição de classe construída pelo marxismo. Todavia, sua proposição procura afastar-se da definição marxista em virtude do caráter economicista¹⁹ de sua definição. Ao contrário desta definição, considerada reducionista e insuficiente, Bourdieu propõe uma definição de

¹⁸“O acervo que hoje se encontra sob a custódia do Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) abrange, por enquanto, dois arquivos, o de Fernando Henrique Cardoso e o de sua esposa Ruth Corrêa Leite Cardoso, refletindo a trajetória familiar, acadêmica e política de ambos, com suas especificidades e pontos de convergência. Inclui também a biblioteca do casal, que reúne livros e periódicos representativos das áreas de pesquisa de que se ocuparam ou de temas pelos quais manifestaram interesse ao longo do tempo. Consistente e multifacetado, o arquivo de Fernando Henrique Cardoso espalha ações concomitantes e sucessivas por ele praticadas desde a infância e juventude. A integridade do conjunto, rara de se encontrar num fundo de natureza pessoal, permite refazer as diferentes etapas de sua existência”(CAMARGO, Ana & GOULART, Silvana, 2007:25-6).

¹⁹Bourdieu advoga que a construção de uma teoria sobre o mundo social traria como consequência rupturas com a proposição de classe trazida pela teoria marxista: “Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias – neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir – em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como uma classe real, um grupo efetivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica constituídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objetivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos”(Bourdieu, 2010:133).

classe que não se reduz ao lugar que o sujeito ocupa nas relações de produção, mas que se configura através do compartilhamento de estilo de vida próprio.

Através do conceito de *habitus* Bourdieu defende que as classes se diferenciam através da incorporação de disposições diferenciais de classe que são objetivamente interiorizadas desde a infância, o que daria a esses sujeitos um conjunto de possibilidades e de impossibilidades de conduta no espaço social.

Indivíduos pertencentes à mesma classe não ocupariam apenas o mesmo lugar nas relações de produção, mas reproduziriam atitudes e condutas semelhantes configurando um estilo de vida próprio. Através da participação neste espaço simbólico que é a classe social, os indivíduos teriam não apenas relações de compatibilidade, mas também construiriam relações de distanciamento com aqueles que não compartilhassem o mesmo estilo de vida. O pertencimento de classe daria ao sujeito não apenas uma posição econômica diferenciada, pois além desta questão ele proporciona ao sujeito uma percepção diferenciada do mundo social. O exemplo a seguir é ilustrativo:

Onde as classes populares, reduzidas aos bens e às virtudes de “primeira necessidade”, reivindicam limpeza e comodidade, as classes médias, mais liberadas da urgência, desejam um interior quente, íntimo, confortável ou cuidado, ou uma roupa da moda e original. Por serem muito arraigados, esses valores lhes parecem naturais e evidentes, sendo relegados a segundo plano pelas classes privilegiadas (Bourdieu, 2003:76).

A importância da socialização familiar pode ser vista também através da aquisição da competência cultural, pois essa primeira socialização demarcada pelo conceito de *habitus* primário fornecerá um aprendizado a determinadas classes que passarão a ter certeza de serem portadoras da legitimidade cultural, uma vez que a cultura será vista como um bem de família da qual o sujeito se sentirá um herdeiro legítimo (Bourdieu, 2003:88).

A análise das classes sociais como estilos de vida proporciona a Bourdieu a possibilidade de demonstrar como elas funcionam como um sistema simbólico responsável por hierarquizar os indivíduos de forma invisível através da incorporação diferencial do *habitus*. Este caráter invisível ocorre, precisamente, porque deixa apenas a imagem de diferenças “espontâneas”, “naturais” entre elas como podemos observar a primeira vista ao ouvirmos expressões como “prático”, “sóbrio”, “fino”, “funcional”, as

quais possuem uma série de conotações de classe por trás da pretensa neutralidade²⁰. Ou seja, o sucesso ou fracasso na vida materializado na posição de classe seria fruto apenas do seu esforço individual ou da ausência dele, reproduzindo no senso com uma ideologia liberal da meritocracia.

O senso comum reproduz esse consenso explícito que encobre as estruturas sociais, sobrevaloriza a ação individual e naturaliza as desigualdades sociais. Através da coincidência entre as estruturas objetivas e incorporadas, temos a tendência a olhar o mundo social como algo natural, evidente, plenamente explicável a qualquer momento. Todavia, a relação entre as classes tem como elemento intrínseco a incorporação de estruturas sociais diferenciadas através de instituições sociais como a família e a escola que redundam na luta pela dominação social. A partir dessa relação, a sociedade das oportunidades iguais mostra-se, na verdade, hierarquizada, rígida e desigual, o que resulta na existência de classes dominantes e dominadas.

Mesmo tendo apontado as deficiências do conceito de classe formulado pelo marxismo ao propor uma caracterização ampla do conceito, faltava demonstrar como o acesso diferencial a esquemas de percepção e ação se materializa em diferenças sociais. Para tanto, o capital simbólico exerceria essa função de elemento de distinção social, como o ocorre com a importância central do sistema escolar:

Tudo leva a pensar que a fração mais consciente da classe operária permanecesse submissa, em matéria de cultura e de língua, às normas e aos valores dominantes e, portanto, profundamente sensível aos efeitos de imposição de autoridade exercida, inclusive na política, por todo detentor de prestígio cultural sobre aqueles em quem o sistema escolar inculcou um reconhecimento sem conhecimento – que é uma das funções do ensino primário (Bourdieu, 2003:98-9)

A apropriação diferencial do capital escolar resulta em disposições distintas para “ver” o mundo social, o que representa uma hierarquização brutal entre as classes e frações de classe (Bourdieu, 2003:83). Essa apropriação do capital cultural via sistema escolar não só materializaria as distinções sociais como demonstraria o caráter

²⁰Bourdieu(2003) desenvolveu este ponto a seguir: “ Por exemplo, a expressão ‘bem-cuidado’ – tão fortemente apropriada por quem pretende manifestar seu gosto pelo trabalho bem feito como um critério de perfeição estética – está carregada de conotações sociais, confusamente sentidas e recusadas pelos outros. Ou ainda ‘divertido’, cujas conotações sociais – associadas à pronúncia e locução socialmente marcadas, mais para burgueses ou esnobes – entram em contradição com os valores expressos, afastando aqueles que se reconheceriam num equivalente popular a ‘engraçado’ ou ‘gozado’(p.77-8).

hierarquizado e rígido da sociedade de classes que, em princípio, seria vista como formada apenas por um somatório de indivíduos livres para competir.

Ainda sobre a importância do sistema escolar, Bourdieu (idem) afirma que quanto mais elevados forem os sujeitos na hierarquia social, mas os gostos ficariam dependentes do sistema escolar “encarregado de inculcar o programa (no sentido da escola e da informática) que governa os espíritos ‘cultos’ até na procura do ‘toque pessoal’ e na ambição da ‘originalidade’”(Bourdieu,2003:85-6).

Bourdieu concede uma ênfase especial ao sistema escolar porque através da análise da sua dinâmica interna temos uma importante ferramenta para demonstrar a sua função política de elemento hierarquizador do mundo social. Como exemplo temos a ideia de “gosto” que, em princípio, é visto como algo natural, fruto de uma competência inata do indivíduo. Esta competência, todavia, é fruto da aquisição da cultura via sistema escolar. Por conta da centralidade do sistema escolar, Bourdieu (idem) afirma que o “gosto” do autodidata possui um caráter pouco seguro²¹.A análise do sociólogo francês mostra que sua apreensão como um dom inato do sujeito apenas funciona como uma ideologia responsável por naturalizar a desigualdade social.

Bourdieu (idem) não só traz uma proposição ampla do conceito de classes como ajuda a desconstruir o discurso liberal consagrado pela ideia de meritocracia, uma vez que a incorporação objetiva de certas disposições seria elemento crucial para redundar em sucesso ou fracasso na conduta de sujeitos de classes diferentes. Ou seja, o autor apontava como a demonstração dos elementos invisíveis que formam as classes sociais poderia deixar claro como seria mais fácil ou mais difícil o sucesso dependendo da vinculação exercida pelos sujeitos com as distintas classes sociais.

A partir dos pontos elencados acima, podemos ver como as distinções de classe não se dão apenas pelo elemento econômico, mas também devido à incorporação através do *habitus* de disposições diferenciadas de ver e lidar com mundo (Bourdieu, idem).

²¹ “Para ficar ao abrigo dessas interferências que traduzem o gosto pouco seguro do autodidata, é preciso possuir os sistemas de classificação e as técnicas de identificação dos símbolos de distinção, o domínio prático dos índices de ‘classe’, da hierarquia social de pessoas e objetos, que define o que se chama de ‘bom gosto’, o conhecimento de pessoas, autores, diretores e compositores, ou lugares, teatros, salas de concerto, editoras, revistas, galerias, estações de rádio, ou títulos institucionais, universitários, acadêmicos, que são ‘garantias de qualidade’”(Bourdieu,2003:101-2).

É através da incorporação objetiva das disposições de classe que o privilégio acaba tornando-se algo naturalizado. Um exemplo deste ponto é a questão da competência cultural que é representada como algo natural mas que, na verdade, é fruto da junção das disposições incorporadas na socialização familiar e no sistema escolar. Poderei demonstrar este ponto ao analisar as trajetórias de Florestan e Cardoso e o “gosto” de ambos pela literatura durante a infância e a adolescência. Através desta junção, o consequente privilégio de classe faria com que as classes dominantes tivessem acesso às estruturas de dominação política. Com isso, há uma reprodução da *doxa*, que faz com que o mundo social seja percebido como natural (Bourdieu, 1998). Sobre a importância do sistema escolar, Bourdieu (2003) argumenta:

Fornecendo instrumentos de expressão que permitem levar para a ordem do discurso quase sistemático as preferências práticas e organizá-las expressamente em torno de princípios explícitos, o sistema escolar torna possível o domínio simbólico (mais ou menos adequado) dos princípios práticos do gosto mediante uma operação análoga à que realiza a gramática ao racionalizar, para aqueles que a conhecem, o “sentimento de beleza”, dando-lhes meios de referir-se a regras, preceitos e receitas em vez de remeter-se aos acasos da improvisação e substituindo a quase sistematicidade intencional de uma estética pela sistematicidade objetiva da estética em si que é produzida pelos princípios práticos do gosto. Desse modo (o que determina o furo dos estetas contra os pedagogos e o pedagogia), o sistema escolar procura substitutos à experiência direta, oferece atalhos aos longo encaminhamento da familiarização, possibilita práticas que são produtos do conceito e da regra ao invés de surgir da pretendida espontaneidade do “gosto natural” e oferece um recurso para aqueles que esperam recuperar o tempo perdido(p.90)

Outro conceito de grande importância para a discussão engendrada neste capítulo é o de trajetória. Sua análise torna-se complementar a feita acima sobre as classes, pois procura demonstrar o equívoco de analisá-la como se fosse fruto exclusivo da ação individual e criadora do sujeito. Bourdieu (1986) aponta as fragilidades existentes nas proposições intelectuais que veem a trajetória com uma ação individual e também da ideia segundo a qual a trajetória ocorre de forma linear, como se fosse um trajeto com o percurso previamente demarcado, pois tal ação “conforma-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar” (p.185). Este ponto, como argumentei no primeiro capítulo, também está presente no pensamento de Karl Mannheim. Segundo Bourdieu (idem):

Ela conduz à construção da noção de trajetória como série de disposições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações. Tentar compreender uma vida com uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não seria aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado (p.189-190).

A partir dos apontamentos trazidos por Bourdieu sobre a importância das classes sociais, do sistema escolar e a ênfase no caráter sinuoso existente nas trajetórias sociais, procuro focar a importância da origem de classe de Florestan e Cardoso, a importância do sistema escolar e também o caráter sinuoso existente nas trajetórias de ambos, sobretudo a de Florestan, responsável por gerar algumas rupturas que procurarei focar ao longo do texto. Desta forma, acredito deixar assentadas as bases para uma análise ampla da ação intelectual e política no decorrer da tese levadas a cabo pelos dois sociólogos tendo como elemento central o tema da modernização brasileira.

2.1 Florestan e a fuga do destino de classe

A trajetória de Florestan Fernandes tem um caráter diferenciado devido à superação do destino de classe a que estava relegado²². Por conta disso, Garcia (2002), chama a trajetória do sociólogo paulista de destino ímpar. Florestan Fernandes nasceu em 22 de julho de 1920, em São Paulo, filho de dona Maria Fernandes, imigrante portuguesa vinda da Região do Minho, em Portugal. O parto de dona Maria foi envolvido por riscos decorrentes da subnutrição, devido à pobreza a que estava submetida (Cerqueira, 2004) Sua mãe chegara ao Brasil aos 13 anos de idade, indo juntamente com os tios e avós para Bragança Paulista (Cerqueira, idem).

²² Como disse no início deste capítulo procuro analisar as ações intelectuais e políticas de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso tendo o cuidado de não relegá-las apenas as injunções dos campos de produção simbólica aos quais estes estiveram inseridos, como o campo acadêmico e o político. Acredito que a trajetória anterior à universidade possui grande importância para os caminhos que tomaram logo depois à suas inserções. Nesse sentido, concordo com Soares(1997) que, ao analisar a trajetória política de Florestan dá grande ênfase a esta dimensão: “Estamos partindo do pressuposto de que a aprendizagem sociológica a que se Florestan consiste em um processo de socialização que contribui tanto a sua formação como sociólogo quanto para sua opção como militante político”(p.21-22)

A família tinha como marca importante o pertencimento a uma cultura rústica e o desenraizamento social (Fernandes, 1977). Assim, a mãe de Florestan e sua família não haviam tido contato com a cultura incorporada através do sistema escolar, apreendendo apenas uma socialização cujas disposições eram voltadas unicamente para a valorização do trabalho levado a cabo pela força muscular. Ou seja, reproduziam as disposições para um tipo de trabalho que despendia grande esforço físico e possuía baixíssimo reconhecimento social, sobretudo porque era desenvolvido até a abolição predominantemente por escravos. Depois da morte do seu pai, todavia, dona Maria vai para São Paulo ganhar vida sozinha.

Florestan acabou não conhecendo seu pai posto que era filho de mãe solteira em plena década de 1920²³, quando a cidade de São Paulo desenvolvia sua formatação urbana de maneira lenta, pois só se transformaria na grande metrópole brasileira e latino-americana na década de 1950. O pequeno Florestan teve uma socialização religiosa dada pela sua mãe, que o forçou a fazer a primeira comunhão na Igreja do Cambuci (Fernandes, 1991). Florestan (idem) justifica a atitude da mãe argumentando que a Região do Minho possuía o clero mais conservador de Portugal. A relação com a religião, todavia, vai ser perdida à medida que ele vai incorporando nossas disposições que farão com que ele rompa com sua condição de classe e chegue à USP.

Sua mãe era analfabeta e foi para São Paulo trabalhar como empregada doméstica. Acabou tornando-se empregada na casa da dona Hermínia Bresser de Lima, tendo seu filho durante o período em que lá estivera²⁴. Florestan nascera, portanto, em uma família

²³ Laurez Cerqueira (2004) aponta elementos da trajetória de dona Maria Fernandes e os motivos que a fizeram ir morar na cidade de São Paulo: “Oriunda de uma região pobre de Portugal, veio para trabalhar nas lavouras no interior paulista. Era uma moça bonita, impetuosa, mas submetida a um pai durão, conservador, que mantinha os filhos a rédeas curtas. Sob sua rígida vontade, dona Maria casou-se ainda adolescente com um colono português, prometida muito tempo antes ao pai do noivo. O casamento durou pouco. Vítima da ‘gripe espanhola’, o marido faleceu. Desgostosa da vida e do trabalho nas lavouras, dona Maria resolveu morar na capital, São Paulo, onde passou a trabalhar como empregada doméstica. Florestan nasceu de uma paixão por um moço que também prestava serviços em uma das casas onde trabalhou. Ela ficou grávida e manteve o fato em segredo”(p.11).

²⁴ Outro ponto importante sobre a trajetória de Florestan refere-se às indagações sobre seu pai. De acordo com Cerqueira (2004): “Além desse episódio, uma outra situação afetava Florestan, à medida que crescia e estabelecia relações de convivência: via-se obrigado a responder a indagações sobre o seu pai. Isso o incomodava e ele repetia a versão da mãe, que seu pai havia morrido quando ainda era bebê. Essa controvérsia foi desmanchada mais tarde por dona Maria, já no final da vida, em 1992. Ela revelou o nome do pai dele a dona Myrian Fernandes, mulher do professor Florestan. E, com a delicadeza que o assunto requeria, dona Myrian aguardou o momento adequado para transmitir-lhe a confidência: seu pai estava vivo. Perguntou se ele gostaria de conhecê-lo. Lacônico, o professor Florestan disse que não, que não tinha pai e que não se interessava por aquele assunto. Com esta decisão a família resolveu deixar as coisas como estavam”(p.12-13).

desestruturada²⁵, pois além de sua mãe ser analfabeta não possuía a figura do pai. Com isso, não teria condições plenas de reproduzir as disposições requeridas por uma sociedade capitalista, como disciplina, concentração, “gosto” pela leitura e pelos estudos. Todavia, ele nasceu na casa de uma tradicional família paulistana que, ao contrário da realidade de sua mãe, possuía as disposições necessárias para fazer o pequeno Florestan ter acesso a um “outro mundo” que não àquele a que estava condenado por sua posição de classe.

A patroa de sua mãe, Dona Hermínia, que não tinha filhos, era uma mulher culta pertencente à classe média alta de São Paulo, que “falava francês, tocava piano e gostava de tomar chá com as amigas nas tardes paulistanas” (Cerqueira, 2004:11). Dona Hermínia possuía uma série de disposições reproduzidas no seu “gosto” pela cultura materializada na importância que dava à cultura como os pontos acima deixam claro. Antes de prosseguir vale apontar a força da cultura francesa sobre o comportamento das elites que vão reproduzi-la como símbolo da modernidade.

A senhora culta e de classe média alta não seria apenas a patroa de dona Maria Fernandes, mas aquele que inculcaria em Florestan as primeiras disposições que o levariam no futuro à mudança em seu destino de classe, pois como sua madrinha lhe mostraria outra forma de “ver” o mundo, ou seja, deu a oportunidade para que ele pudesse incorporar disposições que seriam cruciais para que ele tivesse condições de lutar contra a situação de classe na qual estava enredado.

Cerqueira (idem) argumenta que Florestan tornou-se o centro das atenções da família Bresser de Lima a ponto de o casal comprar livros infantis e lê-los para ele, como a Revista Tico-Tico (Cerqueira, idem). De acordo com Cerqueira (idem): “A leitura, embrião de uma vigorosa atividade intelectual, passou, então, naturalmente a fazer parte de sua vida a partir desse episódio” (p.13). Através da ação dos Bresser de Lima, o pequeno Florestan incorporou as disposições que o fizeram tomar “gosto” pela leitura e valorizá-la como algo capaz de possibilitar um relacionamento diferente com o mundo, algo absolutamente impensável de ser conseguido se estivesse sob os cuidados exclusivos de sua mãe.

²⁵ Heloísa Fernandes (2015:15) aponta que Florestan Teve uma irmã mais nova, chamada Tereza, que acabou falecendo aos três anos de idade vítima de meningite.

Se lembrarmos que o *habitus* funciona como uma estrutura durável, podemos ver a centralidade dessas ações para o futuro do menino derivadas das ação pedagógica familiar. Foi através do contato com a família Bresser de Lima que Florestan incorporou o capital cultural, mesmo que de forma precarizada, pois permaneceu com eles por um curto período:

O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um *habitus*. Aquele que o possui “pagou com sua própria pessoa” e com aquilo que tem de mais pessoal, seu tempo. Esse capital “pessoal” não pode ser transmitido instantaneamente (diferentemente do dinheiro, do título de propriedade ou mesmo do título de nobreza) por doação ou transmissão hereditária, por compra ou troca. Pode ser adquirido, no essencial, de maneira totalmente dissimulada e inconsciente, e permanecendo marcado por suas condições primitivas de aquisição (Bourdieu, 1998:74-5).

A passagem pela casa de sua madrinha não trouxe a Florestan apenas elementos positivos como a incorporação do “gosto” pela leitura, mas também a demonstração de como a sociedade brasileira era bastante conversadora, ponto defendido por ele durante toda vida. Dona Maria coloca o nome “Florestan” em seu filho para homenagear um motorista alemão que tinha este nome. Cerqueira (idem) argumenta que o motorista havia ajudado dona Maria nos momentos mais complicados da gravidez, fazendo com que a gratidão a fizesse colocar no filho este nome. Dona Hermínia, por sua vez, não achava o nome apropriado, o que nos ajuda a demonstrar a afirmação de Bourdieu sobre a ausência de neutralidade nas adjetivações e nos nomes escolhidos, pois teriam a função de marcas de distinção social:

Na hora do batismo, a patroa, que seria a madrinha, não admitia que o bebê se chamasse Florestan. Dizia com desdém que esse nome era para gente de classe social elevada, não para um filho de lavadeira. E decidiu que o nome de criança seria Vicente. A madrinha, o marido, e os parentes de Dona Maria passaram a chamá-lo assim, mas a mãe o chamava de Florestan (Cerqueira, 2004:12).

Durante um pequeno período de sua infância Florestan morou na casa de sua madrinha na Rua Celso Garcia, no Brás, o que acabou dando a ele a oportunidade de estudar, ou seja, além de ter tido contato com as disposições de comportamento familiar valorizadas pelas classes média e elites, Florestan teve a oportunidade de ter relação com

o sistema escolar, que seria crucial para que ele rompesse com sua situação de classe anos depois.

Como tinha chamado atenção, a classe social se configura como um estilo de vida, ultrapassado a definição estreita trazida pelo economicismo. Tal definição pode ser demonstrada ao analisarmos a afirmação de Florestan de que descobriu o que era ser gente e viver como gente neste período (Fernandes, 1977). Ou seja, ele encontrou uma família estruturada, com incentivo aos estudos e a valorização da instrução (Soares, 1997), valores que estavam totalmente ausentes do horizonte de sua mãe e do estilo de vida que ela reproduzia. Ele encontrou uma família na qual o capital cultural era elemento central.

Florestan, todavia, acabou saindo do amparo dos Bresser de Lima depois que sua mãe resolveu deixar o emprego e sair em busca de outro. Por conta disso, Florestan e a mãe passaram a viver em uma casa de dois cômodos, na periferia de São Paulo (Cerqueira, 2004:13). Mesmo assim, o contato entre eles não foi rompido, pois quando podia dona Maria levava o menino para visitar a madrinha, que sempre o via no Natal (Cerqueira, *idem*).

De acordo com Cerqueira (*idem*), em uma das visitas feitas por dona Hermínia houve a tentativa dela de convencer dona Maria para que deixasse Florestan viver com ela no momento em que o menino completara seis anos e passava por grandes dificuldades decorrentes da situação em que se encontrava junto com sua mãe. Ele morou com sua madrinha entre os seis e sete anos, o que lhe propiciou frequentar com regularidade a escola.

Florestan teve duas experiências escolares durante a sua infância. A primeira aconteceu quando tinha seis anos e fora estudar em uma escola primária na Avenida Celso Garcia, no Brás, perto da casa de sua madrinha. Florestan viveu este período junto com a sua madrinha devido ao pedido feito por ela à sua mãe para que lhe desse o menino em definitivo (Cerqueira, *idem*). A partir daí passaram a viver as agruras da vida na cidade de São Paulo²⁶.

²⁶ De acordo com Cerqueira(*idem*): “Depois da mudança da casa da madrinha para a casa da mãe, no bairro da Bela Vista, a situação da família se agravou. Dona Maria tinha se casado novamente, mas o padrasto ficou doente e o que ela ganhava, lavando roupas, não dava para suprir as necessidades da família. Florestan teve que se lançar às ruas em busca de trabalho, um pouco antes de completar sete anos de idade. O menino ora engraxava sapatos, encerava casas no bairro, ajudava numa fábrica de colchões, ora entregava compras de feira em domicílio. Fazia biscates que aparecia,”(p.16)

Ao voltar a morar sozinho com sua mãe, acabou indo estudar no Grupo Escolar Maria José, na Bela Vista, ficando até o 3º ano (Fernandes, 1977). Durante a passagem pela escola na Bela Vista, Florestan construiu uma relação de amizade com o professor Barros, diretor de escola, que acabaria acompanhando a sua carreira futura (Fernandes, 1977). Abaixo, Florestan (1977) narra as relações conflituosas que enfrentou neste período dentro do sistema escolar, uma vez que não era valorizado como algo importante por ele e, conseqüentemente, por sua classe:

A escola, de fato, não fazia parte da “nossa cultura” e tolhia as nossas cogitações imediatas. Não só cabulava aulas, uma vez ou outra. Aceitava a violência que minava a nossa cultura de machões em potencial. Como tomava tabuada de outros colegas – e o fazia segundo regras muito estritas – o resultado era que tinha de “acertas contas na rua” com muita frequência. O próprio ensino não nos atraía. Preferíamos, muito mais, fugir para o Morro dos Ingleses e construir lá um mundo mais humano que os dos nossos lares e da nossa vizinhança, um mundo no qual prevalecia a nossa vontade e os nossos desejos (p.146).

O pouco interesse pela escola e os conflitos existentes com os colegas ocasionavam a intervenção do professor Barros, que chamava a mãe de Florestan para aconselhá-la. Sua mãe, por sua vez, autorizava o professor a corrigir o filho com violência física. Essa seria a forma legítima de fazer com que o filho tivesse um comportamento e desempenho melhores. Não seria, portanto, o incentivo familiar para que ele incorporasse o sistema escolar como um elemento interessante e fundamental para sua vida que ele encontrou quando esteve sob os cuidados da família Bresser de Lima.

O professor Barros, todavia, não seguia as recomendações dela uma vez que tinha exata noção de que o interesse pelo sistema escolar não poderia ser alcançado através da coação física: “Era uma homem humano e um educador, provavelmente frustrado com sua impotência de converter a escola em um centro de educação efetiva” (Fernandes, 1977:146).

Contudo, a escola teve uma importância crucial para ele: “Lá fui munido com o mínimo de requisitos da ‘vida na cidade’, pois aprendi a ler, escrever e contar; e a escola não foi tão sofrível, já que adquiri os rudimentos para me tornar um autodidata exemplar” (Fernandes, 1977:146). Este ponto é importante para retomar a afirmação de Bourdieu quando defende que o talento individual não é algo natural, mas fruto da relação travada com o sistema escolar como deixa bem claro o próprio Florestan ao afirmar a importância

que esta instituição teve para a incorporação de disposições de grande importância para o decorrer de sua trajetória, mesmo que de forma precária.

Todavia, aos nove anos teve de largar a escola para se dedicar de forma integral ao trabalho a fim de sustentar ele e a sua mãe. Ele só voltaria à escola aos dezessete anos. Florestan (idem) aponta a importância central que a socialização escolar teve, pois ensinou “muitos hábitos higiênicos e ideais de vida, que nunca mais abandonei, um certo amor pela leitura e a vontade de ligar a minha curiosidade aos livros que me caíssem ao alcance da mão”.(p.146). Ou seja, ele incorporou em seu *habitus* as disposições necessárias para que pudesse competir com os indivíduos da classe média e das elites ao tentar uma vaga na Universidade de São Paulo.

Mesmo tendo incorporado disposições intelectuais de grande importância Florestan não pode desenvolvê-las em condições adequadas por conta da condição de extrema penúria em que ele e a sua mãe vivam. Florestan reproduzia um capital cultural precarizado devido a não incorporação de forma plena devido à saída da família Bresser e a interrupção da estada no sistema escolar.

Assim, Florestan passou durante o período de infância por grandes obstáculos em busca da mera reprodução material, pois viveu em cortiços e porões com baratas, vestindo roupas remendadas que eram dadas a ele e sua mãe. Florestan fazia todo tipo de trabalho até que descobriu que trabalhar como engraxate poderia ser algo positivo. Abaixo podemos observar as condições de vida aviltantes porque passou o autor durante a sua infância:

Com 6 anos, eu só podia fazer pequenas tarefas, como, por exemplo, limpar as costas de fregueses em barbearias para ganhar gorjetas. Uma vez uma senhora me pediu para transportar uma caixa de mangas da Estação da luz até a rua Treze de Maio. Imagine se há humanidade ou sentido cristão nesse tipo de trabalho! Ganhei quatrocentos réis para fazer isso. Eu fazia todo tipo de coisa até descobrir que ser engraxate era uma coisa boa para mim (Fernandes, 2008:174).

A rotina brutal de trabalho para uma criança fez com que Florestan ficasse de 8 a 10 horas por dia afastado de casa (Fernandes, idem). Até os 14 anos Florestan dividiu a obrigação de sustentar a casa. Mesmo com sua ajuda a vida não deixava de ser dura, pois sua mãe trabalhou como empregada doméstica e depois como lavadeira, o que não dava condições de adquirir uma boa remuneração e condições melhores porque a vida em

porões e cortiços era sempre ameaçada devido ao aluguel que muitas vezes não podiam pagar.

Florestan (1977) afirma que a mudança de trabalho de sua mãe e a elevação dos aluguéis fez com que ele conhecesse vários bairros de São Paulo, o que fez com que pudesse ter uma visão ampla sobre a cidade. Como consequência, Florestan (1977:174) afirma que ele e sua mãe eram tocados pela vida de forma dura. A partir dos 14 anos Florestan ganhou a posição de arrimo de família, ou seja, responsável exclusivo pelas despesas da casa.

Ao falar sobre a socialização trazida pelas duras obrigações de trabalho as quais estava submetido Florestan afirma que ela teve um caráter pobre, uma vez que o submundo no qual estavam submetidos os engraxates, entregadores de carne, balconistas de padaria, copeiros, garçons impedia que estes pudessem ter uma visão crítica do mundo e também que pudessem valorizar a educação como um instrumento transformador: “Se aprendi com aqueles homens de minhas velhas ocupações, não foi para mudar de ofício ou de vida” (Fernandes, 1977).

O ponto acima me ajuda a demonstrar como Florestan esteve imerso em “dois estilos de vida diferentes”, uma vez que as classes representaram duas formas completamente distintas de lidar com o trabalho, a escola e o lazer. Sobre este último ponto vale a referência às trocinhas que era uma forma de lazer encontrada por meninos pobres como ele e que foi importante demarcador da filosofia de “folk” a que fora submetido e que foi primeira forma organizada que teve de entendimento sobre o homem, a vida e mundo (Fernandes, 1977). Este ponto é fundamental para observarmos como Florestan demarca a realidade da qual fazia parte pelo signo do tradicionalismo.

Soares (1997) argumenta que a socialização precoce de Florestan no mundo do trabalho e da rua o levou a um amadurecimento antecipado, pois foi “uma verdadeira escola da vida na qual não faltaram lições de sobrevivência que envolviam, de um lado, a violência e, de outro, a preservação da dignidade e o fortalecimento do caráter”(p.24). Florestan não deixa de enfatizar a importância central que o relacionamento com esses homens, cuja cultura considerava rústica, teve para a sua trajetória subsequente:

É que, entre eles, encontrei pessoas de valor, que enfrentavam as agruras da vida com serenidade e tinham o seu padrão de humanidade: sabiam “ser homens” e, nesse plano, eram mestres incomparáveis, com toda a sua rusticidade, depreciação da cultura letrada e incompreensão

diante dos próprios interesses e necessidades. Foi deles que recebi a segunda capa de socialização, que se superpôs à anterior, pela qual descobri que a medida do homem não é dada pela ocupação, pela riqueza e pelo saber, mas pelo “seu caráter”, uma palavra que significava, para eles, pura e simplesmente, “sofrer as humilhações da vida sem degradar-se” (Fernandes, 1977:147).

Este ponto tem uma importância central não apenas para apontar os caminhos sinuosos da trajetória de Florestan, mas também para ajudar a explicar a sua recusa à “tradição” e sua adesão total ao mundo moderno, seus valores e promessas que teriam sido formados na Europa e seriam representados anos mais tarde pela USP. Parece-me fundamental sua trajetória anterior à entrada na universidade para que ele pudesse, anos mais tarde, idealizar a “modernidade eurocêntrica” e condenar por completo o passado brasileiro considerado como tradicionalista. Nesse sentido, sua produção teórica nos anos 1950 em torno da “demora cultural” apenas sistematizou teórica e metodologicamente uma visão que o autor incorporou antes de sua entrada na USP. Como exemplo, a citação abaixo sobre a relação imbricada entre o tradicional e o moderno:

O menino que eu era vivia essa amalgamação convertendo-se em um ser humano de tipo especial, fascinado pelo luxo de uns ou pela pompa dos que desciam de carros com motoristas de libré, abrindo as portas, diante do Teatro Municipal ou do Cine Paramount; passando o dia-a-dia oscilando entre a fome e a fartura, tralhando com se fosse adulto – o código de honra de ninguém evitava esse “fardo de criança” – e tendo de admitir que a limpeza exigente de minha mãe não excluía a presença das baratas, a roupa remendada e larga – ganha de famílias generosas ou herdadas dos mais velhos – a intolerância destes e a fuga pelo sonho. Em suma, para os que gostam de um toque artístico, um “mundo” de Dickens ou de Carlitos, rebentando como uma floração de *belle époque* provinciana (Fernandes, 1977:145).

Garcia (2002:33) afirma que as relações de proteção construídas por Florestan com sua madrinha Hermínia Bresser de Lima e também com o professor Barros representaram a adesão a um padrão moderno e secular de cultura que era incompatível com o universo do trabalho no qual estava inserido durante as décadas de 1920 e 1930. Garcia (idem) argumenta ainda que a circulação de Florestan por mundos opostos fez com que ele aderisse completamente à cultura moderna, especialmente a sua dimensão intelectual.

Este ponto trabalhado por Garcia (idem) me auxilia a reforçar minha hipótese sobre a idealização da “modernidade eurocêntrica”. Ou seja, ao contrário do que afirma Garcia não houve uma simples adesão aos valores modernos, mas a construção de uma visão idealista sobre a Europa e os seus valores positivamente estabelecidos, pois ela teria sido o “berço da modernidade”. Como já havia defendido, minha hipótese é que desde a juventude Florestan possui com fio condutor de sua ação não apenas a adesão aos valores da modernidade, mas a sua idealização.

A passagem de Florestan pelo Bar Bidu, localizado na Rua Líbero Badaró, foi responsável por uma virada decisiva em sua trajetória. Ou seja, se o contato com a família Bresser de Lima e com o sistema escolar, mesmo que de forma precária, foi responsável por gerar transformação no seu *habitus* de classe, a passagem pelo Bar Bidu será um episódio crucial para a ruptura definitiva em sua trajetória e na condição de classe que lhe dava suporte.

Os professores do Ginásio Riachuelo, que era instalado no outro lado da rua, iam ao Bar lanchar após as aulas. Florestan aproveitava a presença dos professores e procurava observar com quais ele poderia aprender (Fernandes, 1977). Cerqueira (idem) afirma que Florestan era um leitor voraz, lendo em todas as oportunidades que tinha. Tal postura chamava atenção dos clientes, pois sempre que não tinha alguém para atender ia para trás do balcão ler. O fato não era comum para alguém pobre e executor de trabalho pautado apenas pela força muscular, que não tinha o gosto pela leitura como algo “natural” em seu cotidiano. Essa disposição, como vimos, foi adquirida no tempo em que viveu com sua madrinha e reforçada em sua precária passagem pelo sistema escolar.

De acordo com Florestan (2008), certo dia, Manuel Lopes Teixeira, do Laboratório Nova Terápica, esperou que o bar fechasse e foi perguntar a ele por que não voltava a estudar. Ele respondeu que havia tentado, mas não tinha conseguido devido ao grande preconceito sofrido por prostitutas, negros e pessoas que trabalhavam em bares e restaurantes. Esse é um elemento importante que será visto por Florestan como característico do tradicionalismo brasileiro.

Florestan, então, é convencido e resolve voltar a estudar. Ele conseguiu uma concessão do professor Jair de Azevedo Ribeiro para estudar pagando uma mensalidade com valor reduzido (Fernandes, idem). Além deste auxílio, Florestan ainda teve o apoio de Ivana e José de Castro Manso, que eram ligados à dona Hermínia Bresser, já falecida,

através de “um pequeno auxílio marginal (que, mais tarde, se tornou de cama e comida permanentes), o problema do estudo ficou reduzido à expressão mais simples” (ibidem:148).

Depois da decisão tomada, ele foi para casa contar a novidade para dona Maria Fernandes. Ela, todavia, não se animou em nada com a notícia, pois tinha medo de que o filho se distanciasse dela por conta de ser analfabeta. Além da desaprovação de sua mãe, os colegas de trabalho também achavam atitude de Florestan bastante temerária, uma vez que não pertencia ao universo de trabalhos musculares e fisicamente bastante extenuantes, ou seja, não fazia parte do estilo de vida daquela classe a educação escolar:

Quando decidi fazer o curso de madureza, por exemplo, enfrentei a resistência rústica, de minha mãe, que achava que eu iria “ficar com vergonha dela”, se estudasse; muito pior era a incompreensão e a chacota dos colegas, que ridicularizavam minha propensão pelas leituras e meu apego aos livros dizendo que eu ia acabar “com o miolo mole”, de tanto ler; praticamente me incitavam a não deixar de ser como eles e a cultivar a ignorância como uma virtude ou a servidão como um estado natural do homem (Fernandes, 1977:147).

A citação acima demonstra como a classe social não pode ser pensada pelo critério econômico, mas sim como uma realidade sociocultural, ou seja, como um estilo de vida. Como sua classe de origem não possuía o capital cultural necessário para o desenvolvimento do “gosto” pela leitura, não incorporando a educação como um valor crucial para o sucesso na sociedade de classes, fica compreensível a desaprovação que recebeu dos seus pares e os comentários temerários sobre sua inserção no sistema escolar. Essa atitude tinha certa razão se pensarmos que o retorno de Florestan ao sistema escolar faria com que ele rompesse definitivamente com os caracteres que o prendiam à condição de classe trabalhadora, visto que passaria a incorporar sistematicamente um valor crucial da classe média que é o conhecimento escolar ou, em um jargão sociológico de Bourdieu, o capital cultural como elemento central.

Mesmo com o desacordo de sua mãe, que tinha medo que a diferença cultural entre os dois pudesse afastá-los e da também reprovação dos colegas de trabalho, Florestan permaneceu firme no objetivo e retornou aos estudos no curso de Madureza oferecido pelo Ginásio Riachuelo.

A reinserção de Florestan no sistema escolar apenas foi possível porque ele já havia incorporado desde a tenra infância com os Bresser de Lima e também através da curta passagem pelo sistema escolar o “gosto” pela leitura e a disposição para os estudos, mesmo que precariamente. Tanto que nos intervalos dos atendimentos que fazia no Bar Bidu passava o tempo realizando leituras variadas e também conversando com os professores que lá frequentavam. Esse ponto é importante para entender que, mesmo com todo brilhantismo de Florestan, o seu sucesso futuro não pode ser pensado como fruto da ação eminentemente individual.

De acordo com Cerqueira, Florestan ficou trabalhando no Bar Bidu durante três anos conseguindo manter a frequência às aulas do curso de Madureza. Depois desse período o ginásio foi transferido para Campos Elíseos, local que ficava longe do Bar Bidu. Por conta disso, foi obrigado a procurar outro tipo de ocupação para ter condições de continuar os estudos (Cerqueira, idem).

Devido à amizade feita com Manuel Lopes de Oliveira, chamado de “Maneco”, diretor da empresa de produtos dentários Novaterápica, Florestan conseguiu um emprego de entregador de amostras (Cerqueira, idem). Este novo emprego fez com que Florestan tivesse condições muito melhores para estudar do que as que possuía no tempo em que trabalhava como garçom, pois ele foi ascendendo na empresa até passar por um concurso e ser contratado como propagandistas pela Pio Miranda e Cia.

O novo trabalho possibilitou-lhe ter algum tempo durante o dia para poder se dedicar aos estudos, pois funcionava como a ocupação ideal para que pudesse estudar²⁷(Fernandes,2008). Além de ter conseguido condições de estudo mais adequadas, Florestan também teve a possibilidade de conhecer uma realidade completamente

²⁷ Sobre a ascensão de Florestan, Arruda e Garcia (2003) argumentam como esta foi marcada por valores modernos e também por relações de proteção pessoal: “Reconhecidamente excepcional pela inteligência e pela determinação, Florestan Fernandes desde a infância desafiou as barreiras erguidas pela sociedade estratificada à mobilidade e à competitividade sociais, vindo a superá-las na juventude graças ao apoio e à proteção pessoal de membros de camadas sociais mais favorecidas. Nesse caso extraordinário, a mistura local de liberalismo e paternalismo condicionada, por um lado, pela adoção do valor liberal de reconhecimento do talento individual e do direito do indivíduo de desenvolver suas aptidões, e de outro, pela ausência de canais institucionalizados de ascensão pelo mérito, revelou-se uma combinação tensa e criadora. Apesar da desigualdade pressuposta nas relações sociais de proteção, elas combinaram-se ao espírito liberal, abrindo caminhos estruturalmente interditos ao moço excepcionalmente inteligente, permitindo sua inserção na competição social e reconhecendo, na prática, um dos valores fundamentais do ideário clássico da sociedade moderna.”(p.29).

diferente da que vivia, ou seja, ele teve oportunidade de conhecer outra face da sociedade brasileira:

Através do Maneco, do Scala e do Corinto penetrei em outro mundo novo para mim, das famílias que não só eram organizadas – conhecera algumas, antes, principalmente entre portugueses, os italianos, os sírios-libaneses, os espanhóis e brasileiros “decadentes” – mas que punham a sua estrutura institucional e o seu funcionamento a serviço dos seus membros: de sua educação, de sua felicidade, de sua segurança, de seus prazeres ou de seu êxito pessoal. Um novo nível de vida, com outros valores e outros centros de interesses, nos quais as fronteiras da humanidade se tornavam abstratas mas eram cálidas, efetivas, protetoras. Com o Maneco e o Scala alarguei o âmbito das leituras e da curiosidade intelectual (Fernandes, 1977:151).

O trabalho ainda proporcionou uma mudança radical, pois agora poderia viver sob o estilo de vida da pequena burguesia paulista²⁸ (Fernandes, 1977). Através dele foi possível que Florestan adentrasse no círculo da sociedade de classes que lhe proporcionou conhecer “Um universo de tricas e futricas – que depois ficou uma constante, pois esse é o eixo da vida pequeno-burguesa – pelo qual a frustração se dissolve ao nível das tensões pessoais e dos entrechoques individuais”(Fernandes, 1977:151).

Florestan (1977) afirma que o novo trabalho foi responsável pela superação do círculo de ferro que sua condição social lhe impunha²⁹, pois poderia pagar os estudos e sustentar a sua mãe. O tempo que sobrava durante o dia era utilizado para fazer as lições e as leituras fundamentais. Mesmo assim, a rotina de trabalho diária não deixava para ele o tempo necessário para poder desenvolver uma rotina de estudos devidamente proveitosa.

Florestan (ibidem: 148) advoga que a mudança do Ginásio Riachuelo para a Alameda Nothmann representou para ele uma nova rotação, pois o incluiria nas relações

²⁸Sobre o significado de sua entrada no Ginásio Riachuelo e o novo trabalho na Novaterápica, Florestan afirma: “O novo emprego e a condição de estudante no Riachuelo não representavam, apenas, um(a) ruptura com a ‘cultura de folk’ e com uma condição social que implicava em degradação social tácita. Eles me abriam novos horizontes humanos e novas vias de socialização. Eu deixava de ser, como fora desde criança, um espectador deslembado do que se passava em redor de mim, nos outros níveis de existência dentro da cidade. Tratava-se, certamente, de um patamar muito modesto. Contudo, ele era com que um tesouro, uma conquista, que me dava, pela primeira vez, um autêntico ponto de partida.”(p.149-50).

²⁹Florestan (1977) tece considerações sobre a forma preconceituosa e depreciativa com que as pessoas pobres eram tratadas: “O mínimo que se pensava, sobre aquele ‘tipo de gente’, é que éramos ‘ladrões’ ou ‘imprestáveis’!... O lumpen-proletariado era, pois, a principal vítima de sua condição servil e de sua vassalagem à ordem estabelecida. Vínhamos, na mesma arquitetura mental daquela época, logo abaixo dos gatunos profissionais e dos vagabundos, das prostitutas e dos soldados da Força Pública”(p.148)

entre cidade e civilização. O Ginásio representaria a entrada em um novo mundo através da possibilidade de alcançar outro emprego ou mesmo adentrar ao ensino superior. No caso de Florestan, as ambições que nutria no momento de sua entrada nem chegavam perto do caminho que anos depois trilharia como sociólogo.

O problema referente ao pouco tempo para os estudos acabou sendo resolvido através da ajuda do diretor do ginásio, professor Benedito de Oliveira. O professor, considerado por Florestan (idem) o maior educador com o qual teve contato na vida, deixava as chaves com os alunos para que ficassem depois do horário, muitas vezes até às duas da manhã, estudando. Florestan (idem) narra a rotina de estudos desenvolvida pelos alunos da Madureza:

Era uma rotina dura. Para racionalizar a verificação da aprendizagem, uns se converteram em “preparadores” dos outros (as matérias foram distribuídas ao azar, segundo preferências mal delimitadas; eu mesmo ficara com história natural). Além disso, por Jussieu da Cunha Batista, cujo avô fora membro da Academia de Letras do Piauí, formamos o nosso cenáculo. Passei, então, de pato a ganso. As minhas leituras desordenadas adquiriram outra direção e, pela primeira vez, passei a ler os clássicos com afinco e a me concentrar sobre a literatura, especialmente a brasileira (p.148-49).

Florestan afirma que havia uma relação de interação e divisão de tarefas que proporcionava um melhor aproveitamento dos estudos: “O Riachuelo converteu-se em um segundo lar, ou melhor, em um ‘lar coletivo’³⁰. Tomamos conta do prédio nos sábados pela tarde e durante todo o dia nos domingos” (Fernandes,1977:149).

Por conta dos estudos produzidos no curso de madureza, Florestan conheceu uma nova forma de companheirismo, bem distinta das duras lições da vida que aprendera com o trabalho precoce, como também divergia das relações que construía no trabalho. Através deste espaço de socialização e interação criado pelos alunos do madureza, houve a possibilidade da difusão de uma cultura geral entre eles, que ia desde a cultura no século XIX à Filosofia moderna (Fernandes, idem).E, é claro, da incorporação definitiva da educação como um valor crucial e a reprodução de outro estilo de vida (Bourdieu,2013).

³⁰ Sobre as relações com os colegas do curso de madureza, o próprio Florestan(1977) argumenta: “ Ao mesmo tempo, punha-me diante de uma nova forma de companheirismo, no qual a amizade era um fim em si e para si; o dar e tomar não eram parte de uma luta, de um confronto com outros. Há uma socialização pela educação formal. Essa tinha percalços, que foram superados pela nossa fraternidade de estudos e pro acasos felizes. Ênio Chiesa, nosso professor de latim, por exemplo, também era candidato aos exames de madureza. Em consequência, tínhamos um professor que era um companheiro.”(p.152)

O elemento principal foi, todavia, a superação dos limites impostos pela escola secundária brasileira com o ensino formalmente oferecido. No final do primeiro ano de curso, os alunos da madureza passaram por um duro desafio que foi enfrentado com êxito por conta das relações de companheirismo e camaradagem construídas por eles, que pautaram os estudos pela disciplina, rigor e concentração que eram requisitos cruciais como ficou evidente nas horas em que ficavam depois do tempo normal estudando. Neste cenário desenvolveram disposições que seriam cruciais para um bom desempenho nos exames de madureza. Através da sugestão de Ênio Silveira os alunos foram fazer esses exames no interior do Estado de São Paulo, em São João da Boa Vista:

A nossa turma só perdeu três elementos, que em exames normais teriam sido aprovados com notas altas. Graças à presença do Ênio não só a qualidade de nossa reação e de nossa preparação foi melhor. Tivemos um ponto de apoio intelectual para tomarmos decisões mais maduras e mais corretas. Eu próprio, afinal de contas, poderia ter desistido, não fosse o grau de coesão que o nosso grupo adquiriu, graças à nossa fraternidade de estudos, e à orientação direta de Ênio no “campo da batalha”. Ocorreu que, no exame oral de química, tive um entrevisto com um dos examinadores. Ele não era o examinador principal e as coisas terminaram de modo muito feliz para mim. Dias depois, porém, ele era o examinador principal de história natural. Eu quis desistir, pois me considerava reprovado por antecipação. A solidariedade da minha turma e a confiança que depositávamos no Ênio serviram para que eu vencesse minha reação negativa (ibidem:153).

A experiência no Riachuelo teve um significado revolucionário, pois forneceu um alargamento do horizonte cultural que deu condições para novos projetos: “Eu tinha uma percepção confusa de tudo isso mas sentia, com clareza, que transpunha os muros de uma fortaleza, que poderia ‘começar a ter esperanças’, em suma, que não estivera cultivando e afagando uma ilusão irremediável”(Fernandes,1977:150).

Por conta das debilidades de sua formação, Florestan cultivou desde cedo como disposição o autodidatismo, que o ajudou diretamente a ter sucesso no curso de madureza e na USP. Agora, este não pode ser pensado como uma ação excepcional Florestan, mas sim como a articulação entre o seu talento individual com as disposições em torno da leitura que desde cedo havia cultivado. Caso não tivesse incorporado essas disposições e também não passasse pelo sistema escolar seria muito pouco provável que o seu talento individual o fizesse desenvolver uma capacidade autodidata tão frutífera. Sobre o diploma escolar, Bourdieu (1998) argumenta:

A objetivação do capital cultural sob a forma do diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades devidas ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte. Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico (p.78).

Se o capital cultural incorporado desde a tenra infância teve um caráter precário, o diploma escolar adquirido no curso de madureza foi responsável por fazer com que Florestan reproduzisse o capital cultural objetivado no diploma conquistado. Agora ele possuía uma importante arma de luta em torno da ascensão social. O próprio Florestan reconhece que o seu desempenho não era fruto de qualidades individuais intrínsecas, pois era resultante da junção entre valorização da cultura aprendida na casa da sua madrinha e também do acesso aos livros que teve através de João de Carvalho, ex-companheiro de sua mãe (Fernandes, 2008:175).

Por conta do autodidatismo, construiu uma base para desenvolver um bom desempenho no curso de madureza: “Além dos livros do curso, nós líamos também volumes de filosofia, matéria que não fazia parte do currículo, e discutíamos os romancistas da década de 1930 e os autores modernistas” (ibidem: 176). Ele entrou no curso de madureza com 17 anos e meio e conseguiu eliminar o atraso escolar que tinha até aquele momento, sendo responsável também por sua aprovação em quinto lugar para a USP.

A importância do Riachuelo foi tão intensa que nele Florestan foi convertendo-se de forma gradual em um intelectual, além da formação da vontade de fazer um curso superior e da decisão de ser professor (Fernandes, 1977:153). Soares (1997) destaca a importância da trajetória de Florestan até aqui para os desdobramentos intelectuais e políticos que ela teria nas décadas posteriores:

A base para a formação política e intelectual de Florestan foi construída, segundo sua própria interpretação, a partir de três elementos fundamentais: a socialização básica recebida na casa da madrinha e na escola primária, que lhe forneceu os rudimentos elementares para a sua formação como autodidata; a experiência de vida na rua e no trabalho, na qual descobriu o significado do caráter humano; e, por fim, a transformação operada no Ginásio Riachuelo e no emprego na Novaterápica, que o incluiu no ‘mundo dos homens’(p.26-27).

A passagem acima, além de sintetizar parte da trajetória de Florestan, me auxilia a demonstrar a necessidade de juntar à análise das dinâmicas intelectual e da político-partidária, pensadas geralmente como realidades em si, à trajetória de classe. Assim acredito poder oferecer uma interpretação mais abrangente das diferenças entre os autores estudados nesta tese, bem como compreender de forma mais abrangente a produção intelectual de ambos, de forma específica sobre o tema da modernização.

Outro elemento de grande importância na trajetória de Florestan que precisa ser debatido para compreendê-la de forma ampla é a sua militância no movimento trotskista, ocorrida durante os anos 1940. A passagem por esta fase da vida do autor me auxilia a demonstrar os elementos presentes na sua trajetória que o influenciaram em sua conduta intelectual e política, sobretudo, posteriores à entrada na USP.

2.2 A militância trotskista e a racionalização do mundo

Durante o período em que passou na Novaterápica Florestan estabeleceu contato com Antônio Scala Neto, que era o principal auxiliar de Manuel Lopes, proprietário do laboratório. Através da relação com “Maneco” e Scala, Florestan conseguiu alargar o seu horizonte intelectual, bem como assentar as bases para a realização de uma leitura mais rigorosa do socialismo. Essa nova leitura foi possível através da ação de italiano Mario Piana, cunhado de Scala³¹.

Aliado a este contato, ele começou a frequentar as redações dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha da Manhã”, entre os anos de 1942 e 1943 quando já era aluno de sociologia. Lá conheceu Hermínio Sacchetta³², que era líder do movimento trotskista ligado à IV Internacional (Fernandes, 2008:178-79). De acordo com Oliveira (2006): “O encontro de Florestan com Sacchetta ocorreu através de Jussieu da Cunha Batista, um

³¹Recém-chegado da Itália, ele via com olhos muito críticos certos “costumes brasileiros” – inclusive a condição inferior da mulher, o fato de até homens feitos passarem a mão na bunda dos meninos ou a apatia dos operários – e me forçavam a saltar de uma leitura confusa de certos livros elementares de propaganda socialista para o significado do movimento socialista como força social e política (Fernandes, 1977:151).

³²Sobre a importância de Sacchetta para a fundação do PSR Soares (1997) diz: “Em novembro de 1937 Sacchetta é expulso do PCB, acusado de ‘fracionismo trotskista’. Em seguida é preso e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional. Em 1939 sai da prisão e ingressa no Partido Socialista Revolucionário. Sobre o PSR temos poucos registros. O partido era ligado à IV Internacional, e foi organizado no Rio de Janeiro e São Paulo com pouco mais de uma centena de adeptos, quase todos intelectuais. Entre as suas atividades destacam-se a produção de um pequeno jornal e o projeto de publicação de clássicos do marxismo, junto à Editora Flama”(p.37).

antigo colega do curso de madureza, que, por volta de 1942, 1943, trabalhava como jornalista na Folha da Manhã”(p.41).

A partir deste contato com Saccheta³³ Florestan torna-se, em 1943, militante do Partido Socialista Revolucionário “na célula a que pertenciam o Saccheta, Rocha Barros, Plínio Gomes de Mello, Vitor de Azevedo e José Stacchini³⁴” (ibidem:179). Florestan aponta que a luta contra a ditadura do Estado Novo foi o elemento central a fazê-lo participar do movimento trotskista:

No meu entender, não bastava a “redemocratização do país”. Parecia-me que seria necessário ir mais longe e desencadear um processo verdadeiramente revolucionário pelo qual o Povo assumisse o controle do poder. Combinava, sem o saber, elementos de um populismo radical com o pouco que eu conhecia do socialismo utópico e do socialismo marxista. De qualquer modo, isso incitou-me a buscar uma identificação ultra-radical e a fazer parte, por uns quatro anos mais ou menos, do pequeno grupo trotskista em São Paulo(Fernandes, 1977:172).

A atividade deste partido era totalmente clandestina (Soares, 1997), por isso as reuniões necessitavam ser feitas em locais que oferecessem segurança para os militantes como a própria casa: “Florestan cedeu sua própria residência para reuniões e debates dos documentos da organização enviados da França” (Cerqueira,2004:43). Florestan diz que o grupo tinha em seu núcleo militantes de grande qualidade intelectual e política. Ele tinha como tarefas redigir, mimeografar e distribuir panfletos do pequeno jornal do movimento. Todavia, sua contribuição mais significativa foi o contato com a obra de Karl Marx, sobretudo quando fez a tradução e prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política, pela Editora Flama, em 1946:

³³ Vladimir Sacchetta (1996), fala sobre o início da relação entre seu pai e Florestan: “tive o privilégio de uma amizade nascida em 1943, quando meu pai, o jornalista Hermínio Sacchetta, travou conhecimento com um jovem brilhante, aluno da Faculdade de Filosofia, que passou a frequentar a redação da *Folha da Manhã*. Com a convivência, além de tornar-se colaborador regular do jornal, Florestan Fernandes foi cooptado por Sacchetta para a militância clandestina no Partido Socialista Revolucionário. Naquela pequena organização trotskista, verdadeira microuniversidade, como lembrava Florestan, abriram-se outros horizontes, responsabilidades e esperanças. Se a ditadura Vargas era seu alvo imediato, a revolução proletária começava a se desenhar como um objetivo essencial e permanente(p.1).

³⁴ Cerqueira (2004) aponta as razões que fizeram Florestan escolher à militância trotskista em detrimento à entrada no PCB, que era a grande organização de esquerda: “Antes, Florestan havia se aproximado do Partido Comunista, mas percebeu que o espaço político era restrito para um intelectual questionador como ele. Também não concordava com as alianças e com a posição adotada naquela conjuntura política do país, que desestimularam um jovem radical como ele a permanecer na organização. Por outro lado, os trotskistas possibilitavam debates mais apropriados para aquele momento. Eram mais atraentes e não tinham alianças com nenhum setor comprometido com as forças de sustentação da ditadura Vargas”(p.42).

Descobri o marxismo com a tradução da Crítica...Para mim, foi uma revelação. Ao escrever a introdução da Crítica..., eu não tinha competência para fazer um estudo profundo. Era muito mais uma homenagem, uma defesa de Marx. Apesar de tudo, coloquei problemas que entrariam em efervescência na Europa pouco depois. Dei grande destaque ao pensamento do que mais tarde se chamou na Europa de “o jovem Marx”. Situei-me como *enfant terrible* da sociologia brasileira por causa disso. Eu sentia uma grande afinidade com esse jovem Marx. Nele, o homem era visto como parte da natureza, portador de cultura e criador de história (Fernandes, 2008:180).

De acordo com Soares (1997), outro aspecto de grande significação para a formação intelectual de Florestan foi o clima humano das relações de companheirismo que eram desenvolvidas no PSR, similares as que ele construiu no curso de maturidade.

Florestan advoga que o estudo do marxismo feita no movimento trotskista foi fundamental para, já na universidade como professor, debater o papel da sociologia e qual deveria ser sua relação com as outras ciências sob uma perspectiva que não poderia ser encontrada dentro da vida acadêmica (Fernandes, 1978:14-15). Assim, é através do contato com o marxismo que o sociólogo paulista torna-se defensor do elemento prático na sociologia:

Foi ele que me pôs face a face com o desafio, que vinha de minhas origens humanas, e que me mostrou, pela primeira vez, que o sociólogo, que brotava e crescia dentro de mim, devia responder a esse desafio e identificar-se com os ideais socialistas de reforma e de revolução sociais que ele implicava (Fernandes, 1977:172)

Oliveira (idem) argumenta precisamente que a militância teve dois significados para a trajetória subsequente de Florestan: “um elemento utópico, os ideais de uma vida igualitária e livre; outro ético, os pressupostos de racionalização das relações sociais injustas em vigência” (p.44) Ainda segundo Oliveira, o elemento ético ganha um patamar de maior importância durante o período em que Florestan atua como sociólogo junto à Cadeira de Sociologia I da USP.

Vai ser a partir do contato com o marxismo, portanto, que Florestan constitui em germe o projeto acadêmico-político que levará a cabo a partir dos anos 1950. Esta demarcação é importante porque ela demonstra a continuidade entre as fases da vida de

Florestan, e não a existência de dois períodos como propõe a socióloga Bárbara Freitag³⁵ (1987). E também auxilia a demonstrar como o sociólogo reproduz uma característica fundamental do intelectual do século XX, que é a busca pelo controle racional do mundo.

Florestan militou no movimento trotskista nos anos 40, precisamente até o final da década. Acabou deixando a militância política de lado para dedicar-se estritamente à carreira acadêmica. Sua militância no movimento trotskista foi paralela à entrada na USP, mas tem centralidade para demarcar a importância do socialismo e do marxismo:

Alguns professores, como Bastide, usavam o pensamento crítico de modo construtivo e através deles se recebia um pouco do verdadeiro legado de Marx; outros, como Hugon, lembravam-se de Marx para refutá-lo e fazê-lo desaparecer das cogitações dos estudantes. Para mim, a oportunidade de traduzir e de estudar a fundo – embora tão prematuramente – uma obra com a Contribuição à Crítica da Economia Política surgia como um verdadeiro mergulho em mar alto. Nela me comprometi muito mais como sociólogo que como ativista político, reconheço. Mas é exatamente por isso que essa realização é tão marcante na descoberta dos caminhos que me levariam à perspectiva sociológica, que defendo, e à prática sociológica, que me impus (Fernandes, 1977:172-73).

A militância no movimento trotskista foi feita em paralelo com a entrada na USP. Todavia, procuro enfocar como as relações de Florestan com cada dessas instituições fundamentais para a incorporação de disposições intelectuais e políticas que ele tomaria nas décadas posteriores.

2.3 A entrada na Universidade de São Paulo

A entrada na Universidade de São Paulo representa o ponto final de ruptura de Florestan com o seu destino de classe, bem como o lugar em que ele se transformaria no maior artífice da sociologia moderna no Brasil (Garcia & Arruda, 2004). Na USP que o sociólogo vai desenvolver uma verdadeira cruzada em torno da modernização do Brasil, sobretudo na década de 1950, através de uma adesão total à “modernidade eurocêntrica” e as suas promessas de forma idealizada ao compará-la ao caso brasileiro. Essa idealização se materializa em seus textos publicados nos anos 1950. Por conta da sua

³⁵ Ainda segundo Oliveira(2006): “(...) desde o episódio do ‘abandono’ da militância em prol da vida acadêmica, indica que o socialista que fala nos anos 80 e 90 do século XX não é exatamente um “segundo Florestan”, radicalmente diverso do ‘primeiro Florestan’ das décadas de 40 e 50, mas uma vida-obra marcada por uma dupla adesão: à investigação sociológica da sociedade e ao projeto de racionalização do mundo social – que, como no caso de Sacchetti, ainda que em outra seara, estava posto sob um ‘horizonte intelectual e político centrado na pureza da utopia’(FERNANDES,1992a,p.79).

importância para a visão de Florestan sobre o “berço da modernidade”, antes de prosseguir a análise sobre a trajetória do autor faz-se necessário uma pequena análise sobre a formação da USP.

A USP foi criada em 1934 pelas elites paulistas que tinham como objetivo constituir as bases intelectuais para que pudessem retomar o poder perdido com a revolução de 1930, ou seja, sua criação era vista como uma possibilidade de redenção política através da afirmação de sua hegemonia cultural (Almeida, 1995:234). A parte sobre os elementos formadores da universidade já foi bem estudado e não vou repeti-lo aqui. O que pretendo, todavia, é focar os valores reproduzidos pelos professores franceses que vieram fundar a universidade e o impacto que eles tiveram sobre Florestan.

O primeiro ponto a ser demarcado é a grande influência da cultura francesa sobre as elites, pois os franceses foram presença marcante no país durante os séculos XVIII e XIX (Peixoto, 1995). Esta influência culminou na ida das elites para Paris estudar no final do século XIX. Segundo Peixoto (idem), o período entre o final do século XIX o início do século XX foi marcado por um intenso contato com a cultura francesa.

Essa influência é materializada em 1925 em São Paulo quando é criado o Liceu Franco-Brasileiro por iniciativa do grupo do jornal do Estado de São Paulo e do Instituto Franco-Brasileiro³⁶. Este teria a função de disseminar a formação secundária calcada no humanismo e a formação de elites desinteressadas (Limongi, 1995). Os liceus teriam como função primordial reproduzir no Brasil a cultura francesa da mesma forma como ela era levada a cabo na França. Ou seja, os liceus teriam a função de “civilizar” o Brasil através da incorporação de uma matriz cultural moderna e, portanto, material e simbolicamente superior. E demonstrava, consequentemente, o nosso atraso e tradicionalismo reinantes.

De acordo com Peixoto (idem) as missões francesas que vieram ao Brasil nos anos 1930 necessitam ser compreendidas como desdobramentos das ações tomadas em torno

³⁶Sobre a paternidade dos liceus, Limongi (idem) argumenta: “Baseando-se em um discurso de Mesquita Filho, pronunciado em 8.4.1961, Irene Cardoso sustenta que a criação do Liceu foi uma iniciativa do ‘grupo do Estado’. Como se vê, o Estado participou da empreitada, mas não lhe cabe a paternidade exclusiva da iniciativa. A Paula Souza, ex-membro da Liga Nacionalista e deputado pelo PRP, caberá a direção do Liceu. O correto seria dizer que os contatos dos educadores e de Mesquita Filho com Dumas, e outros intelectuais franceses que este se encarrega de enviar ao Brasil, se amiúdam a partir de então”(p.175).

da criação dos liceus, que atenderiam conjuntamente aos interesses dos franceses e das elites brasileiras:

A criação da Universidade com missões francesas atende a um duplo interesse: por um lado, o interesse francês na “conquista” da América (e do Brasil); por outro, a demanda da elite local brasileira no sentido de ilustrar-se, de modernizar-se, de formas quadros (Peixoto, 1995: 483).

A criação da universidade nos anos 1930 com o decreto de Francisco Campos tinha como um dos objetivos o alargamento do ensino superior para além dos tradicionais cursos de Direito, Engenharia e Medicina, ou seja, tinha como objetivo modernizar esta modalidade de ensino através da ruptura com a sua reprodução tradicional representada pelos grupos acima referidos (Almeida, 1995). Era necessário, portanto, romper com o tradicionalismo que nos manteria no atraso.

Este ideal era tão forte que acabou sendo compartilhado por todos os intelectuais reformadores do período, mesmo sendo de orientações políticas e ideológicas distintas. Para que esta influência pudesse se materializar de forma institucional a figura de George Dumas teve papel fundamental, pois foi ele o principal responsável pela vinda dos professores que formaram em 1934 a USP. A criação da universidade pode ser considerada uma obra de iniciativa cultural singular (Limongi, 1995).

Para os meus propósitos nesta tese dois pontos precisam ser destacados. A fundação da USP tinha como ideal normativo a ideia de modernizar o Brasil através da incorporação da cultura francesa, moderna e superior em termos materiais e simbólicos. Da mesma forma, os franceses tinham o objetivo de expandir a sua cultura que também reproduziam como superior ao ser comparada à brasileira que seria plenamente tradicional. O enfoque nestes pontos é fundamental para eu poder demonstrar como a visão sociológica de Florestan sobre a o par modernização/modernidade estava presente em São Paulo, por exemplo, antes da fundação da USP. Segundo Azis Simão (1988), a chegada da missão francesa representou o contato com um novo mundo cultural³⁷.

³⁷ Sobre o significado da chegada dos franceses, Simão (idem) advoga: “Hoje não se pode imaginar o que representou para muita gente a chegada da missão estrangeira para a universidade, em 1934. Foi como, para mim, ter ao vivo uma esplêndida amostra do mundo cultural, que até então só se pode buscar nos livros e revistas disponíveis, artigos e notícias dos jornais. Naquele tempo, sem empresas turísticas nem bolsas de estudo, ir à Europa era privilégio de raros e sonho de muitos. Por isso, quando passei a frequentar a Faculdade de Filosofia, passei um bom tempo emocionado”(p.11).

Como exemplo da “superioridade” da cultura francesa, as aulas no próprio idioma ministradas pelos professores franceses não poderia ser visto como um menosprezo frente à cultura brasileira, mas sim a demonstração de como a língua e cultura francesas estavam fortemente presentes no cotidiano dos alunos da recém-criada universidade (Peixoto, 1995:484). Ou seja, como essa visão valorativa que nos colocava em permanente inferioridade era reproduzida de forma naturalizada. Mesmo assim, isto não representou um distanciamento dos professores franceses em relação aos brasileiros uma vez que eles procuravam aprender o idioma, eram corteses com os alunos e se preocupavam os problemas brasileiros relativos ao seu espaço, povo e cultura (Simão, 1988:12).

A perspectiva geral de fundação da USP me ajudou a demonstrar como o par modernização/modernidade já estava presente nas proposições das elites brasileiras e também nas elites francesas, que tinham objetivo de expandir sua influência cultural no Brasil. Agora se torna fundamental uma análise sobre a institucionalização das ciências sociais em São Paulo como forma de apontar o tipo de sociologia trazido pelos franceses, seus objetivos e como essa foi importante para a construção do projeto sociológico levado a cabo por Florestan e Cardoso nos anos 1950.

Miceli (1995:106) afirma que as Ciências Sociais em São Paulo foram instituídas nos espaços acadêmicos abertos como resposta aos diagnósticos das classes dirigentes paulistas, que tinham como objetivo central retomar a hegemonia política perdida em 1930 e potencializada em 1932. Miceli (idem) argumenta ainda que a vida acadêmica próxima à experiência europeia e norte-americana apenas ocorreu em São Paulo, pois foi em suas instituições como USP e ELSP que houve a construção de uma atividade profissional que representava a ocupação central dos profissionais que lá estavam inseridos, pois foi “o lugar de suas realizações, o espaço prioritário de sociabilidade, o horizonte último de suas expectativas de melhoria social, a instância decisiva de reconhecimento do mérito científico e intelectual” (p.107).

Outras marcas importantes que a sociologia francesa deixou na Faculdade de Filosofia da USP são a ênfase no trabalho teórico, a pouca importância dada ao trabalho empírico (Peixoto, idem) e o trabalho em tempo integral baseado nos critérios de organização da academia francesa:

Em São Paulo, a hierarquia acadêmica que vai se constituindo nas duas primeiras décadas de funcionamento foi sendo modelada por docentes estrangeiros treinados nas regras e costumes da competição acadêmica

européia (e francesa, em particular), todos empenhados em instaurar um elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção (Miceli, 1995:101-2).

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras passava a instaurar um conjunto de procedimentos que a distanciavam das influências políticas e pessoais brasileiras consideradas tradicionalistas e a colocavam em compasso com uma organização considerada moderna, democrática e baseada em um sistema de competição justa e legítima, uma vez que teria elementos impessoais como critérios avaliativos como os títulos acadêmicos de mestre, doutor, livre docente e catedrático. Como elemento de seleção o mérito seria o elemento norteador.

Essa nova forma de organização trouxe diferenças não apenas em relação às tradicionais Faculdades de Medicina e Direito, mas também em relação à produção feita no Rio de Janeiro cujos critérios ainda se baseariam nas relações clientelistas e de favor³⁸. Como parece ficar claro da interpretação, a “modernidade eurocêntrica” e seus valores são incorporados e naturalizados como superiores em relação à realidade brasileira, pois teriam representado um papel civilizador.

Esses novos critérios eram sentidos também na organização e execução dos cursos ministrados pelos professores franceses pautados em uma nova forma de ensinar, pois foram instituídos temas diferentes e bibliografias, seminários complementares e cursos monográficos que se dedicavam a analisar detidamente um único livro de um autor clássico da política, sociologia ou filosofia (Simão, 1988:13).

As modificações trazidas pela missão francesa fizeram com que a Faculdade de Filosofia representasse certa ruptura com o intelectual humanista então em voga, como afirma Giannotti (1988). Segundo Spirandelli (2014): “Essas missões europeias ajudariam a desenvolver as primeiras gerações de cientistas sociais acadêmicos do Brasil, imbuídos do rigor científico da ciência europeia” (p.156). Foi a missão francesa, portanto, que trouxe para o Brasil a ciência moderna plenamente constituída.

³⁸ Segundo Miceli (idem): No Rio de Janeiro, nos dois empreendimentos universitários citados verifica-se uma corrida política em torno das posições disponíveis, logo convertidas em alvos de clientelismo, e rapidamente preenchidas pelos docentes estrangeiros ‘acima de qualquer suspeita’ doutrinária, por jovens provincianos recém-chegados ao Rio na cola de algum protetor ou mandachuva político e por docentes transferidos de cátedras de ensino jurídico ou médico, alguns desses últimos tendo dado provas de serem intelectuais de primeira linha (Vitor Nunes Leal, por exemplo)”(p.102).

Apesar de todas as modificações em torno da modernização do ensino superior brasileiro como a valorização da produção intelectual e dos títulos como ferramentas de seleção e legitimação acadêmica, os franceses trouxeram consigo um sistema cuja estrutura era bastante ortodoxa e acabaria subvertendo muito dos critérios impessoais e modernos que eram apregoados como grandes inovações. Como exemplos, demonstro os casos de Florestan e, sobretudo, de Cardoso em sua ascensão na hierarquia do sistema. A citação abaixo esclarece bem os elementos que norteavam o funcionamento das cátedras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a partir de sua implementação pela missão francesa:

O modelo de organização dos cursos em Cadeiras remonta às tradicionais e seculares universidades europeias, em especial às da França – não por acaso, o principal país de origem das missões trazidas para dar início à USP. Por esse modelo, o professor Catedrático detinha o poder absoluto (intelectual, institucional e hierárquico) sobre a sua disciplina, determinando desde as lides desta até as contratações dos professores auxiliares ou subordinados. Modelo ainda inédito no Brasil, com ele o Catedrático era não apenas professor, mas pesquisador em sua disciplina, produzindo teoria e conhecimentos novos, fazendo avançar sua área, tudo isso em critérios internacionais. Pelo menos, era dessa maneira que, idealmente, a nova Universidade deveria funcionar (Spirandelli, 2014:156-7).

As Cátedras eram organizadas internamente de maneira a reproduzir a hierarquia do sistema demonstrada na citação acima: professor catedrático regente; professor regente “a título precário”; professor associado; professor de disciplina; primeiro assistente; segundo assistente; terceiro assistente; auxiliar de ensino; instrutor e instrutor extranumerário (Spirandelli, 2014:157). A especificação da organização interna do sistema é de grande importância para que eu possa apontar como o poder quase absoluto do professor catedrático acabava desvirtuando a hierarquia de posições previamente estabelecida, demonstrando a ambivalência existente no sistema de cátedras.

Como aplicação do sistema na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foram criadas inicialmente, em 1934, duas Cátedras, a de Sociologia I e a de Sociologia II.

Posteriormente foram criadas as Cátedras de Antropologia³⁹ e Política⁴⁰. A Cadeira de Sociologia I teve como primeiro regente o professor Paul Arbousse-Bastide, que ocupou o cargo entre os anos de 1934 e 1935. A partir de 1935 o jovem professor Claude Lévi-Strauss assumiu a regência até o final do ano de 1937(ibidem: 159). Após a saída do professor francês, a Cadeira foi assumida por Roger Bastide que ficaria no cargo de 1938 até 1953, quando retornaria à França e passaria o lugar para Florestan. Florestan, por sua vez, ficaria como regente a título provisório até 1964 quando conseguiria o título de professor catedrático. Ele permaneceria no cargo até 1969, quando foi compulsoriamente aposentado.

A Cadeira de Sociologia II também teve como seu primeiro regente o professor Paul Arbousse-Bastide que ficou no cargo até 1940. Durante o ano seguinte, a regência ficou por conta de Roger Bastide que simultaneamente também regia a Cadeira de Sociologia I. A partir de 1942 a Cátedra teve a sua regência mais longa, do professor Fernando de Azevedo, que durou até 1964. Como último regente, a Cadeira teve o professor Ruy Galvão de Andrada Coelho, que ficou no cargo até a extinção do sistema em 1969 (Spirandelli, 2014:157).

A passagem pelos regentes das Cadeiras de Sociologia I e II durante os 35 anos em que o sistema esteve vigente na USP é importante para ratificar os argumentos colocados acima sobre o caráter fechado, hierarquizado e autoritário que o caracterizava. Além de ter tido pouco rotatividade, o sistema ainda não abriu espaço para que as mulheres viessem a reger uma das Cadeiras, o que demonstra claramente como havia um recorte de gênero importante (Spirandelli, idem).

A passagem de Florestan pelo curso de madureza deixou nele duas certezas: fazer uma faculdade e ser professor secundário. Florestan decidiu fazer Engenharia Química, mesmo sem saber muito bem por que. Todavia, ele não possuía recursos suficientes para

³⁹Sobre a criação da Cadeira, Spirandelli (idem), argumenta: “A disciplina de Antropologia surge em 1941, integrando currículos de cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História, não pretendendo formar antropólogos de modo pleno. Ela estava integrada à Cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, criada em 1935; ela se transformaria em Cadeira de Antropologia em 1948, integrando o recém-criado Departamento de Sociologia, que abarcou, com ela, as outras Cadeiras de Sociologia e de Política”(p.163).

⁴⁰ A Cadeira de Política, todavia, possui uma configuração distinta: “sua origem remonta às influências das áreas de Sociologia (de disciplinas como a Sociologia Especial ou Sociologia Política), de Filosofia e de Direito (especialmente, à Cátedra de Direito Político), passando pelas mãos de diversos intelectuais, até que se torna, em 1950, parte integrante do Departamento de Sociologia e Antropologia, órgão criado em 1948 para gerir o curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (Spirandelli,2014:163).

bancos os estudos em tempo integral. Como necessitava trabalhar, apenas um curso de meio período poderia atender o seu anseio de fazer um curso superior. Acabou escolhendo o curso de Ciências Sociais, pois o considerou o mais atraente. Este curso lhe pareceu uma boa escolha porque tinha como objetivo no ensino superior também ser reformador social:

Pretendia fazer, não me lembro por que – se é que cheguei a saber – o curso de engenharia química, na Politécnica. Contudo, teria de ser aluno de tempo integral, o que me era impossível, pois tinha de manter a casa. A escolha das Ciências Sociais e Políticas correu por conta das oportunidades que coincidiam com os meus interesses intelectuais mais profundos. No caso, a “escolha de uma profissão” quase não contou. Queria ser professor e poderia atingir esse objetivo através de vários cursos. O meu vago socialismo levou-me a pensar que poderia conciliar as duas coisas, a necessidade de ter uma profissão e o anseio reformista de “modificar a sociedade”, cuja natureza eu não conhecia bem, mas me impulsionava na escolha das alternativas. Decidi-me pela secção de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fernandes, 1977:154).

A escolha do curso tornou-se uma possibilidade efetiva para Florestan constituir maior elasticidade intelectual. Se a escolha do curso não foi muito difícil de ser feita a entrada na Universidade de São Paulo não se mostraria nada fácil. Seria o primeiro de muitos obstáculos que Florestan teria de enfrentar para colocar em prática o seu projeto sociológico. Florestan presta o concurso em 1941 para uma universidade voltada para as elites paulistas. A missão francesa que viera fundar a universidade procura deixar este fato bastante forte ao cobrar que o exame de admissão fosse feito em francês. Florestan enfrentou o desafio unindo o ensino que havia adquirido no Ginásio Riachuelo acrescido dos conhecimentos que adquiriu durante a vida de forma autodidata, ou seja, do capital cultural acumulado. Mesmo com todo esforço, ainda era um conhecimento limitado se comparado à exigência dos professores que davam as aulas na própria língua e cobravam dos alunos brasileiros como se estes fossem similares em sua formação aos alunos europeus dos seus países de origem.

Por conta da grande cobrança, os alunos prestavam dois concursos. Um para o pré- que seria responsável por formar a base dos alunos, e outro para adentrarem nas Ciências Sociais e Políticas. Florestan conseguiu aprovação nos dois. Mesmo assim, não deixou de passar por grandes dificuldades que puderam ser sentidas logo no exame para a admissão na seção de Ciências Sociais e Políticas, pois os alunos deveriam fazer um

exame escrito e outro oral. Florestan ficou com uma parte do livro *Da Divisão do Trabalho Social*, de Émile Durkheim. Terminou sendo aprovado em quinto lugar.

Na universidade, já em 1941, iniciando o período de formação acadêmica, ele percebera que o pré, que era coordenado pelos professores assistentes, não dava a base para que os alunos tivessem um desempenho compatível com o nível de cobrança exercido pelos catedráticos: “todos nós sabíamos que o pré não cumpria tal função e que o carro caminhava adiante dos bois, esmagando os estudantes”. (ibidem: 156) Como saída, os estudantes tinham que se dedicar de maneira intensa ao autodidatismo. Ou seja, o autodidatismo funciona como uma técnica necessária para um bom desempenho acadêmico. Um exemplo importante é relatado pelo próprio Florestan quando fizera um trabalho para Roger Bastide versando sobre “A crise da explicação causal na sociologia”, que lhe mostrou a necessidade de se dedicar de maneira profunda à disciplina:

Só para dar um exemplo: o meu trabalho de aproveitamento com professor Roger Bastide, no primeiro semestre de 1941, versava sobre “a crise da explicação causal na sociologia”. Reuni como me foi possível a bibliografia acessível na Biblioteca Municipal e na Biblioteca Central da Faculdade. Tirei nota quatro e meio, com um comentário piedoso do professor: o que ele esperava era uma dissertação, não uma reportagem. Essa experiência ensinou-me que ou devia desistir, ou submeter-me a uma disciplina monástica de trabalho. Optei pela segunda solução e, aos poucos, ganhei maior elasticidade intelectual (ibidem: 156).

Depois de um início complicado, Florestan conseguiu a partir do segundo ano se equiparar aos colegas em desempenho acadêmico, ou seja, as deficiências que trouxera em sua formação não seriam mais problemas para um bom aproveitamento como estudante da Faculdade de Filosofia. A entrada na universidade representou a mudança mais profunda na relação de Florestan com o mundo social, como ele mesmo defende, através do declínio de importância da socialização para o trabalho que adquirira, pois representou a ruptura final com o estilo de vida com o qual tivera contato a maior parte da vida: “Em suma, o Vicente que eu fora estava finalmente morrendo e nascia no seu lugar, de forma assustadora para mim, o Florestan que eu iria ser”(Fernandes,1977:157). Representou o término do caráter precário do seu capital cultural e representou um fator decisivo de distinção social (Bourdieu, 2013). O alvo de Florestan passava a tornar-se um professor e também um intelectual.

A relação com os professores foi muito proveitosa para Florestan, como veremos adiante. Ele afirma que a socialização que teve como menino trabalhando na rua e também nos outros trabalhos que desempenhou durante a vida foi crucial para conseguir obter frutos na relação com os mestres: “Se fizera bem alguma coisa antes, fora aprender a conhecer as pessoas e a lidar com elas” (ibidem:160). Florestan desenvolveu uma disposição de grande importância para o acúmulo de capital social. Sobre este último Bourdieu (1998) argumenta:

Por outro lado, a reprodução do capital social também é tributária do trabalho de sociabilidade, série contínua de trocas onde se afirma e se reafirma incessantemente o reconhecimento e que supõe, além de uma competência específica (conhecimento das relações genealógicas e das ligações reais e arte de utilizá-las, etc.) e de uma disposição adquirida para obter e manter essa competência, um dispêndio constante de tempo e esforços (que têm seu equivalente em capital econômico) e também, muito frequentemente, de capital econômico (p.68).

Bourdieu (idem) afirma que o capital social faz com que haja um melhor rendimento tanto do capital econômico quanto do capital cultural, o que nos mostra sua importância central. Florestan não tinha um capital social herdado da estrutura familiar que o fizesse encurtar a distância em relação aos professores. Por conta disso, resolveu dedicar-se, logo em 1941, aos trabalhos “A Evolução do Comércio Exterior no Brasil da Independência a 1940”, para o professor Paul Hugon; e “O Folclore em São Paulo”, para o professor Roger Bastide. O esforço de Florestan acabou sendo recompensado, pois o professor Hugon considerou o trabalho feito por ele como o ponto de partida para o desenvolvimento da tese de doutorado, além da disponibilidade de ajudá-lo a conseguir um emprego que se enquadrasse às suas aspirações e possibilidades⁴¹ (ibidem: 160). Florestan construiu uma relação de amizade com o professor Hugon, mas sem aceitar seu auxílio.

Já o trabalho sobre o folclore em São Paulo, feito para Roger Bastide, gerou grandes frutos para Florestan. Ao contrário do contato com o professor Hugon, que o

⁴¹ Sobre este fato argumenta Florestan: “De fato, ao retornar da França, depois das férias, me chamou de novo. Havia conseguido que eu fosse aceito pelo Roberto Simonsen, em um grupo de jovens que trabalhava diretamente para ele. Isso me deixou perplexo e me forçou a uma primeira decisão. Parecia-me que, se aceitasse aquele emprego, iria converter-me no que eu pensava ser, na minha ingenuidade, um ‘camelo intelectual’, alguém que não a própria inteligência para si, porém a vende para os outros. Recusei polidamente e ficamos muito amigos, sem que o professor Hugon desistisse do plano de doutoramento, que tinha engendrado (Fernandes, 1977:160-61).

procurou com intuito de ajudá-lo, a relação com Bastide foi fruto de iniciativa do próprio Florestan. O trabalho na Cátedra era dividido entre o professor catedrático e os professores assistentes. O trabalho sobre o folclore foi apresentado para a professora Lavínia Vilela, assistente de Bastide, que estava viajando. De acordo com Florestan (1977), a professora dava uma introdução muito limitada aos alunos. Em virtude disso, Florestan utilizou as leituras que já havia feito com Bastide sobre Durkheim e Mauss para analisar o folclore sob uma perspectiva sociológica. Aliado a isso, ele aproveitou suas disposições intelectuais adquiridas como autodidata para trabalhar com uma bibliografia ampla existente nas Bibliotecas Municipal e na Biblioteca da Faculdade de Direito.

O enorme esforço despendido por Florestan, que foi além do que se exigia para um trabalho de graduação tamanha a profundidade de sua discussão, acabou não sendo recompensado como ele esperava ao receber a avaliação da professora Lavínia. Ela deu nota nove a Florestan e dissera que ele havia ido longe demais no tratamento sociológico do folclore (Fernandes, *idem*). Florestan não se conformou com a avaliação feita e decidiu interpelar o professor Bastide quando este retornou de viagem para que pudesse fazer uma crítica consistente ao seu trabalho. Este contato foi algo crucial para a relação que os dois construiriam daí em diante:

Esprei a volta do professor Bastide e exigi dele uma definição: não me importava a nota, queria uma crítica séria do trabalho. Ele ficou surpreso. “Como, existe uma monografia sobre o folclore de São Paulo? Ela me interessa muito”. Entreguei-lhe o trabalho dias depois. Não se passou muito tempo e ele me convidou a ir à sua casa. Disse-me que estava disposto a corrigir a nota, que ele julgava injusta (o que recusei) e fez comentários precisos sobre a interpretação sociológica dos dados, demonstrando que eu tomara uma pista correta e que ela podia ser explorada de modo ainda mais amplo. Ao saber das minhas dificuldades, também se ofereceu para conseguir-me um emprego de tipo intelectual (...). Como alternativa, colocou-me à minha disposição para publicar os artigos que quisesse escrever em O Estado de São Paulo. O professor Bastide, porém, não parou por aí. Levou o trabalho ao professor Emílio Willens e pediu sua publicação na revista Sociologia (Fernandes, 1977:162).

Esta experiência foi capital para a trajetória futura que ele trilharia na Faculdade de Filosofia, pois seu valor intelectual já havia sido reconhecido pelo professor Bastide. Além disso, também foi importante para distinguir o amador e o profissional e, conseqüentemente, delimitar a postura que deveria ter ao praticar a pesquisa empírica sistemática (Fernandes, *idem*). Foi fundamental para o sociólogo incorporar as

disposições intelectuais necessárias para que tivesse êxito acadêmico, como a necessidade do rigor na fundamentação teórica e na coleta empírica dos dados.

Florestan publicou seu primeiro artigo na Revista Sociologia neste ano de 1942. Os trabalhos desenvolvidos por Florestan foram cruciais para que acumulasse capital simbólico. Sobre seu significado, Bourdieu (2013) afirma precisamente que: “Todo capital, sob qualquer forma que se apresente, exerce uma violência simbólica assim que é reconhecido, ou seja, desconhecido em sua verdade de capital, e impõe-se como autoridade exigindo reconhecimento” (p.113).

Após este primeiro trabalho, Florestan dedicaria os próximos 20 anos a estudar o tema do folclore (Peixoto, 2000). Outro aspecto de grande relevância sobre o estudo do tema refere-se à ênfase desde esse período ao tema da modernização brasileira, como destaca Peixoto (2000): “As análises dos materiais folclóricos também levam ao estabelecimento de elos (sempre problemáticos) entre passado e futuro, entre tradição e mudança, projetando luzes para o futuro” (p.172). Ou seja, desde o início de suas pesquisas acadêmicas o tema da modernização, que enfoco nesta tese, teve centralidade no pensamento do sociólogo paulista.

O tema do folclore é importante também porque Florestan deu um tratamento sociológico para a visão negativa sobre a tradição brasileira, que é considerada como grande impedimento da modernização. Não começarei minha análise por esse período, no entanto, porque meu foco é nas proposições de Florestan e Cardoso, que ocorrem de forma conjunta apenas nos anos 1950. Além disso, o tema da modernização ganha um caráter sistemática apenas na década citada.

Ainda sobre o tema é necessário fazer uma ressalva. A modernização também era central para o mestre Roger Bastide. Todavia, ao enfocarem o folclore os dois sociólogos construíram visões distintas: “Florestan sublinha a mudança e o papel tímido da tradição nesse processo; Bastide destaca a resistência da(s) tradição (ões) em meio a mudanças profundas que abalaram a sociedade brasileira” (ibidem:180).

Já no ano seguinte, 1943, Florestan termina a graduação e vai colaborar com textos nos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha da Manhã”, momento em que considerou ter perdido o medo do grande público. Bem, a relação com Bastide rendeu muitos frutos para o jovem sociólogo que teve seu valor intelectual reconhecido pelo mestre e também pode ver a sua produção sendo difundida para o grande público. Roger Bastide passou a

ser o principal professor de Florestan e também um grande amigo (Fernandes, 1977). Florestan (1977) sintetiza a importância desse período para sua trajetória posterior: “Portanto, em parte como fruto de uma evolução natural, em parte como produto do meu esforço por ser ‘aceito pelo grupo’ no decurso de dois anos percorri rapidamente uma rota larga e compensadora⁴²” (P.162).

Também em 1943, Florestan inicia a longa e sólida amizade que teria com Antônio Candido por quem nutria grande admiração devido aos seus artigos escritos nos jornais⁴³ e com quem trabalhou como assistente do professor Fernando de Azevedo na Cadeira de Sociologia II. Além disso, foi também um importante interlocutor.

Florestan (idem) advoga que a Faculdade de Filosofia dava as condições para que jovens talentos como ele pudessem despontar. No seu caso específico, ocorreu com o convite para ser professor assistente⁴⁴. Ele lembra que os artigos publicados na Revista Sociologia, no “Estado de São Paulo” e na “Folha da Manhã” deram grande visibilidade perante o público leitor e também repercutiram de forma muito positiva na USP, ou seja, foram elementos de legitimação intelectual: “(...) abrindo-nos dentro dele as portas fechadas a sete chaves pelos componentes das esferas mais conservadoras de nossas elites culturais” (Fernandes, 1977:165).

Ao fazer um balanço desse período na graduação, Florestan destaca a importância que Emílio Willens e Roger Bastide tiveram para a sua formação e posterior trajetória:

⁴² Florestan (1977) desdobrava a importância deste período: “Sentia-me à vontade, com os colegas, era um ‘estudante promissor’, para alguns professores – os que contavam, para mim. Passara pelas complicadas provas de iniciação, embora movimentando-me de modo canhestro. O importante, para mim, é que essa aceitação criava as perspectivas para realizar uma vocação intelectual insuspeita. O caminho estava aberto para me tornar um professor e para chegar até onde o meu talento e a minha capacidade de trabalho pudessem levar-me”(p.162).

⁴³ Sobre o início da amizade com Florestan Antônio Candido argumenta: “Nossa amizade começou em 1943 de maneira curiosa. Naquele tempo, além de assistente de Sociologia eu era crítico literário do jornal A Folha da Manhã, onde publicava rodapés semanais. A crítica que eu fazia então era política sempre que possível, e eu procurava também injetar nela alguma sociologia. Certo dia recebo a longa carta de um moço chamado Florestan Fernandes, comentando um artigo meu. Eu respondi, ele escreveu de volta e fiquei sabendo que era aluno de Ciências Sociais, em nossa faculdade.(...) Eu diria que na impressão causada pelo nome e pela letra estava inconscientemente prefigurada a noção do que seria aquele rapaz, dois anos mais moço do que eu. Estava prefigurada a eminência que ele teria, a firmeza da sua atitude, a densidade da sua forma tão rica em significados, à primeira vista difíceis de aprender”(p.26-27).

⁴⁴ “Alguém que despontasse em uma área logo ficava conhecido em todas: as ‘esperanças’ eram endossadas coletivamente; e os ‘gênios’ tinham a sua abertura muito antes de comprovarem a que vinham. O isolamento cultural da instituição e as maquinações repressivas que ela sofria cotidianamente ajudavam a forjar esse clima intelectual, que só iria dissipar-se desaparecer nos fins dos anos 50. Havia muitos entreveros internos, entretanto eles não impediam esse reconhecimento prematuro do valor intelectual. Como a Faculdade de Filosofia era uma ‘instituição em crescimento’, os que fossem bafejados por essa onda de boa vontade começaram por onde deveriam terminar” (Fernandes,1977:164).

“Bastide e Willens tiveram importância para mim nos termos diretos e restritos da formação do especialista⁴⁵” (Fernandes, 1978:32). A partir dessas influências, Florestan daria prosseguimento à sua vida acadêmica dando ênfase total à construção de uma linguagem rigorosa, original, à formação de uma atitude científica consistente e também à elaboração de um elemento prático na sociologia (ibidem: 79), pois considerava que o conhecimento transplantado da Europa acaba gerando bloqueios fundamentais para que esse tipo de postura viesse a acontecer:

O grosso do que aprendera, até 1944, vinha da Europa – de vários professores franceses, um italiano e um de origem alemã; os professores brasileiros entraram nesse quadro como pessoal de ‘saturação’ ou de ‘reforço’ (na maioria, como assistentes dos professores estrangeiros; os poucos professores eram vistos como alguém que não deveria estar ali, já que tomavam os lugares de outros que, se viessem de fora, seriam ‘universitários’ e ‘mais competentes’). A conexão com a(s) luzes imperiais instituía uma visão que cegava o espírito crítico, convertendo os colonizados em instrumentos de uma colonização cultural permanente (Fernandes, 1977:165).

Florestan alega que os três anos de formação e o último dedicado à didática eram compostos por um programa de aprendizagem considerado por ele exótico por ser ao mesmo tempo intenso e disperso: “Os melhores cursos, por serem monográficos e ecléticos, exigiam uma base intelectual que não possuíamos e uma maturidade intelectual média que não seria criada de uma hora para outra” (Fernandes, 1977:166).

Para Florestan, o grande dilema enfrentado por ele e seus colegas na Faculdade de Filosofia era referente à herança cultural tradicionalista e pré-moderna brasileira que funcionava como entrave para a transformação da mentalidade, da organização universitária e também das ações no plano intelectual moderno constituídas na Europa (Fernandes, idem). Mesmo com todas as modificações que ocorrem em sua produção intelectual no período recortado por esta tese, a visão que o autor construiu desde jovem sobre a realidade brasileira e que foi sistematizada sociologicamente na USP desde os estudos sobre o folclore jamais será modificada, bem como a visão concomitante sobre a formação eurocêntrica da modernidade.

⁴⁵ Ainda sobre este ponto Garcia (2002) advoga: “Ao escolher esforçar-se ao máximo para atingir o nível de trabalho exigido pela Faculdade, Florestan aderiu, pela primeira vez, à perspectiva científica de acordo com a concepção acadêmica representada, no episódio, por Roger Bastide” (p.80).

A descoberta do elemento prático na sociologia não foi fruto do contato com os professores na Faculdade de Filosofia, mas sim quando Florestan participou do movimento trotskista e teve contato com a obra de Marx. A influência do elemento prático ficou bem representada pela tradução e prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política, feita em 1946. Esse ideal pautado pela busca da racionalização social apenas ganhou um grau maior de organização e sistematicidade dentro da Faculdade de Filosofia.

Garcia (2002) advoga que a chegada de Florestan à Faculdade de Filosofia e o seu êxito alcançado foram frutos de uma combinação tensa e criadora entre os ideais liberais do mérito individual agregado às relações paternalistas de auxílio conseguidas junto aos seus mestres, como vimos acima em relação a Roger Bastide. Além de caracterizar os elementos constitutivos da trajetória de Florestan na USP, Garcia aponta um elemento que considero central para o entendimento de uma das facetas do projeto sociológico proposto por ele. Este ponto refere-se à crença de Florestan nas possibilidades emancipatórias da civilização moderna⁴⁶. Como terei oportunidade de demonstrar, a forma como o sociólogo paulista define os valores constitutivos da modernidade terá consequências para o decorrer de sua trajetória até a chegada ao Parlamento brasileiro. No próximo capítulo defenderei que não era apenas uma aposta, mas sim uma idealização da modernidade envolta de amplas consequências teóricas e políticas.

Ao terminar a graduação, em 1943, o prestigiado aluno Florestan recebe dois convites para atuar como professor assistente. Um dos convites foi feito pelo professor Eduardo Alcântara de Oliveira para que ele fosse seu assistente na Cadeira de Estatística; o outro, veio do professor Paul Hugon para que ele trabalhasse junto à Cadeira de Economia Política⁴⁷. O jovem sociólogo, apesar das boas oportunidades, acaba

⁴⁶ Apesar de colocar um ponto central para o entendimento da trajetória da produção de Florestan dentro da USP a autora não possui uma perspectiva crítica que dê condições para a construção de uma perspectiva crítica que tenha condições de problematizar essa adesão de Florestan. Assim, não há espaço para ver que a adesão do sociólogo possuía um grau enorme de idealização sobre formação Europeia. Essa é, como demonstrei no decorrer da tese, a tônica dos intérpretes do sociólogo que terminam construindo leituras sem uma apreciação crítica sobre os pressupostos contidos em suas publicações.

⁴⁷ Antonio Candido aponta detidamente como o desempenho acadêmico de Florestan o fazia ser cobiçado pelos professores catedráticos e também as condições precárias dos professores assistentes: “Tendo sido um estudante notável, quando se formou, mais de um professor quis tê-lo como assistente. Penso que entre eles estava o Roger Bastide, que sempre o admirou, e caso tivesse vaga no momento o indicaria. Certamente estava Paul Hugon, de Economia Política, matéria na qual Florestan brilhara, inclusive analisando a obra de Simiand sobre a moeda. Mas ele acabou aceitando o convite de Fernando de Azevedo, que o indicou para a vaga de segundo assistente da cadeira de Sociologia II, pois o colega que exercia esta função, José Francisco de Camargo, depois titular e diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, preferia demitir-se a fim de concorrer a uma cadeira de Sociologia do ensino normal, cargo que naquele tempo era não apenas melhor remunerado, mas tinha a vantagem de dar acesso a uma carreira, com aposentadoria assegurada. A

declinando dos dois convites (Garcia, 2002:82). De acordo com Garcia (2002): “Tratasse de delinear aqui alguns aspectos da sedução que a sociologia exerceu sobre ele enquanto área propícia para a atuação autônoma de um intelectual acadêmico moderno” (p.82).

Como os interesses de Florestan estavam voltados para a sociologia, ele acabou aceitando o convite do professor Fernando de Azevedo para ser seu segundo assistente na Cadeira de Sociologia II, em 1945, onde trabalharia em parceria com Antonio Candido. Sobre este fato, Florestan aponta a importância central que teve Candido com quem começara amizade sem entusiasmo do último⁴⁸:

Eu, desastadamente, fora tão convincente, argumentando contra as inconveniências de um jovem, que mal terminava o curso, ser convidado para um lugar de tamanha responsabilidade, que o Dr Fernando hesitou. Não fora a intervenção providencial de Antônio Cândido e eu iria trabalhar, mesmo, na cadeira de Economia. Devo-lhe, também, uma desprendida colaboração, que facilitou os ajustamentos iniciais e me permitiu corrigir, em tempo, certos desvios que me levaram a botar maior interesse nas tarefas de pesquisa que nas de ensino (Fernandes, 1977:164).

A partir deste momento o jovem sociólogo passou a desempenhar o papel de professor, ministrando no segundo semestre de 1945 um curso sobre o método sociológico em Émile Durkheim, reproduzindo um fazer acadêmico desenvolvido desde a fundação da USP em 1934. Ao lembrar este período, o sociólogo paulista aponta como a pesquisa e o ensino que desenvolveu durante os anos de 1942 e 1945 foram fundamentais para completar sua formação acadêmica⁴⁹. Sobre a contribuição específica da pesquisa, ele argumenta:

propósito, convém esclarecer que o assistente da Universidade era um funcionário sem qualquer garantia, nomeado por indicação do professor e demissível a qualquer momento por simples comunicação escrita dele, sem necessidade sequer de justificativa. Por isso, não tínhamos carreira e éramos assistentes dos professores, mais do que da instituição(o que, seja dito, não era ruim se o professor fosse bom)(p.42).

⁴⁸ Sobre o início da amizade com Cândido, Florestan descreve: “O Antônio Cândido nunca percebera a minha presença nas aulas do professor Maugué ou em outras ocasiões (nós fomos contemporâneos, porém ele fazia o último ano do curso enquanto eu começava) Todavia, eu o conhecia muito bem e era um dos seus leitores mais assíduos. Ele cumpria, em relação a nós, a mesma função que o Mário de Andrade tivera para a Semana de Arte Moderna. Por isso, eu próprio tomei a iniciativa de escrever-lhe. A nossa amizade se iniciou sem muito entusiasmo da parte dele” (p.164).

⁴⁹ Florestan cita as pesquisas das quais participou durante o período acima citado: “Entre 1942 e 1945 fiz vários pequenos levantamentos (como o estudo sobre as manifestações do preconceito de cor em Sorocaba e do culto a João de Camargo; uma análise quantitativa da competição entre profissionais liberais em São Paulo, com base em identificações extraídas das listas telefônicas; uma sondagem, através de questionários, da população rural de Poá, na qual tive a colaboração de Oswaldo Elias Xidieh; certa participação da pesquisa do Dr. Willems, sobre Cunha, na qual me encarreguei de estudar determinados aspectos do folclore ou da vida sexual na comunidade e ajudei na coleta de dados antropométricos; uma exploração dos dados

Em suma, fui treinado de várias maneiras para ser um pesquisador. Essa experiência extensiva, no entanto, não diz tudo. A pesquisa de 1941 (complementada parcialmente em 1944), sobre o folclore, e o levantamento sistemático dos dados conhecidos sobre os Tupinambá (iniciado em 1945 e completado em 1946) constituem um marco na minha preparação sociológica (Fernandes, 1977:174).

De todas as pesquisas desenvolvidas, aquela que teve maiores consequências para a trajetória de Florestan na Faculdade de Filosofia foi a que abordava as trocinhas do Bom Retiro, pois demonstrou para ele a necessidade da união crítica entre dados empíricos e teoria⁵⁰. Sua inserção na docência, por sua vez, foi problemática porque Florestan levou suas preocupações para a sala, que fizeram suas aulas serem bastante pesadas para a graduação.

Essa grande dificuldade ocorria porque o ponto de chegada de Florestan se convertia nos pontos de partida dos estudantes. Ou seja, o sociólogo paulista não poupava ninguém (Garcia, 2002:139). Esta ação de Florestan não se deu devido a uma postura arrogante do jovem professor, mas devido, segundo o sociólogo paulista, à precária herança cultura na qual estava envolta a sociedade brasileira que tornara muito problemática a transplantação construtiva do conhecimento fornecido pelos professores europeus:

O mais doloroso para mim: eu não aprendera nada que fosse sólido, seguro, definitivo, que me permitisse dizer “domino esta área” ou não tenho dúvidas quanto ao que é a sociologia, seu objeto, divisões, métodos de investigação e de explicação. Se tivesse de dar uma aula, seria, sem dúvida, capaz de desdobrar um painel brilhante, típico da nossa formação: os precursores ou a “história do problema”; as principais correntes ou “como o problema se deslindara em várias direções”; a situação atual ou “como tais problemas se colocam em nossos dias”. Um disco, que explorávamos à perfeição, como tive a oportunidade de verificar pessoalmente ao presidir, por duas vezes,

quinhentistas sobre os contactos dos Tupi com os brancos, em São Paulo, uma pesquisa que deveria fazer com o Dr. Donald Pierson mas que interrompemos de modo prematuro; uma balanço crítico das contribuições de Gabriel Soares e Hans Staden poderiam dar para o estudo da vida social dos Tupinambá e seus contactos com os brancos); em 1944 iniciara, graças ao empenho e à colaboração desinteressada de Jamil Safady, uma pesquisa sobre a aculturação de sírios e libaneses em São Paulo (na qual trabalhei quase quatro anos e que foi posta de lado por falta de recursos materiais e por outros motivos) (p.173-74).

⁵⁰“O trabalho que teve maior importância para mim foi o que escrevi sobre as trocinhas do Bom Retiro. Pela primeira vez, via-me enfrentando as tarefas de ‘materializar’ e de ‘reconstruir’ as bases sócio-dinâmicas da vida em grupo. Não só tive a oportunidade de passar do plano abstrato para o plano concreto no uso de conceitos, hipóteses e teorias; precisei formular por minha própria conta, as perguntas que o sociólogo tem de responder quando examina,, empiricamente, a estrutura e as funções do grupo social, nos vários níveis da vida humana. Por isso, esse pequeno trabalho representou, para mim, uma passagem da iniciação científica, e eu lhe devo, em termos de aprendizagem, muito mais do que fiquei devendo aos cursos que frequentara anteriormente”(Fernandes,1977:174).

bancas de seleção de professores de sociologia para o ensino normal. Isso nos distinguia - e nos distanciava - dos “outros”. Representava a nossa marca, sinete do made in France (Fernandes, 1977:167).

Além da questão referente à formação, houve também a negligência na preparação das aulas pelo sociólogo devido à junção entre insegurança e falta de tempo, por conta de ter que se dividir entre as atividades na Faculdade de Filosofia e o emprego que tinha fora do mundo universitário para complementar a renda familiar (Fernandes, 1977). Todavia, o tempo e a mudança do regime de trabalho para integral trouxeram uma importante transformação em Florestan⁵¹, pois aprendera que deveria ser conciso, claro, pautando-se pelas questões importantes: “Ao atingir esse patamar, o ensino perdeu, para mim, o caráter de um ‘fardo’ e a relação com os estudantes passou a ser altamente provocativa e estimulante para o meu progresso teórico como sociólogo” (ibidem: 176). Ainda de acordo com Florestan, foram os estudantes os primeiros a descobrir e reconhecer o seu valor intelectual⁵².

Foram as deficiências de sua formação que o fizeram construir um rígido programa de estudos que eram aplicados em suas aulas. Apenas com um trabalho árduo seria possível superar o conhecimento disperso, um tanto artificial, que funcionava como obstáculo para que os sociólogos brasileiros formados na Faculdade de Filosofia tivessem condições de construção um conhecimento rigoroso, sólido e original. Para alcançar este fim, Florestan dedicou-se ao estudo profundo dos clássicos da sociologia e também entrou na pós-graduação da Escola Livre de Sociologia Política.

Em 1947, Florestan passou a trabalhar em regime de tempo integral. Mesmo assim não deixou de reproduzir uma rotina monástica de trabalho como relata Antônio Cândido (2001), companheiro de Florestan na Cadeira de Sociologia II:

⁵¹“Aos poucos, porém, a paixão pelas tarefas didáticas cresceu dentro de mim e, especificamente, como parte da complexa situação de aprendizagem que elas engendram, pela qual o professor quase sempre aprende, graças e através da sala de aula, mais que o próprio estudante. Isso é paradoxal. Mas constitui uma verdade elementar. Como o pesquisador, o professor precisa reduzir o conhecimento acumulado previamente ao que é essencial e, mais que o pesquisador, deve defrontar-se com o dever de expor tal conhecimento de modo claro, conciso e elegante”(Fernandes,1977:176).

⁵² “Na verdade, antes que se fizessem sentir as avaliações de meus pequenos escritos e livros, foram os estudantes que descobriram e reconheceram o ‘meu’ valor, oferecendo-me uma base psicológica de auto-afirmação e de segurança relativa fundamental para a eliminação de velhas cicatrizes, ambivalências e hesitações. Os estudantes sempre foram generosos comigo e sempre responderam construtivamente ao que eu pretendia fazer, praticamente desde o início da minha carreira docente, ajudando-me a moldar-me segundo uma imagem do professor que transcendia às possibilidades da tradicional ‘escola superior brasileira’”(Fernandes, 1977:176).

Fazíamos plantão das oito da manhã ao meio-dia e das duas às seis da tarde, em princípio. Quando saímos, eu estava esgotado e só pensava em tomar o ônibus para casa. Mas ele mais de uma vez me disse que ia para a Biblioteca Municipal ler até ela fechar. Não espanta que tenha dominado não apenas a bibliografia da escola sociológica francesa (como se dizia), mas do funcionalismo inglês e americano, além de outras correntes, como o marxismo, e de outros autores como Freyer e Manheim (p.29).

Após sua inserção na Faculdade de Filosofia Florestan vai para a Escola Livre de Sociologia e Política fazer o seu mestrado. Antes de relatar o percurso do sociólogo paulista, faz-se necessária debater alguns aspectos da instituição no sentido de apontar os elementos apregoados por ela e que foram incorporados em sua prática sociológica. Ou seja, trabalhando em conjunto com Bourdieu (2010), procuro desenvolver neste capítulo uma análise relacional que procura dar conta das relações travadas entre os indivíduos e as instituições como forma de ter um entendimento amplo de sua trajetória, produção intelectual e respectivas ações.

O primeiro ponto a ser destacado é a disputa existente entre a USP e a ELSP, pois a última define desde o início o seu objetivo que era formar técnicos com competência administrativa (Limongi, 1995). A USP ofereceria uma formação mais teórica e geral, enquanto a ELSP tinha uma formação mais técnica, ou seja, de caráter prático expresso na ênfase no trabalho de campo (Limongi, 1995:259). Segundo Limongi (idem): “Por onde quer que se procure analisar a criação da ELSP, é impossível negar sua característica básica: as preocupações práticas e atreladas a políticas públicas específicas⁵³” (p.262).

Os rumos da ELSP tomam um caminho diferente após a chegada do professor norte-americano Donald Pierson que será responsável por dar à instituição um caráter acadêmico que não possuía, sendo de grande importância para o desenvolvimento das ciências sociais em São Paulo e, de forma específica, para o pensamento e a produção de Florestan. A partir da entrada de Pierson, a ênfase da instituição deixa de ser o fornecimento de elites técnicas e passa a ser a formação de sociólogos profissionais, representado pela criação dos cursos de pós-graduação, 1941, que fez com que a

⁵³ Ainda segundo Limongi (idem): “A ELSP, com seu empirismo e intervencionismo, encontra-se nos antípodas da FFCL. As pesquisas não revelaram ao certo se há inspiração direta do modelo norte-americano, e se estas influências estiveram na raiz da ‘política’ de contratação de professores. Tudo indica que sim. O mais importante, no entanto, é ressaltar o ‘casamento’ harmonioso entre os fins pretendidos pela ELSP e os profissionais que contrata” (p.263).

instituição se tornasse uma alternativa à USP (Limongi, 1995:263:4). A importância de Pierson é tamanha que a influência da sociologia americana no Brasil no período referente às décadas de 1940 e 1950 pode ser delimitada a partir da figura deste professor e pesquisador (Peixoto, 1995:517).

Como enfoquei acima, a chegada de Pierson imprimiu um novo encaminhamento à ELSP, que passou a ter um caráter acadêmico. Sua ação trouxe nova ênfase representada pela formação da pós-graduação, em 1941, e a formação do sociólogo profissional pautada pelos pares teoria e pesquisa e ensino e pesquisa (Peixoto, *idem*). Peixoto (*idem*) enfoca duas facetas de Pierson que me parecem fundamentais para compreender a importância da passagem de Florestan pela ELSP e de sua relação com Pierson para sua trajetória. Estas são a de empreendedor de projetos e de pesquisador:

Quando tomamos contato com o funcionamento de Chicago, vemos que Pierson tentou fazer em São Paulo uma réplica deste modelo: primazia dos estudos pós-graduados, formação de grupos de trabalho, onde cada estudante corresponde a um sub-tema da pesquisa mais ampla, sob a direção de um professor-doutor; além de seminários, leitura e orientação individual de alunos. Ou seja, com Pierson chega a São Paulo não só uma problemática trabalhada por Chicago (os estudos de comunidade), mas também um modelo institucional (Peixoto, 1995:519).

A entrada de Florestan na ELSP não foi automática, pois na primeira tentativa, em 1944, ele não conseguiu lograr êxito, só o tendo na segunda tentativa, em 1945. Florestan (1977) atribui essa dificuldade em adentrar a pós-graduação da ELSP em virtude da notoriedade que já alcançara como sociólogo, o que o tornava um candidato pouco desejável: “Só em 1945⁵⁴, graças a técnicas mais diretas de auto-afirmação, consegui penetrar naquele santuário, já conspurcado, anteriormente, por outros ‘antigos alunos’ da Faculdade de Filosofia”(ibidem:168).

Florestan (*idem*) argumenta que a passagem pela ELSP⁵⁵ representou um período de luta contra suas deficiências intelectuais advindas da formação generalista que tivera.

⁵⁴ Oliveira (2006) aponta o inglês como um empecilho para a entrada de Florestan, tanto que o sociólogo dedica-se ao estudo do idioma e consegue a aprovação logo em 1945.

⁵⁵ Mesmo observando o caráter positivo de sua passagem pela ELSP, Florestan não deixa de criticar o pouco avanço que teve através dos conteúdos ministrados pelos cursos de pós-graduação da instituição: A Escola Livre não possuía recursos materiais e humanos para fazer mais do que isso, o que me contrariou muito, de início, levando-me, mesmo, a recusar alguns cursos em que me havia matriculado (e pelos quais apenas repetiria a aprendizagem anterior). Quando percebi que alimentara esperanças erradas, imprimi novo curso às minhas relações com a Escola Livre, os seus professores e os seus estudantes (entre os quais formei

Todavia, essa passagem representou também a incorporação de disposições intelectuais de grande importância para o seu trabalho futuro como regente da Cadeira de Sociologia I, como a busca de Pierson por instituir uma sociologia científica estruturada pela pesquisa empírica⁵⁶ (Limongi, idem).

O sociólogo paulista passou a comparar as instituições e descobriu que nelas havia erros simétricos, pois na Faculdade de Filosofia ocorria a negligência da formação básica enquanto na ELSP os alvos considerados estreitos e simplistas eram privilegiados⁵⁷. Mesmo com esses problemas a ELSP teve grande importância, pois implantou a pesquisa sociológica em São Paulo, além de ter proporcionado uma virada de interesse pelas classes dominantes para estudar as classe dominadas⁵⁸(Candido,2001:49).

Florestan advoga que a ELSP teve importância pedagógica para ele por três aspectos: o encontro com o professor Herbert Baldus, que incentivava a produção dos jovens pesquisadores e do qual ele se tornara amigo íntimo; a ideia propagada pela Escola de Chicago em transformar a cidade de Chicago em um grande laboratório, pois estimulou Florestan a tentar fazer o mesmo anos depois com a pesquisa sobre relações raciais para o Projeto Unesco; o terceiro ponto, cuja importância é central para entender o encaminhamento tomado por Florestan em relação ao seu futuro grupo de colaboradores,

muitos amigos). Passei a comportar-me como um professor, que eu era, que por assim dizer reciclava as suas baterias, convertendo aquela escola em uma das arenas em que lutava por minha auto-afirmação e auto-realização (havia outras, como a Faculdade de Filosofia, os movimentos políticos, as revistas e os jornais, etc) (ibidem:169).

⁵⁶Sobre a importância deste aspecto para o pensamento de Pierson, Limonge argumenta: “É preciso atentar para o fato de que este treinamento era assumido por Pierson como sua principal função, considerada por ele essencial para uma afirmação progressiva da Sociologia científica. Esse seria o caminho pelo qual esta viria a se impor”(p.268).

⁵⁷Ainda sobre esta similitude, Florestan (1977) argumenta: “Na Faculdade de Filosofia não se dava um curso de introdução às técnicas de investigação nas ciências sociais. Preferia-se pôr o estudante em contacto com certas distinções fundamentais e gerais – como o que é técnica, processo e método – e com os fundamentos epistemológicos da explicação científica nessa esfera (o que hoje se entende como metassociologia ou metantropologia). Na Escola Livre havia um curso bem sistematizado de introdução às técnicas de investigação, mas ele estava inteiramente dissociado tanto do treinamento empírico concreto, quanto dos modelos de construção da teoria. Corria-se o risco, pois, de incentivar o desenvolvimento da sociografia, por exemplo, e não o da sociologia (se se aceita uma conhecida reflexão crítica de Mannheim a respeito do assunto). Por fim, em ambas as escolas os cursos monográficos eram de escolha arbitrárias dos professores”(p.170)

⁵⁸ Sobre esse deslocamento temático Antonio Candido argumenta: “Lowrie realizou uma pesquisa que considero histórica sobre as condições de vida dos lixeiros da cidade, a meu ver um sinal na virada temática que seria característica da nossa geração, deslocando a sociologia do estudo preferencial das classes dominantes para o estudo das classes dominadas. Na Faculdade de Filosofia, a partir de 1940, houve uma espécie de reviravolta empírica, fazendo com que fosse privilegiada a pesquisa; e as pesquisas se concentraram nestas classes subalternas, cessando praticamente os estudos sobre as privilegiadas”(p.49-50).

foi o contato com professores brasileiros que haviam feito o seu doutoramento nos Estados Unidos.

A partir da relação com professores como Mario Wagner Vieira da Cunha e Octávio da Costa Eduardo, Florestan começou a analisar a possibilidade de poder oferecer a mesma formação na USP. Tal fato, aliado à luta pela autonomia intelectual, explicam por que o sociólogo paulista fez com que Cardoso fizesse o seu doutoramento no Brasil nos anos 1960.

De acordo com Arruda & Garcia (2003) a entrada de Florestan na ELSP foi importante para que o autor iniciasse o contato com as perspectivas de pesquisa oferecidas pela ciência social norte-americana, “que combinará com a diretrizes europeias dos mestres da Faculdade de Filosofia da USP, na busca da articulação equilibrada entre teoria e pesquisa⁵⁹” (p.69). Esta foi buscada com um trabalho sobre a organização social dos Tupinambá, que era considerado um trabalho impossível de ser concretizado devido à extinção desta civilização no século XVII. Por conta da grande exigência do trabalho acadêmico, como apontei acima, o sociólogo acabou tendo que deixar a militância de lado⁶⁰.

Em 1947 Florestan deixou o movimento trotskista para terminar a redação de “A organização social dos Tupinambá”, que lhe deu o título de mestre em Antropologia pela Escola Livre de Sociologia e Política. Este primeiro trabalho sobre os Tupinambá, finalizado quando ele tinha 27 anos de idade, trouxe grande repercussão, sobretudo porque era considerado, como frisei, um trabalho impossível de ser executado como pode ser visto na reação de Claude Lévi-Strauss: “ao tomar conhecimento do livro disse que

⁵⁹ A proposição de uma relação equilibrada entre teoria e pesquisa fez com que Florestan divergisse das concepções empiristas produzidas pela ELSP, sobretudo por Donald Pierson: “Trata-se do ponto nevrálgico das divergências entre Florestan Fernandes e Donald Pierson. Na visão do sociólogo uspiano, o treinamento em técnicas elementares de pesquisa constitui, de fato, passo fundamental na construção da perspectiva científica, contanto que concebido como tal, enquanto etapa da investigação que só alcança pleno sentido quando associada, de maneira rigorosa, à teoria. Se, diversamente da Faculdade de Filosofia, a Escola Livre dava a devida atenção à formação básica e ao ensino das técnicas de investigação, fazia-o, porém, projetando alvos limitados e insuficientes para fomentar o desenvolvimento das ciências da sociedade, não ultrapassando o nível descritivo da abordagem” (Arruda & Garcia, 2003:69-70).

⁶⁰ Cerqueira argumenta sobre a saída de Florestan do movimento trotskista: “As atividades acadêmicas exigiam cada vez mais seu envolvimento e a militância foi sendo deixada de lado, por absoluta falta de condições de atender a tantas tarefas. Na célula da organização os companheiros percebiam e faziam comentários sobre a irregularidade da frequência de Florestan nas reuniões. Um dia, Hermínio Saccheta o convidou para uma conversa e o convenceu de que ele seria mais útil ao movimento socialista produzindo como acadêmico na universidade. Disse também que via com bons olhos essa opção de servir à causa por outros meios. De certa forma, isso tranquilizou e o ajudou a resolver o dilema que vivia em relação à militância e à universidade” (p.46-47).

Florestan havia realizado uma façanha. Foi categórico: disse que trata-se de uma obra que havia revolucionado a Antropologia.”(Cerqueira,2004:47-48).

Para desenvolver um trabalho cuja realização possuía bastante descrédito porque teria de reconstruir a organização social de uma civilização que não existia mais, Florestan teve de dedicar-se de forma integral ao conhecimento profundo das técnicas empíricas e lógicas de pesquisa. Além disso, ainda teve de construir um maior conhecimento das sociedades primitivas. A partir deste esforço, Florestan pôde reconstruir as estruturas e os dinamismos da sociedade Tupi (Fernandes, 1977). Esta pesquisa teve uma grande importância para o sociólogo, pois através dela:

Descobri que nenhum sociólogo é capaz de realizar o seu ofício antes de percorrer todas as fases de um projeto de investigação completo, no qual transite do levantamento dos dados à sua crítica e à sua análise e, em seguida, ao tratamento interpretativo propriamente dito. Os que repudiam o “estudo de comunidade” ou o “estudo de caso” com tanta obstinação ignoram esse lado pedagógico do treinamento científico pela pesquisa empírica sistemática (ibidem: 175).

Ainda sobre sua pesquisa de mestrado, Florestan (idem) advoga que ela contribuiu de maneira decisiva para que ele modificasse sua concepção da sociologia e da explicação sociológica, pois o levou a “recusar a reconstrução empírica como alvo final e a ver na contribuição teórica o objetivo central da investigação sociológica”(p.175). Ou seja, foi a partir dessa pesquisa que Florestan adentrou ao tema da indução na sociologia que o levou a uma proposição singular da tríade Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber para compreender os dilemas da modernização brasileira.

Em 1951 Florestan conclui o doutorado em sociologia com a tese A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá. De acordo com Garcia (ibidem: 125), o doutorado representou para Florestan um instrumento de prestígio pessoal, intelectual e institucional na FFCL. Nos termos de Bourdieu (2002), representou uma ação visando à consagração intelectual entre seus pares. Ele tornou-se livre docente, em 1953, com a tese sobre “O método de interpretação funcionalista na sociologia”. Sobre a importância central dos títulos vale a passagem pela análise de Bourdieu (2010):

É a raridade simbólica do título no espaço dos nomes de profissão que tende a comandar a retribuição da profissão (e não a relação entre a oferta e a procura de uma certa forma de trabalho); segue-se daqui que a retribuição do título tende a tornar-se autônoma em relação à retribuição do trabalho. Assim, o mesmo trabalho pode ter

remunerações diferentes, conforme os títulos daquele que o exerce (titular/interino; titular/ em exercício, etc.). Dado que o título é em si mesmo uma *instituição* (como a língua) mais duradoira que as características intrínsecas do trabalho, a retribuição do título pode manter-se apesar das transformações do trabalho e do seu valor relativo: não é o valor institucionalizado que determina o valor do nome, mas o valor institucionalizado do título que serve de instrumento o qual permite que se defenda e se mantenha o valor do trabalho (p.149).

Ainda segundo Bourdieu (2013) os símbolos do capital cultural servem como instrumentos de dominação. Os trabalhos feitos sobre os Tupinambás que tiveram como encaminhamento central o método funcionalista representaram uma importância crucial para a trajetória, o projeto sociológico e para o papel legado ao intelectual. Isto porque descobriu-se que o sociólogo somente consegue realizar plenamente seu ofício depois de “percorrer todas as fases de um projeto de investigação completo, no qual transite do levantamento dos dados à sua crítica e à sua análise e, em seguida, ao tratamento interpretativo propriamente dito”(Fernandes,1977:175). Ao mesmo tempo, pôde adentrar aos problemas da indução na sociologia que foram objeto de interesse durante os anos 1950.

Quando foi desenvolver a pesquisa de doutorado Florestan tinha em mente fazer uma análise sobre os imigrantes sírios e libaneses. Não fez porque as condições de pesquisa oferecidas pela universidade eram muito precárias. Por conta disso, teria de escolher um tema que se adaptasse às condições existentes:

Precisei pensar sobre um tema que permitisse evidenciar minhas qualidades como sociólogo e, ao mesmo tempo, acumular prestígio para mais tarde poder participar dos vários tipos de trabalho que iria enfrentar (em conflito com uma sociedade nacional que é muito mais provinciana que a cidade de São Paulo). Necessitava, pois, de prestígio de sociólogo competente. A escola dos tupis, como objeto de investigação, foi fruto de uma longa e racional meditação. Na década de 40, aquele era o tipo de trabalho que vários círculos intelectuais no Brasil podiam identificar como um “trabalho relevante” (Fernandes,1978:78-79).

A passagem de Florestan para ELSP foi importante para que ele construísse uma perspectiva equilibrada e complementar entre teoria e pesquisa. A ênfase na teoria veio da formação na Faculdade de Filosofia que se complementava com as técnicas de pesquisa aprendidas em sua passagem pela ELSP. Através desta junção Florestan

procurou instituir a sociologia moderna no Brasil, que deveria ser buscada através da ênfase à pesquisa empírica, “concebida e realizada segundo procedimentos criteriosos, como única base aceitável para a análise científica da realidade sociocultural” (Arruda & Garcia, 2003:72).

De acordo com Candido (2001), Florestan tornou preponderante e irreversível a sociologia científica no Brasil, “concebida não apenas como produção de cada um, mas como padrão de trabalho, concepção de vida, ética intelectual e esforço coletivo” (ibidem: 12). Para Candido (idem), portanto, a contribuição de Florestan para a sociologia foi constituí-la como disciplina específica e também como contribuição teórica à transformação da realidade.

Para alcançar um patamar aceitável de cientificidade e também de autonomia intelectual Florestan deu ênfase absoluta ao estudo dos clássicos da sociologia, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber procurando apontar a contribuição específica de cada um deles para serem utilizadas sob uma perspectiva indutivista. O ponto de partida nos clássicos dava a oportunidade para descobrir novos caminhos e também para redefinir as preocupações. Retornarei à discussão sobre os clássicos no quarto capítulo quando analisar a questão da indução sociológica.

2.4 Cardoso e a reprodução do destino de classe

Debatei na seção acima a trajetória de Florestan Fernandes até o término de sua formação sociológica na USP. Farei agora o mesmo procedimento com Fernando Henrique Cardoso, tendo como dois intuítos centrais apontar as diferenças e as possíveis similitudes entre a sua trajetória e a de Florestan, bem como identificar os elementos presentes em sua socialização primária e pré-universitária que vão ser importantes para a produção e conduta levadas a cabo a partir da entrada na Faculdade de Filosofia da USP.

Cardoso nasceu em 18 de junho de 1931, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo, na casa de sua avó. Sobre o seu nascimento há um fato curioso. Ele foi registrado somente no dia dois julho do mesmo ano. Sua certidão de nascimento, registrada na 3ª Zona do Registro Civil que abrangia os bairros da Lagoa e da Gávea, só foi expedida 22 anos depois, no dia 12 de janeiro de 1953⁶¹. Cardoso foi primeiro de

⁶¹A certidão de nascimento e outros documentos como certidão de casamento, cartas entre ele e Florestan, certificados, trabalhos escolares, poesias foram obtidos no acervo disponibilizado eletronicamente pelo Instituto Fernando Henrique Cardoso – IFHC. Estes documentos estão disponíveis no site www.ifhc.org.br.

mais dois filhos. Depois dele seus pais tiveram uma menina que colocaram o nome de Gilda e um menino chamado Antonio Geraldo. As diferenças em relação a Florestan não se dão somente por conta da idade e da cidade de nascimento. Ao contrário de Florestan que era filho de uma imigrante portuguesa analfabeta, Cardoso nasceu em uma família estruturada, de classe média alta, tendo uma preparação desde a tenra infância para chegar sem muitos obstáculos ao ensino superior.

Ele aprendera a ler com três anos através da orientação da mãe e da avó. Quando criança li o “Sítio do pica-pau amarelo”, de Monteiro Lobato (Cardoso, 1985). Anos mais tarde, a família de Cardoso contratou uma professora francesa chamada Marta Helena Josefina Mistinguette, para ensiná-lo francês de forma particular, por influência do seu pai⁶² que “adorava a cultura francesa e devorava as obras de Balzac e Flaubert” (Leoni, 1997:48). O pai de Cardoso transmitiu o capital cultural incorporado para ele.

As disposições do “gosto” pela cultura erudita logo cedo foram incorporadas pelo pequeno Cardoso. Além, é claro, pela leitura e instrução como um valor de classe. Nesse sentido, Cardoso (2013) afirma: “Era, em suma, uma vida perfeita de classe média alta” (p.36). Cardoso tinha as condições necessárias para a aquisição do capital cultural reproduzido por sua família, pois ele possuía o tempo livre necessário para a incorporação de forma plena.

O pertencimento à classe média alta não trazia para o pequeno Cardoso apenas elementos positivos como o acesso à cultura letrada, que era elemento simbólico garantidor de distinção social. Também fez com que ele reproduzisse um comportamento autoritário característico das classes dominantes. Podemos ver na relação que ele tinha com a babá, filha de uma ex-escrava do seu bisavô português: “Fico embaraçado em reconhecê-lo, mas, quando era muito pequeno e queria que Alzira me trouxesse algo para beber, por exemplo, eu dizia em voz alta: “Quero água!” E ao dizê-lo não olhava para ela e nem para mais ninguém”(Cardoso, 2013:35). O pequeno Cardoso apenas esperava que ela cumprisse a sua vontade.

Cardoso era considerado pela sua avó como o neto preferido, o que lhe rendia um tratamento privilegiado diante dos primos e também dos seus irmãos (Cardoso, 2011). Sua

⁶² De acordo com Leoni (1997): “Leônidas Cardoso nunca será um homem de letras, mas gosta de escrever. Publica alguns artigos sobre a história do Brasil, sobre movimentos populares e revolucionários brasileiros em revistas de circulação reduzida e chega a colaborar regularmente com jornais mais sérios como Correio da manhã, O País, a Gazeta de Notícias, O Globo, O Imparcial e o Jornal do Brasil”(p.48)

família não pertencia às elites econômicas, mas fez parte atuante da vida do Estado brasileiro desde o Império:

Era uma família tradicional brasileira. Não rica, mas com prestígio e influência. Desde o Império. Meu bisavô já havia sido governador de Goiás, com título honorífico de brigadeiro. Comendador da Ordem da Rosa, senador estadual, deputado, governador duas vezes da província (ibidem: 20).

A ligação com a política vinha da família do seu pai, pois a sua mãe, dona Nayde, havia tido uma trajetória diferente daquela vivida pelo seu pai. Era uma mulher com posturas modernas para o seu tempo, como ser agnóstica e avessa à tradição política da família do marido. Mesmo não sabendo francês, tinha apreço pela cultura, pois se debruçava sobre as tradições dos romances de amor que faziam sucesso à época (Cardoso, idem).

De sua mãe, Cardoso herdou o temperamento e os traços físicos: “Alto, rosto moreno de traços finos, em que se destacam os olhos grandes, ele não se parece em nada com o pai, mais baixo, pele mais clara e vasta cabeleira” (Leoni, 1997:47). Cardoso afirma que sua mãe foi uma mulher moderna e fora do comum, sendo a sua maior influência pessoal.

Seu pai era militar e advogado, homem liberal de temperamento, nacionalista e afeito ao diálogo (Cardoso, 2011). Teve uma participação importante na vida pública, pois fez parte do movimento tenentista das revoluções de 1922 e 1924, além de ter sido deputado por São Paulo, pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Apesar de militar não reproduzia um comportamento autoritário, tanto que não utilizava uniforme militar em casa e também não estimulava o filho a seguir sua carreira: “Pelo contrário, esperava que os filhos tivessem como ele uma grande curiosidade intelectual – o que em si mesmo já era um desafio” (Cardoso, 2013:37).

O estímulo do pai de Cardoso era compreensível também porque além de militar ele era advogado. Isso porque suas atividades como militar ocupavam apenas metade do dia, deixando a outra parte livre para que pudesse atuar no Direito. Leoni (1997) afirma que Cardoso aprendera a discutir e argumentar com o pai e também “respeitar a hierarquia e o poder, e desenvolve certo gosto pelos rituais do cargo, noções que irão explicar as decisões e comportamentos políticos que adotará mais tarde” (p.46). A citação a seguir é longa, mas vale para apreciarmos a influência do general Leônidas sobre Cardoso:

Meu pai parecia um homem que levava uma vida plena e às vezes conflituosa, e apreciava muito certos aspectos da vida doméstica que seus pares poderiam considerar triviais. Muitas vezes ajudava minha mãe a limpar a casa, o que era absolutamente escandaloso numa época em que se considerava inadequado que os homens simplesmente entrassem na cozinha. Tenho para mim que o prolongamento de sua vida de solteiro, passada em postos militares por todo Brasil, deve tê-lo socializado para a vida cotidiana; ele só se casaria aos 44 anos. Em virtude da idade, ele muitas vezes parecia uma figura de avô, era maravilhoso com as crianças. Fazia com as próprias mãos pipas e piões que compartilhávamos com as outras crianças da vizinhança. Meus amigos de adolescência o adoravam. Atendia pelo apelido algo esdrúxulo de Sapo, originado no fato de ter nascido em Curitiba, no Paraná, em fevereiro, onde, no verão, os sapos literalmente estavam em toda parte. Eu admirava e gostava de meu pai; sua influência sobre mim é imensurável (Cardoso, 2013:38).

A postura como pessoa e a atuação política exerceram influência sobre a conduta de Cardoso, mesmo ele dando à sua mãe o papel da influência pessoal mais importante. Ou seja, foi através do pai, sobretudo, que Cardoso incorporou as disposições que reproduziu no decorrer de sua trajetória.

Além de nascer em uma família de classe média alta, Cardoso teve desde pequeno um estilo de vida completamente distinto à socialização marcada por duros obstáculos vivida por Florestan. Quando criança teve aulas de ginástica na Praia de Copacabana, além de poder desfrutar a infância na companhia dos amigos brincando pelas montanhas da cidade do Rio que ainda não haviam sido ocupadas pelas favelas. Durante o período de infância, os problemas de violência funcionavam mais como boatos: “Era uma vida idílica e meio ilusória, mas nossas vidas não demorariam a se chocar de frente com a realidade” (Cardoso, 2013:33).

Cardoso incorporou de forma plena o capital cultural reproduzido por sua classe: “Enquanto isso, a classe média voltava-se alegremente para uma vibrante vida cultural. O Rio sempre procurou se inspirar no exemplo de Paris, e seus cidadãos imitavam de maneira insistente e não raro cômica o Velho Continente” (Cardoso, 2013:34). É interessante demarcar como a sociedade francesa é vista como algo superior à brasileira que deveria, por isso, reproduzida no país.

Ao contrário de Florestan, o pequeno Cardoso não sentia a pobreza que assolava grande parte da sociedade brasileira, tendo conhecimento dela através da literatura sobre

uma história que se passava na Califórnia: “Eu sabia que havia pobreza no Brasil, mas senti-la de perto, quanto mais entendê-la realmente, era difícil” (ibidem:34-35).

Se o pequeno Florestan conheceu a dura realidade de privação e miséria na São Paulo dos anos 1920, Cardoso tomou conhecimento da pobreza existente no Brasil através da literatura de autores como Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos, cujas obras descreviam a vida de miséria e privações que as populações residentes no Nordeste viviam. Segundo Cardoso (idem), o contato com a pobreza através da literatura gerou nele certa consciência social, mesmo que de caráter genérico e incipiente. A afirmação de Cardoso é compreensível à medida que é muito diferente a tomada de consciência sobre um problema de tamanhas proporções como a pobreza de maneira mais concreta quando não a vivenciamos. Sabemos que existe, mas a teremos sempre como algo distante de nós.

Cardoso teve uma educação de elite desde os primeiros anos escolares na cidade do Rio de Janeiro. Depois desta primeira inserção escolar, ele foi para São Paulo com seu pai e estudou o primário no Ginásio Perdizes e o secundário no Colégio São Paulo. Houve apenas uma pequena interrupção entre os anos de 1943 e 1944 quando seu pai fora transferido novamente para o Rio de Janeiro (Cardoso, 2011:21). Por conta da vida militar do seu pai, o carioca Cardoso acabou fazendo sua socialização escolar toda na cidade de São Paulo.

Cardoso transferiu-se a primeira vez para a capital paulista em 1940 por causa do seu pai, que foi saber da situação política para informá-la ao então ministro da Guerra e seu amigo particular, general Eurico Gaspar Dutra (Cardoso, 2013:47). O Major Leônidas é transferido para a 2ª Região Militar, instalando-se na rua Santa Adelaide, no bairro de Perdizes (Leoni,1997:49). No período entre 1941 e 1942 a família de Cardoso retornou ao Rio de Janeiro, pois seu pai tinha a incumbência de vigiar os navios que iam para o norte (Leoni, 1997). No final de 1942, o major Leônidas conseguiu a promoção para tenente-coronel e a família retorna para São Paulo em caráter definitivo. Agora os Cardoso foram morar no segundo andar de um edifício na Rua General Olímpio, no bairro de Higienópolis (Leoni, 1997).

Cardoso relata que teve um choque ao trocar a vida tranquila e sofisticada do bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, pelo bairro de Perdizes, em São Paulo: “Eu nunca antes tinha visto ruas sem pavimentação; no nosso bairro, Perdizes, muitas delas eram de

terra batida, ainda percorridas por cavalos e burros que puxavam carroças” (Cardoso,2013:47).

Além das lembranças em torno das ruas sem calçamento e com carroças, Cardoso também sentiu grande diferença quando tinha que ir à escola. Isso porque ele frequentava a escola primária no Rio de Janeiro de forma impecável, como pode ser visto nos sapatos preto e branco que utilizava. Como já era costume, foi utilizá-los também na capital paulista, mas logo sentiu a diferença. As ruas sem calçamento deixavam os sapatos imundos, além do uso do sapato bicolor ser alvo de chacota dos colegas de escola. Por conta desses inconvenientes, no início de sua estada na capital paulista ele ficou várias noites planejando como poderia fugir da casa dos pais para encontrar os amigos e parentes no bairro de Copacabana, no Rio de Janeiro (Cardoso, 2013:48).

Cardoso pensou ter-se mudado para uma cidade do interior do Brasil em sua chagada a São Paulo devido às diferenças existentes em relação à vida que tinha no Rio de Janeiro. Com o tempo sua adaptação foi plena e a construção de novas amizades facilitada devido aos locais de moradia terem se fixado próximos às escolas que frequentou. Na verdade, Cardoso estudou em duas escolas apenas antes de chegar à USP: “Meus amigos vinham muitas vezes a nossa casa e desfrutavam dos cuidados domésticos de minha mãe, bem como das longas tertúlias com meu pai sobre a história do Brasil” (ibidem: 49).

O ponto a ser ressaltado é que as dificuldades encontradas por Cardoso em sua chagada a cidade de São Paulo não comprometeram em nada o padrão de socialização familiar e escolar que recebeu na cidade do Rio de Janeiro: “No conjunto, foi um período de formação dos mais idílicos, constituindo um alicerce sólido e feliz para o resto da minha vida” (ibidem:49). Ou seja, foi muito diferente o que ocorreu com a família de Florestan que, ao imigrar da Região do Minho, em Portugal, para o Estado de São Paulo, viu a vida familiar ser despedaçada pelas brutais dificuldades materiais a que foram submetidos.

Se no início teve dificuldade de adaptação à nova realidade, com o tempo sua adaptação foi plena. Em 1943 Cardoso é matriculado no Colégio São Paulo, situado na Rua Gabriel dos Santos, no bairro de Higienópolis. A escola ficava a menos de 50 metros de sua casa (Leoni, idem). Além de ter feito amigos na escola devido ao seu jeito cortês,

Cardoso também teve um excelente desempenho escolar⁶³. Este desempenho podia ser plenamente explicável pela capital cultural incorporado desde a tenra infância em sua família que fez com que reproduzisse a educação como um bem crucial.

Em outubro de 1948, Cardoso fez um trabalho de Filosofia que versava sobre uma exposição e crítica da moral em Sócrates, Platão e Aristóteles. O jovem Cardoso, cuja letra não era das mais bem acabadas, fez em duas páginas e meia o trabalho de exposição e crítica que lhe fora solicitado. Esse trabalho rendeu a ele uma nota 10, comprovando a afirmação acima sobre o seu excelente desempenho escolar. Abaixo segue um pequeno trecho do trabalho feito por ele:

(....) 1) Platão, como Sócrates, subordina a moral exclusivamente à razão, sem levar em conta a vontade e o livre arbítrio e nós sabemos que na prática isso não é suficiente. Não basta conhecermos o Bem mas sim aplicá-lo, o que somente é conseguido pela vontade e pelo hábito.(Cardoso, 1948:2)

Como mostra de sua adaptação plena à cidade posso citar a adoção do traje formal paulista composto por camisa social, gravata e paletó, “deixando os meus parentes do Rio perplexos ao insistir em me trajar com certa formalidade até na praia, em nossas visitas de família” (Cardoso, 2013:48). Além disso, Cardoso teve acesso a grande profusão cultural como circos, cinemas, museus e clubes do livro, reforçando as disposições do “gosto” pela cultura que recebera desde a tenra infância. Ele viu São Paulo se transformar nas três décadas seguintes na maior cidade da América do Sul. Com o tempo, sua identificação com a cidade foi tamanha que ele passou a se considerar um paulista.

Em 17 de novembro de 1947 Cardoso publicou o texto “Benjamim Franklin: o homem representativo do século XVIII”. O Texto, muito bem elaborado, inicia discutindo a importância que os escritores possuíam nos Estados Unidos como porta-vozes políticos, militares e sociais. Depois há uma discussão sobre o que seria o homem representativo como forma de fincar as bases para analisar o papel de Franklin. De acordo com Cardoso:

⁶³ A citação a seguir demonstra um pouco as relações que eram construídas pelo menino Cardoso: “Célio Benevides de Carvalho conta: ‘Quando conheci Fernando Henrique nós tínhamos 12 anos. Sempre íamos à sua casa para fazermos os deveres juntos. Muitas vezes ficávamos para almoçar quando não tínhamos aula à tarde. Sua casa tornou-se um ponto de encontro habitual. Sua mãe cozinhava muito bem. Ela fazia bifés enormes, que devorávamos em poucos minutos’. E continua: ‘Lembro-me de Fernando Henrique como um menino que estava sempre com um livro na mão. Ele adorava ler, mais do que qualquer um de nós, e devorava tudo o que podia. Adorava comentar e discutir o que tinha lido. Gostava de nos falar a respeito, de nos perguntar o que achávamos, de organizar debates’” (Leoni, 1997:51).

Homem de natureza simples e vontade franca, Benjamim Franklin representava o meio termo. Com uma Filosofia prática, que demonstra a ausência de conflito de consciência da a impressão de um filho do povo, oriundo de gente humilde alcançou a fama universal, veio a produzir o que tanta influência teve para o homem norte-americano: corrida para o sucesso. Em sua autobiografia temos uma afirmativa de seu individualismo acredita no empreendimento particular. Além dito Franklin foi um cientista dos mais notáveis da época; no fim ninguém melhor do que ele pode ser considerado o Homem Representativo da América do Norte no século XVIII(Cardoso, 1947:1-2)

Um dos elementos mais importantes da sua formação familiar e escolar foi o “gosto” pela literatura e pelas artes. Cardoso tinha uma disposição acurada pela leitura que o fez participar de atividades literárias no período em que era estudante no Colégio São Paulo, que incentivava este tipo de ação de forma intensa. Como exemplo desta assertiva, cito a sua participação no jornal “A Crônica”, do qual ele era um dos redatores junto com o colega Luiz Ventura. Neste jornal, que era dirigido por Clodomir Santos de Moraes, ele publicou o artigo “Rabiscos sobre o Modernismo”, em maio de 1948, no qual discute o significado deste movimento⁶⁴.

Ele colaborou também no jornal “A Tribuna Estudantil”, no qual publicou um artigo intitulado “O Petróleo”, no primeiro número veiculado em abril de 1948. Este artigo tem uma importância central para a trajetória de Cardoso subsequente. Neste momento, o jovem estudante secundário faz uma ardorosa defesa do nacionalismo, consentâneo com a postura que seu pai, general Leônidas Cardoso, tinha em relação aos assuntos brasileiros. Cardoso mantém essa postura até o início dos anos 1960, quando se torna um crítico ferrenho do ideário nacionalista:

Se o Congresso aprovar o projeto-lei que concede 49% das ações das companhias exploradas de petróleo ao capital estrangeiro, a partida estará perdida porque os “trusts” encontrarão testas de ferro brasileiros e dominarão as companhias. No terreno da soberania, e petróleo confunde-se com a nossa soberania, precisamos tomar uma posição de irreducibilidade. O Brasil ainda é dos brasileiros e nós a mocidade estudantil, lutaremos para que assim continue (Cardoso, 1948:1).

⁶⁴Cito a seguir o trecho final do artigo publicado pelo então jovem estudante secundário: “Tomando sôbre esse aspecto poder-se-ia dizer que o movimento fracassara. Porém as gerações mais novas foram se libertando desses novos conceitos e criaram a verdadeira poesia modernista; uma poesia onde o poeta pode ser lírico ou surrealista, usar o verso livre ou metrificado, branco ou rimado. Uma poesia que comporta qualquer emoção estética e humana do artista”(Cardoso,1948:1).

Como pode ser visto acima, Cardoso tinha uma formação bastante sólida que daria a ele as condições necessárias para adentrar neste mesmo ano de 1948 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Sua participação nos círculos literários não se resumiu apenas aos jornais “A Crônica” e “A Tribuna”, pois ele formou um círculo de leituras com seus colegas e amigos e fez uma revista literária com eles: “Publiquei poemas no primeiro número de uma publicação chamada Revista de Novíssimos. Não chegou a haver um segundo número...” (Cardoso, 2011:22). Esse interesse de Cardoso pela literatura vinha ao encontro das transformações que ocorriam na cidade de São nos anos 1940 que fizeram dela um dos principais centros de produção intelectual da América do Sul⁶⁵ (Cardoso, 2013).

O “gosto” pela leitura cultivado desde a tenra infância no Rio de Janeiro se perpetuou na vida do jovem Cardoso que acompanhou em 1945 o I Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores e também manteve uma rotina intensa de leituras que o ajudou, como no caso da Revista de Novíssimos, a construir amizades⁶⁶, ou seja, a estabelecer um importante capital social de relações pessoais. Cardoso fazia parte do conselho editorial juntamente com Ataliba Nogueira, Célio Benevides de Carvalho e Haroldo Eurico de Campos⁶⁷, que seguiriam, ao contrário de Cardoso, a Literatura. Como consequência de

⁶⁵Sobre este protagonismo de São Paulo, Cardoso (2013) argumenta: “As pessoas praticamente se acotovavam em busca de visibilidade e notoriedade. Os candidatos a pensadores se conheciam todos e se cruzavam constantemente nas livrarias, na Biblioteca Municipal, nas casas de chá e nas festas. São Paulo desfrutava de um boom econômico, pois a guerra na Europa gerava para as fábricas brasileiras a necessidade de atender a demandas em casa e no exterior. Depois do golpe de 1945, a democracia representativa se estabeleceu no Brasil pela primeira vez, delegando poderes a um número jamais visto de pessoas. Em última análise, todos esses fatores fizeram de São Paulo um turbulento microcosmo dos conflitos de classe e dos debates ideológicos que sacudiam o Brasil e o mundo na época”(p.51)

⁶⁶A citação de Leoni reforça a importância dada por Cardoso à leitura: Fernando Henrique devora os livros da biblioteca de seu pai. Lê Balzac, Victor Hugo e os romances de Jorge Amado. A grande descoberta desses anos de adolescência, dirá ele mais tarde, foi a literatura. “(Cardoso) Primeiro a literatura francesa, porque meu pai tinha livros franceses na biblioteca. EU lia Balzac, Flaubert, Madame Bovary, por exemplo, às escondidas. Não que ele censurasse, é que era mais gostoso ler escondido. Depois passei para Victor Hugo, Gide, os americanos, que estavam começando a entrar na moda, e o romance do Nordeste do Brasil: Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano. Isso marcou bastante” (Leoni,1997:53).

⁶⁷ A seguir vemos os objetivos da revista firmados pelo conselho diretor e expressos na apresentação da publicação: “Aqui estão novíssimos com sua revista. Pouca coisa deveremos acrescentar a este fato, entretanto devemos nos definir, nos explicar e fixar uma rota a ser seguida. Em verdade atravessamos uma época de super-produção literária. De todas as partes do país surgem revistas, jornais, clubes, ET, de finalidades sobretudo artísticas. Há uma inquietação difícil de ser explicada, e cuja existência não pode ser posta em dúvida. Os moços do Brasil se agrupam e exteriorizam livremente suas ideias. Há, é claro, muito exagero, muita mania de revolução, muito iconoclastismo e uma certa pretensão. A Revista de Novíssimos compreende perfeitamente estes fatos, porque é constituída de elementos jovens, mas encara a realidade objetivamente. Sabemos que o momento é de construção, pesquisa, continuação. Dizemos continuação, não no sentido de conservar, mas no de acompanhar o tempo, isto é, aceitando as conquistas anteriores e procurando dilata-las através de um trabalho consciencioso, honesto, um trabalho de convicções. Tentaremos fazer desta Revista um veículo de propagação dos valores mais moços de todo o país.

sua participação na revista, Cardoso publicou algumas poesias, como esta abaixo publicada no número I, em 1949, que circulou entre os meses de janeiro e fevereiro:

VISÃO SEGUNDA

Ai os agudos acordes do violino
Soando nos meu ouvidos
E eu que perdi o ritmo da vida
Na luta com os demônios
Criança sem vida
Amiga perdida
Olhares vagos
De ânsias humanas sufocadas
Valentes das marionetes
Inútil vida, fútil ideal
Meus negros cabelos de espanador
Trazem bolas de neve de espanador
E brincam com o vento sul
De fugir pro norte
O ângulo duro do mundo
Tangenciou com a reta grega
Toda feita de harmonia
Fazendo um estrago geral
Só o violino continuou puro
Nas mãos alvas do amor

Como vimos acima, o jovem Cardoso se destacou nas atividades culturais do Colégio São Paulo. O interessante a ser notado é que ele alcançou posições de liderança como acontece quando é eleito diretor dos pequenos jornais o “Guarani” e “A Crônica” (Leoni, 1997). Também é eleito, em 1946, diretor do grêmio estudantil, vice em 1947 e

Aceitamos a colaboração da gente nova sem restrições : os valores permanecem, o resto dissolve-se automaticamente”(Revista de Novíssimos, 1949:1).

presidente até 1948⁶⁸ (Leoni, idem). Sua vida durante a adolescência, portanto, é voltada para os estudos e também para a cultura.

A partir dos 15 anos Cardoso passa a ter uma vida fora da rotina escolar, pois começou a participar de debates literários, culminando no lançamento da “Revista de Novíssimos” que vimos acima. A atuação de Cardoso demonstrava que ele havia tido uma incorporação plena do capital cultural devido ao tempo livre que possuía para se dedicar aos estudos e à leitura. Ao contrário de Florestan que com a mesma idade teve de assumir as despesas da casa, o jovem Cardoso teve todas as condições necessárias ter uma formação que daria as condições para obter sucesso no campo universitário quanto na vida profissional.

Em 1948, Cardoso termina o ensino secundário e entra para universidade. Sua entrada na Faculdade de Filosofia da USP, todavia, não foi feita de forma automática. Cardoso ficou em dúvida entre o Direito e as Ciências Sociais⁶⁹. Ele havia sofrido influência do professor Roque, que ministrava Geografia no Colégio São Paulo, mas que não havia sido suficiente para ele decidir pela Faculdade de Filosofia.

A dúvida do jovem, então com 17 anos, começaria a ser sanada quando foi passar férias na cidade de Água de Lindóia, interior do Estado de São Paulo, com os amigos Célio Benevides de Carvalho e Luís Ventura. Chegando ao hotel, Cardoso ficou curioso ao ver um senhor que lia sem parar. Ao notar a curiosidade do jovem Cardoso ao observá-lo o chamou para perto dele. Este era o professor Fidelino Figueiredo, historiador da literatura portuguesa e professor da Faculdade de Filosofia da USP. Cardoso (1988) argumenta que ficou decepcionado pela pouca importância dada aos seus ídolos literários da época pelo professor Fidelino. Não podemos esquecer que a Literatura tinha grande importância para o jovem Cardoso.

⁶⁸Leoni procura demonstrar como existia em germe as características que o Cardoso maduro desempenharia como político: “Fernando Henrique participa também do grêmio da escola. Podia-se perceber, desde aquela época, os traços característicos do político de hoje, afirma Célio. ‘Não era alguém que estivesse necessariamente sempre liderando. Tínhamos colegas que se impunham mais que ele. Não era o líder, era mais o homem do consenso, das alianças. Ia discutir com cada um. Sua liderança era de outra natureza. Era ele que coordenava, que articulava. Já manifestava um gosto bastante pronunciado pela política, isso é inegável. Ele também punha uma boa dose de humor em tudo o que fazia e dizia, um humor às vezes irônico, malicioso, que podia ferir o alvo visado. Sabia achar o lado engraçado das coisas, e suas observações irônicas sempre acabavam por derrubar seus piores adversários” (Leoni, 1997:56-57).

⁶⁹ Sobre as escolhas profissionais, Bourdieu (1998), argumenta: “A competência exigida pela “escolha” das melhores estratégias objetivas (por exemplo, a escolha de uma aplicação financeira, de um estabelecimento escolar ou de uma carreira profissional) é repartida de modo muito desigual, uma vez que varia quase exatamente como o poder do qual depende o êxito dessas estratégias” (p.88).

Os dois conversaram por um longo tempo a ponto de Cardoso ser convidado pelo professor a fazer uma visita ao seu gabinete na USP. Depois de alguns encontros com o professor Fidelino⁷⁰, Cardoso resolveu prestar o vestibular para Ciências Sociais: “Na verdade eu não sabia muito bem do que se tratava, apenas tinha uma visão de que era uma coisa que abria a cabeça... [risos]. Passei em segundo lugar no vestibular, a Ruth Cardoso⁷¹ passou em primeiro⁷²” (Cardoso, 2006:68). Mesmo assim fez também o vestibular para Faculdade de Direito. Acabou sendo reprovado por conta da prova de latim, mesmo tendo média para entrar (Cardoso, 2013). Por conta disso, matriculou-se na Faculdade de Filosofia da USP (Leoni, 1997:58).

Cardoso entrou para a Faculdade de Filosofia em 1949, situada na Praça da República, no prédio da Escola Caetano de Campos, com menos de 18 anos completos (Cardoso, 1988). Nos anos 1950 a Faculdade se transferiria para a Rua Maria Antônia, onde permaneceria até a mudança definitiva para a cidade universitária no final dos anos 1960.

Seu primeiro contato com a vida universitária acabou sendo um pouco decepcionante: “Confesso que no começo a Faculdade foi um pouco decepcionante; eu estava interessado, mesmo, em literatura e em socialismo. Quando cheguei lá, não havia nada disso” (Cardoso, 2005:6). Mesmo não encontrando aquilo que esperava, Cardoso teve de início uma forte atração pela vida acadêmica “E, não obstante, desde o dia em que pisei na velha Escola Normal da Praça da República, onde então funcionava esta Faculdade, meu fascínio pela vida universitária fora total” (Cardoso, 1995:20).

⁷⁰ Cardoso (2013) detalha o encontro com o professor Fidelino “Tínhamos um interesse comum pela poesia, embora, como já vimos meu talento nesse terreno provavelmente não o tenha impressionado e ele se interessasse pelos clássicos da literatura portuguesa do que pelos poetas modernistas brasileiros que me candidatassem à recém-fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). Reforçava assim o conselho que eu ouvira do meu professor de geografia, que cursava, na época, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e era deslumbrado pelos professores franceses que ensinavam ‘geografia humana’” (p.52).

⁷¹ Foi nesse período que Cardoso conheceu a futura antropóloga e companheira de toda vida: “No dia do exame para o curso de ciências sociais da Faculdade de Filosofia, uma moça um ano mais velha que ele, a jovem Ruth Corrêa Leite, também está presente. Eles trocam algumas anotações e tornam-se logo bons amigos. Fernando Henrique é imediatamente seduzido pela inteligência e a beleza natural daquela moça do interior, filha da boa burguesia de Araraquara. Seu pai é contador, sua mãe é professora universitária. ‘Minha sogra era professora da Faculdade de Farmácia de Araraquara. Ela era botânica, conta Fernando Henrique, ‘e fez o doutorado o que muito me entusiasmou porque quando se doutorou já era avó’” (Leoni, 1997:58).

⁷² Ainda sobre este ponto, Cardoso (2005) argumenta: “Naquela época havia um movimento cultural grande em São Paulo ligado a um grupo de pessoas com um pensamento social progressista, e eu estava interessado em me aproximar deles. O professor Fidelino disse para passar no gabinete dele, que ficava na Avenida São Luís. Ele me disse que o melhor que eu podia fazer era tentar entrar para o curso de Ciências Sociais” (p.5).

As primeiras aulas de Cardoso na faculdade foram de Economia, sobre a Teoria do valor, ministradas pelo professor assistente José Francisco de Camargo. Logo após, teve aulas de geografia econômica, de demografia, filosofia e depois de introdução à sociologia, disciplina que era ministrada por Florestan Fernandes. Cardoso (2006) afirma que não entendia muito bem as aulas e que acabou sendo um grande desencontro entre o que ele esperava e o que realmente havia encontrado. A fala de Cardoso vai ao encontro da afirmação de Florestan vista acima em que dizia que o ponto de partida dos alunos era o seu ponto de chegada.

O primeiro trabalho feito por Cardoso foi sobre o filósofo grego Parmênides para a disciplina do professor Cunha Andrade que ensinava filosofia pré-socrática e era um grande expositor (Cardoso, 1988). Teve a ajuda do então aluno Roque Spencer Maciel de Barros, que tomaria anos depois posições liberal-conservadoras no campo educacional, para escrever o trabalho. O resultado não foi o esperado: “O professor deu nota cinco. Eu não gostei e fui pedir explicações. Aí percebi que ele não havia lido o trabalho [riso]. Assim, no primeiro ano, fiquei um pouco perdido⁷³” (Cardoso, 2006:68).

Outro choque recebido por Cardoso foi ao se deparar com o curso de economia. Nesta disciplina o professor catedrático francês Paul Hugon ministrava as aulas em seu idioma local. O tema da teoria do valor, por exemplo, era ministrado pelo professor assistente José Francisco de Camargo. O primeiro ano acabou como um período complicado por conta da grande mudança no nível dos estudos a que foi submetido, pois a rotina rigorosa se tornaria daquele ano em diante uma tônica em sua vida. No segundo ano ele teve aulas com o professor Roger Bastide e com Antonio Candido, a quem considerava um excelente professor, pois não havia conhecido outro com melhor didática:

Figura de equilíbrio, o outro assistente de Fernando de Azevedo, Antonio Candido fascinava-nos pela síntese entre um sabor literário indiscutível, a finura de sua antropologia social (os parceiros do Rio Bonito), seu discreto socialismo e sua invulgar capacidade de transformar os “tijolos acadêmicos” (como as aulas de Florestan sobre Weber) em arabescos de sutileza e penetração intelectual (Cardoso, 1988:28-29).

⁷³ Ainda sobre este fato, Cardoso argumenta(2005): “Era tudo muito interessante, muito excitante. Outro professor de Filosofia chamava-se Martial Gueraud, que ensinava Kant, e dava aulas em francês, e eu não entendi nada; eu entendia francês, mas a bibliografia era em alemão”(p.6).

Já Bastide era considerado um professor organizado, que ministrava suas aulas apenas em francês: “(...) deu cursos muito importantes para a nossa formação, porque ele fazia a ponte entre o pensamento europeu e norte-americano. Deu cursos sobre psicanálise e sociedade, sobre Bergson e também sobre Manheim” (Cardoso,2005:6).

Os alunos liam autores franceses e alemães. Cardoso lembra que esta mistura entre autores europeus nem sempre gerava um aproveitamento adequado dos autores clássicos, como ocorreu quando teve aula sobre Immanuel Kant no curso de introdução à filosofia que era ministrado pelo professor francês Martial Gueroult. Ele lembra que estava dando continuidade a um curso iniciado no ano anterior, cuja bibliografia era dada em língua alemã. Por conta disso ele e os demais alunos ficaram completamente perdidos. A sorte de Cardoso era que existia a figura do professor-assistente, neste caso Lívio Teixeira, que o ajudou a entender um pouco os textos. Mesmo assim, não conseguiu ter um bom entendimento de Kant (Cardoso, 2006:68). Já em relação a Descartes Cardoso teve um bom desempenho, saindo com uma leitura sistemática sobre ele. Abaixo ele relata os elementos constitutivos de sua formação intelectual:

Era uma formação, digamos, clássica europeia. Bastide fazia uma coisa mais interessante: procurava nos dar aulas sobre o pensamento contemporâneo e nos fazia ler Bergson, Freud etc. Portanto, nesses primeiros dois anos, nossa formação era quase filosófica. Bastide era muito eclético, ensinava também a psicologia social dos americanos. Em Sociologia, Florestan nos fazia ler Manheim, Dilthey, algo de Weber, o manual de Freyer, o livro do Aron sobre a Sociologia alemã, Simmel e muitos outros. Descartes e Dilthey eram pilares da nossa formação. Quem dava Durkheim era o Fernando de Azevedo. Qual era a preocupação da Faculdade de Filosofia naquela época? Era definir a Sociologia como ciência, pois era necessário distingui-la da Filosofia. Nós éramos os joguetes de uma briga cujo sentido não entendíamos muito bem. Fernando de Azevedo era entusiasta de Durkheim e o Florestan, embora o admirasse, não se limitava a ele. Florestan propôs a famosa divisão, cada santo no seu altar: Durkheim, Weber e Marx, cada um sendo útil para um tipo de análise(ibidem:68-69).

Ainda sobre a formação ofertada na Faculdade de Filosofia Cardoso (2006) lembra que “Florestan também tinha uma formação econômica razoável e nos obrigava a ler muita Economia. Então, a gente se revezava entre a Sociologia, a Antropologia e a Economia” (p.70). Cardoso argumenta que o ensino rigoroso que era ofertado para ele na Faculdade de Filosofia tinha um caráter ainda bastante elitista, pois o número de alunos era bem reduzido chegando, no máximo, a dez. Mesmo sendo um grupo muito fechado,

acabou formando sociólogos que teriam uma trajetória de muito sucesso junto à Faculdade de Filosofia, como foram os casos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Ruth Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi e o próprio Cardoso.

Garcia (2002) advoga que o sucesso na trajetória de Florestan foi devido à junção entre elementos liberais e paternalistas, fruto de relações pessoais de proteção. Precisamente, o sucesso de Florestan foi alcançado devido à junção entre capital cultural e capital social. Acredito que este princípio também vale para Cardoso porque o sucesso que alcançou na Faculdade de Filosofia possui como elemento explicativo os dois fatores que caracterizaram a trajetória de Florestan, como procuro deixar claro nos parágrafos a seguir.

Em 1949, o professor Florestan convidou o jovem Cardoso para tomar um café na Avenida São João para motivá-lo à carreira acadêmica. Cardoso não o considerava um grande expositor com era Antônio Candido, mas o via como grande incentivador dos alunos através dos ensinamentos sobre o rigor na pesquisa (Cardoso, 2005:6). A partir da daquele encontro se iniciou a relação entre os dois que perdurou por toda vida e que influenciou profundamente sua produção intelectual subsequente:

Eu me recordo que uma vez tomamos café na avenida São João, e foi a partir daí que eu não fiz outra coisa na vida (a não ser recentemente) do que me dedicar à Sociologia. Porque Florestan transmitia com frequência a seus alunos aquele mesmo ardor, aquela mesma vontade terrível de dominar o conhecimento, de mostrar que havia de desenvolver durante toda vida uma profissão, no sentido de que havia de se dedicar ao que estava fazendo, que era o trabalho mais importante do mundo. O resto não contava. Esta exemplaridade marcou sempre a presença de Florestan. Importa menos saber se a aula dada por ele era um “tijolo” (e era) ou se era amena. O que importa era que havia ali uma *escola* (Cardoso, 1987:24).

Devido à junção entre capital cultural e social, Cardoso foi indicado por Florestan para trabalhar na Faculdade de Economia com o professor Mario Wagner Vieira da Cunha quando estava no terceiro ano da faculdade, em 1951. Cardoso acabou indo colaborar com Lucila Hermann no Instituto de Administração, que trabalhava com pesquisas sobre trabalhadores da indústria têxtil e ensinava a ele e a sua colega Maria Sylvia (Cardoso, 2006:70).

Por conta do seu desempenho acadêmico e também em virtude das relações pessoais que construíra, Cardoso conseguiu “queimar” importantes etapas na hierarquia

acadêmica do sistema de cátedras que expus acima. Um exemplo pode ser visto na sua amizade com Maurício Segall, que era assistente do professor catedrático Mario Wagner, que deu a ele frutos em seu último ano de graduação. Isto porque o professor Mario Wagner o chamou e disse que o havia indicado para ser assistente da professora Alice Canabrava. O capital social será um elemento fundamental a explicar o sucesso que Cardoso terá em sua trajetória futura, pois foi responsável por abrir caminhos institucionais cruciais para o reconhecimento internacional do seu trabalho como sociólogo.

Sua nomeação, todavia, acabou não sendo de acordo com os padrões estritos do sistema de cátedras, uma vez que havia toda uma hierarquia a começar pelo professor catedrático, passando pelo primeiro assistente, pelo segundo e terminando no auxiliar de ensino. Cardoso, mesmo não tendo concluído a graduação, foi nomeado primeiro assistente da professora Alice aos 21 anos, em 1952. Cardoso (2006) argumenta sobre as tarefas que a professora Alice o incumbira como professor assistente:

O reitor da Universidade de São Paulo baixou a portaria autorizando e fui ser assistente da Alice, que era uma grande historiadora, uma pessoa que fazia muita pesquisa histórica e tinha uma visão muito ampla. Uma grande orientadora. Nessa época, próxima ao quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954, ela fazia um levantamento sobre a questão do abastecimento da cidade. Ela me deu fundamentalmente duas tarefas: uma era ler as atas da Câmara dos Vereadores de São Paulo, nos arquivos que ficavam no prédio em que funcionou o DOPS e hoje está a Pinacoteca. A outra, dar o curso de História Econômica da Europa, matéria que eu pouco sabia. O José Albertino Rodrigues foi assistente dela e, mais tarde, o Fernando Novais. Mas ela brigava muito e brigou comigo também. Ela queria que trabalhássemos, digamos, num regime militar, com horário para entrar, de sair. Eu trabalhava muito”(p.71).

Como uma de suas atribuições como professor assistente, Cardoso teve de ministrar o curso sobre História Econômica da Europa. Este curso foi um desafio para ele não apenas por ser a sua primeira experiência como docente, mas também por conta da bibliografia fornecida pela professora Alice que era toda em língua inglesa. Como ele tinha um conhecimento deficiente do Inglês teve que se debruçar sobre os livros para poder entendê-los e conseguir ministrar a disciplina. Ele conhecia pouco da história europeia, mas havia lido bastante Marx e Weber. Cardoso se forma no final de 1952. Em 1953 faz um curso de especialização em sociologia (Leoni, 1997). Neste mesmo ano ele

se casa com Ruth Correia Leite⁷⁴, que entrara junto com ele na Faculdade de Filosofia em 1949.

Cardoso, todavia, não ficaria muito tempo como assistente da professora Alice por conta do temperamento difícil dela, que fez com que brigassem: “Descobri que era bom professor porque, muito moço, eu dominava a classe com facilidade. Depois a Alice brigou comigo, por causa disso e porque me casei” (Cardoso, 1985:30). Cardoso argumenta que a professora Alice o fazia trabalhar duramente nos arquivos, mas tendo como pressuposto que ele “poderia ser um intelectual do gênero ensaísta (como o Antonio Candido, dizia ela, para o meu orgulho), mas nunca um pesquisador, vocação que ela valorizava”(Cardoso, 1988:30).

Por conta do desentendimento, acabou indo trabalhar na Secretaria do Trabalho. O salário pago era considerado altíssimo pelos professores. Lá, Cardoso coordenou a pesquisa sobre força de trabalho considerada por ele a primeira feita com certa abrangência sobre o tema. O jovem sociólogo, todavia, ficou por um curto período nesta ocupação, pois Florestan conseguiu junto a Roger Bastide que ele pudesse voltar para a Faculdade de Filosofia, em outubro de 1953(Leoni, idem).

Sua volta, todavia, seria como auxiliar de ensino e não como primeiro assistente: “Nesse período, cheguei a substituir o Antonio Candido no seu curso de métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa durante um ano para que terminasse a tese. Por isso ele me agradece na introdução do livro *Os Parceiros do rio Bonito*”(Cardoso,2006:72). Cardoso também trabalhou auxiliando Bastide e Florestan na pesquisa que fizeram sobre os negros em São Paulo para o Projeto Unesco. Esta pesquisa foi considerada um marco, pois todos os envolvidos aprenderam a pesquisar no trabalho sobre os negros (Cardoso, idem).

Mesmo trabalhando em uma pesquisa de grande importância, Cardoso estava em uma posição institucional inferior a que teve quando trabalhou na Faculdade de Economia junto à professora Alice Canabrava. Todavia, o retorno de Roger Bastide para a França, em dezembro de 1954 e a nomeação de Florestan como catedrático interino fariam com que Cardoso tivesse de volta uma posição destacada na hierarquia do sistema de cátedras.

⁷⁴A certidão de casamento de Fernando Henrique Cardoso e Ruth Correa Leite está nos anexos dessa pesquisa.

2.5 Florestan, Cardoso e a Cadeira de Sociologia I

Roger Bastide preparou Florestan para assumir o seu lugar como regente da Cadeira de Sociologia I da Faculdade de Filosofia. Tanto que a escolha do seu nome para substituí-lo não causou qualquer questionamento frente aos demais professores. Florestan ficaria como regente interino até 1964, quando defendeu a tese *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* e conquistou oficialmente o título de professor catedrático.

A partir do retorno de Bastide à França, Florestan constituiu em torno de si um grupo de pesquisa de grande valor que ficaria conhecido como “Escola Sociológica Paulista”⁷⁵. De acordo com Arruda (1995), Florestan inspirou-se na Escola Livre de Sociologia e Política para constituir em torno de si um grupo seleto de intelectuais. A afirmação da autora pode ser comprovada quando analisei a passagem de Florestan pela ELSP e o significado que ela teve para sua produção intelectual. O autor via a regência da Cadeira de Sociologia I como uma grande oportunidade para por em prática as concepções que possuía sobre o ensino da sociologia e da pesquisa sociológica (Fernandes, 1977). Cardoso advoga que esta postura de Florestan foi o elemento que fez com que o seu ofício de sociólogo tivesse um sentido:

Não fosse a paixão de Florestan pela “ciência empírica”, como se dizia, sua disciplina acadêmica, seu ideal um pouco inviável de tornar a Maria Antonia – já era assim que se chamava a Filosofia nos anos 50 – um pedaço de uma universidade europeia capaz de espremer até o fim a teia injusta de nossa realidade social para buscar caminhos de mudança, e não teria havido meu lado de sociólogo (p.20).

A mudança na regência da Cadeira de Sociologia I trouxe proventos significativos para Cardoso. Precisamente, ele foi nomeado por Florestan primeiro assistente em janeiro de 1955, quando ainda não tinha completado 24 anos (Leoni, 1997). Ou seja, deixava de ser professor auxiliar e se tornara o principal colaborador do agora professor catedrático.

A nomeação, que também não respeitou a hierarquia da Cátedra, gerou problemas, pois pelas normas institucionais Renato Jardim Moreira deveria ser nomeado: “E talvez

⁷⁵ Miriam Limoeiro Cardoso, uma das maiores especialistas na obra de Florestan Fernandes, nega a existência de uma “Escola Sociológica Paulista”: “O conhecimento científico transcende as fronteiras, os continentes. Mesmo antes dos meios de comunicação eletrônicos, havia os livros e as ideias circulam neles, nos congressos, nos seminários. Na medida em que há publicações, não importa a origem de quem pensou e divulgou, se um brasileiro, um inglês, um francês ou um alemão. Portanto, essa ideia de uma “Escola Sociológica Paulista” não combina com a forma nem com a prática implementada na produção científica do grupo da Faculdade de Filosofia” (*apud* Cerqueira, 2004:59).

para meu martírio, porque meus colegas ficaram enciumados. Renato foi nomeado segundo assistente. E era mais velho. Se o Florestan fosse político com eu teria nomeado o Renato no meu lugar” (Cardoso,2006:73). Cardoso lembra que Renato Jardim Moreira, que estava há mais tempo na Cadeira e pela lógica deveria ser nomeado não reclamou da escolha feita por Florestan, mas o clima acabou não ficando dos melhores. Essa nomeação fica bem compreendida se levarmos em consideração o capital social acumulado por Cardoso até aquele momento.

Desde o encontro ocorrido em 1949, Florestan já havia percebido o valor intelectual do jovem estudante de apenas 18 anos. Como era sua característica valorizar a qualidade intelectual dos que estavam próximos a ele, o lugar de braço direito era visto como uma aposta muito acertada pelo agora professor catedrático. É nesse sentido que afirma que sua nomeação foi em virtude do capital social que havia acumulado, pois não possuía nenhuma produção de relevância acadêmica que pudesse legitimar sua escolha através do capital cultural institucionalizado em títulos como de doutor, por exemplo. A atitude tomada em relação a Cardoso fazia parte da postura de Florestan, que mantinha um clima de competição na Cadeira, sempre estimulando Cardoso a ser o melhor (Leoni, *idem*). A forma como o catedrático organizava as discussões em torno da Cadeira já apontava a importância central que Cardoso possuía⁷⁶:

A rotina consistia em uma discussão em um primeiro escalão, no qual participavam comigo Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni; havia, em seguida, um desdobramento da discussão em um segundo escalão, da qual também participavam Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco e, mais tarde, Luiz Pereira, Leôncio Martins Rodrigues Netto e outros. Esses dois níveis não envolviam “graduação”, mas uma escola de responsabilidades na estrutura docente. As decisões eram tomadas, assim, em termos de consenso e só se faziam as reuniões coletivas depois que os “prós” e os “contras” estivessem claramente delineados e que se evidenciasse a melhor linha a seguir, dadas as nossas possibilidades e condições de trabalho (Fernandes,1977:186).

⁷⁶ “Fernando Henrique Cardoso conta que a convivência no grupo era estimulante, havia uma profusão de debates e estudos, os conteúdos dados em sala eram exaustivamente discutidos. Alunos e professores tinham uma intensa vida intelectual. Essa regra instituída pela faculdade rendia resultados excepcionais para a formação dos alunos. Fernando Henrique lembra que a militância política partidária praticamente não tinha espaço na Faculdade de Filosofia. As atividades absorviam todo o tempo dos alunos, os professores exigiam muita leitura, organização de seminários e produção abundante de textos”(Cerqueira,2004:37).

Ao mesmo tempo tomaria início uma relação intensa entre os dois intelectuais, marcada por grande colaboração, influência mútua e, de certa forma, complementação entre as dimensões acadêmica e político-institucional. Cardoso (1987) argumenta sobre o trabalho coletivo existente na Cadeira de Sociologia I liderada por Florestan:

Quando já estávamos terminando o curso e nos formando e quando passamos a constituir um grupo de assistentes, fazia-se esta “escola” à moda antiga: o professor entrava na sala de com seu avental branco, seus assistentes entravam na sala também com seus aventais brancos e assistíamos a todas as aulas. E isto era necessário. Era o modo como se transmitia aquela paixão pela vida intelectual, aquele esforço de rigor, e como se mostrava que o trabalho era realmente coletivo (p.24).

Florestan foi responsável por constituir para seus alunos uma nova maneira de encarar a sociologia (Cardoso, *idem*). De acordo com Cardoso (2013) a influência de Florestan sobre ele foi total, pois passou a obstinação em construir o projeto de sociologia como ciência empírica, pautada em um profundo rigor teórico e metodológico unidos ao comprometimento da ciência com os valores de uma sociedade melhor⁷⁷:

A obstinação de Florestan em superar obstáculos na busca do aprendizado e, depois, no ensino, suas dificuldades financeiras, seu entusiasmo de quase pai dos alunos, seu exemplo comovedor de professor universitário honrado, marcaram toda minha geração. Para mim, particularmente, que, além das ligações profissionais, tinha um relacionamento estreito com ele (fomos vizinhos anos a fio, nossos filhos cresciam juntos), Florestan era uma referência indispensável (Cardoso, 2013:186).

Este ponto é importante para demarcar o caráter normativo da sociologia produzida pelo sociólogo paulista. Nesse sentido, utilizo a demarcação feita por Oliveira (2006) sobre a trajetória de Florestan. Segundo o autor, a fase anterior à entrada no Parlamento representou a ação do militante da ciência que buscou de forma incansável a racionalização social. Já a passagem pelo Parlamento representa a atuação do professor na política.

⁷⁷“Naquele período não se percebia no Florestan o marxismo; ele era mais um professor que introduzia o método funcionalista e nos ensinava o rigor na pesquisa. Ele tinha vindo de um mestrado na Escola de Sociologia e Política, onde havia alguns professores mais ligados à tradição da sociologia americana, inclusive Donald Pierson, que foi professor de Florestan. Isso permitiu a Florestan, que nos transmitiu, uma ponte entre as sociologias europeia e norte-americana. Ele tinha horror ao ensaísmo, e esse horror foi uma característica da sua geração: havia que construir a sociologia como ciência”(Cardoso,2005:6).

Florestan (1978) tinha como objetivos construir uma linguagem rigorosa, formar uma atitude científica consistente e instituir um elemento prático na sociologia. Além disso, dava ênfase total à análise dos clássicos porque estes haviam constituído os campos fundamentais da sociologia e funcionariam como pontos de partida para que os sociólogos brasileiros pudessem ter autonomia suficiente para construir uma teoria original⁷⁸.

Havia a luta, como aponteí acima, para levar a cabo o elemento prático na sociologia. Esta luta pela instituição da sociologia aplicada vinha da influência do pensamento de Marx que Florestan teve contato em 1946 com a tradução da Contribuição à Crítica: “O que me salvou foi a impregnação marxista da minha relação prática como os problemas da sociedade brasileira” (Fernandes,2008:117).

A identificação direta entre Florestan e o marxismo não foi consumada nos anos 1950, por exemplo, por conta da ausência de um movimento socialista forte no Brasil, do objetivo de criar a sociologia como ciência empírica e independente no Brasil e também pela crença na transplantação da modernidade e sua institucionalização plena dentro do capitalismo brasileiro, que é demarcado por Rodrigues (2006) como seu projeto acadêmico-político. A demarcação desse projeto será de grande importância para demonstrar como Florestan idealiza a modernidade, suas instituições e valores e termina por analisar a sociedade brasileira como estritamente inferior em termos materiais e simbólicos em relação às sociedades centrais.

No próximo capítulo prosseguirei o debate sobre as relações entre Florestan e Cardoso ao analisar as pesquisas sobre as relações raciais, o projeto Economia e Sociedade, a formação do CESIT, a participação de Cardoso no Conselho Universitário, a campanha em defesa da escola pública, as interpretações de ambos sobre a modernização brasileira e as relações de ambas com a sociologia da modernização.

⁷⁸Sobre esta atitude em relação à vida acadêmica Cardoso (2005) advoga: “Nós tínhamos uma vida quase monástica, ou seja, queríamos criar a Universidade como um ‘templo do saber’. Os professores deveriam ter dedicação exclusiva, em tempo integral. Eu nunca tive outra ocupação na vida a não ser professor até sair do Brasil em 1964”(p.6).

Capítulo III – A década de 50, a *intelligentsia* e a modernização do Brasil

Analiso neste capítulo a produção intelectual de Florestan e Cardoso em torno da sociologia aplicada, o consequente papel do intelectual durante os anos 50 e também como esta poderia ser utilizada como fator provocativo da mudança social no Brasil em torno da institucionalização plena da modernidade⁷⁹. Analiso a constituição do projeto acadêmico-político de Florestan (Rodrigues, *idem*) e que foi incorporado por Cardoso. Esta ação ficou demarcada nos escritos de ambos durante este período, materializada nos trabalhos sobre as relações raciais, o desenvolvimento e a educação.

Ao mesmo tempo, defendo minhas hipóteses de pesquisa sobre a forma como Florestan e Cardoso pensam a questão da modernização brasileira e também a modernidade. Inicialmente, aponto, a partir de alguns estudos, como a visão idealizada da modernidade era uma verdadeira *doxa* nos anos 1950⁸⁰; também aponto como as questão da modernização estava fortemente presente na produção intelectual na década acima citada, bem como defendo que a interpretação dos anos 50 se perpetuou nas décadas posteriores; ainda demonstro as diferença entre as cátedras de sociologia na Faculdade de Filosofia de USP.

3.1 - A cidade de São Paulo e a modernização

André Botelho (2008) aponta que a sociedade brasileira nos anos 1950 era caracterizada como uma sociedade em movimento decorrente do processo de modernização em torno da urbanização e da industrialização. Dentro desse contexto, havia todo um debate sobre a consolidação da ordem moderna no Brasil que deveria ser secularizada e competitiva, pois àquela altura havia a coexistência entre os elementos arcaicos e modernos (Botelho, 2008).

A caracterização da sociedade brasileira apontada pelo autor acima foi exemplarmente reproduzida pela cidade de São Paulo através da atuação das elites

⁷⁹Chamo de institucionalização plena porque Florestan e Cardoso analisam a sociedade brasileira do período sob a ótica da “demora cultural”, que proporcionava uma imagem dualista da sociedade brasileira em torno de uma parte moderna e outra ainda tradicional como aponta Mazza (2004).

⁸⁰ A citação a seguir de Milton Lahuerta meu auxilia a demonstrar o ponto acima enfocado: “Afinal, os anos cinquenta foram os anos do desenvolvimentismo, quando de todos os ângulos se colocou a urgência de superar o Brasil periférico, arcaico, ignaro e supersticioso. Foi justamente nessa década que um novo progressismo, com um estilo crescentemente americano, impôs como imperativos a industrialização, a urbanização, a tecnologia, o controle racional, o planejamento” (p.33).

intelectuais e políticas. Nesse sentido, a construção de um entendimento amplo sobre a centralidade do tema da modernização durante a década de 1950 e também da forma como o debate em torno dela foi constituído pelos intelectuais uspianos analisados nesta tese, tem na passagem pelo trabalho de Maria Arminda Arruda um pilar fundamental.

Arruda (2001) desenvolve uma pesquisa sobre a incorporação da temática da modernização nas elites políticas e culturais existentes no período. De forma específica, a autora analisa as produções feitas por intelectuais pertencentes ao teatro, à arte concretista e também à sociologia. A questão sociológica será debatida com mais vagar nas próximas seções. Focarei na interpretação da autora sobre o significado da temática para as elites políticas e intelectuais, através da vinculação da produção levada a cabo por elas e seu relacionamento com a cidade de São Paulo. Assim poderei demonstrar como a visão idealizada sobre a modernidade era generalizada no período, e não apenas monopólio da produção sociológica:

Vistas numa perspectiva esquemática, as questões diziam respeito à conformação do movimento da cultura, sublinhando, ao fim e ao cabo, modos de conceber a relação tradicional-moderno. A rigor, as querelas não se restringiam ao campo artístico e literário, pois se irradiavam para os mais diversos domínios: Arquitetura, Teatro, Cinema, as chamadas Artes Industriais como Design, Ciências Sociais, nas quais as oposições entre conhecimento universal e outro comprometido com a construção da nação são expressões candentes (Arruda, 2001:19).

Arruda (2001) argumenta que o objetivo das elites culturais e políticas na década de 1950 era fazer um acerto de contas com o passado brasileiro considerado como tradicional e também o grande entrave à instituição da modernidade estruturada exclusivamente por elementos positivos. Ao focar o significado da dramaturgia moderna para este processo, da sociologia e do concretismo, ou seja, da esfera da cultura, Arruda afirma que ela foi (...) “caracterizada pela absorção do progresso, da modernização, da racionalidade, da linguagem especializada” (p.424).

Esses elementos que existiriam plenamente nas sociedades centrais teriam o papel de institucionalizar a modernidade e derruir definitivamente o passado tradicional: “Rompiam, assim, com a tradição cristalizada, instituindo um novo modo de conceber as atividades, o que faz ressaltar a força de suas modernidades” (Arruda, 2001:426). Como afirmei acima, foi constituída uma *doxa* em torno da visão da “modernidade eurocêntrica”. Sobre o significado deste conceito, Bourdieu (2013) afirma:

Um mundo social é um universo de pressuposições: os jogos e os objetivos que ele propõe, as hierarquias e as preferências que impõe, o conjunto das condições tácitas de pertencimento, isso que parece óbvio para quem está dentro e que é investido de valor aos olhos dos que querem entrar, tudo isso está definitivamente assentado sobre o acordo imediato entre as estruturas do mundo social e as categorias de percepção que constituem a *doxa*, ou, como dizia Hursserl, a *protodoxa*, percepção automática do mundo social como natural (p.113).

Havia uma continuidade de propósitos entre o poder público, intelectuais e dirigentes na São Paulo dos anos 1950 como ficou bastante visível nos festejos do IV Centenário, porque reproduziram “(...) a crença nas possibilidades infinitas do desenvolvimento cultural era homóloga à convicção da modernização econômica, social e política que tinha em São Paulo sua grande promessa” (Arruda, 2001:107).

A mediação das instituições ocupou um lugar central para que as ações conjuntas entre os agentes acima citados pudessem ser concretizadas⁸¹. Ou seja, a visão positivamente estabelecida sobre a “modernidade eurocêntrica” não era monopólio das elites intelectuais, mas era um verdadeiro senso comum ou *doxa*, para utilizar o jargão de Bourdieu. Era, portanto, uma visão compartilhada pelos mais diversos setores da sociedade paulistana.

O processo de modernização na cidade de São Paulo referia-se, segundo Arruda (2001) a “aceleração das mudanças urbano-industriais, à diversificação dos padrões de consumo, à alteração nas formas de comportamento que passaram a se guiar por princípios semelhantes aos vigentes nos países desenvolvidos”(p.19). A modernidade seria instituída através de um processo de transplantação dos padrões que seriam vigentes nos países centrais. Essa proposição se tornava mais forte em São Paulo devido à condição de metrópole alçada pela cidade.

Devido ao processo de transformação e também da idealização da modernidade, a cultura urbana era representada pelo signo do progresso, pois seria capaz de romper

⁸¹De acordo com Arruda: “Naturalmente, o tecido cultural da cidade adensara-se desde o Modernismo, sobretudo no transcurso dos últimos trinta anos. No campo das artes, iniciativas plurais formaram-se no decorrer do terceiro decênio, como a Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM) e o Clube dos Artistas Modernos (CAM), construídos no final de 1932. Em 1937, surge a Família Artística Paulista, que reunia o Grupo Santa Helena; em 1940, realiza-se a Exposição de Pintura Francesa e, em 1941, o Salão de Arte da Feira Nacional das Indústrias. Do ângulo das obras, a pretensa unidade dos primeiros anos do Modernismo perdia-se no universo variegado das linguagens, arrefecendo os impulsos vanguardistas. Finalmente, a ampliação do número de galerias e de exposições atesta o aparecimento de novas oportunidades para o exercício das atividades artísticas, tendo na criação do Sindicato dos Artistas Plásticos, em 1938, a expressão de novas propostas.”(P.109-10).

com o arcaísmo representado pela contingência histórica. As mudanças que ocorriam na cidade funcionam como verdadeiro combustível para as produções feitas pelos intelectuais. São Paulo passava a ter um alargamento dos estratos médios e também a constituição de um operariado numeroso, ou seja, passava por um processo de modificação expressiva (Arruda, *idem*). Como consequência, o cosmopolitismo tornou-se o ideal a orientar as produções culturais na década de 1950 (Arruda, *idem*).

A cultura tomou posição de protagonismo como àquela que seria capaz de gerar as condições para que a cidade pudesse romper com seu passado tradicional e tivesse condições de institucionalizar a modernidade capaz de deixá-la em compasso com as sociedades europeias, consideradas de forma positiva e, portanto, idealizada pelos intelectuais. A cultura seria o caminho através do qual a sociedade brasileira poderia por fim ao dualismo tradicional-moderno que a singulariza e a deixava em posição de atraso em relação aos países centrais.

Como exemplo, Arruda (*idem*) argumenta sobre a postura tomada pelo arquiteto Oscar Niemayer e sua equipe na construção do Parque do Ibirapuera para as comemorações do IV Centenário da cidade, que demonstraria como a visão do urbanismo era pensada como uma questão cultural: “Com a construção do Ibirapuera, a cidade parece selar a sua imagem de metrópole moderna, civilizada, nascida da intervenção urbanística racional” (p.45). Sobre o significado do evento Arruda (*idem*) afirma:

As comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo (1954) decantam o conjunto das questões referentes às noções de Modernização, Modernidade, Modernismo. Concebido no plano imediato para festejar os quatrocentos anos da cidade, o evento exprimia, na verdade, o desejo de projetar uma imagem da São Paulo progressista e moderna, o que tornou o projeto comemorativo um ritual de celebração do poder dos paulistas. Nesse momento, as diferentes concepções que perpassavam o contexto citadino encontravam um denominador comum vazado na perspectiva da nova urbe e a todo imaginário oriundo da ideia de cidade civilizada (p.71).

São Paulo teve modificações significativas em todos os planos da convivência urbana, fundamentais para que adquirisse sua formatação como metrópole. Ao mesmo tempo tornou-se base para o surgimento de instituições da cultura e novas linguagens (Arruda, 2001:52). Arruda afirma que a valorização do moderno passou a orientar as ações dos sujeitos identificados com a modernização e o progresso e que recusavam a tradição.

A visão sobre a “modernidade eurocêntrica”, suas instituições e valores tornou-se senso comum entre intelectuais e homens de ação responsáveis pelas transformações: “Aparentemente, nenhuma relação parecia ocorrer com a São Paulo do século XX, que trilhava opostamente os rumos do progresso, da modernização, da racionalidade e de uma cultura crescentemente técnica” (Arruda, 2001:49). Houve um processo de intensa complexidade social na cidade devido à incursão de novos sujeitos vindos da migração interna e de imigração.

São Paulo obteve nos anos 1950 uma formatação pautada pela complexidade crescente fruto dos processos de urbanização, industrialização, imigração e de ações em torno da cultura. Este último ponto demonstra como as transformações que ocorreram na cidade e a fizeram ganhar um status de metrópole foram influenciadas fortemente pela ação das elites culturais que procuraram construir uma nova linguagem que concebesse a ruptura com a contingência história representativa do tradicionalismo.

Ao lado dessas celebrações, os eventos de cunho artístico e cultural foram inúmeros: a II Bienal de Arte de São Paulo, inaugurada em 1953 e prorrogada até o início de 1954 para alcançar o ano das comemorações, teve grande repercussão. O quadro *Guernica* de Pablo Picasso foi exposto e o evento consagrou em definitivo as tendências avançadas, trazendo para o Brasil “um museu contemporâneo, que jamais se repetiria”. Paralelamente à Bienal, foi construída no Palácio dos Estados a Exposição Internacional de Arquitetura, com a participação de profissionais oriundos das Américas, Europa e Oriente (Arruda, 2001:93).

Como demonstração da importância da cultura foram realizadas mais de 150 reuniões das mais diversas modalidades e especialidades como Congressos Internacionais, Palestras, Encontros, Exposições entre outros (Arruda, 2001:95). Era necessário fazer com que a produção cultural brasileira estivesse em compasso com a produção internacional. Essas realizações foram possíveis devido à criação de organizações culturais entre 1940 e meados dos anos 1950 como o Museu de Arte Moderna (MAM), a Revista *Clima* feita por intelectuais da USP como Antônio Cândido, Gilda de Melo e Souza e Lourival Gomes Machado, o Grupo de Teatro Experimental (GTE), O Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), o Museu de Arte de São Paulo (MASP), a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, A TV Tupi, a Revista *Anhembi*, dentre outros (Arruda, 2001:111-12). Arruda (idem) argumenta que a criação das instituições

demonstrava de forma contundente como havia um processo de modernização da cultura em São Paulo.

As instituições criadas foram cruciais para demonstrar a profundidade das modificações ocorridas na cidade de São Paulo e também para a reprodução do discurso em torno da negação do passado brasileiro e para a defesa da ordem moderna plena que seria estrutura exclusivamente por virtudes. Nesse sentido, os vários eventos que se desenvolveram demonstravam como a cidade reproduzia nas artes e na cultura uma perspectiva cosmopolita através do contato com a produção internacional, como aponta Arruda (idem) “No começo da década de 50, é notória a preocupação em desenvolver um campo cultural diferenciado e mais compassado com as tendências internacionais” (p.127).

Arruda (idem) afirma que a partir das bienais foi possível a ruptura com o isolamento vivenciado pela maior parte dos artistas brasileiros: “Nesse sentido, já nos anos 40, mas fundamentalmente nos 50, o contato com as vanguardas passava a rotinizar-se” (Arruda, 2001:114). No campo das artes plásticas, por exemplo, o contato com as vanguardas possibilitou a incorporação das tendências mais avançadas (Arruda, idem).

Para consolidar a visão idealizada sobre a modernidade e a consequente negação da contingência histórica brasileira, a participação do mecenato foi crucial porque possibilitou o desenvolvimento de projetos e instituições que reproduziam essa visão. Nos anos 50, a figura do mecenas era representada pelo imigrante, pertencente à burguesia industrial e detentor de riqueza suficiente para investir:

Se os anos 20 e 30 caracterizaram-se, de modo geral, pela busca de formas expressivas próprias, o período pós-guerra, em São Paulo, será marcado pelo fortalecimento institucional, pelo mecenato cultural. A tendência a especializar as atividades artísticas e culturais fez-se acompanhar de uma abertura ampliada para o exterior, não apenas no que diz respeito ao acompanhamento mais sistemático da produção internacional, das vanguardas europeias e norte-americanas, mas também pela presença significativa do estrangeiro entre nós, cuja atuação foi decisiva (Arruda, 2001:117-8).

A presença do imigrante é tão importante que a compreensão do surgimento das diversas instituições que foram criadas no pós-guerra só poderia ser plenamente explicado através da análise do papel exercido por ele. Essa presença marcante era elemento demonstrativo da força que a cultura europeia possuía em todos os níveis, dos técnicos e até a difusão das ideias, como ocorreu, por exemplo, com o teatro (Arruda, 2001:122).

Arruda (idem) demonstra todas as transformações derivadas do processo de modernização, mas a partir de uma perspectiva acrítica. Faço esta afirmação porque a autora parece concordar com a perspectiva reproduzida na década de 1950. Arruda afirma que os elementos inovadores trazidos pela cultura da época não foram suficientes para vencer as contingências trazidas pela história que não possibilitava a realização de modificações profundas na realidade:

Entre duas possibilidades arriscadas, creio ter optado por aquela que mais acentuadamente permitia iluminar o problema da cultura em São Paulo, de meados do século XX, caracterizada pela absorção do progresso, da modernização, da racionalidade, da linguagem especializada. Todos esses aspectos estavam ligados a uma cultura invadida pelas promessas do presente que moldavam as atitudes de desprendimento do passado (Arruda, 2001:424).

A visão idealizada sobre a modernidade pode ser vista no prefácio feito por Sérgio Miceli que argumenta que o trabalho realizado por Arruda representa o percurso da modernidade incompleta em São Paulo, pois pautada por relações pessoais, fragilidade institucional e clientelismo que seriam os responsáveis por desvirtuar seu caráter civilizatório. É por isso que defendo à frente que a visão idealizada sobre a modernidade constituída e sistematizada nos anos 1950 termina sendo reproduzida de forma acrítica, de forma geral, pelos intelectuais das décadas subsequentes.

3.2 A *intelligentsia* e a modernização

A década de 1950 possui como uma de suas características mais marcantes o conceito de mudança social. Esta seria uma década em que o país definitivamente deixaria de ser uma ordem agrária, tradicionalista, autoritária e “atrasada” para se tornar uma ordem industrial, competitiva, secularizada, democrática e “moderna”. Pelo menos, este era o sentimento que unia os mais diversos seguimentos sociais e intelectuais na sociedade brasileira do período, como visto acima sobre o caso da cidade de São Paulo. Apoiado em Bourdieu, defendo que a ideia de mudança social tornou-se uma *doxa*, ou seja, um senso comum e um senso comum acadêmico. Portanto, a ideia de transformar o Brasil em uma modernidade estruturada por virtudes não foi ação exclusiva da Cadeira de Sociologia I capitaneada por Florestan Fernandes, uma vez que constitui-se como elemento a nortear as produções e ações sociais e políticas de toda uma época.

Como Botelho (2008) havia apontado, a sociedade brasileira dos anos 1950 era caracterizada como uma sociedade em movimento. Ela tinha nos seus intelectuais os portadores da missão de redimir o passado e de instaurar a modernidade positivamente constituída. Ou seja, os intelectuais da década de 50 tiveram uma postura de recusa à “tradição” e um comprometimento total com a ordem moderna, secularizada e competitiva (Botelho, *idem*).

Villas Bôas (2006) analisa como o tema da mudança social foi levado a cabo pelos intelectuais da década de 1950. Apesar de defender o caráter problemático de uma caracterização em torno da sociologia dos anos 50 como sociologia do atraso⁸² devido às diferenças teóricas e conceituais, a autora aponta alguns elementos comuns como a luta pela modificação das instituições, mentalidades e distribuição do poder que deveriam ser organizados a partir do padrão moderno existente nos países europeus.

A autora aponta que as análises sobre a modernização e luta para provocar a mudança tiveram caráter primordial no período entre 1945 e 1964. Para esses intelectuais seria necessário uma mudança provocada capitaneada por eles no sentido da implantação de uma ordem plenamente moderna, estrutura pela sociedade de classes, que teria como elemento intrínseco o ideal de competição justa, secularizada, democrática e subordinada a uma ordem burocrática, impessoal e legal (Villas Bôas, 2006:61).

Villas Bôas argumenta que os intelectuais dos anos 50 tinham como ideal normativo engendrar uma correspondência entre fazer ciência e fazer história, uma vez que a sociologia teria o papel de saber racional responsável pela construção de uma consciência crítica e pela “mudança provocada” para a institucionalização plena da modernidade. A sociologia dos anos 50 teria como marca principal a luta pela “mudança provocada”, elemento que havia sido incorporada pelos sociólogos brasileiros da obra de Karl Manheim (Villas Bôas, *idem*). A autora argumenta ainda que as análises sobre a

⁸² De acordo com Villas Bôas (*idem*): “Na política dessas interpretações, convencionou-se também chamar a sociologia de sociologia do atraso, uma vez que, quanto mais os especialistas diagnosticavam o ‘moderno’, mais atraso viam na sociedade brasileira (Souza, 1999:17-54; Viana, 1999:173-193). Respostas como essas têm sido dadas com mais frequência à pergunta sobre a especificidade da reflexão sociológica dos anos 1950. Não trazem à tona a efetiva questão de trabalho que norteou o pensamento sociológico da época, distinguindo as suas variações – metodológicas, conceituais e teóricas -, mas reduzem o pensamento sociológico a uma ou duas correntes teóricas, geralmente ao marxismo ou ao funcionalismo; ou a um ou dois conceitos, como o de classes sociais e estratificação social, desautorizando a validade dos resultados alcançados pelos pesquisadores. Sobretudo as avaliações que esquematizam o par conceitual tradicional e moderno, com o intuito de mostrar que a sociologia descobriu o atraso da sociedade brasileira, encobrem a diversidade de concepções e o esforço para o entendimento das mudanças sociais. Não é, portanto, nas perspectivas mencionadas que se procede aqui ao exame do pensamento sociológico” (p.99-00).

desigualdade e a visão construída sobre os pobres tinham como horizonte normativo a instauração da ordem moderna legal e igualitária que se constituiria no sentido weberiano (Villas Bôas, 2006:97).

A partir desta construção, dilemas como a desigualdade social seriam fruto da força do “atraso” e da consequente fraqueza da ordem moderna racional-legal. Sobre o significado da sociologia levada dos anos 1950, Villas Bôas (2006:101) argumenta que as interpretações dos anos 1950 não apresentaram como objetivo buscar as origens da singularidade brasileira, pois tiveram como elemento central a construção de uma imagem futurista do Brasil como sociedade universalista, democrática e moderna. A análise feita por Villas Bôas é crucial para entendermos a centralidade do tema da modernização nos anos 1950, bem como para demonstrar a forma idealizada como os intelectuais brasileiros incorporam a visão do mundo moderno ao compará-lo ao caso brasileiro que seria o seu antípoda por excelência.

É necessário demonstrar também como a visão sobre o mundo moderno sistematizada nos anos 1950 manteve-se nas décadas posteriores. Precisamente, como sua estrutura lógica e explicativa permaneceu como base para caracterizar o “atraso” brasileiro em relação aos países centrais como pode ser visto na citação a seguir de Villas Bôas (2006):

A concepção de um entrelaçamento de condutas tradicionais, cordiais e autoritárias, a condutas modernas, competitivas e individualizadas, não perdeu a força interpretativa e permanece como pano de fundo das discussões atuais sobre violência, cidadania, democracia, igualdade de oportunidades, educação. Por detrás desse “entrelaçamento”, reinam as hipóteses de que as ambivalências e ambiguidades dos brasileiros e da sociedade brasileira se devem ao patriarcalismo, patrimonialismo, ao mandonismo, clientelismo, coronelismo ou corporativismo, que se misturam às formas de dominação nos negócios sociais e políticos (p.167).

Como parece deixar claro a interpretação de Villas Bôas (idem) os conflitos são estruturados por elementos pré-modernos que seriam responsáveis pela singularidade brasileira e, conseqüentemente, pelas diferenças essenciais que existiriam entre os países centrais e o Brasil. Para demonstrar a proposição da autora vou analisar abaixo a interpretação de José de Souza Martins, ex-aluno de Florestan, e que se propõe analisar a modernidade brasileira através da análise da sociabilidade do homem simples, ou seja, através de elementos da vida cotidiana.

A interpretação de José de Souza Martins me auxilia a demonstrar a visão idealizada da modernidade construída no pensamento social e sua utilização para caracterizar a singularidade brasileira. Martins reproduz de forma basilar os mesmos pressupostos existentes nas interpretações do Brasil levadas a cabo na década acima referida. O sociólogo segue os postulados construídos por Florestan e Cardoso dentro da Cadeira de Sociologia I da qual fez parte nos anos 1960, como podemos ver abaixo.

Martins (2008) inicia seu texto fazendo referência exatamente à sociologia dos anos 1950, ao dualismo que lhe foi característico e também sua visão evolutiva e positiva sobre o futuro da modernidade no Brasil. Desta forma, a primeira impressão que temos é que o autor nos traz uma leitura alternativa e crítica em relação a essa produção. Todavia, minha tese é que o autor possui muita mais permanências do que rupturas em relação a ela.

Um primeiro ponto de permanência é o compartilhamento com Florestan da tese sobre a herança de elementos tradicionais advindos da ordem escravocrata na sociedade de classes contemporânea. Precisamente, o autor analisa a escravidão como elemento estruturante da sociedade brasileira. O autor também a caracteriza como estamental e responsável pela dificuldade estrutural em expandir o capitalismo de forma plena. Desta forma, foi culpada por fazer com que a sociedade de classes tivesse no tradicionalismo uma referência para caracterizar a consciência nacional. Mesmo São Paulo teria uma modernidade superficial, pois haveria a recorrência ao rústico, ao imoderno onde estaria nossa autenticidade (Martins, *idem*). A perpetuação dos elementos tradicionais fez com que a modernidade brasileira tivesse se caracterizado por sua forma anômala e inacabada (Martins, *idem*).

Constituímos uma cidadania fictícia, inautêntica e híbrida. Este hibridismo fez com que a junção entre elementos arcaicos e modernos moldasse uma modernidade aparente, uma vez que esta não estaria envolta a processos sociais mais amplos (Martins, *idem*). A presença do elemento tradicional mostrava-se tão intensa que o tradicionalismo seria o centro de referência nacional (Martins, *idem*). Assim como para Florestan e Cardoso nossos conflitos sociais seriam explicados pela incompletude do processo de modernização. Portanto, mesmo com mais de cinquenta anos de diferença os postulados defendidos pelos intelectuais daquela época são reproduzidos sem diferenças significativas.

A nossa modernidade possui, para Martins, o caráter de inautenticidade. Ou seja, o processo de modernização não foi capaz de gerar uma modernidade autêntica, uma vez que houve no país a dissimulação e a predominância de comportamentos tradicionais e irracionais que cumprem o papel de teatralização do moderno e do racional (Martins, 2008:42). Assim como já ocorrera com Florestan e Cardoso, Martins propõe a existência de uma diferença essencial entre centro e periferia. Outro elemento a ligar Martins (idem) aos autores estudados nesta tese é a afirmação de que a América Latina seria estruturada por temporalidades:

No caso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, a crítica construtiva da modernidade do “hidridismo” cultural, da conjugação do passado e do presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e mediatizam; a opressão e os absurdos do moderno, da racionalidade, da quantidade, do modismo, do transitório e passageiro como maneira permanente de viver e ser. O inacabado e inconcluso, a modernidade que não se completa, produziu no Brasil uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida (p.22).

Para Martins (idem) nossa modernidade é anômala, uma vez que constituímos uma cultura imitativa. Isto fez com que o tradicionalismo fosse o elemento estruturante dos processos sociais entre nós. Teríamos como elementos estruturantes “a inautenticidade, consciência conservadora, tradicionalismo, alienação, modernidade acrítica” (Martins, 2008:44). A interpretação de Martins ratifica a tese de Villas Bôas sobre a atualidade da estrutura lógica e explicativa das interpretações dos anos 1950, cuja reprodução chamei de *doxa*.

Assim como presente nas interpretações de Florestan e Cardoso, Martins advoga que seríamos estruturados pelo tradicionalismo é que teríamos, consequentemente, uma modernidade essencialmente diferente daquela existente nos países centrais. Mesmo fazendo referência crítica às interpretações dos anos 1950, Martins permanece muito próximo delas porque reproduz implicitamente uma visão idealizada dos países centrais que é elemento fundamental para caracterizar o “atraso” e a consequente singularidade brasileira.

A passagem pelos trabalhos de Villas Bôas e Martins me auxilia a defender a tese de que as interpretações construídas pelos intelectuais brasileiros sobre o par modernização/modernidade nos anos 1950 acabou sendo reproduzida de forma acrítica

pelas gerações posteriores, construindo uma verdadeira *doxa* acadêmica. Como consequência, esta maneira de interpretar o par modernização/modernidade tornou-se um entrave teórico para a construção de uma análise construtiva e crítica dos dilemas da sociedade brasileira contemporânea estruturada por conflitos globais e estritamente modernos⁸³ como procuro deixar evidenciado no decorrer desta tese.

3.3 Sociologia I X Sociologia II: “moderno” ou “atraso”?

Como argumentei acima, a modernização não era questão exclusiva de Florestan e Cardoso porque definiu a temática de pesquisa dos anos 1950. Da mesma forma, ela também esteve fortemente presente dentro da Faculdade de Filosofia da USP. De forma específica, ela foi peça central na moldagem das perspectivas sociológicas que foram propostas e levadas a cabo pelas cadeiras de Sociologia I e Sociologia II. Ou seja, para a construção de um entendimento cuidadoso sobre a centralidade da questão da modernização para Florestan e Cardoso faz-se necessário que haja uma articulação com a dinâmica institucional de organização e disputa entre as cátedras de Sociologia I e II.

O primeiro ponto que necessita ser ressaltado refere-se ao senso comum acadêmico que fora criado em torno da circunscrição da produção sociológica da Faculdade de Filosofia à Cadeira de Sociologia I liderada por Florestan. Como defende Pulici (2008), é um grande reducionismo essa construção hegemônica nas ciências sociais brasileiras⁸⁴. Esta relação ocorreu, precisamente, porque a proposição de sociologia de Florestan acabou tornando-se hegemônica ao ser confrontada com a proposta vinda da Sociologia II liderada por Rui Coelho. Como Bourdieu afirma, o campo científico representa um espaço de disputas em torno da construção da visão de mundo legítima.

O que ocorreu como consequência da querela entre as duas sociologias foi a vitória das proposições de Florestan e do seu grupo que acabaram tornando-se hegemônicas no campo das ciências sociais brasileiras. As produções do grupo liderado

⁸³Em outro lugar (2014) analiso as questões da modernização e de desigualdade em um conjunto de autores clássicos e contemporâneos brasileiros como Raymundo Faoro, Florestan Fernandes, Roberto DaMatta, Luiz Werneck Vianna e Maria Alice Resende de Carvalho; Jessé Souza e José Maurício Domingues. A partir do diálogo com a sociologia da modernização e com a análise de Bauman sobre a pobreza no capitalismo global, defendo que grande parte das interpretações do Brasil não conseguem analisar os dilemas oriundos do capitalismo global, uma vez que ainda seriam resquícios da sociedade tradicional.

⁸⁴De acordo com Pulici (idem) “Assim, apesar do expressivo número de trabalhos dedicados às dimensões sociais, culturais e políticas que teriam marcado as condições de emergência da produção sociológica uspiana, parece-nos correto afirmar que, entre as pesquisas que tratam direta ou indiretamente as instâncias concernentes à vida acadêmica, predominam os estudos centrados na obra ou no temperamento intelectual de Florestan Fernandes e de alguns de seus discípulos mais importantes, que juntos passaram a ser identificados à chamada “Escola Paulista de Sociologia” (p.25).

por Rui Coelho acabaram, como consequência das derrotas que sofreram, ficando encobertas pelas proposições vencedoras que reproduziram a visão “legítima” sobre o Brasil na Universidade de São Paulo. A Cadeira de Sociologia I acabaria criando uma tradição de interpretação do Brasil, em virtude das temáticas, metodologias de pesquisa e análise que constituíra⁸⁵ (Spirandelli, 2014:162).

O embate ocorrido entre as duas cátedras de sociologia existentes na Faculdade de Filosofia tinha como elemento norteador o objetivo de construir uma explicação para a modernização brasileira (Jackson, 2007b). Ou seja, a modernização constituiu-se como o tema central a explicar o trabalho levado a cabo nas duas Cadeiras e também as diferenças entre elas. Para tanto, propunham duas formas de produção intelectual: a Sociologia I levaria a cabo um conhecimento pautado pelos métodos e rigor estritamente científicos e a Sociologia II basearia seu trabalho no grande ensaio. Essa dicotomia, que pareceria em princípio ser rígida, deve ser relativizada, “(...) porque ninguém (na universidade) poderia fugir a essa orientação geral, decorrente do processo de legitimação das ciências sociais no período”(Jackson,2007:35).

A incorporação de métodos e técnicas de pesquisa trazidas pelos professores estrangeiros vindos para a USP e para a ELSP ocasionou o fortalecimento de uma nova forma expressiva sobre o trabalho intelectual (Jackson,2007:35). Desta forma, a Sociologia I não rompeu de forma total com o ensaio e também a Sociologia II não abriu mão da utilização dos procedimentos acadêmicos trazidos pelos professores estrangeiros. Com essa importante ressalva, que ajuda a relativizar a diferença rígida existente, em princípio, entre as duas Sociologias, posso debater as proposições de ambas sobre o fazer sociológico e sua utilização na compreensão e intervenção no processo de modernização brasileiro⁸⁶.

⁸⁵Ainda de acordo com Spirandelli (idem) “Assim, escorada em tais pessoas e entidades, a Cadeira de Sociologia I se tornaria um proeminente núcleo de teoria e de pesquisas sobre os problemas da sociedade brasileira”(p.162).

⁸⁶Sobre os embates em torno da questão da modernização, Jackson (2007) argumenta sobre a construção de dois projetos de intervenção existentes na Universidade de São Paulo e no Rio de Janeiro: “ Com a distância hoje de tal contexto, torna-se evidente a existência de um confronto entre projetos acadêmicos orientados pela convicção nas possibilidades de intervenção pela sociologia no processo de modernização brasileiro. Nesse embate, do ponto de vista institucional, o Rio de Janeiro conseguiu se impor, aliás, ao liderar no Brasil o movimento que daria ensejo na América Latina à montagem de uma estrutura internacional de ensino e pesquisa, centralizada na Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), sediado no Rio de Janeiro. Neste último, seria Luiz de Aguiar Costa Pinto o personagem central, ao dirigir a revista América Latina”(p.117).

Esta análise da dimensão institucional é necessária para quem trabalha com a metodologia bourdieusiana e tem como objetivo se opor à visão da ação intelectual como fruto único do mérito individual. Nesse sentido, Pulici (idem) afirma que os sistemas de pensamento são devedores dos locais nos quais eles foram criados. É a partir dessa mediação entre a dimensão institucional (campo) e a individual (*habitus*) que são criados na academia os sentidos comuns de uma determinada época. Ou seja, muito além de serem fatores naturais frutos de ação criadora de um indivíduo, os sistemas de pensamento são frutos dos embates entre grupos dentro do campo intelectual. Com mais esta ressalva, posso analisar as propostas em torno da produção sociológica construídas pelas Sociologias I e II.

A análise das disputas ocorridas na Faculdade de Filosofia a partir de 1954 aponta para embates em torno de vocações sociológicas em disputa, ou seja, lutas em torno da ação do sociólogo ao praticar seu ofício (Pulici, 2008:29). Mesmo tendo visto na relação entre ciência e ensaio que a diferença entre as duas cadeiras não é tão rígida, vou analisar de forma esquemática cada uma delas separadamente. Começarei pela Sociologia I.

A discussão que faço sobre a Cadeira de Sociologia I tem como período inicial o ano de 1954 quando Florestan assume a regência no lugar de Roger Bastide. A indicação de Florestan é pensada como algo feito de forma natural e, portanto, sem conflitos. Todavia, esta visão encobre as relações de força que existiam, pois à época Gilda de Mello e Souza era a primeira assistente de Bastide e seria, dentro da lógica interna do sistema de cátedras, sua sucessora natural. Todavia, o indicado acabou sendo Florestan. Com isso, Gilda e outros integrantes da Sociologia I como Maria Isaura Pereira de Queirós acabaram migrando para a Sociologia II, uma vez que as proposições em torno da sociologia e do papel intelectual eram dissonantes das concepções propostas pelas intelectuais acima citadas.

A indicação de Florestan aponta não apenas para o resultado do acúmulo dos capitais cultural e social que o sociólogo paulista já havia tido até aquele momento através do reconhecimento do seu trabalho frente aos pares e das relações que construiu desde a graduação com os professores, mas também demonstra a forte clivagem de gênero que ocorria na organização do sistema de cátedras na USP:

Nenhuma mulher assumiu as cátedras de sociologia, antropologia ou política. Em 1954, quando Bastide retornou à França em definitivo, o indicado para substituí-lo foi Florestan Fernandes. A escolha parece-

nos óbvia, legitimada pela atuação acadêmica e política do sociólogo até a sua cassação em 1969. Mas Gilda de Mello e Souza era a primeira assistente da cadeira, já havia concluído o doutorado e poderia ter assumido o cargo. O reconhecimento tardio de sua obra, sobretudo O espírito das roupas, explica-se em grande parte por sua autoria feminina, convertida no argumento decisivo do livro, que explicita a angústia da mulher empenhada na ruptura dos entraves impostos pela dominação masculina. Os trunfos auferidos pela posse invejável de capital cultural não foram suficientes para alçá-la a posição dominante no campo (Jackson, 2007:123-4).

A explicação para a exclusão das mulheres estava na própria lógica de funcionamento do sistema de cátedras, que sequer cogitava a possibilidade de ter mulheres regendo as Cadeiras de Sociologia, Política e Antropologia (Spirandelli, idem). Além de vedar a possibilidade das mulheres assumirem posições de mando, a própria ascensão dentro da cátedra era bastante dificultada ocasionando, muitas vezes, a desistência em disputar cargos mais altos e a própria titularidade⁸⁷ (Spirandelli, 2014:174).

A partir do início da regência de Florestan é que as diferenças entre as duas cátedras ficaram bastante acentuadas. Durante a regência de Roger Bastide a Cátedra tinha como preocupações mais importantes a sociologia da arte e da cultura (Pulici, idem). Com a regência de Florestan, esses temas são deixados de lado em favor das preocupações com a construção de um padrão científico e aplicado de sociologia como forma de “provocar” a transformação da sociedade brasileira para que esta se tornasse de maneira efetiva uma sociedade plenamente moderna.

Este ponto acima citado tem importância central, pois as visões de Bastide e Florestan sobre o tema da modernização eram opostas, uma vez que o sociólogo francês apostava na tradição compreendida como cultura e o sociólogo paulista recusava por completo em virtude de considerá-la o grande entrave para a institucionalização da modernidade no Brasil (Jackson, 2007b). Nesse sentido, “O retorno definitivo de Bastide

⁸⁷ Spirandelli demonstra como este era um elemento intrínseco ao sistema de organização institucional transplantado da França: “E o sistema de Cátedra era quase ‘patriarcal’, inflexível, imutável – isso não significa um julgamento de valor, e negativo: trata-se de uma realidade, pois o formato estava disposto dessa maneira, era ‘herança’ dos fundadores – e dessa maneira funcionavam as universidades europeias. A situação se modificaria com a extinção desse regime, a partir da criação dos departamentos, no início da década de 1970. Sendo permitida uma comparação, enquanto as Cátedras estariam para ‘estamentos’, os Departamentos estariam para ‘classes’ pelo fato de seus integrantes terem mais mobilidade nelas”(p.174).

à França, em 1954, implicou a desvalorização progressiva da sociologia da cultura em relação à sociologia do desenvolvimento” (Jackson,2007b:45).

A partir da ação de Florestan e de seu grupo houve a reavaliação do papel da rotina intelectual (Pulici,2008:36). Como exemplo das modificações na cátedra, com o início da regência de Florestan, há o abandono do projeto de Bastide “que visava a compreender fenômenos ligados à interpenetração de formas culturais e práticas sociais ocidentais e afro-brasileiras (...)” (Jackson,2007a:124). A partir da regência de Florestan as proposições vinculadas a Bastide sobre a sociologia da cultura foram encobertas pela hegemonia das suas teses e do seu grupo (Jackson, 2007a).

Além de transformar as temáticas de pesquisa, Florestan trouxe um elemento de sua experiência da ELSP que era inexistente até aquele momento de forma sistemática na Faculdade de Filosofia: a organização do trabalho em grupo⁸⁸ e com temática única definida para todos como programa de pesquisa. Esta influência ocorreu através do contato de Florestan com o sociólogo estadunidense Donald Pierson (Jackson, 2007b).

Outro ponto a caracterizar a Cadeira de Sociologia I, regida por Florestan, é o processo de escolha dos assistentes. A primeira geração de professores da USP foi formada, em sua grande maioria, de professores franceses. A segunda geração, da qual ele se tornou o principal expoente, tinha como marca característica a prevalência de professores brasileiros. Por isso, os alunos passaram a ser escolhidos por ele levando em consideração a qualidade intelectual e consequente capacidade de trabalho (Pulici, idem). Jackson defende que a origem social funcionou como elemento complementar aos fatores acima citados como critérios de seleção para a cátedra.

A Cadeira de Sociologia I tinha como grande objetivo auxiliar na transformação da sociedade brasileira que deveria institucionalizar a modernidade. Por isso, condenaram a ordem imperial e escravista, considerada patrimonial, irracional e pré-moderna, bem como todas as ações e elementos que pudessem fazer referência ao chamado “antigo regime”. Esses fatores eram obstáculos muito fortes à mudança social porque estavam presentes em todas as partes, inclusive na universidade através do ensaio.

⁸⁸Sobre este ponto, Jackson (2007b) advoga: “Neste caso, a iniciativa inspiradora de Donald Pierson na ELSP foi decisiva, influenciando certamente a atitude de Florestan Fernandes de recrutar nos anos de 1950 e 1960 um grupo de jovens e competentes sociólogos, com o intuito de renovar as ciências sociais com um estilo inusitado de trabalho marcado por alta produtividade e coesão de princípios”(p.40).

Segundo Florestan o ensaio, gênero literário que era então dominante, seria o representante de uma visão estamental do mundo, ou seja, completamente avesso à ciência e a modernidade que idealizava institucionalizar no Brasil. Essa vinculação do ensaio ao Brasil pré-moderno dava-se porque durante o período escravista este gênero literário era monopólio dos estratos dominantes que eram, por sua vez, independentes da universidade (Pulici, *idem*). Pulici (*idem*), todavia, defende que a produção intelectual não pode ser reduzida à questão de classe como tenho procurado demonstrar, também, neste estudo:

Uma dada configuração universitária, porém, não é nunca o mero reflexo do perfil social de seus integrantes e, se no caso que historiamos, não apenas os alunos desprivilegiados culturalmente faziam-se reconhecer no empenho de ciência e no expurgo de literatura, então é porque os valores do grupo de Florestan Fernandes encarnavam expectativas mais generalizadas do que deveria ser a principiante sociologia acadêmica em sociedades como a brasileira de então (p.42).

Através dos trabalhos de Florestan, Cardoso e dos demais sociólogos vinculados à Cadeira de Sociologia I, o texto de estilo literário foi sendo solapado por outro baseado em uma linguagem repleta de conceitos extraídos das matrizes fundadoras do pensamento sociológico e embasados pela pesquisa empírica como forma de defender a sociologia como ciência empírica. Além disso, a sociologia produzida pelo grupo de Florestan teria fincado as bases para intervir nos processos de transformação social rumo à sociedade moderna. Por esses fatores, o grupo de Florestan recusa o humanismo e àquilo que consideram ciência “desinteressada” que estaria presente nos trabalhos produzidos pelo grupo de sociólogos da Sociologia II⁸⁹(Pulici,*idem*).

Os sociólogos da Cadeira procuravam a um só tempo lutar pelo progresso da ciência, pela inovação institucional e pela eliminação total dos elementos tradicionais que atrasavam, em suas perspectivas, a sociedade brasileira. Como exemplo, Pulici aponta como eles procuravam demonstrar como a Faculdade de Filosofia ainda mantinha

⁸⁹ De acordo com Pulici (*idem*): “Antes disso, como se verá a seguir, na recepção do projeto originário da FFCL as palavras ‘gratuidade e ‘desinteresse’ não só ficaram ausentes como foram repugnadas em meio ao grupo de Florestan Fernandes, não tendo sido, portanto, unânime a aceitação da ‘concepção rigorosamente seletiva de conhecimento’ da proposta originária de ‘ciência pura’ e ‘cultura livre e desinteressada’, da qual, no âmbito restrito das Cadeiras de Sociologia, não houve melhor exemplo do que Ruy Galvão de Andrada Coelho, Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza, antigos editores de uma revista que, em sua primeira fase, tinha uma ‘preocupação estética muito grande, uma cogitação de problemas que não tinham ligação nenhuma com o momento político’ e na qual a seção que era marginal e que não vingou foi justamente a de ‘ciências’” (p.57-8).

relações com esta realidade, pois tinha como característica até àquele momento contemporizar com o passado brasileiro, pois a USP não havia conseguido se libertar de forma total do ensino humanista e aristocrático (Pulici, *idem*).

Contra o ensino humanista e generalizante deveria ser colocado em prática o ensino de caráter especializado que servisse de combustível para uma crítica radical aos valores vigentes na sociedade brasileira e também reproduzidos na USP (Pulici, *idem*). Este novo padrão de ensino formulado por Florestan tinha como objetivo reproduzir o que ele considerava como o padrão mais adequado a uma sociedade que pretendesse adentrar de forma efetiva à modernidade.

No sentido exposto acima, a sociedade capitalista moderna vai ser visualizada implicitamente como portadora da competição justa. Ou seja, na qual se sobressairiam aqueles cujas virtudes pessoais fossem mais destacadas. Por isso, Florestan incentivava entre seus assistentes, como Cardoso, uma competição acirrada. Desta força haveria o aperfeiçoamento dos méritos próprios (Pulici, *idem*). Sobre este ponto, Pulici (*idem*) argumenta que esta postura competitiva acompanharia Florestan por toda a sua trajetória acadêmica, e também acabou sendo reproduzida por seus assistentes que produziam e publicavam seus trabalhos em quantidade e velocidade muito superiores se comparados à Cadeira de Sociologia II⁹⁰ (Pulici, *idem*).

Jackson (2007a) chama atenção para um aspecto de grande importância referente à ortodoxia existente na Cadeira de Sociologia I. Precisamente, o autor afirma que eram escassas as possibilidades de escolhas temáticas que fugissem aos temas trabalhados de forma conjunta por Florestan e pelos demais integrantes. Para serem efetivas, as propostas deveriam ser vinculadas às temáticas de pesquisa trabalhadas. A explicação para uma estrutura tão rígida pode ser feita a partir da ênfase em dois pontos. O primeiro, está na própria lógica de organização interna do sistema de cátedras, que fazia com que os assistentes e auxiliares ficassem dependentes do catedrático para ter alguma chance de êxito na carreira (Jackson, 2007a:125).

⁹⁰De acordo com a autora: “A referência a uma Cadeira de Sociologia I que cria ‘tigres’ e ‘leões’ e não simplesmente ‘gatos’ dá-se a ver ainda quando o que se tem em mãos é a rapidez ou não com que esses sociólogos publicam suas teses, bem como os veículos através dos quais o fazem. De fato, o período transcorrido entre a defesa e a publicação das teses, bem como o empenho com que cada um dos grupos comprova institucionalmente o montante de sua produção intelectual, estão a confirmar o que se sugeriu anteriormente, ou seja, que o comportamento competitivo, por mais generalizado que fosse, foi sobretudo característico de uma postura de grupo da Cadeira de Sociologia I” (Pulici, 2008:109).

O segundo ponto é que Florestan tinha um objetivo claro de influenciar o processo de modernização brasileiro de forma a poder “provocar” a mudança social no Brasil rumo à modernidade plena. Por isso, a produção dos seus assistentes deveria seguir esse objetivo. Por conta disso, a organização da Cadeira de Sociologia, apesar da luta por uma organização moderna e autônoma da sociedade brasileira, era “ortodoxa” (Jackson, 2007a).

Spirandelli (idem) chama atenção para as complexas relações de gênero existentes dentro da Cadeira de Sociologia regida por Florestan ao abordar o caso de Maria Sylvia de Carvalho Franco. Ele argumenta que a socióloga, apesar de ser a mulher mais destacada dentro da Cadeira, acabou sendo excluída do núcleo duro formado por Florestan, Cardoso e Ianni. Outro elemento importante refere-se às divergências teóricas que a socióloga teve com os sociólogos, mesmo incorporando os valores referentes à prática sociológica engendrados pelo grupo. Essas divergências, que expressam as relações de força na Cadeira, acabaram sendo elementos de grande significação para a transferência de Maria Sylvia para a Cadeira de Filosofia⁹¹ (Jackson, 2007a).

Como apontarei no próximo capítulo, os elementos de divergências da socióloga em relação a Florestan e Cardoso constituem um caminho essencial para a construção de uma crítica em relação aos pressupostos que estruturam as interpretações de ambos sobre a singularidade brasileira.

Mesmo não havendo uma divisão rígida entre as cátedras, a Cadeira de Sociologia II possuía algumas características que a singularizavam. Por isso, procuro apontar esses elementos a partir de agora com o intuito de demarcar as suas especificidades, mas também tentar compreender de forma ampla porque as teses produzidas pela Cadeira de Sociologia I tornaram-se hegemônicas a ponto de serem confundidas com a própria sociologia praticada na USP. Assim como fiz com a Cadeira de Florestan e Cardoso, também analisarei a Cadeira de Sociologia II a partir de 1954 por este ano representar a

⁹¹ Sobre a incorporação dos valores defendidos pelo grupo e as divergências com Florestan, Cardoso e Ianni, Spirandelli (idem) afirma: “Assim, cedo ela carregou suas capacidades para esse novo estilo de pensar, e que seria a característica de sua Cadeira (a Sociologia I): A defesa de valores ligados ao ensino técnico e profissionalizante, o estudo das modificações na sociedade brasileira contemporânea, a introdução e desenvolvimento do capitalismo, o estudo do ‘atraso’ etc. Mas ela não deixou de ter divergências teóricas com o orientador Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni – no caso, sobre o conceito de escravidão como instituição num capitalismo pleno brasileiro”(p.171-72).

demarcação da diferenciação existente entre as duas sociologias praticadas na Faculdade de Filosofia.

O primeiro ponto a ser notado é a origem social dos integrantes da Cadeira de Sociologia II. Diferentemente do que ocorreu na Cadeira de Sociologia I, cuja maioria dos integrantes tinha origem modesta, os sociólogos desta Cadeira advinham, em sua grande maioria, das elites econômicas, tendo como consequência uma formação cultural elitista (Spirandelli, idem).

Outro elemento importante é que esta Cadeira teve uma ruptura de menor intensidade com os padrões acadêmicos vigentes até a chegada dos mestres Franceses (Pulici, idem). A organização da Cadeira, que havia inicialmente sido regida por Fernando de Azevedo, se assemelhava de alguma forma ao padrão vigente na República Velha (Pulici, idem). Após a aposentadoria de Fernando de Azevedo, a regência passa para Rui Galvão de Andrada Coelho, que compõe a Cadeira com intelectuais destacados como Antonio Candido de Mello e Souza, Gilda de Mello e Souza, Maria Isaura Pereira de Queirós e Azis Simão (Pulici, idem).

Esta Cadeira reproduz um discurso em torno da constituição de uma sociologia “desinteressada⁹²”, cuja liberdade de produção intelectual seria uma marca muito importante. Além disso, a sociologia da cultura seria outro elemento a singularizar a produção dos sociólogos pertencentes à Cadeira. Se o retorno de Roger Bastide à França e o início da regência de Florestan foi crucial para o término das preocupações com a cultura tão cara ao sociólogo francês, a transferência de ex-assistentes da Sociologia I como Maria Isaura Pereira de Queirós foi elemento crucial para a continuidade das preocupações do mestre. A partir desta influência posso entender como integrantes da Cadeira como Maria Isaura teriam como preocupação central o chamado Brasil rural e “tradicional”, que seria pensado como realidade em si.

A Sociologia I tinha como objetivo analisar o chamado “Brasil moderno”, já a Sociologia II teve como foco uma amplitude de temas como o “Brasil rural” e a moda, por exemplo. Na Cadeira de Sociologia I havia uma preocupação profunda com o rigor

⁹²Sobre esta questão Pulici (idem) argumenta: “As opiniões de alguns desses antigos discípulos de Roger Bastide tipificam assim uma posição que é tributária da aspiração do projeto originário da FFCL de ‘cultura pela cultura’ e de ‘foco ardente de ambição desinteressada’ que, diante do monopólio intelectual dos que exerciam profissões de ‘aplicação imediatista’, mas que em matéria de ciência e de cultura se mostravam superficiais e incultos, sinonimizou, como é, aliás, inteiramente compreensível, os termos progresso científico-cultural e ausência de qualquer ideia de aplicação”(p.90).

teórico e metodológico que se expressava na própria forma como os intelectuais liderados por Florestan produziam seus textos, os quais não tinham como preocupação a ênfase nas qualidades estilísticas. Todavia, a preocupação com as qualidades estilísticas estará presente na Cadeira de Sociologia II, que tinha no mestre Roger Bastide o modelo e guia das preocupações sociológicas (Pulici, *idem*).

Essa influência pode ser visualizada ao se observar a trajetória de Gilda de Mello e Souza que teve Bastide como orientador e como referência para a análise da cultura⁹³ (Spirandelli, *idem*). Referindo-se diretamente a Maria Isaura Pereira de Queirós, Spirandelli (2014) advoga que este distanciamento das produções levadas a cabo na Cadeira de Sociologia I é que permitiu a legitimação da autora no campo⁹⁴.

Mesmo construindo uma autoimagem de relação “desinteressada” com o conhecimento, a Cadeira de Sociologia II se assemelhava à Cadeira de Sociologia I por dar ao conhecimento um caráter instrumental como pode ver visto na argumentação de Pulici (*idem*):

Se, como esperamos ter tornado claro, a Cadeira de Sociologia I atribuiu inatualidade a um conhecimento destituído de caráter instrumental, “gratuito”, também no que diz respeito às suas práticas acadêmicas – por exemplo, a comprovação de produtividade – estamos longe de captar em meio a esse grupo a imagem de atitude “desinteressada” que alguns membros da Cadeira de Sociologia II oferecem de si mesmos, e na qual gostam de ser reconhecidos (p.114).

A análise feita acima sobre as particularidades das Cadeiras de Sociologia e também das disputas existentes entre elas trouxe elementos de grande importância para demonstrar como o grupo liderado por Florestan conseguiu tornar-se hegemônico na USP. Os elementos apontados, todavia, tornam-se ainda insuficientes, pois a legitimação não ocorreu apenas dentro da universidade mas, sobretudo, fora dela como bem apontou Pulici ao demonstrar como a sociologia praticada pela Cadeira de Sociologia I é

⁹³ “Gilda de Mello e Souza (nome após o casamento, em 1943), iniciou suas atividades docentes em 1943, como auxiliar de ensino da Cadeira de Sociologia I, regida por Roger Bastide; em 1945, ela se torna terceira assistente e, logo depois, segunda assistente da Cadeira. E, em 1950, orientada por Bastide, doutora-se em Ciências Sociais (Sociologia) com a tese *A moda no século XIX*, em 1952” (p.160)

⁹⁴ De acordo com Spirandelli (*idem*): “A grande ‘jogada’ de legitimação na carreira de Maria Isaura Pereira de Queiroz, entretanto, será a diferenciação em relação aos estudos desenvolvidos pela Cadeira de Sociologia I, de Florestan Fernandes. Foi uma ‘disputa’ de campo e de poder” (p.167-68).

reproduzida pelos intérpretes como se esta fosse a única sociologia existente na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Portanto, o elemento crucial neste processo foi a legitimação externa que este grupo de sociólogos teve frente aos seus concorrentes da Cadeira de Sociologia II. Através das publicações os sociólogos ligados à Cadeira de Sociologia I puderam institucionalizar o capital cultural. Para tanto, demonstro como ocorreu o processo de legitimação externa que deu a Florestan e Cardoso, especialmente, reconhecimento entre seus pares. Fazendo este exercício, a explicação para a hegemonia da Cadeira de Sociologia I e de suas respectivas teses fica completa.

Florestan e seu grupo publicaram nas principais revistas científicas existentes durante a década de 1950 como Sociologia, Revista do Arquivo Público Municipal, Revista Antropologia, Anhembi, Brasiliense, Revista de Estudos Políticos e Revista Brasileira de Ciências Sociais-MG (Jackson, 2004). O grupo da Sociologia I esteve presente em todas as instâncias de legitimação intelectual do período, enquanto o grupo da Sociologia II publicava seus trabalhos em quantidade muito menor e também de forma preferencial nos boletins internos⁹⁵ da própria Faculdade de Filosofia⁹⁶.

Ao analisar de forma as publicações de Florestan e seu grupo nas Revistas Anhembi e Brasiliense, Jackson (2004) defende a importância que essas publicações tiveram para o sucesso alcançado pelos sociólogos no campo intelectual. Isso porque elas estariam entre os campos político e cultural, servindo ao debate acadêmico e funcionando como uma espécie de “caixa de ressonância” para a legitimação do grupo liderado pelo sociólogo paulista (Jackson, 2005:267).

⁹⁵Sobre este ponto, Pulici (idem) argumenta de forma detida: “As estratégias de publicação que pudemos acompanhar indicam uma discrepância no tempo transcorrido entre a defesa e a publicação, e também uma diversidade na própria natureza do empreendimento editorial. Maria Isaura Pereira de Queiroz e Ruy Galvão de Andrada Coelho, dois veteranos da Cadeira de Sociologia II, publicaram algumas de suas teses nos boletins internos da cadeira, e mesmo assim não imediatamente após a defesa. E não é que a Cadeira de Sociologia I não publique também nesses ditos boletins de circulação interna, mas é que nas raras vezes em que o faz, isso acontece simultaneamente à defesa, de modo que um jovem assistente da Cadeira de Sociologia I tinha sua tese impressa e circulando antes do catedrático”(p.112).

⁹⁶Isso não quer dizer que não havia publicações nas revistas científicas do período como pode ser visto no exemplo a seguir que enfoca as publicações de Maria Isaura Pereira de Queiroz na Revista Anhembi: “O segundo trabalho, de Maria Isaura Pereira de Queiroz, trata do fenômeno ocorrido na cidade de Tambaú, São Paulo, para onde se dirigiam à época milhares de pessoas atraídas pelos ‘milagres’ realizados por padre Donizetti. Finalmente, o terceiro é um ensaio da mesma autora, baseado em fontes secundárias sobre ‘O mandonismo local na vida política brasileira’”(p.268)

Referindo-se à Revista Anhembi, Jackson (idem) afirma que as relações pessoais construídas por Florestan com Paulo Duarte, editor da revista, foram cruciais para o acesso dos intelectuais da Cadeira de Sociologia I⁹⁷, ou seja, o capital social foi elemento de grande importância para garantir a circulação dos trabalhos do grupo liderado pelo sociólogo paulista. A legitimação, é claro, deu-se pela reconhecida qualidade dos trabalhos apresentados.

Ao analisar a Revista Brasileira, cujo editor era Caio Prado Jr, Jackson defende que a identificação dos sociólogos da Sociologia I era total, enquanto a identificação com a Revista Anhembi era de caráter parcial, sobretudo pela sua orientação ideológica liberal⁹⁸. Mesmo com suas diferenças, as revistas foram de crucial importância para de maneira conjunta darem o reconhecimento e legitimação intelectual conquistada pelo grupo liderado por Florestan:

As duas revistas foram cruciais para a legitimação do grupo de Florestan não apenas academicamente, mas de forma ampliada, inserindo-o nos campos político e intelectual. Nesse sentido, embora na Anhembi Florestan Fernandes, a partir da metade dos anos 1950, atuasse quase como editor, aproximando-se de Paulo Duarte pelo intuito de atuar na modernização do país, elevando o padrão cultural dominante, sobretudo pela incorporação da leitura de textos científicos dispostos lado a lado com o jornalismo e crítica cultural, também na Revista Brasileira, ainda que aparentemente com menor atuação direta, havia o encontro de orientações políticas e intelectuais (...) Nesse sentido, a Revista Brasileira constituiu-se como um espaço privilegiado para demarcar a posição política e o projeto acadêmico do grupo(Jackson,2004:271).

O grupo liderado por Florestan conseguiu legitimar-se perante seus pares a ponto de criar um senso comum acadêmico que confunde a sociologia produzida por ele e seus assistentes como se fosse a representação da sociologia praticada na Faculdade de

⁹⁷É muito provável que Florestan Fernandes e Paulo Duarte tenham se aproximado por intermédio de Roger Bastide, colaborador frequente da revista e amigo pessoal do editor. O fato é que, a partir da publicação seriada de Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo – pesquisa patrocinada pela Unesco e pela Anhembi, cujo texto principal, de Bastide e Florestan, foi publicado nos números 30 e 34 da revista (maio-set.1953) – e do retorno definitivo de Bastide à França, em setembro de 1954, a colaboração de Florestan e sua influência na revista tornaram-se constantes. Verificou-se então, a partir de 1955, a publicação de textos e resenhas do autor e de seus assistentes na Cadeira de Sociologia I(P.267-68).

⁹⁸Sobre este ponto Jackson(idem) argumenta de forma detida: “Com a Anhembi, a identificação é parcial, dada pela crença compartilhada na racionalidade científica, de um lado, e nos ganhos simbólicos auferidos por ambas as partes, de outro. A revista foi legitimada pela colaboração dos acadêmicos da USP, e estes conquistaram um espaço aparentemente neutro para a divulgação de sua produção intelectual. Numa fórmula simplificadora, ocorreu identificação de interesses com a Anhembi e ideológica com a Brasileira(p.273).

Filosofia Ciências e Letras da USP nos anos 1950. Ela funcionou com uma espécie de ciência síntese (Spirandelli, *idem*). Mesmo assim, a Cadeira de Sociologia II não foi totalmente derrotada, pois as Cátedras de Antropologia e Política eram as menos reconhecidas em virtude da pouca institucionalização (Spirandelli, 2014:173).

A análise acima auxilia, ao mesmo tempo, a demonstrar como as teses do grupo e a proposição de uma sociologia aplicada puderam lograr tamanho êxito. Também me auxilia a demonstrar a centralidade do tema da modernização brasileira para a Cadeira de Sociologia I. Ainda consigo trazer uma leitura mais plural do comportamento de Florestan e Cardoso, pois evito a análise que reproduz uma falsa trajetória cujos êxitos se deram exclusivamente por méritos individuais.

3.4 Karl Manheim e a modernização brasileira

Nesta parte analiso elementos de grande importância para o meu argumento como a proposta de sociologia aplicada, o papel do intelectual, as hipóteses de trabalho sobre o tema da modernização brasileira e as relações intelectuais travadas por Florestan e Cardoso entre a década de 1950 e o início da década de 1960, como as pesquisas sobre as relações raciais, a constituição do CESIT, os trabalhos sobre a mudança social e a Campanha em Defesa da Escola Pública. Antes, porém, debate sobre a importância da recepção de Karl Manheim para construção das ideias vistas acima.

A recepção das ideias de Manheim ocorre no Brasil desde o final dos anos 1930 em textos publicados nas revistas *Sociologia* e *Revista do Serviço Público* (Villas Bôas, 2006). Mas sua importância ganha relevo, de fato, nos anos 1950 quando os sociólogos brasileiros recebem suas ideias com o intuito de dar à sociologia um papel de técnica social capaz de fazer a distinção entre as tendências racionais e irracionais existentes na sociedade brasileira (Villas Bôas, *idem*).

Essa relação é construída de forma diferente da que Manheim propõe no seu *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*, por exemplo. A análise feita pelo sociólogo alemão sobre a modernidade no início do século XX defendia o seu caráter ambíguo, ou seja, esta seria estruturada por elementos racionais e irracionais, estes últimos responsáveis pelos seus mais importantes conflitos sociais e políticos. Os autores brasileiros, como bem aponta Villas Bôas, constroem uma relação dicotômica entre o passado tradicional/irracional e o futuro moderno/racional. Ou seja, as ideias do sociólogo

alemão sofreram um “ajuste” feito pelos sociólogos brasileiros que tinham como intuito transplantar a modernidade para o país.

Este ponto é lido pelos intérpretes do período como uma inovação por demonstrar a especificidade da experiência periférica representada pelo caso brasileiro. Todavia, defendendo que este “ajuste” das ideias de Manheim aliado ao intuito de transplantar a modernidade para o Brasil acaba tornando as proposições destes autores bastante limitadas para compreender de forma plural e crítica o processo de modernização brasileiro. Isso ocorre porque eles reproduzem um discurso sociológico sobre a modernidade reproduzido pela sociologia da modernização e terminam idealizando a “modernidade eurocêntrica” e também interpretando o Brasil como desviante, incompleto e inautêntico.

Dentre os autores dos anos 50, Florestan possui um papel de destaque no que se refere à recepção das ideias do sociólogo alemão com intuito de transplantar a modernidade para o Brasil. Suas ideias funcionariam para apontar o encaminhamento necessário para redimir o país dos seus mais importantes dilemas. Assim como outros intelectuais do período como Guerreiro Ramos e Costa Pinto, havia em Florestan a efetivação de um projeto civilizador⁹⁹(Villas Bôas,2006:80-81).

Se o elemento prático na sociologia havia sido captado por Florestan através da recepção do pensamento de Marx nos anos 1940, a recepção de Karl Manheim possui importância central para a constituição da sociologia aplicada e do papel que é delegado por ele ao intelectual brasileiro na década de 1950. De forma direta, é a recepção de Manheim que proporciona a Florestan e a Cardoso neste período o caminho para influenciar o processo de modernização brasileiro na busca de uma ordem plenamente moderna, ou seja, estruturada por elementos como a racionalização e a secularização.

Oliveira (2006) argumenta que a sociologia da Florestan deu voz aos marginalizados e combateu a ciência social colonizada. Bem, concordo apenas com o primeiro ponto, pois como procuro demonstrar neste capítulo Florestan reproduz

⁹⁹Glaucia Villas Bôas analisa em perspectiva comparada a recepção da obra de Manheim feita por Florestan Fernandes, Luiz Aguiar Costa Pinto e Guerreiro Ramos. A partir desta análise, a autora defende que os três sociólogos constituíram três projetos civilizadores para o Brasil na década de 1950: “A sociologia tem, portanto, um papel histórico a cumprir, sobretudo num período de mudanças sociais. O sentido histórico conferido à disciplina científica exige, conseqüentemente, que a constituição dos conhecimentos não prescindam da referência ao passado, condição necessária para o diagnóstico do presente e a avaliação de chances futuras. Os sociólogos se auto-representam enquanto agentes que através do conhecimento contribuem para a realização da história” (p.79)

pressupostos da sociologia da modernização que terminam por construir uma visão da sociedade brasileira como desvio, incompletude, inautenticidade que representa, no final das contas, uma visão colonizada. Minha tese é que a relação direta com este ramo sociológico durante todo o período estudado nesta tese faz com que Florestan não consiga lograr êxito neste seu intento contra o colonialismo sociológico.

Como meu propósito neste capítulo é assinalar a importância das ações tomadas por Florestan e Cardoso nas pesquisas sobre as relações raciais, no CESIT e na Campanha em Defesa da Escola Pública, bem como demonstrar a centralidade do tema da modernização no pensamento de ambos, faz-se necessário que eu passe pela leitura de Florestan do pensamento manheimiano¹⁰⁰, depois pela sua proposta de sociologia aplicada e também do papel do intelectual.

Florestan (1970) argumenta que Manheim¹⁰¹ constrói uma perspectiva teórica e prática da política como ciência. A política científica teria como função agir na construção de mecanismos que viessem a controlar os elementos irracionais que seriam responsáveis pelo desajustamento social. Por isso, a política científica apenas teria validade enquanto houvesse a prevalência de elementos irracionais na vida social (Fernandes, 1970:226). Devido ao caráter circunscrito dessa política, o conhecimento dela proveniente deveria sempre possuir um caráter prático devendo “fornecer meios racionais de ação, capazes de acelerar as transformações necessárias no sentido socialmente desejado ou desejável” (ibidem:228).

¹⁰⁰Para uma análise detalhada da recepção de Manheim feita por Florestan cf. CEPÊDA e MAZUCATO (2015).

¹⁰¹Sobre o relacionamento de Florestan com a obra de Karl Manheim Villas Bôas argumenta: “Em 1946, Florestan Fernandes escreveu A concepção de ciência política de K. Manheim para cumprir exigências da cadeira de antropologia do Departamento de Estudos Pós-Graduados da Escola Livre de Sociologia e Política, ministrada então por Emília Willens. No trabalho, publicado em revista (1963) e em livro (1974), ele examina minuciosamente o significado da esfera do político na acepção de Manheim – um processo de devenir de tendências racionais e irracionais, cujo controle não deveria ser abandonado a tentativas diversas de grupos sociais, porém submetido a um tipo de conhecimento elaborado nas ciências sociais. Contudo, é em Ensaio de sociologia geral e aplicada, livro que reúne artigos teóricos, publicados em 1959, que melhor se expressa o diálogo de Florestan Fernandes com Manheim. Florestan Fernandes argumentava a favor da relação próxima e indispensável entre a sociologia geral e a sociologia aplicada, para mostrar que é possível converter o conhecimento sociológico em ‘força’ para as mudanças sociais no Brasil, sem que tal postura ferisse as regras do afazer científico(...) Somente essa relação entre teoria e prática daria sentido ao trabalho do cientista social numa sociedade em construção, na qual a ordem moderna e o conhecimento científico não tinham surgido em condições históricas e culturais. No Brasil, era preciso planejar e provocar a mudança. A ‘intervenção racional nos processos de mudança’ tornou-se, através da argumentação do autor, atribuição e competência do cientista social”(p.92).

A política científica teria como incumbência constituir soluções práticas para os diversos problemas existentes na sociedade derivados das forças irracionais, gerando um consequente controle racional e um equilíbrio social. Com esta ação a política científica se uniria a técnica social como encaminhamento necessário para controlar as várias convulsões existentes no mundo contemporâneo do sociólogo alemão. Com isso, o cientista social teria uma preocupação direta com a mudança social.

Florestan (1978) argumenta que a influência do sociólogo esteve presente na compreensão das grandes questões sociológicas da época, na crítica ao pensamento conservador, além de influenciar “para os problemas da sociologia do conhecimento e para a natureza ou as consequências do planejamento democrático e experimental” (ibidem:19). Com isso, o intelectual na concepção de Florestan tinha a incumbência de trabalhar para o progresso do conhecimento científico aliado à luta pela melhoria da qualidade da localidade em que vive, ou seja, o intelectual deveria ter consciência da utilidade social e do destino prático de suas ideias (Fernandes, 1963:12).

Dessa análise de Florestan sobre a política científica em Karl Manheim duas questões necessitam ser colocadas em voga. A primeira delas refere-se ao papel da sociologia e do sociólogo que são influenciados pela leitura da obra do sociólogo alemão. A outra questão tem a ver com a recepção que Florestan faz da dicotomia racional/irracional. O sociólogo paulista aponta como o pensamento de Manheim estava voltado contra os irracionalismos da sociedade ocidental, ou seja, existia no pensamento do sociólogo alemão a consciência sobre o caráter ambivalente da modernidade. Havia, portanto, uma proposição crítica da modernidade no pensamento do sociólogo alemão:

A relação entre as ideias de Manheim e as condições de irracionalidade que afetam nossa vida nas sociedades ocidentais contemporâneas é evidente. Como busca de solução, sua atitude indica a angústia do homem contemporâneo e o seu esforço para se por a si próprio, como pessoa, ao abrigo dos violentos efeitos dos conflitos sociais. A investigação sociológica representaria, deste ponto de vista, os primeiros passos dados no sentido de descobrir uma técnica de defesa pessoal, de caráter curativo e preventivo ao mesmo tempo (Fernandes,1970:282-83).

Esta relação entre o racional e o irracional é modificada por Florestan ao recepcionar o pensamento de Manheim para o caso brasileiro, como chama atenção Glaucia Villas Boas (2006): “As ideias de Manheim serviram para justificar a atribuição

de um papel histórico à sociologia como técnica social capaz de distinguir as tendências racionais e irracionais da sociedade” Todavia, não eram feitas conforme o pensamento do sociólogo alemão, pois foram desenvolvidas “no sentido atribuído pelos sociólogos brasileiros às tendências tradicionais e modernas”(p.91). Para Florestan, o irracional se refere ao elemento que impede a sociedade brasileira de completar o seu processo de modernização e não um elemento constitutivo da dinâmica e dos conflitos intrínsecos à modernidade:

No Brasil, as ideias de Manheim não serviam para a construção de um quadro teórico no qual devessem se inserir os levantamentos e as pesquisas empíricas que tratavam da transição tradicional/moderno. Além disso, não foram relevantes para legitimar a sociologia como disciplina e formar as bases da discussão sobre seu objeto e método; tampouco provocaram a realização de programa ou projeto de pesquisa. As ideias de Manheim serviram para justificar uma correspondência entre fazer ciência e fazer história, intervir na realidade e transplantar um estilo de vida moderno para o Brasil, provocar a mudança (Villas Boas, 2006:94).

Nessa perspectiva, a modernidade plena no Brasil seria engendrada quando o par irracional/tradicional fosse vencido pela modernização. Nesse sentido, D’ Incao (1987) afirma acerca da construção feita por Florestan: “Há, segundo me parece, uma clara assunção de que a tradição é o estado ruim, o mal da sociedade, em oposição ao progresso e à inovação, que seriam o lado desejável e bom¹⁰²”(p.65).

Para Florestan, portanto, os elementos da sociedade moderna como pensamento racional e a ciência deveriam ser transplantados para o Brasil, pois a sociedade brasileira fugiria ao tipo “normal”, portanto superior, representado pelas sociedades modernas centrais (Villas Boas, 2006:73). A sociedade brasileira, desta forma, se constituiria como o desvio, a falta, a incompletude em relação à ordem moderna, competitiva (justa), secularizada e democrática representada pelas sociedades que construíram a civilização moderna.

¹⁰² Ainda segundo D’ Incao(idem): “A necessidade de mudar seria a necessidade de arrancar das teias da sociedade colonial e escravocrata, setores imensos da população brasileira que vivem completamente à margem do processo de modernização da sociedade. ‘Modernização’, ‘progresso’, ‘mudança’, ‘inovação’ são sempre tomadas em sentido maior e positivo, isto é, como conducentes à liberdade, uma vez que a industrialização seria a via de concretização da mudança social que libertaria os homens do sistema de relações sociais patrimonialistas. Florestan repele todas as significações menores de ‘progresso’ e de ‘inovação’. Nesse sentido, seus textos são extremamente atuais e esclarecedores da complexidade envolvida em se procurar compreender e oferecer soluções para o desenvolvimento social do Brasil”(p.64).

3.5 A sociologia da modernização e a tese da singularidade brasileira

Nesta parte procuro apontar os pressupostos, a força e a importância que a sociologia da modernização possui para a conformação das teses de Florestan e Cardoso. Desta forma tenho condições de defender a ligação das interpretações dos dois sociólogos por mim analisados como a sociologia da modernização ou, precisamente, como suas interpretações ficam à sombra deste ramo sociológico mesmo quando propuseram análises alternativas que deram a impressão de que teriam ido além. De forma concomitante, exponho as críticas sobre as limitações da tese da singularidade brasileira que possui importância capital para as interpretações de Florestan e Cardoso. Assim, acredito em poder reunir elementos suficientes para construir uma leitura crítica sobre as interpretações de ambos referentes à modernização brasileira, tema central desta tese.

Para embasar minhas hipóteses de trabalho sobre o pensamento dos autores utilizo como pano de fundo os trabalhos de Zygmunt Bauman (1999), José Maurício Domingues (2001, 2009), Sérgio Costa (2006,2010), Jessé Souza (2012; 2013; 2015), Guilherme Leite (2013), Sérgio Tavolaro (2005, 2009;2014) e Sérgio Tavolaro e Lília Tavolaro (2010,2013). Os trabalhos, mesmo sem um diálogo entre si, possuem um caráter de complementaridade. Assim, tenho um bom embasamento teórico para construir uma leitura crítica sobre as interpretações dos autores.

Antes de iniciar as perspectivas críticas é necessário expor de maneira breve os elementos centrais da interpretação de Talcott Parsons sobre a modernização e a modernidade. Como bem analisa Domingues (2001), a obra de Parsons é dividida em alguns momentos, sendo o último marcado pela construção da teoria da evolução e da consequente relação estreita com a biologia. Desta forma, o sociólogo norte-americano constituiu uma perspectiva para analisar o processo evolutivo do Ocidente.

A modernidade teria sido constituída na Europa tendo seu fim mais bem acabado representado pela sociedade norte-americana dos anos 1950. Através dos padrões variáveis (*parttens variables*) todas as sociedades, mesmo que partindo de caminhos distintos, chegariam à modernidade estruturada pela secularização e igualdade social (Domingues, idem). Nesse sentido, Parsons constrói uma perspectiva formalista e a-histórica para analisar a mudança social, uma vez que a contingência histórica deixava de ser elemento significativo na interpretação (Domingues, idem).

Além disso, o sociólogo faz uma incorporação seletiva do diagnóstico de Max Weber sobre a modernidade responsável por retirar a ambivalência presente nele. Desta forma, a modernidade seria estruturada como uma sociedade meritocrática na qual os padrões fixos de desigualdade seriam banidos (Domingues, idem). Desta forma, a modernidade não seria vista como ambivalente uma vez que sua perspectiva trazia uma visão apologética da sociedade moderna (Domingues, idem).

Ainda sobre a recepção do pensamento weberiano vale a passagem pela interpretação de Jessé Souza que nos auxilia a demonstrar como a sociologia da modernização tornou-se hegemônica e como conseguiu se perpetuar na América Latina. Souza (2015:25) afirma que Weber foi recepcionado por Parsons a partir dos anos 1930 para a construção de uma imagem idealizada dos Estados Unidos, sobretudo para a proposição dos *patterns variables* (*padrões variáveis*), eixo central da sociologia da modernização.

Segundo Souza (idem) a construção de uma leitura unilateral e apologética do diagnóstico de Weber sobre a modernidade teve a sua realização mais acaba na sociologia da modernização, uma vez que se tornou a base para as teorias que analisam as sociedades centrais e periféricas. Souza demonstra como essa leitura foi fundamental para a construção de diferenças essenciais entre centro e periferia, que o autor designa como “racismo científico”:

(...) parte da superioridade de certo “estoque cultural” das sociedades do “Atlântico Norte” como fundamento da “superioridade” dessas sociedades. Da mesma forma que no racismo de fundo “racial” é constituída uma separação “ontológica” entre sociedades “qualitativamente distintas”, nas quais as diferenças não são de “grau”, ou seja, não são quantitativas, mas de “essência”, implicando a noção de “sociedade superior” – assim como de “indivíduos superiores” que compõem – no sentido moral do termo (Souza,2015:20-21).

Ainda de acordo com Souza (idem), a construção de diferenças essenciais entre sociedades modernas compostas pela Europa Ocidental e Estados Unidos e sociedades atrasadas, como as latino-americanas, terminou sendo feita com base em categorias weberianas. Desta forma, foi a leitura apologética e unilateral de Max Weber que permitiu a Parsons construir uma visão estritamente positiva e, portanto, idealizada da modernidade que foi utilizada como parâmetro para analisar sociedades periféricas como o Brasil.

Ainda sobre a recepção de Weber, Souza (2015:25) aponta como a utilização do conceito de patrimonialismo para caracterizar as sociedades periféricas como a brasileira teve como pressuposto contrapor as primeiras, que seriam marcadas pelo domínio do “primitivo”, do “pessoal” e do “corrupto”, à “modernidade”, à “impessoalidade” e “confiança” que seriam marcas essenciais das sociedades centrais.

A análise de Souza tem importância central porque vai ao encontro das críticas feitas por Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre a utilização das categorias weberianas via sociologia parsoniana feitas por Florestan e Cardoso que exporei no capítulo IV. Estas críticas são cruciais para deixar ainda mais firmes as relações do pensamento de Florestan e Cardoso com a sociologia da modernização.

De acordo com Souza (idem), a sociologia da modernização permanece “viva” como pano de fundo não tematizado das teorias que pretendem analisar a relação entre centro e periferia hoje. Nesse sentido, para que a sociologia da modernização tivesse sido efetivamente superada pelos autores aqui analisados deveria haver a explicitação e crítica de todos os pressupostos centrais desse ramo sociológico, sobretudo relativos ao discurso produzido sobre a modernidade. Além, é claro, da construção de um paradigma alternativo. Defendo que estas ações não foram executadas de maneira plena por Florestan nem Cardoso, o que fez com que ficassem à sombra da sociologia da modernização.

Gostaria de destacar alguns pontos que são muito importantes para analisar de forma crítica a relação de Florestan e Cardoso com a sociologia da modernização parsoniana de forma a apontar se realmente os sociólogos conseguiram construir uma alternativa crítica ao ramo sociológico que fez fortuna na América Latina entre os anos 1950 e 1960. O primeiro ponto é a visão da Europa como “berço” da modernidade, que teria sido estruturada pela complexificação e diferenciação social, racionalização, secularização e separação entre público e privado plenamente constituídas. Outro, é a construção dualista entre tradição e modernidade. Para a visão acima exposta, a tradição seria o elemento ruim que se contrapunha à modernidade estruturada por elementos estritamente positivos.

De forma concomitante, a visão da modernidade como uma sociedade aberta e marcada pela igualdade de oportunidades. Precisamente, como defende Tavolaro (2014),

Parsons constitui o discurso hegemônico sobre a modernidade do qual ainda somos fortemente ligados:

Sabemos que, para Talcott Parsons, “o tipo moderno de sociedade emergiu em uma arena evolucionária única, o Ocidente, o qual é essencialmente a área da Europa herdeira da metade ocidental do Império Romano ao norte do Mediterrâneo” (1971:1). Na produção sociológica do século XX, talvez essa tenha sido a mais sonora e vigorosa modalidade de discurso da modernidade em que *diferenciação social* (inclusive a separação entre os âmbitos públicos e privados), *secularização normativa* (repousada sobre princípios gerais, abstratos e universais), *ação propositivamente orientada* (preocupada com a eficiência que certos fins podem ser alcançados) e o *divórcio entre a dinâmica social e a natureza* aparecem como referências epistemológicas centrais(p.646).

Minha tese é que mesmo com a colocação da contingência histórica como elemento explicativo da singularidade brasileira, as interpretações de Florestan e Cardoso terminam ficando à sombra da sociologia da modernização porque reproduzem sua estrutura lógica e seu consequente discurso sobre a modernidade como se fosse efetivamente verdade, fazendo com que este funcione como parâmetro comparativo responsável por nos singularizar através da falta, do desvio, da incompletude em relação a ordem plenamente moderna dos países centrais. A partir da reprodução desse discurso sobre a modernidade foram construídas interpretações por Florestan e Cardoso que produziram diferenças essenciais entre centro e periferia. Procuro deixar estes pontos mais claros através do diálogo com os autores que também debatem de forma crítica com a sociologia da modernização.

Início com a análise da ambivalência inerente à modernidade assinalada por Zygmunt Bauman. O sociólogo tem como objetivo construir uma perspectiva crítica sobre a modernidade, pois possuía como elemento intrínseco e definidor a ambivalência¹⁰³. Este termo tem sua origem na linguística e possui como função apontar a desordem existente

¹⁰³Bauman (idem) demonstra que este conceito, retirado da linguística, tinha como objetivo apontar o caráter de desordem existente na linguagem, mas que seria um aspecto constitutivo e, portanto, normal dela: “E no entanto a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso. É, antes, um aspecto normal da prática linguística. Decorre de uma das principais funções da linguagem: a de nomear e classificar. Seu volume aumenta dependendo da eficiência com que essa função é desempenhada. A ambivalência é, portanto, o alter ego da linguagem e sua companheira permanente – com efeito, sua condição normal”(p.9).

na linguagem. Esta, todavia, não seria um elemento anômalo, mas uma característica intrínseca à estrutura linguística.

Bauman faz essa construção sobre a ambivalência com dois objetivos claros em sua análise sobre a modernidade: defender que o grande objetivo da modernidade desde o seu nascimento foi vencer a ambivalência, e como esta é um elemento intrínseco a ela. Ou seja, a modernidade não existiria sem a ambivalência. Portanto, não seria um elemento anômalo, mas normal, uma vez que era um dos fatores constituintes da modernidade em conjunto com a “ordem”.

A luta implacável contra a ambivalência foi levada a cabo desde o início da modernidade, pois esta deveria ser estruturada unicamente pela razão capaz de gerar uma ordem harmônica e planejada. Nesse sentido, a razão deveria funcionar na modernidade como sua suprema legisladora, expurgando a ambivalência para reger o mundo de maneira exclusiva e abrangente invalidando o senso comum (Bauman, 1999: 33-4).

A ciência seria capaz de gerar uma sociedade sadia e ordeira, ponto defendido de forma exaustiva por Florestan e Cardoso durante os anos 1950, por exemplo. Segundo Bauman (idem) a luta pela ordem possui um caráter obsessivo na modernidade. A busca incessante pela ordem também está presente nas obras de Florestan e Cardoso, só que no sentido diferente do trabalhado por Bauman, pois tinha como objetivo a luta pela ordem para institucionalizar a modernidade e vencer o domínio do mundo pré-moderno, tradicional e “irracional” sobre o Brasil.

Muito além de ser uma característica soberana, a razão representada pela ordem teria como seu irmão gêmeo o caos que, unido a ela dariam à modernidade uma caracterização ampla. Desta forma, a ambivalência seria um traço normal e característico da modernidade:

Podemos dizer que a existência é moderna na medida em que se bifurca em ordens e caos. A existência é moderna na medida em que contém a alternativa da ordem e do caos(...) O outro da ordem não é uma outra ordem: sua única alternativa é o caos. O outro da ordem é o miasma do indeterminado e do imprevisível. Outro é a incerteza, essa fonte e arquétipo de todo medo. Os tropos do “outro da ordem” são: a indefinibilidade, a incoerência, a incompatibilidade, a ilogicidade, a irracionalidade, a ambiguidade, a confusão, a incapacidade de decidir, a ambivalência (Bauman, 1999:14).

Portanto, a luta contra a irracionalidade seria, na verdade, um ideal normativo do que uma possibilidade efetiva de ser realizada, uma vez que a modernidade só pode existir de forma plena se tiver junto de si a ambiguidade representada, neste caso, pela irracionalidade. Ou seja, existe uma necessidade intrínseca do caos para a ordem existir, pois há uma dependência mútua entre ambos (Bauman, *idem*). Desta forma, a ambiguidade não seria um traço do mundo pré-moderno mas um elemento moderno e normal.

A ordem seria, então, um ideal normativo que caracterizaria a modernidade como uma verdadeira marcha adiante (Bauman, *idem*). De acordo com Bauman (*idem*) o impulso pela ordem, que teria como elemento interno a recusa total à ambiguidade, legaria como fruto imprevisto a geração de ainda mais ambiguidade. Desta forma, a ambivalência seria pensada de forma exclusiva como refugio da modernidade sendo, todavia, seu elemento complementar e definidor.

Ao focar a ambivalência nos intelectuais, o sociólogo polonês advoga que ela existe pela construção feita entre “nós” e os “outros” (Bauman, *idem*). Como a análise de Bauman deixa claro, a modernidade tem no elemento irracional, por exemplo, um de seus elementos característicos mais importantes. Ou seja, a modernidade só existiria como o reino pleno da ciência, da secularização e da racionalização em chave positiva apenas como ideal normativo jamais alcançado em sua plenitude. Por isso, as perspectivas de Florestan e Cardoso, da forma como são construídas, só podem ser entendidas como idealizações da modernidade, uma vez que reproduzem um discurso sociológico como se fosse efetivamente verdade.

José Maurício Domingues (2009) tem como objetivo analisar os contornos da modernidade contemporânea na América Latina. Para tanto, ele procura construir uma visão crítica sobre os seus contorno e elementos mais importantes. Nesse sentido, ele se opõe às interpretações que veem a América Latina como uma forma incompleta e degenerada da modernidade, como era o caso da interpretação trazida pela sociologia da modernização. Assim, Domingues se opõe às interpretações que advogam pela transplantação da modernidade. Sobre esta teoria Domingues (*idem*) argumenta:

Uma forma particular de ver o impacto do ‘ocidente’ sobre a América Latina no que se refere à modernidade foi a teoria da modernização. Segundo ela, essas eram sociedades simplesmente atrasadas, envoltas na tradição, que tinham de tentar alcançar os países mais avançados da

civilização moderna. Possuía uma forte base evolucionista. Um tópico especial da teoria da modernização ou que foi argumentado em paralelo a ela, amiúde reproduzindo alguns de seus dogmas básicos – logo seus erros –, encontra-se na ideia de que essas seriam ‘sociedades duais’, divididas entre a tradição e a modernidade, ou algo similar (formal versus informal, por exemplo) (p.8-9)

Como procuro demonstrar neste capítulo, as interpretações de Florestan e Cardoso dos anos 1950 seguem a estrutura lógica e explicativa da sociologia da modernização exposta acima por Domingues, uma vez que teríamos uma relação dual entre tradicional e moderno que mostrava a necessidade da transplantação da modernidade. Aliás, procuro demonstrar como os autores não conseguiram romper totalmente com esse dualismo mesmo quando fizeram proposições que parecem ser alternativas teóricas à sociologia da modernização.

Para fugir das interpretações que estariam embebidas de dogmas etnocêntricos como a sociologia da modernização, Domingues (idem) constrói sua análise da modernidade a partir da relação conjunta entre dois caracteres centrais, quais sejam, o imaginário social e as instituições.

A partir do foco na dimensão do imaginário como a igualdade, a liberdade, a responsabilidade e a solidariedade, consigo um elemento central para demonstrar como Florestan e Cardoso apenas incorporaram a dimensão idealizada, formalista da modernidade. Isto porque a modernidade é vista como exclusivamente positiva em comparação com a tradição que é percebida como exclusivamente negativa. Desta forma, deixaram de lado a outra faceta da modernidade que é a sua institucionalização. Ou seja, perderam de vista sua formatação empírica.

Através da ênfase nas instituições, responsáveis por institucionalizar formas de conduta e valores, Domingues constrói um elemento central para defender o caráter ambivalente da modernidade. Precisamente, as instituições trariam em seu bojo a presença da dominação, da desigualdade, fragmentação e irresponsabilidade. Assim como já havia sido demonstrado por Bauman, a modernidade seria demarcada por um caráter ambivalente representado pelo par imaginário/instituições:

Ademais, há sempre um lado escuro, mais camuflado ideologicamente mas muito visível na vida real, que expressa o que pode ser então

chamado de um esforço incansável para manter a dominação, a desigualdade e o privilégio – o outro lado da modernidade, menos óbvio e explícito em termos de seu imaginário, mas explícito no que concerne às instituições, que estará mais no cerne de outras partes do livro. Especialmente importante aqui é a ideia de *liberdade igualitária*, isto é, um conceito unitário que afasta a dominação, a desigualdade e o privilégio nas relações entre os indivíduos e que se tem constituído, a despeito de dificuldades profundas, contradições e flutuações de sentido, na principal inovação que a modernidade introduziu na história da humanidade como algo a ser alcançado (Domingues, 2009:24).

Portanto, a ideia de um mundo ordenado, planejado, livre e com oportunidades iguais representa o lado do imaginário construído na modernidade, ou seja, representa um ideal normativo a ser alcançado e não algo intrínseco, “natural” a ela. Em relação a Florestan e Cardoso o que existe de fato é uma ênfase total no imaginário da modernidade e um consequente “esquecimento” da ação e da importância das instituições modernas em suas formulações concretas. Por isso, defendo que os autores permanecem à sombra da sociologia da modernização no período recortado por esta pesquisa.

Para Domingues (idem), o que singulariza a modernidade na América Latina é a existência de filtros¹⁰⁴ internos aos valores da modernidade, que a faria ter variações particulares nos países que a compõe dentro de um quadro de expansão global. Esses filtros seriam constituídos através do que o autor denomina de giros modernizadores, que seriam responsáveis por deixar em voga o caráter ambivalente da modernidade como civilização resultante da relação entre imaginário e instituições.

Sérgio Costa (idem), por sua vez, tem como objetivo apontar as graves limitações das teorias que procuram analisar de forma particularista a realidade brasileira. Para ele esta visão seria bastante equivocada, pois tem como fundo empírico os países ricos e seus padrões de sociabilidade tomados como referências a serem perseguidos. Ou seja, Costa empreende sua crítica contra a tese da singularidade brasileira.

A partir do diálogo com o grupo de estudos modernidade/colonialidade, Costa (idem) aponta que este tipo de teoria reproduz formas coloniais de dominação e

¹⁰⁴ Domingues explicita o seu argumento sobre o caráter variável da modernidade expandida pelo globo: “Dentro desta civilização global moderna, de um padrão que originalmente surgiu no ocidente, muitas variantes se desdobram, combinando-se também com outras formas de interpretar aquela matriz básica. Enquanto em outras partes do mundo a mistura da modernidade com outras civilizações, sob a hegemonia daquela, decerto emprestou mais espaço para estas, na América Latina as particularidades também abundam”(p.73).

subordinação. Isso ocorre porque é dado à sociologia produzida na Europa e nos Estados Unidos o monopólio de definição do que é moderno¹⁰⁵, fato que ocorreu com os autores estudados nesta tese. Desta forma, as sociedades periféricas ficariam sempre em uma posição subordinada. Nas palavras de Costa (idem):

Dessa convicção, deriva-se uma orientação metodológica que persiste, de algum modo, ainda hoje, qual seja, assumir as normas sociais, as estruturas e os valores encontrados nas sociedades denominadas ocidentais como parâmetro universal que define o que são sociedade modernas. Assim, sob a lente da Sociologia, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar como ausência e incompletude em face do padrão moderno depreendido exclusivamente das “sociedades ocidentais” (p.28).

Acredito que esta perspectiva sobre a modernidade estrutura as interpretações de Florestan e Cardoso na década de 1950, bem como permanece na obra de ambos durante o período recortado por esta pesquisa, pois a realidade brasileira é analisada como desvio em relação à realidade europeia e norte-americana.

Costa (2006) argumenta que a contribuição mais significativa trazida pelos estudos pós-coloniais incide, precisamente, na crítica e desconstrução dos pressupostos existentes na sociologia da modernização. Citando o trabalho de Said Costa (idem) aponta como a ideia de orientalismo está permeada pela divisão binária entre Ocidente e Oriente, a partir da auto-representação feita pelo Ocidente do que seria o Oriente. Ele representaria, portanto, uma forma de apreender o mundo através desta distinção binária construída pela visão ocidental do mundo. Desta forma, teríamos a constituição de uma fronteira cultural e de sentido responsável por representar o Oriente não apenas como diferente, mas como inferior “(...) ora como esteriótipo e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser” (Costa, 2006:119).

Outro autor importante analisado por Costa é Stuart Hall que aponta como foi constituída uma relação discursiva através do binarismo West/Rest. O Ocidente seria o lugar civilizado, adiantado, desenvolvido, enfim, o lugar positivamente estabelecido. Já

¹⁰⁵Este ponto defendido por Costa também está presente no trabalho de Zygmunt Bauman: “Ela concorda com o hábito bem estabelecido (vigorosamente apoiado pela cultura científica moderna, mas enraizado primordialmente na prolongada dominação política, econômica e militar da parte moderna do globo sobre o restante) de definir automaticamente todos os modos alternativos da vida, e particularmente toda crítica das virtudes modernas, como decorrentes de posições pré-modernas, irracionais, bárbaras e portanto indignas de uma séria consideração – como exemplares da mesmíssima classe de fenômenos que a civilização moderna jurou confinar e exterminar”(p.28-9).

o resto seria caracterizado como selvagem, atrasado, subdesenvolvido, ou seja, negativamente estabelecido. Como aponta precisamente o autor, esse discurso prenhe de carga valorativa seria um dos elementos centrais da sociologia moderna:

O discurso *West/Rest*, conforme Hall, não é dominante apenas no âmbito das ciências humanas, ele se torna um dos fundamentos da sociologia moderna que toma as normas sociais, as estruturas e os valores encontrados nas sociedades denominadas ocidentais como o parâmetro universal que define o que são sociedades modernas. Assim, sob a lente da sociologia, as especificidades das sociedades “não ocidentais” passam a figurar como ausência e incompletude, em face do padrão moderno, depreendido exclusivamente das “ sociedades ocidentais”(Costa,2006:119).

Ainda seguindo Hall, Costa (2006) aponta como a polaridade *West/Rest* estava envolta na narrativa histórica adotada pelas ciências sociais moderna e, particularmente, pela sociologia, baseada no Estado-nação e que reduz a história a uma ocidentalização paulatina do mundo. Através desses apontamentos, Hall demonstrou como as ciências sociais reproduziam “(...) a perspectiva colonial, ao alimentar e legitimar o modelo dominante de representação das relações entre a Europa e o resto do mundo” (Costa,2006:120).

Ainda de acordo com Costa (idem), os estudos pós-coloniais possuem como objetivos centrais demonstrar como a polaridade *West/Rest* acaba construindo no plano discurso, e legitimando, no plano político, uma relação assimétrica irreversível entre o Ocidente o restante do mundo. Nesta relação ciência e racionalismo são vistos como marcas culturais europeias além de estar baseada em uma construção idealizada da experiência europeia e de suas instituições:

Isto é, as histórias nacionais de países não europeus se apresentam como narrativas de construção de instituições – cidadania, sociedade civil etc. -, que só encerram sentido se projetadas no espelho de uma “Europa hiperreal”, na medida em que ignoram as experiências efetivas das populações de tais países. Nessas histórias nacionais, a Europa imaginada é a morada do verdadeiro sujeito moderno, do qual mesmo os socialistas e nacionalistas mais combativos buscam construir, pela imitação, uma similar nacional (Costa, 2006:121).

Por conta das questões abordadas pelos estudos pós-coloniais, Costa (idem) argumenta que eles acabam tendo como foco principal a macrosociologia da modernização. É nesse sentido que os pontos trabalhados acima são de vital importância

para que eu tenha condições de defender a relação estreita das obras de Florestan e Cardoso com este ramo sociológico não apenas nos anos 1950, mas no decorrer do período recortado por esta tese.

Além de apontar as implicações que a visão idealizada da modernidade feita pela produção intelectual dos autores brasileiros possui e os pressupostos reproduzidos da sociologia da modernização, Costa precisa sua análise delimitando os três elementos que fazem essas interpretações tornarem-se tão limitadas para analisar a sociedade brasileira contemporânea. Isto porque elas seriam estruturas por três elementos centrais, quais sejam: 1) Interpretação eurocêntrica da modernidade; 2) concepção formalista (idealizada) da política; 3) Concepção essencialista do sujeito moderno. Esses três elementos propostos por Costa serão cruciais para minha análise crítica sobre as proposições de Florestan e Cardoso, uma vez que me possibilita deixar claros os pontos que tornam frágeis as interpretações dos autores citados.

Na mesma linha de Costa (idem), Jessé Souza (2012) defende que a interpretação eurocêntrica da modernidade, com todas as suas consequências teóricas e políticas, está presente no pensamento europeu como também (o que é central para o meu argumento), no pensamento social brasileiro. De forma específica, Souza (2015) defende que a sociologia da modernização continua “viva” porque funciona como base para as interpretações contemporâneas que procuram constituir diferenças essenciais entre centro e periferia. Souza (idem) afirma que a sociologia da modernização ainda se mostra um postulado teórico forte porque não foi construído um paradigma alternativo para explicar o processo de modernização seja no centro ou na periferia.

Para sustentar o argumento acima exposto, o autor analisa de forma comparada as interpretações do sociólogo alemão Niklas Luhmann¹⁰⁶, do antropólogo Roberto DaMatta

¹⁰⁶Concordo com as críticas feitas por Souza a Roberto DaMatta e Marcelo Neves. Todavia, como chamou a minha atenção Roberto Dutra, Souza desenvolve uma leitura até certo ponto distorcida do pensamento do sociólogo alemão Niklas Luhmann, pois ele parece não idealizar a modernidade como Souza defende. Nesse sentido, Luhmann (2013) argumenta sobre a teoria da modernização: “As (hoje já clássicas) teorias da modernização parecem confiar na capacidade produtiva dos sistemas funcionais, donde se tem a esperança de que o desenvolvimento econômico, a democratização política, a positividade e o cumprimento do direito, a intensificação da pesquisa científica possam vir a ser realizadas em tempo relativamente curto e *simultaneamente* em todo mundo. Com isso estava silenciosamente pressuposto que, se cada um dos sistemas funcionais pudesse ser levado ao caminho da modernização – palavra-chave: economia de mercado, democracia, Estado de Direito, alfabetização -, eles poderiam apoiar-se mutuamente e alavancar a modernização”(p.28). De forma complementar ao trecho citado, Luhmann advoga sobre a necessidade de não se interpretar a realidade a partir de um ponto de vista dominante, ponto central à teoria da modernização: “ Para um olhar grosseiro, como o que aqui está sendo tentado, é importante, sobretudo, que se enriqueça a teoria da diferenciação social com desenvolvimentos conceituais correspondentes e que se

e do sociólogo Marcelo Neves. Segundo Souza (2013), as perspectivas sobre a modernização existentes nos pensamentos de Luhmann, DaMatta e Neves mesmo estando em realidades distantes, possuem como elemento comum a idealização da modernidade, uma vez que a percebem como uma ordem pautada por um caráter neutro em relação aos valores. Ou seja, eles não perceberam que a modernidade possui como uma característica importante a ambivalência bem enfocada por Bauman:

A teoria dominante imagina uma estrutura “neutra” com relação a valores, a qual se contraporía a uma “cultura” nacional percebida como única realidade simbólica possível. Precisamente por conta disso, ou seja, como não se percebe uma estrutura simbólica subjacente a todo mundo capitalista, imagina-se que o mundo está dividido entre sociedades avançadas, com uma estrutura material e simbólica supostamente própria, e sociedades “atrasadas”, com uma estrutura material e simbólica percebida como peculiar e distinta das sociedades avançadas”(p.42).

Para Souza (idem) as teses de DaMatta, Luhmann e Neves ainda têm como elemento comum a incorporação da ideologia meritocrática do capitalismo tardio de forma acrítica, ou seja, como se ela fosse verdade. Essas análises veriam a existência da competição justa nos países avançados. Desta forma, os autores acabaram idealizando a modernidade como o reino da competição justa e da superação dos privilégios permanentes (ibidem: 46).

Argumentando especificamente sobre a tese de Marcelo Neves Souza defende que o autor reproduz a mesma interpretação do Brasil presente em Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta apesar de trazer a teoria sistêmica como elemento teórico-metodológico como aparente “modernidade” ao seu argumento. Segundo Souza (2013) a teoria sistêmica é utilizada pelo autor para demonstrar a singularidade brasileira e latino-americana que seriam marcadas pela ausência da diferenciação funcional que constituiria norma nos países desenvolvidos e material e simbolicamente superiores em relação aos periféricos:

No caso do Brasil e da América Latina em geral, teríamos, ao contrário, uma forma “híbrida”, na qual a diferenciação funcional não teria o primado. As “redes de relacionamento” das boas/más relações pessoais assumiriam a proeminência e colonizariam a diferenciação funcional.

desista da expectativa de poder descrever suficientemente a sociedade atual a partir da perspectiva de um tipo dominante de diferenciação social, estratificatório ou funcional. A forma da inclusão, juntamente com a exclusão que a acompanha, encontra-se intimamente associada ao modo de formação dos sistemas na sociedade, mas ela precisa ser adicionalmente empregada”(Luhmann,1999:43)

Desse modo, também a estratificação economicamente determinada se degeneraria e se generalizaria como fator primordial, acarretando a diáde sobreinclusão/subinclusão nos diversos subsistemas e bloqueando a reprodução dos diversos códigos intrassistêmicos. A conclusão de Neves é a de que, portanto, o primado da diferenciação funcional para a existência de uma sociedade mundial não se realiza a não ser nos países avançados (p.167).

Souza (idem) defende que a tese do domínio das “redes de relacionamento” como fator principal a caracterizar as sociedades periféricas como a brasileira possui como problemas mais importantes a idealização dos países centrais como se fossem produtores de realidades “virtuosas e justas” e também por estar pautada em uma visão superficial e distorcida de realidade como um todo, independente de ser central ou periférica. Isto ocorre porque interpretações como a desenvolvida por Neves acabavam deixando encoberto o mecanismo impessoal e invisível que existe para acesso aos capitais econômico e cultural (Souza, idem).

Ao contrário do que foi visto acima, a interpretação de Neves assim como de DaMatta veriam a inclusão em posições privilegiadas nas sociedades periféricas como fruto do pertencimento a “redes de relacionamento”. Essa construção tem como pano de fundo a crença de que as sociedades centrais seriam estruturadas pela competição justa, ou seja, as interpretações de DaMatta e Neves reproduziram a ideologia meritocrática do capitalismo como se fosse efetivamente verdade.

É importante ser frisado que a forma das relações pessoais também possui centralidade para os autores analisados nesta tese para caracterizar o processo de exclusão e de consequente desigualdade no Brasil, que teria como elemento central a herança pré-moderna. Como também terei oportunidade de demonstrar, este ponto está fortemente presente nos trabalhos de Florestan e Cardoso quando comparam a sociedade brasileira “tradicional” com a “moderna” ou mesmo quando analisam a dinâmica de funcionamento de nossa “modernidade precária”.

Souza defende ainda que este tipo de operação teórica e analítica que separa as sociedades centrais modernas das periféricas pré-modernas baseia-se em uma perspectiva de base substancialista e essencialista, ponto que também já havia sido posto por Costa ao analisar de forma generalista as produções brasileiras. Essas perspectivas veriam os países centrais embebidos de virtudes plenas enquanto as sociedades periféricas seriam

marcadas pelo domínio do *atraso* e de diversos dilemas derivados dele. Souza (2015) afirma a hierarquia social e sua legitimação tem um mecanismo de reprodução semelhante no centro e na periferia, que seriam os capitais econômico e cultural responsáveis por hierarquizar toda sociedade moderna.

Nesse sentido, teríamos sociedades do mesmo tipo, ou seja, a modernidade possui um caráter contraditório na periferia e também no centro que poderia ser visto de forma detida no processo de reprodução simbólica do capitalismo. A passagem pelo trabalho de Souza é importante porque o autor demonstra como a sociologia da modernização continua presente como um paradigma forte e responsável por gerar importantes obstáculos para que possamos analisar a modernidade sob uma perspectiva global, ou seja, sem a existência de diferenças essenciais entre centro e periferia.

Também tendo como alvo de suas críticas o trabalho de Marcelo Neves, Guilherme Leite Gonçalves (2013) traz importantes elementos para demonstrar a vinculação do pensamento do autor com os pressupostos da sociologia da modernização. Gonçalves constrói mais uma interpretação que demonstra de maneira clara como a interpretação da singularidade brasileira é fortemente devedora dos pressupostos da teoria que tomou de assalto a América Latina nos anos 1950 e 1960 e que mantém pressupostos de pé até hoje.

A exposição das suas críticas é essencial porque a interpretação de Neves sobre a modernidade periférica guarda similitudes com as caracterizações que serão feitas dela por Florestan e Cardoso a partir do final dos anos 1960. De acordo com Gonçalves (idem) Neves não nega que o Brasil seja um país moderno. Todavia, a modernidade aqui instituída não seria aquela dos países centrais, pois teria se configurado como um desvio em relação ao padrão alcançado por estes países. Como exemplo, o Estado de Direito não havia se realizado plenamente. Nesse sentido, a modernidade periférica possuiria um caráter “negativo”:

A descrição de Neves sobre a periferia da modernidade é sua referência analítica para descrever o caso brasileiro. Segundo o autor, no Brasil, por causa da persistência de uma estrutura social marcada por privilégios e exclusões, o poder político não dependeria do Estado de Direito para se legitimar. Não se propagaria por meio da legalidade, mas de interesses particularistas. Existiria, assim, um déficit na capacidade de generalização da lei, pois o Estado se tornaria palco de disputa entre grupos privados que subverteriam a ordem pública por seus próprios critérios operativos. A institucionalização da cidadania, a legitimação pelo procedimento e o tratamento igualitário seriam

substituídos pela pessoalidade, pelo prestígio social, pela desigualdade de tratamento e pela afetividade (Gonçalves, 2013:265).

A modernidade brasileira seria marcada pela força das relações pessoais responsáveis por ‘privatizar’ o Estado pela pressão de grupos específicos que eram responsáveis por corrompê-lo, sobretudo no que se refere à autonomia operacional do direito. Gonçalves (2013:266) argumenta que da proposição de Neves citada acima derivou uma proposta normativa que possui no fortalecimento da dogmática jurídica, da legalidade do Estado de direito o caminho para que o direito se tornasse autônomo e que, conseqüentemente, pudesse ser institucionalizado entre nós o padrão de cidadania dos países centrais: “Em outras palavras, isto significaria instaurar o Estado de Direito e a legalidade, que supostamente existem nos países centrais, a modernidade ‘positiva’” (ibidem:266).

A seguir, Gonçalves aponta como Neves, apesar de ter “modernizado” as interpretações que analisam a realidade brasileira como pré-moderna em relação às realidades consideradas essencialmente modernas não conseguiu livrar-se dos pressupostos da sociologia da modernização. Este ponto tem grande importância para o meu argumento nesta tese porque este parece ser o caso de Florestan e Cardoso com a mesma teoria:

Nesse sentido, é possível inferir o seguinte esquema comparativo e normativo do modelo de Neves: 1) o padrão sociojurídico dos países centrais é considerado positivamente moderno; 2) a realidade latino-americana conceitualmente desajustada é reconstruída por comparação; 3) a ausência das mesmas características é traduzida por atraso ou desvio; 4) instrumentos de reforma, forjados pelo patrimônio conceitual europeu ou norte-americano, são escolhidos normativamente para alcançar o desenvolvimento destas regiões. Este esquema lógico revela que, apesar de Neves ter rompido com a distinção tradição/moderno, não superou a estrutura lógica das teorias da modernização (p.267).

Gonçalves afirma que falta ao esquema construído por Neves plausibilidade empírica, uma vez seria questionável a inexistência do Estado de Direito na periferia e as diferenças tão bruscas entre as instituições democráticas do centro e da periferia. Como exemplos, o autor questiona se a cor da pele da população carcerária norte-americana é tão diferente da brasileira, e se as universidades *Yvy League* são menos elitistas do que as universidades brasileiras.

Tendo em vista o formalismo da proposta de Neves, Gonçalves (idem) argumenta “Diante da falta de plausibilidade empírica, há naturalização das enunciações dos países centrais, que, supostamente neutras, constroem superioridades discursivas e reproduzem a lógica das relações coloniais” (p.267). O autor afirma ainda que o modelo formulado por Neves não daria conta do caráter eurocêntrico e invasivo das noções como Estado de Direito, legalidade e dogmática jurídica nas epistemologias do sul (ibidem: 267).

O que Neves reproduz como realidade material acaba sendo, na verdade, a reprodução de um discurso legitimador da identidade europeia que é utilizado para se contrapor ao restante do mundo e que foi muito bem demarcado pelos estudos pós-coloniais: “Instaura-se, assim, recorrendo ao argumento de Costa, uma superioridade moral dos países centrais que autoriza recolonizações” (ibidem: 269).

Os trabalhos vistos até aqui me auxiliam a demonstrar como a sociologia da modernização e os seus pressupostos ainda estão presentes em nossos intérpretes que, mesmo com as modificações em suas leituras do Brasil, ainda continuam interpretando a realidade brasileira como material e simbolicamente inferior aos países centrais, dos quais guardaríamos diferenças essenciais.

Seguindo a mesma linha e de forma mais sistemática gostaria expor o pensamento de Sérgio Tavolaro que tem se dedicado nos últimos anos a questionar de forma veemente a tese sobre a singularidade brasileira e latino-americana a partir da forma como foi constituída. Acredito que a passagem pelo autor me dará uma maior sustentação para defender minhas hipóteses de trabalho sobre a relação de Florestan e Cardoso com os pressupostos da sociologia da modernização.

Tavolaro (2009) questiona a ideia do conceito de América Latina como uma variável independente capaz de se auto explicar, ou seja, de ser uma variável cognitiva. Segundo ele o continente foi imaginado desde o período de descoberta pelos europeus através do signo do exotismo, mas que acabou sendo mantido e reproduzido pela ciência moderna. Este processo de nomeação é de crucial importância porque possui dentro de si importantes relações de poder. As interpretações construídas sobre o continente “(...) acabam por hipostasiar a imagem conforme a qual as “coisas” às quais tal noção refere-se são realizações ou versões imperfeitas da experiência societal observada no suposto ‘núcleo dinâmico da modernidade’”(Tavolaro, 2009:88)

Essas construções, todavia, não foram resultantes apenas das imagens feitas por intelectuais externos, mas também da reprodução interna através dos nossos próprios intérpretes que defendiam a existência de uma irreduzível singularidade. Para tanto, Tavolaro inicia sua análise pela imagem construída pela sociologia da modernização, especialmente por Samuel Huntington que descreve a América Latina como uma construção incompleta frente à modernidade, pois seria caracterizada pela imagem de imaturidade moral, política, intelectual e cultural, assim como ocorre com a construção ocidental feita sobre o Oriente e debatida acima por Sérgio Costa. Devido a esse quadro de inferioridade material e simbólica o continente teria necessidade de se submeter aos “civilizados”, uma vez que a Europa funcionava como referência para analisar a América (Tavolaro, *idem*).

Tavolaro demonstra como no início do século XX houve a consolidação da influência dos Estados Unidos sobre a América Latina bem como a consolidação de sua imagem de excepcionalidade. Durante este século a questão do desenvolvimento, como analisado nos próximos capítulos, ganha posição de destaque no debate intelectual. As sociedades latino-americanas, apesar das modernizações que as análises sobre o tema enfocaram, são interpretadas como um caso exemplar de subdesenvolvimento, tradicionalismo, pré-modernidade, imaturidade política, que foram fundamentais para demonstrar como o subcontinente possui uma organização inferior ao “centro dinâmico da modernidade”:

Paradoxalmente, portanto, a própria ambição das sociedades latino-americanas de buscarem superar suas “nada apreciáveis peculiaridades”, por meio de medidas que as impulsionasse ao desenvolvimento, acabou servindo como um novo suporte para a projeção de (velhas) imagens e estigmas que confirmavam e reafirmavam sua própria posição de subordinação. Nessas circunstâncias, os países do “centro dinâmico da modernidade” não só seriam tomados como referência aos países subdesenvolvidos, como também os guiariam em mais essa missão civilizatória (Tavolaro, 2009:102).

Diante de um quadro de acentuado *atraso* era necessário levar a cabo um processo de modernização que se tornou ideia-força em toda região. Desta forma, os estigmas construídos de fora passaram a ser reproduzidos internamente a partir do esforço no sentido da europeização. Com essas construções que também foram reproduzidas por intelectuais brasileiros como demonstrei abaixo a América Latina é caracterizada como

uma realidade incapaz de se adequar ao chamado “centro dinâmico da modernidade”, uma vez que é pensada como algo particular e subalternizado (Tavolaro, *idem*). Assim, o que deveria ser a construção de interpretações que demonstrariam tão somente nossas especificidades se tornava um instrumento político e normativo de reprodução de uma perspectiva colonialista.

O conteúdo político focalizado existia porque, como já foi enfocado acima, essa comparação com o “núcleo dinâmico da modernidade” se constitui de forma idealizada. Isto porque a homogeneidade europeia seria algo inexistente devido ao caráter diverso e multifacetado da sociabilidade moderna. Devido às implicações de poder existentes na construção do conceito, Tavolaro defende a utilização de “América Latina” sem a caracterização de variável independente como tradicionalmente foi utilizado. A interpretação crítica do autor sobre as imagens construídas sobre a Região é de grande significação para o meu argumento nesta tese, mas considero sua análise detida sobre a tese da singularidade brasileira ainda mais importante. Por isso, a apresentarei abaixo.

Sérgio Tavolaro (2014) argumenta que a ideia em torno da existência de uma singularidade no Brasil tornou-se a ideia mais forte em nosso pensamento social porque diversos autores e correntes, cada qual a seu modo, reproduziram como pressuposto principal esta tese que foi crucial para formatar a autoimagem construída e consolidada entre nós.

Tavolaro (2014) argumenta, todavia, que as proposições em torno de nossa tese mais importante não são frutos únicos das proposições dos intelectuais brasileiros, pois estão inseridas dentro de um terreno epistemológico maior estruturado pelo imaginário sociológico sobre a modernidade¹⁰⁷. Por conta dele, o autor advoga que há uma

¹⁰⁷ Em outro lugar, Tavolaro (2005) analisou o pensamento de Florestan e Cardoso naquilo que definiu como sociologia brasileira da dependência. Tavolaro termina construindo uma leitura equivocada das interpretações dos sociólogos por mim analisados nesta tese uma vez que defende que suas interpretações perceberiam a realidade brasileira estruturada sem a presença dos elementos tradicionais que considero centrais nas interpretações de ambos: “Já para a abordagem em que Prado Jr, Fernandes, Ianni e Cardoso ocupam posições nodais, não se trata mais de acentuar resquícios ibéricos - sejam eles patriarcais ou patrimoniais - na dinâmica da sociedade brasileira contemporânea em seus vários âmbitos e dimensões. Para a sociologia da dependência, os processos de modernização experienciados nos últimos dois séculos tiveram intensidade e profundidade suficientes para varrerem de nossa gramática social elementos de ordem tradicional” (Tavolaro, 2005, p.11). Para sua interpretação, seria a condição estrutural de dependência que faria com que constituíssemos uma realidade singular em relação aos países centrais: “É, pois, a relação subordinada e periférica ocupada pelo Brasil no sistema capitalista internacional que explicaria o porquê de as principais instituições, os valores e as formas de sociabilidade exclusivamente típicas dos “países centrais” jamais terem se enraizado entre nós na mesma extensão e solidez”(ibidem:10). Neste caso específico, minha interpretação nesta tese vai de encontro à interpretação do autor, pois os elementos tradicionais são centrais para a caracterização da realidade brasileira que o autor chega a apontar em relação

importante limitação em torno da construção de uma leitura da realidade brasileira como essencialmente diversa daquela realidade levada a cabo nos países centrais. O autor procura demonstrar como nossa singularidade foi construída tendo como elemento comparativo um discurso sociológico sobre a modernidade que foi reproduzido como se fosse efetivamente verdade:

De acordo com minha segunda hipótese, esse terreno epistemológico restringe sobremaneira as possibilidades de imaginação sociológica em uma direção bastante específica: de maneira expressiva, as alternativas de interpretação confluem no sentido de se vislumbrar a experiência brasileira como diversa daquelas tidas por modelares da modernidade (Tavolaro, 2014:634).

Teríamos constituído diferença essencial em relação ao “núcleo dinâmico da modernidade”. Nesse sentido, as ideias estrangeiras acabaram sofrendo ajustes e transformações significativas como ocorreram com os dois autores que analiso nesta tese. Desta forma, teríamos a divisão entre as sociedades produtoras de referências, sejam elas cognitivas, ético-morais, estético-expressivas e institucionais e as sociedades que seriam receptoras que, não sendo passivas, eram receptoras criativas das ideias estrangeiras (Tavolaro, 2014:638). Além disso, como possuíamos uma especificidade em nossa vida local acabamos reproduzindo uma imagem não modelar responsável pelo caráter inadequado das categorias estrangeiras¹⁰⁸.

Como o autor debate abaixo, a visão sobre a singularidade brasileira perpassa diferentes autores e se reproduz de maneira persistente sendo responsável por demonstrar como constituímos uma realidade essencialmente irreduzível se comparada aos países centrais constituídos no “berço da modernidade”. Tavolaro demonstra como os pilares sob os quais a tese da singularidade brasileira está assentada são os mesmos utilizados pelo discurso sobre a modernidade propagado pelo pensamento sociológico, quais sejam:

ao pensamento de Florestan quando este afirma que o Brasil possuiria temporalidades distintas em sua formatação. Todavia, o autor não reviu de forma sistemática os postulados acima mencionados.

¹⁰⁸ Por fim, como um corolário daquela divisão (estabelecida também com nuances e graus variados de sutileza) entre sociedades *produtoras* e sociedades *receptoras*; toma-se por certo a existência de algum tipo de conexão íntima entre “ideias e referências originais da modernidade” e as “sociedades centrais”. Ao fim e ao cabo, é-se levado a concluir que, em contrapartida ao ajuste fino observado nessas últimas, sobressaia-se o indisfarçável descompasso das “sociedades destinatárias”. Sejam quais forem as razões identificadas de desacerto – clima, raça, meio, política, cultura, economia etc., combinadas ou não entre si – há sempre algum obstáculo que se interpõe à sua consonância (Tavolaro, 2014:639).

diferenciação/complexificação social; secularização; separação entre os domínios público e privado; subjetividade autocentrada e divórcio entre sociedade e natureza (Tavolaro, 2014:645).

Como as características acima citadas funcionam como fatores distintivos da chamada “modernidade originária”, nossa singularidade seria demarcada, precisamente, pela ausência desses elementos. Tavolaro (idem) defende a força do que ele chama de sociologia da modernidade¹⁰⁹ (na qual a sociologia da modernização tem protagonismo) possuiu como discurso legitimador do hiato existente entre países centrais e periféricos. Com isso, ele procura demonstrar através da exposição dos argumentos de um autor tão influente na primeira parte do século XX como Talcott Parsons, que vimos acima, como suas construções são feitas a partir de posições específicas e que foram incorporadas no Brasil como se fossem efetivamente universalizantes¹¹⁰. Minha hipótese é que Florestan e Cardoso reproduzem esse discurso construído pela sociologia da modernização como pressuposto central para definir nossa singularidade, o que termina fazendo com que os autores fiquem à sombra deste ramo sociológico.

Sobre a relação do pensamento brasileiro com o discurso sociológico hegemônico da modernidade, Tavolaro aponta alguns elementos centrais. O primeiro ponto refere-se à consequência da afirmação da singularidade brasileira em relação aos países centrais. Esta relação acaba fortalecendo as profecias autorrealizadoras do discurso da modernidade (Tavolaro, 2014:655). Ao mesmo tempo, expunha a inadequação do imaginário sociológico para interpretar a dinâmica brasileira:

Não por acaso, os retratos construídos para dar visibilidade a nossa alardeada singularidade comumente expressaram sentimentos de falta, de insuficiência, de disjunção ou mesmo de “incompletude” em referência a cenários por sua vez assumidos como plenos, autênticos,

¹⁰⁹ Tavolaro (2005) explicita os autores centrais da sociologia da modernidade, além de apontar seus postulados centrais: “Vale lembrar uma vez mais que no discurso sociológico hegemônico da modernidade – no interior do qual Marx, Weber, Durkheim, Simmel e, mais recentemente, Parsons, Luhmann e Habermas ocupam posições nodais – as chamadas ‘sociedades modernas centrais’ são tidas como aquelas que: a) Estado, mercado e sociedade civil ocupam necessariamente esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas exclusivamente por códigos próprios e dinamizadas por lógicas particulares; b) a normatividade que regula as relações entre indivíduos e deles com o Estado e o mercado são plenamente desencantadas além de protegidas de influências de concepção de mundo e sistemas normativos não-racionalizados; e c) os âmbitos público e privado, por sua vez, são também plenamente separados, cada um dos quais ordenado por códigos e lógicas particulares, comunicando-se apenas e tão-somente através de canais apropriados que mantêm inalterados os termos e as regras de cada um dos domínios(p.12).

¹¹⁰ Sobre este ponto Tavolaro (idem) argumenta: “Ora, conquanto Parsons e outros autores expressivos do chamado ‘discurso sociológico hegemônico da modernidade’ reivindicuem universalidade para suas categorias, conceitos, noções e retratos da experiência moderna, há que se reconhecer que suas propostas também ocupam lugares particulares de enunciação” (p.646-7).

coesos, internamente articulados e completos em inúmeros aspectos [culturais, políticos, econômicos, subjetivos, estéticos, epistêmicos, normativos, institucionais etc.] (Tavolaro, 2014:655).

Outro ponto de grande importância é o nacionalismo metodológico que se baseia na realidade nacional como unidade de análise. Tavolaro aponta que para a construção de um diálogo crítico com a sociologia da modernidade que tem em Talcott Parsons um dos principais artífices, é necessário que haja o abandono por parte do analista da experiência nacional como unidade inequívoca de análise.

Com as produções levadas a cabo partir do Seminário de Marx, através da utilização da dialética e da demarcação do lugar do Brasil no sistema capitalismo mundial, a ideia do nacionalismo metodológico como elemento a conformar também essas interpretações, especialmente de Cardoso e Florestan, seria um equívoco. Todavia, essas interpretações através do objetivo de demarcar a singularidade brasileira acabaram não desmontando completamente o nacionalismo metodológico que as conformava. É por conta disso que defendo Florestan não constrói uma perspectiva efetivamente crítica em relação à sociologia da modernização como defende, por exemplo, Brasil Junior¹¹¹ (2012,2013).

Como isso, o Brasil teria constituído um tipo singular e irreduzível de modernidade, material e simbolicamente inferior à “modernidade originária”, que demonstrava como nossa diferença essencial em relação ao centro fez com que produzíssemos um verdadeiro hiato em relação à formação moderna considerada plena. Tavolaro (idem) defende que este postulado configura o núcleo central da tese da singularidade. Como aponta autor, a tese da singularidade brasileira teria como elemento implícito a incorporação da modernidade como enunciação e discurso de dominação.

O hiato em relação ao “núcleo dinâmico da modernidade” ocorria uma vez que não superamos as estruturas pré-modernas, não conseguindo universalizar a racionalização, a complexificação social e, conseqüentemente, tendo o domínio de relações personalistas no Estado uma vez que público e privado não foram devidamente separados. Como poderei demonstrar neste e nos capítulos seguintes, as estruturas pré-

¹¹¹ Para uma análise efetivamente crítica, Tavolaro defende as seguintes ações: “a) confrontar o nacionalismo metodológico que implícita ou explicitamente perpassa tanto a sociologia da modernidade como o pensamento social brasileiro; b) orientar o olhar preferencialmente para as conexões e entrelaçamentos envolvendo experiências sociais diversas (em seus diferentes níveis)(p.662).

modernas e a demarcação da realidade brasileira pelo signo da falta terão patamar de centralidade para Florestan e Cardoso em suas caracterizações de nossa singularidade.

Gostaria agora de analisar como alguns de nossos principais intelectuais demarcam a singularidade e também o tema da cidadania através do trabalho produzido em conjunto por Sérgio Tavolaro e Lília Tavolaro. Este é um ponto crucial de apoio para que eu defenda como Florestan e Cardoso estão presos a pressupostos da sociologia da modernização e como suas interpretações, em virtude disso, constroem visões sobre o Brasil que o deixam em posição material e simbolicamente inferior em relação ao “núcleo dinâmico da modernidade”, construindo uma diferença essencial entre centro e periferia.

O primeiro intérprete que os autores analisam para defender a hipótese vista acima é Joaquim Nabuco. Nabuco veria a nossa singularidade estruturada na manutenção tardia da escravidão que era indicativo de nosso atraso. Além disso, a resistência em conferir aos negros o status de cidadãos plenos seria a demonstração de que a ordem legal no Brasil caminhava em sentido contrário aos princípios jurídicos do direito moderno que constituiria a base das sociedades centrais (Tavolaro & Tavolaro, 2010:333).

Já Silvio Romero, um dos expoentes da Escola de Recife, se baseou no clima e na raça para defender que estes dois elementos acabaram empobrecendo a herança europeia. Alberto Torres, por sua vez, veria nossa singularidade expressa no descompasso entre a sociedade e o sistema político-institucional, pois as normas jurídicas como a constituição instituída na Primeira República não teria conexão direta com a sociedade. Além disso, ele defende que: “O padrão de funcionamento dos partidos políticos no Brasil seria a prova cabal de que os princípios normativos da democracia liberal não teriam qualquer conexão com a nossa sociedade”(Tavolaro & Tavolaro, 2010:334).

Já nos anos 1930, no início da institucionalização das ciências sociais no país, são publicadas Casa Grande e Senzala, de Gilberto Freyre; Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda; e Evolução Política do Brasil, de Caio Prado Junior que, cada qual ao seu modo, reproduziram os pressupostos da singularidade brasileira nos autores vistos acima. Abaixo, os autores apresentam o argumento de Holanda para demonstrar a reprodução da tese acima referida:

Nossa herança cultural luso-ibérica, nosso passado rural, o personalismo e paternalismo que tanto nos distinguem de “terras protestantes”, o peso exagerado das relações familiares, nossa “aversão congênita” à organização racional da vida social tudo contribuía

negativamente para que a democracia no Brasil jamais deixasse de ter sido “um mal-entendido”(p. 335).

Com Freyre tínhamos a força da miscigenação e também do personalismo que se tornaram referências centrais para compreender não apenas a vida privada mais também o funcionamento das instituições públicas. Já Caio Prado, por sua vez, procura compreender por que depois de cinco séculos do começo da colonização o Brasil não havia constituído uma sociedade de base similar àquelas existentes na Europa e nos Estados Unidos. Ao contrário das colônias da zona temperada do continente cuja base principal era o povoamento, a lógica da América Ibérica era a extração de riquezas devido às condições naturais bastante diversas daquelas existentes no continente europeu (Tavolaro & Tavolaro, 2010: 336).

Ao focar os anos 1950 que foram marcados pelo tema da modernização os autores apontam como a questão da singularidade ficou bastante demarcada como, por exemplo, na proposição de “redução sociológica” proposta por Guerreiro Ramos para demarcar a especificidade do caso brasileiro frente à realidade existente nos países centrais.

Já as perspectivas em torno da dependência de uma forma geral presentes de Florestan e Cardoso teriam como ponto comum a demarcação da singularidade brasileira: “A implicação disso foi que democracia representativa, grupos civis e demais formas de sociabilidade vivenciadas plenamente pelas sociedades capitalistas centrais não puderam se consolidar no Brasil” (Tavolaro & Tavolaro, 2010:338).

Outros autores que também são representativos da visão sobre a singularidade brasileira são Roberto DaMatta e Chico de Oliveira. Mesmo partindo de perspectivas muitas vezes diversas os intérpretes acima analisados possuem como ponto comum:

Ora, guardas as irredutíveis especificidades e singularidades de cada um desses autores e as perspectivas interpretativas, não é difícil encontrar certos aspectos que permeiam todos: uma sociedade em que as diferentes esferas e domínios sociais (Estado, mercado, sociedade civil, família) acham-se entremeados e, em certas circunstâncias, até mesmo justapostos; um aparato estatal extremamente centralizar, tão logo ele se constituiu como órgão político e administrativo; uma sociedade civil débil e incapaz de se organizar por si mesma; uma economia e um mercado frágeis, sempre distantes dos setores mais avançados do capitalismo internacional, e cujos atores mostram-se igualmente incapazes de gerar riqueza em proporção condizente com as demandas

e necessidades da população; a prevalência de códigos privados de sociabilidade que tomam de assalto os espaços públicos em benefícios de poucos; e sérios obstáculos ao florescimento de normais impessoais e universais, já que a transição em direção a uma constelação pós-tradicional jamais deixou de se mostrar claudicante. Nesse exato sentido, a imagem de “desvio” da experiência da modernidade entre nós ancora-se em nossas mais caras tradições de pensamento (Tavolaro & Tavolaro, 2010: 339).

O que a análise acima deixa bem delineado é o caráter desviante e, portanto, material e simbolicamente inferior que a realidade periférica e brasileira vão possuir frente aos países do chamado “centro dinâmico da modernidade” que seriam considerados como formações superiores. No caso específico de Florestan e Cardoso acredito que o compartilhamento dessa visão tem a ver com a ausência de uma ruptura total com a sociologia da modernização e com seus pressupostos mais importantes como, por exemplo, a caracterização da realidade europeia e norte-americana como superior em relação à brasileira como já debati nesta parte.

Tal proposição vista acima ocorre por conta da idealização do chamado “núcleo dinâmico da modernidade”, que acaba sendo caracterizado de uma forma generalista e que deixa de lado as especificidades das diversas realidades e da consequente contingência histórica. Esta última é utilizada como elemento decisivo para demarcar nossa singularidade.

Tendo em vista o caráter idealizado da visão construída pelos autores sobre a realidade dos países centrais faz-se necessário demonstrar como ela ocorre, sob pena do argumento crítico tornar-se frágil por não demonstrar de maneira efetiva como se dá a idealização. Para tanto, continuarei seguindo o casal Tavolaro em sua discussão sobre o tema da cidadania¹¹² no sentido de demonstrar o problema de se caracterizar uma forma especificamente brasileira.

¹¹²Outro tema que os autores analisam é o das relações raciais. Mas como a maior parte dos argumentos expostos nesta parte são feitos no texto não o reproduzi. Tavolaro e Tavolaro(2013) defendem que existe uma linha tênue entre o senso comum e o pensamento social brasileiro endereçado a discutir a questão racial. Os autores procuram apontar como a relação entre negros e brancos foi fundamental para a caracterização da experiência singular no Brasil. Sobre a caracterização de Florestan os autores argumentam em contraste com as formulações de Gilberto Freyre: “No caso de Florestan, tal relação não devia tanto à miscigenação em si ou a uma efetiva harmonia entre negros e brancos no Brasil, mas ao efeito ideológico do mito da democracia racial, aqui pensado como arma simbólica característica de uma ordem social a meio caminho da modernidade, que buscava conciliar as reminiscências do regime de castas escravocrata com princípios liberais republicanos.”(Tavolaro & Tavolaro,2013:22). Ainda segundo os autores: “No entanto, a ideia de democracia racial – que, como código de sociabilidade e como mito, encontra, respectivamente,

Para debater a questão da cidadania os autores partem do trabalho de T.H. Marshall que se tornou obra de referência para analisar não apenas a cidadania moderna de uma forma geral como a brasileira, em particular. Sobre o trabalho do intelectual inglês os autores apontam dois aspectos que consideram centrais. O primeiro, é que as proposições do autor sintetizaram uma forma hegemônica de conceber a normatividade moderna existente na sociologia política dedicada à análise da cidadania. O segundo aspecto é que a proposta levada a cabo pelo autor possui convergência fortíssima com a tese da singularidade, que os autores preferem chamar no texto de “tese da excepcionalidade normativa brasileira”.

Para demonstrar como ocorreu a construção da visão hegemônica apontada acima, os autores elencam três aspectos que consideram centrais, quais sejam: a ideia de que a moralidade moderna teria se ancorado em princípios universalistas que demonstrariam como ela é distinta da ordem medieval marcada por particularismos e costumes locais; a ideia de que a normatividade moderna seria fruto de processos de secularização que terminaram por colocar de lado as concepções religiosas de mundo: “A ancoragem dos direitos e deveres na figura do indivíduo, concebido de maneira universal e independente de suas origens socioeconômicas, tornou-se um dos pilares dessa concepção secularizada de cidadania”(Tavolaro & Tavolaro,2010:341).O terceiro ponto da concepção normativa moderna é a noção segundo a qual havia uma separação estrita entre público e privado.

A partir dos pontos expostos acima a vivência plena da cidadania moderna seria constituída através da junção entre diferenciação social, secularização societal e separação entre público-privado. Nesse sentido, quanto mais estes três aspectos estivessem desenvolvidos mais firmemente a cidadania seria vivenciada. Outro elemento importante que pode ser retirado da análise de Marshall é que os direitos sociais não poderiam ser sedimentados de maneira efetiva caso não tivessem sido precedidos pela institucionalização e vivência da participação política (Tavolaro & Tavolaro, 2010). Ainda precisa ser demarcada a natureza histórica dos direitos que teriam sido conquistados através de lutas sociais e não concedidos como “dádivas”.

em Freyre e Fernandes seus autores mais expressivos – constitui-se como ideia-força em torno da qual continuaram a se articular interpretações sociológicas diversas e divergentes acerca das relações raciais”(Tavolaro & Tavolaro,2013:23). Os autores procuram apontar o peso do conceito de democracia racial presente na argumentação de Florestan como ideia-força a caracterizar a singularidade das relações raciais no Brasil.

O caso brasileiro, todavia, seria demarcado pelo “desvio”, uma vez que a sequência histórica que marcou a cidadania moderna não foi levada a cabo no país em virtude da antecipação dos direitos sociais em relação aos direitos políticos e mesmo civis. Outro elemento demarcador de nossa singularidade estaria no processo de institucionalização dos direitos sociais que seria responsável por fazer com que eles ganhassem um patamar de centralidade quando comparado aos direitos políticos e civis (Tavolaro & Tavolaro, idem).

O país não teria alcançado o caráter universalista que a cidadania possuía nos países centrais, tese essa cara tanto a Florestan quanto a Cardoso. Outro exemplo utilizado pelos autores e que demarcaria nossa singularidade frente à modernidade central era o processo “juridificação” das relações sociais e políticas que seria marcado pela ausência de protagonismo das classes subalternas.

A cidadania instituída no “núcleo dinâmico da modernidade” teria, como vimos acima, a secularização como um dos seus elementos normativos mais significativos. Isso fez com que a cidadania fosse conquistada historicamente através de lutas. Já no Brasil, todavia, sua constituição seria marcada pela força do tradicionalismo responsável por fazer com que a população tivesse grande dificuldade de instituir a cidadania positivamente como ela é concebida nos países centrais. Por conta das caracterizações do caso brasileiro feitas tendo como pano de fundo o trabalho de T.H. Marshall os autores advogam:

Não é de se estranhar, pois, que o ensaio de T.H. Marshall, tão logo publicado no Brasil (1967), tenha se tornado uma referência central aos próprios esforços explicativos e interpretativos empreendidos por nossa sociologia política devotada à investigação da experiência da cidadania entre nós: o caso inglês seria a nossa imagem invertida, a referência a partir da qual se poderia constatar de maneira nítida o “desvio normativo brasileiro” (p.343).

Os autores apontam como existe uma relação especular entre o “núcleo da modernidade” e sua experiência normativa e o Brasil e sua singularidade. Ou seja, essa relação demonstraria como nos configuramos como um antípoda da cidadania moderna central, pois não conseguimos reproduzir o processo de diferenciação e complexificação sociais: “A implicação desse argumento é que Estado, mercado, sociedade civil, família

e outras esferas de sociabilidade não mostraram capazes de se constituir de forma autorreferenciada” (Tavolaro & Tavolaro, 2010:343).

Teríamos, enfim, um baixo grau de diferenciação social responsável por explicar por que não constituímos uma relação equilibrada entre os direitos sociais, políticos e civis, mostrando não apenas a nossa singularidade mas também como nos constituímos de forma material e simbolicamente inferior à experiência europeia.

Outro ponto elencado pelos autores e que é defendido por Florestan e Cardoso é a fraqueza do processo de secularização quando comparado com a realidade dos países centrais. Seríamos marcados, portanto, por um insuficiente processo de destradicionalização. Com isso, teríamos a força das relações pessoais que acabavam tornando indistintas as fronteiras entre público e privado. Sintetizando, a singularidade da cidadania brasileira estava demarcada pelo baixo grau de diferenciação social, pela secularização restrita e também pela indistinção entre as esferas pública e privada. Como pode ser visto no decorrer desta tese esses elementos estão presentes nas caracterizações do Brasil feitas por Florestan e Cardoso que reproduzem a mesma visão do Brasil em relação aos países centrais exposta até aqui.

Tavolaro & Tavolaro (idem) argumentam, todavia, que a caracterização construída sobre o Brasil está calcada em evidências empíricas consistentes, como o período tradicionalmente conhecido como a “Era Vargas” (1930-1945) que seria a confirmação de nosso desvio normativo. Este período daria as condições para que fosse precisamente demarcado o caráter singular da modernidade brasileira, que seria marcada pelos fatores acima expostos. Por conta disso, eles argumentam que o quadro apresentado convergia com os diagnósticos de nossos principais intérpretes. O que poderia servir como um fator de deslegitimação não apenas do argumento dos autores, mas também do que defendo nesta tese é utilizado para demarcar como se tornou entre nós uma verdadeira ideia-força que, por isso, possui imensa dificuldade para ser questionada e superada.

Para construir uma leitura alternativa os autores voltam à nossa história para demonstrar como esta era mais complexa e dinâmica como em princípio poderia não parecer. Como exemplos, os autores citam como a Constituição de 1824 tinha um caráter mais moderno do que as constituições europeias do mesmo período, uma vez que garantia o direito de voto a uma ampla parcela da população. Também foi muito importante a modificação do padrão Estado-religião inaugurado com a Constituição de 1891 se

comparada com o artigo 5º da Constituição de 1824 que deu ao Catolicismo o protagonismo como religião oficial Estado imperial. A referência às duas ações constitucionais é de grande significação para a construção de uma visão mais complexa e não inferiorizada do caso brasileiro:

Ao invés disso, caso entendamos cada uma das ordens constitucionais como sendo a resultante de disputas envolvendo projetos normativos distintos que coloriram os diversos cenários sociopolíticos brasileiros, torna-se possível vislumbrar com maior precisão a complexidade e variedade dos processos de construção e vivência dos direitos e deveres no Brasil pós-tradicional (Tavolaro & Tavolaro, 2010:347).

No sentido acima defendido, a “Era Vargas” não foi marcada pelo caráter demiúrgico do Estado e tão pouco pela fragilidade da sociedade civil, uma vez que houve a luta entre projetos normativos que existiram naquele período e que estavam presentes em nosso cenário político e social através dos trabalhadores urbanos, das classes médias emergentes, dos setores intelectualizados, das classes empresariais rurais e urbanas, das disputas no interior da Igreja, dos militares e também dos atores políticos que ocupavam os cargos administrativos e de representação (Tavolaro & Tavolaro, 2010:347).

Os grupos acima eram portadores de projetos normativos diferenciados, muitos deles consentâneos com o conteúdo da legislação produzida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; outros, por sua vez, eram completamente divergentes. Com isso, a imagem da cidadania fraca, passiva e, portanto, estruturada de forma precária quando comparada à experiência europeia poderia ser questionada.

Além do caráter dinâmico existente durante o período acima referido, as ordens constitucionais brasileiras reproduziram concepções diferentes da relação entre Estado – mercado-sociedade civil, Estado-religião, esferas públicas-privadas (Tavolaro & Tavolaro, 2010:348). A partir desses elementos os autores questionam a existência de um único padrão de sociabilidade que fosse capaz de explicar a organização da sociedade pós-tradicional.

Faltava, todavia, uma análise que pudesse demonstrar como a realidade europeia reproduzida por nossos intelectuais era fruto da idealização e não de uma realidade empiricamente determinável. O primeiro ponto que os autores chamam atenção é o referente à grande presença do Estado durante a “Era Vargas”. O que parecia ser uma excepcionalidade brasileira era uma demonstração do que ocorria em escala global, no

que se refere à resistência a preceitos políticos, econômicos e normativos de caráter liberal como foram os casos do “New Deal” nos Estados Unidos pós-1929, o regime totalitário na Alemanha pós República de Weimar, o fascismo na Itália e o próprio trabalhismo socialdemocrata na Inglaterra (Tavolaro & Tavolaro, 2010:349). Além disso, a visão sobre a secularização que havia sido difundida de maneira tão intensa no Brasil, sobretudo através dos trabalhos de autores como Manheim e Weber, acabou sendo questionada nas sociedades centrais a partir de revisão do papel da religião nos âmbitos privado e público.

Para os autores, portanto, a tese da existência de uma “excepcionalidade normativa brasileira”, com seu foco central na “Era Vargas” se mostrava bastante problemática, como podia ficar mais firmemente determinado através da reprodução das críticas que o trabalho de T.H. Marshall sofreu em seu próprio continente. Elencarei algumas das críticas que me auxiliam a demonstrar o caráter problemático com que a cidadania brasileira é pensada em relação à europeia:

Na mesma direção, Katrina Gorjanicyn (2000) afirma que a teoria de Marshall “era baseada sobre a premissa de que as sociedades modernas são etnicamente e culturalmente homogêneas”, fato desmentido por uma análise atenta do cenário social contemporâneo de países como a França (...) Diante disso, Mann defende a existência de ao menos cinco distintas estratégias de institucionalização da cidadania moderna (todas elas diferentes, cada qual a seu modo) decorrentes de cenários pré-industriais distintos. São elas: liberal (Estados Unidos), reformista (Grã-Bretanha), corporativista (países escandinavos), fascista (Alemanha Nazista) e autoritário-socialista (União Soviética)(...) Abundam também as críticas em relação ao perfil teleológico e a um certo “evolucionismo” embutidos na interpretação marshalliana, que teriam levado muitos analistas a acreditarem na inexorabilidade da universalização dos direitos na esteira da modernização (Tavolaro & Tavolaro, 2010: 352).

Além de um questionamento das teses marshallianas na Europa de uma forma geral, houve também o questionamento de sua análise histórica feita na própria Inglaterra, que teria sido marcada por padrões locais diferenciados de implementação de direitos e não por um processo homogêneo como se depreende da interpretação do intelectual inglês.

As críticas trazidas pelos autores são de grande importância para demonstrar como a autoimagem sobre a sociedade europeia que utilizamos como padrão para caracterizar nossa singularidade acaba não encontrando sustentação nem mesmo no dentro do chamado “núcleo dinâmico da modernidade”. Este ponto é crucial, pois as interpretações

vistas acima demonstram a existência de variações consistentes da cidadania moderna em várias partes do mundo como também na Europa, considerada o “berço da modernidade” (Tavolaro & Tavolaro, 2010:354).

A discussão feita pelos autores sobre o tema da cidadania moderna foi importante para a desconstrução da imagem de homogeneidade e unidade da modernidade central que reproduzimos, de uma forma geral, até hoje. Também foi significativa para demonstrar como a caracterização da singularidade brasileira possui dentro de si um conteúdo valorativo muito forte, à medida que os conceitos que representam uma aparente neutralidade possuem um forte conteúdo político. Desta forma, nossa relação periférica nos coloca como imaturos e desviantes em relação ao centro considerado exclusivamente sob uma perspectiva positiva. Nesse sentido, a superação do binômio centro-periferia torna-se crucial por implicar a problematização da peculiaridade da experiência brasileira frente ao “berço da modernidade” (Tavolaro & Tavolaro, 2010:359).

A passagem pelas interpretações de Bauman, Domingues, Costa, Souza, Leite e Tavolaro e Tavolaro tem grande importância para o meu argumento nesta tese. Isto porque trouxeram uma leitura crítica sobre a modernidade, demonstrando a ambivalência intrínseca à sua formação, bem como a força da sociologia da modernização e de seus pressupostos ainda sobre a produção intelectual brasileira. E, é claro, como a construção da tese da singularidade apenas auxilia para que reproduzamos uma perspectiva discursiva cujo conteúdo nos coloca irredutivelmente como material e simbolicamente inferiores à experiência dos países centrais.

Em relação a Florestan e Cardoso as interpretações acima debatidas me proporcionam as bases para que eu desenvolva uma análise crítica sobre o tema da modernização no pensamento de ambos, pois tenho condições de defender como suas análises sobre o país são profundamente tributárias da sociologia da modernização e de seus pressupostos que terminam por instituir uma diferença essencial entre centro e periferia que se torna entrave central para uma análise crítica da modernidade em sua formatação global. Nesse sentido, defendo alguns postulados que procuro desenvolver ao longo desta tese:

- 1) A idealização da modernidade e a reprodução de pressupostos da sociologia da modernização presente no pensamento Florestan e Cardoso, ou seja, a ideia de que a ordem moderna dos países centrais é plenamente constituída. Ou seja, ela seria uma

realidade estruturada plenamente por elementos como a racionalização, a secularização, a complexificação, a diferenciação social e a separação entre público-privado; 2) Visão essencialista sobre o sujeito moderno; 3) Visão formalista do Estado e da política; 4) Incapacidade de compreender plenamente os fenômenos contemporâneos estritamente modernos e oriundos de uma ordem cada vez mais global.

3.6 Sociologia aplicada e o papel do intelectual

Durante a década de 1950 Florestan apostava na ciência como caminho de emancipação do Brasil, pois engendraria uma concepção “capaz de integrar, homogeneamente, os alvos empíricos, teóricos e práticos do saber científico” (Fernandes, 1963:17). Desta forma, o conhecimento científico seria utilizado para estimular o crescimento econômico e o progresso tecnológico da sociedade brasileira (Fernandes, *idem*).

A ciência seria o vetor fundamental do planejamento social que redundaria, na concepção de Florestan, na democratização da riqueza, da cultura e do poder. A ordem moderna, neutra em relação aos valores, sem a presença da ambivalência, seria capaz de proporcionar uma competição justa que redundaria a um só tempo no término da própria ambivalência e na conseqüente instauração de uma ordem efetivamente democrática. Haveria uma junção entre ciência e civilização através da posição de vanguarda que os cientistas sociais teriam na descoberta e na proposição de soluções para os problemas sociais:

Para que a ciência, a tecnologia científica e a educação fundada em ambas possam exercer influência construtiva no crescimento econômico, no desenvolvimento social e no progresso cultural do Brasil, cumpre modificar primeiro o arcabouço estrutural e o sistema organizatório da sociedade brasileira. Sem margem de ambiguidades, isso significa que o sociólogo precisa empenhar-se diretamente, como e enquanto cientista, nos processos em curso de mudança sócio-cultural, com o objetivo imediato de cooperar na instauração de um novo padrão civilizatório na sociedade brasileira e com objetivo remoto de suscitar o aparecimento de papéis sociais congruentes com as responsabilidades intelectuais do cientista no mundo moderno (*ibidem*:84).

Para Florestan a ciência seria o fruto principal da modernidade. Todo esse esforço desencadeado pelo sociólogo paulista tinha como objetivo instituir a sociologia como ciência empírica de caráter aplicado que pudesse influenciar diretamente o modelo de civilização existente no Brasil, que deveria ser substituído pela transplantação da

civilização europeia material, valorativa e cognitivamente superior à brasileira. Desta forma, ele alcançaria o caráter moderno existente nestes mesmos países. Ou seja, a sociologia deveria ser utilizada para derruir os resquícios da sociedade escravista, irracional e pré-moderna que ainda deformava e mantinha a sociedade brasileira ambivalente, impedindo a plena realização da ordem social da sociedade de classes.

Para Florestan, portanto, a saída do Brasil da condição de país subdesenvolvido e semi-moderno passava pela expansão da ciência e da tecnologia, que teriam a função de acelerar o processo de modernização brasileiro. Por conta disso, ele propõe uma ação conjunta entre cientistas e técnicos como forma de conjugar ciência e desenvolvimento. Devido à importância central da ciência, o sociólogo paulista defende o protagonismo dos cientistas, técnicos e homens de ação que, trabalhando em uma perspectiva conjunta, poderiam fazer com que o país superasse a sua condição de *atraso*.

O cientista deveria ter como papel a investigação científica e também de técnico e reformador social procurando provocar a mudança social. Ou, nos termos de Florestan, levar a cabo a “mudança provocada”. Essa postura dinâmica e normativa deveria ser tomada também como forma de superar a postura do intelectual brasileiro que seria baseada em uma visão estamental do mundo (Fernandes, 1963). Ou seja, nosso dilema estava no passado pré-moderno e tradicionalista que nos singularizaria como sociedade e nos impediria de seguir o caminho benfazejo dos países europeus que representariam uma formação moderna e superior à brasileira.

A questão do intelectual é de crucial importância não apenas pelo seu papel normativo no processo de modernização, mas também por ser considerado um dos elementos responsáveis pela perpetuação do *atraso* por conta do profundo conformismo de grande parte desta camada social. Os intelectuais brasileiros não haviam seguido o padrão moderno de produção e ação e os valores que faziam com que o sujeito moderno fosse considerado superior ao brasileiro. Nesse sentido, Florestan essencializa e idealiza a positividade da ciência e o sujeito moderno, uma vez que deixa de lado o caráter ambivalente existente em ambos.

A ação em torno da mudança se tornava premente em virtude da persistência de uma cultura rústica e profundamente conservadora advinda da ordem rural, escravista, irracional, tradicional e pré-moderna que era responsável pela perpetuação de elementos

irracionais/tradicionais que deixavam a sociedade brasileira dos anos 1950 ambivalente, pois impediam que a modernidade pudesse se institucionalizar no país.

Como exemplo da força do *atraso*, Florestan argumenta que as mudanças ocorridas nas grandes cidades brasileiras não foram capazes de superar o horizonte cultural profundamente conservador. Esse atraso cultural era responsável pelo estrangulamento do desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil (Fernandes, 1963), e da consequente possibilidade de o país vencer o predomínio dos elementos irracionais/tradicionais. Por conta disso, era necessário completar o processo de modernização para haver a efetiva integração do país à modernidade:

Os cientistas sociais não podem recuar, por temor à incompreensão e às consequências dela decorrentes, diante do dever de contribuir para o esclarecimento dos espíritos e a orientação positiva dos movimentos sociais. Mesmo que sua influência seja neutralizada, terá feito o que lhe competia na esfera de suas responsabilidades intelectuais e morais, colocando os conhecimentos da ciência ao alcance dos homens de ação e da opinião pública (ibidem:252).

Os homens da ciência possuiriam um compromisso ético intrínseco com a transformação social. Havia a necessidade de dar às instituições modernas um caráter efetivo para que pudessem se desenvolver em suas potencialidades plenas, pois a transplantação das instituições modernas para o Brasil teve um caráter superficial, de fachada. Isto ocorria porque eram manietadas e desvirtuadas pelo meio social interno que sufocava as potencialidades civilizatórias existentes nelas.

Se elas não sofressem essa ação paralisante, poderiam cumprir suas virtualidades como a institucionalização de uma ordem pautada pela democratização da riqueza, da cultura e do poder, ou seja, uma ordem plenamente moderna, racional, competitiva, democrática:

Se houvesse um mínimo de sincronização nos efeitos produtivos de processos básicos de mudança social, esse resultado se estabeleceria espontaneamente. A secularização e a racionalização progressivas dos modos de ser, de pensar e de agir, associadas à urbanização do estilo de vida social, à industrialização e às consequências subjacentes na divisão do trabalho social promoveriam o ajustamento do horizonte cultural às situações histórico-sociais emergentes. Como isso não se deu, pelo menos nos limites e com o alcance desejáveis, temos de refletir sobre o que convém fazer para conseguir-se os mesmos efeitos por outra via (p.273).

Como podemos observar, se o processo de modernização brasileiro fosse plenamente acabado teríamos conseguido instituir uma ordem efetivamente moderna. Isso não ocorreu, todavia, por conta da inadequação do horizonte cultural herdado da ordem agrária, escravista, tradicional e irracional e, portanto, pré-moderna à realidade histórico-social, que poderia ser visualizada através da influência conservantista e reacionária das camadas dominantes sobre a educação (Fernandes, 1963:267). Como consequência do controle conservador: “as bases perceptivas e cognitivas do comportamento humano não chegaram a assumir um padrão tão complexo, que provocasse um conhecimento de senso comum altamente sistematizado, racional e crítico das condições ambientes de existência social” (Fernandes, 1963:125)¹¹³

A ordem social da sociedade de classes era pautada para Florestan por léxicos como racionalização, secularização, complexificação, técnica, ciência, tecnologia, urbanização, industrialização e democracia. Por isso, colocou o melhor sua produção para provocar a mudança social no sentido da institucionalização da modernidade. Todavia, como já apontei acima, o que prevalecia na paisagem era o estilo de vida “rústico” transplantado da ordem social escravista, que fazia com que a nova ordem apenas tivesse um caráter formal, de fachada, pois o horizonte cultural que estruturava o comportamento dos indivíduos era baseado pelas formas “arcaicas” de dominação tradicional que faziam com que a América Latina se assemelhasse à Europa pré-capitalista (Fernandes, 1963:125).

A análise de Florestan deixa claro o caráter inferior e subordinado que a realidade brasileira possuía frente à europeia. Por conta disso, houve o esforço intensivo do autor em tentar transplantar este estilo de vida para o Brasil como forma de redimir dos seus mais importantes dilemas sociopolíticos. Enquanto a mudança não ocorria, era relegada ao país uma sociedade de classes de fachada, pois reproduzia uma profunda desigualdade, a irracionalidade e o tradicionalismo existente na sociedade escravista.

Como teoria suporte à sua proposta de modernização, Florestan utiliza a tese da “demora cultural”. Esta tese extraída do trabalho do sociólogo norte-americano W.G. Ogborn, possui como argumento central a ideia de que haveria uma dualidade entre uma

¹¹³É importante demarcar a maneira como Florestan conceitua a sociedade capitalista neste momento e como ele fará a partir da sua tese sobre a integração do negro. Neste momento a sociedade capitalista é conceituada como ordem social da sociedade de classes, que ganha a partir da década de 1960 um refinamento conceitual ao ser designada como ordem social competitiva.

parte da sociedade que se modificaria e outra que demoraria a se modernizar. Nesse sentido, Florestan advoga que a “demora cultural” era o dilema número um da sociedade brasileira, uma vez que haveria a persistência da mentalidade tradicional/irracional que se tornaria o maior obstáculo à mudança social em torno da modernização efetiva do país.

Essa resistência à mudança ganharia contornos sociopáticos nos círculos dominantes da sociedade brasileira (Fernandes, *idem*). A “demora cultural” apontaria ao mesmo tempo o descompasso entre a transplantação das instituições modernas (superiores) e a mentalidade tradicional/irracional do homem brasileiro (inferior), sobretudo aquele componente dos círculos dominantes, e a necessidade do sociólogo intervir no processo dual e descompassado de modernização no sentido de fazê-lo efetivo.

Florestan tinha como objetivo fazer com que a modernidade pudesse estruturar as condutas dos indivíduos a partir dos seus valores como a racionalização e a secularização. Além das instituições e dos valores, a modernidade instituída na Europa ainda trouxe como elemento diferenciador um padrão de sociabilidade que faria sua população superior à brasileira em termos culturais. Ou seja, Florestan essencializa a sociabilidade europeia.

Além de demonstrar o caráter problemático, superficial e incompleto do processo de modernização, a tese da “demora cultural” funcionava como uma justificava intelectual para o papel dado por Florestan ao sociólogo e, conseqüentemente, às propostas dele e de Cardoso levadas a cabo no CESIT e na Campanha em Defesa da Escola Pública. Os cientistas, para Florestan, possuíam como funções servir ao progresso científico e também à sua civilização. De maneira sintética, o sociólogo teria duas funções específicas: construir a sociologia como ciência e também contribuir para que o Brasil completasse o seu processo de modernização.

Para levar a cabo o papel normativo que cabia à ciência e ao sociólogo, Florestan sistematiza a sociologia aplicada como o ramo através do qual as contribuições trazidas por ela poderiam ser aplicadas na realidade social. Nesse sentido, a sociologia aplicada se organizaria em torno da investigação empírica dos problemas sociais e também do estudo da intervenção racional nos processos sociais (Fernandes, 1971:107). Desse modo seria a sociologia aplicada, estruturada por um raciocínio indutivo e prático, a disciplina capaz de apontar os dilemas da modernização brasileira e também os caminhos a serem tomadas para constituir em torno dela um controle moderno e racional:

Em suma, aos efeitos do processo de secularização da cultura na modificação da mentalidade média, do conhecimento do senso comum e do pensamento racional sistemático devem-se a formação do ponto de vista sociológico, a noção de que a vida humana em sociedade está sujeita a uma ordem social, e as primeiras tentativas de explicação realista dos fenômenos de convivência humana. A constituição da Sociologia, entretanto, altera sua relação com os produtos intelectuais e com as tendências desse processo (ibidem: 279).

Florestan (1971) afirma que ela seria o caminho seguro para a intervenção racional, capaz de gerar uma ordem harmônica e administrada. Para tanto, a sociologia aplicada deveria se basear de forma rigorosa na junção entre conhecimento empírico e teórico. A construção teórica de Florestan em torno desse ramo sociológico foi produzida no sentido trabalhado por Villas Boas (2006), que afirma que o objetivo dos sociólogos brasileiros nos anos 1950 como Guerreiro Ramos, Costa Pinto e Florestan Fernandes era agir conjuntamente para fazer ciência e fazer história. Ou seja, para construir a sociologia como disciplina científica e também para levar o Brasil a ser um país plenamente moderno. Para tanto, era necessário combater os elementos tradicionais/irracionais que impediam este processo, como os efeitos disnômicos apontados por Florestan (1971):

Além desses aspectos genéricos, à Sociologia Aplicada é fundamental acumular conhecimentos sistematizáveis e generalizáveis sobre: a) os efeitos disnômicos na vida social, associados, direta ou indiretamente, à transgressão, ao solapamento e à deformação dos controles sociais estabelecidos; b) a plasticidade relativa dos diferentes tipos de sistema social diante da substituição de certas formas de controle social por outras, com os efeitos disnômicos que semelhantes manipulações práticas possam acarretar; c) a variedade dos efeitos disnômicos produzidos pelos diferentes tipos de controle social, quanto à natureza deles (se são transitórios ou permanentes) e quanto ao nível em que se manifestam (da organização da personalidade, das instituições ou da sociedade como um todo) (p.145).

Como forma de vencer os elementos tradicionais/irracionais e completar a modernização deveria ser desenvolvida a “mudança cultural provocada”, estruturada por um planejamento racional que asseguraria a constituição de novas formas de controle (Fernandes, idem). Medidas como a mudança no sistema educacional deveriam ser feitas como forma de modificar a mentalidade rústica/irracional que mantinha o Brasil em uma relação descompassada entre a transplantação das instituições modernas e, portanto, superiores, coabitando com uma população cuja mentalidade não se enquadrava com as demandas do mundo moderno, racional, secular e estruturado pela ciência e pela

tecnologia científica. Por isso, a modificação estrutural do sistema educacional seria responsável por produzir o derruimento do maior impeditivo do Brasil adentrar plenamente à modernidade: a “demora cultural.”

Essa ênfase de Florestan no sistema educacional se justificava pois, para ele, a civilização moderna baseada na ciência¹¹⁴ e na tecnologia teriam na ciência aplicada e na educação as suas duas fontes dinâmicas de polarização (Fernandes, *idem*). Sobre a importância estratégica da educação Florestan (*idem*) afirma:

Fenômeno similar ocorre com a educação. A formação e o desenvolvimento da economia capitalista, da democracia e da sociedade de classes deram origem a um horizonte cultural tipicamente caracterizado pelo grau de importância nele atribuída ao comportamento inteligente, baseado na consciência e na escolha racionais de fins e de meios. Técnicas, conhecimentos e valores intelectuais, antes privativos de castas ou de estamentos que exerciam funções religiosas, políticas ou burocráticas, passaram a ser indispensáveis às atividades cotidianas do homem comum, tornando-se “universais” e “acessíveis” a todos (p.182).

Com a ação conjunta da ciência aplicada e da educação o homem poderia fugir do jugo do passado agrário, escravista, tradicional e irracional, podendo emancipar-se através da incorporação dos valores estritamente positivos da civilização moderna, industrial e tecnológica. Isso porque os elementos herdados do período escravista é que seriam responsáveis pelo estado de pauperismo, de subdesenvolvimento e desequilíbrio institucional, que deveriam sofrer um controle moderno, secular e racional. Nesse sentido, essa ação conjunta teria um efeito revolucionário na realidade brasileira. A “mudança provocada” seria um requisito da ordem social da sociedade de classes e da educação sistemática, que não comportariam mudanças espontâneas (Fernandes, 1963:187).

A mudança provocada representaria a universalização do elemento racional a todos os agentes e aos seus respectivos comportamentos (Fernandes, *idem*). E o intelectual, tanto sociólogo quanto educador, teria uma posição de protagonismo no processo de modernização, pois seria o agente da mudança cultural que propiciaria o

¹¹⁴Florestan defende o caráter revolucionário e emancipatório da ciência: “Terceiro, o saber científico assinala a maior já ocorrida na história cultural do homem. Ele opõe, a todas as formas possíveis de alienação social de pessoas, de grupos ou de coletividades humanas, argumentos e avaliações que desmascaram seus fundamentos antinaturais e supra-rationais (nas relações dos homens com as mulheres, dos pais com os filhos, dos adultos com os jovens, dos civilizados com os primitivos, dos brancos com os negros, dos ricos com os pobres, do poderosos com os desprotegidos, dos cultos com os incultos, etc).

alargamento do horizonte cultural e garantiria as bases para a fixação plena do Brasil na modernidade.

3.7 Cardoso e a modernização do Brasil

Depois de ter examinado o papel do intelectual e o caráter dado por Florestan à sociologia aplicada, vou analisar dois trabalhos publicados por Cardoso no início dos anos 1960 debatendo a relação entre educação e o desenvolvimento e outro em que discute o comportamento do proletariado. Mesmo tendo sido publicados na década seguinte a que estou analisando neste capítulo, os textos referendam as teses defendidas por Florestan nos anos 1950 que expus e debati acima.

O primeiro trabalho, intitulado “As exigências educacionais do processo de industrialização”, foi uma publicação conjunta entre Cardoso e Octávio Ianni que àquela altura eram primeiro e segundo assistentes do professor Florestan na Cadeira de Sociologia I. Mesmo assim, farei referência a Cardoso por ele ser o objeto de análise nesta tese de doutorado.

Cardoso (1960) inicia sua argumentação refutando a ideia de que o desenvolvimento em países periféricos como o Brasil fosse constituído sob uma base essencialista, uma vez que deveria ser conectado ao movimento do sistema capitalista global. O desenvolvimento que se constituía de forma acelerada não deixava de possuir internamente um caráter de singularidade. Esta era representada pelo peso do elemento tradicionalista, irracional e pré-moderno advindo do mundo rural para a realização plena da nova ordem.

O peso do “atraso”, por sua vez, podia ser visualizado na inadequação do sistema educacional à nova ordem estruturada pelo capitalismo e também pelas classes sociais. Ou seja, os valores da sociedade tradicional, pré-moderna, irracional e de castas funcionavam como um fator impeditivo para que a sociedade de classes com todas as suas potencialidades pudesse ser institucionalizar de forma profunda e totalizadora.

Para defender esta hipótese da inadequação do sistema educacional à nova ordem, Cardoso incorpora do mestre Florestan a tese da “demora cultural”, que seria o elemento a explicar o porquê de determinadas partes da sociedade demorarem mais para se modernizar do que outras. Neste caso específico, havia um descompasso entre a ordem social da sociedade de classes e o sistema educacional que era pautado por valores

tradicionais e incompatíveis com a nova ordem. Como exemplo concreto, Cardoso cita o ensino superior que era estruturado por valores da sociedade de base agrária assim como as escolas politécnicas. Cardoso argumenta que o sistema de ensino ficou refém dos interesses dos grupos dominantes. Estes faziam com que ele não se enquadrasse às exigências de uma sociedade em processo de mudança social e em desenvolvimento:

Vê-se, pois, que numa sociedade em processo de mudança social, como a nossa, existem estímulos e incentivos que se prendem à ordem tradicional, capaz de arrefecer os efeitos dinâmicos da introdução de certas inovações educacionais. Dessa forma, se não pudermos prever a “capacidade de assimilação” que a tradição cultural do País exerce sobre as inovações deliberadamente introduzidas no ensino, dificilmente os planos de reforma obterão resultados satisfatórios, e frequentemente representarão uma inversão pouco produtiva de capital (Cardoso e Ianni, 1960:155)

Para resolver o problema educacional brasileiro de forma a fazer com que ele pudesse cumprir a sua função de elemento impulsionador do desenvolvimento era necessário que a tradição, considerada como totalmente danosa, fosse eliminada completamente. Desta forma, a ordem moderna deixaria de ser algo superficial, de fachada e viria a ser efetivamente institucionalizada e incorporada pelas condutas do cidadão comum e dos homens de ação. Sintetizando, o conjunto de reformas gerais seria responsável por colocar a educação junto às exigências econômicas da sociedade brasileira para a consecução de um moderno e pleno processo de desenvolvimento.

O outro texto chama-se “Atitudes e expectativas desfavoráveis à mudança social”, previamente apresentado no Seminário do CLAPCS, organizado por Luiz Aguiar Costa Pinto, em 1959, e publicado no boletim da instituição em agosto de 1960. Neste texto, Cardoso procura explicar por que a classe operária brasileira, então em franco processo de expansão nos anos 1950, não possuía uma ação conjunta e positivamente articulada como a sua congênere existente na Europa, por exemplo. Ou seja, por que a classe operária não possuía consciência de classe sobre os seus interesses e respectivos papéis? Para explicar a questão Cardoso procura, assim como já havia feito no texto sobre a questão educacional, refutar a ideia de que o subdesenvolvimento periférico tivesse uma realidade e consequente explicação essencialista. Segundo o autor, os países desenvolvidos também haviam passado por situação semelhante ao caso brasileiro, o que demonstraria que a periferia não estava eternamente fadada ao subdesenvolvimento.

Segundo o autor, os operários padeceriam da falta de consciência racional dos seus interesses como classe social, uma vez que esta ainda não haviam completado o seu processo de constituição em virtude da permanência de elementos tradicionais, irracionais e, portanto, pré-modernos. Isto fazia com que os operários não tivessem uma consciência racional dos seus interesses. Para resolver a inércia da classe operária, Cardoso aponta a industrialização, a racionalização e a secularização como possibilidades efetivas para modificar a conduta de forma a que eles pudessem agir como uma classe social positivamente estabelecida.

Portanto, suas ações só seriam efetivas quando pudessem se livrar das amarras do passado que os prendiam de forma paralisante ao paternalismo brasileiro, que proporcionava uma organização empresarial nos moldes patrimonialistas (Cardoso, 1960). Apenas desta forma a modernidade poderia se institucionalizar e transformar a ordem tradicionalista, autoritária e desigual em uma ordem moderna, racional, secular e democrática.

Como pude demonstrar acima, as proposições de Cardoso sobre o sistema educacional e também o comportamento do operariado são tributárias das teses de Florestan sobre a sociologia aplicada, o papel do intelectual e da tese sobre a “demora cultural”. Esses três elementos se conjugavam, pois a sociologia aplicada reproduzida por Cardoso tinha como encaminhamento necessário a busca pela intervenção no processo de mudança social brasileiro para “provocar” sua modificação estrutural a fim de que o país pudesse adentrar de forma efetiva à modernidade, como já fizera o mestre Florestan em seus trabalhos.

A análise que fiz acima sobre o papel do intelectual, o consequente caráter que Florestan imprimiu à sociologia aplicada e a incorporação de suas proposições por Cardoso têm importância central não apenas para a questão central sobre a modernização, mas também por causa dos elementos normativos que nortearam a formação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho – CESIT, a atuação de ambos na Campanha em Defesa da Escola Pública e também para eu ter condições de demonstrar a influência das teses de Florestan sobre Cardoso.

A formação e o significado do Seminário de Marx para o pensamento de Cardoso e também para a relação dele com Florestan será debatido no próximo capítulo no qual analiso em detalhe sua proposta metodológica em torno da utilização de Karl Marx, Émile

Durkheim e Max Weber, por considerar elemento central para compreender a questão da modernização no pensamento dos dois intelectuais a partir da constituição por ambos das teses sobre o capitalismo dependente (Florestan) e a dependência (Cardoso).

3.8 As pesquisas sobre relações raciais

Durante os anos 1950 a questão principal da Cadeira de Sociologia I foram as relações raciais, sobretudo a partir das pesquisas feitas para o Projeto da Organização das Ações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - Unesco. Por conta dele, a Unesco enviou ao Brasil seu diretor de Ciências Sociais, Alfred Métraux, para viabilizar o projeto. Florestan (1978) argumenta que a vinda de Alfred Métraux a São Paulo tinha como objetivo convidar o professor Donald Pierson para colaborar no projeto. Pierson acabou recusando o convite por conta do financiamento muito precário, no valor de 4 mil dólares que seriam pagos pela Unesco.

Após a recusa de Pierson, Métraux foi em busca de Roger Bastide. Bastide, que era muito amigo dele, e também não sabia dizer não de acordo com Florestan (idem), acabou aceitando o convite e foi chamá-lo para colaborar com ele. Florestan, todavia, não queria aceitar o convite por conta do grande volume de trabalho que estava desenvolvendo em sua tese de doutorado sobre os Tupinambá. Mesmo com toda contrariedade, acabou entrando na pesquisa que considerou a mais relevante que realizou em toda carreira. Isto ocorreu por conta da identificação que teve com o negro em virtude da sua história de vida e também porque o possibilitou chegar à temática do subdesenvolvimento e da dependência anos depois¹¹⁵ através de um conhecimento empírico amplo da sociedade brasileira (Fernandes, idem). Abaixo ele narra como entrou na pesquisa:

Eu não queria de jeito nenhum incluir mais uma pesquisa. Vi-me na contingência de recusar-me. Sabe qual foi a reação dele? Ao sair da sala em que conversávamos e, no vão da porta, me perguntou: “o senhor não aceita só escrever, eu colho os dados para o senhor”. Ele foi meu professor durante quatro anos – de 41 a 44 (porque inclusive no curso

¹¹⁵ “De um ângulo teórico, portanto, esse foi o trabalho que teve maiores consequências para mim, seja para conhecer o Brasil como sociedade nacional, seja para chegar à temática da sociologia do subdesenvolvimento e da dependência. Além disso, eu me senti como ser humano em comunhão com outros seres humanos. Nenhum outro trabalho meu anterior me permitiu essa comunicação endopática em profundidade. O impacto que recebi no estudo sobre o negro não foi brincadeira. Estabeleceu-se uma base de identificação psicológica profunda, em parte por causa do meu passado, em parte por causa da minha experiência socialista prévia, em parte graças a origem que eu tenho – descendo de uma família de imigrantes portugueses que se destroçou em São Paulo -, condições sem as quais provavelmente tudo isso não apareceria e eu seria o típico sociólogo profissional ‘neutro’, ‘seco’, impecável’. Porém, dada a minha história de vida, eu era a pessoa para fazer aquela pesquisa e aproveitar a oportunidade que ela oferecia de amadurecer o sociólogo como cientista e como ser humano”(Fernandes, 1978:96).

de Didática eu fui aluno dele. Eu fiquei tão comovido, que saíram lágrimas dos meus olhos. Aí eu me levantei e lhe respondi: “está bem, o senhor venceu!” (Fernandes, 1978:94).

Devido à relação construída com Bastide desde o tempo da graduação, Florestan aceitou o convite e foi realizar a pesquisa na cidade de São Paulo, que seria marcada por dificuldades decorrentes da escassez de recursos. Jackson (2007b) afirma que a parceria entre o sociólogo francês e Florestan durante a pesquisa fez com que os dois constituíssem uma das parcerias mais importantes da história da sociologia brasileira.

Para se ter uma visão clara do financiamento precário, os quatro mil dólares foram divididos entre a pesquisa de psicologia social desempenhada por Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg, que recebeu dois mil dólares; mil dólares foram revertidos para a pesquisa de Oracy Nogueira em Itapetinga; os outros mil dólares foram destinados ao professor Roger Bastide, que dividiu o dinheiro entre Lucila Hermann e Renato Jardim Moreira (ibidem:95). Os recursos eram irrisórios frente à amplitude que a pesquisa encomendada pela Unesco possuía. Como exemplo, a viabilização da publicação só foi assegurada pela ajuda de Paulo Duarte, editor da Revista Anhembi, que conseguiu um auxílio suplementar da USP no valor de 60 contos (Florestan, idem).

As primeiras pesquisas desenvolvidas em São Paulo sob a direção de Roger Bastide e Florestan Fernandes foram realizadas, como aponteí acima, para o Projeto Unesco, pois o Brasil era visto como o país da democracia racial¹¹⁶ (Ianni,2004). A Unesco tinha como objetivo utilizar o resultado das pesquisas feitas no Brasil, que possuía como pressuposto a ideia de que as relações raciais eram positivamente estabelecidas, para a luta mundial contra o racismo¹¹⁷. Chor Maio (1999:141) argumenta que o Projeto Unesco não serviu apenas para um melhor conhecimento das relações raciais, mas

¹¹⁶ De acordo com Ianni(2004) “A hipótese mais evidente(confirmada em vários estudos) é de que a Unesco foi inspirada pela ideia de que o Brasil era uma democracia racial. Isso numa época em que o mundo saía de uma guerra em que o racismo era parte intrínseca das batalhas ideológicas e também militares. Pois a brutalidade do racismo, que se desenvolveu com o nazismo(incorporado pelo fascismo), seguramente reacendeu o racismo em outras partes da Europa e do mundo. Impressionados com a tese da democracia racial, os membros da Unesco decidiram fazer estudos para incentivar o esclarecimento do problema”(p.9).

¹¹⁷ Marcos Chor Maio estudou detidamente o Projeto Unesco e argumenta sobre seus objetivos e forma de execução: Nos anos de 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura(Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. As investigações foram desenvolvidas em regiões economicamente tradicionais, como o Nordeste, e em áreas modernas localizadas no Sudeste, tendo como vista apresentar ao mundo os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente.”(p.141).

também possibilitou novas interpretações sobre a sociedade brasileira que passava por um intenso processo de modernização.

A entrada dos integrantes da Cadeira de Sociologia I no tema das relações raciais não se deu unicamente por conta do Projeto Unesco como é tradicionalmente pensado, como pode ser visto na fala de Cardoso (2008):

Florestan sonhava com poder repetir em São Paulo o que os sociólogos da escola de Chicago haviam feito naquela cidade, transformando-a em um verdadeiro laboratório de análises. Estudo proposto pelo editor da revista Anhembi, Paulo Duarte, a Roger Bastide e a Florestan sobre a questão do negro em São Paulo abria uma oportunidade para isso. Paulo Duarte não só era o grande patrocinador dos novos sociólogos, publicando-os na revista Anhembi, como era muito bem relacionado internacionalmente (p.9-10).

Portanto, o início do interesse pela pesquisa sobre as relações raciais se deu através do contato com Paulo Duarte. Cardoso (2008) argumenta que foi nesse contexto que o diretor de Ciências Sociais da Unesco, Alfred Métraux, chegou a São Paulo com a proposta de pesquisa sobre as relações raciais¹¹⁸.

O projeto de pesquisa escrito por Florestan foi baseado nas ideias do professor Donald Pierson¹¹⁹: “No projeto eu usou as ideias do professor Pierson, de que o Brasil constituía um caso negativo, quanto à existência do preconceito e da discriminação raciais”(p.94). Mesmo escrevendo o projeto Florestan procurou trabalhar em sintonia com o mestre Bastide, que buscou atenuar as suas críticas presentes na formulação primeira

¹¹⁸Peixoto(2000) detalha o projeto: “Alfred Métraux, chefe do Departamento de Relações Raciais da Unesco, traz então o projeto-piloto do órgão para o Brasil, encomendando investigações em diferentes regiões do país. Thales da Azevedo e Charles Wagley ficaram encarregados de pesquisar a situação baiana: o primeiro realizou enquetes em Salvador; o segundo, com a colaboração de W. Hutchinson, Marvin Harris e Bem Zimmerman, estudou a situação racial em quatro comunidades rurais, três baianas e uma amazônica: as célebres Itá, Vila Recôncavo, Minas Velhas e Monte Serrat. O Rio de Janeiro ficou sob a responsabilidade de A. Costa Pinto e, em Recife, René Ribeiro analisou as relações raciais tendo como foco a religião. Em São Paulo, Métraux convida Roger Bastide para coordenar a fase sociológica da pesquisa. Nesse estado, a investigação seria complementada por dois estudos de psicologia, a cargo de Aniela Giensberg e Virgínia Bicudo, e por uma sondagem realizada numa comunidade rural do estado, sob responsabilidade de Oracy Nogueira, que já fazia pesquisas em Itapetininga”(p.184-85).

¹¹⁹Sobre a relação com a teses de Pierson, Débora Mazza(2004) argumenta: “Florestan e Bastide incorporam no projeto inicial de pesquisa as ideias de Donald Pierson desenvolvidas na pesquisa de campo realizada entre 1935-1937, dentro das orientações teóricas da escola de Chicago, sobre populações de cor na Bahia”(p.90).

produzida com base nas ideias do professor Pierson. Por conta disso, não houve conflito entre ambos no desenrolar da pesquisa e na publicação do livro¹²⁰ (Fernandes, idem).

Após ter sido lido e discutido por Roger Bastide foi publicado sob o título “O Preconceito Racial em São Paulo”¹²¹, no n.118 do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo, em abril de 1951. Depois foi publicado como apêndice do livro “Branços e Negros em São Paulo”, publicação conjunta entre Roger Bastide e Florestan. A pesquisa coordenada por Bastide e Florestan e também as desenvolvidas por Cardoso, Ianni e Renato Jardim tinham como contraponto fundamental a obra de Gilberto Freyre e a tese da democracia racial decorrente dela¹²².

A publicação do livro Brancos e Negros em São Paulo traz a impressão de que a pesquisa tinha sido composta apenas pelos trabalhos de Bastide e Florestan. O que em princípio parece ser apenas a publicização da pesquisa feita no âmbito da Cadeira de Sociologia I apontava, de acordo com Jackson (2007a) a clivagem de gênero e as disputas acirradas que havia entre a USP e a ELSP¹²³:

¹²⁰“O que significa que, com o projeto, alcançamos uma grande homogeneidade no entendimento comum. Ele avançou numa direção e eu avancei noutra. O resultado é que pudemos trabalhar, durante todo o período da pesquisa e da redação do livro, em colaboração sem enfrentarmos nenhum conflito. E, realmente, nós cumprimos a programação que está feita lá – aquele não foi, pois, um mero projeto ‘teórico’; ele foi elaborado para valer praticamente. O que não pudemos fazer em colaboração, fizemos posteriormente, de modo independente, em outros trabalhos”(Fernandes,1978:94-5).

¹²¹ Octávio Ianni advoga sobre a importância de São Paulo para o pensamento de Florestan, Bastide e Oracy Nogueira, que a estudaram para o projeto Unesco: “Apresento uma hipótese que acho interessante. Levando em conta a formação acadêmica de Roger Bastide, de Florestan Fernandes e de Oracy Nogueira e também o patamar representado pela sociedade no Centro-Sul, especialmente em São Paulo, podemos identificar o porquê da teoria desses grandes pesquisadores. São Paulo já era uma sociedade mais urbanizada, mais de classes e não de castas, como no escravismo. Mesmo ainda existindo castas em São Paulo(e ainda hoje temos resquícios), a sociedade de classes estava em franco desenvolvimento, havendo, portanto, uma sociabilidade diferente daquela existente no Nordeste. Acredito que isso levou Caio Prado, Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oracy Nogueira a perceberem que esse cenário era um laboratório excepcional para a análise de problemas sociais. Aqui a questão racial aparecia de uma maneira mais explícita”(p.11-12).

¹²² Sobre a importância da obra de Gilberto Freyre, Cardoso advoga: “E Gilberto Freyre fez aquela distinção entre o escravo da lavoura e o escravo doméstico. Toda a concepção que ele criou, inclusive as visões que teve do Brasil patriarcal, foram muito mais inspiradas no escravo doméstico, de alguma maneira, obscurecendo a dureza da vida do escravo da lavoura, pondo ênfase nos lados, digamos assim, menos cruéis da relação de escravidão. Na época havia o que depois se chamou o mito da inexistência do preconceito racial. Esse grupo de Florestan, Roger Bastide e nós, estava mostrando que havia o preconceito”(Cardoso,2000:4).

¹²³A primeira edição do livro (1955), com o título Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo, publicou o conjunto completo dos relatórios produzidos pela equipe. Já a segunda edição, de 1958, incluía na Coleção Brasileira com o título Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana, trouxe apenas o texto conjunto de Roger Bastide e Florestan. A diferença é significativa e reafirma a hierarquia já

Possíveis acomodações dadas por *habitus* convergentes ou por interpretações afins impuseram, portanto, subordinadas à lógica derivada da contenda entre as duas instituições que disputavam a hegemonia no campo das ciências sociais em constituição no período. Disso resultou o obscurecimento de Oracy, dado pela estratégia editorial referida, que tornou secundários também os textos redigidos pelas mulheres envolvidas no projeto. Sabe-se, quanto às relações de gênero, que foram incrementadas as possibilidades de atuação profissional das mulheres, quase totalmente excluídas até então nas carreiras superiores tradicionais. Não obstante, tal processo só ocorreu de forma conflituosa, dificultadas as trajetórias femininas em relação às masculinas (Jackson, 2007a:123).

Para a realização da pesquisa Florestan procurou pautar-se no maior rigor teórico e metodológico possível, tendo Durkheim como a base teórico-metodológica da pesquisa: “Obviamente, Florestan conhecia os desdobramentos do método funcionalista. Sabia que eles explicavam os fenômenos por suas funções sociais e minimizavam a utilização da noção de causas e efeitos da análise durkheimiana” (Cardoso, 2008:11). A utilização do método durkheimiano dava a possibilidade de Florestan e Bastide demonstrarem como o preconceito de cor se prendia às estruturas sociais, bem “como suas funções se transformavam quando as estruturas mudam” (Cardoso, 2008:11).

A pesquisa feita em São Paulo foi desenvolvida em cortiços, favelas e também no interior do Estado, precisamente em Araraquara, onde Cardoso foi junto com Ruth Cardoso estudar a Umbanda, assim como também em São Paulo (Cardoso, *idem*). Florestan (1978) advoga que a pesquisa sobre as relações raciais trouxe um sentido novo à sociologia para ele.

Para Florestan e Bastide, o preconceito de cor existente na sociedade de classes era fruto da sociedade escravista e estamental: “Assim, o preconceito e a discriminação são explicados como meios de manutenção da ordem social escravocrata” (Peixoto, 2000:188). Este ponto é central para as ações que serão tomadas por Florestan e Cardoso

visível no subtítulo da primeira edição, que sumaria unicamente a parte republicana. Vale lembrar que a pesquisa de Oracy Nogueira tinha com referência o município de Itapetininga e que o viés analítico dos relatórios das mulheres envolvidas no projeto era psicológico (Jackson, 2007a:122).

em torno da modernização brasileira, pois o nosso *atraso* será visto como fruto dos elementos exclusivamente pré-modernos:

É a riqueza desse vai-e-vem entre estamento (casta), classe, preconceito de raça e preconceito de classe que fornece o miolo do livro. Desde o segundo capítulo, da lavra, como o primeiro, de Florestan Fernandes, vê-se como o preconceito de cor e a discriminação racial se completavam para preservar a ordem escravocrata(...): cor e diferenças raciais são elementos refeitos em seus significados culturais para manter uma situação interétnica desigual, potencialmente violenta, altamente espoliativa, mas que se acomodavam, graças àquelas redefinições culturais, evitando a explosão daquela ordem” (Cardoso, 2008:12).

O preconceito de cor não seria fruto da própria dinâmica da sociedade capitalista, mas sim da sociedade escravista, tradicional, estamental, patrimonial e irracional: “Assim, as diferenças raciais continuaram a expressar inferioridade social, mantendo-se os preconceitos e as discriminações, embora com novas funções sociais de os afastar ou prejudicar na concorrência econômica, social e cultural” (ibidem:13).

De acordo com Florestan (idem) a pesquisa sobre o negro deu a possibilidade de um conhecimento profundo da sociedade brasileira dos séculos XVIII, XIX e XX, que completou o conhecimento da sociedade brasileira dos séculos XVI e XVII que teve através das pesquisas sobre os Tupinambá. Essa pesquisa possibilitou uma análise profunda sobre a sociedade escravista, sua dinâmica interna e as características do processo de desagregação:

É claro que essa era uma perspectiva seletiva, que expunha os problemas não em termos da formação do “sistema novo”, mas dos obstáculos que o “antigo sistema” opunha à sua formação e desenvolvimento. De qualquer maneira, os resultados teóricos foram muito importantes, inclusive porque eu descobri os papéis do fazendeiro e do imigrante na transformação de toda a economia e podia ligar esses papéis ao processo global de revolução burguesa no Brasil (ibidem:95).

Para a realização da pesquisa houve a mobilização de toda Cadeira de Sociologia I. Além disso, ocorreu a participação do movimento negro através dos seus líderes durante a execução, a utilização da reconstrução de histórias de vida, das formas de preconceitos e de técnicas de trabalho de campo que apontavam o caráter inovador da pesquisa (Cardoso, 2008:16). Por conta de todos esses elementos, Cardoso (2008) advoga que fora

através da pesquisa sobre os negros que todos na Cadeira de Sociologia I aprenderam a pesquisar.

Após ter realizado a pesquisa sobre os negros em São Paulo Florestan¹²⁴ programou um desdobramento da mesma para a região Sul do Brasil, local onde havia a tese da excepcionalidade das relações raciais devido ao pequeno número de negros existentes quando comparado às regiões Nordeste e Sudeste. Enviou para os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul Cardoso, Octávio Ianni e Renato Jardim Moreira para que investigassem se as relações existentes naqueles estados realmente se diferenciavam positivamente do que acontecia no restante do Brasil.

As pesquisas no Sul do Brasil seguiram o plano de pesquisa de Florestan e representaram, como já havia chamado atenção, a principal preocupação da Cadeira de Sociologia I durante os anos 1950. Sobre elas, Florestan (1960) argumenta: “Por acaso, trata-se da primeira experiência de ambos na realização de um projeto completo de pesquisa e na redação de uma monografia” (p.XVIII). Ou seja, os trabalhos realizados no Sul do Brasil representaram a primeira ação de pesquisa protagonizada por Cardoso junto com Octávio Ianni e Renato Jardim.

A partir das diretrizes traçadas por Florestan e Bastide na pesquisa feita em São Paulo, os pesquisadores se propuseram a aplicar um *survey* que abrangesse toda a Região Sul (Cardoso et al.,1957). Cardoso (2000) afirma que o trabalho desenvolvido por ele e seus colegas representou a primeira pesquisa feita com métodos quantitativos nessa região. A extensão do projeto para o Sul do Brasil tinha duas influências. A primeira era o interesse de Roger Bastide pelas religiões africanas¹²⁵ e também o de Florestan pela questão da exploração social (Cardoso, idem).

Todavia, uma pesquisa dessa abrangência não teria condições de ser efetivada devido a uma série de obstáculos como a falta de recursos (tinham apenas Cr\$ 5.000,00), de pessoal e de tempo. Por conta disso, os pesquisadores resolveram selecionar áreas que pudessem colaborar para a ampliação do conhecimento científico e também que

¹²⁴ Veremos em detalhe este ponto ao analisarmos as pesquisas de Florestan sobre a sociedade escravista no Brasil desenvolvidas em conjunto com o professor Roger Bastide. O ponto a ser notado neste momento é que Florestan considera esta pesquisa a mais significativa que desenvolveu durante sua carreira.

¹²⁵De acordo com Cardoso (2000): “O Bastide estava interessado em entender a mentalidade religiosa. Ele era protestante na França, de formação protestante, cristão, portanto. E estava interessado em entender alguns princípios da lógica. Na proposta dele, na cosmogonia e na lógica da religião do candomblé que é dos iorubás, não haveria o princípio da contradição. As coisas podem ser e não ser, ao mesmo tempo”(p.3).

pudessem ter uma viabilidade prática (Cardoso et al.,idem). Este ponto é enfatizado por Florestan em carta de pedido de colaboração enviada ao professor da UFRGS, Laudelino de Medeiros, em 1955:

Os pesquisadores são seus conhecidos. São o Fernando Henrique Cardoso e o Renato Jardim Moreira, primeiro e segundo assistentes da cadeira, e o Octávio Ianni, que nela colabora como assistente extra-numerário. Eles precisam muito de sua cooperação intelectual e... prática. Em primeiro lugar, precisam de informações sobre a situação do negro em Porto Alegre e sobre as condições de relações com o branco. Com base nessas informações é que pretendem estabelecer a estratégia de trabalho de campo. Em segundo lugar, como dispõem de poucos recursos financeiros, precisam de seus conselhos para a escolha de uma pensão, que ofereça boas acomodações a baixo preço. Peço-lhe isso, porque não sei se a Universidade do Rio Grande do Sul dispõem de meios para proporcionar-lhes pelo menos alojamento gratuito. Tudo que puder fazer, em um sentido ou outro, nos obrigará muito à sua generosidade. Espero receber notícias suas, e envio-lhe um forte abraço. Florestan Fernandes.

Neste processo de seleção os autores não deixaram de se preocupar com o rigor científico, premissa fundamental apregoada por Florestan. Como exemplo, eles procuraram enfrentar as vicissitudes não científicas que seriam suscitadas pela permanência no campo.

Por conta dos elementos acima citados, os autores procuraram delimitar a pesquisa a partir da junção entre as necessidades de conhecimento científico e as possibilidades práticas (Cardoso et al., idem). Devido a isso, o local escolhido para a primeira sondagem foi a cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, mesmo os jovens pesquisadores tendo cogitado realizar surveys em cada capital dos estados sulinos¹²⁶.

Além da pesquisa os três intelectuais tinham compromissos docentes na Faculdade de Filosofia, o que os obrigou a delimitar apenas a capital gaúcha. Além disso, Porto Alegre demonstrava ótimas condições para a pesquisa, pois era um centro em franco

¹²⁶ “Inicialmente cogitamos de realizar, ao mesmo tempo, três “surveys”, um em cada capital dos estados sulinos, pensando nas facilidades que estas cidades, por serem centro político-administrativos e culturais, podiam oferecer para um trabalho desta natureza. Haveria a possibilidade de: 1) dispormos de maior número de informações históricas e estatísticas sobre seu desenvolvimento sócio-econômico; 2) nelas poderia ter-se concentrado semelhança do que ocorre em São Paulo – a camada da população negra que, principalmente através do funcionalismo público, conseguiu ascender socialmente, tomando consciência da posição de inferioridade diante dos brancos; 3) e, em consequência, um grupo de negros poderia estar reagindo criticamente a essa situação, o que significa que poderíamos entrar em contacto com bons informantes para o esclarecimento do problema em questão; 4) mais fácil estabelecimento do contacto com maior número de intelectuais, também bons informantes” (Cardoso et al.,idem)

processo de urbanização e industrialização. De forma concomitante havia possuído um incremento da imigração alemã e italiana e também por ter produzido uma densa população negra, mas que teve pouca importância na dinâmica produtiva (ibidem:3). Além destes elementos todos, a cidade ainda possuía traços de similaridade com a cidade de São Paulo em uma fase anterior do processo de urbanização e industrialização¹²⁷. Este último elemento possui grande significação porque era objetivo da Cadeira de Sociologia I fazer uma pesquisa comparativa logo após os resultados das pesquisas na região Sul estivessem prontos, fato que acabou não ocorrendo.

Antes de discorrer sobre a análise feita, é necessário chamar atenção para o fato de que a pesquisa feita na capital gaúcha em 1955 só foi publicada em 1960, em um artigo produzido por Cardoso que analiso abaixo. Já a pesquisa sobre Florianópolis, que ocorreu depois desta, acabou sendo o primeiro trabalho publicado, em 1960, em conjunto por Cardoso e Ianni.

Outro elemento que precisa ser chamado atenção é o referente à participação de Renato Jardim Moreira. À época da pesquisa, Moreira era o segundo assistente da Cadeira de Sociologia I e participou ativamente da elaboração e da pesquisa de campo. Como publicação, todavia, só teve a participação no trabalho “O estudo sociológico das relações raciais entre negros e brancos no Brasil meridional”, apresentado em 1955 no encontro da Associação Nacional de Antropologia e publicado nos anais dois anos depois. Logo após, Renato sai da Faculdade de Filosofia e vai trabalhar no Centro Regional de Pesquisas (Florestan,1978), deixando o protagonismo apenas para Cardoso e Ianni.

A primeira etapa da pesquisa, na qual foi feita uma sondagem na cidade, foi realizada no período de 5 de fevereiro e 4 de março de 1955. Essa primeira incursão no campo teve grande importância, pois os pesquisadores puderam averiguar o material empírico que poderia ser submetido ao rigor científico defendido de forma ardorosa por Florestan, a redefinição das hipóteses iniciais da pesquisa e também o estabelecimento de informantes¹²⁸:

¹²⁷ “Poder-se-ia dizer que Porto Alegre mal iniciava seu processo de transformação de cidade para metrópole, enquanto São Paulo já está em fase adiantada nesse processo. Portanto, em termos de uma análise comparativa, Porto Alegre oferece, com relação a São Paulo, condições extremamente favoráveis no que diz respeito à integração das camadas negras ao sistema de classes sociais e ao papel que o preconceito racial desempenha nesse processo.”(ibidem:4)

¹²⁸ Sobre os primeiros resultados no campo, apresento um trecho da carta enviada pelos pesquisadores a Florestan no dia 12/05/1955: “Os dados históricos e estatísticos que levantamos encoraja-nos a pensar que temos possibilidade de fazer um trabalho bastante razoável. Esta parte da pesquisa já vai bem adiantada (

Neste primeiro mês de pesquisa foi o que procuramos realizar. A perspectiva que havíamos escolhido levou a que nos concentrássemos no exame das possibilidades empíricas de análise da formação do sistema de classes sociais e da integração do negro nelas, para, em conexão com esses processos, estudar as relações entre brancos e negros. O problema que definíamos consistia, pois, em compreender como o grupo negro se integrou no sistema de classes sociais, cujo sentido se modificou a estrutura social da comunidade depois da transformação da ordem social da comunidade depois da transformação da ordem social escravocrata (sistema de castas) e como os valores, as representações recíprocas e as autoconcepções do grupo branco e do grupo negro, vinculados ao antigo sistema, persistiram ou se transformaram, nas novas condições de existência, interferindo na vida social como elementos ativos na atribuição de status e no desempenho de papéis sociais (ibidem:4).

De acordo com Prando (2009:15), essa ação era uma marca dos membros da Cadeira de Sociologia I, pois o recurso à pesquisa empírica seria um mecanismo de comprovação ou refutação dos esquemas interpretativos. A sondagem realizada ainda trouxe como elemento positivo a demonstração da existência de um consistente material empírico de pesquisa, bem como a bibliografia sobre o Rio Grande do Sul e a província de São Pedro, somados aos dados encontrados nos arquivos da cidade e também as informações de jornais e almanaques (ibidem:5). Estas fontes dariam as condições necessárias para que eles pudessem desenvolver o trabalho de reconstrução histórica e das relações entre brancos e negros¹²⁹

Além da reconstrução histórica, os autores procuraram também construir uma boa rede de informantes brancos e negros que teriam a função de dar elementos sobre o passado e o presente dos dois grupos (Cardoso et. al., idem). Também foram feitas entrevistas formais e informais e a realização de mesas redondas: “Para todos os tipos de entrevistas projetamos roteiros, que foram sendo formulados à medida que se apresentavam situações novas” (ibidem:6). As hipóteses de pesquisa que haviam sido

pois que nos pareceu de toda a prudência terminá-lo antes do carnaval, quando os arquivos estarão fechados) e o trabalho de campo, embora estivéssemos trabalhando nele em nosso ritmo até ontem, também tem apresentado alguns resultados, principalmente no sentido de se organizar uma rede de informantes e pessoas que nos facilitem o contato com os vários grupos raciais(Prando,2009:15).

¹²⁹ “Mesmo com relação à ascensão social do negro e sua luta contra o preconceito de cor, conseguimos encontrar elementos e fontes escritas. Desde 1892 havia um jornal, ‘O Exemplo’, mantido e publicado por negros. Embora não tenhamos conseguido obter ainda uma coleção completa do mesmo, dispomos dos números referentes aos três primeiros anos e dos publicados no período de 1921-30, inclusive, com raras lacunas”(ibidem:5)

previamente definidas foram sendo redefinidas a partir do trabalho de campo, tendo como horizonte comparativo a cidade de São Paulo¹³⁰.

Como apresentei acima, o trabalho de campo em Porto Alegre foi realizado por Cardoso, Renato Jardim e Ianni. Todavia, a publicação dos resultados da pesquisa e os desdobramentos do trabalho de campo ficaram por conta de Cardoso. Com o material produzido durante a pesquisa ele elaborou sua tese de doutorado, defendida em 1961, que possui significativas mudanças em relação ao projeto inicial acima debatido. Isto ocorre devido à criação do Seminário de Marx por Cardoso e outros colegas da Faculdade de Filosofia. Por isso, e também pela importância que esta obra possui para o tema da modernização, deixarei a análise para o próximo capítulo.

Neste capítulo eu examino o artigo publicado na Revista Anhembi, em agosto de 1960, intitulado “Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre”, pois se mantém consentâneo com o projeto de pesquisa sobre as relações raciais na capital gaúcha. Em virtude disso, gostaria de ressaltar dois pontos. O primeiro ponto a ser destacado é que este artigo foi o primeiro produto apresentado em periódico, pois logo em seguida foi publicado Cor e Mobilidade Social pela Companhia Editora Nacional.

O segundo ponto relevante a ser ressaltado é que neste artigo o autor faz alguns apontamentos sobre o processo de integração do negro na sociedade de classes porto-alegrense nos anos 1950, pois tinha como objetivo fazer uma análise sistemática dessa integração na sua tese de doutorado, que foi defendida um ano depois. Todavia, esse intento não é levado a diante, pois a análise de sua tese vai do século XVII ao início do século XX.

Outro ponto a ser ressaltado é que na nota 8 da página 592 Cardoso faz menção a um futuro trabalho no qual analisaria de forma sistemática se o convívio inter-racial no trabalho poderia interferir nas qualidades do negro como homem que trabalha. Todavia, a mudança de rumos da pesquisa fez com que também este trabalho não fosse realizado. A modificação significativa nos rumos da pesquisa foi levada a cabo por conta do

¹³⁰Como exemplo tenho uma das hipóteses formulada pelos autores: “ 2) o negro, por sua vez, no Rio Grande do Sul, não contou como força organizada de trabalho em grande escala, a não ser na zona da charqueada. Embora tenha havido alguma afluência para Porto Alegre do escravo liberto, este diferia do elemento negro que depois da Abolição deslocou-se para São Paulo. Naquela cidade encontramos o negro doméstico, e não o negro do eito, que constitui o grosso da população negra de São Paulo depois da abolição”(Cardoso et al,1956:7).

Seminário de Marx que alterou os interesses de Cardoso, que agora eram voltados, fundamentalmente, para a relação contraditória entre capitalismo e escravidão.

Na realização do trabalho de campo em que procura avaliar as representações feitas sobre o negro, foram aplicados cerca de 400 questionários, dos quais 190 foram destinados a pessoas brancas. Além dos questionários, foi realizada pesquisa documental, de campo com observação e entrevistas. Como resultado, Cardoso chegou a alguns apontamentos sobre as representações sobre o negro que debato abaixo, tentando relacioná-los ao tema da modernização.

Cardoso analisa as representações sobre o negro na Porto Alegre dos anos 1950 através da demarcação das ideologias do branco e do negro. De acordo com Cardoso (1960) a ideologia do negro tinha como elemento mais importante a luta pela intercasamento com pessoas brancas para levar ao branqueamento que lhe possibilitaria a ascensão social, imputando a perda das representações desfavoráveis que o colocavam como ser alienado devido à sua situação de cor (ibidem:584). Ao analisar as relações concretas, Cardoso aponta que a própria diferenciação interna dentro do grupo negro funcionava como uma espécie de filtro que apontaria aqueles que teriam mais ou menos chances de ascensão¹³¹.

As várias entrevistas feitas com os negros demonstraram que eles possuíam, tanto jovens como maduros, o ideal de luta pela conquista de melhores posições na sociedade capitalista e de classes. Todavia, essa realização não seria plena devido à herança do padrão tradicional, pré-moderno e irracional que funcionava como obstáculo crucial para impedir que a sociedade de classes pudesse existir em toda sua plenitude: (...) “numa sociedade capitalista que herdou padrões estamentais, e mesmo de casta, de avaliação dos homens em função da condição econômica e da cor, nem sempre permite que este empenho signifique para todos a realização do ideal visado” (Cardoso, 1960:585).

Para Cardoso, portanto, o que impedia a plena realização dos negros na sociedade de classes era a incompletude do processo de modernização que fazia com que os padrões

¹³¹De acordo com Cardoso: “A própria diferenciação social interna do grupo negro, condição suposta como necessária para que o processo em discussão se desencadeie, implica na existência necessária para que o processo em discussão se desencadeie, implica na existência de formas desiguais de participação nos ideais e nas possibilidades de ascensão. Além disso, em tais processos fatores como o tipo de personalidade, o grau de inteligência e até a beleza física dos indivíduos, interferem na seleção dos que têm mais ‘chances’ para ascender ou que são mais sensíveis ao ideal de ascensão, e, por isto mesmo, aproveitam melhor as motivações que as condições sociais específicas engendram”(p.584).

estamentais e, portanto, pré-modernos e irracionais de relações raciais se perpetuassem e mantivessem a sociedade muito desigual, ambivalente e hierarquizada. Havia um processo de resistência à mudança. Ou seja, não era a própria dinâmica capitalista que era responsável pela exclusão dos negros, mas sim era aquela que apontava uma chance efetiva de integração na perspectiva do autor:

Condições histórico-sociais peculiares fizeram que em Porto Alegre os negros encontrassem, depois da Abolição, possibilidades relativamente amplas de ajustamento à estrutura ocupacional da economia livre da cidade. Nela a escravidão foi preponderantemente doméstica, e não foi raro também, por outro lado, a exploração dos “negros de ganho”, isto é, daqueles que possuíam um ofício, incipiente ou indiferenciado inicialmente, e que pouco a pouco se adestravam nas lides artesanais. Com a Abolição estes negros se inseriram na estrutura ocupacional da cidade como artífices, escapando assim à sorte que esteve reservada para os negros das regiões de exploração escravocrata em grande escala, que quando abandonaram as lides do campo para dirigir-se às cidades não possuíam qualquer capacitação profissional que os habilitasse à vida urbana, tendo sido, por isto, condenados à vida de ociosidade e privações (Cardoso, 1960:586).

Cardoso apontou acima a qualificação profissional recebida pela educação como fator de avaliação e hierarquização social. Este critério é impessoal e moderno como Bourdieu demonstrou através dos conceitos de *habitus* e capital cultural que utilizei para analisar a trajetória do próprio Cardoso. O autor, todavia, tende a vê-lo como reminiscência do passado, reproduzindo uma visão idealizada da modernidade como já havia ocorrido com Florestan.

Ao analisar a ideologia do branco sobre a possibilidade de trabalhar junto com o negro em profissões socialmente qualificadas, ele observou que não havia rejeição. Todavia, este resultado foi encontrado apenas entre os estratos pobres da população branca. O resultado já se mostrava bastante diferente quando relacionado a estratos intermediários da população, como os alunos das escolas de ensino médio. Nesta população, a rejeição ao negro mostrou-se bem acentuada, pois era considerado apto apenas para os trabalhos baseados na utilização da força muscular.

Dos 487 entrevistados, 182 ou 37%, eram desfavoráveis ao trabalho com negros. Já 168 ou 34,5%, eram contra o trabalho com mulatos. Já 210 ou 43,2% ficaram indiferentes ao trabalho com negros; e 187 ou 38,6% eram indiferentes ao trabalho com mulatos. De acordo com o autor, à medida que as classes iam se modificando, a rejeição

ao negro também aumentava. O casamento inter-racial era fortemente rejeitado pelos entrevistados, pois 90% não aceitava esse tipo de relação, “não admitindo sequer a ideia de participar de bailes onde dancem negros e brancos indiscriminadamente, este último em proporção um pouco menor”(ibidem:595-96).

Os negros eram vistos, segundo Cardoso (idem), como incapazes de incorporar as qualidades requeridas pela sociedade capitalista como a perseverança, espírito de iniciativa, ambição, organização, senso de responsabilidade, capacidade de poupança. O que poderia parecer uma exclusão moderna é vista pelo sociólogo como resultante de resquícios do passado. Por isso, havia uma aposta do autor que na dinâmica da sociedade de classes pudesse haver a integração efetiva dos negros:

Se pensarmos que o processo de ascensão social de determinada camada, ou a intensificação do processo de mobilidade social na sociedade em geral, independem, na medida em que são desencadeados por outros processos – estes de natureza econômica -, da vontade e da consciência dos homens que estão envolvidos neles, não será difícil prever-se que, no futuro, o número de negros que conseguirá ascender socialmente em Porto Alegre será relativamente grande, se persistirem os estímulos especiais a que nos referimos no início deste trabalho. Então, por um lado, as condições para a objetivação das atitudes contrárias ao negro na esfera do trabalho serão possivelmente transformações nas maneiras tradicionais de avaliar-se os negros enquanto trabalhadores (ibidem:594-95).

Mesmo fazendo uma aposta na força da modernização como elemento potencialmente integrativo da população negra, Cardoso conclui seu texto demonstrando como a ascensão social do negro em Porto Alegre dos anos 1950 o relegava a constituir um mundo à parte feito apenas por eles, pois não eram aceitos pelos brancos que possuíam a mesma condição social.

Após a pesquisa realizada na cidade de Porto Alegre, que comprovou a consistência e a significação do material empírico encontrado, os pesquisadores decidiram ampliar a pesquisa do Rio Grande do Sul para a cidade de Pelotas devido ao grande número da população negra e do seu uso na atividade econômica desenvolvida nas charqueadas (ibidem:9). A análise sobre Pelotas foi feita por Cardoso em sua tese de doutorado.

Os pesquisadores também decidiram desdobrar a pesquisa para Curitiba e Florianópolis. A pesquisa de coleta de dados foi realizada de forma conjunta, mas os

resultados foram apresentados de maneira individual como pesquisas de doutoramento. Isto ocorreu de forma parcial, pois apenas Cardoso e Ianni cumpriram o objetivo previamente traçado visto que Renato Jardim deixou a Cadeira de Sociologia I para trabalhar no Centro Regional de Pesquisas, como já havia referido acima.

A cidade de Curitiba foi a próxima a receber pesquisa de sondagem. Os autores justificam por que o desdobramento da pesquisa deveria ser iniciado pela capital paranaense:

Como Curitiba é a segunda cidade em importância econômica do sul do país(depois de Porto Alegre), iniciaremos por ela, em julho próximo, a sondagem. Curitiba, além de apresentar como capital as vantagens já apontadas, é uma comunidade onde o reduzido coeficiente de negros na população exprime uma situação polar com relação a Pelotas. Se deste fato decorrerem diferenças no processo de integração do negro às classes sociais e na vigência e função do preconceito de cor, face às outras comunidades conhecidas, selecionaremos também esta comunidade (ibidem:9).

Apesar da importância da pesquisa realizada em Curitiba não a tratarei de forma detida porque ela foi desenvolvida como tese de doutoramento por Octávio Ianni, que a publicou com o título “As metamorfoses do escravo”, em 1962, que não é foco desta tese¹³². A pesquisa sobre Florianópolis, feita na sequência, foi desenvolvida por Cardoso e Ianni. Por isso, passarei a analisá-la agora. Antes se faz necessário destacar que a ideia inicial dos pesquisadores era ir para Itajaí devido ao desenvolvimento industrial da cidade. Todavia, ao passarem por ela ficaram decepcionados e desistiram da ideia (Prando, 2009:17) A carta a seguir escrita por Cardoso, Ianni e Moreira para Florestan no dia 18/07/1955 ajuda a compreender a escolha por Florianópolis:

(...) Florianópolis nos pareceu mais propícia ao trabalho porque tendo sido e sendo ainda a região que domina a faixa litorânea do estado que foi a que contou com um número maior de negros, é também uma cidade cuja documentação histórica é acessível. Acresce que o mais importante historiador local, o sr. Oswaldo Cabral, pôs a nossa disposição a documentação que ele, num trabalho de mais de dez anos

¹³²Sobre a pesquisa em Curitiba, Ianni (2004) argumenta: “No Paraná, por exemplo, a frequência de negros em Curitiba era relativamente pequena(entre 10 e 15% no máximo da população) e meus informantes da cidade afirmavam: ‘ Isto é, inconscientemente, eles assimilaram o preconceito que os alemães desenvolveram na Europa contra os poloneses. O negro e o polonês eram colocados na escala mais baixa da discriminação; em segundo lugar vinham os italianos (com alguns outros, como os ucranianos); em terceiro, os brasileiros do povo e no topo da pirâmide os alemães. A acentuada valorização de alguns e a classificação diferenciada para outros. Logo, esse laboratório de etnias também funcionou como elemento fertilizante”(p.12).

de pesquisa, colheu sobre os escravos. Relutamos para aceitar a oferta, mas ele nos disse que não pretendia escrever nada sobre este material por falta de tempo e que assim o trabalho não se perderia (Prando, 2009:17-18).

A Pesquisa em Florianópolis foi realizada no mês de julho de 1955, com financiamento do INEP e da CAPES e também devido ao auxílio dos professores Charles Wagley e Anísio Teixeira que permitiram a estada dos pesquisadores no campo. Também foi muito importante o apoio dado pelo diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP, professor Eurípedes Simões de Paula, que atendeu ao pedido feito por Florestan. Os autores também não deixaram de apontar a centralidade que tiveram os informantes Ildefonso Juvenal e João Crisóstomo da Silveira para a realização da pesquisa (Cardoso & Ianni, 1960: XL).

Antes de analisar a construção desta pesquisa, é necessário fazer um pequeno comentário mais uma vez sobre Renato Jardim Moreira. O pesquisador participou do planejamento e também do levantamento do material empírico. Apenas não participou da interpretação e redação da pesquisa, como tinha acontecido no trabalho apresentado à Associação Brasileira de Antropologia, pois saiu da Cadeira de Sociologia I. É importante chamar atenção para este aspecto porque a pesquisa, cuja redação foi levada a termo em 1957, e publicada em 1960, acaba sendo pensada como obra feita exclusivamente por Cardoso e Ianni.

A escolha de Florianópolis não se deu devido ao número de negros, que era pequeno, mas sim devido ao seu incipiente processo de industrialização e urbanização. A base econômica da cidade manteve-se praticamente inalterada desde o século XIX até a metade da década de 1950, pois continuava a ser uma economia pobre e pouco diferenciada (Cardoso & Ianni, *idem*). Por conta das condições econômicas precárias, os negros e mulatos acabaram tendo uma posição econômica e social singular, pois encontraram poucas possibilidades de ascensão social (*ibidem*: XXVIII).

A pouca diferenciação econômica existente na capital catarinense seria uma demonstração de como o passado era um elemento crucial para explicar as relações raciais em 1955, o que fazia da cidade um importante objeto de estudos para os sociólogos uspianos:

Em conjunto, essa situação mantém diversos caracteres da antiga ordem, o que faz de Florianópolis um importante objeto de estudo. De um lado, porque permite conhecer melhor um estado de acomodação inter-racial peculiar em relação à sociedade brasileira tradicional, dado ser uma área que não se desenvolveu nos moldes da economia colonial. De outro lado, porque nos dá uma perspectiva para analisar, objetivamente, processos que ocorreram, em situações e condições similares, no passado (ibidem:XXVIII).

Para os autores, portanto, as relações raciais em 1955 eram similares as que ocorriam durante o período escravocrata. Por conta disso, a situação de penúria porque passavam os negros e mulatos seria explicada não pela dinâmica inerente ao capitalismo com suas ambiguidades, aporias e ambivalência intrínsecas, mas como fruto de uma sociedade tradicional e pouco desenvolvida. Por isso, um dos caminhos tomados pelos autores foi conhecer o presente pelo passado através da reconstrução histórica da formação econômica, social e das relações raciais em Florianópolis: “De outro lado, porque nos dá uma perspectiva para analisar, objetivamente, processos que ocorreram, em situações e condições similares, no passado” (ibidem: XXVIII).

Devido a pouca modificação da vida econômica em relação ao período escravista, os autores tinham como hipótese que as relações raciais formadas na sociedade escravista e tradicional se transplantaram para a sociedade de classes em formação. Por conta disso, tiveram como objetivos averiguar a formação das relações raciais no período escravista, sua dinâmica interna em termos de suas funções; também analisar os padrões de relações raciais instituídas na década de 1950, “tendo como objetivo verificar como eles operaram no mecanismo de peneiramento, de integração e ascensão sócio-econômica do mulato e do negro” (ibidem:XXX); e, também, observar se havia similitudes entre os padrões raciais da sociedade escravista e os do presente¹³³.

Os autores chamam atenção para dois problemas que tiveram de enfrentar antes de realizar a pesquisa. O primeiro foi o curto tempo de permanência na cidade, pois ficaram no campo por duas semanas apenas, como já havia ocorrido na sondagem que fizeram em Porto Alegre. Por isso, tiveram pouco tempo para selecionar nas bibliotecas

¹³³ Ainda de acordo com Cardoso & Ianni(1960): “Nesse sentido, procuramos explicar quais as condições que permitiram a preservação desses padrões até o presente e discutir se os efeitos dinâmicos dos padrões de relações raciais no sistema de acomodação inter-racial do presente correspondem aos efeitos desses mesmos padrões no ajustamento de negros e brancos no passado”(p.XXX).

e arquivos materiais de caráter amplo e consistente. E também a escassez de recursos para custear a pesquisa. Devido a essas dificuldades, resolveram agir da seguinte forma:

Na primeira semana fizemos uma sondagem intensiva da situação de contacto entre negros, mulatos e brancos, por meio da observação direta e entrevistas, principalmente. Feito esse levantamento inicial, realizamos uma análise preliminar dos dados assim obtidos, para definir empiricamente o fenômeno nos quadros da comunidade investigada, o que nos daria, ao mesmo tempo, a maneira pela qual deveríamos orientar nossas pesquisas. Depois dessa análise, constatamos que a situação de contacto na comunidade deveria ser investigada através de duas vias principais: a) partindo-se do conhecimento do status do informante; b) através do conhecimento da dinâmica das relações sociais nos círculos de convivência social fundamentais da comunidade: esportes, escola, vizinhança, baile, família e trabalho (ibidem: XXVIII).

Para a realização dos objetivos acima traçados, os sociólogos procuraram seguir o rigor tão apregoado por Florestan. Por isso, tiveram o cuidado de definir os recursos metodológicos que seriam mais adequados para alcançar os resultados esperados. Eles utilizaram “entrevistas, relatos e depoimentos, histórias de clubes, associações e instituições, descrições de bailes, observações da distribuição ecológica da população de cor, questionário aplicado à população escolar do ensino médio”(ibidem:XXXII-XXXIII).

Na reconstrução histórica, os autores utilizaram as seguintes fontes primárias: jornais, documentos oficiais da Câmara e da Presidência da Província (correspondência, atas das sessões); relatórios e falas dos presidentes da Província; levantamentos estatísticos e censos demográficos; relatos de viajantes e cronistas. Como fontes secundárias, foram utilizadas monografias de historiadores, geógrafos, economistas (ibidem: XXVIII).

Os questionários foram produzidos depois da sondagem inicial. O resultado da aplicação dos questionários acabou corroborando o que já havia sido encontrado através do levantamento precedente¹³⁴. No campo, os autores procuraram observar os seguintes

¹³⁴ “Verificamos, então, que os dados não se contradizem; pelo contrário, completam-se. Os caracteres da situação de contacto que pudemos apanhar com o questionário foram os mesmos revelados através das entrevistas e outras técnicas. Existe realmente coerência entre todos os dados colhidos no campo, o que reforça a nossa convicção de que o material fornecido pelo questionário pode ser aproveitado para a reconstrução da realidade. Ele serve não só para o alargamento da compreensão do fenômeno investigado, como também para a ampliação do âmbito da análise dos limites da população escolar investigada”(ibidem:XXXV).

aspectos: I a) convivência entre brancos, negros e mulatos nos bairros, clubes, (bailes), cinemas, vizinhanças e família; b) relatos de situações através de entrevistas com membros dos diversos grupos raciais; e II “a) atitudes e opiniões reveladas em entrevistas; b) atitudes e opiniões reveladas por meio do questionário” (ibidem: XXVIII). Os autores levaram em consideração tanto o ponto de vista do branco quanto o ponto de vista do negro.

A pesquisa feita pelos três jovens sociólogos resultou na produção do livro *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis*. Ela acabou demonstrando que não houve relações raciais positivamente estabelecidas em Florianópolis quando comparadas ao restante do Brasil. Ao contrário da existência de qualquer excepcionalidade o que havia, de fato, era a disseminação de um forte preconceito racial.

Além da demonstração do preconceito racial na Região Sul do Brasil as pesquisas sobre as relações raciais vão proporcionar a Cardoso um amplo conhecimento da sociedade escravista, conceituada por Florestan como “antigo regime”. Esta realidade já havia sido sistematicamente estudada por Florestan em sua pesquisa feita com Bastide sobre o preconceito racial em São Paulo. Este ponto tem caráter central para o pensamento de ambos autores pois, mesmo com a construção do capitalismo dependente e da teoria da dependência, nos anos 1960, o passado agrário, escravista, pré-moderno, irracional, estamental e patrimonial funcionará como um entrave crucial à realização plena do processo de modernização do Brasil em suas perspectivas.

3.9 A Sociologia aplicada, o projeto Economia e Sociedade e o CESIT

Durante os anos 1950 as duas temáticas mais importantes debatidas pelos intelectuais brasileiros foram a mudança social e o desenvolvimento. Havia toda uma disputa em torno dos caminhos que o país deveria tomar para que fosse plenamente moderno e desenvolvido, como demonstrei no início deste capítulo. Esses debates eram protagonizados pelos intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro – PCB, e também aqueles que compunham o Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB.

Os intelectuais liderados por Florestan se concentraram, todavia, nos estudos sobre as relações raciais como questão sistemática e não entraram de forma efetiva nos debates que dominavam a *intelligentsia*, sobretudo a de esquerda. Isso não quer dizer que os intelectuais uspianos não debateram sobre a mudança social e o desenvolvimento nos anos 1950. O ponto é que essas questões entram na produção desses intelectuais de

maneira muito superficial. Essa postura se modificaria a partir da criação do projeto Economia e Sociedade no Brasil e do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, o CESIT.

A formação do centro possui centralidade para a conformação plena do projeto acadêmico-político de Florestan¹³⁵ (Rodrigues, 2006). Segundo Rodrigues (idem), o sociólogo, subordinado aos ditames da ciência, agiria como educador social no sentido de colocar o Brasil nos trilhos da modernidade. Este trecho de Rodrigues me auxilia a deixar mais uma vez bem delimitado como o sociólogo paulista idealiza a modernidade central como estruturada por elementos supostamente superiores e positivos.

A constituição do projeto e do CESIT deixa bastante claros os papéis complementares que Florestan e Cardoso exerciam junto à Cadeira de Sociologia I da USP. Florestan era o formulador teórico, o pensador sistemático que dava orientação sociológica rigorosa aos projetos levados a cabo pelo grupo. Cardoso, por sua vez, desenvolveu desde a juventude uma disposição para a articulação política, a formação de acordos e consensos muito grandes.

Florestan, cujo temperamento era considerado difícil e cujas posições eram um tanto inflexíveis não possuía a maleabilidade suficiente para conseguir os apoios políticos necessários para instituir um centro como o CESIT. Por conta disso, Florestan fica com a construção teórica e política do centro enquanto Cardoso trabalha junto ao Conselho Universitário da USP e à Confederação Nacional da Indústria para viabilizar o projeto.

Florestan constrói o projeto Economia e Sociedade com o objetivo de conhecer o chamado “Brasil moderno”, pois o país arcaico, ou pré-moderno, já havia sido sistematicamente estudado através das pesquisas sobre relações raciais:

Está claro que esse projeto de pesquisa nos levará a conhecer alguns aspectos centrais do chamado “Brasil moderno”. Pressupondo-se que a empresa industrial constitua a tônica das áreas econômica e socialmente “avançadas” da sociedade brasileira, por meio daquele projeto obteremos a possibilidade de saber aonde chegamos e para onde vamos

¹³⁵ Segundo Rodrigues(idem): “Dessa maneira, há uma crescente expansão de sua perspectiva científica racionalista, expressa nos estudos sobre Sociologia Aplicada e planejamento social, que serve de base para a elaboração de um projeto como o Centro de Estudos da Indústria e do Trabalho (Cesit), anexo à Cadeira de Sociologia I, e para a delimitação dos contornos da inserção social da responsabilidade intelectual, cuja sistematização lapidar se encontra na publicação *A sociologia numa era de revolução social*. O que denominamos aqui por projeto acadêmico-político consiste na convergência entre a formulação de um ramo intervencionista para a Sociologia, a Sociologia Aplicada, a elaboração do Cesit, e a obra mencionada – conformando uma unidade de sentido em torno dos papéis dos cientistas sociais e da Sociologia”(p.21).

no processo de expansão da civilização industrial no Brasil (Fernandes, 1963:303-04).

O projeto tinha como objetivo auxiliar na superação dos elementos arcaicos que ainda dificultavam a plena realização da ordem moderna. Não por acaso, a teoria que dá corpo as proposições formuladas por Florestan é a “demora cultural”. Caberia aos sociólogos que faziam parte da Cadeira de Sociologia I produzir conhecimentos originais para serem colocados a serviços dos projetos nacionais voltados para o desenvolvimento econômico, social e cultural (Fernandes, *idem*).

Esta ação poderia levar a um reordenamento da economia, personalidade e da sociedade em torno da constituição de um padrão democrático e moderno de comportamento. A adequação requerida por Florestan traz de forma implícita uma idealização da sociedade de classes e da modernidade como havia defendido acima, pois para ele deveria haver uma adequação às “exigências da ordem social de uma sociedade de classes, de economia capitalista e de regime político democrático” (*ibidem*:298).

O projeto possui quatro temas fundamentais: a mentalidade do empresário; a questão do Estado em sua ação de intervenção na economia; a força de trabalho e os fatores residuais do crescimento econômico no Brasil. Florestan (*idem*) detalha a forma de execução do projeto de pesquisa:

Cada um desses temas será objeto de projetos especiais de investigação, sendo a seguinte a responsabilidade de planejamento, direção e elaboração dos relatórios finais, na seriação em que foram mencionados: Dr. Fernando Henrique Cardoso, com o projeto em fase adiantada de levantamento dos dados; Dr. Octávio Ianni, com o projeto em fase de elaboração e de escolha definitiva dos empreendedores estatais ou paraestatais a serem considerados; Profas. Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco Moreira, com o projeto em fase incipiente de elaboração; o autor deste relatório, com o projeto na fase prévia de levantamento das comunidades com índices relevantes para análise comparativa prevista. Nas fases de coleta e análise dos dados, colaborarão nos mencionados projetos os pesquisadores da Cadeira de Sociologia I, licenciados Celso de Rui Beisigel, Leôncio Martins Rodrigues, Gabriel Bolaffi, José Carlos Pereira e Lourdes Sola, com a ajuda de especialistas e auxiliares de pesquisa a serem especialmente contratados. No conjunto, o trabalho programado prevê a redação de quatro monografias independentes e uma análise global, com intentos integrativos e de síntese, dos problemas do desenvolvimento econômico na sociedade brasileira do presente, na qual também serão aproveitadas as conclusões da pesquisa sobre a estrutura da empresa industrial em São Paulo”(p.305-06)

Florestan (1978) ficou incumbido dos temas da urbanização e do crescimento econômico. A pesquisa empírica, todavia, acabou sendo desenvolvida por Paul Singer (Fernandes, idem). Com isso, o regente da Cadeira de Sociologia I dedicou-se aos problemas teóricos que possibilitaram um conhecimento da revolução burguesa e da formação da sociedade de classes que seria desenvolvida anos depois, pois teve as condições necessárias para fazer uma síntese do seu pensamento. Esta lhe deu a possibilidade de conhecer a constituição e as transformações do capitalismo brasileiro até a década de 1960 (Fernandes, idem).

O Projeto Economia e Sociedade seria complementado pelo projeto A Empresa Industrial em São Paulo feito no âmbito do CESIT, que tinha como objetivo aplicar um *survey* nas empresas industriais da cidade. Este projeto foi escrito em conjunto por Florestan, Octávio Ianni e Cardoso. Juntos, os projetos dariam uma dimensão ampla sobre o chamado “Brasil moderno¹³⁶” e também possibilitariam condições para que os integrantes da Cadeira de Sociologia I pudessem adentrar de forma sistemática aos debates sobre o subdesenvolvimento. O projeto Economia e Sociedade levou os sociólogos ligados a Florestan a ter clara noção de que a ação a ser tomada pelos cientistas sociais em um país subdesenvolvido era estudar suas condições intrínsecas (ibidem:25). Ou seja, analisar as condições de desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil (Fernandes, idem).

Consentâneo com o rigor que era característico dos trabalhos de Florestan, houve o cuidado de estruturar o projeto em uma tese que desse suporte às investigações que

¹³⁶ Este trabalho foi elaborado por Florestan Fernandes em conjunto com Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A partir da nota de rodapé, composta pelas páginas 336 e 338 foram redigidas por Cardoso. Este projeto tinha como objetivo a aplicação de um *survey* nas empresas indústrias de São Paulo com o objetivo de elucidar as seguintes questões: “Como se deu a formação e quais são as linhas previsíveis do crescimento da indústria naquela cidade? Como se poderia distinguir, estrutural e funcionalmente, os tipos de empresa industrial, que lograram expansão persistente no sistema econômico e social da sociedade paulistana e brasileira do presente? Quais são os problemas organizatórios, de significação histórica, com que se defrontam esses diferentes tipos de empresa industrial? Essas e outras questões só encontrarão resposta à medida que ampliarmos com êxito o âmbito das investigações sociológicas que vimos realizando. Segundo, a industrialização ostenta certas peculiaridades histórico-culturais e psico-sociais no Brasil. A elaboração e a diferenciação do capitalismo na sociedade brasileira assumiram, precocemente, feições que distinguem o nosso surto industrial dos que se sucederam na história moderna de países como a Inglaterra, a França, a Alemanha, os Estados Unidos ou a Rússia. O mesmo se poderia dizer no confronto da situação brasileira com os sucessos conhecidos da industrialização nos chamados ‘países subdesenvolvidos’ da Europa, da América Latina, da Ásia ou da África. Se quisermos explicar cabalmente os problemas sociológicos que se desenham neste terreno e contribuir para alargar as explicações sociológicas correspondentes, não devemos vacilar diante das perspectivas que os fenômenos da industrialização abrem às investigações de sociologia econômica no Brasil” (Ibidem:328-29).

seriam realizadas. Essa, por sua vez, como vimos, foi a tese da “demora cultural”, utilizada pelos membros da Cadeira de Sociologia I para compreender os dilemas da modernização do Brasil¹³⁷. Romão (2006) afirma que a perspectiva da “demora cultural” que esteve presente nos textos de Florestan e Cardoso até o início dos anos 1960, “se coaduna com a postura intelectual necessária a uma situação de colaboração entre a produção sociológica do CESIT e as entidades empresariais e o Estado”(p.169).

O planejamento para que os intelectuais ligados à Cadeira de Sociologia I pudessem adentrar de forma sistemática nos debates engendrados sobre o desenvolvimento brasileiro já havia sido alinhavado pelo projeto Economia e Sociedade redigido por Florestan¹³⁸. De acordo com Romão (idem), representou uma atuação política da Cadeira de Sociologia I dentro e fora da universidade através da junção do talento político de Cardoso e a liderança intelectual de Florestan.

O CESIT viria adentrar de forma efetiva nos debates sobre o desenvolvimento nacional e também focaria as resistências à mudança (Romão, idem). Florestan (idem) advoga que as pesquisas feitas sobre as relações raciais e as desenvolvidas pelo CESIT deixaram bastante claro para os pesquisadores da Cadeira de Sociologia I que sua ação deveria ser construir o tipo de teoria que fosse mais adequada ao caso brasileiro.

A implantação do projeto requeria também apoio institucional do Conselho Universitário da USP e um aporte financeiro que pudesse subsidiar as pesquisas que seriam feitas no CESIT. Como já havia dito acima, Florestan não possuía habilidade política para conseguir apoio no Conselho Universitário, cujo caráter era muito conservador. Já Cardoso, desde a sua trajetória escolar havia incorporado uma disposição

¹³⁷ Romão (idem) detalha a tese proposta originalmente pelo sociólogo americano W.F. Ogburn: “As teses do ‘cultural lag’, formuladas pelo sociólogo norte-americano W.F. Ogburn, às quais faz menção Florestan neste trecho, pretendiam explicar a ocorrência de ‘desajustes’ na sociedade moderna. Segundo essa concepção, certas ‘partes’ da sociedade se transformariam com mais rapidez que outras, produzindo o fenômeno da ‘demora cultural’. De modo geral, seriam as ‘condições materiais de vida’ que evoluiriam com mais rapidez: indústrias, mecanização agrícola, técnicas de moradia, etc. teriam se transformado com imensa velocidade nos tempos modernos. A chamada ‘cultura não-material’ (costumes, crenças, filosofias, leis, governos, etc.), em porção ‘adaptativa’, normalmente não correspondia às mudanças na ‘cultura material’. A ‘demora cultural’ seria o resultado de falhas de sincronia no processo de mudança entre partes da sociedade”(p.80).

¹³⁸ De acordo com Romão (idem): “A afirmação em nível nacional das análises de Florestan Fernandes e seus assistentes estava calcada na legitimidade que poderia lhe conferir a positividade científica. Mais que isso, para a construção de uma postura sociológica que tivesse como projeto a ‘intervenção na realidade social’, era preciso que os pressupostos teóricos e metodológicos fossem exemplarmente construídos, a fim de que não restasse dúvida sobre a validade do procedimento de aplicação do conhecimento sociológico. O projeto de uma sociologia que se relaciona mais diretamente com os problemas sociais do país na intenção de, ao mesmo tempo, aprimorar a compreensão científica da realidade e contribuir para a solução, terá a possibilidade de concretizar-se com o aparecimento do CESIT”(p.36).

em negociar e articular consensos, ou seja, em acumular capital social. Nesse sentido, seria a pessoa ideal para conseguir as condições institucionais e financeiras que pudessem viabilizar o CESIT.

Em 1954 Cardoso é eleito representante dos ex-alunos na Associação de Auxiliares de Ensino da Universidade de São Paulo (ASUSP) e torna-se o mais jovem membro do Conselho Universitário da USP, em 1957 (Leoni, *idem*). Cardoso tem duas passagens pelo Conselho: a primeira entre abril de 1957 e abril de 1958 e a segunda em 1961, quando passa um ano (Romão, *idem*). Como representante da associação de professores assistentes Cardoso advoga: “Nosso objetivo era tornar o sistema mais democrático” (Cardoso, 2013:93).

Cardoso representava um movimento que tinha como objetivo lutar contra o poder absoluto que os professores catedráticos detinham sobre os alunos, os estudos acadêmicos e os professores assistentes e auxiliares. A luta pela democratização do sistema de cátedra era um objetivo central da Cadeira de Sociologia I, protagonizado pela figura de Florestan como advoga o seu discípulo mais dileto:

Para que houvesse uma reorganização, para que se tivesse um departamento, para que os departamentos tivessem alguma vitalidade, em tudo isso está a marca de Florestan Fernandes. São inumeráveis os trabalhos que escreveu a respeito da universidade e da educação. Continuava a ser ao mesmo tempo o grande intelectual, o homem que muda a instituição na qual ele vive. O homem que olha mais além e trata de deixar sua marca na sociedade circundante (Cardoso, 1987:26).

Através de sua grande capacidade de articulação Cardoso trabalhou intensamente em favor da reforma universitária e dos direitos dos professores assistentes que viviam em situação extremamente precária frente à dominação absoluta dos professores catedráticos (Leoni, 1997:75). O Conselho Universitário funcionava como o centro político da universidade e era dominado pelas escolas superiores (Romão, *idem*). Cardoso procura manter uma postura conciliadora, buscando angariar simpatias da maioria conservadora dos conselheiros (Romão, *idem*). Sua postura foi fundamental para acumular capital social que seria materializado na fundação do CESIT. Cardoso descreve a sua relação com os catedráticos que compunham o Conselho Universitário:

Nós brigávamos muito no Conselho. Mas eu ia jantar com eles, com o Honório, o Pedro Alcântara, às vezes ia o reitor, nós íamos jantar, um restaurante italiano... Porque no começo, quando eu fui eleito, eles

acharam que eu ia chegar lá pra botar dinamite, e eu sou uma pessoa educada, muito certinho, minha educação...normal, enfim, mas, eu não digo palavrão, não ofendo, não agrido, eles ficaram muito surpresos. E depois eu era favorável à carreira universitária, naquele tempo não tinha carreira, você era demissível ad nutum, e podiam nomear quem fosse, quem não era doutor... E eu era favorável, como sou, a que houvesse salário ligado à carreira... E eles achavam que era o populismo que estava entrando no Conselho, comunista, populista. Eu não era, na época, nem uma coisa nem outra. Mas queria mudar, era contra o sistema capitalista, mas sem definição ideológica precisa nem política específica. Um dia o reitor me convidou para ir ao Rio, porque tinha uma confusão de verbas na Universidade. Quando chegamos ao Rio, eles ficaram surpresos. Porque eu tinha um tio que era ministro da Guerra, eles não sabiam, nem ninguém em São Paulo sabia, porque minha família é do Rio. Era época de Juscelino. Eles ficavam boquiabertos, porque eu entrava naqueles meandros do poder pela via doméstica (Cardoso *apud* Romão, 2006:103)

Por conta do seu jeito conciliador, o sociólogo conseguiu angariar a simpatia dos conselheiros que seria utilizada como grande trunfo para obter a autorização para a criação do CESIT. Além de articular a criação do centro Cardoso também teve atuação política destacada no início da década de 1960 em torno da eleição para reitor da USP do professor Antônio de Barros Olhêa Cintra, da Faculdade de Medicina, que representava os interesses dos grupos modernizadores da universidade: “Ficara encarregado de trazer os votos dos ‘indecisos’ do Conselho. Assim, Fernando Henrique consolida uma posição de prestígio na política universitária” (Romão, 2006:108-09).

A eleição de Olhêa Cintra trouxe relações estreitas com o governo do Estado que era comandado pelo governador Carvalho Pinto, resultando na criação da FAPESP: “fomos nós quem criamos a FAPESP, alguns professores da Medicina e eu. Com a eleição do Olhêa Cintra para a Reitoria da USP nós iniciamos um processo de modernização da USP”(Cardoso,2005:7). A capacidade de acumular capital social vai ser o elemento crucial para que o sociólogo conseguisse, anos depois, ganhar reconhecimento internacional.

A política universitária de Cardoso foi reconhecida pelo próprio Olhêa Cintra em carta enviada no dia 5 de maio de 1963. Sobre esta carta, Cardoso (1995) argumenta que ela possuía um caráter premonitório, pois apontava que ele não se dedicaria apenas à vida acadêmica. Abaixo um trecho da carta:

(...) Há homens que não se pertencem. O que o espera é inevitável. Desejo, apenas, que sua carreira de professor possa ser amplamente

realizada, apesar das responsabilidades que convergirão, necessariamente, a um homem que, como poucos, pode recebê-las. Um dia chegará em que todo o talento de um brasileiro, poderá ser aplicado, exclusivamente, ao campo de ação de seu interesse pessoal. Para que chegue esse dia, precisamente, é que você será um dos sacrificados de sua geração (Ass. Cintra).

Outro fato que demonstrava o capital social de Cardoso dentro do Conselho Universitário da USP ocorreu no dia 13 de abril de 1961 quando da aprovação da Ata de eleição ocorrida no dia 27 de março que reelegeu Cardoso com 743 votos. Houve manifestações públicas em comemoração à sua reeleição, como as falas dos conselheiros Mário Guimarães Ferri e Luiz de Freitas Bueno, que exaltaram a postura de Cardoso no Conselho¹³⁹.

O CESIT é criado em 1961 devido ao apoio conquistado por Cardoso junto ao Conselho Universitário, produzindo uma experiência institucional inédita na área de Ciências Humanas (Romão, *idem*). Como vimos acima, o CESIT tinha como objetivo desenvolver alguns projetos de pesquisa que demandavam recursos para que fossem concretizados. Para resolver esta questão mais uma vez a atuação de Cardoso, que seria alçado diretor do Centro por Florestan¹⁴⁰, foi decisiva. O sociólogo conseguiu uma dotação junto a Fernando Gasparian, que presidia como interventor nomeado por João Goulart a Confederação Nacional das Indústrias (Cardoso, 2011). Suas boas relações na reitoria foram cruciais para a liberação de verbas para pesquisa (Romão, *idem*). Além

¹³⁹“Em nome pessoal e no da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas quero manifestar meu júbilo pela reeleição do Conselheiro Fernando Henrique Cardoso, como representante dos ex-alunos da Universidade neste Conselho. Como membro do corpo docente da minha Faculdade, grandes serviços prestou ao ensino. Como Conselheiro deu sempre uma dedicação especial para a solução de problemas fundamentais da minha Faculdade. Solicito que este meu júbilo seja registrado em ata” O conselheiro Fernando Henrique Cardoso agradece as manifestações recebidas.”

¹⁴⁰ De acordo com Romão (*idem*) Fernando Henrique Cardoso viu na criação do CESIT uma importante local de atuação político-acadêmica: “A direção do Centro era um investimento importante na ‘administração científica’, estratégia de crescimento na carreira a que se somaria a inovação teórica no tratamento da questão dos empresários industriais e o desenvolvimento. A proposta inicial do CESIT era bastante ambiciosa. A elaboração de um projeto de pesquisa com aquelas características não era comum na Faculdade de Filosofia. Se já havia alcançado uma substancial projeção política na Universidade, tanto na ASUSP quanto no Conselho Universitário, Fernando Henrique poderia agora desfrutar do prestígio de dirigir um inovador centro de pesquisas que tinha, na sua origem, uma clara proposta de orientação do trabalho acadêmico para a discussão dos grandes ‘dilemas’ nacionais”(p.115).

desses recursos a Cadeira ainda foi contemplada pelos recursos advindos da recém-criada FAPESP pelo próprio Cardoso¹⁴¹.

A relação de parceria em Florestan e Cardoso manteve-se mesmo no período em que o último esteve na Universidade de Paris, no *Laboratoire de Sociologie Industrielle* realizando um curso de pós-graduação¹⁴², expressa na carta enviada a Florestan no dia 8 de fevereiro de 1962:

Quanto à minha opinião sobre as nomeações que poderão ser feitas, creio que há concordância total com as suas e do Octávio. O Luiz Pereira merece a nomeação e, tenho certeza, corresponderá às expectativas. Alegro-me que, mais cedo que pensávamos, tenha sido possível encaminhar as coisas nesta direção. Penso também que a indicação do José Carlos para substituí-lo é justa e desejável. O José Carlos é sério no trabalho e tem propósitos intelectuais firmes. Além disso, acho que, com o tempo, desenvolverá certa capacidade de liderança. Quanto às outras nomeações preferiria – se isto não puser em risco as verbas – que fossem feitas na minha volta. Uma coisa entretanto, é certa: a Lourdes deve ser nomeada para o lugar do José Carlos. Apenas, precisamos ponderar sobre se isto interessa a ela ou será melhor, em vez de fazê-la substituir o Zé Carlos no quadro dos pesquisadores da cadeira, nomeá-la para o quadro do CESIT (Prando, 2009:47).

Mesmo possuindo uma relação de caráter complementar, não deixava de possuir conflitos que eram externados por eles em determinados momentos, como quando tinham de se corresponder por cartas. Em 1963, Cardoso estava em Paris com sua esposa Ruth Cardoso e seu colega Octávio Ianni. Mesmo assim, não deixava de se comunicar com Florestan para saber dos acontecimentos referentes ao CESIT. Na correspondência enviada no dia 1 de fevereiro daquele ano, Florestan externa para Cardoso sua insatisfação

¹⁴¹ “Esse momento político extremamente favorável é bastante bem aproveitado pela Cadeira. Foi ela a principal receptora de auxílio à pesquisa nos primeiros anos de criação da Fundação, no que se refere à área de Ciências Humanas e Sociais”(Romão, idem:123).

¹⁴²Rodrigo Prando (2009:48) em seu trabalho sobre a relação entre a produção intelectual e os discursos de Cardoso, traz algumas cartas importantes sobre as relações entre Florestan e Cardoso e também sobre a primeira passagem do último por Paris e a importância que teve para sua trajetória posterior, como fica evidenciado na carta enviada a Florestan no dia 5 de novembro de 1962: “Hoje, todavia, jantei em casa de Touraine e lá estava também o Croizier. Ficaram ambos estupefatos com o painel que fiz sobre os trabalhos do nosso grupo aí de São Paulo. Crozier convidou-me para participar e fazer exposições no seminário que tem juntamente com o Aron sobre o patronato francês. Touraine, da mesma maneira, pediu-me que fizesse uma exposição na École des Hautes Études sobre as pesquisas de nosso Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho. A grande novidade para mim, entretanto, foi saber que Lazarsfeld está aqui na Sorbone dando cursos e seminários. Touraine irá pô-me em contato com ele e, creio, isto será proveitoso.

com questões relacionadas à pesquisa¹⁴³ e cobra dele mais rigor e participação efetiva no centro do qual era diretor:

Segundo, você tem de empalmar a direção do CESIT de verdade. Já insisti em que os coordenadores de pesquisa assumam os seus papéis. Mas, o Luiz não está integrado no projeto; e há relutância por parte do grupo em aceitar uma ascendência maior do Leôncio. (Isto foi feito uma manhã, em que discuti com eles o roteiro de estudo de caso; aí, li o trecho da sua carta, em que você menciona algumas lacunas do mesmo, procedentes da falta de domínio do setor tecnológico). Só você poderá fazer isso e tenho a impressão que é um dever que lhe cabe. Como eles gostam de você, não surgirão obstáculos; doutro lado, você é o chefe e boa parte das inconsistências resultaram da colaboração ou da assistência esporádica que lhes foi prestada da nossa parte (incluindo-se aí todos os três: F.H., O.I. e F.F.). O melhor seria você projetar um mecanismo de liderança democrática que lhe permitisse fazer as outras coisas sem perder de vista a qualidade e a complexidade do ponto de apoio pessoal que os nossos pesquisadores jovens necessitam. Ao voltar, analisaremos melhor tudo isso. É que se torna urgente pelo menos mencionar e que parece essencial, para não deixarmos tudo para a ocasião. Refletindo sobre os diferentes aspectos da situação, você certamente virá com ideias novas e disposições criadoras” (Fernandes, 1963:3).

Este trecho sobre a fundação do CESIT nos mostrou como houve entre Florestan e Cardoso um processo de divisão do trabalho dentro da Cadeira de Sociologia I. Florestan fora responsável por construir o projeto intelectual que deu corpo as pesquisas que seriam desempenhadas pelo CESIT, enquanto Cardoso foi o agente que propiciou politicamente as condições institucionais e econômicas para que o centro pudesse funcionar. E, cabe destacar, uma influência intelectual de Florestan sobre Cardoso muito forte. As diferenças começaram a aparecer após a fundação do seminário de Marx por Cardoso em 1958. A partir de então, as distinções se acentuaram até o ponto em que os dois intelectuais formaram, segundo minha hipótese, duas sociologias políticas distintas em termos teóricos, políticos e ideológicos.

¹⁴³“Várias vezes fiquei desapontado com as atitudes pouco entusiastas de você e principalmente de Ianni, que chegou a fazer uma afirmação de que não esqueci: “nós não podemos alterar a concepção que o senhor tem de pesquisa”. Eu havia pensado o projeto, centralmente, como um meio de treinamento; e que restasse, no plano teórico, seria “lucro”. Não poderíamos externar fundamentalmente esse propósito, por causa das circunstâncias; um centro de pesquisa de treinamento adiantado. Se tivéssemos escolhido qualquer alternativa mais complexa e ambiciosa, as coisas teriam saído bem piores...”(Fernandes, idem:2).

3.10 Escola Pública e o atraso estrutural

Outro evento que marca a trajetória e produção intelectual de Florestan e Cardoso é a Campanha em Defesa da Escola Pública que foi desenvolvida no início dos anos 1960 por educadores, pedagogos, antropólogos, políticos e sociólogos, como os dois que analiso nesta tese. Esta Campanha tinha como objetivo lutar pela universalização do ensino público no Brasil¹⁴⁴.

A Campanha possui importância central porque proporcionaria as condições para que o Brasil pudesse resolver seus dilemas em torno da “demora cultural” e conseguisse institucionalizar de forma ampla e profunda a modernidade almejada por Florestan. Para tanto, o sociólogo paulista teve uma participação destacada. Nesse sentido, Oliveira (2006) aponta como Florestan reproduziu as instâncias do sociólogo e do cidadão.

De acordo com Oliveira (2006:86) Florestan apresentou no final dos anos 1950 o “dilema educacional brasileiro” que se baseava no desajuste qualitativo e quantitativo do sistema de ensino frente às necessidades da nação e das regiões, de forma a reeducar o homem para a ordem moderna e plenamente estabelecida. Sua atuação na Campanha terá como objetivo a reversão deste quadro¹⁴⁵.

Para o entendimento e também para sua vinculação ao tema da modernização, todavia, é necessário que eu faça dois exercícios analíticos. O primeiro, é expor um texto de Florestan sobre a questão educacional como forma de ver como esta funciona como encaminhamento crucial para a transformação da sociedade brasileira. O segundo exercício é à remissão aos anos 1940 e a outras figuras chaves do movimento como Anísio Teixeira¹⁴⁶, para conseguir apontar a importância da participação de Florestan neste evento histórico.

¹⁴⁴ “O surgimento da Campanha possibilita que se trave, na sociedade brasileira, um debate sobre a educação nacional que tem caráter inaugural pela dimensão que tomou, percorrendo não só auditórios de várias Capitais brasileiras, mas também do interior do Estado de São Paulo. Também não se restringiu a uma dimensão a uma discussão de educadores e acadêmicos, mas teve penetração na sociedade ao atingir sindicatos, organizações estudantis e por meio da intensa cobertura feita pelo jornal O Estado de São Paulo”(Romão,2006:69).

¹⁴⁵ Ainda segundo Oliveira(idem): “A essa visão de educação baseada na verificação *histórica* de que a preparação das elites é antecedente à instrução das massas, Florestan vai corroborar, desde daquela época, uma concepção mais igualitária que tem por base a esperança de que, feita a *revolução* nas escolas, esta contribua para que o povo faça uma outra nas ruas”(p.105).

¹⁴⁶Nesta parte de reconstrução histórica da Campanha em defesa da Escola Pública eu utilizarei como base o trabalho de Débora Mazza (2004), que fez uma análise detida da produção sociológica de Florestan Fernandes no período entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1960, relacionando-a com o tema da educação. A partir da sua análise consigo os elementos para construir uma visão ampla sobre a campanha,

Florestan (2010) tem como objetivo central demonstrar a centralidade da educação para que o Brasil conseguisse aliar crescimento econômico e desenvolvimento. Para tanto, deveria haver uma intervenção racional conjunta por parte de sociólogos, psicólogos e educadores para que o potencial emancipatório da educação pudesse ser colocado em prática no Brasil a fim de deixá-lo de forma plena nos trilhos da modernidade.

Todavia, era necessário um combate duro contra o conservadorismo que, a um só tempo, reproduziria um sistema educacional baseado em uma cultura generalista e aristocrática e também produzia reações aos problemas educacionais que deixavam bastante claro a cegueira frente aos desafios que eram impostos à educação para ela pudesse servir de elemento impulsionador do desenvolvimento.

Por conta da deficiência do sistema escolar, o senso comum refletia um comportamento tradicionalista, irracional e, portanto, limitado em relação à explicação dos problemas educacionais, que o deixava em posição assimétrica em relação à ordem social da sociedade de classes (Fernandes, 2010).

Junto ao senso comum, haveria também o comportamento irracional dos homens de ação, que limitava bastante o conhecimento e o enfrentamento dos problemas brasileiros nesta área. Tendo em vista este quadro profundo de atraso frente aos problemas educacionais, Florestan advoga pela exploração de modelos pedagógicos de países estrangeiros através da ação dos educadores-militantes. Como consequência, teríamos condições de fazer uma avaliação precisa dos nossos dilemas e também conseguir constituir um senso comum secularizado que pudesse imprimir à educação a importância necessária que ela possuía para o processo de desenvolvimento. Ou seja, a educação deveria ser tornar um problema social para que pudesse ser ajustada e cumprir a sua função civilizatória.

Com este pano de fundo sobre o papel dado por Florestan à educação, posso debater sua ação e de Cardoso na Campanha em Defesa da Escola Pública e também analisar a importância que este evento possuiu para as interpretações dos autores sobre processo de modernização brasileiro.

e que são a um só tempo capazes de trazer uma visão ampla sobre ela e também sobre os intelectuais que juntamente com Florestan tiveram uma ação destacada.

As discussões sobre a LDB têm início em 1946 e se estendem até 1961 quando a Lei é sancionada pelo presidente João Goulart (Mazza,2004). Foi também nos anos 1940 que a questão educacional se tornou preocupação para Florestan, que a expressava em textos publicados no Jornal de São Paulo, em 1946 (Mazza, idem). A preocupação com a temática educacional permanece durante toda a vida de Florestan através de sua produção intelectual e também da ação no Parlamento na década de 1980, que analiso no último capítulo.

Em 1946, o Brasil promulgava mais uma Carta Constitucional que beneficiava as tendências progressistas que lutavam em prol da educação pública desde os anos 1930. Foi a partir deste momento que foi constituído, em 1948, o primeiro anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a partir da ação de intelectuais das mais variadas tendências como Fernando de Azevedo, Alceu Amoroso Lima e Lourenço Filho: “Durante o período de tramitação do projeto pela Câmara dos Deputados, os educadores dedicaram-se a obter o encaminhamento normal, participando de múltiplos debates que visavam alertar e esclarecer os legisladores”(ibidem:218).Este anteprojeto tinha como elemento normativo a institucionalização da educação sob bases democráticas, ou seja, que conseguissem abranger de igual modo a todas as camadas da sociedade brasileira¹⁴⁷.

Em 1949 o projeto foi levado ao Senado para ser submetido à Comissão Mista de Leis Complementares, cujo relator era o ex-ministro da Educação Gustavo Capanema. Este, por sua vez, emitiu parecer sobre o projeto em junho de 1949, o que ocasionou a paralisação do processo de tramitação (ibidem:220).

Por conta da ação de Capanema, o projeto só foi solicitado em 1951 a pedido da Comissão de Leis Complementares da Câmara. Todavia, ele não pôde ser debatido porque havia sido, segundo o Senado, extraviado (ibidem,220). Esse extravio fez com que o trabalho tivesse de ser recommençado pela Comissão de Educação e Cultura do Congresso. Por conta disso, uma nova versão só seria apresentada seis anos depois, em 1957 (Mazza, idem).

¹⁴⁷Sobre este ponto, Mazza argumenta: “Quanto aos fins da educação, o anteprojeto reforçava o dispositivo constitucional estipulando as condições que a escola deveria criar para que os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana tivessem vigência, ou seja, fundamentava o sistema educacional em princípios democráticos da vida. Quanto à administração, propunha a constituição de um Conselho Nacional de Educação que tivesse a função de assessorar o ministro, cabendo ao Ministério da Educação a tarefa central de dar cumprimento às responsabilidades da União em matéria de ensino”(p.219).

Esse intervalo de seis anos não ficou marcado apenas pelas discussões da Comissão de Educação e Cultura em torno da viabilização de uma nova versão do projeto, pois em 1952 “o deputado Antonio Peixoto propôs à Comissão, que se aceitasse como substitutivo, o anteprojeto-sugestão da ABE e, em maio desse ano, aprovou-se a proposta de estudar em conjunto os dois projetos ” (Mazza, 2004:220).

Somando-se ao anteprojeto da ABE o deputado Carlos Lacerda, representante das instituições de ensino privado, inseriu um substitutivo. Contando com todas as intervenções, o projeto foi encaminhado para os debates no Congresso em 1956. No mesmo ano ocorreu o I Congresso Estadual de Educação Primária de Ribeirão Preto, que teve como participantes intelectuais profundamente comprometidos com a escola pública como o educador Anísio Teixeira. Neste evento, houve a ratificação do compromisso dos intelectuais ali presentes com a escola pública e de qualidade (Mazza, *idem*). Tal postura se tornaria ainda mais forte após a aprovação do Congresso e o início da Campanha.

Mazza (*idem*) argumenta que, em 1957, a ABE produziu um manifesto público através do qual procurou dar suporte às posições de Anísio Teixeira expostas no Congresso de Ribeirão Preto. Além desse apoio, Teixeira teve outros mais incisivos que o dado pela ABE em apoio à escola pública, universal e gratuita (Mazza, *idem*). As escolas particulares, por sua vez, tiveram na ação do deputado Carlos Lacerda um trunfo de fundamental importância para barrar a possibilidade de universalização e gratuidade plena do ensino público:

Em janeiro de 1958, o deputado Carlos Lacerda ofereceu à Comissão de Educação e Cultura, por intermédio do seu colega Perilo Teixeira, um segundo substitutivo de caráter privatista; e, em janeiro de 1959, empolgava o comando da votação do projeto com o terceiro substitutivo – o Substitutivo Lacerda – que alterou profundamente o texto original, pois se baseou nas teses aprovadas no III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em 1948, trazendo, portanto, para o interior do Congresso e para a letra da Lei os interesses dos donos das escolas privadas (Mazza, 2004:223:24)

A ação de Lacerda em prol dos interesses das escolas privadas não ficou sem reação dos setores que lutavam pela universalização do ensino público e de qualidade, como ocorreu com o próprio Florestan em suas intervenções no “Estado de São Paulo” (Mazza, *idem*).

Após a aprovação do substitutivo, em 1960, que favoreceu aos interesses das instituições particulares de ensino, foi organizada a I Convenção Estadual em Defesa da Escola Pública, em maio daquele ano, que contou com a presença de intelectuais como Fernando de Azevedo, Florestan e Cardoso. Neste evento houve o início formal da Campanha em Defesa da Escola Pública, que tinha como objetivo lutar pelo ensino público, de qualidade, ou seja, que não tivesse aporte às escolas privadas (Mazza, 2004: 32 e 35).

Como consequência da Lei, “Formou-se, então, clima favorável à organização formal das correntes que defendiam as tradições republicanas brasileiras e o sistema público de ensino” (Fernandes, 1963:115). Florestan (1978) argumenta que o movimento representou o desmascaramento das elites, pois deixou claro o profundo controle da mudança social exercido por elas.

A campanha ganha apoio de toda Faculdade de Filosofia, através das lideranças de Roque Spencer Maciel de Barros e o próprio Florestan Fernandes (Romão, *idem*). Segundo Florestan (1963), os líderes das escolas particulares em conexão com o clero católico conseguiram alterar de forma completa o conteúdo e a orientação do projeto:

Por fim, um ano depois a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que incorporava as principais exigências das correntes privatistas, subvertendo tradições fortemente consagradas pela experiência republicana, notadamente no que se referia à autonomia do Estado em matéria de administração e política do ensino, à aplicação dos recursos oficiais destinados à instrução, e à maneira de interpretar a intervenção dos poderes públicos na democratização das oportunidades escolares (p.115).

O movimento teve apoio de figuras proeminentes como o Julio de Mesquita Filho, do jornal “O Estado de São Paulo”, que garantiu uma ampla cobertura pelo veículo de comunicação. Florestan, assim como ocorreu na pesquisa sobre as relações raciais em São Paulo, hesitou entrar na Campanha por não se considerar competente o suficiente para participar. Mudou de opinião sobre sua colaboração e participou de forma intensa¹⁴⁸:

¹⁴⁸Débora Mazza(*idem*) cita algumas ações de Florestan durante a Campanha: “Em junho de 1960, Florestan esteve três dias em Brasília como membro da delegação especial da Campanha, contatando e sensibilizando os senadores sobre as falhas existentes no projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados e propondo emendas elaboradas por uma das comissões da Campanha, visando dar uma contribuição no encaminhamento dos problemas fundamentais da educação brasileira. Em setembro de 1960, Florestan pronunciou uma conferência no auditório da Biblioteca Municipal de São Paulo, sob o título ‘A escola e seu papel na comunidade brasileira’, como parte de um ciclo organizado pelo Centro

“Isso quer dizer que a agitação que eu fiz é uma agitação que gira em torno do debate sociológico, tendo em vista o nível de consciência crítica dos problemas educacionais da nossa sociedade” (Fernandes, 1978:59-6). A radicalização do movimento deu-se pela ação dos intelectuais como o próprio Florestan.

Florestan e Cardoso têm participações significativas durante a Campanha que mobilizou várias cidades do Brasil. Através das diversas palestras que ministrou e os contatos que fez pelo Brasil o regente da Cadeira de Sociologia I teve como grande êxito de sua atuação o desmascaramento das elites brasileiras, ou seja, a demonstração do seu caráter totalmente avesso às transformações sociais. A campanha foi para autor uma demonstração empírica do comportamento tradicionalista, irracional e atrasado de nossas elites que impunham barreiras profundas para que nós pudéssemos, enquanto país, chegar à modernidade plena. Para ter chegado a uma conclusão tão forte, Florestan se baseou nas mais de cinquenta palestras que realizara pelos quatro cantos do Brasil, acrescidas ainda de entrevistas e declarações na imprensa:

Eu não tive uma: tive quase sessenta oportunidades de observar grupos em ação e de discutir com membros daqueles grupos de diferentes posições: os que apoiavam a Campanha, os que eram contra, os que eram contra as medidas de racionalização do ensino e os que defendiam a patrimonialização do sistema nacional de educação. Pude, então, ir ao fundo da natureza do controle conservador do poder (Fernandes, 1978:62).

Foi através da participação na Campanha que Florestan descobriu o profundo conservadorismo das classes dominantes no Brasil, que fez com que ele definisse como “resistência sociopática à mudança”. Isso porque as elites tinham medo profundo de perder suas posições de mando na sociedade brasileira¹⁴⁹ (Fernandes, idem). Florestan afirma que a Campanha o fez sair do confinamento acadêmico que a universidade lhe impusera pois, como já apontei acima, ele relutou em entrar no movimento¹⁵⁰ devido à

Universitário de Estudos Pedagógicos, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Nessa conferência, o autor explorou as relações existentes entre o padrão de integração da comunidade e a contribuição positiva da escola no controle das forças materiais e morais do ambiente pelo homem”(p.243).

¹⁴⁹ Ainda sobre a visão das elites brasileiras, Florestan argumenta: “Era um desdobramento da capacidade do observador direto de explorar a técnica de observação participante, que permitia um aprofundamento vertical na observação e no conhecimento da sociedade brasileira. Quantas pesquisas eu teria de fazer para conseguir algo equivalente em matéria de conhecimento da sociedade brasileira? Como poderia chegar a resultados análogos?” (Fernandes, 1978:63).

¹⁵⁰ Florestan (2008) argumenta sobre sua entrada no movimento: “Eu entrei nisso a contragosto porque aquilo representava para mim um investimento de tempo muito penoso.

consideração de que sua entrada lhe traria muitos ônus: “eu tinha obrigações múltiplas como professor: escrever, tomar conta de trabalho, trabalhar na Congregação, escrever em jornal”(Fernandes, 2008:124).

Florestan afirma ainda que a participação na Campanha lhe deu a oportunidade para uma imersão vertical na análise da sociedade brasileira, mobilizando o professor universitário e tirando a universidade do isolamento. Por conta disso, o sociólogo paulista acredita que a Campanha tenha cumprido a sua função¹⁵¹.

Sua participação foi fundamental para a descoberta do ultraconservadorismo das elites que influenciou e muito a sua produção posterior, que vai se radicalizando até chegar a um caráter abertamente revolucionário: “Então, foi muito rico, foi uma campanha que me deu uma visão muito rica da sociedade brasileira, eu como sociólogo teria de depender de muitas monografias para apanhar esse cadinho” (Fernandes, 2008:125). Cardoso (1987) argumenta sobre o significado da Campanha para Florestan:

E houve momento em que nós todos esquecemos um pouco nossos aventais e nos lançamos a uma peregrinação por São Paulo para fazer uma campanha – a Campanha em Defesa da Escola Pública. Este outro Florestan também foi um Florestan seminal, também foi um Florestan que marcou, porque mostrou que o acadêmico pode e deve, em certas circunstâncias, lançar-se a posições concretas de luta para melhorar as condições de vida de seu país(p.25).¹⁵².

Mazza (idem) defende que a participação na Campanha em Defesa da Escola Pública foi crucial para Florestan pôr em prática sua concepção de ação intelectual e política, bem como foi elemento fundamental para uma viragem intelectual em relação à produção levada a cabo nos anos 1950 que era pautada pela tese da “demora cultural”:

¹⁵¹ Florestan (1978) prossegue: “Foi uma avenida que nos pôs em contato com os problemas humanos da sociedade brasileira e de uma forma que podia ser tolerada pelos diferentes grupos. A tal ponto que espíritas, maçons, protestantes, católicos dissidentes ou círculos radicais podiam patrocinar e participar das várias conferências e demonstrações. Os maçons tiveram uma importância muito grande no desenvolvimento da campanha. Por sua vez, mais tarde, depois do Conselho Ecumênico, a Igreja Católica deu um salto. Nós não teríamos tido muitos dos antagonistas que enfrentamos se o contexto fosse outro. Mas, naquele contexto, o que aconteceu foi produtivo. Especialmente para o jovem, que ouvia. Ele aprendia a refletir criticamente sobre os problemas da sociedade brasileira. E essa é uma aprendizagem fundamental” (p.64-5).

¹⁵²“A tal ponto que espíritas, maçons, protestantes, católicos dissidentes ou círculos radicais podiam patrocinar e participar das várias conferências e demonstrações. Os maçons tiveram uma importância muito grande no desenvolvimento da campanha. Por sua vez, mais tarde, depois do Concílio Ecumênico, a Igreja Católica deu um salto. Nós não teríamos tido muitos dos antagonistas que enfrentamos se o contexto fosse outro. Mas, naquele contexto, o que aconteceu foi produtivo. Especialmente para o jovem, que ouvia. Ele aprendia a refletir criticamente sobre os problemas da sociedade brasileira. E essa é uma aprendizagem fundamental”(Fernandes,1978:65).

Ele teria apreendido, valendo-se de sua experiência na Campanha, que o problema educacional brasileiro não cabia dentro categoria clássica de demora cultural, pois não se tratava apenas da necessidade de adequar as esferas e as regiões menos desenvolvidas ao ritmo de progresso das mais desenvolvidas; o autor teria tomado contato com grupos que nucleavam impulsos de resistência à mudança, criando situações de afloramento de verdadeiros dilemas sociais (Mazza, 2004:264).

A partir de sua atuação, Florestan modifica sua proposição teórica, pois agora a sociedade brasileira não seria mais ambivalente ou mesmo dualista, mas passaria a ser uma sociedade cujas elites impunham uma ação intensiva no sentido de não permitir a institucionalização de maneira efetiva da ordem social da sociedade de classes. Apenas a sociedade moderna seria capaz de democratizar o acesso à riqueza, à cultura e ao poder.

Apesar de rejeitar a formulação em torno da “demora cultural”, os outros elementos presentes mantiveram-se, como a idealização da modernidade e a consequente visão da sociedade brasileira como material e simbolicamente inferior. Aliás, é o aprofundamento desta visão que impulsiona o pensamento do sociólogo paulista a tornar-se mais e mais radicalizado nas décadas posteriores.

Cardoso, por sua vez, tem uma participação menos expressiva que Florestan, mas mesmo assim o auxiliou diretamente na Campanha que envolveu toda Cadeira de Sociologia I. Ele já havia publicado dois artigos junto com Octávio Ianni (analisado acima) e um sozinho em que defendia a inadequação do sistema educacional brasileiro frente às transformações e as consequentes demandas que estas requeriam da sociedade brasileira.

Cardoso defendia em consonância com a tese reproduzida por Florestan que a educação brasileira sofria de “demora cultural”. Também participa da Campanha através da colaboração no livro organizado por Roque Spencer Maciel de Barros¹⁵³. Neste texto

¹⁵³ “Em regra, a produção intelectual dos sociólogos e dos educadores devia corresponder, simultaneamente, a dois objetivos abertos. Um, de informação e propaganda; ele impunha que se desse atenção sistemática à enumeração e à divulgação das lacunas, inconsistências e omissões do projeto de lei sobre Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Outro, de caráter formativo e doutrinário; ele determinava a formalização e a disseminação em linguagem vulgar de ideias concernentes ao ensino no Brasil, à natureza da filosofia democrática da educação e aos requisitos educacionais de uma ordem econômica, social e política competitiva. Ambos os objetivos colimavam, explicitamente, a formação e a atuação de mecanismos reativos de controle societário em assuntos educacionais, de cuja ausência ou tibieza promana o divórcio existente entre o funcionalismo das escolas, em todos os níveis do ensino, e as necessidades educacionais das diferentes camadas da população nas várias regiões do país”. (Fernandes, 1963:117-18).

Cardoso critica o projeto como antidemocrático (Leoni, *idem*). De acordo com Leoni (1997): “O jovem sociólogo não adere a nenhum partido, a nenhum sindicato, a nenhuma organização de cunho político, mas as posições que assume dentro e fora da universidade ainda assim são posições políticas” (p.81-2). Cardoso relembra as ações que ele e Florestan fizeram durante a Campanha:

Esta Campanha teve uma presença muito grande naquela época, fins dos anos 50, se não me falha a memória. Foi uma mobilização intensíssima, uma mobilização que nos levou àquilo que então ainda era raro: o encontro entre a universidade e os trabalhadores. Andamos por sindicatos sem fim, pregando. Andamos por escolas, andamos pelo interior, pregando, discutindo modificações concretas em uma lei que iria dar as normas fundamentais ao processo educativo no Brasil. Portanto, não surpreende o Florestan que mais tarde reaparece com esta mesma ira sagrada de combatente, às vezes até próximo de Dom Quixote, que investe e muitas vezes acerta o alvo. Lotou a vida inteira (p.25).

Assim como o mestre Florestan, Cardoso abandona a tese da “demora cultural” como elemento estruturante de suas interpretações ao entrar em contato com o marxismo através da fundação do Seminário de Marx. Mesmo assim, ele continua próximo do mestre, pois mantém a idealização da modernidade e a visão da sociedade brasileira como material e simbolicamente inferior ao “núcleo dinâmico da modernidade”, pois seus dilemas seriam frutos do Brasil “arcaico” responsável por não deixar se institucionalizar na periferia a modernidade.

A partir do trabalho conjunto de ambos, procurei apontar a influência de Florestan sobre Cardoso em termos do fazer sociológico e da postura intelectual. Também procurei evidenciar como os dois exerceram funções complementares de caráter intelectual e político-institucional que foram cruciais para o êxito dos trabalhos produzidos por eles.

Ao final, procurei apontar a importância de Cardoso em termos político-institucionais e de Florestan em termos intelectuais na formação do CESIT e na Campanha em Defesa da Escola Pública, respectivamente. E também defendi as minhas hipóteses de trabalho sobre a relação dos autores com a sociologia da modernização e seus pressupostos e a importância para o desenrolar das suas trajetórias intelectuais e políticas.

Com as questões debatidas neste capítulo, deixo organizadas as bases para analisar nos capítulos subsequentes como os dois intelectuais trabalham o tema da modernização

brasileira a partir da década de 1960, bem como apontar as bases que fazem com que eles construam duas sociologias políticas a partir dos anos 1970.

Brasil arcaico versus Brasil “moderno”: dilemas e possibilidades da modernização

Neste capítulo tenho dois objetivos. O primeiro é analisar a trajetória de ambos durante os anos 1960 até o período anterior à produção de Cardoso sobre a teoria da dependência e de Florestan sobre o capitalismo dependente. Procuo demonstrar os deslocamentos feitos pelos autores e os “ancoramentos” institucionais que tiveram, e qual importância que eles possuem para a explicação das interpretações e respectivas teses que constroem até 1967 e, porque não, para as produções posteriores. Para isso, procuro deixar em voga a significação do Seminário de Marx para as interpretações de Cardoso e de Florestan, para a relação entre ambos e também para o significado teórico e político que suas publicações terão a partir do impacto da fundação deste seminário.

Além da análise de caráter institucional também procuro debater de forma comparativa o impacto que o Seminário de Marx possui nas interpretações dos autores sobre o Brasil “moderno”, bem como poderei demonstrar e precisar como este evento foi fundamental para a autonomia relativa de Cardoso em relação ao mestre Florestan, bem como apontar como as publicações do primeiro foram cruciais para as formulações posteriores do mestre. E também procuro apontar como os autores ainda continuam presos aos pressupostos da sociologia da modernização que, de forma aparente, apresentam-se distantes.

A década de 1960 representou, de fato, o primeiro momento em que a influência total exercida por Florestan sobre Cardoso começa a ser relativizada, pois ele questiona os postulados teóricos tão caros a seu mestre durante os anos 1950. Como visto no capítulo anterior, Cardoso foi o articulador político responsável por conseguir as condições financeiras para que o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho - CESIT pudesse iniciar suas atividades. Assim, Florestan deu a Cardoso a direção do CESIT.

Foi no âmbito do centro que Cardoso teve a sua primeira experiência de pesquisa no exterior quando, a convite de Alain Touraine foi, em novembro de 1962, fazer estudos de pós-graduação no *Laboratoire de Sociologie Industrielle* da Universidade de Paris (Leoni, idem). Bem, vale ressaltar que Touraine teve participação importante na criação do CESIT no período em que esteve na USP como professor visitante (Leoni, 1997). É a

partir da sua estada na Universidade de Paris que Cardoso começa a redigir a tese de livre-docência que seria defendida em 1963 na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da USP sobre os empresários industriais¹⁵⁴.

Esta tese representa a incursão direta do grupo liderado por Florestan nas controvérsias sobre a nacional-desenvolvimentismo. Durante os anos 1950, o grupo ficou deslocado do debate das teses defendidas por ISEB e PCB. A tese de Cardoso, todavia, é construída com o intuito de questionar duramente a ideia da existência de uma burguesia nacional no Brasil que pudesse ser a portadora de um projeto nacional emancipacionista. Com isso, o grupo liderado por Florestan pode adentrar ao debate com força suficiente para questionar as teses hegemônicas da esquerda que eram dominantes em termos intelectuais e políticos.

Isto foi importante para que Florestan redefinisse o seu universo temático, juntamente com o impacto das pesquisas desenvolvidas pelo CESIT e a participação na Campanha em Defesa da Escola Pública. Da Campanha em Defesa da Escola Pública, Florestan chegou à definição de que nossas elites exerceriam uma verdadeira “resistência sociopática à mudança”, ou seja, que eram elites estruturadas por um comportamento ultraconservador responsável por impedir a revolução nacional e democrática em termos capitalistas. Sobre a importância das pesquisas feitas no âmbito do CESIT, Florestan (1977) argumenta:

No contexto das pesquisas efetuadas e de seus resultados fui levado a expor as categorias históricas do capitalismo, da sociedade de classes e do Estado democrático a uma adequação mais rigorosa às condições brasileiras. É claro que outros trabalhos, como os de Roberto Cardoso de Oliveira, Paulo Singer e Juarez Brandão Lopes (que fizeram seu doutoramento junto à cadeira de Sociologia I) e de vários cientistas sociais, brasileiros e estrangeiros, foram aproveitados. Contudo, as contribuições de Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira, Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia Carvalho Franco e Leônicio Martins Rodrigues, entre 1960 e 1965, estimularam-me a buscar uma reformulação das teorias criadas para explicar o capitalismo, o regime de classes e o Estado nos centros imperiais da civilização industrial (p.201).

¹⁵⁴Sobre a tese, Prando argumenta: “Ressalta, inicialmente, que o tema da participação dos empreendedores industriais no desenvolvimento econômico do Brasil é original da perspectiva sociológica. A arguição do trabalho foi realizada pela seguinte banca: Caio Prado Junior, Candido Procópio Ferreira Camargo, Florestan Fernandes, José Quirino Ribeiro e Júlio Barbosa. A tese é defendida em novembro de 1963 e publicada sob forma de livro em abril de 1964.

Florestan terminou chegando a uma interpretação aprofundada das relações entre classes sociais e estado democrático no capitalismo periférico (Soares, 1997:71). Ou como argumenta o próprio Florestan (idem) aquelas contribuições poderiam colocar sua análise em uma perspectiva mais ampla em relação às suas interpretações sobre o negro, pois trouxeram outros personagens como o empresário industrial, o trabalho operário, o sindicato, o estudante, o homem livre na sociedade escravista, o Estado brasileiro e os partidos políticos. Desta forma, Florestan teve condições de desmistificar a consciência burguesa e analisar especificamente o que poderia ser esperado da burguesia dependente e periférica.

Além da fundação do CESIT e da crítica efetiva à cultura política da esquerda houve nesse ínterim também a fundação do Seminário de Marx. Além destes eventos, outro acontecimento de grande significação para as trajetórias de Florestan e Cardoso foi o golpe militar instituído em 1964. Foi a partir dele que o grupo construído por Florestan em torno da Cadeira de Sociologia I começaria a ser combatido até a sua dissolução final com a promulgação do Ato Institucional número 5 AI-5, em 1968 e a cassação de Florestan e Cardoso no ano seguinte. O golpe militar foi sentido de maneira direta pela USP, pois logo foi instaurado um inquérito policial-militar cujo objetivo era cercear a liberdade e a ação dos professores:

O nome de Florestan Fernandes constava da lista de professores que deveriam responder ao inquérito policial militar ao lado de Fernando Henrique Cardoso, Cruz Costa, Mário Schemberg e outros. Como reação à arbitrariedade desse inquérito, Florestan Fernandes redigiu uma carta denominada “autodefesa” e a entregou em mãos ao tenente-coronel Bernardo Schonmann, que presidia a comissão de inquérito policial militar na Faculdade de Filosofia. Essa atitude resultou na sua prisão, por um período de três dias, fato que foi explorado politicamente, com a divulgação na imprensa da carta e das manifestações que se seguiram à sua liberação, realizadas no prédio da Faculdade de Filosofia (Soares, 1997:70).

O grande sistematizar da sociologia acadêmica da USP foi perseguido junto com Cardoso e acabou sendo preso durante três dias. Escreveu uma carta endereçada ao tenente-coronel Bernardo Schönmann. Nesta Carta, Florestan demonstra toda a impropriedade e indignação com que foi realizada sua prisão, que era injustificável pelo caráter rigoroso e ético de sua contribuição realizada na USP:

Autodefesa

São Paulo, 9 de setembro de 1964

Senhor Tenente-Coronel:

Há quase vinte anos venho dando o melhor do meu esforço para ajudar a construir em São Paulo um núcleo de estudos universitários digno desse nome. Por grande que sejam minhas falhas e por pequena que tenha sido minha contribuição individual, esse objetivo constitui o principal alvo da minha vida, dando sentido às minhas atividades como professor, como pesquisador e como cientistas. Por isso foi com indistigável desencanto e com indignação que vi as escolas e os institutos da Universidade de São Paulo serem incluídos na rede de investigação sumária, de caráter “policial-militar”, que visa a apurar os antros de corrupção e os centros de agitação subversiva no seio dos serviços públicos mantidos pelo Governo Estadual. Não somos um bando de malfeitores. Nem a ética universitária nos permitiria converter o ensino em fonte de pregação político-partidária (p.210)

Florestan demonstrava com a carta que os motivos que eram postos para a sua prisão não tinham nenhuma justificação lógica, uma vez que seu empenho maior foi dado no sentido de construir a sociologia como ciência no Brasil. Ou seja, tirando sua participação na Campanha em Defesa da Escola Pública, a militância de Florestan foi marcadamente acadêmica. Mesmo com a prisão, Florestan conseguiu chegar ao ápice em sua carreira, pois em 1965 assumiu oficialmente como regente da Cadeira de Sociologia I, participou também dos debates em torno da reforma universitária e ainda acompanhou os projetos e teses que eram defendidas por seus orientandos no CESIT (Soares, 1997:60). Após o episódio de sua prisão, Florestan só voltaria a sofrer a repressão brutal da ditadura com a aposentadoria compulsória no final da década de 1960 que se tornou elemento crucial para suas posturas nos anos 1970. Ou seja, o significado mais duro do regime militar sobre ele será dado a partir de sua aposentadoria compulsória.

Depois de sua prisão, Florestan recebeu convites de universidades de diversos países, mas achou que deveria permanecer no Brasil (Cerqueira, 2004). Mesmo assim, deu cursos, palestras e seminários em países como México, EUA, Noruega, Alemanha e França (Cerqueira, idem). Vale ressaltar a sua passagem pelos EUA, que será de grande importância para que no final da década ele adentre no tema do capitalismo dependente e do desenvolvimento da sociedade de classes na periferia. Ainda em 1964 Florestan ministrou um curso na Universidade de Columbia e depois outro curso em Harvard.

Cerqueira (idem) argumenta como havia vários empecilhos para a sua entrada naquele país devido à conjuntura nacional e internacional em torno da ditadura militar e da Guerra Fria:

Em 1966, novamente o consulado não lhe deu permissão, alegando acusações de envolvimento em agitações no Brasil e em território estadunidense. O movimento das comunidades negras andava a pleno vapor. O livro de Florestan, *A integração do negro na sociedade de classes*, premiado nos EUA, era muito lido e comentado no meio intelectual e político. Seus cursos e palestras nas universidades estadunidenses eram muito prestigiados (Cerqueira, 2004:102).

A conjuntura política acabou sendo um dos fatores a aproximá-lo de maneira detida da dialética. Mesmo com essa aproximação, Soares (idem) advoga que Florestan continuou a pautar o seu trabalho como docente a partir dos princípios éticos que faziam a separação entre as esferas intelectual e política, fato que só se modifica plenamente na década de 1970.

Cardoso, por sua vez, possuía uma atuação política destacada dentro da USP em torno da reforma universitária para pôr fim ao sistema de cátedras que, como demonstrei, dava poderes totais e vitalícios ao professor catedrático. Sua atuação foi importante para a fundação do CESIT, da Fapesp e também para a eleição de Ulhôa Cintra que representava uma postura progressista dentro da universidade cujo conservadorismo era a regra. Por isso, a atuação de Cardoso era considerada uma ameaça. Vale ressaltar que a postura política de Cardoso junto à universidade não era radical ou revolucionária, mas moderada e reformista. Mesmo assim, acabou sofrendo grande perseguição assim que o golpe militar foi promulgado.

Poucas horas depois do golpe policiais prenderam o jovem sociólogo Bento Prado Junior achando que ele fosse Cardoso quando este se dirigia à Faculdade de Filosofia. Interrogaram-no bastante, mas ele acabou conseguindo convencê-los de que não era a pessoa que procuravam (Cardoso, 2013). Mas o acontecimento foi suficiente para que Cardoso se transformasse de professor-assistente e líder progressista no Conselho Universitário em elemento subversivo procurado pela Polícia. Cardoso (idem) afirma que mesmo perplexo com a situação, pois não entendia os motivos de ser procurado, passou as noites seguintes em casas de amigos dormindo em sofás e camas improvisadas. A perplexidade dominava a todos.

A ausência de informações concretas sobre os rumos do golpe militar acabou fazendo com que Cardoso e outros amigos tomassem uma atitude absolutamente inusitada, sobretudo se levarmos em consideração a postura moderada e reformista que ele tinha apresentado desde jovem:

Um dos boatos mais persistentes falava de um bolsão de resistência no Sul. Um amigo meu, Paulo Alves Pinto, era parente do poderoso general Osvino, que apoiava Jango. Num surto de idealismo juvenil, Paulo, Leôncio Martins Rodrigues, Bento Prado Junior eu, certa noite, lançamos mão de revólveres e, já tarde, entramos num carro, rumamos para o aeroporto do Campo de Marte e... quem poderia dizer o que tínhamos em mente? Pensávamos juntar-nos às forças resistentes gaúchas... Pura maluquice. Eu podia ser filho de um general, mas mal sabia disparar um revólver. Tenho para mim que nos deixamos arrebatar pelo momento, horrorizados com o que poderia significar uma ditadura. Naquela noite, fomos forçados a dar meia-volta por uma barreira militar. Poderíamos ter tido sorte pior. E assim terminava, sem incidentes, minha imprudente incursão pela resistência armada- a única tentativa que jamais faria nessa direção (Cardoso, 2013:92-3).

A citação dessa passagem é interessante para demonstrar como o golpe foi um elemento gerador de uma profunda desestabilização em termos políticos e também emocionais, pois fez Cardoso tomar uma atitude que em uma situação de normalidade não faria de jeito algum.

Cardoso não entendia os motivos de os militares estarem o procurando, pois não fazia parte do PCB e também não era um cultor do nacional-desenvolvimentismo de João Goulart. Ruth Cardoso, sua esposa, percorreu várias delegacias de São Paulo com o intuito de descobrir os motivos do mandado de prisão, mas sem sucesso. E nunca teve uma explicação concreta sobre o fato. Cardoso (idem) relata que Honório Monteiro, ex-ministro do Trabalho de Dutra e amigo pessoal de sua família, falou com o secretário de Segurança Pública de São Paulo, o professor de Direito Miguel Reale. Este, que representava um dos setores mais conservadores dentro da USP, afirmou a Honório Monteiro que Cardoso não era apenas um professor, mas também um militante.

Naquele momento o que Cardoso definitivamente não fazia era militância política, mas sim política universitária e produção intelectual junto ao CESIT. Assim, a única explicação plausível encontrada por ele para tal situação é que a postura moderada de suas ações em torno da reforma universitária acabou sendo um elemento decisivo para a perseguição que sofreu.

O tempo foi passando e a perseguição só foi aumentando, o que fez com que Cardoso se refugiasse com a família em abril no Guarujá em um apartamento do amigo Thomas Farkas. Ficou completamente isolado sem jornais e rádio, apenas recebendo alguns telefonemas. Acabou pedindo que a família voltasse para São Paulo porque era um tanto suspeito que ficassem juntos na praia em período escolar. Cardoso ficou com seu amigo Leôncio Martins Rodrigues, preocupados com suas famílias e com a situação do país. Já em São Paulo, Ruth telefonou para Cardoso relatando que a situação estava ficando mais complicada e que seria aconselhável que ele deixasse o país (Cardoso, *idem*). Devido à situação, Cardoso retorna a São Paulo de carro com Leôncio e decide deixar o Brasil:

Lembro-me muito pouco do dia em que deixei o Brasil. Minha cabeça rodava, numa mistura de raiva e medo que eu nunca tinha sentido. Os detalhes desse dia seriam mais tarde reunidos por Ruth. Fico sabendo que primeiro paramos na casa do meu amigo Roberto Gusmão para deixar uma cópia da minha tese, que ele tratou de esconder – esconder! – por trás de uma caixa de som. Maurício nos dera instruções muito precisas sobre o que fazer em seguida, e nos meses seguintes Ruth e nossos amigos se valeriam do mesmo sistema repetidas vezes para ajudar outras pessoas a fugir do Brasil: tomei um ônibus até uma das saídas da cidade, onde fui orientado a esperar num bar à beira da estrada. Enquanto isso, Ruth e vários outros amigos foram para o aeroporto verificar se era muito forte no dia a presença policial. Constatando que o caminho estava livre, voltaram ao bar para me apanhar. Trajávamos todos nossas roupas melhores e mais caras. Eu vestia um terno com colete, enquanto Ruth e as amigas usavam longos vestidos esvoaçantes e salto alto. A teoria por trás disso não poderia ser mais eloquente sobre certos aspectos da sociedade brasileira: com aparência de gente de classe média alta, a polícia não ousaria nos incomodar ao chegarmos ao aeroporto. E estávamos certos: não fomos incomodados. Na tarde de 17 de abril de 1964, entrei num avião e deixei o Brasil (Cardoso, 2013:97).

Muito abatido e tendo a incerteza sobre seu futuro, Cardoso embarca sozinho para a Argentina sem saber quanto tempo ficaria exilado. Chegando lá teve dificuldades para manter contato, pois a comunicação por telefone era muita precária. Mesmo assim, e auxiliado por cartas e por informações de pessoas que chegavam do Brasil ele teve a notícia de que havia sido alvo de uma devassa em sua vida feita pelos militares. Foram montadas comissões de inquérito na USP. Cardoso foi considerado ameaça à segurança nacional tendo como consequência sua prisão à revelia (Cardoso, 2013:101). Mesmo tendo deixado uma carta com Ruth Cardoso solicitando a licença formal da USP, acabou

sendo demitido. Cardoso lembra que não havia sido o único a passar por uma situação tão absurda quanto injustificável, pois outros intelectuais como o mestre Florestan também passaram por perseguição militar.

Na Argentina, Cardoso ficou no apartamento do amigo José Nun onde lia os jornais com as notícias sobre a situação política no Brasil. Ainda tinha um pequeno círculo de amizades com Torquato Di Tella e Gino Germani (Cardoso, *idem*). A estada de Cardoso em Buenos Aires, todavia, não duraria muito tempo, pois algumas semanas após se exilar recebeu a visita Nuno Fidelino de Figueiredo, ex-professor do Departamento de Economia da USP e que era filho do professor de Literatura Portuguesa Fidelino de Figueiredo, que o havia incentivado no final dos anos 1940 a cursar ciências sociais na Faculdade de Filosofia. Nuno Fidelino também foi agregado ao CESIT um ano antes com o aval de Cardoso (Prando, 2009).

O capital social acumulado por Cardoso acabou sendo decisivo mais uma vez. Nuno, que trabalhava na Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (Cepal), foi a Buenos Aires convidar Cardoso para trabalhar em Santiago do Chile na instituição. Aceito o convite, ele parte para Santiago sozinho e divide apartamento na cidade com Celso Furtado, Francisco Weffort e Wilson Cano. O exílio de Cardoso no Chile não seria marcado por sofrimento e privações, uma vez que o período em que passou na Cepal foi de crucial importância para que ele se tornasse em pouco tempo um sociólogo com projeção e reconhecimento internacional como ele mesmo relata:

Para mim, os tempos duros nunca chegaram a ser tão duros como para muitos outros. Não demorou e Ruth e as crianças foram também para Santiago. Nossa estada temporária transformou-se em quatro anos, e o Chile tornou-se nossa segunda casa. A vida era agradável, apesar da saída forçada do Brasil, e retrospectivamente eu costumo comparar meu exílio a um “caviar amargo”. Alcancei certo reconhecimento internacional no meu emprego, e vim a ser promovido. Ganhava um bom salário, e meu status diplomático permitiu-me importar um sedã Mercedes, o que, na época, era um modo de guardar dinheiro para um futuro incerto. Meus filhos pequenos aprenderam a falar espanhol e inglês, e posteriormente minha filha Luciana ficaria falando o português por algum tempo com um algo estranho. Nós nos tornávamos cidadãos do mundo, desenvolvendo uma visão mais global e aberta, o que nos seria de grande valia nos anos seguintes (Cardoso, 2013:104-5).

Em Santiago, portanto, Cardoso teve para si boas condições de trabalho e a presença da família que foram cruciais para que deixasse de pensar apenas a realidade brasileira, mesmo que sob uma perspectiva dialética, para pensar de maneira mais geral a América Latina como um bloco político e cultural. Teve condições para modificar sua agenda sociológica (Prando, *idem*). O tipo de reflexão a que se propusera era possível também porque Santiago era o principal centro cultural e intelectual da Região. Além do trabalho na Cepal Cardoso deu aula nas Escolas de Economia e Sociologia da Universidade do Chile, e na Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flacso), da Unesco (Cardoso, *idem*).

Em pouco tempo Cardoso já estava com a vida pessoal e intelectual devidamente organizada. Também não deixou de manter contato estreito com o mestre Florestan com o qual se comunicava periodicamente através de cartas nas quais relatava suas condições de vida e trabalho em Santiago e também procurava saber do mestre sobre a conjuntura política brasileira. Em carta enviada a Cardoso no dia 8 de junho de 1964 Florestan expressa sua alegria sobre a situação confortável na qual se encontravam o sociólogo e sua família e também relatava o quadro político marcado pela incerteza que dominava o país poucos meses após o golpe militar:

Se é possível ficar-se contente, as notícias de sua carta de 24 de Maio foram confortadoras. Apraz-me saber que você está satisfeito com os arranjos que conseguiu fazer e está num posto superior ao que possuía, tanto pelas perspectivas que abre, quanto pela satisfação e pela renda que confere. Sobretudo, alegrou-me o tom de sua carta, o qual revela que você superou o choque que sofremos. A situação, pelo menos por enquanto, está estacionária. O panorama sofreu certa distensão e não se sabe o que irá acontecer. Ao que parece, são muitas as pessoas empenhadas em impedir que aconteça aqui o mesmo que sucedeu no interior e em outros estados. No entanto, é impossível dizer-se o que isso representa. Só daqui alguns dias (ou meses) estarei em condições de proceder a afirmações concretas... O clima é de expectativa. A chamada “caça das feiticeiras”, porém, não se consumou por enquanto nem se sabe se ela acontecerá.

A situação de incerteza que Florestan relatava para Cardoso só se desfaria plenamente em 1968 com a promulgação do AI-5, que transformou a regime militar em abertamente repressor. Portanto, Cardoso continuou a manter relações estreitas com o mestre Florestan que ficou no Brasil como professor regente da Cadeira de Sociologia I, que conquistou de maneira oficial com a tese *A Integração do Negro na Sociedade de*

Classes. Cardoso apresentava interesse em disputar a vaga para a Cadeira de Sociologia II que foi ocupada por Fernando de Azevedo. Prando (idem) afirma que Cardoso tinha como conteúdos importantes de suas correspondências com Florestan as preocupações de cunho pessoal e também a unidade do grupo formado na Cadeira de Sociologia I.

Além de manter relações estreitas com o mestre, Cardoso também constituiu importantes relações com outros brasileiros em Santiago, como José Serra que, no final da década seguinte, entraria em uma polêmica junto com ele sobre o estatuto da dependência contra Ruy Mauro Marini. Junto com Serra, Cardoso montou um grupo de debate, de caráter marcadamente político, que teve a participação também de personalidades como Almino Alfonso, ex-ministro do Trabalho de João Goulart, e Plínio de Arruda Sampaio, amigo de infância de Cardoso. O seminário tinha como um dos objetivos procurar meios de influenciar na política brasileira (Cardoso, idem).

Mesmo como todo conforto e relações profissionais e pessoais bem estabelecidas em Santiago, Cardoso era um exilado e isso lhe trazia grandes dificuldades, como a impossibilidade de estar perto dos familiares e de ter notícias precisas sobre o que ocorria com eles. Tanto que não sabia que o pai estava doente com problemas cardíacos. Acabou vindo a falecer e Cardoso, tomado de grande surpresa, despediu-se da família e regressou ao Brasil. No próprio funeral acabou recebendo a notícia de que deveria deixar o país após a missa de sétimo dia. Cardoso (idem) argumenta que foram necessários anos para que ele pudesse se recuperar das injustiças que sofreu e também para poder estabelecer uma relação positiva com o Brasil. A morte do seu pai também lhe serviu como ânimo para que pudesse trilhar um caminho que o deixasse orgulhoso (Cardoso, idem).

O mandado de prisão expedido contra Cardoso acabou sendo revogado em 1967, quando seu caso foi levado à apreciação do Supremo Tribunal Militar, o que o possibilitou retornar ao Brasil e fazer o concurso para a Cátedra de Política em 1968. Voltarei a este ponto da trajetória de Cardoso quando analisar a produção da teoria de dependência e sua passagem posterior pela França antes do regresso ao Brasil.

4.1 O Seminário de Marx e singularidade periférica

Nesta seção analiso a fundação do Seminário de Marx e a importância que este possui para as interpretações de Cardoso e Florestan sobre o Brasil “moderno”. Antes da

análise de sua fundação, é interessante demarcar a relação de Cardoso com o lado político da teoria marxista, pois a distorção desta gerou muita incompreensão sobre o significado para o sociólogo do instrumental teórico-metodológico do clássico alemão. Cardoso (idem) aponta como a presença de grandes líderes no comunismo como o romancista Jorge Amado, o arquiteto Oscar Niemayer, além do apoio que os comunistas deram à candidatura do seu pai a deputado federal, em 1954, foram fatores que o levaram a ensaiar uma aproximação:

Eu nunca entrei formalmente no Partido Comunista, mas tive lá meus flertes. Estudante universitário, escrevia para uma publicação chamada Fundamentos, que era considerada porta-voz dos comunistas, publicando entrevistas com Joseph Stalin, condenações da Guerra da Coreia e coisas semelhantes. Muitos dos meus cursos de sociologia abraçavam a ideia de que o sistema capitalista global se encaminhava inexoravelmente para uma implosão, quando então seria substituído por algo melhor. À medida que prosseguia em meus estudos no Sul do Brasil, conscientizando-me mais da pobreza e da desigualdade do país, eu me sentia ainda mais atraído por essa teoria. Cheguei a contemplar a ideia de entrar de corpo e alma no partido. E foi aí que finalmente resolvi olhar mais de perto o que realmente significava o comunismo (p.72-3).

Então Cardoso passou a analisar mais detidamente o sistema, sobretudo a figura de Stalin que o deixou horrorizado, sobretudo pela maneira com que mandou assassinar milhões de pessoas. Assim, ele observou que o sistema não era a salvação econômica que parecia ser e também como a repressão era um sustentáculo fundamental. Cardoso era filho de militar, mas nunca teve do seu pai uma postura autoritária. Cardoso começou a se afastar do comunismo, pois passou a escrever em outra revista que era crítica ao regime. Todavia, o fim de sua superficial e curta relação com o comunismo ocorre depois que a Hungria é invadida pelos soviéticos em 1956. Aos 25 anos Cardoso já havia rompido por completo com qualquer relação com as políticas derivadas, de alguma forma, das teses de Marx.

Este parêntese é importante para compreendermos como a relação estabelecida por Cardoso e seus colegas com a teoria de Karl Marx foi puramente teórica, ou seja, em nenhum momento os integrantes fundadores do Seminário de Marx tiveram qualquer ambição política que justificasse os estudos que passaram a desenvolver a partir de 1958. Cardoso fundou junto com outros intelectuais uspianos como José Arthur Giannotti,

Paul Singer, Fernando Novaes, Novas Ruth Cardoso e Octávio Ianni um seminário para estudar *O Capital*, a obra magna do pensador alemão.

O seu surgimento não foi tão formal como a reputação acadêmica que ganhou por conta dos trabalhos derivados das discussões feitas em seu âmbito. Cardoso (idem) conta que o seminário surgiu na praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, em um bate papo entre ele, seu cunhado Roberto Cardoso de Oliveira, e José Arthur Giannotti, que acabara de regressar da França. De acordo com Soares (1997:61) Giannotti passou dois anos naquele país onde participou do grupo “Socialismo ou Barbárie” no qual eram debatidas as novas interpretações advindas do marxismo e também era promovida a crítica à burocracia do Estado soviético.

Giannotti, então, propôs aos amigos que fizessem um grupo de estudos no Brasil conforme era desenvolvido França através da leitura estrutural dos textos. Essa se caracteriza pela leitura de cada palavra do texto para logo após fazer uma leitura geral (Cardoso, 2013:74). Cardoso não demonstrou muita convicção, mas aceitou a proposta. E restava saber que autor deveria estudar. Este autor seria Karl Marx, pois não era estudado no meio acadêmico, além de ter sido monopolizado pela leitura ideológica dentro do Partido Comunista. Nesse sentido, Cardoso (idem) argumenta que eles acreditavam que Marx havia sido distorcido pelos comunistas, o que tornava sua leitura estritamente acadêmica crucial. Abaixo, Cardoso (idem) analisa a organização interna do seminário, sua amplitude e também a função que este possui para a sua designação como marxista:

Desse modo, de 15 em 15 dias, encontrávamo-nos na casa de alguém para uma cuidadosa sessão de leitura nos moldes franceses relatados por Giannotti. E então desfrutávamos de um bom e demorado jantar. Marx não foi o único autor que estudávamos: na verdade, também examinamos longamente John Maynard Keynes. O que poderia surpreender os críticos, que viam nesse seminário um antro de pensamento de esquerda. Marx era apenas o mais analisado dos nossos muitos temas de estudo, mas em consequência disso eu seu desde então considero “marxista” (p.74-5).

Cardoso (idem) mais uma vez reafirma sua vinculação puramente acadêmica com as teses de Marx, uma vez que o elemento que mais o aproximava do clássico alemão era o grande rigor do seu método analítico. Ainda segundo o autor, ele e os colegas de seminário se voltaram para a forma como Marx identificava as estruturas de classe. Além

disso, viam como muito entusiasmo a maneira como o pensador alemão fazia análises empíricas além, é claro, do seu método dialético: “Dessa maneira, fomos levados a tentar empreender o trabalho que Marx poderia ter efetuado se estivesse vivo na década de 1950 na América do Sul”(Cardoso, 2013:75).

Por esses elementos todos, parece ficar claro a vinculação que Cardoso teve com a obra de Karl Marx e a importância que esta relação possuiu para uma série de julgamentos futuros indevidos sobre um suposto “esquecimento” de seu passado “marxista” e “socialista”. A adesão a Marx tinha como objetivo alcançar um patamar superior de cientificidade (Lahuerta, 2008:330). Mesmo assim, a citação a seguir reforça ainda mais o argumento exposto:

É a ênfase no método que os dirige para a obra máxima de Marx, que passa a ser lida com o recurso da lógica de Hegel, o que os coloca num horizonte teórico para o qual a preocupação com o ângulo da totalidade, como pressuposto para apreender concretamente o modo de produção capitalista e sua especificidade numa sociedade marcada pelo patrimonialismo, é fundamental (Lahuera, 1999:57-8).

Roberto Schwartz (1998) argumenta que a composição do seminário que funcionou entre 1958 e 1964, era interdisciplinar, pois contava com representantes da história, filosofia, economia, sociologia e antropologia que eram requisitados de acordo com os assuntos estudados¹⁵⁵. Estes intelectuais se reuniam quinzenalmente para discutir em torno de 20 páginas de O Capital (Schwartz,1998). O interesse pela obra de Marx, como demonstrado, era de caráter puramente acadêmico e se refletiu em diversos trabalhos:

Dito isso, a contribuição específica do seminário veio por outro lado. Os jovens professores tinham pela frente o trabalho de tese o desafio de firmar o bom nome da dialética no terreno da ciência. De modo geral, escolheram assunto brasileiro, alinhados com a opção pelos de baixo que era própria à escola, onde se desenvolviam pesquisas sobre o negro, o caipira, imigrante, o folclore, a religião popular (Schwarz, 1998:7).

¹⁵⁵Cardoso (idem) relembra que um dos fatores que fizeram ganhar uma imensa notoriedade foi, precisamente, a projeção que os seus participantes tiveram: “Seu legado no Brasil é relevante não só pelo que estudamos, mas também pelo incrível número de participantes do grupo que mais tarde viriam a ganhar notoriedade. Além de Giannotti, estavam entre eles Octavio Ianni, que veio a se tornar conhecido sociólogo; Fernando Novais, um dos melhores historiadores brasileiros; Roberto Schwarz, conhecido crítico literário, que ensinou em Harvard, Brown e Columbia; Bento Prado, um dos mais conhecidos filósofos do Brasil; Paul Singer, economista que viria a ocupar cargo de destaque no governo Lula; Francisco Weffort, que veio a ser o meu ministro da Cultura; Juarez Brandão Lopes, famoso sociólogo (p.75-6)

O Seminário representou uma guinada nos intelectuais uspianos à esquerda a partir de uma radicalização ética e de uma ruptura metodológica (Lahuerta, 2008:340). Representou também a busca dos assistentes de Florestan de alguma autonomia em relação ao mestre, que segundo Lahuerta (1999) ocorreu em termos teórico-metodológicos. A partir da utilização da dialética seria possível fugir das interpretações dualistas que dividiam o Brasil em duas partes antagônicas, uma vez que moderno e tradicional passariam a estar organizados de forma entrelaçada, mesmo que contraditoriamente. Desta forma, poderia ser analisado o dinamismo específico de um país periférico frente ao movimento geral do capital¹⁵⁶ (Arantes, 1992).

O Seminário seria responsável por demonstrar como nos constituímos de forma subordinada em relação ao capitalismo global através de uma combinação singular entre atraso e moderno. Segundo Lahuerta (2008), o Seminário foi responsável por constituir uma nova interpretação do Brasil e de seu lugar no mundo:

O capital os colocaria em guarda contra conceitos como ‘arcaico’ versus “moderno” e contra a ideia de dois Brasis. Nessa conceituação, ainda que se procurasse denunciar as desigualdades e o “atraso”, faltava a análise sistemática e cientificamente realizada das várias mediações presentes no processo histórico e a reconstrução, no plano conceitual, da teia de relações e de significados presentes na realidade (Lahuerta, 2008:331)

Ainda segundo Lahuerta (1999): “Todo esforço dos intelectuais da escola uspiana visaria estabelecer um outro enfoque que levasse em conta a especificidade dos países ‘em situação de subdesenvolvimento’” (p.64). A partir de uma perspectiva que levava em consideração o movimento global do capital seria possível compreender de forma totalizadora a singularidade periférica e brasileira, em particular, que seria conformada pela junção contraditória de elementos modernos e arcaicos.

O Seminário se contrapôs ao pensamento de esquerda alocado no ISEB e no PCB, sobretudo em sua versão socialista revolucionária, ao pensamento produzido na Cepal e, no que me interessa mais detidamente, ao pensamento de Florestan Fernandes e o seu

¹⁵⁶Para o êxito do Seminário, o papel exercido pelo filósofo José Arthur Giannotti foi central: “Nele José Arthur Giannotti teria um papel fundamental para o desenvolvimento posterior dos trabalhos, já que ele era a garantia da análise do texto rigorosa, técnica que havia aprendido com Gilles-Gaston Granger e aperfeiçoado na estadia francesa, que tornava produtiva a convivência de posições diferentes e possibilitava o empreendimento coletivo” (Lahuerta, 1999:54-5).

ecletismo. Representaria também um afastamento em relação ao funcionalismo e ao estruturalismo que estavam presentes na obra de Florestan (Lahuerta, *idem*). Sobre esta relação Soares (*idem*) argumenta:

Dois aspectos devem ser destacados: o “conflito de gerações”, que encerra uma disputa de poder no campo institucional e a emergência de um novo referencial teórico, e a inserção no debate universitário brasileiro do materialismo e da dialética em oposição ao estrutural-funcionalismo herdado da formação predominantemente francesa da Faculdade de Filosofia (p.62)

Soares (*idem*) aponta ainda as consequências práticas representadas pela ruptura com o estrutural-funcionalismo através da descoberta de autores como Sartre e Lukács. A autora ainda argumenta que a disseminação da dialética e do materialismo histórico na Faculdade de Filosofia foi feito por Cardoso e Ianni. Mas essa ruptura não pretendia ser total, uma vez que o marxismo levado a cabo pelo grupo reproduzia o padrão de rigor tão caro a Florestan (Lahuerta, *idem*).

O que é importante ressaltar das leituras é que nem Arantes e nem Lahuerta que analisam como intérpretes e não como ex-participantes como Cardoso e Schwartz o Seminário, não problematizam em momento algum o caráter de singularidade brasileira, da relação entre arcaico e moderno e da consequente diferença essencial entre centro e periferia. Precisamente, os autores não constroem uma interpretação crítica deste. Seguramente o Seminário trouxe diversas contribuições em termos teóricos, metodológicos e analíticos. Mesmo assim, sua tese sobre a singularidade brasileira merece ser problematizada como faço mais à frente ao analisar duas obras de Cardoso derivadas das discussões feitas nele. Desta forma, terei condições de relativizar as contribuições do Seminário que foram vistas acima sob uma perspectiva exclusivamente positiva.

4.2 A metodologia de Florestan Fernandes

Nesta seção discuto o projeto sociológico de Florestan definido por Gabriel Cohn (1987) como “ecletismos bem temperado”. Desta forma, terei condições de demonstrar como o fazer sociológico produzido pelo sociólogo paulista e reproduzido pelo seu principal discípulo possuía como premissa a utilização de Durkheim, Weber e Marx a

partir de uma perspectiva complementar e interdependente. Assim, poderei analisar a influência de Florestan sobre a produção sociológica de Cardoso, bem como especificar o caráter da ruptura metodológica que este último desenvolveu em relação ao seu mestre.

A proposição de uma metodologia conjunta por Florestan foi feita dentro de sua preocupação maior em torno dos problemas da indução na sociologia. Os métodos dos clássicos seriam analisados como possibilidades de explicação de caráter empírico-indutivo. Ou seja, o sociólogo analisou as construções teóricas dos autores tendo em vista suas possibilidades interpretativas (Mazza,2004). Florestan argumenta que o desenvolvimento moderno da sociologia se deu no sentido de torná-la estritamente indutiva. Seria uma busca por basear a disciplina em fatos de forma a delimitar progressivamente de maneira estreita os objetos de investigação (Fernandes, idem). É dentro deste objetivo, portanto, que o debate com os clássicos se situa dentro do pensamento de Florestan.

O sociólogo faz uma análise detalhada de cada um dos métodos para demonstrar suas potencialidades e limitações e, assim, defender o caráter complementar e interdependente existentes entre eles, ponto que enfoco abaixo por ser o elemento mais importante na argumentação de Florestan. De acordo com Mazza (2004:180) a análise das diferenças existentes entre os autores apontava para questões essenciais ao desenvolvimento da teoria sociológica.

Na proposição do autor, os métodos funcionalista (de Emile Durkheim); compreensivo (de Max Weber); e dialético (de Karl Marx) poderiam ser utilizados de forma conjunta de acordo com os interesses de pesquisa. Cardoso afirma que aprendeu a utilizar os três grandes clássicos da sociologia de acordo com o tipo de análise que iria ser desempenhada. Mazza (idem) afirma que “O domínio dos diferentes métodos de indução na Sociologia permitiria o exercício da pesquisa empírica e da construção da teoria e sua aplicação à realidade brasileira” (p.182). A indução deveria ser desenvolvida por conta do caráter jovem da sociologia. Apenas uma ciência madura poderia trabalhar a partir de uma perspectiva dedutiva.

Florestan via em cada uma das propostas metodológicas possibilidades legítimas de abordagem e solução dos problemas da explicação sociológica, o que o fez apontar os caminhos que fariam da junção das três perspectivas uma possibilidade de análise ampla da realidade social. Ao referir-se ao método compreensivo de Max Weber o sociólogo argumenta que os tipos ideais possibilitavam a abstração do elemento essencial:

“Funciona como forma lógica de entendimento, em sua qualidade de instrumento analítico para o domínio intelectual dos dados empíricos” (Fernandes, 1967:123) A principal característica da técnica de inferência indutiva trabalhada por Weber refere-se à generalização através da abstração do essencial:

É evidente, porém, que por sua própria natureza, o método dos tipos ideais só permite lidar com as ações e relações humanas capazes de se integrar em regularidades ou uniformidades de sequência definíveis através de “conceitos estáticos”, isto é, conceitos relativos a processos sociais recorrentes, dotados de alguma persistência ou duração, e os apanha em unidades definidas de tempo e nos limites estritos destas unidades (nas quais tais ações e relações se atualizam) (Fernandes, 1967:125)

De acordo com o sociólogo, Weber havia conseguido resolver de forma empírico-indutiva o problema da explicação dos processos sociais e da interação humana, demonstrando que eles apenas podem ser explicados caso sejam delimitados em termos de tempo e espaço, o que traria um ponto de coincidência entre suas proposições e de Durkheim e Marx.

Florestan afirma que o pressuposto lógico por trás desta proposta é a admissão de que o elemento essencial se repete. Com isso, a interpretação proposta por Weber possuía como limitação a exclusão do horizonte interpretativo o que se apresente como algo *in flux*, quanto a concatenação lógica da realidade, vista nos seus limites extremos, a partir da construção de conceitos e fórmulas sintetizadoras que seriam aplicáveis à descrição de regularidades de sequência irreversíveis e cíclicas (Fernandes, 1967:125). A partir do apontamento das limitações do método compreensivo, Florestan tinha possibilidade de demonstrar como a utilização dos métodos funcionalista e dialético poderiam completar suas limitações.

Já em sua abordagem sobre Durkheim e Marx Florestan tem como objetivo analisar a proposição de ambos sobre como e por que as situações sociais da vida tendem a reproduzir-se ou a transformasse de uma maneira específica, de acordo com padrões bem definidos de estabilidade social ou de mudança social (Fernandes, 1967:128). Ou seja, suas análises de como e por que as situações sociais tendem a reproduzir-se ou a se transformar (Fernandes, idem). Florestan afirma que “o que distingue, logicamente, a abordagem de Weber das de Durkheim e Marx é a escolha do elemento que deve ser suposto estável na análise sociológica” (Fernandes, 1967:128). Weber observa como

elementos estáveis determinadas condições e motivos, de uma forma a analisar as alterações próprias a certos processos de interação social. Por sua vez:

Durkheim e Marx supõem estáveis esses processos (quanto ao reconhecimento de sua necessidade e de sua repetição), para poderem analisar os efeitos das alterações próprias às condições e aos motivos que os cercam a verificar, assim, se tais efeitos possuem, por sua regularidade e atividade, o caráter de um processo que afete a sociedade como um todo (Fernandes, 1967:129).

Durkheim tinha como foco o interesse em fenômenos no sentido de analisar sua integração de totalidades da mesma espécie e também a processos que ocorrem em sociedade do mesmo tipo em termos de alteração da integração do todo. Por conta deste procedimento, Durkheim desenvolvia a construção de tipos médios que seriam formulados, por sua vez, “através da abstração de traços comuns à constituição, ao funcionamento ou à evolução de sociedades da mesma espécie; ou supor essenciais os caracteres que se repetissem em determinado tipo social”(Fernandes,1967:129). O interesse interpretativo era voltado aos caracteres que eram voltados aos “indivíduos” e “totalidades” da espécie como um todo (Fernandes, idem).

Florestan aponta como a proposição de Durkheim se diferenciava de Marx e de Weber que trabalhavam “interpretativamente, com duas séries, procurando transferir para a sociologia, de forma possível, o procedimento experimental de pesquisa das conexões causa-efeito (Weber) ou efeito-causa (Marx)” (Fernandes, 1967:130). Florestan (idem) afirma que o esquema de Durkheim possibilitava que ele pudesse ir da causa-ao-efeito e do efeito-a-causa através da utilização de critérios de análise causal e funcional. A verificação dos resultados interpretativos poderia ainda ser feita empiricamente através do método das variações concomitantes (Fernandes, idem). Florestan elenca os elementos que fizeram com que a interpretação produzida pelo sociólogo francês alcançasse um nível excepcional em termos de explicação sociológica:

O “geral” se confunde com o “típico” ou “essencial”, de modo que a generalização repousa, logicamente, na abstração do que se repete, dos caracteres mais frequentes nas formas mais frequentes, na indução de conexões funcionais e de relações causais relativas a processos sociais recorrentes (p.131).

Mesmo demonstrando os pontos importantes trazidos por Durkheim e também delimitando suas diferenças em relação aos outros dois métodos de explicação

sociológica, Florestan não deixa de observar os “pontos cegos” existentes na proposta do sociólogo francês. Faltava a sua teoria a discussão sistemática da utilização do método comparativo na primeira fase, ou seja, ele não evidencia as sociedades concretas para construir os tipos médios. Florestan (idem) argumenta que o paralelo traçado por ele entre a biologia e sociologia acabou levando-o a decisões insatisfatórias.

Se Weber havia criado o “tipo ideal” e Durkheim o “tipo médio”, Marx se notabilizou por ter construído o “tipo extremo”, ou seja, “aquele que apresentasse, em maior grau, todos os traços essenciais e característicos de certa modalidade de organização social”(Fernandes, 1967:134) Assim como havia feito com os outros dois tipos, Florestan especifica a contribuição inerente ao tipo extremo quanto às generalizações:

Por seu caráter mesmo, é claro que as generalizações (obtidas pela abstração do essencial na interpretação do que é variável) valem, empiricamente, para o sistema social que realiza o *tipo extremo*. Mas, como são generalizações relativas a caracteres essenciais de fenômenos variáveis, retidos em termos de desenvolvimentos em processo, se aplicam aos demais sistemas que possam tender para o padrão inerente ao tipo extremo, encarnado pelo sistema social investigado. Daí o fundamento da validade geral e a dupla possibilidade de verificação das inferências estabelecidas indutivamente (pelo alcance, comprovado empiricamente, das previsões; ou pela ação prática) (p.135)

Mesmo demonstrando cada método, Florestan não deixa de apontar a superioridade do marxismo para solucionar os problemas da indução na sociologia. E como terei oportunidade de demonstrar, o marxismo torna-se o fio condutor de sua interpretação do Brasil. A especificação de cada um dos métodos foi importante para Florestan advogar que eles representaram a constituição de três possibilidades irreduzíveis de indução na sociologia, pois o método compreensivo consiste na abstração do que é “essencial” no sentido do tipicamente estável; já o método funcionalista consistiria na abstração do “essencial” no sentido do tipicamente geral; e o método dialético se configurava na abstração do que é “essencial” no sentido do tipicamente variável (Fernandes, 1967:136).

Segundo Florestan, eles procuraram dar à interpretação dos fenômenos qualitativos a maior objetividade possível, além de resolverem o problema da

legitimidade da indução e de sua validade¹⁵⁷. De acordo com Gabriel Cohn (1987:49), Florestan tem como questão central de seu método a proposição sobre como se poderia dar conta dos fenômenos na sua diferenciação interna e na sua multiplicidade. A citação a seguir é longa, mas também representativa da proposição do autor:

Mas essa generalização leva àquela formulação e Florestan, de três modalidades básicas de tipos que orientam a busca da explicação sociológica – o tipo ideal, o tipo médio e o tipo extremo –, associados aos três grandes mestres, Weber, Durkheim e Marx. Eu diria de passagem que a invocação desses três grandes clássicos em Florestan ocorre organicamente, pela via da reflexão metodológica e teórica, e não é uma espécie de exortação inicial. Ele não é um mero epígono, não está simplesmente dizendo ‘vamos aos três clássicos e de lá tiraremos alguma coisa’. Chega a eles pela via orgânica de uma reflexão a partir de questões de métodos e teoria suscitados pela sua pesquisa. Então, se por exemplo na USP, e não só na USP, os três mestres, aqueles que numa certa época, enfim, articulam muito da reflexão sociológica entre nós, têm peso decisivo, não é uma invocação sem mais, é a partir de um trabalho que os suscita organicamente. Mas vejam: eles aparecem nesse caso como representativos de três modalidades de construção analítica, cada qual legítima e cada qual correspondendo a um momento dos procedimentos que busquem dar conta do objeto na sua integridade (Cohn, 1987:49-50).

Tal proposição seria possível porque os métodos acima citados teriam limitações que seriam complementadas pela junção com os outros métodos. Os procedimentos de análise da realidade seriam os elementos fundamentais para sua proposta pois “interessa mais a ordem dos procedimentos para se dar conta da realidade do que a ordem dos conceitos na teoria internamente consistente” (Cohn, *idem*). Para Florestan, portanto, a questão fundamental está presente na busca de dar conta dos fenômenos estudados, pois as questões de cunho prático subordinariam as questões teóricas (Cohn, *idem*).

Florestan constrói uma proposta eclética, uma vez que haveria uma relação de complementaridade e interdependência entre os métodos dos três pais fundadores da sociologia. Essa perspectiva eclética, todavia, não possui um caráter relativizador, atomizador e estéril como pode ser pensado ao levarmos em consideração as descontinuidades existentes: “Quer dizer: eu vou à realidade ou bem construindo tipos ideais, tipos médios ou tipos extremos. No interior deste universo é que se articulam as diferenças que podem vir mais adiante no âmbito metodológico” (Cohn, 1987:50). Nesse

¹⁵⁷“Quanto ao primeiro, restringindo a análise aos casos interpretativamente relevantes ou ‘essenciais’; quanto ao segundo, estabelecendo as condições e os limites dentro dos quais uma generalização pode ser aceita como sociologicamente verdadeira” (Fernandes, 1967:136).

sentido, Florestan argumenta que a utilização conjunta de Marx, Durkheim e Weber era marcada pela complementaridade e interdependência. Além disso, o autor não deixa de pontuar, como aponteí acima, a superioridade do marxismo para questão relativa à indução na sociologia, além do fato de reproduzir o sentido ético da racionalização do mundo levado a cabo através do contato com esta teoria social nos anos 1940 (Oliveira,2006).

É por conta da relação proposta por Florestan entre os métodos acima dos pais fundadores da sociologia que Gabriel Cohn define seu método como “ecletismo bem temperado”. Ao analisar a obra *Revolução Burguesa no Brasil*, Cohn nos traz um exemplo prático da aplicação do “ecletismo bem temperado”, bem como nos dá elementos concretos para diferenciarmos o pensamento do autor daquele produzido por seu discípulo mais dileto:

Eu afirmei aqui dogmaticamente, sem demonstrar, que há passagens que são puro Weber e há passagens que são puro Durkheim nessa obra. E, se apanharmos essas passagens e as analisarmos, constataremos uma coisa desconcertante, a saber, que questões relativas à constituição de certos agentes sociais no contexto brasileiro, questões que são colocadas numa perspectiva que se apresenta no texto pelo menos à primeira vista como weberiana, são respondidas a partir de formulações referentes às condições estruturais em que essas agentes operam, e essas segundas formulações são feitas no registro durkheimiano (....) Eu me aventuraria a sugerir que seria um belo empreendimento de reconstrução metodológica e teórica se nós pudéssemos trazer à tona como, no final das contas, o jogo cruzado entre Weber e Durkheim, na análise que Florestan faz da revolução burguesa no Brasil, encontra a sua inteligibilidade numa outra corrente de pensamento, que permeia ambas e exatamente garante a sua inteligibilidade.(....) A sugestão, aqui, é que essa outra concepção, essa coisa que trabalha o texto por dentro, é a visão marxista, é uma concepção materialista da história, alimentada por Marx.”(Cohn,1987:52)

Como pode ser visto, a proposta de Florestan termina por ter como fio condutor o marxismo que ele havia cultivado desde os anos de militância trotskista. A exposição da proposição metodológica de Florestan é de fundamental importância para o argumento que defendo nesta tese, pois Cardoso incorpora esse fazer sociológico do mestre, mas em um sentido analítico diferente. Isto porque suas obras terão na junção de matrizes metodológicas distintas um encaminhamento particular, como pode ser visto, por exemplo, em *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* obra que, a princípio, seria a reprodutora de uma interpretação puramente marxista sobre a formação do capitalismo no Brasil.

4.3 O funcionalismo na sociologia de Florestan

Florestan utilizou o funcionalismo como seu referencial teórico-metodológico mais importante entre os anos 1940 e 1950, sendo de crucial importância para a reconstrução sociológica que ele faz da extinta sociedade Tupinambá e também para as análises sobre o folclore e o preconceito racial (Marins,2002). O trabalho sobre a civilização Tupi era considerado impossível de ser realizado devido à sua extinção, mas o sociólogo demonstrou ser possível através da utilização do método de maneira construtiva¹⁵⁸.

Com o trabalho sobre os Tupi Florestan tinha o pleno domínio do funcionalismo, o que lhe deu condições de escrever uma tese de livre-docência em que discutia a utilização do método pela sociologia. Para tanto, ele faz uma cuidadosa reconstrução histórica desde o período organicista até as interpretações mais modernas. Mazza (2004) afirma que o sociólogo considerava o funcionalismo o principal representante da sociologia empírico-indutiva:

(...) este método teria oferecido aos procedimentos as descrições exatas, a observação sistemática e a possibilidade de extrair da complexa realidade social os fatos que interessariam precisamente à investigação sociológica (p.160).

Ainda de acordo com Mazza (idem) a utilização do funcionalismo foi fundamental para que ele observasse “a continuidade estrutural de uma sociedade e para a unidade funcional que definiria a condição de operação conjunta das partes que compõem o sistema social” (p.168). Portanto, a pesquisa empírica funcionou como um instrumento através do qual Florestan pode colocar à prova as teses hegemônicas sobre o método e, assim, produzir sua contribuição teórica.

¹⁵⁸ Sobre o funcionalismo de Florestan e sua aplicação para analisar a sociedade tupi, Marisa Peirano argumenta: “o funcionalismo de Florestan Fernandes, caracterizando-se, portanto, por uma postura relativizadora, antietnocêntrica, que procura a ‘reconstrução intelectual’ de totalidades sociais a partir de uma fidelidade aos dados como realidade empírica e teórica, levou o autor ao que hoje seria aceito, simplesmente, como uma postura antropológica convencional. Especificamente, a antropologia de Florestan Fernandes se percebe no extremo cuidado com que o autor aplicou conceitos de nossa sociedade aos Tupinambá; na arbitrariedade que verificou na divisão tradicional entre economia, política, parentesco, religião; na constatação da possibilidade de uma hierarquia entre as várias esferas reconhecidas pela ‘nossa mentalidade’ (por exemplo, o fato de que entre os Tupinambá a religião engloba o parentesco, a política, a economia e a guerra). Inspirado em Mauss, Florestan Fernandes mostra um interesse marcante em descrever os sistemas de significado nativos como claramente diferentes dos nossos” (Peirano, 1992:69-70 apud Oliveira, 2006:60)

Como meu objetivo é demarcar a importância do método para a sociologia e também demarcar as possibilidades de utilização para analisar o processo de mudança social, não retomarei a reconstrução histórica do conceito de função feita por ele para poder me focar nos tópicos acima citados. Desta forma acredito em poder demonstrar a maneira como Florestan concebe e utiliza o método, bem como a importância que ele possui para a sociologia e suas possibilidades de analisar o processo de mudança social. Desta forma, terei condições de proporcionar uma compreensão ampla da crítica feita por Cardoso e também demarcar em que sentido ocorre a ruptura do autor com o funcionalismo de Florestan.

Para analisar as aplicações possíveis do método na sociologia era necessário Florestan se contrapor ao senso comum acadêmico que advogava que a análise sociológica em termos de função era definida como se ela se confundisse com os problemas de funcionamento da estrutura social. O método funcionalista, portanto, teria aplicação exclusiva para os fenômenos de natureza sincrônica, ou seja, não seria um método capaz de apreender a mudança social.

Florestan se contrapõe a essa visão hegemônica defendendo que, dentro de certas limitações, o método poderia ser aplicado à análise das relações de mudança. Uma limitação importante existente era referente ao fator tempo, uma vez que tanto a análise da reconstrução histórica quanto a de campo necessitavam uma delimitação temporal precisa e restrita do objeto (Fernandes, 1959:249). Nesse sentido, a generalização explicativa possuía um caráter restrito dentro do universo empírico-indutivo delimitado (Florestan, *idem*).

Em virtude desta limitação, as análises de sucessão em série ficavam fora da interpretação funcionalista. Florestan argumenta que essas limitações não poderiam ser compreendidas como fatores de invalidação do método, mas sim de delimitação específica de sua contribuição à interpretação sociológica. Era necessário captar os problemas que poderiam ser legitimamente capitados pelo método. A postura de Florestan está de acordo com sua perspectiva metodológica integracionista entre os métodos dialético, funcionalista e compreensivo que teriam suas potencialidades e também limitações que deveriam ser cobertas pelos outros métodos que seriam ao mesmo distintos e complementares.

Os problemas sociológicos que podem ser analisados pela sociologia através da busca pelo conhecimento dos aspectos dinâmicos da vida social evidenciados através das conexões funcionais são divididos em dois grupos:

De um lado, estão os problemas que dizem respeito à descrição e à explicação de dados de fato, como eles se mostram à observação do especialista. De outro, estão os problemas concernentes à descrição e à explicação de regularidades, estabelecidas indutivamente pelo especialista, com o propósito de chegar a um conhecimento mais profundo da realidade (Fernandes, 1967:252).

Florestan aponta que um dos pré-requisitos da ação do pesquisador na análise funcionalista se refere à fixação do grau de elaboração funcional das realidades estudadas. A partir deste ponto seria possível uma análise sociológica de aspectos cruciais da realidade social como a socialização dos indivíduos, a motivação afetiva e social das personalidades, por exemplo (Fernandes, 1967). Florestan aponta que esta delimitação possuiria uma função mais detida para compreender os aspectos referentes aos problemas teóricos sobre a desorganização social e das possibilidades reais de mudança provocada.

A análise da vida social pelos aspectos funcionais possuía como elementos mais importantes “(...) o valor explicativo dos conhecimentos obtidos em face de situações concretas ou de fenômenos particulares precisamente definidos” (Fernandes, 1967:253). Nesse sentido, o que se tornava um grande problema sociológico era a descoberta do grau de variação funcional existente nos diversos tipos de sociedade. Esse é um elemento muito importante utilizado por Florestan para caracterizar a singularidade brasileira em relação aos países centrais.

Florestan aponta as potencialidades do método funcionalista de forma a demonstrar como sua singularidade concedia uma relação de superioridade em relação aos métodos dialético e compreensivo, o que o tornava central para explicar elementos como a “demora cultural” da sociedade brasileira em se enquadrar às funções inerentes à ordem social capitalista. De acordo com Florestan (1967:256) o método funcionalista se singularizava em relação aos outros métodos de explicação sociológica por conta de sua capacidade de reter a relação que ocorre entre o condicionamento exterior da ação e a significação subjetiva social e coletiva em dadas circunstâncias sociais.

Além deste ponto, o método ainda tinha grande significação por possibilitar caminhos para a explicação de elementos controvertidos na análise sociológica como: 1) a explicação dos efeitos das ações sociais sobre as consciências dos sujeitos; 2) a explicação das conexões reciprocamente efetivas dos dinamismos da vida psíquica com os processos sociais; 3) A explicação da permanência das características psíquicas individuais de personalidades que participam de ações em nível coletivo ou grupal. Além destes pontos, a método funcionalista possuía uma área de atuação própria, ou seja, a que ele poderia produzir uma explicação abrangente:

Trata-se de problemas referentes à constituição e ao funcionamento da estrutura social, à operação dos processos sociais recorrentes, ao equilíbrio social e à integração social (definida quer como integração estrutural, vista dinamicamente, quer como convergência de funções dos componentes do sistema social ou integração funcional propriamente dita (Fernandes, 1967:259).

A demarcação dos pontos acima é de grande importância para a demonstração da importância e do alcance que o método funcionalista possuía como recurso teórico-metodológico utilizado como ferramenta principal por Florestan até o final dos anos 1960. Todavia, minha intenção principal é demarcar o lugar que o método ocupa para a interpretação do processo de mudança social, pois a crítica feita por Cardoso em relação ao protagonismo do funcionalismo dentro da Cadeira de Sociologia I dava-se precisamente por conta das insuficiências que ele advogava existir neste método para analisar esta questão sociológica que era central para ele e Florestan.

De acordo com Florestan (1967:259), a análise funcionalista foi representada como um método sociológico restrito apenas para análises de fenômenos sociais sincrônicos, mesmo por funcionalistas, pois devido à suas limitações lógicas de retenção das conexões funcionais nas condições de atualização. O sociólogo, no entanto, se contrapõe a esta visão estática do método procurando demonstrar como devido à própria natureza se tornava também sensível aos problemas relativos à mudança social.

Sua utilização seria apenas inviável em análises que requeriam a manipulação de séries causais contínuas em relações de sequência (Fernandes, 1967:259). Após fazer essa ressalva Florestan procura ir além dos outros teóricos funcionalistas ao construir uma interpretação que possibilita ao método analisar a mudança social. O primeiro ponto para

se pensar a mudança social é admitir a inexistência de um símile preciso entre organismo e sociedade:

A manipulação da noção de “função” na sociologia precisa ser ajustada ao ritmo próprio de funcionamento da vida social (fundamentalmente diverso da fisiologia dos organismos) e ao ritmo de mudança inerente à continuidade existencial das sociedades humanas. Com essas ideias em mente, não será difícil apontar exemplos que mostrem a fecundidade da interpretação funcionalista de fenômenos de mudança social. Instituições como o estado e grupos como a família, na história moderna, sugerem como a persistência de certas potencialidades funcionais essenciais pode refletir-se na determinação de mudanças estruturais e culturais relativamente profundas (Fernandes, 1967:261).

Florestan utiliza os exemplos citados acima para demonstrar como as conexões funcionais poderiam em condições específicas impulsionar o processo de mudança social. A possibilidade de transformação seria possível porque a diferenciação existente entre organismo e sociedade demonstraria que a última formaria sistemas sociais altamente dinâmicos.

Outro elemento que deveria ser pensado era o referente à organização interna dos sistemas sociais que o fariam mais ou menos permeáveis à mudança. O método funcionalista focaria nas questões referentes à estabilidade e à instabilidade social. O problema da mudança social nas sociedades ocidentais modernas, cuja instabilidade é uma característica intrínseca, poderia ser compreendido através da explicação das sobrevivências e ajustamentos que teriam em sua organização interna. Florestan advoga que o método funcionalista poderia ser aplicado com sucesso à interpretação e descrição das mudanças sociais ocorridas em limites de tempo restritos:

Ora, a análise funcionalista pode ser um instrumento sensível para a análise das mudanças em emergência ou in flux, que estão em processo, pelo simples fato de que pode retê-las e interpretá-las nas condições imediatas de sua atualização. Pela mesma razão, aplica-se à descrição e interpretação de situações de mudança, ocorridas no passado, desde que bem documentadas e passíveis de uma consideração temporal restrita (no seu modo de utilização ou na repercussão funcional de seus efeitos) (Fernandes, 1967:263)

Florestan mostrava ser possível a aplicação do método funcionalista nas dimensões sincrônicas e diacrônicas do sistema social dinamicamente constituído. O funcionalismo seria de grande importância para compreender a continuidade social em

situações de mudança, ou seja, compreender como ocorria o reajustamento dos sistemas sociais à mudança. Ele utilizou tal perspectiva para compreender, por exemplo, a permanência do preconceito racial nascido na sociedade escravista, agrária e tradicional na sociedade de classes, urbana e de estrutura moderna.

Por fim, é necessário afirmar a importância do método à interpretação sociológica e o caráter específico de sua contribuição. Segundo Florestan (idem), a análise funcionalista possui significação limitada, mas precisa e essencial à explicação sociológica, uma vez que se focava em um grupo específico de problemas. Desta forma, o método contribuiria para solucionar o problema da generalização e também da reconstrução histórica. Além disso, o método contribuiria para a ligação entre os fenômenos de ordem sincrônica e os de caráter diacrônico de maneira dinâmica:

Segundo pensamos, a interpretação funcionalista permite ligar a explicação dos fenômenos sincrônicos à dos fenômenos diacrônicos de duas maneiras. Através da consideração dos processos de mudança social em termos das condições em que eles se tornam funcionalmente necessários. E por meio da análise da potencialidade funcional dos fenômenos sociais (em contextos empíricos determinados), a qual oferece um ponto de referência à explicação dos limites da mudança social e dos processos de reintegração da ordem social (Fernandes, 1967:290).

Florestan destaca que o método funcionalista possibilita também a preparação do especialista para fazer análise dos fenômenos sociais nas condições em que estes se colocam à observação. O sociólogo tem em mente demarcar as contribuições específicas do método como vimos. Ao mesmo tempo, deixou bem delimitadas suas potencialidades e apontou as limitações que tornavam o recurso a outros métodos utilizados de forma complementar. Também assinalou sua contribuição para os desenvolvimentos empírico-indutivos da sociologia (Fernandes, 1967:291). Florestan, portanto, vê o funcionalismo através de uma perspectiva instrumental, ou seja, este método tem o papel de um dos meios através dos quais a sociologia se desenvolveria em termos empírico-indutivos.

Além de demonstrar a possibilidade de utilização do método para análises diacrônicas, Florestan também enfatiza a possibilidade de aplicação prática. Ele elenca três contribuições nesse sentido. A primeira é a integração funcional das variáveis, que poderiam concorrer para produzir desajustamentos, pois esta análise é um instrumento

preciso para localizar as variáveis responsáveis eles. Assim, poderia contribuir para restaurar o equilíbrio entre elas ou mesmo gerar um novo equilíbrio.

A outra possibilidade apontada pelo sociólogo refere-se à caracterização dos problemas sociais e das tendências de solução espontânea; e a terceira se refere ao desenvolvimento dos estudos de integração funcional em sentido crítico (Fernandes, 1967:293-4) Florestan advoga que a aplicação das descobertas trazidas pelo método pode conduzir a transformações na estrutura e no funcionamento das sociedades humanas, mesmo admitindo que não existiam canais específicos para que isso fosse feito. O sociólogo enfatiza esta importante faceta do método:

A importância prática das manipulações em questão consiste em que o conhecimento dos “limites” oferece geralmente indicações claras e precisas sobre os “meios”. Operando com conceitos como o de problema social, o analista se põe em condições de determinar, em situações concretas, a natureza dos obstáculos a serem contornados ou dominados e as soluções que combinam melhor eficiência com viabilidade (p.295).

Como já havia apontado, Florestan procura demonstrar a contribuição específica do método que deixaria lacunas que deveriam ser preenchidas pelos métodos dialético e compreensivo. Este ponto é importante porque mesmo quando Cardoso utiliza a dialética como seu instrumental metodológico mais importante, ele não abandona o recurso ao funcionalismo para a explicação de questões como a socialização que não seriam plenamente explicados pelo método dialético, bem como a demarcação da manutenção das estruturas tradicionais. Assim, conseguiremos observar como o fazer sociológico de Florestan mantém-se presente em Cardoso e também como a sua ruptura com o funcionalismo pode ser melhor qualificada.

4.4 Dialética versus funcionalismo

Referindo-me diretamente a Cardoso, faço alguns questionamentos que considero fundamentais para o argumento que proponho neste trabalho. O primeiro deles é que Cardoso não rompe com o ecletismo de Florestan, uma vez que a sociologia da dominação de Max Weber, por exemplo, ocupa lugar central no pensamento do sociólogo paulista. A segunda é que o autor não rompe totalmente com os pressupostos que comandavam as interpretações dualistas vigentes nos anos 1950 e muito influenciadas pela sociologia da modernização.

O Brasil escravista, como demonstro abaixo em sua análise sobre o Rio Grande do Sul, continua sendo analisado como tradicional, uma vez que o moderno vem de fora e não é concebido como elemento interno. Em termos gerais, essa interpretação não se difere daquela proposta por Florestan nos anos 1950 pautada pelo funcionalismo. Procuro demonstrar este ponto com mais vagar na seção em que analiso a interpretação de Cardoso. Neste sentido, questiono a renovação do marxismo ocidental que é proposta por Paulo Arantes e Milton Lahuerta em relação ao significado do seminário, especificamente ao focar a interpretação de Cardoso. Isto porque continuaremos a nos ver como antípodas de uma ordem considerada essencialmente diferença, pois seria superior em termos materiais e simbólicos.

Sobre a questão do ecletismo vale o apontamento a seguir. Cardoso fez uso do marxismo a partir da proposta metodológica desenvolvida por Florestan. Segundo Cardoso (2006) o Marx ensinado por Florestan era aquele para o desenvolvimento de análises de longo prazo. A questão é que a junção destes referenciais teórico-metodológicos, como aponte, não resultava em uma proposição análise de cunho relativizador e estéril. Ao contrário, ia em direção a uma perspectiva sintética construtiva e direcionada para uma das três grandes direções presentes na metodologia de Florestan e incorporada por Cardoso, que tinha como fim constituir um pensamento original a partir da periferia.

De acordo com Cardoso, a dialética havia sido usada de modo heurístico, uma vez que os conceitos deveriam ser reelaborados através das relações históricas, não desprezando as contribuições de outras correntes teórico-metodológicas. Ou seja, além da ênfase na pesquisa empírica, Cardoso segue o ecletismo do mestre Florestan como pode ser visto na citação abaixo em que fala sobre sua pesquisa de doutorado publicada como o livro “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”:

Quando escrevi este livro, eu já havia lido muito Parsons, Merton (que eram funcionalistas) e Weber. Minha leitura de Marx foi posterior a estes autores, e eu não poderia desprezar a contribuição de seus modos de análise para obter uma visão mais diferenciada da sociedade escravocrata. A ideia do patriarcalismo escravista vem de Weber. A análise de “ajustamento entre expectativas”, de papel social ou da socialização incompleta vem dos funcionalistas. E, assim como essas, muitas outras análises e conceitos não provêm de Marx. Isso, que pode parecer “ecletismo” aos marxistas teológicos, era usual entre os que foram alunos e trabalharam com Florestan Fernandes. A paixão pelo saber, a pachorra da análise, os tormentos da síntese não respeitavam as “escolas” político-filosóficas. Podíamos até tê-las, mas éramos, como

sou em quase tudo hoje, heréticos e antifundamentalistas (Cardoso, 2003:12-13).

Não tenho o objetivo de analisar todo Seminário de Marx, até porque não possuo condições de fazê-lo neste trabalho. Mas através da análise da pesquisa de Cardoso sobre o sul do Brasil, que foi a primeira consequência advinda do trabalho intelectual grupal (Lahuerta,2008), procuro questionar a visão estritamente positiva que é dada a essas publicações como se tivessem conseguido, de fato, romper com os pressupostos da sociologia da modernização e tivessem constituído uma visão efetivamente moderna sobre o país e os seus dilemas mais importantes. Ou mesmo que tivessem conseguido constituir uma perspectiva epistemológica emancipatória. Antes disso analiso as críticas de Cardoso ao funcionalismo e sua defesa da dialética como metodologia mais importante para a análise da realidade social, sobretudo das modificações de longa duração.

Cardoso tinha como objetivo demonstrar à comunidade acadêmica, dominada pelo funcionalismo, que o método dialético tinha condições de se colocar como alternativa ao conhecimento. Isto ocorria porque estes círculos estavam convictos de que a interpretação dialética não estava adequada à explicação sociológica devido à sua vinculação a um ponto de vista filosófico (Cardoso, 1960:85). Cardoso se contrapõe a esta visão hegemônica afirmando que a dialética não só poderia ser utilizada pela sociologia como esta teria aproveitado pouco as contribuições trazidas por ela.

Cardoso, assim como outros participantes do Seminário, consideram a dialética metodologicamente superior. Mesmo assim, aceitavam a utilização de outros métodos como proposto por Florestan, mesmo que estes tivessem uma posição subordinada em relação ao protagonismo do método dialético. Cardoso procurou demonstrar a compatibilidade do método com a sociologia, como no trecho abaixo em que se refere à questão da totalidade:

Noutros termos, quando se afirma que a análise dialética na Sociologia assume uma perspectiva totalizadora, diz-se, implicitamente, que ela visa descobrir as determinações essenciais, capazes de explicar tanto a formação dos padrões que regem as formas de interação social quanto as condições e os efeitos de sua manifestação. A perspectiva tem, portanto, na interpretação dialética, uma intenção heurística (Cardoso, 2003:29)

Para defender a força e a adequação do método dialético, Cardoso analisa comparativamente com o funcionalismo e o estruturalismo observando como estes trabalham com a categoria de totalidade. Cardoso (idem) afirma que na interpretação dialética as relações que se pretendem determinar em totalidade possuem referência a processos sociais reais, além da existência do escopo de reprodução do real como concreto. Desta forma, o concreto não seria fruto de uma simples abstração como estaria subjacente à análise funcionalista. Referindo-se ao real, a análise dialética não representaria apenas a simples descrição das relações, mas sim “numa série de mediações pelas quais as determinações imediatas e simples (e por isso mesmo parciais, abstratas) alcançam inteligibilidade, ao circunscreverem-se em constelações globais (concretas)” (Cardoso, 2003:32).

Mas para que haja inteligibilidade é necessário que o movimento da razão e o do real estejam articulados de forma recíproca e determinados em conexão total. Desta forma, a interpretação dialética trabalharia nos planos abstrato e concreto de forma articulada e interdependente. Este ponto é aclarado por Cardoso ao demonstrar como o procedimento pode ser aplicado na análise do capital: “determina-se a mais-valia como conceito básico do sistema capitalista e *ipso facto* desvenda-se sua aparência empírica sobre a forma lucro” (Cardoso, 2003:33). Nesse sentido, o conceito abstrato de mais-valia se inscreve de forma concreta como dado da realidade empírica representada como lucro.

Cardoso faz essa análise com o intuito de demonstrar a superioridade do método dialético para analisar a totalidade social se comparado com o funcionalismo. A razão se elevaria do particular ao geral percorrendo um circuito entre o abstrato e o concreto. De acordo com Cardoso é desta forma e não através do recurso a um procedimento empirista que poderia ser constituída uma totalidade concreta.

O sociólogo também tinha como objetivo afastar-se do estruturalismo que construía relações vazias de conteúdo significativo. Desta forma, o método dialético tornava-se superior porque daria igual importância aos determinantes gerais e particulares: “O método dialético permite, portanto, a análise da interação social a partir de situações, condições, fatores e efeitos sociais recorrentes que produzem configurações sociais estáveis, fixando padrões de inter-relações” (Cardoso, 2000:38). Assim, os processos de mudança são analisados de forma dialética, ou seja, como resultados da ação humana concreta.

Ao enfocar o método funcionalista, Cardoso demonstra como este está preso ao empírico como condição essencial à explicação sociológica:

Tal procedimento se impõe porque a abstração das relações evidenciadas pelo método funcionalista depende da definição precisa do universo empírico em que se inclui o objeto da análise. Esta implicação metodológica faz com que as totalidades requeridas pela análise funcionalista, mesmo quando a investigação não seja de orientação empiricista, caracterizam-se pela tentativa de reter as condições empíricas de produção dos fenômenos sociais (Cardoso, 1960:89).

Para o estrutural-funcionalismo a preocupação primordial é a explicação da realidade social nas condições de sua manifestação empírica. Cardoso afirma que na dialética as relações que se procura analisar na totalidade também são referidas de forma imediata a processos sociais reais, além do objetivo de reproduzir o real no concreto. Só que na análise dialética o real não é resultado apenas da simples reprodução no pensamento das relações empíricas como ocorre no funcionalismo. Na dialética, “(...) a operação intelectual pela qual a obtém a ‘totalidade concreta’ implica em que o movimento da razão e o movimento da realidade sejam vistos através de relações recíprocas, e determinados em sua conexão total” (Cardoso, 1960:90). Na análise totalizadora proposta pela dialética existe a comunhão entre as categorias saturadas empiricamente e as categorias não definidas empiricamente (ibidem:90).

A análise dialética, portanto, funciona em dois planos. Parte do real para a descoberta das conexões “que as regularidades empíricas mantêm com condições, fatores, e efeitos essenciais que determinam realmente a dinâmica e o sentido do processo social” (Cardoso, 1960:91). Cardoso argumenta que esta ação dúplice é necessária porque os motivos e fatores que operam nas relações essenciais não se reproduzem de forma necessária nas consciências ou, quando caem, o fazem de maneira deformada. Na análise dialética, portanto, é necessário que as relações recíprocas entre os dois polos sejam elucidadas:

Com efeito, a mercadoria, que é o ponto de partida para a análise do capitalismo, é também o ponto de chegada. Mas, no primeiro momento, ela é, como **forma elementar** de riqueza nas sociedades capitalistas, um “objeto exterior, uma coisa apta para satisfazer qualquer tipo de necessidades humanas”. Percorrido o circuito de constituição e explicitação do “sistema capitalista”, a mercadoria redefini-se como categoria histórico-social, nega a forma inicial que assumira e se revela,

depois de explicitados os elos que a vinculam à totalidade do sistema, como uma forma de manifestação da mais-valia (Cardoso, 1960:95).

A partir da forma complexa como concebe o real, Cardoso critica o empirismo presente nas análises funcionalistas nas quais o real é concebido metafisicamente e de maneira estanque. Cardoso procura, portanto, romper com a metodologia que fora o carro-chefe das interpretações feitas por Florestan e por ele na década de 1950. Se durante o período citado a influência de Florestan sobre Cardoso foi total, a utilização da dialética veio trazer um espaço de autonomia relativa em relação ao mestre. Afirmando isso porque Cardoso mantém-se muito próximo de Florestan analiticamente e, também, reproduz o “ecletismo bem temperado” que tão bem caracterizou o fazer sociológico do então regente da Cadeira de Sociologia I da USP.

Além de debater com o funcionalismo, Cardoso também o faz com os estruturalistas afim de poder demonstrar de forma ampla a superioridade do método dialético e sua consequente centralidade para a pesquisa sociológica. A análise das totalidades na dialética teria um contato com as correntes estruturalistas que tem como objetivo a construção do conceito de estrutura como, “um instrumento conceptual-metodológico para a determinação (e consequente explicação) das condições básicas ou nucleares que definem as possibilidades de interação em uma sociedade dada” (Cardoso, 1960:96).

Cardoso afirma que a proximidade entre os métodos é apenas formal. De acordo com ele a técnica de elaboração e representação das totalidades feitas pelo método dialético se difere da técnica utilizada pelos estruturalistas. Elas se diferem porque os estruturalistas constroem modelos que expressam relações vazias de conteúdo significativo. Já o método dialético, por sua vez:

Procura sintetizar em seu procedimento totalizador tanto o que Marx chamava de determinações gerais (os processos sociais recorrentes) como as determinações particulares (os processos emergentes), vislumbrando nestas o elemento explicativo do sentido das totalidades sociais (Cardoso, 1960:96).

Cardoso (1960:97) advoga que através da utilização do procedimento acima citado torna-se possível analisar os fenômenos sociais nas condições reais em que ocorreram,

sem que haja a imposição pela técnica argumentativa, como condição de validade, e sem que a análise esteja circunscrita de maneira estreita as condições que são dadas empiricamente. Através dessa relação dinâmica, o método dialético fugiria de uma construção formalista e estéril, pois deixa de lado o significado concreto das ações sociais¹⁵⁹. O método dialético se mostraria superior porque através dele seria possível analisar os fenômenos sociais partindo-se tanto das suas características singulares e concretas como em função das normas gerais que se exprimem nas singularidades: “Por isso, o método dialético permite a análise dos processos sociais recorrentes em conexão com os mecanismos regulares de mudança” (Cardoso, 1960:98).

O método dialético teria um caráter também estrutural, mas em um sentido diferente do estruturalismo na análise das interações sociais, baseada em sua análise interpretativa. Desta forma ficaria o limite da análise das conexões funcionais na pesquisa. De acordo com Cardoso, seriam essas as limitações às pesquisas das conexões funcionais para a análise estrutural:

Sem o recurso às relações de interdependência ente uma “atividade parcial” e uma “atividade total” ou entre os componentes da estrutura social humana organizada em **sistemas sociais**, nem portanto explicá-la, como em parte ela é, enquanto **resultado** de condições sociais. Entretanto, também nesse caso, a representação da atividade social vista em conexão como o “funcionamento” de um sistema de interação já constituído só se completa dialeticamente quando se retorna ao polo oposto, que é atividade social que constitui os padrões de integração funcional (Cardoso, 1960:99).

Cardoso (idem) não exclui a utilização do recurso às explicações de caráter estrutural e funcional, mas desde que eles estejam subordinados às representações da realidade social criadas pelo método dialético. Ainda sobre o método funcionalista, Cardoso cita Florestan como um dos modernos teóricos juntamente com Robert Merton e Talcott Parsons por ter conseguido adaptar a análise funcionalista para os fenômenos

¹⁵⁹Cardoso (idem) não deixa de observar a existência de limitações no método por ele defendido. Todavia, não vê essas limitações como impeditivos para a análise social: “Tal técnica interpretativa não deixa, é certo, de limitar as possibilidades de generalização do conhecimento obtido àquelas situações que tendam a reproduzir o mesmo tipo de vinculação concreta entre as determinações essenciais (particulares) e as determinações gerais, e, por outro lado, não deixa de infletir o foco de análise para os processos de diferenciação e transformação dos sistemas sociais, pois é nas determinações particulares que o método vai buscar o nexo explicativo das totalidades concretas. Não obstante, essas limitações garantem a possibilidade de alcançar-se, ao mesmo tempo, uma explicação que transcende os limites do conhecimento factual sem apelar para formas de análise que implicam logicamente na eliminação das condições reais de produção das atividades sociais”(p.97).

diacrônicos e não apenas focada nos fenômenos sincrônicos como era tradicionalmente utilizada. Todavia, não conseguiu preencher uma importante lacuna sobre a práxis da transformação social como ação negadora e que nega sentido a um universo determinado: “Por este mesmo motivo a validade das explicações funcionais e estruturais restringe-se àquelas situações nas quais existe um universo de significações sociais dado a um padrão definido de integração social total” (Cardoso, 1960:100).

Cardoso defende que as análises das conexões funcionais e a estrutural acabam tendo como ponto comum a compreensão da mudança social como um movimento isento de tensões dialéticas. Já a análise dialética, por sua vez, tem na transformação pela negação um pilar fundamental. Cardoso prossegue sua crítica a esses dois ramos teórico-metodológicos ao afirmar que ao utilizarem os conceitos de desequilíbrio funcional e “disfunção” para explicar o processo de mudança social, eles estariam reproduzindo este processo em sentido mecanicista. A dialética se mostrava mais uma vez superior, pois permitia analisar a atividade social em termos de conexão de sentido (Cardoso, *idem*). Com este recurso, não se repetiria o mecanicismo reproduzido pelos estruturalistas e funcionalista quando analisaram a passagem do polo sincrônico para o diacrônico. Mais uma vez, Cardoso procura demonstrar as fraquezas do método funcionalista para interpretar a mudança social:

Entre um padrão estrutural ou organizatório e outro há um hiato: o método funcionalista é cego para compreender a transformação em suas implicações globais. Supõe requisitos para a elaboração metodológica que retiram a historicidade peculiar do comportamento humano (a negatividade), e não é capaz de representar as vinculações recíprocas e contraditórias entre a simultaneidade e a sucessão, que exprimem o movimento da história (Cardoso, 1960:103).

Segundo Cardoso (*idem*) a dialética, por sua vez, analisa o fluxo social dinamicamente, ou seja, como um contínuo. Por isso, a práxis humana possui papel central, uma vez que a mudança estrutural passa a ser analisada através da tensão existente entre as ações humanas criadoras e das contradições que se formam dentro da estrutura social (Cardoso, 1960:104).

Como último ponto em sua análise das “vantagens” do método dialético, Cardoso advoga que ele deve ser utilizado pela sociologia ao se referir as totalidades sociais como totalidades singulares. Esse recurso possibilita ao pesquisador utilizar o método dialético

de forma heurística, uma vez que não é dada ao real uma concepção a priori. Por conta deste ponto, Cardoso afirma que a efetividade do método dialético na sociologia está subordinada a uma consistente base empírica na qual o método possa ser estruturado. Ou seja, ao final do seu artigo Cardoso reproduz um dos princípios mais enfocados por Florestan, que era o fundamento empírico da pesquisa sociológica, mesmo criticando duramente a análise estrutura-funcional utilizada por Florestan para interpretar os dilemas da modernização brasileira.

4.5 O Brasil arcaico em Florestan e Cardoso

Nesta seção analiso comparativamente as pesquisas de Florestan e Cardoso sobre o Brasil escravocrata de forma a demonstrar como os autores, apesar das diferenças metodológicas, acabam construindo visões muito similares sobre este período da história do país. Precisamente, os autores constroem duas interpretações que fazem este período ser caracterizado como tradicional e, conseqüentemente, tornando-se o grande entrave para a constituição plena do capitalismo e da modernidade entre nós.

Esta análise me permite ver como Florestan e Cardoso idealizam o mundo moderno ficando, conseqüentemente, ainda presos aos pressupostos principais da sociologia da modernização. Para tanto, início com a discussão da pesquisa feita por Florestan em São Paulo, no início dos anos 1950, para a Unesco, e publicada como livro juntamente com as pesquisas de Roger Bastide.

Um primeiro ponto que precisa ser focado nesta análise é referente à questão metodológica. Florestan, como já tive oportunidade de demonstrar no capítulo II, tinha verdadeira obsessão pela constituição de uma metodologia rigorosa que pudesse legitimar seu intento de constituir a sociologia científica no Brasil. Esta seria responsável por superar o ensaísmo fruto da sociedade escravista e estamental. Florestan organizou a pesquisa a partir da união entre os critérios informativo, descritivo e interpretativo, estruturado pela utilização do método funcionalista de Émile Durkheim. Desta forma, ele poderia analisar o significado e a função do preconceito na sociedade escravista.

Portanto, o método funcionalista seria o elemento norteador da pesquisa, ou seja, o seu elemento metodológico mais importante¹⁶⁰. Desta forma poderia haver uma análise

¹⁶⁰Sobre a questão metodológica Cardoso faz uma importante observação: “Obviamente, Florestan conhecia os desdobramentos do método funcionalista. Sabia que eles explicavam os fenômenos por suas funções sociais e minimizavam a utilização da noção de *causas eficientes* da análise durkheimiana. Mas,

da correlação existente entre a mudança das estruturas e das funções do preconceito (Cardoso,2008). Na perspectiva estrutural-funcional de Florestan o preconceito racial é um elemento pertencente à sociedade escravista considerada como tradicional e essencialmente diferente da sociedade capitalista, cuja herança criava obstáculos à institucionalização plena do estilo de vida moderno:

É a riqueza desse vai-e-vem entre estamento (casta), classe, preconceito de raça e preconceito de classe que fornece o miolo do livro. Desde o segundo capítulo, da lavra, como o primeiro, de Florestan Fernandes, vê-se como o preconceito de cor e a discriminação racial se complementavam para preservar a ordem escravocrata (Cardoso, 2008:12)

Vou tentar deixar claro este ponto a partir de agora. Florestan enfoca os períodos colonial e imperial a partir da escravidão, pois todas as formas de organização econômica tiveram nela o elemento estruturante. Nesse sentido, Florestan faz uma correlação entre a produção econômica e a recorrência à escravidão para demonstrar como ela possuía função estrutural durante os dois períodos acima citados da história brasileira. Como demonstração desta afirmação, os negros foram ao mesmo tempo instrumentos de trabalho imprescindíveis à produção e à acumulação de capital. Eles, todavia, não estiveram presentes de forma tão intensa na economia paulista. Por isso, vale a digressão até a sua inserção sistemática.

Durante os séculos XVI e XVII a utilização de escravos negros foi muito reduzida devido ao acanhamento da economia e da consequente pobreza que caracterizava a vida paulista. Por isso, os índios foram os primeiros a serem escravizados e utilizados como mão de obra. Esse panorama começa a se modificar de forma lenta no decorrer do século XVII, quando houve o incremento da produção nas minas. Mesmo assim, o início do século XVIII ainda era marcado pelo predomínio da mão de obra indígena (Fernandes, 2008).

fiel à sua paixão pelas análises empíricas, tão ao gosto também de Bastide, preferia ressaltar a simplicidade da formulação de Durkheim e lançar-se à pesquisa. Como escreveu *Branco e negros em São Paulo* antes de *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, também não precisou ressaltar que na análise das mudanças histórico-estruturais haveria que utilizar a dialética marxista. Simplesmente formulou as hipóteses básicas (ao *meio social interno*) e como suas funções se transformam quando as estruturas mudam. Trabalhou, portanto, com grande liberdade intelectual, não se prendendo ao formalismo metodológico”(Cardoso,2008:10-1)

A exploração das minas gerou, por sua vez, uma relação de competição entre os estratos brancos da população. Todavia, não havia possibilidade da instituição de um protagonismo advindo do conflito visto que os paulistas não tinham capitalismo, recursos técnicos e, sobretudo, uma mentalidade econômica que os possibilitasse engendrar a hegemonia no campo de produção mineradora (Fernandes, *idem*).

Não havia nos paulistas, portanto, em pleno século XVIII uma mentalidade efetivamente capitalista capaz de dar-lhes êxito na produção. Mesmo assim, a mineração representou o término do seu isolamento e sua primeira etapa de integração à economia colonial cujo foco era a exportação. Por conta disso, houve a substituição do trabalho mais oneroso e menos produtivo do indígena pelo mais produtivo e menos custoso do negro. A substituição final deu-se por conta da liberdade dos índios em 1758.

A substituição da mão de obra indígena pela negra tornou-se elemento crucial para Florestan defender que a escravidão era uma instituição social responsável por determinar o sistema econômico. O açúcar, a aguardente e o café atraíram para São Paulo negros e brancos. No século XIX, o café tornou-se o produto por excelência entre os paulistas.

Em São Paulo, o Oeste Paulista tornou-se a região mais importante em relação ao Vale do Paraíba devido à fertilidade do solo, das condições climatológicas e do tipo de relevo que o fizeram superior. Este período foi marcado pela escassez de *mão-de-obra* em virtude da proibição do tráfico de escravos em 1850. Desta forma, os escravos disponíveis eram insuficientes para suprir a expansão da agricultura. Esta representou o período de colapso do trabalho escravo. Para tentar solucionar o problema, eles passaram a investir na mão de obra imigrante:

O trabalho escravo encontrava finalmente um sucedâneo no trabalho livre, mas no trabalho livre proporcionado pelos imigrantes europeus. Os imperativos de ordem econômica passam a refletir-se na composição da população de outra forma: os fatores que antes determinavam o incremento da população negra irão ocasionar o aumento da população branca, graças à permanente “fome de braços”, que drenará sem cessar milhares de indivíduos de diversas regiões da Europa para as lavouras paulistas (Fernandes, 2008:58).

Além da imigração outras modificações ocorreram em São Paulo como a existência de intermediários na produção e créditos bancários, que não representaram a transformação da posição do negro na estrutura social. Na verdade, essas modificações

que poderiam ser a demonstração clara de que estava vigente na sociedade paulista uma sociabilidade de tipo capitalista não foi suficiente para derruir o tradicionalismo que era fruto da escravidão e do âmbito rural. Como exemplo, São Paulo manteve-se até o final do século XIX como cidade rural.

A abolição, que seria responsável por gerar condições de disputa entre negros e brancos não foi capaz de dar chances efetivas de vitória na competição engendrada entre os dois estoques raciais. Ela representou, todavia, a perda da posição que o negro possuía no sistema de produção. Como exemplo, no final do século XIX 95% dos escravos estavam no campo em São Paulo. Sua ida para as cidades acabou tornando-se fonte de importantes desajustamentos à medida que a urbanização e a industrialização tiveram um alcance limitado para esses estratos.

Não vou prosseguir na análise de Florestan sobre a sociedade de classes por dois motivos. O primeiro é que o objetivo desta seção é analisar a imagem construída por ele sobre a sociedade escravista. A segunda é que em sua tese de cátedra há uma análise mais refinada e sistemática sobre a integração do negro à sociedade de classes. Por hora, gostaria de focar dois elementos que considero centrais para a interpretação de Florestan sobre a sociedade brasileira. O primeiro deles é sua visão da sociedade escravista como plenamente tradicional, ou seja, pré-moderna. Nesse sentido, a sociabilidade capitalista e seu padrão civilizatório eram corroídos pelo tradicionalismo representado pelas relações escravistas levadas a cabo em sua sociedade cuja organização social era estamental e imprimia resistências de caráter estrutural-funcional para uma transformação plena em termos capitalistas.

O segundo é o elemento implícito representado pela visão da sociedade moderna como pautada por elementos como a secularização e a racionalização que demonstravam, no início do século XIX, que a fraqueza do moderno acabava sendo um empecilho para a melhor integração dos negros. Voltarei a este ponto quando analisar a integração do negro no Brasil “moderno”.

4.6 O negro e o capitalismo incompleto

A pesquisa no Rio Grande do Sul, concentrada nas cidades de Porto Alegre e Pelotas, resultou na tese de doutorado de Cardoso defendida em 1961. Por conta da entrada de Cardoso no Seminário de Marx e a colocação da dialética como metodologia

mais importante houve a modificação no foco da pesquisa. Agora a preocupação de Cardoso não estava voltada para a integração do negro na sociedade de classes rio-grandense, mas sim analisar as relações entre capitalismo e escravidão. Esta modificação não foi dada de forma pacífica, pois acabou gerando um conflito importante com o mestre Florestan como nos relata o próprio Cardoso (2006):

Florestan não quis aceitar a versão final da minha tese. Naquela época ele não era só meu mentor intelectual, mas também meu vizinho. Nós morávamos na mesma rua Nebraska, no Brooklin. Eu mudara para a casa que tinha sido do meu pai, que foi para o Rio, depois de eleito deputado em 1954. Eu tinha telefone, coisa rara naquele tempo. Então, Florestan ia todos os dias a minha casa para telefonar e ficava lá. Bem, quando o Florestan leu a tese, o prefácio, que era pedante e fazia muita crítica ao funcionalismo, disse-me que não aceitava o texto. Eu pensei: ‘Então vou defender com o Lourival Gomes Machado’, catedrático de Política, com quem eu me dava bem e que Florestan não considerava academicamente sólido. Eu lhe disse que ia falar com o Lourival e foi um ‘pega pra capar’. Eu estava com sarampo. O Florestan não respeitava essas coisas, com sarampo ou sem sarampo, ele disse que aquilo seria inaceitável. Florestan não gostou do seminário de Marx” (p.77)

A presença da dialética no texto de Cardoso não representou apenas uma ruptura parcial em termos teórico-metodológicos, mas também certa autonomia na produção intelectual em relação ao mestre. A partir de agora passa, Cardoso passa a influenciar as interpretações de Florestan sobre o Brasil. Todavia, minha hipótese é que o alcance dessa ruptura teórico-metodológica é muito reduzido, uma vez que o “ecletismo bem temperado” de Florestan estará presente na interpretação de Cardoso sobre o sul escravista, pois elementos incorporados do funcionalismo e, sobretudo, da sociologia da dominação de Max Weber são cruciais para a sua interpretação da sociedade escravista rio-grandense.

Além dos pontos acima citados, ele está analiticamente muito próximo do seu mestre. Afirmando isto porque para ele o grande dilema do capitalismo brasileiro é a herança pré-moderna do patrimonialismo que fez com ele não tivesse condições de engendrar no país suas potencialidades civilizatórias. Ou seja, torna-se o grande entrave para que o capitalismo se complete como estilo de vida, que é a mesma tese de Florestan.

Assim, minha hipótese é que mesmo com a utilização da dialética que foi crucial para o abandono das interpretações dualistas que dividiam o Brasil em dois, o capitalismo

brasileiro continua a ser visto como elemento negativo e inferior perto do congênere efetivamente moderno e pautado por ideais democráticos e, portanto, civilizatoriamente superior encontrado nos países centrais.

Mesmo a análise dialética demonstrando a união dos elementos arcaicos e modernos para a compreensão plena da dinâmica de nosso capitalismo, o tradicional continua a ser o elemento norteador da análise para explicar as potencialidades quanto, o que é mais significativo para mim, os dilemas brasileiros. Portanto, o moderno não é responsável pela instituição de quaisquer conflitos ou dilemas, uma vez que Cardoso reproduz implicitamente o pressuposto construído em suas publicações dos anos 1950 que analisei no capítulo anterior, segundo as quais o capitalismo moderno é pautado pela neutralidade valorativa, ou seja, que é uma ordem social aberta. Início abaixo a análise da interpretação de Cardoso sobre o sul escravista com o intuito de demonstrar como ele ainda está analiticamente muito próximo do mestre Florestan.

Procurando ser fiel ao método escolhido, Cardoso analisa a economia sulina a partir da relação que esta constitui com a economia colonial, ou seja, aquela voltada para a exportação. Além desta articulação, Cardoso parte do exame econômico para compreender a presença da escravidão nesta parte do país. O Rio Grande formou-se no século XVIII a partir da constituição das vilas fortificadas, que eram um núcleo militar estável e das estâncias, que funcionaram como ponto de apoio para a penetração dos militares (Cardoso, 2003).

Os negros estiveram presentes desde a primeira metade do século. Neste início, a economia gaúcha foi estabelecida a partir do gado e da agricultura, utilizando reduzida mão de obra escrava. A pouca utilização de escravos nessas atividades é explicada porque a pobreza foi elemento norteador da organização social, pois não houve a concentração da riqueza nas mãos de pequenos grupos como ocorreu na Região Nordeste, por exemplo.

Esta situação se modificou entre o último quartel do século XVIII e o início do século XIX através da produção de trigo, que fez com que houvesse prosperidade econômica e uma utilização regular de escravos. Mesmo tendo sido um período curto, pois em 1822 já se consumia o trigo americano na Região, foi crucial para o incremento da escravidão e consequente utilização regular de escravos.

A Região sofria uma forte taxaço colonial que acabava sendo uma forma de criar obstáculos ao fortalecimento da economia. Todavia, o incremento da economia com o trigo, a cria  o de gado e, o que analiso mais adiante, a produ  o de charque, foi responsável por dinamiz  -la e ligá-la comercialmente a outros mercados da zona colonial e até mesmo com a metrópole, através da exporta  o de trigo, gado, couro e charque (Cardoso, idem). Ou seja, o sul do Brasil não ficou isolado mesmo tendo uma economia subordinada àquela constituída diretamente para a exporta  o.

Houve relações capitalistas pautadas pelo interesse econômico desde a organiza  o mais sistemática da economia sulina, portanto. Como terei oportunidade de demonstrar    frente, este elemento será deixado de lado para se focar a escravidão como um verdadeiro sistema a explicar o sucesso e o malogro da economia sulina e o seu caráter deformado e incompleto enquanto economia capitalista.

Cardoso enfoca o elemento que considera principal para explicar não apenas a utiliza  o sistemática de escravos como o dinamismo da economia sulina: as charqueadas. Isso porque a utiliza  o de escravos na lavoura, nos serviços urbanos e domésticos sofreu um aumento significativo através da produ  o do charque. Nesse sentido, será criado um tipo social novo, o estancieiro, que representou a metamorfose de outros tipos como o gaúcho, o tropeiro, o militar, o antigo colono e o administrador colonial. A partir das estâncias e do seu tipo social a economia sulina passa a ser explicada por Cardoso, o que trará consequências importantes para a sua análise.

A partir do segundo decênio do século XIX as charqueadas tiveram um grande impulso no Rio Grande do Sul, acarretando um importante afluxo comercial e incremento de escravos:

Por isso a exporta  o do charque e dos couros teve grande incremento no primeiro quartel do século XIX e, conseqüentemente, houve enorme afluxo de escravos negros para as zonas das charqueadas. Não se possui os números de escravos importados para a exporta  o do charque, mas sabe-se – pelas estatísticas demográficas – que nas áreas das charqueadas a popula  o escrava era considerável (Cardoso, 2003:79).

Foi o setor do charque, portanto, aquele que mais absorveu a mão de obra escrava no século XIX. Por isso, seria a partir dessa atividade que poderiam ser analisadas de forma precisa as relações entre a escravidão e a atividade capitalista. A sociedade rural gaúcha,

que teve início marcado pela pobreza, agora seria composta pelos criadores de gado e charqueadores, pela escravidão sistemática e pelo latifúndio, que denotavam a concentração da riqueza.

Cardoso também chama atenção para o impacto exercido pelo comércio importador e exportador, que fora responsável por constituir sólidas fortunas urbanas. Isto ocorria precisamente porque desde o início do século XIX o comércio possuía o mesmo peso que as estâncias tinham no âmbito rural, ou seja, era elemento crucial de acumulação de riqueza (Cardoso, 2003:80). Este ponto referente ao âmbito urbano que poderia nos dar uma visão mais abrangente do Rio Grande do Sul do século XIX apenas é citado de forma tangencial por Cardoso, uma vez que seu objetivo é analisar a dinâmica interna existente nas charqueadas.

Cardoso demonstra que os serviços urbanos ligados ao comércio e aos transportes eram exercidos de forma exclusiva por negros, além dos serviços domésticos que não se diferiam do restante do Brasil. O elemento mais importante, responsável por explicar a economia e a organização social gaúcha estava nas charqueadas segundo o autor. Por isso, mais uma vez, a ênfase fica nesta parte da organização econômica.

A utilização da escravidão era necessidade premente para a economia gaúcha, pois toda a economia brasileira era organizada a partir da escravidão e, para que esta pudesse se articular ao setor exportador e pudesse ter êxito, fazia-se necessário que utilizasse a mão de obra escrava como foi feito de maneira sistemática nas charqueadas.

Depois enfocar a importância da escravidão para a economia rio-grandense nos âmbitos urbano e rural, Cardoso passa a analisar a organização interna das charqueadas no sentido de explicar de forma detida a importância da escravidão e sua relação de contradição com a organização capitalista. Ao estabelecer contato com a documentação sobre a formação rural gaúcha, Cardoso confrontou-se com a tese segundo a qual a organização da estância teria sido feita sob bases democráticas, o que faria da escravidão no Sul uma organização excepcional se comparada às outras regiões do Brasil onde o arbítrio foi elemento crucial para a organização e manutenção das relações escravistas.

A tese da democracia de estância demonstrou-se, na verdade, um mito. Para defender este ponto, Cardoso recorre à sociologia da dominação de Max Weber e aos

conceitos de patrimonialismo e estamento. Desta força, ele poderia deixar bastante claro o caráter arbitrário no qual foi instituída a organização social rural no Rio Grande do Sul:

O resultado a que cheguei foi, contudo, o oposto do que à luz da bibliografia histórica comum seria de esperar. Na verdade a sociedade rio-grandense não só se organizou nos moldes de uma estrutura patrimonialista, como às posições assimétricas na estrutura social correspondiam formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação. Frequentemente a compatibilidade entre as expectativas era assegurada pelo exercício violento e arbitrário da autoridade inerente às posições hierarquicamente superiores do sistema social (Cardoso, 2003:108).

No lugar de uma formação social democrática, a organização social gaúcha relegou uma estrutura social estabelecida a partir de formas autocráticas de dominação, responsáveis por manter o equilíbrio social durante o século XVIII e o início do século XIX (Cardoso, *idem*). O apelo ao arbítrio e à força bruta era um elemento crucial para manter o equilíbrio do sistema social. De acordo com Cardoso (*idem*), essa organização era fruto das limitações estruturais impostas pelo desenvolvimento das condições econômicas, políticas e sociais naquela região.

Como terei oportunidade de demonstrar, o grande dilema enfrentado pela sociedade escravista gaúcha estava radicado no patrimonialismo que era, segundo Cardoso, fator estruturante naquela sociedade. Por conta do seu domínio, as potencialidades civilizatórias do capitalismo não puderam se institucionalizar de forma plena. O arbítrio tradicionalista era tão forte que a ordem militar e a sociedade não tinham as condições necessárias para manter o respeito à ordem jurídica instituída pelo Estado patrimonialista português que vigia nas outras regiões brasileiras. Com isso, a organização social gaúcha foi constituída de forma singular.

Esta “correção” feita em nível local podia ser visualizada através das ações do “gaúcho” e do “contrabandista”, que eram os dois tipos sociais característicos da região. Cardoso advoga que desde o século XVIII a grande propriedade foi estruturada em sua forma de poder e trabalho estamentalmente, ou seja, a partir de uma estrutura plenamente tradicional como também havia defendido Florestan quando analisou a sociedade agrária paulista. Nessa sociedade, portanto, não era o interesse econômico o elemento norteador, mas sim a tradição como advoga Cardoso:

Na realidade era impossível, na estrutura patrimonialista, tentar definir normas que implicassem a ideia de um *dever objetivo* para reger a distribuição dos bens e dos direitos pertencentes à Coroa. A subordinação puramente pessoal ao *senhor*, ou a quem lhe faz as vezes, impera como critério fundamental para a distribuição prebendaria e para concessão de benefícios nas estruturas patrimonialistas. A distribuição de cargos necessários para a arrecadação dos tributos para a fazenda real, por exemplo, seguia os mesmos critérios. Pode-se mesmo dizer que os cargos atribuíam-se como prebendas típicas, com o agravante de que numa sociedade “nova”, em processo de formação, os limites dos direitos e obrigações inerentes aos cargos não estavam ainda estabelecidos (Cardoso, 2003:121).

Cardoso afirma que as prebendas concedidas pelo Estado patrimonialista português para se manter operante em uma região tão distante como o Rio Grande do Sul fez com que sua estrutura fosse “corrigida” em nível local para uma organização mais próxima do patrimonialismo patriarcal. Esta ação demonstrava como era tamanha a força do poder arbitrário do estancieiro. As próprias limitações do poder central faziam com que ele tivesse que utilizar o auxílio do poder local que, por sua vez, invertia a estrutura de dominação central para um domínio baseado no mais puro arbítrio baseado na vontade pessoal. A própria fraqueza do Estado é que fazia com que a organização tradicional pudesse se institucionalizar como um elemento legítimo.

Essa “correção” não se deu de forma imediata porque na fase inicial de conquista da região a atividade econômica e social se subordinava de maneira total e imediata aos interesses do Estado português e da Coroa (Cardoso, 2003:130-31). Cardoso argumenta que em virtude das peculiaridades dos imperativos político-econômicos da ocupação e também devido às condições naturais e morais da vida fronteiriça o Estado português acabou obrigado a recorrer e fortalecer o poder dos chefes de parentelas e dos bandos guerreiros.

Desta forma, o domínio patrimonialista estatal acabou cedendo espaço para uma forma ainda mais tradicional de organização que era o patriarcalismo de caráter patrimonialista. Com isso, esses chefes acabaram tendo condições de consolidar o seu poderio econômico, pois a Coroa, com objetivo de resguardar os próprios interesses acabou dando autoridade, prestígio e possibilidades efetivas de apropriações de bens econômicos aos senhores locais (Cardoso, 2003,131).

Aliado a isso, os funcionários civis e militares da Coroa passaram a utilizar o poder que possuíam para expropriar os habitantes da região, fazendo com que se tornassem empresários. Desta forma, o arbítrio e os interesses pessoais puderam vigorar plenamente. O enfoque neste ponto é fundamental, pois é a partir dele que Cardoso detalha a organização estamental e a forma que esta possuía:

A apropriação estamental das posições burocráticas pelos senhores locais (antigos empreendedores ou antigos funcionários transformados em empreendedores) permitiu a utilização do poder estatal com o fito exclusivo de fortalecer o prestígio pessoal e de consolidar a riqueza familiar. Desfigurava-se, assim, o sentido original da ordem patrimonialista-estatal e lançavam-se as bases para o desenvolvimento da sociedade latifundiária, escravocrata e pastoral do Rio Grande do Sul, mais próxima do patrimonialismo-patriarcal que do patrimonialismo-estatal (Cardoso, 2003:132).

A partir do apontamento do caráter estamental, patrimonialista e extremamente arbitrário, Cardoso defende que a ideia de uma democracia riograndense não passou de uma grande ideologia que encobria sua real estrutura social, o que fazia das construções feitas pela historiografia da região apenas imagens idílicas do passado que tinham como fito glorificar a ação dos *senhores* gaúchos (Cardoso, *idem*). Interessante é a explicação de Cardoso para a construção idealizada do passado. Para ele esta visão era fruto da persistência dos valores senhoriais em plena sociedade de classes como herança do passado pré-moderno e irracional. Para Cardoso, como ficará claro ao longo do texto, o passado agrário e escravista é visto não apenas como puramente tradicional, mas também como grande entrave estrutural à constituição da sociedade capitalista com todas as suas (supostas) potencialidades civilizatórias.

Cardoso afirma que os escravos das estâncias sofriam a reificação objetiva, pois juridicamente eram considerados como coisas, e subjetivamente também, uma vez que incorporavam as imagens construídas deles pelos senhores. Desta forma, se apresentavam como uns seres destituídos de possibilidades de ação de caráter autônomo. Reproduziam, concretamente, uma ação passiva através de condutas moldadas pela vontade dos senhores.

A relação de arbítrio a qual eram submetidos os escravos funciona como obstáculo para que eles pudessem agir com propósito racionalmente estatuído: “Nesse sentido, a consciência do escravo apenas registrava e espelhava, passivamente, os significados

sociais que lhe eram impostos” (Cardoso, 2003:161). Por conta disso, havia sua alienação total. Cardoso afirma que o domínio do senhor e de sua vontade só ocorriam porque ele era elemento de uma sociedade rústica que tinha no arbítrio um de seus fatores mais importantes¹⁶¹. A violência desempenha a função de controle social dentro das charqueadas, pois nas estâncias havia uma ação mais “benévola” em relação aos escravos:

A contrariedade e o pavor que as charqueadas inspiravam ao branco livre e estranho metamorfoseavam-se em disciplina e conformismo no escravo, em poderio e arrogância no comportamento dos senhores. Assim, a hierarquização rígida do sistema de posições sociais da sociedade escravista concretizou-se em sua plenitude na situação de vida imposta pelo trabalho escravo na charqueada e pelo desfrute do trabalho alheio racionalmente organizado pelos charqueadores. Os mecanismos básicos de socialização e de controle da sociedade escravista desenvolveram-se aí de forma típica (Cardoso, 2003,173)

As charqueadas se organizavam a partir de relações de arbítrio pleno que chagavam ao ponto de permitir assassinatos de crianças. O excesso utilizado pelo senhor nas relações com os escravos nas charqueadas não era absorvido de maneira passiva pelo escravo como poderia entrever a incorporação da imagem que era feita dele pelo senhor. Ao contrário disso, houve reação por parte dos escravos através da transgressão às regras, o desacato aos senhores, o assassinato, roubos e a fuga.

Mesmo como as reações contra o profundo arbítrio de que eram vítimas, os escravos negros não conseguiram agir como um agente subjetivamente autônomo e nem de realizar os próprios desígnios: “garças ao processo de socialização, às expectativas que se formavam em torno do seu comportamento e à vigilância estrita a que o sujeitavam”(Cardoso,2003:175). De acordo com Cardoso esse conformismo representava uma “coisificação” subjetiva do escravo que acabou sofrendo importantes obstáculos estruturais para que pudesse ter condições de lutar pela liberdade:

A “socialização parcial” do escravo fazia com que, em geral, seu adestramento fosse incompleto, limitado como era à transmissão de técnicas e à inculcação de normas e valores que motivavam o *negro* apenas para o trabalho rude das fazendas de charque(...). Está claro que o processo de aniquilamento pela socialização incompleta e deformada

¹⁶¹Cardoso procura demonstrar como houve bons e maus senhores, mas que, em termos gerais tinham um certo padrão de comportamento em torno da satisfação de suas vontades: “Além disso, graças ao estado incipiente da ordem patrimonial e senhorial, a forma de exprimir a dominação senhorial variou de acordo com as condições morais e materiais de existência nuns e noutros tipos de organização da vida no campo. Virtualmente o ‘bom senhor’ das estâncias poder-se-ia revelar puramente como senhor: como alguém que dispõe dos meios capazes de conseguir a objetivação de sua vontade e dos seus interesses na ação do escravo”(ibidem:160).

das possibilidades do escravo reagir como pessoa não era expressamente deliberado pelos senhores (Cardoso, 2003:179).

Os escravos das charqueadas possuíam bloqueios estruturais para que pudessem agir de forma autônoma e não possuíam, com isso, chances efetivas de lutar pela liberdade. Os escravos das charqueadas representaram um tipo específico que acabou gerando bloqueios fundamentais para que pudessem ser integrados de forma produtiva na sociedade de classes e, portanto, efetivamente capitalista.

O ponto acima é importante porque houve a constituição de outro tipo humano de escravo no âmbito urbano, o escravo-artesão. Além de ter tido um tratamento diferente do escravo das charqueadas, uma vez que desenvolvia atividades especializadas, a relação mais “humana” existente entre o senhor e o escravo-artesão acabou criando uma contradição fundamental para a negação de forma antecipada dos valores que estruturavam a sociedade escravista. Isto porque a contradição entre a vontade e o interesse dos senhores de extrair mais produtividade dos escravos e o reconhecimento das qualidades humanas, que era uma forma implícita de negar essa condição, acabou sendo elemento crucial para a transformação social que ocorreu no final do século XIX (ibidem:181). Esses escravos conseguiram desempenhar atividades intelectualizadas que foram cruciais para que tivessem condições morais e intelectuais para uma melhor integração. Esse fato também ocorreu com os escravos que eram advindos dos trabalhos domésticos, mesmo que sem a capacidade crítica existente no escravo-artesão (Cardoso, idem).

A análise sobre as condições pelas quais viviam e eram submetidos os escravos das charqueadas foi fundamental para que as contradições entre o capitalismo e escravidão pudessem ficar mais aclaradas. Antes de desenvolver este ponto é interessante demonstrar de forma global os fatores que fizeram com que houvesse o malogro da economia do charque. O primeiro deles refere-se à posição subsidiária que a economia sulina possuía em relação à propriamente colonial que se conformou com a fraqueza dos senhores como camada social no plano nacional, somada ao controle sobre a região que era feito pelo Poder Central (Cardoso, idem).

Com isso, não houve nem autonomia plena no âmbito local nem força como camada social a ponto de fazer seus interesses no plano nacional serem satisfeitos. Além

disso, Cardoso advoga que o Sul não conseguiu constituir uma sociedade em bases tão rígidas como ocorreu nas áreas de economia do café ou do açúcar¹⁶².

Os elementos colocados por Cardoso sobre o malogro da economia gaúcha são, seguramente, muito importantes. Mas para o meu argumento nesta tese gostaria de enfocar a organização interna da produção nas charqueadas em sua comparação com a produção dos países do Rio do Prata que utilizaram a mão de obra livre em bases especificamente capitalistas. Acredito que esta comparação feita por Cardoso me dará as condições para demonstrar a similitude com o argumento de Florestan, bem como também demonstrar como ele segue o mestre na visão idealizada de forma implícita sobre a sociedade capitalista.

Havia uma defasagem em relação aos países platinos devido à constituição e organização do trabalho escravo, que acabava impondo barreiras cruciais para que os charqueadores, organizados de forma estamental, pudessem fazer uma análise crítica dos dilemas que a produção escravista enfrentava em comparação com as economias do Prata. As condições estruturais de produção escravista do charque impunham barreiras que tornavam impossíveis uma crítica efetiva que representaria a própria negação daquela organização econômica que ia de encontro à organização capitalista típica. Em virtude disso, Cardoso argumenta que houve uma consciência limitada ao âmbito político, deixando intocadas as condições sociais e econômicas que eram fundamentais para a constituição de uma organização capitalista plena:

A economia escravista, por um lado, é uma *economia de desperdício* pela sua própria natureza e, por outro lado, funda-se em requisitos sociais de produção que a tornam *obrigatoriamente* pouco flexível diante das necessidades de inovação na técnica de produção. Noutros termos e sintetizando, a economia escravocrata, por motivos que se inscrevem na própria forma de organização social do trabalho, impõe limites ao processo de racionalização da produção e à calculabilidade econômica. Isto significa que, a partir de um certo limite, a economia escravocrata se apresenta com um obstáculo fundamental para a formação do capitalismo (Cardoso, 2003:217).

¹⁶²Sobre este ponto Cardoso argumenta: “Nela, houve quase sempre um elemento de instabilidade e de risco que, se não significou a formação de uma sociedade democrática, não deixou de afetar as possibilidades do pleno desenvolvimento da sociedade senhorial escravocrata nos moldes das áreas de povoamento antigo do Brasil. Por um lado, na sociedade escravocrata gaúcha, no conjunto, não houve condições para a formação plena de um estilo senhorial de existência. Este só se desenvolve quando existem possibilidades para a manutenção, através do tempo, das posições economicamente privilegiadas por uma camada estável” (ibidem:201).

A produção escravista era anticapitalista, pois não possuía a racionalidade, a calculabilidade e a previsibilidade, que eram considerados elementos estruturantes de uma autêntica formação capitalista. Era uma economia de desperdício baseada na coação. Esta agia como um elemento contrário à organização do trabalho no sentido da intensificação da produção, uma vez que não havia um aproveitamento racional das condições de trabalho (Cardoso, *idem*). Aliado a esses elementos ainda havia o aproveitamento da mão de obra escrava de forma irracional, uma vez que não estava atrelada às necessidades do mercado. Isto ocorre precisamente porque:

À característica fundamental da produção capitalista de ‘produção pela produção’, imposta pela dinâmica de acumulação do capital, substituiu-se no regime escravocrata a ‘produção pela escravidão’, ou a ‘produção da escravidão’ como uma norma puramente irracional (*ibidem*:220).

O sistema escravista também se tornava um obstáculo para a formação plena do capitalismo porque impedia a divisão técnica do trabalho e a especialização profissional, o que ocasionou também índices de produtividade menores em relação ao trabalho livre exercido pelos países do Prata. Também era responsável por constituir uma organização irracional do trabalho, uma vez que uma produção de caráter sazonal era feita durante todo o ano com o intuito de manter os escravos trabalhando (Cardoso, *idem*).

Essa sociedade que em primeiro momento foi crucial para a instituição da produção nas charqueadas acabou gerando barreiras insuperáveis para a instituição plena do capitalismo¹⁶³. Nesse sentido, a escravidão estruturada pelo patrimonialismo mostrava-se como o grande obstáculo para o progresso econômico da economia sulina: “Ela mostra que o regime servil limita as possibilidades de racionalização da vida econômica, e, por conseguinte, de desenvolvimento do capitalismo” (Cardoso, 2003:224).

¹⁶³ Cardoso afirma que esta forma de organização do trabalho trazia outro elemento patológico em relação à organização plena do capitalismo que se refere, precisamente, a constituição apenas da mais-valia absoluta enquanto a organização capitalista plena se organizava pela produção de mais-valia relativa: “obtida graças à introdução de recursos técnicos e à subdivisão do trabalho, que permitem produzir em menos tempo o equivalente ao salário” (Cardoso, 2003:225).

Cardoso analisa a sociedade escravista como um sistema social regido por regras e lógicas próprias, o que nos ajuda a compreender seu argumento sobre a contradição insolúvel entre este e o regime capitalista como parece ficar claro na citação a seguir:

Ela implicava, ao mesmo tempo, uma série de avaliações sobre o papel do *empreendedor*, sobre o trabalho, sobre os homens livre em geral, sobre a sociedade e o destino humano, que faziam do mundo senhorial um todo homogêneo e dominador. Senhor e escravo constituíam-se no núcleo da sociedade e da Weltanschauung senhorial, mas a cosmovisão derivada da relação de dominação e subordinação absoluta transcendia os limites desse tipo de associação. Mesmo quando os senhores já não possuíam os escravos capazes de, objetivamente, garantir a continuidade do trabalho e da sociedade escravocrata, continuavam presos à concepção senhorial de mundo: agiam como senhores. Assim, a ordem social criada pelos senhores acabou por convertê-los em seus escravos: cegou-os diante das exigências do presente e do futuro, tornando-os incapazes de ver claro socialmente (ibidem:262).

A análise da desagregação do regime escravista se mostra fundamental para que eu possa demonstrar como constituímos um capitalismo deformado pelo patrimonialismo e como a interpretação de Cardoso está muito próxima daquela feita pelo mestre Florestan a partir da utilização do funcionalismo como metodologia mais importante. No final do século XIX a questão servil aparece como um problema devido à ausência de braços para serem aplicados na lavoura, o que demonstrava segundo Cardoso o equívoco da avaliação uma vez que o problema era a escravidão responsável por criar obstáculos estruturais profundos para a constituição de uma organização econômica plenamente capitalista.

Como forma de suprir o problema da escassez de mão de obra houve o movimento em prol da imigração que implicou, todavia, em uma crítica indireta a escravidão, pois “foi mais em função da crença abstrata na validade e nas virtudes do trabalho livre do que por causa da crítica direta das condições do trabalho escravo, da economia escravista e da situação do escravo” (ibidem:245). Mesmo este movimento fomentador da utilização da mão de obra livre não conseguiu engendrar uma crítica efetiva ao sistema que, ao fim e ao cabo, era o grande fator de atraso da região frente aos seus concorrentes do Rio da Prata¹⁶⁴.

¹⁶⁴Cardoso argumenta sobre o significado da imigração para os sulistas: “A imigração não era representada, pois, como solução para os problemas dos proprietários de escravos, mas como salvação para os problemas da região. Tanto assim que, como atitude prudente, era cabível ser favorável à imigração e à emancipação gradual, para que o progresso obtido com o trabalho livre não fosse prejudicado pela desorganização das

Acabou colocando a sociedade senhorial e a escravidão duplamente em xeque, visto que não tinham condições de competir com a área colonial, bem como se colocavam como obstáculos para a ela (Cardoso, 2003:253). Cardoso advoga que a maneira pela qual o problema do trabalho foi colocado no Rio Grande do Sul acabou impedindo que houvesse a reavaliação do escravo como homem negro, visto que o progresso do país era colocado no imigrante estrangeiro, branco e livre. Como o desejo era dos braços livres vindos do exterior, as avaliações efetuadas sobre o negro na sociedade escravista e patrimonialista puderam se perpetuar, porque em comparação com o imigrante ele representava o aviltamento do trabalho, a inépcia para as tarefas grandiosas, o anti-homen (Cardoso, 2003:255).

Cardoso reproduz a mesma tese de Florestan sobre o regime escravista e o preconceito contra o negro que seria fruto do passado escravista, estamental, patrimonial e, portanto, pré-moderno. O preconceito que era responsável pelas representações acima citadas não era visualizado como fator inerente ao capitalismo, mas como elemento que funcionava como verdadeiro obstáculo para que ele pudesse ter uma vigência plena como estilo de vida e padrão civilizatório.

Por conta dos obstáculos estruturais a que era submetido, o abolicionismo enquanto ideologia não proporcionou uma consciência adequada das novas condições de produção e a possibilidade de a economia escravista enfrentar a concorrência da economia à base de mão de obra livre, visto que era promotora de uma concepção alienadora do trabalho¹⁶⁵. Isto poderia ser plenamente visualizado na própria concepção do movimento abolicionista que era a regeneração da sociedade dos brancos livres (ibidem:265).

Cardoso (idem) argumenta que não houve atenção aos escravos em termos morais e sociais, pois foi um movimento abolicionista marcado pela ambiguidade uma vez que: “(...) como ideologia, o abolicionismo exprimiu no Rio Grande uma forma de consciência

‘velhas indústrias’ (isto é, do charque), que o açodamento na libertação dos escravos tornaria irremediável, com ou sem novos imigrantes” (2003:249).

¹⁶⁵ Sobre este ponto Cardoso advoga: “Já vimos os principais aspectos do trabalho escravo. Insisto apenas para mostrar como deles deriva uma concepção fundamentalmente alienadora do trabalho que impede o desenvolvimento das formas mais complexas de labor humano. Por um lado, todo trabalho assume a forma de um ato de coerção, aparecendo essencialmente como um problema de privação de liberdade. Por outro lado, o processo de trabalho, na escravidão, se restringe, por causa dos imperativos econômicos e sociais analisados no capítulo IV, às técnicas mais elementares de tratamento da natureza, resumindo-se a formas quase indiferenciadas de utilização da força bruta, simplificação que o faz aparecer como equivalente de uma atividade puramente animal” (ibidem:260).

que englobou tanto um conhecimento adequado como uma distorção da realidade, capaz de levar em conta e justificar posições e interesses sociais”(ibidem: 267).

O abolicionismo, portanto, foi uma falsa consciência, uma vez que não proporcionou uma nova visão sobre o negro que continuou a ser representado na consciência dos senhores e brancos livres como “coisa”. Ou seja, o preconceito contra o negro na sociedade capitalista nascente era fruto do patrimonialismo e do consequente tradicionalismo que estruturou as relações sociais na sociedade escravista gaúcha. Cardoso, portanto, reproduz a mesma tese de Florestan e dos seus próprios trabalhos dos anos 1950 que se basearam no funcionalismo como caminho metodológico mais importante.

Ao enfocar o comportamento dos ex-escravos na sociedade de classes nascente, Cardoso não faz uma análise generalizante sobre este, visto que o Rio Grande do Sul apresentou tipos específicos de escravos como os das charqueadas, das estâncias, dos trabalhos domésticos e os artesãos. Cada tipo de escravo teve uma relação diferenciada com a sociedade de classes de acordo com a relação mais ou menos distante que estes possuíam com o tradicionalismo.

Os escravos alocados no âmbito urbano, como os artesões, apesar de possuir uma situação mais favorável que os escravos das charqueadas não conseguiram ter uma visão totalizadora da situação pela qual passavam¹⁶⁶. Mesmo apontando a variedade de escravos existentes e o problema da generalização, focarei minha análise sobre o negro advindo das charqueadas. Desta forma, poderei deixar acentuadas as teses de Cardoso sobre o Brasil escravista, a reprodução dos pressupostos implícitos sobre a “modernidade eurocêntrica” e sua aproximação analítica com Florestan.

O negro proveniente das charqueadas tinha contra si a nódoa de uma socialização parcial e tradicionalista, a despersonalização e a coerção pela qual foi submetido durante

¹⁶⁶De acordo com Cardoso: “Quando, porém, o negro participava da produção doméstica ou artesanal, começava a ter a possibilidade de perceber a sociedade como um todo e de apreender o sentido da situação do escravo e do negro na totalidade. Entretanto, a inserção do escravo no artesanato e nos serviços limitava a possibilidade de conhecimento totalizador da sociedade porque a ‘prestação de serviços’ era uma atividade lateral na sociedade escravista brasileira. A dinâmica da sociedade global era regulada pelas relações de produção e pelo desenvolvimento das forças produtivas que se processavam no setor exportador da economia. Por este motivo, nem mesmo o escravo urbano utilizado na prestação de serviços pôde desenvolver uma consciência totalizante da situação” (ibidem:269).

o regime escravista. Por conta dessa pesada herança, o ex-escravo não teve condições de reagir de forma coordenada e nem de agir criticamente na sociedade capitalista nascente.

Cardoso afirma que a abolição foi capaz apenas de suprimir a forma anômala de capitalismo que foi reinante durante o período escravocrata, mas deixou os negros sujeitos a outras formas de alienação e escravidão. Ou seja, o preconceito e a exclusão dos negros são explicados pela herança da sociedade escravista e tradicionalista como já defendera Florestan:

Com a desagregação da ordem servil, que naturalmente antecedeu, como processo, à abolição, foi-se constituindo, pouco a pouco, o ‘problema negro’, e com ele intensificando-se o preconceito com novo conteúdo. Nesse processo o ‘preconceito de cor ou de raça’ transparece nitidamente na qualidade de representação social que toma arbitrariamente a cor ou outros atributos raciais distinguíveis, reais ou imaginários, como fonte para a seleção de qualidades estereotipáveis. De um momento para o outro, o negro – que fora sustentáculo exclusivo do trabalho na escravidão – passa a ser representado como ocioso, por ser *negro*, e assim por diante (Cardoso, 2003:318).

O preconceito criado na sociedade escravista ganha nova função na sociedade de classes, de maneira a deformá-la e impedir que os seus atributos civilizatórios pudessem ser instituídos de maneira plena. A sociedade em constituição era formalmente de classes, pois se mantinha fechada para os negros, pois os brancos utilizavam o preconceito instituído na sociedade escravista como mecanismo de autodefesa dos seus privilégios. Havia por parte dos brancos nas situações de interação o desrespeito do negro como pessoa humana. Nesse sentido, a espoliação social sofrida pelos negros na sociedade escravista era mantida na sociedade de classes. A citação a seguir é longa mas demonstra de forma lapidar a reprodução da tese de Florestan sobre o regime escravista:

Os canais de ascensão do negro, entretanto, eram socialmente regulados pelas camadas dominantes brancas. A democracia brasileira e sua matriz social classista limitavam-se ainda a um simulacro bastante deformado pela sobrevivência do antigo regime. O negro ascendia socialmente como negro, e o processo de ascensão era regulado pela fidelidade dos ‘cidadãos’ aos chefes de parentelas poderosos. A mobilidade social controlada fazia com que, como condição para a ascensão, estivesse inscrito já um princípio de subordinação. O *negro*, ‘cria da casa’ do coronel fulano, é que podia ser porteiro de repartição pública; não era fulano de tal, por seus méritos, que obtinha um emprego determinado. A sociedade de classes parecia sancionar a velha ordem dos senhores e fâmulos. A consciência da situação criou nos negros, por assim dizer, a insatisfação necessária para definição de novos níveis de aspiração, mas a sociedade, marcada pelo

patrimonialismo, fazia com que a realização desses ideais de ascensão implicasse nova alienação (Cardoso, 2003:331).

Como a citação acima parece deixar bem claro a sociedade capitalista não é portadora de conflitos intrínsecos, uma vez que estes são resultado da sociedade agrária, patrimonialista e pré-moderna que transplantou sua “herança” malfadada que passou a explicar os conflitos sociais, o preconceito, a incompletude do capitalismo e o consequente impedimento de sua institucionalização como agente civilizatório responsável por instituir um estilo de vida completamente novo.

Como pode ser visto até aqui, o tradicionalismo continuou a ser o elemento norteador a explicar todos os conflitos sociais existentes no Brasil e, o que considero mais significativo, a singularidade e a deformidade do capitalismo periférico. Desta forma, o autor tinha condições de demonstra o caráter essencialmente diverso do capitalismo formado no Brasil em comparação ao capitalismo dos países centrais.

Como já havia destacado no início, minha hipótese é que esta visão construída por Cardoso em relação ao capitalismo escravista se deve aos pressupostos implícitos presentes na sociologia da modernização. Cardoso afirma que o capitalismo brasileiro tinha um caráter anômalo. Ora, ele faz esta afirmação porque tem em torno de si a formação do capitalismo moderno instituído nos países centrais, o qual seria estruturado por características como a impessoalidade, previsibilidade, a calculabilidade, a secularização e a racionalidade que faltavam ao capitalismo instituído entre nós que seria anômalo, irracional, tradicional pautado por relações pessoais e, sinteticamente, pelo signo da falta, da incompletude e da distorção. Precisamente, não havíamos instituído um capitalismo autêntico.

A visão sobre o mundo moderno expressa nos textos dos anos 1950 em torno das teses da “demora cultural” se mantiveram na interpretação de Cardoso sobre o sul do Brasil utilizando a dialética como instrumental teórico-metodológico mais importante. Além disso, o passado agrário continua sendo interpretação como estritamente tradicional e negativo, ao passo que o moderno é visualizado como o elemento positivo que deveria ser alcançado. Assim, acredito que existem mais permanências neste estudo do que rupturas em relação aos trabalhos e teses desenvolvidas por Florestan tendo o funcionalismo como elemento teórico-metodológico principal.

Poderia ir mais longe questionando o próprio caráter de interpretação marxista sobre o Brasil escravista, uma vez que o fio condutor da explicação do sucesso inicial e do malogro do capitalismo escravista e, subsidiariamente, do preconceito sofrido pelo negro são tiradas da sociologia da dominação de Max Weber¹⁶⁷. As interpretações de Florestan sobre São Paulo têm no mesmo pilar teórico o fio condutor de sua argumentação. Este ponto é crucial para o restante da análise que farei sobre a obra dos dois intelectuais, visto que o marxismo ganha um patamar de protagonismo no pensamento de Florestan enquanto o “weberianismo” será elemento primordial na explicação feita por Cardoso sobre os dilemas brasileiros.

Essas considerações não foram feitas para tirar a importância do método dialético para o pensamento de Cardoso. Pelo contrário, ele terá importância fundamental para que o sociólogo tenha condições de fazer uma análise do Brasil como parte integrante do sistema capitalista global, da mesma forma que deu condições para que pudesse se distanciar das interpretações dualistas que viam a constituição de dois Brasis. E o que é mais importante, terá um peso decisivo nas remodelações que Florestan fará em sua interpretação do Brasil nos anos 1960 em torno do capitalismo dependente.

Mesmo tendo trazido a dialética que propiciou uma crítica aos postulados desse ramo da sociologia que tanto êxito teve na América Latina nos anos 50 e 60, os dois autores aqui analisados não conseguiram se desvencilhar dos pressupostos engendrados por ela sobre a superioridade moral e material da modernidade instituída nos países centrais. Acredito que por esses motivos é que Florestan e Cardoso continuaram a ver as mudanças na realidade brasileira e os conflitos decorrentes dela como heranças do passado e não como elementos intrínsecos à ordem capitalista.

4.8. Uma crítica interna a Florestan e Cardoso

Como último ponto desta parte gostaria de expor elementos da interpretação de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre o Brasil escravista e também as críticas feitas por ela em relação às interpretações produzidas pela Cadeira de Sociologia I. Precisamente, a autora trava um diálogo direto com as publicações de outros integrantes como Cardoso e, especialmente, o mestre Florestan. A autora questiona o que considero central, que são os pressupostos presentes nas formulações hegemônicas na Cadeira de Sociologia I.

¹⁶⁷ Em Ribeiro (2010) defende que Max Weber é o fio condutor da interpretação de Cardoso sobre o Brasil.

A interpretação alternativa e também as críticas feitas pela autora vão ao encontro dos trabalhos dos autores contemporâneos vistos no capítulo anterior que foram feitos no sentido de problematizar as relações do pensamento brasileiro com a sociologia da modernização, bem como nossa pretensa singularidade. A socióloga antecipa as críticas que foram feitas pelos intérpretes citados no capítulo anterior e que utilizam a teoria social contemporânea como base de suas formulações. Através da exposição das ideias de Carvalho Franco acredito poder deixar mais sedimentada a sustentação teórica crítica que utilizo como base nesta tese.

A partir da discussão teórica feita no capítulo anterior acrescido à interpretação de Carvalho Franco creio ter subsídios suficientes para criticar de forma consistente os pressupostos e as consequentes interpretações de Florestan e Cardoso sobre a modernização brasileira. Como analisei acima, mesmo com as diferenças metodológicas entre a abordagem funcionalista e a dialética, as interpretações de Florestan e Cardoso pouco se diferenciaram no que tange à visão construída por ambos sobre a sociedade escravista.

Acredito que a autora consegue, de fato, construir uma alternativa efetiva à sociologia da modernização e também propor um paradigma efetivamente crítico para pensar a formação brasileira e seu consequente processo de modernização. Minha tese é que Carvalho Franco propõe uma sociologia crítica da modernização que, desta forma, reinventa efetivamente a sociologia da modernização como originalmente proposta por Talcott Parsons.

Os trabalhos de Florestan e Cardoso analisados acima têm como elemento comum a interpretação do Brasil colonial e imperial sob o prisma do sistema escravista como elemento central e estruturante. Carvalho Franco, por sua vez, analisa esses dois períodos a partir da perspectiva do homem livre e pobre. A escravidão, como a autora mesma ratifica, é uma presença-ausente em sua análise sobre a “velha civilização do café”. Acredito que a ênfase dada pela autora aos homens livre fornece as condições para uma análise mais ampla e construtiva deste período tão importante da história brasileira, bem como fornece uma possibilidade interpretativa menos sufocante e determinista como tem sido levada a cabo até aqui.

Botelho (2013) argumenta que Carvalho Franco construiu sua análise com o objeto de demonstrar como a dominação pessoal foi constituída como um princípio mais

geral de coordenação das relações sociais. Ainda segundo o autor, Carvalho Franco teve como objetivo se contrapor às interpretações que analisam essas relações como tradicionais e incompatíveis com a dinâmica do capitalismo como são os casos de Florestan e Cardoso que analiso nesta tese¹⁶⁸:

A ‘sociologia política’ de Maria Sylvia de Carvalho Franco não apenas discrepa da orientação vigente na cadeira de sociologia I, como pode mesmo ser considerada uma crítica potente dos pressupostos de grande parte dos trabalhos nela desenvolvidos (Botelho, 2013:336).

Carvalho Franco (1997) trabalha com a noção de unidade contraditória para caracterizar o período escravista, uma vez que defende que não houve o domínio pleno nem dos elementos tradicionais e nem dos modernos, pois a organização econômica formada nos latifúndios tinha como objetivo tanto a produção dos meios de vida quanto de mercadorias voltadas para o mercado internacional. A economia de base escravista apresentava como fio condutor o elemento moderno ligado ao interesse econômico. Assim, a autora defende que a escravidão não é um elemento contraditório à acumulação capitalista, mas sim fator central à sua realização.

Para Carvalho Franco, portanto, a escravidão e a violência eram funcionais ao capitalismo. Nesse sentido, e aliado a maior complexidade que a produção escravista passa a ter no século XVIII ligada diretamente ao mercado internacional, a autora vê como problemática a conceituação do modo de produção a partir do escravo, ou seja, da escravidão como instituição total como fazem Florestan e Cardoso.

Além do elemento teórico mais geral acredito que a análise de Franco que recai sobre a área de produção do café mais pobre do Estado de São Paulo e seu desdobramento para o caso brasileiro como um todo são elementos que tornam sua interpretação fundamental para fazer uma crítica interna aos pressupostos existentes nas interpretações de Florestan e Cardoso, bem como para propor um caminho alternativo à compreensão

¹⁶⁸Como afirma Botelho (idem), a análise de Carvalho Franco tinha os seguintes alvos: “Visão persistente e que, aos olhos da autora, se renovava com a autoridade das ciências sociais, especialmente a partir da adoção de paradigmas do funcionalismo norte-americano, em diferentes perspectivas, sobre a modernização que a autora acaba reunindo sob a designação de ‘sociologias do desenvolvimento’. Maria Sylvia de Carvalho Franco tem em vista, portanto, a então influente teoria da modernização de Talcott Parsons, mas também a tradução da sociologia weberiana a partir desta tradição e sua transplantação direta para o estudo da realidade latino-americana, em geral, e brasileira, em particular” (p.332).

do significado que o Brasil escravista teve para a formação da sociedade de classes entre nós.

Outro ponto importante ressaltado pela autora é a relação interdependente e contraditória entre os elementos antigos e novos para demonstrar a impropriedade da tese das resistências à mudança que preferiam acentuar a força dos elementos tradicionais como obstáculos à realização do moderno, e que foram tão caras a Florestan e a Cardoso: “(...) procurei esclarecer como o conjunto de elementos que formalmente poderiam ser identificados como tradicionais apenas se torna inteligível quando referido à produção lucrativa”(Carvalho,2011).

Para a autora o elemento considerado “velho” era funcional ao “novo” voltado para a acumulação capitalista. A junção entre esses dois elementos seria suficiente para demonstrar como construímos uma formação capitalista autêntica na periferia, uma vez que o sentido da produção aqui realizada não se diferenciava daquele existente nas sociedades do capitalismo originário. Desta forma, a autora demonstra o caráter problemático da construção de diferenças essenciais entre centro e periferia como está subjacente nas interpretações dos autores estudados nesta tese.

Por conta da análise da sociedade brasileira a partir do modo de produção escravista, ela terminou sendo considerada como estamental e avessa ao capitalismo. Para Carvalho Franco (2011:176), os trabalhos que constituíram uma proposição dualista para criticar o pré-capitalismo e a sociedade escravista tinham como elemento implícito a iluminação da racionalidade civilizadora da modernidade.

A autora nos dá a possibilidade de observarmos como a formação particular do sistema capitalista global pode gerar formações modernas para além daqueles advindas dos países centrais. O cuidado de Carvalho Franco com a dimensão histórica e a inexistência em seu argumento dos pressupostos caros à sociologia da modernização a fazem questionar duramente a utilização de categorias weberianas para analisar o suposto tradicionalismo da sociedade brasileira como fazem Florestan e Cardoso:

Procurei usar os conceitos de relação comunitária, de autoridade tradicional e de sociedade estamental conforme os requisitos dos tipos ideais, para esclarecer sua inadequação à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, ressaltar a técnica defeituosa de generalização que tem levado à inapropriedade no uso desses conceitos. De passagem, quero apenas advertir que essa objeção não se resolve com o argumento da distância entre situações empíricas e conceitos puros. A referida

inapropriedade vem de se esquecer que os tipos ideais, em que pese seu caráter formal, são construções teóricas que expõem o caráter singular dos fenômenos culturais. Nessa medida são históricos. São conceitos genéticos, cujo rigor supõe a observância dos nexos de sentido entre seus componentes, da configuração em que estão arrançados, com suas tendências essenciais e o princípio que as governa. A negligência desses requisitos transforma-os em conceitos classificatórios que meramente sumariam traços comuns a certos fenômenos empíricos (Carvalho Franco, 1997:15-6).

O ponto de partida da autora permite construir uma imagem abrangente e também complexa da formação social, das relações de produção e de sociabilidade que foram engendradas em nosso passado escravista. A partir do trabalho de Carvalho Franco podemos não só observar a formação brasileira e a escravidão como modernas, como permite construir uma imagem da formação da sociedade brasileira que não a deixa como essencialmente distinta dos países centrais, uma vez que haveria uma mesma lógica de reprodução do capitalismo no centro e na periferia. Isso ocorre porque a autora não reproduz implicitamente o discurso sociológico da modernidade presente na sociologia da modernização como fazem Florestan e Cardoso. Desta forma, o passado agrário e escravista não é interpretado como estamental, tipicamente patrimonialista, estruturado pelo tradicionalismo e, fundamentalmente, como realidade essencialmente diversa dos países centrais.

Outro ponto muito importante para o questionamento do pretense caráter tradicionalista da sociedade escravista brasileira refere-se à organização das famílias pertencentes às camadas dominantes que, nas interpretações de Florestan e Cardoso, teriam uma organização interna rígida o suficiente para reproduzir uma concepção estamental de vida:

Consideremos o padrão de organização da família tradicional brasileira, vigente entre as camadas altas da sociedade, até os fins do século XIX. Durante esse período em que tendeu para um padrão patriarcal de organização, a família brasileira apresentou uma dupla estrutura: um núcleo legal, composto do casal e seus filhos legítimos, e a periferia, constituída por toda sorte de servidores e dependentes. O casamento, longe de ser deixado à discrição das partes diretamente interessadas, decidia-se conforme ponderações impessoais e de acordo com os interesses da família enquanto grupo. O processo de seleção dos cônjuges deixa bem claro o quanto as uniões estiveram fundadas em considerações racionais de interesses. Completa-se esse quadro ao se indicar que, mediante alianças intrafamiliares, estabelecia-se uma intrincada, ampla e solidária rede de parentesco, integrando-se assim

grandes grupos que constituíram um poderoso sistema de dominação socioeconômica. A família moldou-se predominantemente para realizar essa função ordenadora das relações sociais antes que para resolver problemas de ordem emocional ou sexual (Carvalho Franco, 1997: 35).

Como foi apontado acima, a dimensão do interesse funcionou como elemento norteador para a formação familiar entre as camadas dominantes durante o período escravista. Não era a tradição pré-moderna e estamental que organizou as relações familiares, mas a dimensão moderna e impessoal do interesse. Carvalho Franco nos ajuda a demonstrar a impropriedade de se pensar o Brasil escravista como uma sociedade estamental e tipicamente patrimonialista, visão ainda hegemônica entre os intérpretes do Brasil e que também é crucial para as interpretações construídas por Florestan e Cardoso.

Carvalho Franco (idem) argumenta que a organização interna da fazenda foi perpetrada a partir de critérios de mercado, o que desautorizava uma caracterização de tipo estamental. A diferença que existia entre as fazendas não se dava pela tradição e pelos valores estamentais, mas sim devido a critérios produtivos e de mercado, como o tamanho e a escala de produção. Ou seja, o mercado funcionava como elemento definidor das ações que nelas eram tomadas (Carvalho Franco, idem).

A análise de Franco alia teoria social com análise história densa para demonstrar ao longo do trabalho a impropriedade em se caracterizar o Brasil escravista como pré-moderno e a inadequação em compreendê-lo a partir da demarcação da escravidão como um sistema social capaz de explicar todas as relações sociais e de produção como está presente nas interpretações de Florestan e Cardoso. A partir delas, o passado brasileiro é pré-moderno e responsável por construir uma pesada herança que impetraria fortes obstáculos à institucionalização plena da modernidade entre nós.

Considero o ponto acima sobre a utilização dos tipos ideais weberianos como central para o meu argumento nesta tese, pois acredito que Florestan e Cardoso utilizaram-nos para classificar a formação brasileira como desviante, incompleta, injusta, deformada em relação à formação capitalista dos países centrais considerada como completa, racional, secularizada, aberta e democrática.

Souza (2015) argumenta que Weber foi lido no Brasil através da interpretação apologética do diagnóstico do sociólogo alemão sobre a modernidade feita por Talcott

Parsons, o que auxilia a reforçar as críticas de Carvalho Franco. Isto porque a autora defende que as noções de “tradicional” e “moderno” como oposições disjuntivas foram demarcadas a partir de uma leitura equivocada da sociologia weberiana, que seria feita através do filtro da sociologia funcionalista estadunidense de Talcott Parsons¹⁶⁹ (Botelho, 2013:345).

Nesse sentido, Carvalho Franco (2011) discute a falta de questionamento sobre o contexto teórico, os problemas políticos a que o conceito de estamento respondia no início do século XX, bem como a diferença existente nas apropriações feitas por autores como Max Weber, Fernand Tonnies e Hans Freyer¹⁷⁰, por exemplo. Franco (idem) afirma que, apesar das críticas a Talcott Parsons, a recepção dos autores alemães era feita a partir das lentes do sociólogo estadunidense.

Essa caracterização sumária e por que não dizer acrítica da sociedade brasileira como estamental tinha como objetivo, ainda segundo Carvalho Franco, distingui-la do capitalismo. Acredito que este ponto seja certo na argumentação da socióloga, pois ela afirma que este esforço em observar a sociedade brasileira escravista como tradicional tinha como elemento implícito a defesa do capitalismo como instância civilizadora, ou, precisamente, a idealização da modernidade e a continuidade com o pressuposto central da sociologia da modernização:

Nem do ponto de vista teórico, nem da pesquisa histórica, sustenta-se a caracterização “estamental” da sociedade brasileira, mas este rótulo cumpriu a importante tarefa ideológica de separar o economicamente “irracional e improdutivo”, o “socialmente violento e preconceituoso”, o “politicamente reacionário”, do moderno, do progressista, do último termo do milenarismo, ora escondido, ora confessado: o capitalismo como instância civilizadora. Sociedade escravista e estamental, de razão essencialmente diversa da sociedade de classes, do trabalho livre

¹⁶⁹ “A interpretação dos tipos-ideais no funcionalismo norte-americano de Talcott Parsons, tendo vista sua visão linear mais ampla do processo histórico, como se as sociedades modernas devessem convergir para um único padrão societário, incorreria neste erro crucial: tomando os tipos numa série linear desconectada dos processos históricos, eles pareciam poder *funcionar* como variáveis sistêmicas interligadas, intercambiáveis e generalizáveis, o que discrepa inteiramente, segundo a autora, da historicidade implicada na construção weberiana. Nesse mesmo erro básico incorreria a ‘sociologia do desenvolvimento’ latino-americano ao incorporar acriticamente o funcionalismo parsoniano”(Botelho,2013:347).

¹⁷⁰ “Usado por Weber, agnóstico, liberal, herdeiro da ponta crítica do idealismo alemão, plantado na demolição nietzscheana da cultura cristã, ou escrito do Tonnies, católico, romântico, apriorista, ou ainda sistematizado por Freyer, também religioso e autoritário, tudo vinha dar na mesma. Poucas dificuldades essas diferenças traziam: economia e a sociedade brasileiras eram sumariamente representadas como escravista e estamental, respondendo-se desse modo eis a necessidade de distingui-las do capitalismo. Era deste modo que se pretendia respeitar as ‘diferenças’, *matizando* o aqui e o *agora*. ” (Carvalho Franco, 1981:172).

e da racionalidade capitalista: este é o quadro em que se entrincheirava a teoria da história brasileira (Carvalho Franco, 2011:173).

Este ponto colocado pela socióloga é absolutamente central, uma vez que o pressuposto que está por trás das interpretações de Florestan e Cardoso é a idealização da modernidade e das potencialidades da sociedade capitalista. Por conta disso que os autores interpretam como a falta, a incompletude, a contrariedade, o desvio frente aos ditames vindos do processo civilizatório capitalista. É a permanência desses pressupostos que faz com que nossos intérpretes continuem a ver a ação moderna e capitalista como resquício de um sistema supostamente tradicional. A partir de uma perspectiva estruturada pela historicidade, Carvalho Franco desautoriza a reificação das categorias “tradicional” e “moderno”, que possuíam um caráter normativo e que também haviam sido incorporadas de maneira acrítica (Botelho, 2013:354).

Carvalho Franco (idem) afirma que a Faculdade de Filosofia contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois os trabalhos que analisavam a sociedade escravista e o pré-capitalismo nela existente iluminaram de maneira silenciosa a racionalidade capitalista, além dos trabalhos feitos no CESIT, “de onde saíram os estudos sobre o empresariado e sobre a classe operária, projetados sobre o pano de fundo do capitalismo clássico, e tributários do ‘atraso’ brasileiro”(Carvalho Franco, 2011:176). Segundo Carvalho Franco (idem), as interpretações feitas na FFCL foram responsáveis por construir uma justificação intelectual que acabou desaguando no chamado “milagre brasileiro”.

Acredito que além das consequências políticas, essas interpretações acabaram se tornando um verdadeiro entrave à constituição de uma análise crítica e construtiva sobre a periferia devido à reprodução de pressupostos da sociologia da modernização que a análise de Franco auxilia a demarcar. E também acredito que Franco consegue com êxito antes dos estudos pós-coloniais construir uma alternativa teórica à sociologia da modernização que era hegemônica na década de 1960 quando defendeu sua tese de doutorado, uma vez que explicitou seus pressupostos, criticou e procurou construir uma alternativa teórica para compreender o processo de modernização periférico e brasileiro, em particular. A autora conseguiu demonstrar a inexistência de diferenças essenciais entre centro e periferia e como esta relação funciona como um verdadeiro obstáculo para uma interpretação construtiva da relação entre ambos:

No caso brasileiro, quando se aponta para a determinação essencial do lucro, não se quer dizer que o capital saia por aí pipocando por toda parte sua manifestação de essência. O que se diz, é que o nexos estabelecido entre a “periferia” e o “centro” do sistema não é uma relação mecânica de desigualdade, onde influências são emitidas e recebidas, como se proviessem e chegassem a mundos exteriores um ao outro. O que se diz é que sem o capital, sem o que o pensamento colha seu movimento interno de reflexão, percorrendo os momentos em que se desdobra, se nega, se reproduz e se acrescenta, simplesmente não há como determinar ou expor diferenças, seja no tempo, seja no espaço (Carvalho Franco, 2011).

A passagem pelo trabalho de Carvalho Franco foi basilar, pois muito antes das críticas contemporâneas à força da sociologia da modernização entre nós e o impacto que ela ainda possui para a caracterização da singularidade brasileira, os trabalhos desenvolvidos pela autora já desautorizavam as interpretações que nos deixavam em posição material e simbolicamente inferior quando nos comparávamos aos países centrais. Como lembra Botelho (idem), Carvalho Franco produziu a crítica teórica mais detalha e consistente das visões disjuntivas entre tradição e modernidade que eram centrais às teorias de modernização de seu tempo, fazendo com que a exposição de suas teses seja essencial para uma crítica consistente das interpretações de Florestan e Cardoso que empreendo nesta tese.

4.9 O Brasil “moderno”: dilemas e possibilidades

Nesta seção eu analiso as interpretações de Florestan e Cardoso sobre o Brasil “moderno”. As aspas usadas no moderno não são sem importância, uma vez que ao estudarem a sociedade de classes, sua organização e principais dilemas os autores continuaram a ver no passado, considerado como irracional e pré-moderno o responsável. Por isso, constituímos um Brasil “moderno” inautêntico, pois o passado trazia entraves importantes para sua completa realização. Para sustentar a tese sobre a inautenticidade brasileira eu analiso as obras *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan, e *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, de Cardoso, que tinham como objetivo analisar os dilemas da sociedade de classes e capitalista no Brasil.

4.9 Florestan, o negro e a ordem capitalista incompleta

O trabalho de Florestan que passarei a analisar possui várias interpretações que procuraram debatê-lo no sentido de observar o peso que ele possui para a sua obra

sociológica, bem como enfocaram a sua importância para a construção de outra interpretação do Brasil no que se refere às relações raciais. Tanto a importância propriamente sociológica e também política foi muito bem avaliada.

Todavia, existe uma carência de interpretações que analisem essa obra a partir dos seus pressupostos. Acho que esse enfoque pode proporcionar uma análise crítica da produção de Florestan, no sentido em que não apenas evidencie suas potencialidades, mas proporcione a possibilidade de focar as suas fraquezas e limitações. Esse é o exercício que pretendo nesta parte em que avalio a interpretação de Florestan sobre a formação da sociedade de classes no país.

Antes, porém, debato com alguns intérpretes com o intuito de demonstrar como a questão dos pressupostos passou ao largo. Depois, debato com a obra de Florestan com o intuito de apontar como o autor ainda se mostrava muito próximo da sociologia da modernização, pois reproduzia seus pressupostos mais importantes referentes às sociedades do capitalismo originário.

Claude Lépine (1987) discute a imagem do negro brasileiro na obra de Florestan. O primeiro ponto importante focado por ele é que existe um lado marcadamente militante no trabalho do sociólogo paulista em relação à defesa da integração do negro à sociedade de classes em paridade de igualdade com o branco.

Ele também observa precisamente como o preconceito existe como um resíduo do passado escravista e patrimonialista. A partir deste ponto mostra de forma certa como Florestan vê as estruturas arcaicas geradoras de preconceito como “anomalia” social e como a discriminação e o preconceito eram funcionais ao regime de castas. Concorro com a análise do autor, pois apanhou em seu pequenino texto os elementos principais do argumento de Florestan. Agora, gostaria de focar um ponto que ele sublinha de forma descritiva como fez com os outros elementos, mas que tem importância central para o meu argumento.

De acordo com Lépine (idem) Florestan estava preocupado com a revolução dentro da ordem, pois “O futuro deverá concretizar nossos anseios de igualdade, de justiça, de fraternidade” (p.137). Este trecho poderia ser pensado apenas como uma “aposta” de Florestan em um futuro mais igualitário para os negros e mulatos. Acredito que aí esteja um elemento maior do que uma simples “aposta”, mas sim a própria

idealização da modernidade como uma ordem neutra, impessoal e aberta. Para Lépine e para os demais intérpretes de Florestan esta é uma vontade existente no sociólogo paulista. Para mim, todavia, é também uma idealização implícita da sociedade capitalista que impele Florestan a tradicionalizar o passado agrário e nos colocar como essencialmente diferentes dos países centrais.

Outra intérprete que constrói uma visão muito próxima de Lépine é Élide Rugai Bastos (1987), pois procura enfocar as contribuições trazidas pela obra de Florestan para uma nova compreensão do Brasil escravista, das relações raciais e da própria dinâmica da sociedade brasileira. Bastos (idem) advoga que a obra de Florestan foi crucial para a mudança na visão conservadora sobre o negro e o passado escravista, uma vez que rompeu com as construções idealizadas.

Mostrou também como a sociedade de classes era fechada não devido à sua própria estruturação valorativa interna, mas como fruto da força do patrimonialismo que preservava o tradicionalismo do negro e as estruturas arcaicas da sociedade. Assim com Lépine, Bastos faz uma leitura cuidadosa de Florestan, mas sem possuir uma interpretação crítica sobre os pressupostos de sua análise. Acredito que haja uma concordância por parte da autora com os elementos presentes na interpretação de Florestan.

Agora debato com Maria Arminda Arruda, uma das principais intérpretes de Florestan e que produziu um trabalho cujos elementos possuem importância central para o meu argumento nesta tese. Arruda (2006) aponta que esta obra de Florestan representou um amadurecimento de suas reflexões sobre o negro brasileiro e também um momento de viragem em sua produção, pois apontou problemas e temas futuros que seriam contemplados. De acordo com a autora, Florestan procurou compreender os dilemas em torno da institucionalização da sociedade de classes no Brasil, a partir da marginalização de negros e mulatos. Esta, por sua vez, demonstraria como o país teria realizado de forma parcial os requisitos inerentes à sociedade moderna.

Este ponto é crucial, pois se não cumpriu os requisitos é porque Florestan tem implicitamente no seu argumento uma organização moderna que considera autêntica. Como não houve algo similar no Brasil nossa sociedade de classes torna-se inautêntica, pois incompleta. Cabe questionar: existem requisitos inerentes à sociedade capitalista ou isso funciona mais como um “imaginário social” ou mesmo ideal normativo? Acho que se interpretarmos esses requisitos como ideais, poderemos ver de forma precisa a

idealização presente na interpretação de Florestan. Arruda aponta como a sociedade capitalista era analisada pelo autor como uma sociedade de estratificação aberta e de forma tendencialmente democrática:

Em suma, não se construiu no Brasil uma ordem burguesa aberta e democrática, como ocorreu em outros países, mas uma ordem burguesa enrijecida e tendente ao autoritarismo. Na gênese da sociedade de classes no Brasil imiscuem-se os traços do passado, dificultando a plena constituição da ordem social competitiva, apesar do paulatino movimento da integração (Arruda: 2006:200).

A citação acima marca bem os elementos idealizados presentes na interpretação de Florestan, mas a citação a seguir é mais precisa nesse sentido, quando Arruda aponta o dilema enfrentado por Florestan em torno da institucionalização da sociedade de classes ainda pautada pelo tradicionalismo: “a conciliação da civilização burguesa envolve uma ética racional, competição, igualdade legal-formal, mobilidade, e a persistência de princípios estamentais de estratificação e do patrimonialismo” (p.201). Por isso, não foi institucionalizado no Brasil o capitalismo como estilo de vida.

Estes pontos deixam bem claro como construímos uma forma inautêntica de sociedade de classes, uma vez que nossa ordem burguesa não foi aberta, democrática e nem reproduziu os seus requisitos intrínsecos. Ora, ao analisar os trabalhos de autores como Bauman, Souza, Costa no capítulo anterior procurei demonstrar que a sociedade de classes possui conflitos intrínsecos que não a deixam nem tão aberta e muito menos democrática como procura sustentar a interpretação de Florestan.

A ambivalência é uma marca intrínseca da modernidade, uma vez que gera conflitos que são intrinsecamente modernos. Os requisitos de Florestan são melhor compreendidos não como realidade material e simbólica, mas como elementos constitutivos do “imaginário social” referente ao mundo moderno ou mesmo como constitutivos do “discurso hegemônico sobre a modernidade”. O que chama atenção na análise de Arruda é que a autora analisa a “singularidade brasileira” narrada por Florestan da mesma forma que os outros intérpretes o fizeram, ou seja, de maneira acrítica no que se refere aos pressupostos principais existentes em sua interpretação.

Gostaria de debater por último com o trabalho de Antonio Brasil Junior (2010), pois em sua pesquisa comparativa entre Florestan Fernandes e o sociólogo argentino Gino Germani o autor analisa a maneira como a sociologia da modernização foi, em suas palavras, “aclimatada” na periferia. De acordo com o autor, houve por parte destes dois intelectuais uma incorporação crítica desta sociologia, que foi responsável constituir um espaço próprio de produção intelectual. Desta forma: “Ao longo do processo de ‘aclimação’ daquelas formulações, gestou-se algo diferente e que foi capaz de interpelá-las criticamente, colocando a própria questão do desenvolvimento em outro patamar” (Brasil Jr, 2010:176). Ou seja, Brasil Jr observa a incorporação da sociologia da modernização de uma forma positiva, pois os autores conseguiram construir um caminho próprio para analisar o processo de modernização latino-americano. Bem, como meu objeto é Florestan, focarei na leitura da obra a integração do negro feita por Brasil Jr.

O primeiro ponto que distancia Florestan da sociologia da modernização é a sua recusa à ideia de linearidade do processo de mudança social, ou seja, da ideia de que todos os seguimentos da sociedade se modernizariam. Esta recusa se daria precisamente porque Florestan havia dado grande importância à dimensão histórica em sua análise. Isto fez com que ele desse significativa importância ao passado como recurso central, uma vez que este teve papel econômico e social e seria elemento decisivo a explicar a não modernização e consequente sub-integração do negro à sociedade capitalista. O elemento histórico demonstraria que os negros tiveram uma socialização inadequada frente aos requisitos da nova ordem. Desta forma, não faria sentido a ideia defendida pela sociologia da modernização de linearidade da mudança social:

Embora no vocabulário mais ou menos difundido pela “sociologia da modernização” houvesse a expectativa de que, uma vez iniciada, essa transformação tenderia a se expandir para a totalidade do sistema social, tanto Fernandes quanto Germani se depararam com processos que, de maneira estrutural, reforçavam a marginalidade de amplos setores da população, em vez de integrá-los na nova ordem em expansão (Brasil Jr, 2010:190).

Portanto, havia uma distância da sociologia da modernização por conta da não integração total como essa teoria pressupunha. Portanto, parece ficar claro que Brasil Jr observa a relação de Florestan com os pressupostos da sociologia da modernização de forma estritamente positiva, uma vez que sua ênfase na dimensão histórica teria feito com

o sociólogo construiu um caminho alternativo e crítico em relação a esse ramo da sociologia tão presente na América Latina nos anos 50 e 60. De uma forma diferente, o autor reproduz a mesma visão estritamente positiva sobre a obra de Florestan que já era presente nos outros autores acima analisados.

O autor apenas observa as inovações em relação à sociologia da modernização, mas não problematiza a visão histórica construída por Florestan como, por exemplo, a superioridade do imigrante frente ao negro e o passado sendo o elemento norteador de todos os conflitos. Assim, a concordância de Florestan com a visão idealizada da modernidade central, de suas instituições e de seu estilo de vida não são problematizados pelo autor. É precisamente esta lacuna que tenho procurado preencher neste capítulo tanto no que se refere à reconstrução histórica quanto no apontamento dos pressupostos presentes em sua análise como procuro fazer agora através do debate com a pesquisa sobre a integração do negro. Farei uma interpretação alternativa em relação à leitura hegemônica que tende apenas a apontar os elementos positivos em termos intelectuais e políticos.

Se a pesquisa de Florestan feita no início dos anos 1950 juntamente com Roger Bastide tinha como foco a situação de negros e mulatos e a questão exclusiva do preconceito racial, a tese de cátedra sobre a Integração do Negro na Sociedade de Classes tem como encaminhamento compreender os tortuosos caminhos da modernização brasileira e os consequentes desafios para a consolidação da ordem capitalista no país. Florestan, que retrabalha o material empírico da pesquisa feita para a Unesco, foca-se no negro e no mulato por estes terem tido o pior ponto da partida para a sociedade de classes. Precisamente, Florestan parte dos debaixo para compreender a formação e o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Para tanto, Florestan constrói algumas teses que estarão presentes nos dois volumes da Integração do Negro na Sociedade de Classes, que são as seguintes: 1) o despreparo do negro para a vida na sociedade capitalista; 2) a manutenção do patrimonialismo na sociedade de classes; 3) a imagem do preconceito como fruto da sociedade tradicional. Estas teses são justificadas não apenas por sua pesquisa histórica, mas também pelos pressupostos implícitos que Florestan reproduz sobre a sociedade moderna e capitalista.

Para o sociólogo, a sociedade moderna seria pautada por elementos positivos como racionalização, a separação estrita entre público e privado, a secularização e, o que considero mais importante, a neutralidade valorativa, ou seja, uma ordem capitalista socialmente aberta e democrática. A partir desses pressupostos sobre o mundo moderno, que seria material e simbolicamente superior à sociedade brasileira, o sociólogo paulista analisa todas as modificações em nossa realidade não como frutos de elementos intrínsecos ao capitalismo, mas como “heranças” do regime escravista caracterizado por ele como “antigo regime”. Esta caracterização é um importante indicativo da visão absolutamente negativa que Florestan tinha em relação à sociedade escravista e ao que considerava tradicional, que era elemento também presente na sociologia da modernização ao trabalhar a disjuntiva tradicional/moderno.

Os negros e mulatos tiveram o pior ponto de partida porque além de terem se mantido tradicionais, ainda foram abandonados a própria sorte na sociedade de classes nascente, uma vez que o movimento abolicionista condenou o “antigo regime” a partir dos interesses dos grupos dominantes (Fernandes, 2008a). Esse abandono secular não é visto como fruto da dinâmica valorativa intrínseca ao sistema capitalista, mas como fruto da permanência do tradicionalismo e do consequente patrimonialismo que seria o elemento a explicar os nossos dilemas sociais e políticos mais importantes, mesmo São Paulo sendo um centro burguês por excelência¹⁷¹. Mesmo assim, os conflitos são explicados exclusivamente como reminiscências do passado visto como estritamente tradicional. É o tradicionalismo que explica por que o escravo não consegue se adaptar à sociedade capitalista, pois o seu arcaísmo deixava um verdadeiro déficit em relação ao imigrante e ao fazendeiro que seriam os autênticos suportes sociais da modernização brasileira.

O imigrante, por exemplo, era visto como o fator por excelência do trabalho livre e assalariado, visto que já tinha vivido uma experiência pregressa nos países de origem. O negro e o mulato, por sua vez, reproduziriam um comportamento irracional, pois

¹⁷¹Florestan explicita os fatores que fizeram São Paulo ter um desenvolvimento excepcional em relação às outras regiões do Brasil: “Graças ao volume da produção cafeeira e às formas assumidas pela sua comercialização, os dois processos histórico-sociais e entrosaram estrutural e dinamicamente. Isso fez com que, sob o ponto de vista sociológico, a correlação dos dois fenômenos adquirisse significado interpretativo a um tempo particular e típico. Particular, porque São Paulo foi a única cidade brasileira que deu (não obstante várias circunstâncias desfavoráveis) um verdadeiro ‘salto’ na consolidação da ordem social competitiva, desprendendo –se, assim, do padrão brasileiro tradicional de organização do espaço e do estilo de vida urbanos” (p.119).

completamente distante das demandas da ordem capitalista. Isso fazia com que os negros e mulatos tivessem um verdadeiro descompasso com a cidade de São Paulo que se modificava com intensa rapidez, não conseguindo incorporar a ordem capitalista como um estilo de vida. Além desse descompasso por parte dos negros e mulatos ainda permaneciam avaliações de cunho pré-capitalistas. Ou seja, eram vítimas de um preconceito herdado da ordem tradicional que se mantinha com todo vigor:

Desse ângulo, torna-se compreensível a marcha seguida pela instauração e pela evolução da ordem social competitiva no fim do Segundo Império e durante a Primeira República. As inovações institucionais e a eficácia da liberalização jurídico-política republicana foram circunscritas, na prática, às necessidades de adaptação da “grande-empresa agrária” ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho que ele pressupunha. Fora e acima disso, continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas (Fernandes, 2008:61).

Por conta da vigência das estruturas e dos valores inerentes à sociedade tradicional houve a constituição de uma sociedade de classes dual, ou seja, aberta para as classes dominantes e fechada para negros e mulatos. Com isso, eles tiveram contra si importantes bloqueios estruturais para que chegassem à consciência de classe e poderem agir de forma racional contra a situação de penúria na qual viviam. Essa falta de consciência, fruto de um comportamento irracional, demonstrava como havia uma perfeita similaridade com o “antigo regime”, uma vez que estes estoques raciais demonstravam toda incapacidade de viverem de forma livre. Assim, o tradicionalismo representava um obstáculo estrutural poderoso para que os negros e mulatos pudessem ter autonomia econômica, social e política.

O tradicionalismo impedia, portanto, os negros e mulatos de incorporar os valores modernos e estritamente positivos responsáveis por oferecer as condições para uma ação exitosa na sociedade de classes. Ou seja, não tinham as condições para a competição livre e aberta. De acordo com Florestan (idem), a ordem escravista apenas preparou o escravo para os papéis econômicos e sociais que eram vitais para a organização interna do próprio regime. Daí, então, a socialização defeituosa e a permanência do comportamento tradicional.

O meio negro tinha como característica marcante a desorganização tanto pessoal quanto social que legava a eles a marginalização no que se refere às atividades responsáveis pela modernização dos modos de pensar, agir e do próprio estilo de vida urbano (Fernandes, *idem*). Isso fez com que eles ficassem isolados em termos econômicos, sociais e culturais, o que deixava visível à herança sociocultural tradicionalista que reproduziam em uma ordem incompatível com tais valores.

Esse comportamento fez com que uma série de estereótipos fossem reproduzidos como a visão do negro e do mulato como “vagabundos”, “desordeiros” e “cachaceiros”. Mesmo assim, Florestan demonstra que houve uma pequena parcela que conseguiu ser incorporada de forma efetiva à sociedade de classes, mas sem força suficiente para construir um inconformismo efetivo (Fernandes, 2008). A massa da população foi excluída da cidade porque não foi preparada para incorporar o estilo de vida capitalista:

Tudo isso permite concluir que a cidade não foi especialmente “desumana” ou “hostil” ao *negro*. Ela repeliu, neste, o “escravo” e o “liberto”, por não possuírem os atributos psicossociais requeridos para a organização do horizonte cultural e do comportamento social do homem livre. Na medida em que o negro só sabia se afirmar como “escravo” ou como “liberto”, embora desejando ser outra coisa, ele só agravou as condições de vida anômica da senzala, transplantando-a para a cidade” (Fernandes, 2008:112)

Esse comportamento da sociedade mostrava como os negros estavam desorganizados em relação à personalidade, à sociedade e à cultura. Em virtude desse quadro de incapacidade de absorção dos valores modernos, os negros e mulatos libertos eram condenados a um estado perpétuo de anomia e exclusão social. Para Florestan, portanto, era o passado considerado como plenamente tradicional o responsável por explicar a exclusão na sociedade capitalista nascente na maior metrópole brasileira. Sobrava ao negro uma incapacidade de pensar e agir como homem livre, fazendo com que sua exclusão tomasse um caráter estrutural.

Florestan utiliza o termo estrutural porque afirma que houve uma eternização dos desajustamentos iniciais por conta da herança do “antigo regime”, que se perpetuou na sociedade de classes através do caráter incompleto e deformado da família negra. Assim, houve uma desorganização social crônica (Fernandes, 2008:162). Florestan reforça mais uma vez como a perpetuação do tradicionalismo reforçado pela desestruturação familiar

foi elemento primordial para que a sociedade de classes permanecesse fechada para negros e mulatos.

Essa situação fez com que eles fossem buscar no ócio ou na vagabundagem ocasional elementos de autoafirmação, e de resguardo, liberdade e dignidade da pessoa (Fernandes, *idem*). Como a incorporação do estilo de vida urbano estava vedada, restavam-lhes as posições marginais na sociedade de classes:

Por isso, não é de se estranhar que muitos preferissem trilhar outro caminho, para ‘não ser otário’, ‘não bancar o trouxa’ ou ‘não vender o sangue como escravo’. O *vagabundo*, o *ladrão*, ou a *prostituta*, enfrentavam riscos bem menores e construíram um destino comparativamente melhor. Em certo sentido, só eles conseguiam êxito e podiam ostentar os marcos dos seus triunfos no gênero de vida que levavam, na roupa que vestiam e no fascínio que acabavam exercendo na imaginação dos outros (Fernandes, 2008:171).

Florestan (*idem*) advoga que o sexo representou a única área livre para o exercício das aptidões humanas bem como uma esfera lúdica da cultura. Ele utiliza uma série de dados para demonstrar como existe um verdadeiro déficit negro em relação ao incremento populacional de brancos nativos e imigrantes. Este seria explicado pela ausência de condições morais e materiais de vida dessa parcela da população.

Faltava à família de negros e mulatos a organização como instituição social integrada, o que representou a perpetuação de uma série de desajustamentos e de comportamentos egoísticos responsáveis pela eternização da desorganização social. Como os negros e mulatos não possuíam as pré-condições para uma incorporação plena na sociedade capitalista, eram excluídos dos trabalhos que requeriam iniciativa, responsabilidade e disciplina (Fernandes, *idem*).

Os negros e mulatos se constituíram como agentes econômicos deformados, uma vez que lhe faltavam as precondições fundamentais para lograr êxito na sociedade capitalista e de classes. Em virtude dessa situação, o desemprego e o alcoolismo transformaram-se em elementos constitutivos do meio negro. Florestan (2008:196) afirma que o ato de se reunir em terrenos baldios, esquinas, nos bares e botequins acabou tornando-se um verdadeiro padrão cultural em os negros e mulatos. O meio negro desestruturado, portanto, favorecia ao alcoolismo (Fernandes, *idem*).

Florestan afirma que as construções negativas sobre os negros eram tão fortes que tinha natureza sociopática, termo tão ao gosto de Durkheim. Ou seja, essas representações demonstravam não apenas o preconceito e a exclusão sofridos pelo negro como demonstravam como tínhamos constituído uma sociedade de classes deformada, uma vez que o tradicionalismo a desvirtuava do seu papel dinâmico e civilizatório.

Os laços de solidariedade social eram inconsistentes, o que gerava um individualismo predatório cuja lógica de conduta era considerada pelo autor como irracional, pois pautada no regime patrimonialista¹⁷². O peso da herança tradicionalista era tão intenso que além de não construírem laços de solidariedade social que poderiam redundar em proteção aos dependentes como crianças, idosos e inválidos, havia ainda a reprodução inferior à mera subsistência. O tradicionalismo demonstrava a tragédia social na qual negros e mulatos estavam inseridos de maneira profunda, uma vez que não tinham adquirido as precondições para serem assimilados como o operário moderno: “Desajustava-se, pois, por falta de aptidões e predisposições que deveriam ser adquiridas previamente ou que fossem assimiláveis mediante ‘a educação pelo trabalho’” (Fernandes, 2008:227). Isso fez com que os libertos reproduzissem um individualismo patológico.

Como estava vedada ao liberto a possibilidade de ser integrado como operário, sobravam as chances de inserções de cunho marginal como a entrada na criminalidade, por exemplo. Isto ocorria porque negros e mulatos transplantaram a herança tradicionalista para a sociedade de classes, ocasionando a perpetuação da desestruturação familiar. Como já havia chamado atenção, o liberto possuía uma família de caráter incompleto, o que explicava o seu déficit em relação à família imigrante, socializada de forma plena através da incorporação dos valores requeridos para possibilitar êxito na sociedade capitalista:

Portanto, à luz dessas reflexões parece claro que, mesmo onde era mais produtiva e eficaz, como agente de socialização, de integração e de controle, a “família negra” apresentava graves deficiências

¹⁷²Sobre este ponto Florestan argumenta: “Essas indicações são suficientes para caracterizar o drama enfrentado, coletivamente, pela ‘população de cor’. Arrancada dos quadros naturais da economia de subsistência, o equipamento adaptativo fornecido por sua herança cultural tornava difícil (senão impossível) a manutenção de indivíduos econômicas e socialmente dependentes. A criança e o menor, bem como o velho e o doente ou o inválido rompiam com facilidade o rudimentar equilíbrio que separava, precariamente, a ‘pobreza’ da ‘miséria’ e da ‘indigência’. Doutro lado, a família desintegrada e a ausência de mecanismos de solidariedade supradomésticos eficientes convertiam os imaturos em ‘donos de seu nariz’ e os velhos, os doentes ou os inválidos numa carga pesadíssima”(p.213).

sociodinâmicas. Ela mantinha as gerações ascendentes mais ou menos privadas de disposições de ajustamento competitivo que seriam essenciais; e reduzia drasticamente o campo de atuação refletida, voluntária e construtiva, socialmente ordenada e autônoma, das gerações adultas (Fernandes, 2008:262).

A desorganização e a rusticidade do meio negro poderiam ser vistas também através do desinteresse que possuíam pela educação, uma vez que não a valorizavam como um elemento crucial para o sucesso na sociedade capitalista. Os fatores vistos até aqui fizeram com que a população de cor tivesse na apatia uma de suas características mais importantes, pois não possuía as condições de manipular de forma construtiva as condições e forças sociais existentes (Fernandes, 2008:269). O negro foi adaptado pelo conformismo e pela inércia, o que fazia dele não um agente construtivo da sociedade capitalista, mas um agente da sociedade pré-capitalista:

De outro lado, sua capacidade de absorver as técnicas, normas e valores sociais alternativos, requeridos pela nova situação de existência, apresentava debilidades insuperáveis. A substituição cultural adquiriu, assim, tanto quantitativa quanto qualitativamente, um caráter fragmentário, descontínuo e improfícuo. Ela própria se erigia, por isso, numa fonte de desajustamento, especialmente nas circunstâncias em que a eliminação de ajustamentos tradicionalistas não se compensava por aquisições alternativas igualmente eficazes (Fernandes, 2008:278).

As instituições sociais responsáveis pela propagação do estilo de vida inerente à sociedade capitalista foram absorvidas com grande atraso e deficiência pelo “meio negro”. Isso resultou, como tenho demonstrado, em um isolamento sociocultural fruto de uma socialização incompleta. Não havia possibilidades efetivas para uma passagem do individualismo patológico para uma ação cooperativa que resultasse na atuação conjunta em termos de classe social. Não havia, portanto, condições de ter consciência de classe. Por conta disso, a sociedade capitalista, neutra valorativamente, se tornou inacessível a eles:

A sociedade aberta se convertia fatalmente no contrário, quando se tratava do negro e do mulato, que não tinham meios para promover sua inclusão na ordem social legítima. A rigor, porém, suas desvantagens não paravam aí. Além de se tornar “fechada” para os “homens de cor”, a organização da sociedade de classes operava em função do poder relativo e da capacidade de atuação social ordenada dos grupos humanos em presença. Em outras palavras, ela se revelou também “insensível” aos problemas sociais do “meio negro”, em todas as

questões que transcendiam ao equilíbrio imediato da ordem legal (ou seja, que não fossem “problemas de polícia” ou de “assistência”) (Fernandes, 2008:294).

Os negros e mulatos, portanto, eram excluídos da sociedade capitalista não devido aos seus dilemas intrínsecos, mas sim como resultado da não incorporação das precondições necessárias para o êxito, ou seja, eram excluídos por causa do seu tradicionalismo que fazia com que o “antigo regime” fosse reconstruído em vários níveis de convivência humana (Fernandes, *idem*). A exclusão era fruto da fraqueza da sociedade capitalista que via a permanência do “antigo regime” no comportamento e nas relações sociais, representando um elemento patológico de caráter estamental. Havia uma “demora cultural” para a população negra se enquadrar aos requisitos da sociedade capitalista, moderna, competitiva e democrática.

Além de focar no comportamento do negro e no seu grau de descompasso em relação aos requisitos e valores da sociedade de classes, Florestan analisa também o comportamento do homem branco. Ele tem como objetivo não apenas questionar a tese da democracia racial ao demonstrar que ela é um verdadeiro mito, mas também apontar como o “antigo regime” estamental e patrimonialista pôde se perpetuar na sociedade de classes sendo o fio condutor a explicar os dilemas econômicos, sociais e políticos mais importantes.

Apesar de ver positivamente a sociedade capitalista, Florestan não deixa de perceber que o conflito é inerente a ela, só que constituído de uma forma aberta e propositiva que acaba acarretando a absorção dos grupos e de suas respectivas demandas em disputa¹⁷³. Ele argumenta que a inexistência deste conflito “construtivo” foi o fator que resultou na perpetuação do “antigo regime” representando sérios riscos à ordem republicana nascente, visto que as diferenças rigidamente aristocráticas na mentalidade e nos costumes haviam se perpetuado” (Fernandes, 2008:310). Nesse sentido, Florestan

¹⁷³Portela Jr e Soares (2015) demonstram precisamente como Florestan não via na ordem social competitiva a solução para todos os problemas brasileiros, fato que só via como possível no socialismo: “Ela é representada, nesse momento da sua trajetória intelectual (décadas de 1950 e 1960), como o caminho possível e provável, nas condições imperantes no Brasil, de superar os entraves do ‘antigo regime’ que mantêm vivos não só padrões arcaicos de relações raciais, mas também formas pré e subcapitalistas de exploração do trabalho, obstaculizando a plena universalização da cidadania”(p.166). Mesmo fazendo uma importante ponderação, os autores terminam por reproduzir uma interpretação estritamente positiva da obra produzida por Florestan, o que acaba sendo um grande obstáculo para a construção de uma leitura crítica de sua sociologia.

advoga sobre o significado do mito da “democracia racial” para os dilemas sociais e políticos existentes na sociedade capitalista:

Ao se ligar a esse efeito, é evidente que o mito da “democracia racial” assumiu importância específica como componente dinâmico das forças de inércia social, que atuavam no sentido de garantir a perpetuidade de esquemas de ordenação das relações sociais herdadas do passado. Teve, assim, uma parte ativa na protelação das prerrogativas e privilégios sociais dos grupos dominantes, que exprimiam a manutenção da distância social existente entre os vários segmentos da sociedade. Desse ângulo, o mito em apreço aparece com um fator de retenção do desenvolvimento da ordem social competitiva e democrática (Fernandes, 2008:319).

O mito, portanto, funcionava como um fator impeditivo da institucionalização plena da sociedade capitalista moderna, impessoal, aberta e democrática, ou seja, era um obstáculo à institucionalização do estilo de vida inerente à modernidade que é, para o autor, caracterizada através de elementos estritamente positivos.

Houve a persistência do patrimonialismo que foi responsável por constituir uma verdadeira assimetria entre o regime de classe e a ordem racial. Para Florestan, só poderia haver modificação plena se houvesse a normalização progressiva do estilo de vida democrático que é inerente à ordem capitalista (Fernandes, 2008:326). Mas ainda éramos vítimas do passado que se mostrava nos comportamentos, nas mentalidades e nas instituições.

Tivemos, portanto, uma modernização epidérmica, superficial, pois não fora capaz de transformar os elementos acima citados e, portanto, sem forças para institucionalizar um estilo de vida estruturado em bases exclusivamente racionais e modernas como existente nos países centrais. O que tínhamos, de fato, era a ação de negros, brancos e mulatos na sociedade de classes como se ainda estivessem no regime escravista, estamental e patrimonialista. Isso explica porque o mito da democracia racial não representou uma acomodação racial igualitária típica da sociedade democrática e de classes, mas sim a força do tradicionalismo que pervertia os valores da nova ordem.

Nessa ordem moderna superficial, o que tinha força de fato era o patrimonialismo, responsável por explicar e deformar o padrão de comportamento entre brancos e negros (Fernandes, 2008:344). O padrão assimétrico de relações raciais representava a

reprodução de uma forma de acomodação racial que era contrária aos requisitos econômicos, sociais e culturais da sociedade de classes (Fernandes, 2008:345).

Era a perpetuação do patrimonialismo e do seu inerente tradicionalismo que fazia com que a sociedade capitalista fosse fechada para os negros e mulatos e aberta apenas para as classes dominantes. Parece já ter ficado claro que Florestan concebe a ordem capitalista como estritamente impessoal, racional, secular, aberta e, portanto, democrática¹⁷⁴. Isso me auxilia a demonstrar também como o autor reproduz como pressuposto de sua análise a superioridade material e simbólica das sociedades do capitalismo originário. Ou seja, mesmo se colocando criticamente em relação à sociologia da modernização, Florestan reproduz seus pressupostos mais importantes quando utiliza o discurso sociológico sobre a modernidade para caracterizar a singularidade das relações raciais brasileiras. Como demonstração dos pontos acima citados, há o argumento de Florestan sobre o preconceito e a discriminação na sociedade estamental e na de classes:

Por fim, em sexto lugar, a persistência quase inalterável do padrão tradicionalista de relação assimétrica condicionou e dirigiu o processo de redefinição da imagem do “negro”. Se aquele tivesse entrado em crise rápida e profunda, sendo substituído pelo padrão alternativo e exclusivo de relação racial democrática e igualitária, não haveria motivos para se perpetuarem práticas discriminativas, nem razão de ser para se conservarem conceitos raciais preconceituosos. Como isso não se sucedeu, em virtude da lentidão e da descontinuidade observadas na formação histórica da ordem social competitiva na sociedade local, o padrão tradicionalista de relação racial assimétrica prevaleceu e serviu de fulcro à reconstrução da imagem do ‘negro’” (Fernandes, 2008:384).

Assim como Cardoso já havia chamado atenção em sua pesquisa sobre o Rio Grande do Sul, a força da ideologia racial branca teve uma conformidade total por parte dos negros. Isso demonstrava, mais uma vez, o descompasso entre as mudanças na ordem social e a permanência na ordem racial. Este descompasso estará presente no movimento negro que engendra ações no sentido de integrar o negro à sociedade de classes. A partir dessa relação entre o movimento negro e ordem competitiva acredito poder deixar mais aclarados os pressupostos presentes na interpretação de Florestan.

¹⁷⁴ Sobre este ponto, Gabriel Cohn (2015) argumenta: “Pois a ordem social competitiva, para ser aberta e competitiva, tem que ser democrática, não pode ser de outro modo. Ele não está tendo uma visão simplesmente laudatória da democracia, ele está dizendo que não dá para pensar numa ordem social aberta e competitiva, em que se disputam efetivamente as posições, as influências, as capacidades de intervenção no todo social, não dá para separar isto da democracia, inseparavelmente as duas coisas vêm juntas” (p.41).

Florestan afirma que negros e mulatos chamaram para si como tarefas históricas a modernização do sistema de relações raciais e também se identificar com os valores da ordem social competitiva. Estas ações tornavam-se imperativas por que mesmo São Paulo sendo o centro da modernização do Brasil havia a continuidade do tradicionalismo e do patrimonialismo que eram heranças da ordem estamental.

O movimento negro integrado luta de forma concreta contra a capitulação passiva, a heteronomia racial e a resistência à ascensão de negros e mulatos. O movimento negro, todavia, ainda tinha contra si a nódoa do “antigo regime” que fazia com que ele não pudesse engendrar uma ação consentânea com uma ordem competitiva, moderna e de classes. Como exemplo, Florestan advoga que a secularização insuficiente era um fator decisivo para que houvesse uma compreensão autêntica de suas demandas por parte dos brancos. Ou seja, seria o descompasso frente às exigências da ordem moderna que faria com que o movimento não tivesse efetividade frente aos brancos.

O tradicionalismo do movimento acabou tendo dentro de si uma contradição intrínseca, uma vez que impedia que os brancos tomassem consciência de que o comportamento que engendravam contra o negro era incompatível com uma sociedade capitalista e de classes. Este ponto é fundamental porque Florestan concebia ao capitalismo um papel civilizador, uma vez que a ordem de classes era tida como aberta, competitiva e democrática:

Na medida em que medravam sob condições sociais deficientes, os movimentos reivindicatórios se tornavam incapazes de disciplinar e de canalizar construtivamente certas forças psicossociais e socioculturais reativas. Nesse sentido, duas considerações apresentam certa importância. Primeiro, eles não desencadearam o grau de identificação (individual e coletiva) com os objetivos que propugnavam. Segundo, eles não chegaram a absorver os padrões organizatórios típicos de uma sociedade aberta, competitiva e de classes (Fernandes, 2008b:93).

Seria devido à fragilidade do suporte material e moral dos movimentos reivindicatórios que houve o descompasso com a sociedade de classes e também a sua consequente inoperância. Ou seja, o negro estava pagando pelo seu passado na sociedade (Fernandes, 2008b:171). Era esse descompasso o responsável por fazer com que o negro reproduzisse na sociedade de classes critérios estamentais e tivesse uma reação desfavorável da sociedade capitalista contra si.

Como exemplo, Florestan (2008b) analisa a classe média negra, que não tinha um comportamento típico de uma sociedade capitalista, uma vez que reproduzia o estilo de vida aristocrático de cunho estamental. Faltava ao negro, portanto, a socialização capaz de fazê-lo absorver os pré-requisitos necessários à plena incorporação à sociedade de classes: “O negro e o mulato precisam deixar de se conceber, psicológica e socialmente, à luz da imagem do ‘negro’ construído no passado recente”(Florestan, 2008b:234) Ou faziam isso, ou continuariam a viver marginalmente em termos econômicos, políticos e morais.

Para tais conclusões Florestan não estava se baseando em dados do início da República, mas no levantamento que havia feito juntamente com Roger Bastide para a pesquisa da Unesco entre os anos de 1949 e 1951. O negro ainda teria contra si a reprodução de uma herança inadequada e de um ponto de partida ruim que acabaram sendo decisivos para que houvesse um solapamento dos elementos construtivos da ordem competitiva (Florestan, 2008b:285).

A análise dos negros que conseguiram ascender é outro elemento de grande importância para o argumento de Florestan, uma vez que ajudaria a demonstrar como o tradicionalismo foi elemento crucial a explicar por que eles não conseguiram instituir o estado de solidariedade orgânica afeito à ordem capitalista. Ao contrário, havia um isolamento do negro a partir da reprodução de concepções estamentais que são incompatíveis com a sociedade capitalista.

Portanto, não seriam os dilemas de uma sociedade que já se tornara uma metrópole em termos de urbanização e industrialização, mas sim o descompasso entre essas mudanças e a permanência do preconceito tradicionalista construído na ordem patrimonialista e estamental. O preconceito representava para Florestan disposições de comportamento incompatíveis com a ordem capitalista que, como tenho defendido, é considerada pelo sociólogo como aberta e, portanto, valorativamente neutra. As avaliações preconceituosas do branco sobre o negro e mulato faziam com que houvesse a instituição de formas rígidas de seleção que eram incompatíveis com os fundamentos igualitários da ordem capitalista (Fernandes, 2008b).

O preconceito, portanto, seria uma demonstração do caráter de incompletude da modernização e de nossa sociedade capitalista que não conseguiu universalizar-se como estilo de vida para todas as classes sociais como teria ocorrido nos países centrais, onde

elementos como a racionalização, a secularidade, a complexificação social e a separação entre público e privado foram plenas. Por isso, tornava-se imperioso ao negro e ao mulato se incorporarem de forma efetiva os valores que seriam constitutivos da sociedade de classes positivamente concebida por Florestan:

A equiparação com o “branco” depende de êxitos prévios nas relações competitivas. Por isso, essa função se vincula, especificamente, aos processos que determinam os conteúdos e conformam a estrutura da pessoa humana na ordem social competitiva. Secularização de atitudes e de avaliações sociais; racionalização dos modos de agir e de conceber o mundo; individualização dos interesses, dos valores sociais e da localização da pessoa na organização da sociedade global – esses são os principais aspectos dos fenômenos que se desenrolam graças a essas conexões funcionais das impulsões igualitárias (Fernandes, 2008b:414).

Portanto, era a não modernização do negro que fazia com que a sociedade capitalista tivesse os seus fundamentos normativos e civilizatórios corroídos pela ação do tradicionalismo constituído na ordem patrimonialista e estamental. Como pode ser visto até aqui, em plena década de 1950 o elemento tradicional ainda era o fio condutor a explicar não apenas o preconceito como os dilemas correlatos a ele como a desigualdade, a cidadania e a própria democracia. A não realização plena desses elementos constitutivos da sociedade capitalista, portanto, era explicada de uma só vez a partir da força corrosiva que a ordem estamental e patrimonialista exercia na sociedade de classes através da corrupção do seu caráter civilizatório que teria sido pleno nos países centrais.

4.10 Cardoso e os dilemas de uma burguesia singular

Antes de iniciar a análise sobre a pesquisa de Cardoso feita no âmbito no CESIT para avaliar o comportamento da burguesia industrial, faz-se necessário algumas considerações sobre as leituras que esta obra tem recebido. O seu significado é enfocado como estritamente positivo, tanto no que se refere aos produtos advindos do Seminário de Marx quanto pela construção de uma alternativa acadêmica à tese hegemônica no campo da esquerda sobre a existência de uma burguesia nacional presente no PCB e em intelectuais do ISEB.

Bem, por conta desses fatores as leituras que tratam desta pesquisa acabam tendo um viés exclusivamente positivo, como são os casos dos trabalhos de Schwartz (1998) e de Arantes (1992). Segundo essas leituras Cardoso construiu uma interpretação que teria

não apenas se contraposto à tese da existência de uma burguesia nacional como teria também demonstrando como constituímos uma formação social singular em relação aos países do capitalismo originário. Segundo essas interpretações somos uma formação singular devido à junção entre os elementos modernos e arcaicos unidos de forma contraditória. Esta união seria a responsável pelo dinamismo da economia brasileira.

Não existe, todavia, uma problematização sobre a construção feita por Cardoso entre arcaico e moderno, sobre sua visão acerca do período escravista, do papel que ele teria exercido na formação da sociedade de classes e nem um questionamento sobre os pressupostos que norteariam essa interpretação. Só o enfoque nesses elementos já demonstraria as limitações dessas perspectivas para a construção de uma leitura efetivamente crítica sobre Cardoso. Todavia, gostaria de debater com o trabalho de José Henrique Bortoluci que, apoiado nessas leituras, procura estabelecer uma aproximação entre o pensamento produzido pelo Seminário de Marx e, especificamente, por Cardoso, e os estudos pós-coloniais. Precisamente, procura estabelecer conexões entre a produção intelectual feita em São Paulo e uma perspectiva epistemológica emancipatória.

Caso os elementos trazidos pelo autor estejam corretos, não apenas as leituras já consolidadas sobre o “marxismo paulista” de Cardoso feitas por Schwarz e Arantes não mereceriam quaisquer tipos de questionamentos quanto à leitura que tenho desenvolvido neste capítulo sobre os pressupostos da análise estaria profundamente equivocada. Por isso, debato com o autor para apontar como ele segue os outros dois com uma leitura acrítica e idealizada sobre o potencial teórico da obra de Cardoso para explicar a singularidade brasileira. Ou seja, os pontos que colocarei no debate com o autor serão fundamentais para a leitura alternativa sobre os dilemas do Brasil “moderno” em Cardoso.

Bortoluci (2013) afirma na direção contrário do argumento que tenho construído nesta tese que a utilização de categorias como patrimonialismo não seriam falsificações teóricas, mas elementos fundamentais para demonstrar o caráter contraditório da experiência brasileira e a singularidade da modernidade periférica. O autor advoga que algumas abordagens e pontos trazidos por autores como Cardoso através da utilização crítica do marxismo teriam fornecido elementos para a realização de uma descolonização epistêmica da reflexão sobre a modernidade e o capitalismo brasileiro.

Assim, antes dos estudos pós-coloniais a produção do marxismo acadêmico em São Paulo já teria avançado na constituição de uma leitura crítica e periférica sobre a

formação da modernidade entre nós, uma vez que o nosso capitalismo teria como marca o caráter contraditório. Bem, como meu objetivo nesta seção é a análise do pensamento de Cardoso fixarei na leitura que Bortoluci (idem) fez de sua pesquisa sobre a burguesia industrial.

Cardoso teria construído desde a publicação de *Capitalismo e Escravidão* um programa crítico de pesquisa procurando demonstrar como elementos que seriam vistos como incompatíveis a partir de uma perspectiva eurocêntrica não eram na periferia. Cardoso teria como grande avanço em sua perspectiva dialética analisar as totalidades sob um ponto de vista histórico concreto. Desta forma, o autor advoga que alguns dos principais trabalhos levados a cabo pelo sociólogo tiveram como objetivo “a tentativa geral do questionamento de categorias e pressupostos históricos forjados em um contexto europeu para a compreensão das dinâmicas sociais em países periféricos” (Bortoluci, 2013:175).

Referindo-se diretamente à sua pesquisa sobre a burguesia brasileira o autor chama atenção para a análise crítica levada a cabo por Cardoso na primeira parte do livro, sobretudo à feita a W.W. Rostow e sua perspectiva fincada na sociologia da modernização sobre etapas do desenvolvimento. Bortoluci (idem) afirma que Cardoso vai além da sociologia da modernização ao focar a dimensão histórica e concreta para analisar a dinâmica do desenvolvimento. Por conta disso, teríamos constituído um empreendedor de caráter singular, pois não definido de maneira abstrata, mas historicamente:

O argumento que vai sendo revelado pelo sociólogo é o de uma espécie de “drama periférico”, em que modernidade e atraso se articulam de formas diversas em todas as fases da “modernização”. O que se expõe, particularmente, é a inadequação da categoria de uma burguesia nacional: essa “camada”, de que se esperava tanto, aliava-se, sempre que preciso, com os setores agrários e oligárquicos mais “arcaicos” ou com o capital internacional, sem que, na prática, isso fosse sinal de qualquer grande contradição (Bortoluci, 2013:176).

Pela leitura feita por Bortoluci (idem) Cardoso construiu uma interpretação crítica e epistemologicamente descolonizada, uma vez que havia demonstrado o caráter singularmente moderno de nossa formação. Ora, o autor não faz uma crítica efetiva sobre os pressupostos existentes na análise de Cardoso. De onde vem o moderno? Por que nossa formação agrária e escravista tem o peso exclusivo do patrimonialismo e do

consequente tradicionalismo? Por que o elemento tradicional possui caráter central para explicar o caso brasileiro? Se nós constituímos uma burguesia singular e periférica qual é o modelo histórico que ele implicitamente estabelece a comparação? Se somos uma modernidade periférica, por que o moderno internamente constituído e pensado não existe como elemento explicativo dos conflitos, sejam eles sociais, políticos ou econômicos e da marcha do desenvolvimento? Então cabe perguntar: constituímos uma formação e um capitalismo modernamente autênticos? Enfim, a interpretação do autor, assim como a de seus antecessores deixa uma série de questionamentos sem possibilidade de resposta. Com isso, acabam idealizando o potencial crítico existente na obra de Cardoso sobre o desenvolvimento brasileiro, impedindo a possibilidade de construir uma leitura crítica a partir da ênfase nos seus pressupostos.

Mesmo fazendo uma crítica direta à linearidade existente na sociologia da modernização, Cardoso vê o moderno vindo dos centros do capitalismo, e não formado internamente como está presente na interpretação de Franco (1997,2011), por exemplo. Como constituímos uma modernidade periférica se o elemento interno a ser o fio condutor é tradicional? Se formos levar às últimas consequências a hipótese da constituição de uma modernidade periférica, teríamos que admitir que criamos uma modernidade estruturada pelo princípio da inautenticidade.

Não existe em Cardoso uma crítica efetiva à modernidade e inexistente um distanciamento absoluto em relação à sociologia da modernização. O moderno será sempre aquele que vem de fora, material e simbolicamente superior e que enfrentaria obstáculos de uma formação agrária, patrimonial, estamental e pré-moderna que já havia demonstrado em uma pesquisa sobre o sul do Brasil e que é simplesmente fundamental para sua interpretação sobre o capitalismo brasileiro.

Assim como colocou muito bem Maria Sylvia de Carvalho Franco não houve uma apropriação crítica das categorias de estamento e patrimonialismo para analisar a realidade brasileira no período escravista. Havia, de fato, a reprodução implícita sobre o caráter efetivamente moderno e civilizatório do capitalismo formado nos países originários.

Vou tentar, portanto, construir uma leitura alternativa que o distancie da descolonização epistêmica e o aproxime mais do seu mestre Florestan. Ou seja, mesmo com a ruptura metodológica parcial os autores ainda estão muito próximos analiticamente

e também em relação à reprodução dos pressupostos presentes na sociologia da modernização sobre a modernidade constituída pelos países centrais.

Cardoso (1964) tem como objetivo apontar quais são as condições estruturais que conformam a mentalidade dos empresários industriais, ou seja, quais são as condições sociais do capitalismo industrial. Para tanto, ele passou um período de estágio no *Laboratoire de Sociologie Industrielle*, da Universidade de Paris coordenado por Alain Touraine. Esta passagem foi importante para Cardoso discutir alguns pontos da pesquisa, sobretudo no que se refere à relação entre a camada dos empreendedores e do desenvolvimento industrial. Este elemento é importante, pois através dele foi engendrado um debate com visões clássicas sobre a questão que dará condições de demonstrar a singularidade brasileira e a força do método dialético, focado nas análises de cunho histórico-estrutural.

Cardoso argumenta que a literatura sociológica e econômica teria conseguido analisar de forma proveitosa a formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, bem como compreender a formação do empreendedor no período clássico. Todavia, essa teoria possuiria duas grandes limitações para pensar contemporaneamente os empreendedores considerados como categoria social, inseridos dentro do capitalismo monopolista das áreas centrais e também na periferia subdesenvolvida. Este ponto é central, uma vez que o objetivo de Cardoso é construir uma interpretação que dê condições de se produzir um conhecimento amplo e crítico do subdesenvolvimento periférico.

Para sustentar o argumento e também a importância de sua interpretação sobre o caso brasileiro, Cardoso debate com interpretações clássicas de Schumpeter e Sombart. Para esses dois intelectuais o empreendedor teria uma ação individual, como um verdadeiro demiurgo responsável por individualmente engendrar o processo de desenvolvimento. Sombart também traria embutido em sua análise uma perspectiva individualista. Cardoso critica a ambas interpretações porque deixaram de lado a estrutura, que possui importância central para a explicação da ação empresarial.

De forma concreta, Cardoso (idem) afirma que a ação individual do empreendedor não garante o êxito, uma vez que as modificações são fruto de ações coletivas. Nesse sentido, para a análise da ação de empresas burocratizadas fruto do capitalismo monopolista seria necessário a formulação de interpretações de caráter global. Seria um

equivoco, portanto, analisar a ação do empreendedor brasileiro a partir de uma perspectiva puramente individualista, uma vez que as estruturas seriam responsáveis por colocar bloqueios ou constituir possibilidades concretas de ação.

Mesmo a lógica do capitalismo tendo sido mantida, ou seja, a busca do lucro, a realidade tornou-se mais complexa obrigando o analista a enfocar outros elementos como a intervenção política e o papel do Estado, por exemplo, uma vez que a dimensão política ganhou um peso de grande importância para a análise do funcionamento das empresas. As elites dirigentes transformaram-se em elites políticas como encaminhamento necessário para garantir a possibilidade de êxito da ação empresarial. A economia moderna, portanto, tinha como marca principal a ação política (Cardoso, *idem*).

Cardoso está preocupado em demonstrar a força das condições estruturais para explicar a ação empresarial. Neste sentido, ele afirma que a ação do empreendedor representada por sua ideologia é realizada a partir das condições possíveis de um dado período histórico. Ou seja, ele não era livre para agir conforme queria nem seus resultados poderiam ser compreendidos como derivados de um comportamento excepcional. Desta forma, a análise estrutural das dimensões histórica e conjuntural tornava-se imperiosa.

A partir dessas ponderações feitas através do diálogo com os clássicos Cardoso advoga que havia uma singularidade no comportamento e na mentalidade dos empreendedores periféricos, o que tornava equivocada a transplantação de modelos históricos do centro do capitalismo. Esse ponto tem um endereçamento direto ao PCB que transplanta um modelo etapista produzido pela Terceira Internacional com o objetivo de explicar a formação brasileira, a revolução burguesa e a revolução proletária.

Cardoso argumenta que as condições sociais e econômicas são diversas, o que tornava tal ação equivocada para entender o comportamento da classe burguesa. Por essas considerações a interpretação de Cardoso parece construir uma leitura distinta da que fizera sobre o regime escravista. Todavia, esta obra possui mais continuidades do que rupturas com a anterior como demonstrarei no decorrer desta seção. Cardoso define os seus objetivos de pesquisa:

Não quisemos, pois, determinar diferenças específicas que permitissem distinguir famílias em gêneros e gêneros em espécies. Nem, muito menos, atribuímos à análise o objetivo de verificar até que ponto será necessário vencer o “atraso” do empreendedor brasileiro quando comparado com o padrão universal de “homem de empresa” para que o

capitalismo siga o seu curso “normal” no Brasil. Ao contrário, quisemos determinar as características do comportamento social dos industriais e a “mentalidade empresarial” existente, tentando defini-las como “totalidades singulares” que se constituíram a partir de condições específicas, que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica (Cardoso, 1964:42).

Cardoso procurou fugir da armadilha interpretativa do PCB que transplantou um modelo europeu para tentar apreender o “atraso” da burguesia brasileira frente à sua tarefa histórica, uma vez que a história não se repetiria na periferia. Cardoso critica a importação acrítica de modelos teóricos sem levar em consideração às dimensões histórica e conjuntural. Agora, não existe em sua interpretação uma visão crítica sobre o capitalismo que proporcionasse condições para que ele fizesse uma ruptura total com a sociologia da modernização.

Bem, o objetivo do autor é tentar apreender a singularidade do comportamento do burguês periférico. E é exatamente neste ponto que considero que existem os elementos que o ligam a interpretação anterior sobre o regime escravista, à interpretação de Florestan e me permitem afirmar que ele reproduz os pressupostos da sociologia da modernização.

Após fazer a crítica à importação de modelos teóricos e de demarcar o objetivo do trabalho, Cardoso critica o empirismo e as análises de cunho essencialista, ou seja, que procuravam compreender os dilemas brasileiros a partir de elementos exclusivamente internos. Com isso, o autor recusa às interpretações em torno da “demora cultural” que havia produzido juntamente com Florestan:

Não obstante, descartamos de nossas preocupações hipóteses que nos levariam a compreender a dinâmica da passagem de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade industrial-moderna em termos de transplantação de técnicas e soluções das “sociedades já industrializadas” que teriam o condão de provocar uma reação em cadeia no sistema tradicional de produção já constituído no Brasil (Cardoso, 1964:44).

O comportamento da burguesia brasileira deveria ser definido através de uma análise que captasse a dupla articulação dialética existente entre elementos internos e externos. A realidade não poderia ser pensada a partir de uma visão teleológica como fazia o PCB, uma vez que ela era definida através de relações de tensão e conflito

(Cardoso, idem). Cardoso defende as análises baseadas na adequação concreta, ou seja, seu foco estava concentrado nas condições reais que possibilitaram a existência e ação dessa camada.

Cardoso passa a debater com a sociologia da modernização e sua visão evolucionista e linear do processo de modernização, como está presente na interpretação de Rostow. Esta perspectiva anulava a análise estrutural do sistema produtivo sendo, portanto, formalista. Cardoso, como tenho demonstrado, se opõe as interpretações abstratas e formalistas através de uma análise estrutural baseada em elementos concretos, mesmo que com pressupostos implícitos existentes neles. Para o sociólogo a industrialização apenas poderia ser precisamente analisada através da junção de teoria e história:

Sem referência às situações de dominação, que exprimem e implicam um tipo determinado de relações de produção, o conceito de subdesenvolvimento passa a ser um eufemismo da noção de “atraso cultural”, tanto mais inútil quanto aplicada a grupos cuja história independe da relação com as economias já desenvolvidas, como é o caso dos grupos primitivos (Cardoso, 1964:63)

Cardoso volta a enfatizar as limitações das interpretações formalistas trazidas pela sociologia da modernização, que deixariam encoberto a necessidade de dar à análise “carne e sangue”, ou seja, unir à perspectiva teórica abstrata o elemento histórico e conjuntural concreto para analisar o processo de transição da sociedade tradicional para moderna. Bem, a crítica de Cardoso é referente à ausência de fundamentação empírica e histórica para a análise da modernização, mas não problematiza em nenhum momento categorias como “tradicional” e “moderno”, por exemplo.

Para uma análise produtiva da realidade subdesenvolvida deveria ser levada a cabo uma análise da totalidade em que o elemento econômico pudesse ser ligado aos fatores sociais e políticos a partir das análises essenciais. É apenas esse tipo de perspectiva que teria condições de construir uma definição abrangente e crítica sobre o desenvolvimento e o seu correlato, o subdesenvolvimento:

De forma análoga, o conceito de “subdesenvolvimento” não corresponde ao de “sociedades tradicionais” ou ao de “sociedades arcaicas”, nem mesmo ao de sociedades (ou economias) agrárias. A noção de sociedade subdesenvolvida só se torna significativa quando há uma referência implícita a uma relação determinada entre um tipo

particular de sociedade com outra que é “desenvolvida” (Cardoso, 1964:68)

É precisamente esta singularidade historicamente determinada que o autor não problematiza devidamente como poderá ser visto mais adiante, uma vez que a comparação entre as formações centrais e periféricas são tomadas tendo a caracterização das primeiras como superiores em termos materiais e simbólicos. As sociedades do capitalismo originário possuíam como elementos centrais a ação econômica racional e o primado da burguesia como classe conquistadora, constituinte da ação empreendedora responsável por construir a sociedade industrial. Ou seja, a burguesia da modernidade originária levou a cabo uma ação autônoma e estritamente moderna, pois pautada pela racionalidade econômica.

A questão nas sociedades subdesenvolvidas era saber como se relacionaram burguesia e desenvolvimento. Para isso, a apreciação sobre as condições sociais seria fundamental. Seria necessário apontar os suportes sociais da passagem da sociedade tradicional para moderna, bem como saber “quais os suportes econômicos-sociais da dominação instaurada e por que meios se processa o controle da sociedade industrial” (Cardoso, 1964:81).

Nesse sentido, Cardoso diverge da tese que defende o protagonismo da burguesia como mola propulsora do desenvolvimento e da modernização. Ao contrário desta ação que foi central nos países do capitalismo originário, houve no Brasil a criação de condições para a industrialização através de padrões tradicionais e irracionais de comportamento. Para se compreender este processo singular da modernização e da ação burguesa a análise histórico-estrutural ganha protagonismo, uma vez que apontaria as condições estruturais que fizeram com que a modernização brasileira e a ação burguesa fossem singulares.

Em uma economia subdesenvolvida que teve uma formação oposta a dos países do capitalismo originário, a intervenção estatal e do capital externo mostraram-se cruciais. Cardoso afirma que houve dois momentos no processo de industrialização brasileira que, ao final, não foram suficientes para que a burguesia nacional aderisse de

forma integral aos valores estatizantes que orientavam os movimentos em torno da emancipação econômica¹⁷⁵ (Cardoso, 1964:84-5).

Essa passagem era importante para que o autor pudesse deixar claro como a nossa burguesia não impulsionou o processo de desenvolvimento e também para que as condições estruturais, as mudanças e os grupos que transformaram a realidade pudessem ser apontados:

Em termos concretos, a diferenciação da estrutura social fez-se pela integração parcial de segmentos das populações rurais ao sistema urbano de produção e pela ampliação do setor de “serviços” e dos empregos burocráticos e técnicos ligados ao setor privado da economia que absorveram uma parcela das classes médias tradicionais e permitiram a incorporação de imigrantes e seus descendentes às camadas médias urbanas da população (Cardoso, 1964:86).

Cardoso argumenta que a partir do retorno do sistema representativo em 1946 foram intensificadas as modificações em torno do surgimento de uma pequena burguesia urbana cujos valores e interesses não estavam voltados para os valores dominantes representados pelo patrimonialismo político e a economia de base tradicional que eram ainda dominantes. Esse sistema era responsável por fazer com que as massas coexistissem junto à sociedade tradicional, mas sem dela fazer parte (Cardoso, *idem*).

Havia uma pressão das “novas classes” que se tornavam os “suportes sociais” das massas que, por si mesmas, eram incapazes de constituir uma ação autônoma e construtiva no sentido de poder romper com o tradicionalismo. Isto se dava porque as massas não possuíam uma vida estruturada no âmbito urbano e também lhe faltavam uma situação social e econômica capaz de proporcionar o controle do processo de mudança (Cardoso, 1964:88). Por isso, havia limites estruturais:

Expressão de mudanças profundas que se iniciavam na estrutura social do país, os movimentos populares contra o subdesenvolvimento e o imperialismo encontraram os marcos finais de seu êxito nos limites estruturais que se impunham à ação dos grupos pequeno-burgueses que o sustentavam (...) Isso equivale a dizer que o processo de diferenciação

¹⁷⁵ Segundo Cardoso: “No primeiro momento, a aspiração ao progresso e à independência nacional deu sentido à crítica do ‘processo espoliativo’ da economia e permitiu a definição de alvos capazes de acarretar, a longo prazo, mudanças estruturais. Emancipação econômica, inversões estatais nos setores de infraestrutura e nas indústrias básicas (petróleo, siderurgia etc) e planejamento (como condição para adequar os escassos meios disponíveis aos fins colimados) foram os valores que orientaram as aspirações coletivas neste primeiro momento.

econômica e de industrialização não se fez nem nos moldes pregados pelos nacionalistas, nem através da instauração da ordem econômica competitiva clássica, como se verá nos próximos capítulos(Cardoso,1964:89).

Como o trecho acima parece deixar claro, Cardoso segue a interpretação de Florestan, pois a sociedade de classes ainda possuía como fio condutor explicativo de suas mais importantes ações o domínio tradicional estruturado na sociedade escravista. Ou seja, a interpretação construída por Cardoso sobre o regime escravista mantém-se na explicação sobre o Brasil “moderno”, pois o tradicionalismo ainda era o elemento decisivo. Como consequência, tínhamos uma sociedade de classes incompleta.

Cardoso procura demonstrar as condições estruturais que propiciaram o processo de modernização de forma a poder contestar a tese sobre a existência de uma burguesia nacional conquistadora como havia ocorrido nos países centrais. No Brasil, o controle do Estado deu-se através de uma aliança entre a burguesia industrial e os grupos agrários e financeiros tradicionais que exprimiriam o imperialismo e o subdesenvolvimento (Cardoso, idem).

A discussão feita até aqui é importante pela demarcação de dois pontos: 1) a força do tradicionalismo como fator determinante da ação dos setores dominantes, dominados e da própria estrutura social e econômica; 2) a negação da ação autônoma, conquistadora e nacionalista da burguesia brasileira.

Não sofreríamos mais como nos anos 1950 de “demora cultural” para constituirmos uma organização social, econômica e política consentânea com a organização dos países do capitalismo originário. Agora, o estudo da passagem da sociedade tradicional para a moderna era crucial para demonstrar como as condições estruturais específicas foram cruciais para que o país construísse uma burguesia singular.

Depois de demarcados esses pontos passarei a analisar os fatores que fizeram com que a burguesia brasileira se constituísse de forma singular em relação à burguesia conquistadora clássica. Para tanto, Cardoso analisa sua mentalidade. O primeiro ponto que ele chama atenção é para o domínio familiar e tradicional sobre as empresas baseado em relações pessoais que seriam um importante obstáculo à racionalização, a

diferenciação burocrática e o aproveitamento de técnicos e especialistas (Cardoso, 1964:95).

O peso do tradicionalismo funciona como elemento contraditório, uma vez que foi o propulsor das ações impetradas nas indústrias, mas era o grande entrave à organização efetivamente moderna como ocorria nos países centrais. O moderno não era o interesse econômico dos industriais que produziam para o mercado, mas sim a racionalização, a calculabilidade e a impessoalidade representada pela burocratização e pelo conhecimento especializado:

Poder-se-ia pensar que este tipo de tradicionalismo existe apenas nas áreas de predominância do patrimonialismo agrário. Contudo, na análise de empresas de São Paulo e Blumenau controladas por famílias de imigrantes e seus descendentes, o culto do “herói civilizador” que implantou o pequeno negócio hoje transformado em grande empresa mantém-se ativo como uma forma de passadismo que repercute e exprime a orientação geral das famílias proprietárias (Cardoso, 1964:96-7).

Esta citação de Cardoso é importante porque deixa bastante claro como o elemento tradicional constituído ainda no regime escravista era o fio condutor a explicar a conduta hegemônica da burguesia brasileira que fazia com que a modernização fosse em muitos casos aparente. Isto fazia com que houvesse uma série de resistências à burocratização e à racionalização das indústrias que tinham na propriedade familiar e na gestão pessoal os elementos principais.

Para explicar tal forma de organização, Cardoso não repete às interpretações que produziu durante os anos 1950 em torno da questão da “demora cultural”, ou seja, da reprodução de um comportamento inadequado à situação produzida pelo mercado capitalista. A explicação deveria ser procurada nas condições estruturais através das quais foi possível a manutenção do padrão familiar de controle das empresas que fez com que o processo de industrialização brasileira ganhasse um caráter de singularidade:

Em primeiro lugar, as condições gerais do mercado e da sociedade brasileira não são de molde a garantir que a esfera racionalizada da vida econômica e social seja capaz, por si só, de permitir a previsão e o cálculo dos objetivos a serem atingidos por uma empresa no nível puramente técnico-racional (Cardoso, 1964:105).

Além das condições acima referidas que tem a ver com o passado agrário e tradicional brasileiro, havia ainda como obstáculos à racionalização o caráter acanhado do mercado e a pouca influência que a burguesia industrial possuía sobre o governo como classe que, cada um ao seu modo, impelia-os a levar a cabo mudanças bruscas em suas ações que previamente haviam programado.

Antes de prosseguir, vale chamar atenção para a interpretação de Cardoso sobre as relações entre o Estado e a burguesia. Para o sociólogo, essa classe não controlava as decisões do Estado. Este ponto será de grande importância para a caracterização que ele fará do regime militar através da teoria do autoritarismo e para a demarcação de suas diferenças em relação a Florestan.

Além de demonstrar as características de comportamento das empresas geridas pela organização familiar, Cardoso também procurava apontar os elementos que faziam a tese sobre a existência de uma burguesia nacional e conquistadora ser equivocada como apregoava a interpretação do PCB. Além de não ser politicamente dominante, a burguesia tradicional vivia presa à política econômica adotada pelo governo que a obrigava para crescer associar-se ao capital internacional que se dava a partir de “contratos de pagamentos de royalties pelo know-how, cessão de parte do controle acionário, aluguel de patentes e marcas” (Cardoso, 1964:110). Para que ela pudesse ter uma efetiva expansão econômica era necessário que se associasse ao capital internacional de forma subordinada, uma vez que ele forneceria os elementos modernos para que ela pudesse alcançar seus objetivos.

A associação com o elemento moderno e impessoal expresso pelas inovações trazidas pelo capital estrangeiro coexistia com o elemento tradicional representado pela força das relações pessoais de controle das empresas. Como exemplo, havia nas empresas administradas diretamente por membros de famílias a figura do diretor que não era um acionista nem mesmo um profissional tecnicamente formado, mas um homem de confiança, que por sua vez indiretamente relacionava-se com a competência profissional (Cardoso, 1964:115).

Nesse tipo de indústria, o profissional tecnicamente preparado tinha poucas chances, pela sua formação somente, de chegar a ocupar cargos com importância decisória. Cardoso argumenta que os postos-chave, por exemplo, ainda estavam sendo

preenchidos como “prêmios” pela lealdade do funcionário à empresa, que era uma forma de seleção irracional perto daquela requerida pelas empresas do capitalismo originário:

A posição dos diretores-funcionários das companhias estrangeiras é diversa. Os diretores, sendo funcionários das Matrizes – onde o grau de racionalização e burocratização costuma ser grande – são escolhidos na maior parte dos casos a partir de critérios formais em que a lealdade à Companhia, embora esperada, não constitui o requisito fundamental. Este critério pode existir, mas só assume importância decisiva no caso dos brasileiros, e que, na verdade, não exercem o controle real das companhias (Cardoso, 1964:118)

Portanto, o moderno era o elemento vindo de fora que acabou coexistindo conjuntamente com o elemento tradicional constituído no Brasil desde o período escravista, pautado pela força das relações pessoais que tudo determinavam mostrando como a organização social, política e econômica era singular e antípoda por excelência da organização tipicamente moderna. Assim, os critérios de definição do moderno construídos por Cardoso nos anos 1950 permanecem em sua comparação feita entre o comportamento das empresas estrangeiras e nacionais.

Essa demarcação, cujos parâmetros permanecem os mesmos feitos antes da introdução do método dialético, era feita não para demonstrar a “demora” do Brasil em se modernizar, mas sim para demonstrar nossa singularidade que, ao fim e ao cabo, nos deixava em posição inferior à organização ainda considerada como efetivamente moderna e superior: “as peculiaridades políticas, sociais e econômicas da sociedade brasileira, quando analisadas à base de uma perspectiva formada nos países desenvolvidos, tornam-se quase sempre incompreensíveis”(Cardoso,1964:119).

Portanto, as empresas originadas nos países centrais tinham em sua organização interna fatores decisivos para o êxito e que eram ausentes das nossas devido à singular formação composta por racionalização, previsibilidade, calculabilidade e a impessoalidade, traços esses tipicamente modernos. Já as empresas brasileiras continuaram a manter a irracionalidade, a pessoalidade, a ausência de planejamento que as tornavam singulares e também traziam importantes obstáculos para que tivessem um desenvolvimento próximo daqueles alcançados nas empresas dos países centrais. Isto porque o controle familiar das empresas ainda era a regra encontrada no Brasil. Cardoso,

por sua vez, fazia uma aposta na constituição de uma organização mista entre critérios pessoais e impessoais, ou seja, entre controle de membros da família e de especialistas.

O sociólogo reitera que um dos fatores cruciais a explicar a força deste tipo era a persistência do patrimonialismo. Este, todavia, não poderia mais ser pensado como um fator de “demora cultural”, pois dentro de certos limites foi importante para garantir a sobrevivência das empresas controladas familiarmente. Todavia, como era um elemento tradicional e contrário ao pleno desenvolvimento da indústria, tornando-se um entrave para o desenvolvimento e diferenciação da economia (Cardoso, *idem*).

De maneira geral, o argumento da contradição é repetido de sua tese de doutorado, pois de condição necessária o patrimonialismo passou ser o grande entrave à integração da economia brasileira ao padrão internacional e plenamente moderno. Era imperioso: “fazer com que aceitem novos objetivos econômicos no processo de obtenção de lucros e torná-las permeáveis a formas de organização administrativa mais adequadas para operar em função dos objetivos econômicos do desenvolvimento” (Cardoso, 1964:123)

Pelos pontos até aqui debatidos já seria possível demonstrar como Cardoso, apesar de defender a singularidade brasileira, construiu uma interpretação em que continuava a representar a modernidade constituída nos países centrais pautadas por elementos estritamente positivos como pude destacar acima que, por sua vez, se contrapunham à realidade brasileira constituída de elementos material e simbolicamente inferiores aos centrais, ou seja, como desviante, incompleta e inautêntica. Tanto é que Cardoso advoga pela necessidade de incorporação daqueles padrões de organização econômica como forma da economia brasileira poder se equiparar, mesmo que formalmente, as economias desenvolvidas.

Portanto, a própria formulação “países desenvolvidos” e “país subdesenvolvidos” não pode ser plenamente compreendida como uma construção essencialmente histórico-estrutural, ou seja, baseada concretamente. Ela possui em si elementos valorativos muito fortes em torno da exaltação da formação social, econômica e política dos países centrais que os torna não apenas diferentes, mas superiores e modelos que devem ser efetivamente seguidos.

Mesmo assim, Cardoso trabalha uma última questão central para o seu argumento e que também é muito importante para que eu possa demonstrar o conteúdo valorativo

existente na comparação feita por ele que, de uma forma bem mais sutil do que a feita durante os anos 1950, continua a reproduzir os postulados centrais da sociologia da modernização sobre a “modernidade originária”.

Para tentar compreender a mentalidade dos industriais brasileiros Cardoso constrói dois tipos ideais: o capitão de indústria e o homem de empresa. O primeiro representava o tipo característico brasileiro, cujo comportamento era estruturado por padrões tradicionais de conduta. Já o homem de empresa representava o industrial moderno, cuja conduta era estruturada por elementos tipicamente existentes nos países do capitalismo originário. Cardoso procura demonstrar como a força dos elementos estruturais torna-se decisiva para explicar a mentalidade desta camada social.

O capitão de indústria brasileiro tinha como característica a busca do lucro através da especulação ou de manobras políticas e fiscais, o que demonstrava a continuidade do tradicionalismo na sociedade de classes:

Se acrescentarmos que ao ideal do “mercado fechado” e dos favores governamentais os industriais desta categoria juntam uma visão tradicionalista da empresa, dos operários, do mercado e da sociedade, ter-se-á a imagem do antiempreendedor que a “industrialização extensiva” e a duplicidade tecnológica, favorecidas pelos mercados de concorrência imperfeita, continuam a alimentar. De fato, a semelhança entre as representações formadas por industriais deste tipo e a visão tradicional dos comerciantes e fazendeiros do “velho Brasil” é muito grande. A valorização das relações primárias fortemente carregadas de conteúdo emocional e o apego a formas tradicionais de convivência completam, no plano da ação da empresa, os ideais pouco competitivos que nutrem com relação ao mercado (Cardoso, 1964:129).

O sociólogo advoga que a força das representações e práticas acima citadas eram provenientes da força do passado patrimonial e tradicionalista. Este ainda se mostrava hegemônico devido à ausência de pressões modernizadoras dentro da sociedade para que houvesse uma efetiva transformação. Ou seja, havia a vigência dos valores rurais considerados estritamente tradicionais que sobrepujavam os valores urbano-industriais e, portanto, modernos de vida (Cardoso, idem). Esta citação do predomínio do patrimonialismo fez com que Cardoso advogasse: “Em certo sentido, repete-se no Brasil, noutro contexto, a pré-história do capitalismo” (Cardoso, 1964:132). O industrial brasileiro tradicionalista teria como norte o espírito de aventura, termo tão caro à caracterização do colonizador português feita por Sérgio Buarque de Holanda.

O sentido da ação dos capitães de indústria era o acúmulo rápido e fácil de capital, que agia, por exemplo, no sentido de tirar vantagens do Estado, que deveria atender às suas demandas privadas. Faltava a esses empresários industriais um verdadeiro espírito empreendedor pautado pela ascese secularizada e pela racionalidade econômica que foram elementos decisivos da formação do capitalismo moderno (Cardoso, *idem*). Ou seja, eles reproduziam um comportamento de classe incompleto e distorcido frente àquele fruto da modernidade originária.

Mesmo demonstrando a hegemonia dos capitães de indústria, Cardoso aponta que estava começando a haver um processo de mudança em torno da substituição desta camada cuja mentalidade e o comportamento eram tradicionais por outra que era estruturada pelos valores do capitalismo moderno concebido sob uma perspectiva estritamente positiva:

Quando um capitão-de-indústria alia o grau de compreensão de seu papel como industrial revelado pelo depoimento acima, à prática de medidas para baratear e melhorar a produção em massa de forma a enfrentar as novas condições do mercado e da concorrência e passa a atuar fora da empresa ainda visando amparar ideias e iniciativas que, indiretamente, beneficiam a indústria (como, por exemplo, programas de assistência técnica, investigações tecnológicas, treinamento de formação de pessoal etc.), estão presentes as condições para que ele se transforme em *homem de empresa* (Cardoso, 1964:139).

Este novo tipo de industrial começava a surgir no início dos anos 1960 como representante dos valores urbano-industriais e da negação da visão tradicionalista da economia e da prática industrial. Este tipo industrial se diferencia do capitão de indústria porque tem a ética produtiva como elemento norteador que se define em seu ideal de construir o capitalismo no Brasil. O caso brasileiro, portanto, não repetiria o clássico, uma vez que a passagem para os mercados monopolísticos e oligopolíticos não teve uma etapa anterior de concorrência perfeita que não possuiu como fator complementar a submissão ao capital internacional (Cardoso, 1964:146).

O homem de empresa tinha como objetivo a construção de um projeto amplo de desenvolvimento econômico, de forma que seus interesses pudessem ser confundidos com os interesses da Nação. Esta construção era meramente formal, uma vez que na prática eles utilizavam artifícios manipulatórios para alcançar seus interesses.

Quanto à empresa moderna e o papel dos empreendedores na fábrica eles tinham como objetivo substituir o paternalismo tradicional por relações formais de trabalho, de maneira a difundir os valores básicos do capitalismo entre a classe operária. Desta forma: “Não se estranha, portanto, que o homem-de-empresa encare simultaneamente, sem que disso tenha consciência, objetivo de lucro e as condições sociais para a sua viabilidade” (Cardoso, 1964:153)

Os homens de empresa viam no operário a fonte de todos os comportamentos disruptivos em relação ao pleno desenvolvimento do capitalismo, como a ausência de mentalidade industrial (Cardoso, *idem*). Depois de demonstrar as posições dos homens de empresa, Cardoso analisa de forma concreta os fatores estruturais que propiciavam os tipos de mentalidade empresarial brasileira:

Sem referência aos modos pelos quais os empresários conseguem obter lucros em cada etapa de formação do capitalismo no Brasil, a variedade das opiniões torna-as opacas para a compreensão científica. Mercado de concorrência imperfeita, no capitalismo industrial incipiente, mercado com tendências monopolíticas em alguns setores de economia capitalista subdesenvolvida e dualidade típica da forma pela qual se tentou passar da primeira para a segunda situação na economia brasileira, são responsáveis, em última análise, pelos tipos básicos de mentalidade empresarial (Cardoso, 1964:157).

A formação singular do capitalismo brasileiro acabou fazendo com que fossem criados obstáculos estruturais responsáveis por explicar os tipos de mentalidade empresarial que se constituíram e também para pensarmos a nossa singularidade em relação aos países centrais. Cardoso argumenta que o caráter recente da burguesia nacional fez com que ela tivesse obstáculos para que pudesse se comportar a partir de uma situação típica de classe. Com isso, os objetivos políticos, econômicos e sociais acabaram discrepando do seu comportamento como classe marcado pela heterogeneidade (Cardoso, 1964:160). Formamos, como enfatizei, uma classe burguesa incompleta e distorcida em relação à conduta de sua congênere europeia.

A formação recente e a heterogeneidade da burguesia brasileira faziam, portanto, com que ela não conseguisse agir como classe que tivesse um projeto de desenvolvimento capitalista bem estruturado, resultando na ausência de uma ideologia que pudesse unificar as formas de pensar, sentir e agir cruciais para um projeto político que se unia a inadequação da burguesia à condição de classe urbano-industrial e ainda devido ao alto

nível de remuneração do capital (Cardoso, 1964:161). Cardoso aponta como os fatores citados foram cruciais para a manutenção da organização tradicionalista da produção:

Ora, a heterogeneidade da camada industrial, a possibilidade de altos lucros que o mercado ainda permite para “empresas clônicas”, o recrutamento incessante de novos industriais a partir de camadas não industriais e, por fim, a velocidade deste processo, propiciam a manutenção do apego aos valores dos grupos primários como único sistema estável de referência para a ação diária. A faixa do comportamento empresarial que decorre da pura “situação de mercado” reduz-se, dessa formação mínima indispensável para as empresas manterem-se como organizações econômicas que têm por objetivo o lucro (Cardoso, 1964:163).

Ao passar sua análise para a organização das associações de classe, Cardoso continua demonstrando como a heterogeneidade foi elemento crucial para que houvesse uma definição clara e coerente dos interesses de classe (Cardoso, *idem*). Com isso, os empresários situados a partir de uma posição de mercado eram a minoria na realidade brasileira. Esses fatores ainda seriam cruciais para a ausência de controle sobre o aparelho estatal. A participação que era feita tinha como características o individualismo e o oportunismo através da acomodação ao patrimonialismo dominante, e não a proposição de um projeto sistemático e articulado como classe social como deveria ser o comportamento de uma classe que tivesse o caráter conquistador como era esperado pelo PCB, por exemplo. Como já havia chamado atenção, sua pesquisa sobre a burguesia nacional possui importância central para a construção da teoria do autoritarismo e para sua diferenciação em relação à interpretação de Florestan.

Em síntese, esses elementos faziam com que a burguesia se assemelhasse ao proletariado, uma vez que sua conduta se mostrava destoante do comportamento típico da sociedade capitalista, ou seja, o tradicionalismo mostrava-se como o elemento norteador de sua conduta e também como o grande empecilho para que pudesse dar um salto em direção à concretização das tarefas históricas que dela se esperava:

A burguesia industrial se acomoda em larga medida à dominação tradicional. Queixa-se da política clientelística do Estado, mas exige, em troca de apoio a esta mesma política, favores, privilégios e concessões que, se fossem concedidos na medida da demanda e se não houvesse, como já mostraremos, tendências noutro sentido, tornariam as indústrias brasileiras réplicas modernas das Reais Companhias que, noutros tempos, abrigariam interesses dinásticos e interesses burgueses (Cardoso, 1964:170-1).

Além da força do elemento tradicional que era o fio condutor da explicação da conduta empresarial, Cardoso também demonstra como o elemento moderno vem dos influxos e inversões feitas pelo capital internacional que transformavam a burguesia brasileira em sócia menor. Para os meus interesses vale ressaltar estes pontos. Primeiro, Cardoso segue a interpretação construída em sua obra anterior que aponta como o comportamento singular de nossa burguesia que, ao fim e ao cabo, tornava-se destoante de uma “situação de classe”, era fruto do tradicionalismo representado pela herança e o peso do passado escravista e patrimonial. Já os influxos modernizadores vinham do capital internacional, modernamente estabelecido e cuja formação do capitalismo deu-se de forma autêntica.

A força dos grupos tradicionais que faziam da burguesia de certa forma instrumento de sua dominação política acabou sendo um poderoso entrave ao exercício pleno de sua dominação de classe. A burguesia, portanto, não fora a mola do desenvolvimento brasileiro e constituiu uma dominação incompleta e contraditória e terminou presa ao tradicionalismo e ao capital internacional como sócia-menor.

Neste capítulo analisei o impacto do golpe militar sobre Florestan e Cardoso, bem como a constituição e o significado do Seminário de Marx para as obras dos dois sociólogos. Depois problematizei a tese sobre a ruptura metodológica feita por Cardoso em relação ao mestre Florestan como forma de demonstrar que mesmo com a utilização da dialética como metodologia mais importante o fazer sociológico e as teses principais defendidas por Cardoso ainda estava muito próximo de Florestan. Para tanto, analisei comparativamente as interpretações de ambos sobre o Brasil escravista e também sobre o Brasil “moderno”. A partir delas, questionei algumas interpretações canônicas que veem apenas os elementos positivos das obras de ambos tanto em termos intelectuais quanto políticos.

Procurei construir uma interpretação alternativa e crítica, demonstrando como os autores, mesmo fazendo críticas à sociologia da modernização, acabaram reproduzindo em suas interpretações os pressupostos mais importantes deste ramo sociológico no que se refere aos países do capitalismo originário. Desta forma, defenderam o caráter plenamente tradicional do Brasil escravista e continuaram a analisar a sociedade de classes e em franco processo de urbanização e industrialização como se ainda fosse regida

pela força do tradicionalismo. Desta forma, a sociedade brasileira e sua singularidade passam a ser demarcados pelo signo da inautenticidade, pois nos constituímos de maneira distorcida frente aos países centrais, modernos e democráticos. Prosseguirei esse argumento no próximo capítulo onde a tese da singularidade brasileira é construída de maneira sistemática pelos autores através de conceitos como capitalismo dependente (Florestan) e (dependência) Cardoso.

Capítulo V - Capitalismo periférico, regime militar e os bloqueios estruturais da modernização brasileira

No capítulo anterior analisei a trajetória de Florestan e Cardoso até 1967 e também procurei demonstrar a importância de acontecimentos como o golpe militar e os “ancoramentos” institucionais para as suas trajetórias e também para as proposições que fizeram sobre a modernização brasileira. Além disso, levei a cabo uma análise comparativa das interpretações de ambos sobre o Brasil escravista e o chamado Brasil “moderno”. Com isso, pude demonstrar a similitude das interpretações de Florestan e Cardoso, mesmo com a ruptura metodológica parcial levada a cabo pelo último. Ou seja, pude demonstrar como os dois autores ainda continuaram muito próximos na forma de interpretar o país, bem como apontar como ambos estavam presos a pressupostos da sociologia da modernização ao analisarem os dilemas brasileiros referentes ao processo de modernização.

Neste capítulo, por sua vez, a proximidade entre Florestan e Cardoso que fora tão marcante nos capítulos anteriores vai se tornar uma distância profunda em termos teóricos, políticos e ideológicos, fazendo com que os dois intelectuais formem duas sociologias políticas distintas. Neste momento há não apenas o aprofundamento das diferenças em suas interpretações sobre o capitalismo periférico e o regime militar, mas sim a proposição de duas interpretações que se tornarão diametralmente opostas, sobretudo no que tange ao caráter normativo que elas carregarão no componente referente à superação do regime militar e das mazelas do processo de modernização brasileiro levado a cabo pelo regime de 1964.

Neste momento, os autores têm como foco defender o caráter singular da formação capitalista brasileira que não seria descompassada e nem sofreria de “demora cultural” em relação à experiência europeia. O que parece um avanço e uma ruptura total com os pressupostos da sociologia da modernização, em princípio, acaba representando a continuidade da reprodução de seus pressupostos mais importantes sobre a chamada “modernidade eurocêntrica”, que continua a ser interpretada como uma formação superior em termos materiais e simbólicos ao ser comparada à experiência brasileira.

Nossa singularidade passa, então, a ser vista como desvio e incompletude em relação à experiência da “modernidade originária”. Ou seja, as modificações trazidas pelo capitalismo monopolista internacional fizeram com que o país fosse pensado enquanto

uma modernidade singular, pois precária, uma vez que além de não repetir a experiência europeia e norte-americana ainda reproduzimos na periferia suas instituições e classes de forma incompleta e distorcida, ou seja, sem o elemento civilizatório que (supostamente) possuíam nos países centrais.

Nesse sentido, minha hipótese é que a continuidade com os pressupostos da sociologia da modernização faz com que o Brasil continue sendo visto, mesmo a partir dos significativos avanços, pelo signo da inautenticidade. Por isso, minha análise comparativa sobre a trajetória e o pensamento de ambos tem como fio condutor essa perspectiva crítica que é de demarcar os pressupostos que comandam as interpretações e também as consequências teóricas e, sobretudo, políticas e ideológicas que elas vão assumir neste período uma vez que cada uma delas possui um projeto de país embutido.

Apesar de todas as diferenças em suas caracterizações sobre o capitalismo periférico e o regime militar os autores possuem como elemento central a aproximá-los a reprodução dos pressupostos da sociologia da modernização presentes na caracterização da singularidade brasileira. Essa relação com a sociologia da modernização faz com que tanto a sociologia crítica de Florestan quanto a sociologia da ordem de Cardoso terminem sendo interpretações insuficientes para compreender a realidade brasileira, sobretudo em sua versão contemporânea.

Tendo em vista os objetivos e as questões acima propostas eu dividirei o capítulo em duas partes. Na primeira analisarei as trajetórias de Florestan e Cardoso desde o final dos anos 1960 até o início da década de 1980, procurando enfocar os passos e encaminhamentos institucionais e intelectuais que serão dados por ambos durante este período. A relação deles com o sistema político fica como matéria para o capítulo seguinte.

Na segunda parte analiso de forma comparada a proposta de capitalismo dependente em Florestan e de dependência em Cardoso e suas interpretações sobre o regime militar instaurado em 1964. Defendo que ambos formam duas sociologias políticas e também o caráter limitado de suas interpretações por conta da reprodução dos pressupostos da sociologia da modernização.

5.1 Florestan, Cardoso e a radicalização do regime

A promulgação do golpe em 1964 não trouxe em um primeiro momento consequências tão drásticas para Florestan como havia trazido para Cardoso, que fora obrigado a se exilar primeiro na Argentina e depois no Chile. Florestan continuou como professor da USP chegando, em 1965, ao ápice da consagração intelectual com o título de catedrático após defender a tese “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”. Depois de defender a tese, Florestan passa a ter como objetivo a análise sistemática sobre a formação do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil, que ele inicia no segundo semestre de 1965, quando fica como *visiting scholar* até janeiro de 1966, na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos. Esta interpretação seria levada a cabo a partir de um diálogo com os trabalhos desenvolvidos por si próprio e também por seus assistentes, sobretudo Cardoso e a primeira formulação feita por ele da dependência. Desta forma, Florestan engendrou uma síntese do aparecimento e das transformações do capitalismo no Brasil.

O sociólogo paulista chega ao tema do capitalismo dependente, em 1967, que seria uma forma de explicar a formação singular do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil. Mesmo com o tom mais radical de sua interpretação se comparada com as análises anteriores, Florestan ainda segue neste momento o seu projeto acadêmico-político levado a cabo nos anos 1950 que era transplantar para o Brasil a civilização moderna (Rodrigues, 2006). O apontamento do seu projeto acadêmico-político feita por Rodrigues (idem) me auxilia a reforçar o argumento de que o autor idealiza a modernidade e também continua muito próximo dos pressupostos da sociologia da modernização.

Florestan manteve contato estreito com Cardoso tanto durante o período em que esteve no exílio quanto durante o período em que ele foi para a Universidade de Toronto. Suas correspondências para o seu mais dileto discípulo eram marcadas por grandes demonstrações de afeto e também por análises importantes sobre as relações acadêmicas e políticas que enfrentou no Brasil e no Canadá. Nesse sentido, Florestan escreve uma carta para Cardoso no dia 9 de julho de 1967 em que confessa sua decepção com o trabalho produzido por Paula Beiguelman, e o seu consequente embaraço para agir de forma mais dura contra ela e também expressa em tom melancólico todo o seu descontentamento com a situação vivida pela USP, representada no comportamento, inclusive, dos jovens professores postulantes às Cátedras existentes na universidade:

Agora, depois dos dissabores causados pelos IPM e Cia., com a certeza que nada defende o futuro das universidades brasileiras, vejo as piores e mais mesquinhas lutas pelas cátedras (política, antropologia e economia). São os jovens que mostram apetites ignorados – sem demonstrar, ao mesmo tempo, igual disposição para fazer uma carreira digna do apetite, e os “antigos”, como a Paula e a Gioconda, que se dispõem a mostrar que todos os humanos possuem as mesmas aptidões para agir racionalmente, com relações a fins, dos meios e do que sua ação representa para a USP). Estou muito farto de tudo e continuo o mesmo porque não sei ser de outro jeito. Não fosse estar tão atolado em tudo isto, começaria vida nova em outro tipo de atividade. Acho que já estou saturado da espécie de hipocrisia que reina em nosso pequeno mundo acadêmico, tão raso e sufocante, quão mesquinho na condição humana dos que neles se movimentam.

Florestan argumentava em tom bastante pessimista e realista que não apareciam alternativas para que houvesse uma modificação do quadro que expressou acima para Cardoso. Mesmo tendo continuado a produzir e a comandar o seu grupo de sociólogos na Cadeira de Sociologia I e no CESIT, a conjuntura do golpe tornava-se cada dia mais radicalizada, o que acabou fazendo com que as consequências dele pudessem chegar com toda radicalidade à vida de Florestan, a partir da promulgação do Ato Institucional n.5, AI-5 que legitimou as mais diversas ações de cunho arbitrário levadas a cabo pelo regime comandado à época pelo general Emílio Garrastazu Médici. A partir de 68 vão acontecer alguns episódios que culminarão na aposentadoria compulsória do sociólogo paulista no ano seguinte e também em uma mudança brusca e definitiva em sua visão sobre a sociedade brasileira e também em relação ao papel que a sociologia e o intelectual deveriam desempenhar em uma realidade periférica.

Para entendermos melhor essas modificações é necessário não apenas fazer referência ao AI-5, mas também à conjuntura política existente na USP. Basta lembrar que Cardoso foi perseguido e considerado um subversivo logo após a promulgação do golpe porque desempenhou uma postura reformista que tinha como objetivo mais importante extinguir o conservador e autoritário sistema de cátedras. Através de sua atuação houve condições institucionais para que o CESIT fosse fundado e também para que a USP tivesse uma rotação de perspectivas ao eleger Ulhôa Cintra como seu reitor. Como já foi visto nos capítulos anteriores, houve a possibilidade para que Florestan pusesse o seu projeto acadêmico-político em prática.

Todavia, essa conjuntura se modificou através da atuação de Gama e Silva como reitor, uma vez que representava os interesses mais conservadores ligados ao regime

militar. De acordo com Rodrigues (2006), o reitor nomeia de forma sigilosa uma comissão para apurar as atividades “subversivas” na universidade. As conclusões seriam integradas aos Inquéritos Policial Militares (IPMs), que ocorriam juntos às Faculdades da USP. É dentro deste contexto que compreendemos precisamente os motivos que levaram à convocação de Florestan para o IPM e sua posterior prisão que relatei no capítulo anterior. A inclusão de Florestan na lista era fruto de sua produção intelectual (Cohn,2008). Nesse primeiro momento, como já havia relatado, Cardoso termina por sofrer as consequências mais drásticas, uma vez que é obrigado a se exilar do país.

Em 1968, todavia, ocorrem alguns episódios que são decisivos para que as consequências do arbítrio levado a cabo pelo regime militar pudessem chegar também a Florestan. Neste ano, o sociólogo apresentou no Rio um trabalho sobre a reforma universitária consentida, que foi desenvolvido com o objetivo ser uma resposta à postura do governo militar que queria se apropriar da bandeira reformista que ele e outros intelectuais progressistas defendiam desde os anos 1950 de forma sistemática (Fernandes,2008).

Florestan (2008) argumenta que aquela acabou sendo uma das últimas manifestações públicas contra o regime em um ano considerado por ele como o de auge da luta contra a ditadura militar. Essa produção era expressa em publicações como a Revista Teoria e Prática e nos debates que envolviam vários grupos nos quais “Existia uma preocupação muito grande em ligar o combate à ditadura a processos que poderiam começar com bandeiras democráticas e levar a transformações radicais” (Fernandes, 2008:187-8).

Como relata Rodrigues (2006: 38), a Congregação da FFCL que se reunira no dia 22/03/1968, foi interrompida por uma invasão estudantil. Florestan acabou sendo responsabilizado pelo vice-diretor da Faculdade de Filosofia, professor Erwin Rosenthal, e pelo seu colega Lino Sala pela invasão em virtude de sua proposição de alterar a pauta da reunião para discutir o currículo bem como por sua atuação em torno da democratização do ensino, pautas tradicionalmente defendidas pelo sociólogo (Cohn,2008).

Por conta desta reação, o sociólogo paulista tomou uma posição radical através do pedido de demissão do cargo de professor: “Se sou indesejável na Universidade, que digam isto claramente e então sairei para trabalhar em outro lugar onde possa continuar minhas pesquisas científicas” (Fernandes, 2008:20). Florestan acaba sendo dissuadido pelo diretor da Faculdade de Filosofia, Eurípedis Simões de Paula, para não levar adiante

seu pedido, além do fato de que os colegas da Cadeira de Sociologia I e do CESIT ameaçaram fazer um pedido de demissão coletiva. Logo após ter voltado atrás em sua decisão de abandonar a universidade, Florestan faz algumas declarações à Congregação que são publicadas na Folha de São Paulo no dia 30 de março de 1968, das quais reproduzo alguns trechos:

Senhor diretor, prezados colegas: Acho que cometi imperdoável erro ao ceder às pressões das circunstâncias e ao me demitir. Todavia, posso justificar-me. Estes últimos anos têm sido verdadeiramente devastadores para algumas parcelas da intelectualidade brasileira. No que me diz respeito, o impacto das influências nocivas foi sério e profundo. Não perdi minha obstinada fé na razão, na educação e na ciência, nem o ânimo de luta. Mas perdi algumas qualidades que são essenciais para que o professor tenha condições de preencher os seus papéis intelectuais de modo sereno, equilibrado e construtivo. O otimismo realista, a confiança no futuro e certas esperanças em nosso destino nacional, que caracterizam os escritos que perfilhei ora como simples cidadão, ora como professor, ora como sociólogo, sofreram um abalo tão fundo, que não sinto mais qualquer propensão de identificar-me, psicológica e moralmente, com as tarefas que desempenho na Universidade de São Paulo (...) Em vista dessas razões, aceito retirar o meu pedido de demissão. Ao fazê-lo, porém, peço vênica a esta Congregação para reafirmar não só a orientação, que sempre defendi, de responsabilidade ativa do intelectual perante os problemas do seu país ou da humanidade e as causas da cultura, como a filosofia política socialista, a que aderi na juventude e me parece fornecer a solução dos dilemas humanos de nossa era. Espero que todos compreendam e aceitem as implicações práticas dessa posição, a que não poderia resignar sem negar-me e destruir-me, negando e destruindo, ao mesmo tempo, a pequena contribuição que estou em condições de dar à nossa escola, à Universidade de São Paulo e ao progresso das investigações sociológicas no Brasil. Agradeço as atenções generosas do ilustre amigo, dr. Eurípedis Simões de Paula, e desta Congregação (Fernandes, 2008:27).

Apesar de voltar atrás em sua decisão Florestan não deixou defender as posições quanto ao papel do intelectual perante a sociedade brasileira e também de afirmar sua ligação com o socialismo como filosofia capaz de retificar as mazelas vividas pela humanidade. Cohn (idem), argumenta que logo após Florestan ter decidido permanecer na USP, vários professores pediram a palavra para expressar a satisfação pela decisão tomada. Mesmo sabendo que a ação dos estudantes era motivada pela resistência dos professores às mudanças, não deixou de criticar a ação feita por eles, uma vez que acabaram fazendo uma ação que legitimou a postura dos setores conservadores existentes na USP (Cohn, 2008:18-9).

Outro episódio conflituoso vivido na relação institucional ocorre na reunião seguinte em torno de sua participação na comissão julgadora do concurso para a Cátedra de Política que seria feito por Cardoso. Houve três votações que acabaram não escolhendo o nome de Florestan que, insatisfeito, decide não mais comparecer às reuniões. Sua decisão, registrada em ata, só se modificaria no episódio da invasão do prédio da Faculdade de Filosofia pelos estudantes (Rodrigues, 2006: 39). Como pode ser visto, os conflitos iam se tornando mais agudos para Florestan à medida que a conjuntura política do país ia se radicalizando. Outro evento de grandes proporções ocorre quando o prédio da Faculdade de Filosofia sediado na Rua Maria Antônia é atacado por alunos da Faculdade Mackenzie em outubro de 1968.

Esses conflitos todos vividos por Florestan acabaram culminando em sua aposentadoria compulsória ocorrida na noite do dia 27 de abril de 1969, sem que fosse fator de surpresa para ninguém como os fatos acima puderam demonstrar e também como a fala a seguir de Rodrigues (idem) deixa bastante explícito:

“Florestan Fernandes”, foi um nome que constou em todas as listas que elencaram as atividades ‘subversivas’ na universidade. Acusado pela “Comissão sigilosa”, foi apreendido pelo IPM e preso. Esteve no primeiro decreto de aposentadorias – em que o Governo Federal aposentava funcionários estaduais. E por fim, segundo decreto, “corrigido” e dirigido especificamente à USP, o que retirou de sua Cadeira, aposentando-o compulsoriamente junto com o reitor em exercício, Hélio Lourenço de Oliveira, e mais e três professores (p.42).

Até o seu afastamento da universidade, Florestan teve uma atuação no período entre 1964 e 1969 através da ministração de conferências pelo país que acabaram por afetar profundamente a sua saúde, pois ficou com uma grave hipertensão arterial. Em virtude disso, o médico lhe recomendou dois meses de repouso absoluto pois estava consumido sua vida. Ele, todavia, acabou fazendo apenas um mês de repouso relativo e seguiu a ação intensiva contra o regime militar.

Sua atuação combativa foi tão expressiva a ponto de ser chamado a integrar a chefia de um dos grupos que escolheram a luta armada. Florestan, todavia, utilizou seu conhecimento teórico como justificativa para não adentrar no grupo: “Recusei dizendo que, como marxista, eu não podia aceitar, porque se a guerrilha não existisse, a ditadura precisaria criá-la para aprofundar a repressão e contra-revolução” (Fernandes, 2008:186). Florestan não via condições na guerrilha para a detonação de uma ruptura no plano

político que pudesse fazer com que as massas adentrassem a cena política com condições efetivas de derrubar o regime. Por mais altruísmo que pudesse enxergar nos participantes da guerrilha que perderam a vida no combate à ditadura não deixava de observar, concretamente, o equívoco de sua ação enquanto ação efetiva para derrubar o regime.

A aposentadoria compulsória da USP trouxe consequências múltiplas para Florestan. Em termos materiais ele perdeu parte substancial de sua renda, além de ver seu projeto intelectual construído anos a fio ser bruscamente interrompido, uma vez que o referencial institucional que teve durante décadas passava a não mais existir. Com isso, Florestan passa a vivenciar um profundo drama psicológico que se faria presente em sua experiência posterior no Canadá (Cerqueira, 2004; Rodrigues, 2006). Como resultado, sua saída representa a reelaboração de sua relação com a sociologia (Rodrigues, idem).

Em virtude da aposentadoria compulsória Florestan fica impedido de lecionar no Brasil o que acaba fazendo com que, graças ao capital cultural que havia institucionalizado através de sua produção sociológica, fosse trabalhar no Canadá. Sua saída do país, todavia, não se deu de forma pacífica uma vez que apenas ocorreu devido a pressões externas feitas pela Universidade de Toronto e pelo governo do Canadá. Também teve grande importância para a liberação da ida de Florestan para o Canadá a ação do movimento dos Direitos Civis dos Estados Unidos, como narra o próprio sociólogo: “O Magalhães Pinto, então ministro das Relações Exteriores, foi preso em Nova York, dentro de uma sala, por várias horas, até concordar em autorizar minha saída do Brasil”(Fernandes,2008:186).

Por conta de todos os obstáculos apresentados a chegada de Florestan ao Canadá só ocorreu em novembro de 1969, apesar de ter um planejamento inicial de ocorrer entre o final de julho e o começo de agosto do mesmo ano. Além do afastamento abrupto do sociólogo paulista de quaisquer atividades na universidade brasileira, houve a tentativa de impedir que ele pudesse exercer o seu ofício também fora do país.

Para ir para o Canadá, Florestan deixou no Brasil a mulher e os seis filhos. Na Universidade de Toronto ele assume primeiro o cargo de *latin american in residence*, que no ano seguinte seria substituído pelo de professor titular. Este período da vida de Florestan acaba sendo pouco analisado pelos seus intérpretes pela ausência de documentação que pudesse embasar uma interpretação mais ampla. Mesmo assim, consigo ir um pouco além, pois nas cartas endereçadas por ele a Cardoso há elementos valiosos que me auxiliam a demonstrar um pouco da trajetória de Florestan na Universidade de Toronto.

Em 1969, logo após chegar ao Canadá, Florestan escreve para Cardoso afim de relatar as dificuldades vividas no país e também para ter notícias sobre o Brasil, uma vez que o país não era matéria da imprensa local. Também aproveitou para falar sobre as dificuldades de adaptação que sofrera em sua chegada por conta da língua. Na universidade ele ministrou cursos sobre as sociedades latino-americanas, a relação entre sociedade e relações raciais e sobre as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento.

Sobre o curso referente às relações raciais, Florestan acabou perdendo de uma aula para outra a metade dos alunos, mesmo assim acabou ficando com 45. Também teve muitas desistências no curso sobre as sociedades na América Latina. Mas os que ficaram acabaram gostando dos seus cursos. No Canadá Florestan reproduzia o padrão árduo de ensino que amedrontava e afastava muitos alunos na USP como ele e Cardoso tão bem relataram.

Florestan demonstrou que apesar das dificuldades ia seguindo sua vida no novo país. Em carta escrita no dia 6 de outubro de 1970, o sociólogo paulista relatava para Cardoso a sua rotina de trabalho:

Comecei o trabalho no novo departamento. Estou com uma “carga” que corresponde três ou quatro vezes ao volume de obrigações (previsto e acertado previamente). Enfim, mais um ano em que serei puramente um professor, sem qualquer perspectiva de ampliar minhas leituras e de fazer algo interessante. Na medida em que estou fatigado do ensino e não tenho aqui a mesma motivação que teria no Brasil, a perspectiva é enfadonha. Pura venda comercial da capacidade de trabalho, embora me devote às obrigações com um senso de dignidade profissional e com um espírito crítico que fazem parte da minha segunda natureza humana.

Através da correspondência para Cardoso é possível ver o estado de melancolia em que Florestan vivia por estar longe do seu país e também por sua desilusão com a inserção institucional. Também não deixa de apontar as fortes ligações com o Brasil e a importância que esse possuía para a sua produção intelectual. Na Carta escrita no dia 17 de janeiro de 1971 Florestan relata um pouco de sua rotina em Toronto, marcada pelo isolamento em casa devido ao frio existente na cidade. Assim passava o tempo lendo os *papers* dos estudantes, preparando aulas e, o mais significativo, sonhando com seu retorno ao Brasil. E também planejando o que poderia fazer quando retornasse ao país, já que a sua incorporação à universidade era uma possibilidade vedada pela ditadura militar.

Mesmo sem ter construído relações de amizade como fizera na USP e sem possuir o desejo de construir carreira no Canadá acabou sofrendo resistências de seus pares para que não deixasse a Universidade de Toronto:

Na minha busca por alguma ocupação – que é preciso ter uma - o melhor que arranjei foi uma acomodação com a E.N. Escrever livros didáticos (não acho que posso ir além de dois) e fazer traduções. Não é mau. O que eu não esperava é que iria encontrar resistência aqui. O chairman do departamento em que trabalho considera-me uma valiosa e não quer que eu me afaste; e chegou a propor-me um permanente trabalho de base de um semestre por um ano (isto é, quatro meses, ou menos que isso). Estou pouco inclinado a aceitar, mas não vejo mal em completar este ano todo, para fazer faces aos (parte suprimida). Um abraço para Ruth e os filhos. Um reconhecido abraço para você, Florestan.

Mesmo conquistando uma ótima condição institucional, o que marcou a relação de Florestan com a Universidade de Toronto foi o estranhamento devido à distância da USP onde tinha instituído um padrão de trabalho intelectual e havia permanecido por cerca de trinta anos. No exterior Florestan teve como objetivo combater o regime militar através da apresentação de conferências no Canadá, Estados Unidos, Alemanha. Esta postura do sociólogo acabou sendo de fundamental importância para que ele resolvesse retornar ao Brasil:

Não levei muito tempo para descobrir que a maioria das sociedades norte-americana, canadense, europeia, estava muito encantada com a ditadura militar, porque ela aparentemente mantinha a democracia com eleições, Parlamento funcionando etc, e estava unida aos civis “mais responsáveis” na defesa da ordem e da expansão do capitalismo no Brasil. Vi que era ilusão perder tempo lá. Porque eu podia falar de guerrilha em uma universidade, de fascismo em outra, falar de regime militar, mas tudo isso era muito limitado. Na verdade, eu não tinha probabilidade de exercer influência em qualquer movimento social, e resolvi voltar em fins de 1972(Fernandes, 2008:188).

Em carta preparada no dia 14 de outubro de 1971 Florestan escreve um pequeno texto para Cardoso em que toca em temas centrais de sua trajetória nos anos 1970. Primeiro, pergunta sobre notícias do país que quase não tinha em Toronto. Lembrou também da relação de amizade que construíram e das conversas que tinham quando eram vizinhos na Rua Nebraska, em São Paulo. As conversas possuíam uma importância grande porque eles ainda nutriam a fé na ciência e na razão, mesmo que levando em

consideração uma postura crítica em relação ao contexto histórico e consistente em relação ao processo político. Havia, portanto, a continuidade com os propósitos éticos que Florestan nutria desde a década de 1940.

Relata ainda sobre o conteúdo dos cursos que ministrou em Toronto. Não queria aplicar novamente cursos que já havia dado, como àquele sobre as teorias do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Acabou preparando um curso de história comparada e permeado pela sociologia marxista. Mesmo tendo sua competência e dedicação reconhecidas, acabou causando incômodo por conta do seu “blatant marxism”. Houve alguns alunos que o seguiram em outros cursos, mas a maior parte, mesmo com a existência de movimentos de esquerda consistentes, acabou reproduzindo uma orientação “profissional” contra a qual Florestan se opõe com todas as suas energias.

De acordo com Rodrigues (idem) a passagem pelo Canadá foi fundamental para que Florestan iniciasse o processo de reelaboração do seu projeto acadêmico-político em torno da instituição da modernidade dentro do capitalismo periférico e também suas relações com a sociedade. Nesse sentido, Soares (1997) afirma que a partir de 1972 Florestan inicia uma leitura sistemática de pensadores marxistas, além da preparação do livro com textos de Lênin que viria a ser publicado em 1978. Também utilizou o tempo para estudar a revolução socialista na Rússia, na China e em Cuba (Fernandes, 2015). Foi no Canadá também que Florestan tomou em sala de aula uma postura abertamente marxista, que seria marca de sua produção nos anos seguintes: “Em Toronto eu já me coloco como professor marxista e, de lá para cá, estou ensinando, sou professor marxista e ensino em função dessa opção e acabou” (Fernandes, 2008:157). Um elemento que Florestan não perde, todavia, é a perspectiva racionalista e a consequente fé na ciência e na racionalização da vida social (Garcia, 2002:173:4).

Em seu retorno ao Brasil Florestan recebe o convite de Cardoso para fazer parte dos quadros do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP. Florestan, todavia, recusa o convite. Sua negativa é tradicionalmente explicada por dois motivos: não aceitação de financiamento advindo do capital estrangeiro e também, como defende Lahuerta (1999), por não ter mais o papel de liderança que àquele momento pertencia ao antigo discípulo Cardoso. Lidiane Rodrigues (idem), todavia, questiona a segunda justificava com um argumento que me parece bastante contundente:

Seria, porém interessante questionar se o critério das disputas no interior do campo institucional pode ser, neste momento, tão condicionante. Afinal os agentes encontram-se lançados fora de seu

berço institucional, o sucesso da tentativa é incerto, e a crise desencadeada pela aposentadoria é equacionada segundo perspectivas individuais muito distintas – fatores que não podem ser desconsiderados. Além disso, é preciso ressaltar que, deflagrados os acontecimentos de 1969, Florestan Fernandes intensifica o processo de reflexão sobre a identidade política do intelectual – e é possível que a recente experiência do Cesit e seus projetos de pesquisa ligados ao financiamento privado tenham propiciado certo ceticismo com relação a ele (p.114).

A recusa de Florestan em adentrar ao CEBRAP ajuda a compreender o caráter solitário que sua militância possui durante os anos 1970, uma vez que ele não aceita estabelecer vínculos institucionais. Ele também recusou financiamento da Fundação Volkswagen antes da recusa a aderir ao CEBRAP.

O sociólogo acaba não atuando muito nos anos de 1973 e 1974, pois viu o espaço fechado para a atuação intelectual nos moldes que apregoava. Só a esquerda católica é que acabou dando ao sociólogo a possibilidade de atuação através da apresentação de conferências para padres e jovens católicos de esquerda (Fernandes,2008). Devido a pouca atuação pública Florestan passa o maior tempo em casa revendo escritos e retomando a produção da Revolução Burguesa no Brasil que seria publicado pouco tempo depois. Além disso, ainda contribuiu para elaboração das revistas Debate e Crítica e Argumento, que acabaram sendo suprimidas pela repressão. Nos dois anos seguintes, Florestan ministrou dois ciclos de conferências no Sedes Sapientiae (Fernandes, 2008:189)

Seu retorno a uma instituição de ensino apenas ocorre em 1977 quando leciona durante o primeiro semestre na Universidade de Yale, da qual recebeu uma proposta para um contrato de trabalho de três anos que recusou. Também recebeu convite para lecionar na PUC-SP. Esses convites demonstram uma importante diferença entre o sociólogo paulista e Cardoso, pois o último conseguiu êxito em sua carreira através do capital social que havia instituído enquanto Florestan legitimou-se através do capital cultural institucionalizado através dos títulos e publicações que havia desenvolvido e que deu um grande reconhecimento entre seus pares.

Florestan hesitou em aceitar a proposta da PUC-SP em virtude de ser uma instituição católica, uma vez que sendo ateu e marxista tinha em si o dilema de não saber como se relacionar com uma universidade que era completamente distante de sua posição

cultural e política. O que parecia um dilema intransponível e que, por isso, inviabilizaria sua estada na universidade, acabou não se concretizando:

Em nenhum momento, desde o primeiro curso que eu dei até hoje, a PUC teve alguma interferência no meu trabalho pessoal. Nunca houve uma tentativa de dizer: “Não use Marx, não use Lênin, não faça isto, não faça aquilo, não trate de conflitos de classes, de luta de classes”. Nada. Eu dei o ensino mais militante possível, às vezes até parece ensino de uma escola de partido, e nunca sofri nenhuma restrição (Fernandes, 2008:160).

Mesmo não sofrendo qualquer tipo de restrição de caráter ideológico e político, Florestan não deixa de possuir uma inserção muito particular uma vez que ele se recusa a ter quaisquer vínculos formais com a instituição como projetos de pesquisa e orientações de alunos e trabalhos administrativos, ficando com uma carga mínima de trabalho. Seus cursos, por sua vez, possuíam um caráter marcadamente militante e revolucionário, ou seja, no sentido da desobediência civil, designação através da qual Florestan sintetizava sua atuação (Rodrigues, 2006:131).

A sua ação na PUC-SP é marcada por desencanto e desarranjo da identidade que acabaram resultando na “perda de referenciais da vida intelectual, profissional e política – âmbitos que de alguma forma eram tangenciados, em diferentes níveis, por sua vinculação com a instituição” (Rodrigues, 2006:132). Rodrigues (2006:133) chama atenção para a mudança de postura de Florestan em relação àquela que caracterizou o seu trabalho durante as décadas de 50 em que esteve ligado à modernização e institucionalização das ciências sociais, pois se colocava contra os parâmetros valorativos que definiam o especialista profissional

Apesar de ter liberdade de trabalho na PUC-SP, que resultou em publicações derivadas de cursos como “Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo” e “A natureza sociológica da sociologia”, Florestan não deixa de expressar a angústia que passava por não estar na USP, de onde não queria ter saído bem como de todo o conflito que esta ruptura abrupta lhe causou. Além de professor da PUC-SP, Florestan foi editor da Hucitec, da Ática e também intensificou sua atuação no jornalismo alternativo (Rodrigues, 2006:126).

A postura do sociólogo era marcada pela recusa à profissionalização, uma vez que esta seria um grande empecilho à transformação revolucionária da sociedade brasileira.

Esta postura é explicada por Rodrigues (idem) através das modificações no seu pensamento que ocorrem desde 1969 e que culminam na transformação da perspectiva que advogava pela inserção do Brasil no rol da “modernidade originária” através da superação de nossas debilidades para aquela que utilizava a ciência como caminho para a revolução socialista como caminho necessário para a emancipação da periferia.

Em 1979, através do processo de anistia, houve a possibilidade de Florestan ser reintegrado à USP onde havia sido consagrado como o grande intelectual brasileiro e de onde, como já havia chamado atenção, não queria ter saído. O que parecia ser a oportunidade do sociólogo poder retomar sua carreira na instituição acabou tornando-se uma impossibilidade, visto que a saída traumática em 1969 legou uma crise em relação à institucionalização do trabalho acadêmico da qual ele não conseguiu se livrar:

Eu já dei explicações sobre isso, quer dizer, eu entrei num processo de crise de identidade profissional. Essa crise tem origem políticas, mas ela foi real e profunda, por isso é que me vi impossibilitado de continuar a carreira em condições melhores, como ocorreu em Toronto. De modo que, para mim, quando vem a chamada anistia, apesar de surgir num contexto de luta política e poder parecer alguma coisa que a ditadura é obrigada a fazer exatamente para se conservar, eu resolvi não aceitar (Fernandes, 2008:158).

A passagem pela trajetória de Florestan desde a aposentadoria compulsória até o processo de anistia é importante para demarcar a modificação em seu pensamento que deixa de apostar na superação dos arcaísmos e a consequente integração do Brasil à modernidade ocidental e capitalista até a descrença total nessa possibilidade e aposta no socialismo como caminho para essa realização (Rodrigues, 2006:175). Assim, posso demarcar como o autor idealizava a “modernidade originária” como uma formação plenamente constituída e, por conseguinte, caracterizava a realidade brasileira como desviante, incompleta e inautêntica. Na segunda parte desenvolvo com mais vagar esta questão.

5.2 Cardoso, o CEBRAP e a liderança intelectual

No capítulo anterior eu narrei a chegada de Cardoso ao Chile e os fatos que o fizeram se estabilizar profissional e pessoalmente naquele país. Ele foi professor de sociologia do desenvolvimento no Ilpes; diretor adjunto da Divisão Social; professor de sociologia da Flacso e professor de introdução às ciências sociais na Faculdade de

Ciências Econômicas da Universidade do Chile (Leoni,1997). Além das várias oportunidades de trabalho Cardoso também teve para si um ótimo ambiente de trabalho na Cepal liderada pelo sociólogo espanhol José Medina Echevarría, a quem admirava muito (Leoni, idem).

Também foi no Chile, em 1967, que Cardoso publicou *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, em conjunto com Enzo Falleto, que acabou fazendo com que ele ganhasse reconhecimento internacional como sociólogo. Sua proposição teórica, cuja primeira formulação influenciou fortemente a teoria do capitalismo dependente de Florestan, tinha como objetivo se contrapor às proposições da esquerda sobre o desenvolvimento através de uma análise integrada, ou seja, que levava em conta os aspectos econômico, social e político do desenvolvimento.

A publicação desta obra que fez de Cardoso um intelectual internacionalmente reconhecido não teve apenas as questões intelectuais acima referidas como motivação. Pouco antes da publicação do livro Cardoso havia perdido seu pai. Acabou tendo como objetivo deixar o pai orgulhoso como um estímulo especial para a conclusão da obra. Sua publicação, em língua espanhola, ocorreu dois anos depois, em 1969. Como bem destaca Leoni (idem), o livro torna-se um *best-seller* a partir de sua publicação.

Ainda em 1967 o mandado de prisão contra Cardoso foi revogado após ter sido levado ao Supremo Tribunal Militar que o arquivou. Com isso, não havia mais implicações legais para que ele pudesse retornar ao Brasil. Todavia, o reconhecimento trazido por “*Dependência e Desenvolvimento*” fez com que ele deixasse o trabalho e a vida confortável que tinha no Chile para ir lecionar na Universidade de Paris, campus de Nanterre, a convite de Alain Touraine.

Cardoso chega a Paris junto com a esposa Ruth Cardoso no outono de 1967, recebendo em seguida a proposta de Alain Touraine para que desse um curso sobre a teoria da dependência para os alunos do doutorado e de teoria sociológica para os do mestrado (Leoni, 1997:135). Além dos cursos, Cardoso também ministra conferências, como a que apresentou sobre Régis Debray, cujo livro *Revolução na Revolução* ele considerava uma verdadeira catástrofe para a América Latina, pois impedia um conhecimento científico sobre o que ocorria no continente (Leoni, 1997:139). Além de Debray, Cardoso também critica o sociólogo alemão Herbert Marcuse. Como era sua característica habitual, estabeleceu também relações de amizade com personalidades francesas, como a que constituiu com o ex-ministro francês Michel Rocard, que possuía grande admiração por ele (Leoni, 1997:142). Mais uma vez o capital social seria um

elemento importante na vida do sociólogo e que somava ao capital cultural institucionalizado com a publicação de Dependência e Desenvolvimento na América Latina.

O campus de Nanterre ficava em umas das áreas mais ricas da cidade de Paris que tinha como consequência o recrutamento da maioria dos alunos da classe média alta. Mesmo assim, eles acabavam se queixando da formalidade existente na universidade. Cardoso advoga que os alunos sofriam de uma inquietação burguesa (Cardoso, 2013:119) O sociólogo (2013:119) conta que a chamada Revolução de Maio de 1968 foi disparada por fatores sem grande impacto. Como exemplo ele recorda a visita do ministro dos Esportes ao campus para inaugurar uma piscina. Lá acabou sendo enfrentado por um grupo de estudantes que queriam o término da proibição da visita masculina aos dormitórios femininos.

Ao sugerir que os alunos mergulhassem na piscina para acalmar a libido sexual, foi chamado por Daniel Cohn-Bendit, aluno de Cardoso, de nazista. Daniel acabou sendo convocado para prestar esclarecimentos por ter insultado o ministro. Antes do depoimento, ele procurou Cardoso (idem) para interpelá-lo sobre um possível envolvimento do sociólogo com as questões políticas francesas:

Eu respondi que certamente não. Ainda assim, ofereci-me para falar com o Alain Touraine, que frequentara a escola com o ministro francês de Educação e poderia interceder em seu favor. No fim das contas, de nada adiantou. Os estudantes de Nanterre organizaram uma manifestação de apoio a Cohn-Bendit, que ficou mundialmente conhecido como “Danny o Vermelho”, por ser ruivo e por suas simpatias políticas. O protesto acabou num brutal confronto com a polícia antimotim, o que levou os professores de Nanterre a fechar a universidade, alegando condições por demais caóticas para o prosseguimento das aulas. Os estudantes retaliaram invadindo a universidade e ocupando-a, o que provocou novos confrontos com a polícia (p.120).

Cardoso (idem) relata este caso porque foi a partir dele que semanas depois se transformaria em uma greve geral com protestos de estudantes e trabalhadores por todo país que resultaram na colocação de tanques nas ruas pelo presidente Charles De Gaulle. Apesar da grande repercussão e importância dos conflitos surgidos em sua universidade, Cardoso não participou dos protestos pois não via aquela luta como sua. O máximo que fez foi conversar com os manifestantes junto com outros intelectuais como os sociólogos Alessandro Pizzorno e Luciano Martins. Assim como Florestan, Cardoso ficou a maior parte do tempo em casa programando a volta ao Brasil.

Cardoso (idem) relata que ele e Ruth estavam ansiosos para voltar ao país depois de terem vivido cinco anos no exterior: “nossos filhos quase já não falavam português. Sentíamos que, se nossos vínculos com o país enfraquecessem ainda mais, talvez nunca mais tivéssemos a chance de retornar” (Cardoso, 2013:123). A revogação do seu mandado de prisão e a vaga aberta na Cátedra de Política com a morte do professor Lourival Gomes Machado acabaram motivando-o a retornar. Para tanto, ele aproveitou o tempo em casa para produzir a tese que apresentaria no concurso contra a professora Paula Beiguelman, que há tempos esperava pela vaga.

Além do seu desejo de retornar ao Brasil e à USP, havia também todo o entusiasmo do mestre Florestan que queria que o antigo discípulo retornasse, como ficou claro na carta enviada a Cardoso no dia 25 de março de 1968. Nela dizia que estava ansioso para que o concurso se realizasse normalmente de forma a poder aprovar Cardoso por conta do seu talento intelectual, uma vez que considerava a aprovação uma “barbada”. Essa ansiedade se justifica porque Florestan desconfiava das posturas do professor Ruy Coelho, catedrático de Sociologia II, pois avaliava que ele havia incorporado completamente o comportamento do catedrático, o que poderia acabar pesando na avaliação do concurso. Ainda deixava em suspenso a sua participação na comissão julgadora devido aos entreveros que tivera com a Congregação que, no final, acabaram impedindo-o de participar:

Contudo, acho que não há nada que você deva temer. Dadas as disparidades dos concorrentes, não há “Santo Antonio que aguento”. Mesmo que eu não venha a estar na banca (pois não sei se voltarei para o cargo, do qual me demiti; e se reconsiderar minha decisão, se a Congregação irá me eleger, já que irão impugnar minha neutralidade...). Sob esse aspecto, nada há a temer também. Há uma verdadeira euforia de todos, ao saberem de sua disposição. Os mais prováveis, depois de mim, são o Sérgio e o França, que morrem de amor por você. O perigo está no C.T.A., manobrado pelo Ruy. Será difícil que ele consiga todos os três – e todos do “contra”. Em todo caso, no futuro a Ruth escreverá para você e colherá sua opinião.

Cardoso havia preparado a tese para concorrer à Cátedra de Política em Paris, trabalho que versava sobre as ideologias dos empresários brasileiros e argentinos. Sua decisão em participar do concurso acabou gerando mal-estar entre os colegas brasileiros que estavam na França, bem como com os estudantes da USP. Em relação aos colegas brasileiros, a atitude de Cardoso foi vista como oportunista uma vez que todos sabiam,

inclusive ele, que Paula Beiguelman espera há anos pela oportunidade de se candidatar e que, caso concorresse contra Cardoso, como Florestan já havia dito em carta, não teria chances (Leoni, 1997:138).

A participação no concurso, no entanto, não seria tranquila para Cardoso. Ele sofreu muita resistência dos setores mais radicalizados no corpo docente que não aceitavam a sua participação no concurso que reproduzia uma estrutura muito conservadora e contra a qual havia lutado até ser obrigado a sair para o exílio. Acabou acusado de ter traído seus ideais para buscar vantagens pessoais:

Essas acusações chegaram ao auge no momento em que defendi minha tese, o último passo na disputa da cátedra. Era um solene ato público perante uma banca de eminentes professores e outros observadores interessados. Enquanto eu falava, um grupo de estudantes irrompeu no salão de conferências gritando que eu deveria me desvincular da universidade. Ostentavam cartazes e começaram a contar que eu era um hipócrita. Enquanto o público acompanhava perplexo, tentei explicar meus motivos. “Se eu não ocupar esse cargo, alguém o fará”, disse. “Acho que é melhor que ele seja ocupado por um professor progressista capaz de mudar o sistema por dentro, e que tentará transformar esta universidade”. De nada serviu. Eu me vi cercado pelos dois lados. Se a esquerda radical apenas não gostava de mim, a extrema direita manifestava oposição rígida. O próprio ministro da Justiça entrou em contato com o reitor da universidade, deixando claro que minha candidatura a uma importante posição no corpo docente não teria aprovação oficial. Em franco desafio à autoridade do regime, a comissão universitária me nomeou para o cargo, com voto unânime de 5 a 0 (p.130).

Leoni (idem) chama atenção para a reação de Cardoso frente ao veemente protesto protagonizado pelos estudantes radicais contra sua participação no concurso. Sua atitude vai ser pautada pela moderação e busca por uma saída reformista que caracterizou toda sua trajetória, o que demonstra uma coerência interna muito forte durante toda sua vida. Mesmo tendo a oposição do grupo acima citado, Cardoso acabou sendo muito festejado pelos seus antigos alunos que o consideravam excepcional professor (Leoni, idem).

Cardoso retornou ao Brasil em julho de 1968 acreditando que poderia ter no país uma vida tranquila. Todavia, um confronto entre os estudantes da Faculdade de Filosofia e da Universidade Mackenzie mudaria por completa esta expectativa, bem como seria uma demonstração do que ainda estaria por vir. De acordo com Leoni (idem) o conflito entre as duas instituições teve início quando estudantes da Mackenzie atiraram ovos nos estudantes da USP que cobravam há algumas semanas pedágio dos estudantes que

passavam pela Rua Maria Antônia com o objetivo de angariar recursos para um congresso clandestino da UNE. A tropa de choque foi chamada pela reitoria da Mackenzie e a tranquilidade foi retomada, pelo menos até o dia seguinte quando o conflito tomou grandes proporções.

O confronto ocorreu no dia 2 de outubro de 1968, quando 5000 estudantes das duas instituições se enfrentaram utilizando ovos, barras de metal e coquetéis molotov (Cardoso, 2013:125). A polícia reagiu atirando bombas de gás lacrimogêneo. Desse confronto, além de muita destruição ainda houve a morte do estudante José Guimarães, de 20 anos, aluno do Colégio Maria Cintra, que havia se colocado atrás das barricadas feitas pelos alunos da USP (Leoni, 1997:149).

Vendo aquela cena bárbara, Cardoso foi à Secretaria de Segurança Pública junto com outros professores para que fosse tomada alguma providência. Cardoso e os professores, depois de esperarem por um bom tempo, foram atendidos por um funcionário. Cardoso, então, disse que a universidade estava um caos e também quis saber o que a polícia faria para que a ordem fosse restabelecida. Como resposta, o funcionário lhe disse que era para ele se preocupar consigo próprio do que com o conflito entre os estudantes. Depois desse episódio, Cardoso chegou à conclusão de que a conversa que teve em Paris com o grupo de professores exilados sobre uma possível abertura não passava de uma perspectiva absurda. Ao voltar à Faculdade ele se deparou com sua sala bastante danificada:

Eu me arrastei de volta ao escritório, com uma sensação de derrota. Ao abrir a porta, deparei-me com meus arquivos, inclusive fotocópias do Florestan Aurora, parcialmente queimados e destruídos. Parte do meu trabalho se perdera. Fiquei sabendo mais tarde que alunos da Mackenzie tinham jogado um coquetel molotov na minha sala (Cardoso, 2013:126).

Como consequência dos confrontos entre os alunos das duas instituições, o Exército intervém e fecha as portas da Faculdade de Filosofia na Rua Maria Antônia, transferindo-a para a Cidade Universitária. Com isso, Cardoso e Florestan retomam suas atividades no novo local de trabalho (Leoni, *idem*). Mesmo assim, o grave incidente era uma amostra de que Cardoso não teria mais dias de tranquilidade na USP. Como demonstração clara desta afirmação o governo edita o Ato Institucional n.5, o AI-5, que representou a prisão de juízes, prefeitos e deputados por todo país, além da supressão de

diretos. Ele representou, portanto, o recrudescimento total do regime iniciado em 1964. Como ações contra a camada intelectual, a Revista Civilização Brasileira, tradicional publicação de esquerda, foi extinta. Ainda “desaparece a Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro; o Departamento de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul é decapitado” (Pecault, 1990:258). Ainda houve uma forte repressão sobre a UNE (Pecault, idem).

Em um primeiro momento a USP não é atingida pelo AI-5. Todavia, em abril de 1969 ele chegaria à universidade e poria fim à trajetória de Cardoso na instituição. Ao lado de Florestan e Cardoso mais 25 professores foram atingidos pela ação governamental. Cardoso relata como ficou sabendo da sua precoce e irrevogável aposentadoria:

Numa ensolarada manhã de abril de 1969, dirigindo meu Volkswagen azul para o trabalho, ouvi no rádio que eu fora “aposentado” da Universidade de São Paulo. Nós éramos 70 na lista dos chamados professores militantes, entre os quais Florestan Fernandes, além de José Arthur Giannotti, Octavio Ianni, Bento Prado e outros do Seminário Marx. Essa lista foi feita logo depois do golpe de 1964 com a ajuda de professores conservadores, que assim aproveitaram uma excelente oportunidade de acertar contas pessoais. Os militares demitiram todos nós em caráter imediato (p.131-2).

Neste mesmo dia, a polícia havia ido à cidade universitária à procura de Cardoso que foi avisado assim que chegou por um aluno. Mesmo assim Cardoso se encontrou com um grupo de cerca de 100 pessoas que estava reunido para tentar compreender o que estava acontecendo. Nesse ínterim, chegou um grupo de policiais que os levou para um salão do prédio principal da USP. Cardoso conta que havia um guarda na porta conferindo as carteiras de identidade para ver se os nomes estavam em uma lista prévia. Ele disse ao guarda que estava sem identidade e mostrou um talão de cheques sem deixar que o nome aparecesse. O guarda o deixou passar, atitude que ele nunca conseguiu compreender.

Mesmo não possuindo uma postura radical e militante, Cardoso foi aposentado por conta de sua ação reformista que desempenhara no Conselho Universitário da USP, o que nos dá a possibilidade de vislumbrarmos o caráter bastante conservador que imperava na instituição. Além da aposentadoria, Cardoso foi declarado ameaça à segurança nacional, perdendo com isso seus direitos políticos. Mesmo assim, foi aposentado recebendo proporcionalmente aos anos trabalhados e ainda com o direito de permanecer no país com a família.

Àquela altura, Cardoso tinha apenas 37 anos e já era um intelectual com reconhecimento internacional que dava a possibilidade de lecionar no exterior com tranquilidade. Mesmo assim, seu retorno ao Brasil depois de 4 anos de exílio tinha um caráter definitivo, pois recusou convites das Universidade de Yale e Nanterre. Decidiu ficar no país e lutar pela volta à democracia. Sua atuação se daria a partir do Centro Brasileira de Análise e Planejamento – CEBRAP, que passo a analisar abaixo. Se Florestan decide militar sem participação efetiva em nenhuma instituição, Cardoso toma postura inversa e utiliza a formação do CEBRAP como caminho necessário para a luta em torno da volta do regime democrático. Essa é, portanto, uma primeira diferença entre os dois intelectuais, que auxilia a compreender os conteúdos ideológico e político das publicações de ambos.

Mesmo com o aumento da repressão, Cardoso acreditava que seria possível combater o regime com ações localizadas que caracterizou como jeitinho. Para tanto, uniu-se a ex-colegas do célebre Seminário de Marx como José Arthur Giannotti, Juarez Brandão Lopes, Paul Singer, e Octávio Ianni, que entrou um ano depois. Também fizeram parte do centro desde o início Cândido Procópio de Carvalho e Elza Berquó. Depois vieram a fazer parte do grupo Bolívar Lamounier, Carlos Estevão Martins, Vilmar Faria, Francisco Weffort e Maria Hermínia Tavares de Almeida.

Cardoso e os seus colegas do Seminário de Marx resolveram criar o CEBRAP para ser um centro produtor de análises sociológicas e econômicas e também para que tivesse um sentido político claramente definido, que era o apoio ao retorno de regime democrático. Sorj (2000) afirma que: “(...) o seminário de Marx serviu como mito fundador da instituição, conferindo um sentido de continuidade no tempo e um caráter de quase predeterminação a um evento que teve muito de circunstancial” (p.20). Sorj afirma ainda que os intelectuais encontram condições de assumir uma postura marxista sem que houvesse uma subordinação ao debate ideológico. Ao contrário, terão uma postura abertamente crítica contra as interpretações dominantes no período.

Cardoso (idem) advoga que os militares acabaram dando condições para que ele e os demais colegas pudessem se organizar para combater o regime, uma vez que as aposentadorias lhes garantiam uma subvenção que dava a possibilidade de se dedicarem de forma plena a combatê-los. Sobre este ponto, Pécault (idem) argumenta em consonância com Cardoso ao apontar como o regime militar não impediu o desenvolvimento do mercado de bens culturais, uma vez que houve uma expansão extraordinária das ciências sociais, o aumento decuplicado de professores nas

universidades e também a multiplicação de cursos de doutorado entre os anos de 1968 e 1982(Pecault, 1990:264-5). Mesmo com o desenvolvimento e expansão do ensino universitário, a maior produção acabou sendo feita fora da universidade como é o caso próprio CEBRAP (Pecault, idem).

A produção intelectual dos anos 1970 pautou-se, segundo Pécault, pela ideologia da “profissionalização” que acabou deixando de lado projetos como o do ISEB. A demarcação deste ponto é importante uma vez que Florestan teve durante o período uma posição singular por ter se colocado contra essa perspectiva. Da mesma forma, ela é crucial para a compreensão, pelo menos no que tange ao âmbito interno ao campo intelectual, de como a perspectiva intelectual pública e crítica pautada por interpretações totalizadoras sobre o Brasil vai ser deixada de lado para privilegiar uma perspectiva pautada pelo conhecimento de temas específicos, ou melhor, pela especialização intelectual.

A ideia de formação do centro, todavia, não ocorre somente por conta da conjuntura política criada pelo AI-5, pois desde os anos 1966-67 Cardoso já vinha conversando com os colegas Carlos Estevão Martins e Vilmar Faria sobre a possibilidade de formar um centro de pesquisas (Sorj, 2000:30). Com o retorno de Cardoso ao Brasil as discussões continuaram na Faculdade de Higiene da USP no intuito de formar um núcleo de pesquisa que viesse a servir de base à criação do novo centro. Segundo Sorj (idem), este seria um fator a explicar a inclusão de professores não cassados como Juarez Brandão Lopes e Candido Procópio Ferreira Camargo. Devido ao a promulgação do AI-5, em abril de 1969, houve a definição do princípio de que o novo centro deveria acolher todos aqueles atingidos pela repressão (Sorj, idem). Isso explica as contrações de intelectuais como Vinícius Caldeira Brant e Francisco de Oliveira.

O CEBRAP é fundado no dia 3 de maio de 1969, funcionando em uma casa localizada na Rua Bahia, em São Paulo e tendo Cândido Procópio Ferreira Camargo como primeiro presidente (Sorj, idem). A questão que se colocava girava em torno de angariar recursos para a manutenção do centro, visto que a possibilidade de subvenção estadual era muito pequena e tornava-se nula a nível federal (Sorj, idem). Com isso, foi feito todo um esforço no sentido de conseguir subvenção internacional, mais especificamente da Fundação Ford que tinha interesse em financiar grupos que buscassem uma saída democrática e capitalista para a América Latina (Cardoso, idem).

De acordo com Goertzel (2002), Bolívar Lamounier acabou sendo um agente de fundamental importância para que o financiamento junto à Fundação Ford fosse

alcançado. Isso porque ele possuía contatos no escritório local da Fundação no Rio de Janeiro e foi solicitado pelo grupo de fundadores do centro para que verificasse se a Ford estaria interessada em financiá-los. Cardoso teve uma reunião com Peter Bell, representante da Fundação Ford no Brasil, no escritório da fundação no Rio de Janeiro. A dotação no valor de 100.000 dólares é concedida pelo diretor de operações da Fundação Ford, William Carmichael (Goertzel, *idem*).

A dotação foi feita sem a exigência de quaisquer pré-condições, que permitiu que os intelectuais trabalhassem com liberdade, pois foi a única forma de superação do impasse político e moral criado pelo recebimento de dinheiro de uma instituição ligada ao capital internacional, que poderia gerar restrições aos trabalhos que seriam desenvolvidos (Sorj, *idem*). O financiamento da Fundação Ford se manteve até o ano de 1976, sendo responsável por custear a maior parte das despesas do centro (Sorj, *idem*). A ausência de pré-condições não queria dizer, por sua vez, que a Fundação não esperasse resultados do CEBRAP como argumenta Ted Goertzel (*idem*):

Além de suas atividades de pesquisa, o CEBRAP prometeu à Ford que ele serviria de catalisador para o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil mediante a realização de conferências e encontros, reunindo grupos de cientistas sociais, estimulando o diálogo interdisciplinar e ajudando os cientistas sociais a concluir projetos que pudessem ter sido interrompidos. A organização também pretendia desempenhar uma função educacional tão logo fosse possível fazer isto sem “provocar restrições das autoridades governamentais”. A relação com a Fundação Ford funcionou muito bem porque, fundamentalmente, as prioridades da fundação eram compatíveis com as dos fundadores do CEBRAP (p.65).

O financiamento da Fundação Ford acabou sendo um dos motivos que fizeram Florestan declinar do convite feito por Cardoso, que é completado por seu objetivo àquela altura de não possuir vínculos institucionais que redundassem em um ritmo de trabalho profissionalizado como bem apontou Rodrigues (2006). Cardoso afirma que a recusa de Florestan o deixou de coração partido.

Todavia, ela não afetou a ótima relação que eles tinham. Florestan estava no Canadá, mas Cardoso mantinha contato contínuo com o mestre através de cartas em que não apenas passava informações sobre a conjuntura do país, mas também informava sobre os projetos e passos a serem tomados pelo CEBRAP. Em carta enviada no dia 22 de abril de 1970, Florestan reafirma sua postura em não aceitar dotações vindas do capital

internacional, mas procura auxiliar o discípulo no sentido da datação poder auxiliar o centro que foi fundado em alguns meses antes:

Ontem voltei de Wiedenbruck, onde estive por causa do colóquio organizado pelo prof. Grabener sobre populações marginais negras na A.L. Aproveitei a ocasião para retomar a questão da dotação que o dr. Stenger queria oferecer-me, com fundos da Fundação Volkswagen. A oferta era generosa mas eu estou muito velho para mudar certas ideias. Por isso, estou inclinado a voltar ao ponto de partida. Na ocasião, sugeri uma transferência. Mantive a mesma posição, só que em vez de uma alternativa entre Octávio e Luiz sugeri aplicação em dois grupos distintos. O projeto que você havia enviado me foi entregue para ler. Informei que o CEBRAP tem condições, de organização, pessoal e idoneidade científica, para receber o apoio requerido. Doutro lado, disse que vocês merecem uma prioridade especial, por causas de motivos que não vem ao caso mencionar agora.

Mesmo não aceitando a subvenção e também não participando do CEBRAP, Florestan se empenha no Canadá para conseguir que os recursos pudessem ser destinados ao centro criado por Cardoso, atitude que demonstrava a profunda amizade existente entre ambos. Na mesma carta, Florestan informa a Cardoso que o CEBRAP deveria formular um projeto de pesquisa com um tema que pudesse ser estudado em um prazo definido. Por isso, sugere que ele se reúna com os colegas para definirem se querem retomar alguma preocupação antiga ou levar a cabo uma nova. Informa sobre o valor da subvenção que giraria entre 15 e 20 mil dólares e também sobre a possibilidade de intercâmbio com os alemães. Ao final, chama atenção para a necessidade de rapidez, pois o professor Grabener gostaria de ter uma definição até o final do mês de maio. Por isso, deixa o endereço para que Cardoso enviasse o projeto, mas pediu que uma cópia fosse a ele enviada para emitir seu parecer. Ao final manda lembranças aos colegas do CEBRAP e, de forma especial, a Octávio Ianni.

Portanto, mesmo longe e não tendo fortes restrições ao financiamento advindo de empresas internacionais, Florestan colocou suas convicções pessoais de lado e procurou auxiliar Cardoso para que o CEBRAP pudesse conseguir recursos financeiros suficientes para manter-se de pé. O centro teve durante anos 1970 apoio financeiro que veio da Igreja Católica da França, de instituições da Suécia, Holanda e Canadá, além de contratos com empresas privadas para a realização de pesquisas econômicas (Cardoso, *idem*).

Sobre a importância das empresas privadas, Leoni (*idem*) chama atenção para o papel que a Hidrobrasileira, empresa de Sérgio Motta, teve para a manutenção do

CEBRAP. Para ela, o Centro desenvolveu pesquisas sobre a indústria automobilística e a siderurgia no Brasil. Como uma espécie de reconhecimento, muitos anos depois, Cardoso fez de Motta seu ministro das comunicações quando assumiu o cargo de presidente da República em 1995. Com esses aportes foi possível a manutenção e a realização de importantes pesquisas pelos intelectuais que estavam vinculados ao CEBRAP.

A questão do financiamento não se mostrou como o único problema do centro, uma vez que o conflito interno entre as gerações de intelectuais a ele vinculado também se constituiu em um dilema de grande importância. O CEBRAP possuía um núcleo formado por sete integrantes que foi constituído a partir de sua fundação: Juarez Brandão Lopes, Fernando Henrique Cardoso, Paul Singer, Elza Berquó, Cândido Procópio Ferreira Camargo, José Arthur Giannotti e Octávio Ianni. Segundo Sorj (idem) eles formavam um núcleo homogêneo uma vez que 5 dos integrantes fizeram parte do Seminário de Marx além do fato de que 7 fizeram sua formação na USP.

Isso trouxe alguns problemas, pois uma das bandeiras levantadas pelo centro era o acolhimento de intelectuais que fossem perseguidos pelo regime. Além do núcleo principal, se integraram de forma permanente Francisco de Oliveira e Bolívar Lamounier, em 1970, Vilmar Faria e Carlos Estevão Martins, em 1971, e Vinícius Caldeira Brant, em 1974 (Sorj, 2000: 35). Esta segunda geração era formada por intelectuais jovens e em início de carreira e que não tiveram uma socialização acadêmica no sistema de cátedras como ocorreu com os outros intelectuais, o que gerou conflitos internos que redundaram na saída de alguns intelectuais a partir de 1976:

O ambiente do Centro seria inicialmente percebido, de acordo com nossos entrevistados, como demasiadamente “pesado”, “catedrático”, “rigidamente hierarquizado” e, embora “...estimulante e de alto nível intelectual, não deixava de ter um impacto paralisante pela aura de prestígio que acompanhava a geração mais velha formada na USP”. Para quem não só acabava de chegar mas também não tinha saído ainda do anonimato acadêmico, as possibilidades de obter reconhecimento intelectual por parte de seus pares eram, dentro da estrutura elitista do Cebap, muito limitadas, ainda que pertencer à instituição significasse grande prestígio frente ao resto da comunidade acadêmica. Mas no seio do Cebap precisava-se, primeiro, “fazer barganha para logo barganhar”(Sorj,2000: 38)

Sorj (idem) demonstra como o grupo formado por ex-integrantes da USP tinha um poder decisão que dificilmente era questionado. Como exemplo, no período entre 1969 e 1984 o Centro teve como presidentes Candido Procópio Camargo, Fernando Henrique

Cardoso e José Arthur Giannotti, mas que, na prática dividiam o poder de decisão durante a década de 1970 com outros intelectuais do grupo como Juarez Brando Lopes e Paul Singer. A passagem pela organização interna é importante para demonstrar como instituições são sempre marcadas por relações hierárquicas e por disputas por poder e legitimidade, o que não faria o CEBRAP, mesmo sendo um baluarte da democracia na década de 1970, ser diferente.

Apesar da força do grupo sênior advindo da USP nas tomadas de decisão, o elemento central da instituição era Cardoso devido aos capitais cultural e social que acumulou. De acordo com Lahuerta (1999) Cardoso foi um intelectual que liderava intelectuais¹⁷⁶: “Ele é o grande catalisador, o ponto de equilíbrio, o grande inspirador dessas pesquisas” (Leoni, 1997:160). Ainda seguindo Lahuerta (idem) Cardoso se diferenciaria de Florestan que foi um intelectual que formou intelectuais. A partir dos capitais acumulados nas décadas anteriores Cardoso ganhou posição de protagonismo no campo das ciências sociais nos anos 1970, o que permitiu que ele redefinisse as regras desse campo com a proposição de uma nova interpretação do Brasil que recusava o nacional-desenvolvimentismo e via no Estado o nosso maior problema.

Este protagonismo de Cardoso pode ser visualizado através do papel de orientador dos trabalhos acadêmicos produzidos pelo centro (Leoni, idem). Além disso, Cardoso constituiu-se como “um ideólogo engajado no discurso de oposição da época, inteiramente voltado para a questão da volta à democracia” (Leoni, 1997:172). O protagonismo de Cardoso fez com que o autor reconvertisse os capitais acumulados no campo intelectual para o campo político, no qual foi eleito senador suplente de Franco Matoro pelo MDB em 1978.

Para a compreensão da importância de Cardoso acima citada é fundamental a demarcação dos temas de pesquisa feitos pelo centro e a relação que eles tiveram com a interpretação precedente sobre o Brasil. Nesse sentido, Baptista (idem) advoga que o CEBRAP constituiu uma nova interpretação do Brasil, uma vez que se distanciou das interpretações produzidas pelo ISEB, o varguismo, o PCB, a luta armada e leninismo. O centro teria uma postura mais moderna por ter constituído uma interpretação política e conjuntural mais próxima da realidade brasileira. Desta forma, teria superado as

¹⁷⁶Sobre este ponto Lahuerta (1999) argumenta: “Com base em suas formulações sobre o empresariado que se desdobram na idéia de desenvolvimento associado e dependente e na consigna autoritarismo e democratização, Cardoso consolida-se durante os anos 1970 como intelectual que dirige intelectuais” (p.146)

interpretações sobre a nação que dominaram as teses em torno do nacional-desenvolvimentismo.

As interpretações produzidas pelo centro tinham como elemento político a defesa da modernização dentro do capitalismo (Baptista, 2010). Lahuerta (1999) advoga que a produção do CEBRAP foi responsável pela renovação das ciências sociais em termos de sua agenda temática e teórico-metodológica. A naturalização de uma nova agenda deveu-se e muito ao prestígio de Cardoso (Lahuerta, *idem*).

Baptista (*idem*) afirma ainda que a dominância da metodologia marxista foi responsável por superar as interpretações que tinham como base o estrutural-funcionalismo. Precisamente, mesmo não tendo uma política de cunho marxista no sentido revolucionário do termo o CEBRAP reproduzia o marxismo acadêmico apregoadado desde o final dos anos 1950 pelos integrantes do Seminário de Marx.

Seguindo sua análise estritamente positiva, Baptista (*idem*) advoga que entre os anos de 1969 e 1978 o centro foi responsável pela legitimação das ciências sociais e também acabou servindo de corpo para as ideias políticas que serão levadas a cabo pelo MDB a partir de 1978.

A partir da metodologia marxista, os intelectuais vinculados ao centro desenvolveram algumas importantes linhas de pesquisa como às referentes à economia, à demografia e à sociedade civil. Eu me fixarei neste último tema por ter sido capitaneado por Cardoso e também por ser um tema político central para a compreensão da influência política que as proposições feitas pelo sociólogo paulista possuirão.

Antes, todavia, é importante mencionar a relevância das pesquisas econômicas. O centro foi marcado pela interdisciplinaridade através das análises sociopolíticas que tiveram como objetivo criticar o chamado milagre econômico e o dualismo estrutural, que dominava a interpretação sobre o Brasil através da divisão entre uma parte tradicional e outra moderna. A partir dos trabalhos produzidos no centro tanto o propalado milagre seria duramente questionado quanto o dualismo seria posto em xeque como interpretação construtiva sobre o Brasil: “Será um dos primeiros centros a mostrar que o milagre não beneficia igualmente todas as camadas da sociedade, e que o crescimento econômico também acentua as desigualdades sociais” (Leoni, 1997:158).

Sobre o tema do milagre, o CEBRAP publicou um importante livro em 1975 intitulado “São Paulo: crescimento e pobreza”. Neste livro os intelectuais cebrapianos demonstram as contradições do “milagre” econômico tão propalado pelos apologistas da ditadura como prova do seu inequívoco sucesso. Como relembra Cardoso (*idem*), o livro

com apenas 128 era permeado com fotos de favelas e de terríveis condições de trabalho nas fábricas que demonstravam que os militares estavam deixando de lado as necessidades da maioria da população brasileira. O pequeno livro teve uma tiragem de 3000 mil exemplares, alcançando grande repercussão não apenas nos meios acadêmicos, mas também entre os políticos de oposição (Leoni, 1997:159).

A credibilidade e o impacto que a publicação do livro teve foi resultado em grande medida do apoio recebido pela Igreja Católica que, anos antes, havia apoiado o golpe militar. Como exemplo, o prefácio da publicação foi escrito pelo arcebispo de São Paulo, dom Evaristo Arns. O centro terminou sofrendo uma importante retaliação por demonstrar uma realidade completamente distinta daquela reproduzida oficialmente pelos militares:

Logo depois da publicação do livro, uma bomba explodiu na sede do CEBRAP, na rua Bahia, em São Paulo. A intenção era antes intimidar que matar – a bomba explodiu à noite -, mas muitos livros e arquivos pessoais foram destruídos. O secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, coronel Erasmo Dias, teve o desplante de nos acusar publicamente de plantar a bomba para atrair publicidade. Disse aos meios de comunicação que nosso livro era “basicamente marxista” (p.141).

A declaração do secretário de Segurança Pública acabou tendo efeito reverso porque as vendas do livro aumentaram em milhares de exemplares, proporcionando reconhecimento e popularidade ao CEBRAP. Mesmo assim, o governo militar não deixou de demonstrar publicamente sua contrariedade às pesquisas feitas pelo CEBRAP. Cardoso (idem) argumenta que o governo considerou o centro uma organização subversiva e enviou uma carta para lá convocando todos os pesquisadores para se apresentarem à delegacia na qual funcionava a Operação Bandeirante e era lugar de torturas.

Cardoso comparece no dia marcado à Oban e, pela primeira vez, mesmo que tangencialmente, sofreu os efeitos do regime militar. Na entrada dos fundos Cardoso recebeu um capuz na cabeça e foi empurrado para o interior do prédio. O sociólogo lembra que dentro do prédio tiraram o capuz e fizeram uma foto dele com a colocação de um adesivo numerário como se ele fosse um preso. O sociólogo relata sobre os momentos que passou na carceragem:

Acompanharam-me então a uma sala imunda, onde me fizeram sentar numa cadeira. Uma pilha de escritos meus, sobretudo artigos de jornal e revista, podia ser vista, ameaçadora, num dos cantos. Dois grandalhões entraram na sala e começaram a andar de um lado para o outro como animais no zoo, calados. Começaram então a me fazer

perguntas tão absurdas que eu não sabia responder. Quando eu hesitava, eles gritavam no meu ouvido. Me empurraram o peito com o dedo. Quando minha resposta não parecia satisfatória, os dois capangas, que mal falavam corretamente o português, desapareciam numa outra sala, onde outros evidentemente faziam as perguntas. E eles voltavam, ainda mais exaltados, gritando e cuspidos perto do meu rosto (Cardoso, 2013:142)

Lahuerta (idem) afirma que Paul Singer também foi preso e que Frederico Mazzuchelli, Chico de Oliveira e Vinícius Caldeira Brant foram torturados. Mesmo passando por um período de grande tortura psicológica e brutal incerteza, Cardoso acabou sendo liberado à meia-noite sem sofrer nenhum tipo de agressão física. Ele advoga que isto apenas não aconteceu por conta do seu status pessoal decorrente de sua família de militares e o prestígio profissional que alcançara como sociólogo no Brasil e no exterior. Mesmo assim, é um exemplo importante para demonstrar o impacto que a publicação do centro teve junto à opinião pública e ao regime militar, uma vez que colocou de ponta-cabeça o “milagre” brasileiro.

Para os estudos sobre sociedade civil o Estado passa a ser visto como o grande vilão. Assim, as saídas em torno da reativação da sociedade civil tinham como objetivo limitar o seu poder e alcance (Baptista, 2010:228). De acordo com Lahuerta (idem) o pensamento do CEBRAP era pautado pela contraposição ao Estado caracterizado como burocrático e autoritário, além da valorização da democracia e do fortalecimento da sociedade civil. Na verdade, esta é a posição hegemônica dentro do centro muito bem expressa pelo pensamento de Cardoso¹⁷⁷. Nesse sentido, a análise crítica que proponho na segunda parte deste capítulo tem como objetivo relativizar o caráter exclusivamente positivo que essa “nova interpretação do Brasil” possui como pode ser visto acima.

As teses de Cardoso tiveram grande impacto no debate intelectual (Baptista, idem). O fio condutor dessas ideias era a busca da modernização e democratização dentro do sistema capitalista, ou seja, era propagar uma perspectiva reformista que pudesse institucionalizar a democracia. Como síntese dessa linha de pesquisa foi publicado o livro

¹⁷⁷ Como exemplo, Octávio Ianni (1981) analisa o regime militar como uma ditadura. Ele dá ênfase absoluta ao papel exercido pela burguesia e pelo imperialismo como elementos dominantes no regime. Nesse sentido, Ianni analisa o regime a partir da contraposição entre capital e trabalho, uma vez que o regime do grande capital seria responsável por expropriar camponeses e proletários. Estes formariam o pólo dominado pela ação da burguesia e do imperialismo. É a partir do pólo dominado e da contraposição entre capital e trabalho que Ianni constrói sua interpretação, a qual possui ênfase na luta de classes e possui um encaminhamento necessário a favor da emancipação de proletários e camponeses da dominação exercida pelo capital.

“Autoritarismo e democratização” que será objeto de análise na próxima seção. Assim como havia ocorrido com o livro que questionava abertamente as consequências sociais do “milagre”, o livro de Cardoso também foi alvo da perseguição do regime, mesmo que neste caso, felizmente para o sociólogo, de forma velada:

Simultaneamente, os militares me julgavam secretamente por causa de um livro que eu vinha de publicar, Democracia e autoritarismo, que abertamente delineava as vantagens daquela ao mesmo tempo que depreciava este. Certos ideólogos do regime pressionavam para que o livro fosse proibido e eu viesse a ser detido de novo – e encarcerado, talvez por um bom tempo. Eu só viria a tomar conhecimento desse julgamento duas décadas depois, quando fui eleito presidente, mas não consultando arquivos do governo: foi nos jornais que pude ler a respeito (Cardoso, 2013:152).

Os temas de pesquisa acima citadas e a liderança de Cardoso fizeram com que São Paulo se tornasse o principal centro de oposição ao regime militar (Sorj, *idem*). Com isso, os postulados levados a cabo pelo CEBRAP acabaram por se transformar em ideário político, pois foram utilizados para a atualização do programa político do MDB, bem como foram o carro-chefe da campanha de Cardoso à suplência do Senado em 1978.

Apesar de estar à frente do CEBRAP Cardoso não deixa de apresentar trabalhos e conferências em universidade estrangeiras, como as aulas que ministra no México entre os anos 1969 e 1970, na Suíça logo em seguida e nos Estados Unidos, no Instituto de Ciência Política de Stanford em 1972 (Leoni, 1997:165-6). Essa incursão pelas universidades estrangeiras era uma demonstração dos capitais cultural e social acumulados pelo sociólogo.

Um episódio em particular mostraria como a produção de Cardoso era valorizada e reconhecida nos círculos intelectuais do exterior além do êxito na construção de relações pessoais. De acordo com Leoni (*idem*), Michel Foucault, grande filósofo francês que havia conhecido Cardoso há alguns anos por intermédio de José Arthur Giannotti, avisa ao filósofo Gerard Lebrun que gostaria de levar o sociólogo paulista para o Collège de France. Seria uma grande oportunidade para Cardoso, que poderia fazer parte de uma das instituições de ensino superior mais tradicionais e respeitadas do mundo. No entanto:

Fernando Henrique declinará o convite de Foucault. Sobre isso, dirá mais tarde: “No fundo, naquele dia, fiz inconscientemente uma escolha política, porque intelectualmente o Collège de France era a melhor coisa que um intelectual como eu podia esperar”. Ao recusar, ele escolheu definitivamente o Brasil. O que não o impedirá de alguns anos mais tarde dar um curso no Collège de France como professor visitante (Leoni, 1997:167).

Além das aulas no exterior, Cardoso também participa de organizações internacionais como o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais em Buenos Aires, e a Flacso em Santiago (Leoni, *idem*). Sobre a participação de Cardoso nessas instituições e também em relação ao seu reconhecimento internacional vale algumas considerações. Bem, o sociólogo paulista nunca foi um pensador sistemático, ou seja, que tenha deixado uma obra de vulto sobre temas variados como foi o caso do mestre Florestan. O seu reconhecimento se deu pela publicação de *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* que conseguiu vencer as interpretações marxistas revolucionárias sobre o tema. Além desta questão inerente ao campo também foi de grande importância a habilidade de Cardoso para construir relações pessoais com intelectuais de renome, cruciais para que ele fosse para a Cepal, para a Universidade de Paris, fundasse o CEBRAP e também tivesse inúmeras portas abertas.

A projeção alcançada por Cardoso, portanto, não pode ser explicada unicamente por sua capacidade intelectual e mesmo pelo impacto de sua obra, mas deve ser vista como resultado de uma habilidade enorme em construir relações que dessem a oportunidade de auferir vantagens futuras como ocorreu em sua participação entre os anos 1950 e 1960 no Conselho Universitário da USP, uma vez que ela deu as condições para que Cardoso pudesse conseguir apoio para a fundação do CESIT, bem como para a eleição do Ulhôa Cintra e para a fundação da Fapesp.

Portanto, é inegável a habilidade política de Cardoso no sentido de angariar aliados e articular consensos. Este é um ponto que o diferencia sobremaneira de Florestan, uma vez que o último era o grande pensador sistemático que não conseguia flexibilizar suas convicções para conseguir angariar proventos futuros. Como veremos no próximo capítulo, a capacidade política de Cardoso será um elemento crucial para sua admissão e sucesso no campo político, que compõe a partir de 1982.

Ainda enfocando a questão política em Cardoso é necessário debater qual era o seu posicionamento em relação, sobretudo, aos teóricos de esquerda. O sociólogo paulista tem na esquerda o seu interlocutor privilegiado, pelo menos, desde sua pesquisa sobre a sociedade escravista do Rio Grande do Sul. A partir dela ele procurou se colocar contra os postulados mais importantes defendidos por intelectuais ligados ao PCB. Neste momento, continua a se colocar em uma posição crítica e distante em relação às teses da esquerda e, mesmo sem fazer um diálogo direto, em relação ao mestre Florestan.

O sociólogo se colocou contra as interpretações da esquerda revolucionária como presente no pensamento de Florestan, pois defendia uma saída reformista e moderada para

vencer o regime através da democratização e da institucionalização da democracia. Nesse sentido, Cardoso esteve na contramão da esquerda (Leoni, *idem*) e, conseqüentemente, do mestre Florestan. É nesse sentido que nas duas próximas sessões eu defenderei que os dois sociólogos formam duas sociologias políticas distintas tanto em termos teóricos, uma vez que geram imagens distintas sobre o regime instaurado em 1964, quanto em termos políticos e ideológicos, pois as terapias para vencê-lo também serão bastante distintas.

Vou qualificar melhor esta questão que será de grande importância para o restante deste capítulo. Defendo que existe uma diferença teórica porque os dois autores reproduzem nos anos 1970 uma sociologia baseada na utilização dos clássicos, sobretudo Marx e Weber, a partir de uma perspectiva dialógica e crítica, pois gerarão diagnósticos e políticas opostas em seu confronto com o regime militar.

Precisamente, Florestan constitui uma sociologia pautada pelo marxismo revolucionário, pelo ponto de vista dos dominados, pela luta de classes, pela crítica ao capital e com a revolução como conteúdo capaz de gerar a democracia e de construir uma nova ordem na sociedade brasileira.

Já Cardoso, apesar de ter no marxismo um pilar de grande importância institui uma interpretação que define o autoritarismo como burocrático, que opõe o Estado à sociedade civil, que dilui o conflito entre as classes, além de propor uma saída reformista e moderada que tinha como fio condutor trazer de volta à democracia sem possuir uma crítica efetiva ao capitalismo periférico nem ao imperialismo, ou seja, sua proposição de democracia estava desvinculada de uma discussão sobre as questões econômicas (Goertzel, 2002). Ted Goertzel (*idem*) argumenta de forma certa: “Embora Fernando Henrique Cardoso empregasse conceitos e ideias marxistas, sua análise do golpe tinha muito em comum com as interpretações de cientistas sociais que utilizavam outras teorias, com a da escolha racional ou a teoria dos jogos”(p.82).

A questão da democracia trabalhada acima me auxilia a demonstrar como o pensamento de Cardoso era marcado pela moderação, pelo reformismo disposto a fazer modificações por dentro da ordem sem ter a intenção última de transformá-la ou mesmo derrubá-la de forma radical (Leoni, *idem*, Goertzel, *idem*).

Como última questão, gostaria de demarcar como a maior parte das interpretações sobre o CEBRAP e o pensamento de Cardoso possui um caráter estritamente positivo ao analisá-lo em relação ao contexto intelectual e político. Minha interpretação, todavia, tem como encaminhamento necessário uma perspectiva crítica. Nesse sentido, examino abaixo as formas como Florestan e Cardoso interpretaram a formação brasileira a partir

do tema do capitalismo dependente e da dependência, caracterizaram o regime militar e como se relacionaram com os pressupostos da sociologia da modernização.

Com essa análise terei condições de demonstrar como os autores, apesar de construírem duas sociologias políticas, acabam tendo na reprodução de pressupostos da sociologia da modernização um ponto de ligação inequívoco que termina por limitar ambas interpretações para uma compreensão crítica e construtiva do Brasil, sobretudo em sua formatação contemporânea moderna e global. Defendo esta tese porque os autores continuam a reproduzir uma visão idealizada sobre os países centrais que terminou resultando na construção de diferenças essenciais entre centro e periferia, que nos deixa permanentemente em posição inferior em termos materiais e simbólicos.

5.3 Capitalismo dependente: para além da sociologia da modernização?

Nesta seção examino a interpretação de Florestan sobre a modernização brasileira através do conceito de capitalismo dependente, bem como analiso o caráter que o regime militar instaurado em 1964 possui como desdobramento dessa interpretação. Minha proposição nesta tese é pautada por um caráter crítico em relação à produção de Florestan e Cardoso sobre a modernização brasileira, ponto que acredito ainda não ter sido devidamente explorado. Nesse sentido, antes de analisar suas leituras debato com três intérpretes do pensamento de Florestan, quais sejam: Tatiana Gomes Martins, Miriam Limoeiro Cardoso e Antônio Brasil Junior. Repetirei o mesmo exercício analítico ao debater com o pensamento de Cardoso.

Tatiana Gomes Martins analisa o papel do intelectual no pensamento de Florestan entre 1950 e 1968 tendo como elemento norteador de sua produção teórica sobre a mudança social, ou seja, sobre a modernização brasileira. Ela aponta como o estrutural-funcionalismo era a fundamentação teórica mais importante durante o período recortado e que a mudança social foi o tema central da produção do sociólogo paulista, pontos com os quais concordo plenamente.

A autora estudou as publicações de Florestan sobre a questão racial, o desenvolvimento e também sobre o capitalismo dependente, ponto no qual me fixarei. Ela analisa como Florestan utiliza os clássicos da sociologia Marx, Durkheim e Weber de forma a adequá-los à singularidade brasileira, uma vez que o país possuiria uma realidade própria que faria necessário uma adequação das proposições dos autores. No entanto, como procuro demonstrar, a autora não faz uma análise crítica sobre a questão da

singularidade brasileira no pensamento do sociólogo paulista, que me parece ser a fonte dos principais problemas no seu pensamento sobre a modernização brasileira.

Se nós somos singulares é por que temos outra realidade como elemento de comparação. Essa realidade vai ser a formação eurocêntrica da modernidade, que possui papel central para Florestan construir uma diferença essencial entre centro e periferia que termina colocando nossa realidade como material e simbolicamente inferior à chamada “modernidade originária”.

Seguindo a interpretação de Florestan, a autora demonstra como o Brasil possuía uma incapacidade de superar as estruturas arcaicas, que limitavam o desenvolvimento total das forças produtivas e, conseqüentemente, impediria o pleno florescimento da ordem social competitiva. Não teríamos em nossa formação a constituição das potencialidades dinâmicas da racionalização capitalista que impediriam a constituição plena da situação de classe como ocorreria nos países centrais.

Apresentaríamos uma formação de classes deformada pelo arcaico que nos legaria apenas uma ideologia de classes e não uma consciência de classe fundamental para uma ação crítica e transformadora. Precisamente, não teríamos uma formação de classe igual a que existiria nas sociedades capitalistas centrais, uma vez que o pré-capitalismo seria o elemento a nortear a organização nas cidades. Possuiríamos a formação de um capitalismo próprio, de caráter dependente e que seria norteado internamente pelo arcaísmo das classes dominantes e externamente pela ação do imperialismo.

Florestan, portanto, havia trazido uma inovação teórica que demonstraria o caráter singular de nossa formação. Por não termos universalizado no Brasil uma ordem social competitiva plena acabamos não estabelecendo uma ordem social pautada efetivamente por caracteres democráticos, ou seja, por uma ordem norteada por conflitos construtivos entre as classes.

Não conseguimos instituir uma ordem competitiva na qual o capitalismo pudesse ser absorvido como um valor social, que instituísse suas características civilizatórias capazes de representar os interesses da sociedade como um todo. Tivemos, portanto, uma revolução burguesa débil que a singulariza em termos de horizonte cultural. Isso fez com que constituíssemos uma revolução burguesa destoante daquela considerada como autêntica revolução.

A análise do trabalho de Miriam Limoeiro Cardoso é de grande importância não apenas por ela ser uma das melhores intérpretes do pensamento de Florestan, mas também por analisar detidamente os temas do capitalismo dependente e da autocracia burguesa na

obra do sociólogo paulista. A autora advoga que a principal contribuição de Florestan foi a problematização das classes sociais, dos conflitos entre elas e da revolução como alternativa ao capitalismo dependente. Esta parte, portanto, contém os elementos mais substantivos do pensamento de Florestan.

O primeiro ponto importante da alentada análise de Limoeiro Cardoso (1995) é o apontamento de que o subdesenvolvimento não pode ser entendido como atraso, mas sim como uma realidade específica, ou seja, singular. Com isso, Florestan não construiu uma teoria da dependência, mas sim a formulação em torno de como o capitalismo dependente se constituiria numa contribuição teórica à teoria do desenvolvimento capitalista (Limoeiro Cardoso, *idem*).

A autora analisa como a questão das classes sociais, tanto as existentes nas sociedades dependentes quanto centrais, possui centralidade na interpretação de Florestan. As sociedades do capitalismo originário possuíam importância central em sua interpretação como elemento comparativo. Para a caracterização da especificidade do capitalismo dependente e de seu consequente regime de classes o papel da burguesia periférica tomaria um patamar central, uma vez que seria parceira das burguesias hegemônicas e articularia a dominação externa feita pelas últimas, das quais a brasileira seria sócia-menor. Com isso, teríamos um processo de depleção das riquezas e superexploração das massas.

Bem, para uma caracterização da burguesia periférica e da singularidade do capitalismo dependente, a autora demonstra de maneira precisa como Florestan tem como elemento de comparação a formação capitalista nascida na Europa, a qual seria essencialmente diferente da formação social brasileira:

Neste sentido, Florestan entende a sociedade capitalista como uma sociedade aberta. Nela se dá a distribuição da população em classes sociais e, portanto, há diferenciação e desigualdade social. Em contrapartida, se há uma classificação social, também há uma ordem legal que a atravessa inteira, com a racionalização do direito e com o funcionamento, pelo menos formal, de representação política. Desta maneira, a sociedade de classes, identificada com a sociedade capitalista, possui ajustes reguladores do privilégio econômico com as consequências sociais, culturais e políticas (Limoeiro Cardoso, 1995:4).

Limoeiro Cardoso (*idem*) argumenta que o capitalismo que Florestan toma como referência para pensar de forma comparativa a América Latina é um capitalismo idealizado, que seria “marcado estrutural e dinamicamente por mecanismos que

garantiriam a sua integração, a sua estabilidade e a sua transformação equilibradas” (Limoeiro Cardoso, 1995:4). Apesar de apontar um pressuposto absolutamente central para o pensamento de Florestan, que daria a possibilidade de levar a cabo uma análise crítica sobre sua interpretação que defende a singularidade brasileira, Limoeiro Cardoso prefere apontar o caráter funcional que esta definição possui para demonstrar como formamos um capitalismo selvagem, ou seja, marcado pela ausência dos traços civilizatórios que marcaram a democracia burguesa na Europa, e que acabou fazendo com que nos constituíssemos como uma democracia restrita ou, como prefere a autora, como democracia de iguais:

Deste modo, o capitalismo dependente se concretiza através de sobre expropriação e de autocracia, caracterizando o que Florestan Fernandes denomina capitalismo selvagem. Conjuga crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, além da ausência de direitos fora dos setores sociais dominantes (Limoeiro Cardoso, 1995:5).

A realidade do capitalismo selvagem deixaria para nós uma organização social pautada pelo monopólio social exercido pela burguesia que transformava direitos em privilégios. Além disso, a burguesia dependente não se completaria como classe, ou seja, não tomaria consciência da sua posição e do seu dever histórico de se contrapor ao capitalismo dependente, o que faria com que ela não comandasse nem a revolução burguesa e nem a democrática. Isso não teria ocorrido com as burguesias centrais tanto europeias quanto norte-americanas que teriam conseguido se organizar enquanto classes e lutado em conjunto por seus direitos e se colocado na cena política com efetividade.

Teríamos no Brasil, portanto, um desvirtuamento da sociedade de classes e do seu potencial construtivo no sentido de autonomização social. Limoeiro Cardoso (idem) afirma que esta postura de Florestan se justifica uma vez que ele constrói sua interpretação tendo como horizonte normativo a possibilidade de constituir um desenvolvimento autônomo, autossustentado e auto propelado, ou seja, tendo como objetivo a autonomização das nações dependentes.

Se tivéssemos completado nossa ordem social competitiva não teríamos de enfrentar uma ordem pautada pelo arbítrio e pela autocracia, uma vez que não possuiríamos um impedimento histórico e estrutural para o desenvolvimento das potencialidades criadoras inerentes ao capitalismo central que, como é importante frisar,

tem uma lógica de reprodução essencialmente diversa do capitalismo selvagem periférico.

A análise detida feita por Limoeiro Cardoso por mais que tenha apontado o caráter idealizado da visão de Florestan sobre o capitalismo central e também ter demarcado como essa visão é crucial para a caracterização da singularidade brasileira acaba ficando muito próxima de Tatiana Martins, uma vez que produz uma leitura atenta e de grande qualidade, mas que não observa a importância dos pressupostos existentes na interpretação do sociólogo paulista e nem as consequências que eles possuem para a sua caracterização do capitalismo dependente e da autocracia burguesa. O trabalho é muito mais um texto que sintetiza o pensamento do autor sobre os temas do capitalismo dependente, da autocracia burguesa e da revolução social, do que uma análise crítica do pensamento de Florestan.

Como último comentador gostaria de debater com o trabalho de Antonio Brasil Jr, autor com o qual já havia dialogado no capítulo anterior. Isto porque Brasil Jr (2013a) analisa a “tradução” da sociologia da modernização feita por Florestan no que ele chama de construto final referente ao conceito de capitalismo dependente. O trabalho é da maior importância porque debate de forma direta a questão da modernização no pensamento do autor em comparação com as formulações clássicas de Talcott Parsons.

A tese central de Brasil Jr (2013a) é que Florestan fez uma tradução bem-sucedida da sociologia da modernização, uma vez que ele teria conseguido romper com um pressuposto central desta teoria que era a visão de que a expansão da sociedade moderna geraria os mesmos efeitos sociais, mesmo que a partir de ritmos distintos (Brasil Jr, 2013a). Com isso, o sociólogo paulista teria produzido uma perspectiva que seria ao mesmo tempo inovadora e crítica, pois não teria absorvido de modo acrítico a teorização mais influente do seu tempo (Brasil Jr, 2013a).

A interpretação que desenvolvo nesta tese vai de encontro à interpretação proposta por Brasil Jr, uma vez que considero que a “tradução” da sociologia da modernização levada a cabo por Florestan não tenha sido tão benfazeja assim como o autor acredita. Aliás, creio que leituras como a feita por ele legitimam a visão hegemônica e acrítica sobre o pensamento do sociólogo paulista vista através dos trabalhos de Martins e Limoeiro Cardoso, uma vez que impossibilita a construção de uma perspectiva crítica em relação à produção sociológica dele. Mas, antes de concluir, é necessário expor os argumentos centrais de Brasil Jr.

De acordo com Brasil Jr (2013a) Florestan teria colocado em tensão as principais premissas da sociologia da modernização entre as décadas de 1960 e 1970, sobretudo enfocando a importância da contingência histórica¹⁷⁸. A criatividade teórica de Florestan acabou resultando na construção de um instrumental independente da sociologia da modernização e importante para analisar as sociedades periféricas. Para tanto, o autor utiliza o trabalho de Talcott Parsons como uma espécie de mecanismo de controle:

A partir deste procedimento, poderemos enxergar como foram se conformando diferentes deslocamentos teóricos em relação à sociologia da modernização, já que os resultados a que chegaram os dois autores não são de modo algum intercambiáveis (Brasil Jr, 2013a:142).

Mesmo já tendo exposto o pensamento de Parsons no capítulo III, a reprodução do argumento de Brasil Jr é necessária para que eu possa questionar a tese central do autor, pois defendo que Florestan não reinventa plenamente a sociologia da modernização mesmo quando propõe o conceito de capitalismo dependente que, supostamente, demonstraria um deslocamento total em relação a este ramo sociológico.

Para defender sua hipótese de trabalho Brasil Jr (2013a) centra a análise em *A Revolução Burguesa no Brasil*, obra marcada por inovações teóricas. Isto porque a construção do conceito de capitalismo dependente representaria o ‘ponto de chegada’ de Florestan no seu processo de reinvenção da sociologia da modernização (Brasil Jr, 2013b:242). Antes, todavia, ele recorre à interpretação de Talcott Parsons que representaria um parâmetro a partir do qual a distância de Florestan em relação à sociologia da modernização ficaria bem demarcada.

O autor demonstra que no início de sua produção Parsons constituiu uma visão crítica sobre o processo de modernização e da própria modernidade que seria marcada pela ambivalência. Todavia, na passagem das décadas de 1950 para 1960 Parsons acaba articulando uma visão positiva da sociedade moderna que teria dentro de si dinamismos de caráter democratizante.

Brasil Jr (2013a) sintetiza o ponto central do pensamento de Parsons sobre a modernidade após apontar os elementos principais de sua complexa teoria sistêmica: “No entanto, o que é essencial reter é a preocupação do autor em conectar os dinamismos

¹⁷⁸A análise feita por Brasil Jr não se resume apenas ao pensamento de Florestan. O texto também aborda o pensamento do sociólogo argentino Gino Germani. Todavia, como meu enfoque nesta tese é o pensamento de Florestan Fernandes não incluí na discussão a parte referente ao sociólogo argentino.

que seriam típicos da sociedade moderna – os processos crescentes de diferenciação – com o fortalecimento de instâncias democráticas de integração social” (p.144).

Parsons defenderia a partir do final dos anos 1950, referindo-se à sociedade norte-americana, que a conexão diferenciação-inclusão seria universal, sem levar em consideração as contingências históricas da experiência social norte-americana. Precisamente, Parsons constrói sua análise universalista tendo como pressuposto que a realidade norte-americana possuiria um caráter universalista. A partir deste ponto falho na teoria do autor, que não colocaria em voga a dimensão histórica como via analítica, é que Brasil Jr traz à discussão o trabalho de Florestan.

A partir dos anos 1960, Florestan começa a incorporar a contingência histórica da sociedade brasileira como elemento construtivo e central da teorização sociológica, ou seja, a partir de um adensamento histórico o sociólogo paulista teria apontado a divergência do processo de mudança social em um contexto não clássico de revolução burguesa (Brasil Jr,2013a). A singularidade do processo de modernização brasileiro seria sintetizado pelo conceito de “dilema social brasileiro¹⁷⁹”.

A sociedade brasileira se singularizaria pela incapacidade de dar saturação empírica às promessas inscritas na sociedade de classes, uma vez que seria dominada pelo elemento arcaico. As classes dominantes teriam como elemento orientador uma racionalidade aparente e uma irracionalidade de fundo que as singularizaria irredutivelmente e impediria uma mudança social efetivamente transformadora:

Essa inconsistência entre a persistência de práticas arcaicas e a adesão (superficial) a valores modernos e democráticos parecia indicar que, no Brasil, os valores seriam incapazes de funcionar como instância última de controle na direção das mudanças estruturais, como diria Parsons (1974) em sua apropriação da noção de hierarquia cibernética. Ou, melhor dito, que a introdução de valores ajustados à sociedade de classes não seria suficiente por si só, para efetivamente levar a cabo a democratização social (Brasil Jr,2013a:147).

No lugar de um processo de mudança linear como proposto por Parsons, teríamos no Brasil um caráter sociopático como marca da transformação social, o que mostraria

¹⁷⁹Brasil Jr(2013a) inventaria seu surgimento em Florestan: “ A noção de dilema social brasileiro começou a ser empregada de maneira sistemática por Florestan Fernandes a partir do texto ‘ Reflexões sobre a mudança social do Brasil’ [1963], sétimo capítulo de *A sociologia numa era de revolução social*[1963].Em termos mais concretos, esta noção se vinculava às suas interpretações sociológicas do fracasso de dois movimentos sociais de caráter democratizante: a campanha em torno da escola pública e o associativismo no meio negro em São Paulo. Ambos os movimentos, na perspectiva do autor, teriam como objetivo ajustar a estrutura e o funcionamento da sociedade de classes no Brasil, em processo acelerado de diferenciação e expansão, aos seus fundamentos morais ou axiológicos” (p.146).

que a mudança em torno da universalização da ordem social competitiva não era algo automático como estava subjacente na interpretação parsoniana. Como podemos ver até aqui, a relação de Florestan com a sociologia da modernização tem sido vista a partir de uma perspectiva criadora e crítica, uma vez que o sociólogo estaria observando a qualidade da mudança social ocorrida no Brasil. As questões em torno do “dilema social brasileiro” já seriam fortes o suficiente para demonstrar as especificidades da sociedade brasileira que seriam desdobrados teoricamente através do conceito de capitalismo dependente.

A análise dos trabalhos de Florestan do início da década de 1960 foi de fundamental importância para o autor demarcar o caminho inverso trilhado pelo sociólogo em sua interpretação da mudança social no Brasil em relação às proposições de Parsons, que articulou uma análise marcada pela naturalização, uma vez que acreditava que a expansão da sociedade moderna pudesse gerar os mesmos efeitos nas mais diversas sociedades (Brasil Jr,2013a).

Brasil Jr constrói sua análise sobre o pensamento de Florestan não apenas com o intuito de demonstrar as inovações trazidas pelo sociólogo, mas também apontar como essas contribuições poderiam captar o dinamismo da sociedade moderna a partir da periferia. Acredito que este seja o elemento mais problemático existente não apenas na interpretação de Florestan quanto na proposta feita por Brasil Jr. Retomarei mais à frente esta questão.

Seguindo a leitura de nosso intérprete, Florestan havia demonstrado como a sociedade moderna não havia sido organizada em um único tipo, mas a partir dois tipos diferenciados: as sociedades de classes organizadas pelo capitalismo autônomo e sociedades organizadas pelo capitalismo dependente, que apontaria a singularidade da sociedade brasileira. Esta, por sua vez, seria um tipo extremo de capitalismo dependente: “Isso ocorreria não devido à maior consistência da experiência moderna no Brasil face de outros países periféricos, mas à máxima heterogeneidade dos elementos constituinte de sua estrutura social” (Brasil Jr,2013a:154).

A sociedade brasileira seria um tipo extremo de capitalismo dependente porque houve nela a dissociação estrutural entre sociedade de classes e democracia, com maior amplitude após 1964 (Brasil Jr,2013a). Aqui houve a junção entre desenvolvimento e autocracia que terminava por impedir a universalização da democratização como apontava a sociologia da modernização (Brasil Jr,2013a). A visão das especificidades na sociedade brasileira demonstrava como Florestan havia dado total ênfase às contingências

históricas. Desta forma, sua interpretação teria conseguido se colocar de forma muito positiva em relação à sociologia da modernização:

Mesmo em autores explicitamente dedicados a uma teorização em registro estrutural-funcionalista, caso de Florestan e Gino Germani, o envolvimento intenso e paciente de ambos com as complicações da matéria social brasileira e argentina, respectivamente, foi *deslancando* de maneira cada vez mais nítida seus esquemas analíticos em relação aos pressupostos da matriz teórica “importada” (Brasil Jr, 2013a:157).

A interpretação de Florestan, portanto, deu a possibilidade não apenas de incorporar crítica e dinamicamente a sociologia da modernização, pois foi capaz de gerar um espaço na periferia para se analisar a modernidade quanto para interpelar a teoria social global.

Mesmo fazendo uma leitura comparativa com o ramo sociológico que fizera fortuna na América Latina a partir dos anos 1950, Brasil Jr termina construindo uma interpretação ainda muito próxima daquelas feitas por Martins e Limoeiro Cardoso que enfocaram estritamente os elementos positivos existentes na interpretação do sociólogo paulista, que teria construído diferenças significativas ao ponto de reinventar a sociologia da modernização.

A interpretação de Brasil Jr, todavia, me parece mais problemática porque ele defende que Florestan fez uma interpretação crítica, autônoma e criativa em relação à sociologia da modernização porque deu ênfase central à dimensão histórica. Parece-me que este ponto apenas serve como elemento positivo se fizermos uma análise superficial da relação existente entre ambos, pois como debati nos capítulos anteriores a construção da singularidade brasileira deve importantes tributos à sociologia da modernização.

Tendo em vista os pontos levantados acima gostaria de fazer alguns questionamentos: por que a modernidade central é vista como demarcada pela constituição pela da racionalidade, secularização, complexificação social, ordem capitalista aberta e democrática e a sociedade brasileira é vista como sua antípoda, ou seja, estruturada pela falta, incompletude, pelo desvio e por elementos tradicionais como o patrimonialismo? Por que existe uma diferença essencial entre centro e periferia? A interpretação de Florestan reproduz pressupostos? Por que o passado agrário brasileiro era regido estritamente pelo tradicionalismo? De forma concomitante, a ênfase na

contingência histórica é elemento suficiente para demarcar um caminho autônomo em relação à sociologia da modernização?

Faço todos os questionamentos acima porque me parecem cruciais para definir com um mínimo de sistematicidade se houve, de fato, uma “tradução” efetivamente crítica e construtiva da sociologia da modernização. Simplesmente enfocar a dimensão histórica me parece insuficiente para defender uma tese como esta, como debati no capítulo anterior ao expor as críticas de Maria Sylvia de Cardoso Franco. Acredito que autora tenha conseguido, de fato, reinventar plenamente a sociologia da modernização parsoniana uma vez que expos seus pressupostos, os criticou e também propôs um paradigma alternativo para pensar a modernização brasileira. A singularidade do capitalismo dependente vista de forma tão positiva por Brasil Jr só pode ser compreendida de forma plena se observarmos a importância que a sociologia parsoniana possui para a definição da modernidade e também para a caracterização do nosso suposto tradicionalismo, como procurei demonstrar nos capítulos anteriores.

Por isso, a análise que farei abaixo procura ir na contramão da interpretação proposta por Brasil Jr, uma vez que defendo a hipótese segundo a qual Florestan não rompe totalmente com os pressupostos da sociologia da modernização. Acredito que o potencial de interpelação teórica existente na caracterização do capitalismo dependente também tenha se esgotado, pelo menos da forma como foi construído por Florestan, o que me deixa em posição diametralmente oposta a Brasil Jr (2013a,2013b) que defende que esse potencial ainda não tenha chegado ao fim.

Mesmo através do conceito singular de capitalismo dependente Florestan prosseguiu idealizando a modernidade. Florestan não rompeu com a estrutura lógica e normativa da sociologia da modernização, pois continuou a ver as sociedades centrais como “modelos” através dos quais houve o funcionamento pleno da racionalização, da secularização, da complexificação social, da separação estrita entre público e privado, da ordem social competitiva e da democracia. Ele reproduziu um discurso legitimador feito pelas ciências sociais como se fosse efetivamente verdade como parâmetro para caracterizar nossa singularidade e consequente diferença essencial entre centro e periferia.

Início aqui a minha interpretação de Florestan sobre o capitalismo dependente. O autor começa sua análise pelo período colonial, mas de uma forma parcialmente nova em

relação às interpretações anteriores, uma vez que sua sociologia histórica não se restringe apenas ao elemento interno como foco de análise, mas sim na dupla articulação entre o local e o global. Mesmo assim, o elemento interno organizado no período da Colônia continua a ter papel central na interpretação dos dilemas brasileiros até a instituição do capitalismo monopolista. Procurarei enfocar sua análise sempre fazendo referência à sua visão sobre a modernidade central, suas instituições e sujeitos históricos. Desta forma poderei construir uma interpretação efetivamente crítica sobre a tese de Florestan acerca do capitalismo dependente.

A interpretação de Florestan sobre a revolução burguesa e sua tese referente ao capitalismo dependente são estruturadas pela mediação histórica, fator que fez com que Brasil Jr advogasse que Florestan havia feito uma “tradução” bem-sucedida da sociologia da modernização. Bem, o que parece não ter sido devidamente capitado pelo autor é que a utilização da dimensão histórica não foi feita sem o recurso a pressupostos sobre a modernidade central e o capitalismo que lhe deu suporte. Esse fator é da maior importância para analisar devidamente não apenas a contribuição teórica de Florestan, mas também para apontar os problemas e limitações existentes nela. Nesse sentido, debato abaixo como o sociólogo paulista analisa o processo de modernização brasileiro a partir dos conceitos da revolução burguesa e do capitalismo dependente desde a Colônia até a sociedade brasileira da década de 1970.

Inicialmente, duas questões necessitam ser colocadas. A primeira delas refere-se à visão do sociólogo sobre o período colonial. Bem, este será visto como estritamente tradicional e como responsável maior pela organização estamental e pelo patrimonialismo que irão fazer com que a ordem social competitiva não possa se institucionalizar plenamente. A outra questão correlata é a visão do sociólogo sobre o capitalismo, que será analisado não somente como realidade econômica, mas sim como uma realidade sociocultural, ou seja, como uma realidade complexa formada não apenas pela dimensão econômica, mas por outras como o direito, o Estado nacional, à religião, à ciência e a tecnologia científica, por exemplo.

Tendo em vista a visão sobre o período colonial, o sociólogo trata logo de defender a inadequação do senhor de engenho como o precursor do empresário capitalista, uma vez que não reproduziu uma mentalidade puramente econômica, ou seja, de caráter moderno. Suas ações eram pautadas mais pela junção entre audácia e aventura. A herança colonial é vista como estritamente negativa, além do fato de que as mudanças

positivamente estabelecidas vão vir de fora para dentro, não sendo concebidas como fruto de ações internas como mostrou ser possível Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997). A partir da perspectiva global vista acima será analisado como este modo de produção foi absorvido na periferia subdesenvolvida.

Ocorria também a drenagem dos recursos econômicos para fora não dando condições para a inserção do produtor colonial no circuito econômico. Sintetizando, Florestan argumenta como o senhor de engenho terminou enredado em uma realidade dominada pelo tradicionalismo:

Isolado em sua unidade produtiva, tolhido pela falta de alternativas históricas e, em particular, pela inexistência de incentivos procedentes do crescimento acumulativo das empresas, o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção de vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista (Fernandes, 2008:43).

A organização ocidental chegou ao Brasil por intermédio dos portugueses através do processo de colonização. Isto não representou a transplantação das instituições com suas tendências históricas características, uma vez que houve um processo de adequação que nos relegou uma realidade colonial marcada pela organização estamental estruturada pela simbiose entre grande plantação, trabalho escravo e expropriação colonial (Fernandes, 1968).

Precisamente, os móveis do capitalismo e suas potencialidades foram deformados tornando-se negativos e regressivos do que estimulantes e positivos como foram no capitalismo central (Fernandes, 2008). Essa sociedade seria marcada pela estagnação social devido ao contexto econômico, social e político. A organização social patrimonialista instituída na Colônia torna-se elemento crucial para explicar a singularidade brasileira e seus conflitos mais importantes que a diferenciaria de forma ampla do capitalismo originário. A partir dos elementos acima citados o Brasil constituiu uma realidade singular em relação àquela vivida pelos países europeus. E esta singularidade colonial, como veremos, será uma variável crucial para explicar a singularidade de nossas instituições, classes sociais e, é claro, do próprio capitalismo dependente.

O processo de Independência expressiu o início da modernização brasileira, a partir de “ideais bem definidos de assimilação e de aperfeiçoamento interno constante das

formas econômicas, sociais e políticas de organização da vida imperantes no chamado ‘mundo ocidental moderno’” (Fernandes, 2008:34). Nesse sentido, houve a montagem e expansão desse padrão civilizacional. Contudo, com o processo político ocorrido no primeiro quartel do século XIX não houve uma independência revolucionária de caráter nacional-popular, uma vez que a organização da grande lavoura, do trabalho escravo e da dominação estamental e patrimonialista foram mantidas.

Devido à permanência das estruturas coloniais, a mentalidade econômica e acabou sendo distorcida, ocasionando um limite estrutural ao processo no Brasil. Com isso, o significado político da Independência foi a transferência do poder político da Coroa para as elites agrárias e também a modificação em relação à dominação externa que passa de Portugal para a Inglaterra. Além disso, a burguesia será pelo menos até o fim do período escravista uma espécie de congêrie social, uma vez que seus membros se veem através de distinções e avaliações estamentais (Fernandes, 2008). Mesmo assim, Florestan observa neste processo a instauração da *Idade Moderna* do Brasil e da sociedade nacional.

A absorção do padrão civilizatório ocidental ocorreu de forma singular no Brasil, uma vez que suas instituições, classes sociais, ideologias e valores sofreram uma adequação à realidade social herdada do período colonial, como visto acima. Isto fez com que categorias como “burgueses” e “burguesia” fossem marcadas por uma constituição singular. Essa perspectiva história era de grande importância para Florestan apontar como não houve uma simples repetição da história pregressa da Europa, mas sim uma organização singular que faria com que a revolução burguesa fosse compreendida pela busca dos agentes humanos das grandes transformações históricas que deram forma a desagregação do sistema escravista e também da instituição da sociedade de classes.

Com isso, Florestan procura apontar como ocorreu o processo de modernização que pôs fim ao imobilismo social organizado desde o período colonial. Para tanto, a dimensão da contingência história possui um papel central. Mas acredito que não apenas ela, mas também os pressupostos sobre a sociedade capitalista e a modernidade originária acabam tendo um peso de orientador da interpretação, uma vez que o capitalismo dependente vai constituir-se como o antípoda do capitalismo autônomo, que será visto como material e simbolicamente superior.

Como pode ser visto Florestan prossegue a interpretação dos anos precedentes sobre o caráter plenamente tradicional do período colonial, além de ver o elemento

moderno vir de fora para dentro através das organizações estrangeiras que dinamizavam o capitalismo comercial. É dentro deste processo que ocorre a transplantação de pessoas, de instituições sociais e de ideais de vida da Europa para o Brasil. Aqui, todavia, esses elementos sofreriam uma adequação que, como veremos, acaba retirando muito do seu potencial civilizatório. O processo de modernização levado a cabo pela Independência também acabou disfarçando e matizando os laços de dependência colonial que agora seriam voltados à Inglaterra fundamentalmente.

A modernização levada a cabo no século XIX vai ser caracterizada como um processo de europeização, uma vez que incorporamos formas econômicas, jurídicas e políticas da Europa moderna como o liberalismo econômico, o parlamentarismo, a monarquia constitucional e os mitos progressistas (Fernandes, *idem*). Florestan enfoca que este processo de europeização modifica o nível de aspiração das classes dominantes e de suas elites dirigentes. Segundo Florestan, todavia, ela não representou uma modificação substantiva nos modos de agir, raramente nos modos de ser e de forma muito superficial do estilo de vida:

Em suma, o que se transfere, de imediato, não é nem um padrão de cultura nem um padrão de integração social. A transferência ocorre ao nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões. Nesse sentido, o que prevaleceu, como força histórico-social dinâmica, foi a identificação com a civilização ocidental, a qual explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses sócio-econômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo (Fernandes, 1968:25).

O processo de europeização fez com que o Brasil adquirisse vários elementos fundamentais da civilização ocidental que, no entanto, acabaram tendo uma adaptação distorcida em decorrência da força que possuíam as estruturas coloniais e plenamente tradicionais. A partir desta incorporação singular é que conseguiremos compreender por que tais estruturas não vão ter a mesma eficácia social que tiveram na Europa segundo o sociólogo. É neste sentido que o autor defende que a Independência teve entre nós um caráter de revolução encapuçada.

Florestan advoga que a civilização ocidental acabou sendo corrompida ao chegar à periferia. Como resultado, teríamos a reprodução da falsa consciência como ocorre com

o agente econômico que se vê como um construtor de impérios econômicos, mas que, na verdade, acaba sendo um produtor eficaz do capitalismo dependente que, contudo, é o antípoda do capitalismo que dá suporte ao tipo social conquistador. Através de sua sociologia histórica, Florestan utiliza vários elementos para demonstrar como nos constituímos como uma formação material e simbolicamente inferior ao “berço eurocêntrico” da modernidade.

O sociólogo paulista argumenta que mesmo deformados pela estrutura tradicionalista os ideais transplantados para a periferia foram de grande importância para a formação do Estado nacional que representou a burocratização da dominação patrimonialista exercida pelas elites nativas desde a Colônia. Nesse sentido, ele argumenta como o Estado foi manipulável desde sua fundação. Ou seja, não construímos um Estado representativo como na Europa, mas sim uma espécie de Estado privatista que será marca indelével da história brasileira para o sociólogo.

Para a compreensão da forma singular de Estado que aqui se gestou Florestan discute a forma assumida pelo liberalismo, que na Europa havia sido uma ideologia galvanizadora das massas e da consequente revolução democrática. Aqui, portanto, ele não serviu como uma ideologia libertadora de caráter nacional e popular, mas sim como um verdadeiro disfarce utilizado para encobrir os laços de dependência colonial bem como racionalizar a dominação patrimonialista e a escravidão prevalecente, além de ser utilizado como justificativa para a extrema concentração de privilégios sociais na aristocracia agrária e da sociedade civil que funciona como suporte desta (Fernandes, 1968:26). Mesmo com as limitações advindas da estrutura social que acabou singularizando sua ação, o liberalismo cumpriu um importante papel:

De um lado, malgrado a contenção de sua amplitude revolucionária (calibrada por “interesses senhoriais” e nos limites da supressão do “esbulho colonial” em termos desses interesses), ele concorreu para revolucionar o horizonte cultural das elites nativas. Primeiro, propiciando-lhes categorias de pensamento e de ação que conduziram ao desmascaramento do “esbulho colonial” e à oposição ao “sistema colonial”. Segundo, alterando suas perspectivas de percepção do uso, da importância e da organização do poder em termos da sociedade global. Terceiro, preparando-as intelectualmente tanto para a defesa da Independência, da Monarquia constitucional e da democratização do poder político no âmbito de sua camada social (Fernandes, 2008:55).

O liberalismo ainda teve função construtiva através do idealismo político que desencadeou e que foi elemento importante para o funcionamento e aperfeiçoamento da Monarquia Constitucional (Fernandes, 2008). Florestan advoga que mesmo o liberalismo tendo sofrido importantes distorções e também por conta de ter sido monopolizado pelas elites senhoriais acabou sendo a força cultural viva da peculiar revolução nacional brasileira.

Mesmo assim, o que prevalece é o elemento tradicionalista uma vez que ele será monopolizado pelos estamentos senhoriais que serão os “cidadãos” de fato na sociedade nacional. Nesta sociedade a maior parte formada por escravos e por homens livres pobres era excluída pela dominação estamental e senhorial que fez com que a sociedade nacional fosse composta e representada por esta camada social. Assim, o tradicionalismo pregresso fez com que a sociedade brasileira nascesse profundamente desigual. Isso ocorria porque a Independência representou apenas a modificação das funções do patrimonialismo reinante no período colonial. Nesse sentido, essas elites instituíram na sociedade nacional uma organização estamental típica, ou seja, pautada pela honra e pelo tradicionalismo.

Florestan segue neste momento a interpretação que já fizera sobre a integração do negro na sociedade de classes. Carvalho Franco (1997) defendeu que não havia condições típicas para a instituição de uma organização estamental no Brasil. E argumentou também como essa caracterização tinha como pressuposto apontar os elementos civilizatórios do capitalismo. A caracterização feita por Florestan vai ao encontro da tese da autora, uma vez que implicitamente ele quer demonstrar como os caracteres civilizatórios do capitalismo não foram absorvidos em sua plenitude a ponto de terem a mesma eficácia que tiveram na Europa, “berço da modernidade”.

O Estado marcado pelo domínio do processo político nacional feito pelas elites representou a reprodução do patrimonialismo político através do monopólio de suas estruturas. Os elementos positivamente estabelecidos apenas tiveram ação construtiva no início, pois o tradicionalismo transplantado e referendado pela dominação política acabou tendo vigência como elemento mais importante da sociedade imperial brasileira. Com isso, no lugar de ser uma instância de direitos o Estado tornou-se um legitimador de privilégios.

A Independência (junto da abertura dos portos) também representou o início da dependência nacional, visto que se necessitava do exterior para formar e aplicar o

excedente econômico. Essa relação de dependência acrescida pela preponderância da exportação e da importação como mecanismo corretivo da especialização na produção agrícola acabou gerando uma situação de mercado que foi de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo interno de caráter comercial.

A estrutura da situação de mercado terminou engendrando processos econômicos que acabaram se refletindo na absorção, no grau e na forma do capitalismo que se instituiu na realidade brasileira (Fernandes, 2008). Nesse sentido, acabamos constituindo um tipo específico de capitalismo:

Esse capitalismo não continha, porém, as mesmas características estruturais e funcionais do capitalismo vigente nas nações dominantes. Era um capitalismo de tipo especial, montado sobre uma estrutura de mercado que possuía duas dimensões – uma estruturalmente heteronômica; outra com tendências dinâmicas autonômicas ainda em via de integração estrutural. Por causa dessa dupla polarização se poderia aplicar a noção de “capitalismo dependente” (Fernandes, 2008:113).

O capitalismo dependente que se formara teve como agentes dinamizadores os importadores estrangeiros que dispunham de recursos técnicos, humanos, financeiros e institucionais, e acabaram conduzindo a reintegração do país ao sistema econômico internacional (Fernandes, 2008:116). A aristocracia agrária que dominava politicamente o Estado torna-se uma espécie de sócia-menor, papel que a futura burguesia brasileira representará.

Houve, de fato, a modificação da dependência em relação ao capital internacional, responsável por importantes modificações em torno da modernização econômica, que possui como ponto principal o “(...) aparelhamento do país para montar e expandir uma economia capitalista dependente, sob os quadros de um Estado nacional controlado, administrativa e politicamente, por ‘elites nativas’” (Fernandes, 2008:117).

Através dos impulsos externos o Brasil conseguiu eliminar a posição marginal que ocupara durante o período colonial, bem como deu a possibilidade de a economia ser organizada de forma própria dentro da economia mundial estruturada pelo capitalismo comercial (Fernandes, 2008:117). Florestan argumenta que graças ao status próprio que a economia ganhou que foi possível “absorver novos padrões de comportamento e de organização econômicos, tecnologia moderna, instituições econômicas, capital e agentes

humanos especializados” (p.117-8). A partir desses incrementos modernizadores é que foi possível que houvesse um salto na organização da personalidade, da economia e da sociedade (Fernandes, idem).

As modificações modernizadoras não se deram de forma global, mas especificamente no setor mercantil voltado para o sistema capitalista internacional. Este ponto é fundamental para observarmos o caráter singular que o capitalismo dependente possui em relação à organização do capitalismo europeu moderno, pois plenamente racionalizado e secularizado:

Por aí se vê que a modernização econômica associada à extinção do estatuto colonial e à implantação de um Estado nacional independente não tinha por fim adaptar o meio brasileiro a todos os requisitos estruturais e funcionais de uma economia capitalista integrada, como as que existiam na Europa. Os seus estímulos inovadores eram consideráveis, mas unilaterais. Dirigiam-se no sentido de estabelecer uma coordenação relativamente eficiente entre funcionamento e o crescimento da economia brasileira e os tipos de interesses econômicos que prevaleciam nas relações das economias centrais com o Brasil (Fernandes, 2008:118).

A modernização engendrada pela ligação com a economia internacional possuiu um caráter seletivo que acabou não modificando as relações sociais internas que continuaram a ser regidas por um código estritamente tradicional. Levando-se essas observações em consideração, esse processo representou o primeiro surto de renovação econômica: “Os padrões capitalistas se introduziram, através dela, de forma compacta e autêntica, na esfera das transações comerciais; converteram-se em dimensão real e efetiva do comportamento dos agentes econômicos” (Fernandes, 2008:119). Essas modificações econômicas representam a primeira vez em que houve a aparição na cena histórica brasileira do que poderia se chamar de “concepção burguesa de mundo” (Fernandes, idem).

Formou-se, então, um setor econômico novo, mas que não possuía condições de colocar fim à situação de heteronomia na qual havia sido formado. Mesmo não exercendo uma ação libertadora, este novo setor foi de crucial importância para que houvesse um verdadeiro salto econômico porque houve modificações na organização social, na conduta e no horizonte cultural que a diferenciava da aristocracia agrária que exercia uma dominação plenamente tradicional. A partir deste setor é que pôde ocorrer a irradiação e a consolidação do capitalismo entre nós.

Após demonstrar as mudanças estruturais, Florestan centra sua análise no nível da estratificação social onde estavam os agentes que puderam materializar as transformações acima citadas, ou precisamente, que impulsionaram o processo de modernização brasileiro. Esses dois tipos foram o fazendeiro do café e o imigrante. O fazendeiro conseguiu dissociar a fazenda e a riqueza que produzia do status senhorial, ao passo que o imigrante não havia sido socializado em uma realidade na qual o tradicionalismo fosse a regra, o que o permitiu possuir uma postura contrária a ele. Para Florestan eles serão os construtores no Brasil “moderno”. As aspas são utilizadas para demarcar a singularidade da sociedade capitalista brasileira que era regida por elementos tradicionais.

O fazendeiro vivia uma relação complexa e contraditória entre seu comportamento puramente econômico voltado para o comércio exterior e o seu status senhorial, responsável reproduzir uma ordem estamental e patrimonialista que acabava funcionando como fatores internos de neutralização da ação benfazeja da modernização. Esta, por sua vez, continha um caráter singular, pois não conseguiu universalizar a racionalização e a secularização nas relações sociais como era característico do capitalismo engendrado na Europa. Sobre este imbricado processo Florestan argumenta:

No começo do processo, ele renegava o “elemento burguês” do seu *status* para afirmar-se como aristocracia agrária, monopolizar o poder e organizar um Estado nacional independente. No fim do mesmo processo (ou seja, no último quartel do século XIX, em particular na década de 80), ele se viu compelido a repudiar o próprio *status*, para salvar-se, através do “elemento burguês” de sua situação. Projetado em um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em *cidadão* da República. De acordo com a conhecida lógica de que “é melhor que se vão os anéis mas fiquem os dedos”, tais adaptações tinham em mira manter, sob as condições inevitáveis de desagregação final da ordem escravocrata e senhorial, o monopólio do poder, o controle do governo e a liberdade da vida econômica nas mãos dos grandes proprietários(p.130)

A descrição acima parece deixar bem claro o conteúdo da ação modernizadora do fazendeiro do café que, envolto em seu status senhorial produziu transformações limitadas, de conteúdo conservador que acabaram fazendo com o tradicionalismo se refizesse na sociedade de classes com todo vigor. Com isso, poderei deixar em voga as peculiaridades da sociedade de classes gerada pelo capitalismo dependente, bem como defender o caráter de inautenticidade que este se reveste ao ser comparado com o capitalismo autônomo europeu e norte-americano.

Os fazendeiros do café durante o século XIX terminaram adaptando as inovações econômicas ao *status* senhorial do qual faziam parte como aristocracia agrária. Com isso, acabaram não tendo consciência plena da situação de interesse na qual estavam ligados através dos mecanismos econômicos do mercado mundial. Exemplo dessa falsa consciência era a defesa da escravidão: “Apegaram-se, pois, a uma orientação que seria funesta para a expansão econômica do setor agrícola e que seria ainda mais funesta para a integração da economia nacional” (Fernandes, 2008:132). Mesmo assim houve uma pequena parte que organizou sua ação de forma contrária ao status senhorial, como foi o caso do fazendeiro de café do Oeste paulista que representava o elemento minoritário se comparado ao comportamento imperante entre esta camada social.

A herança colonial acabou tornando-se o elemento mais forte a explicar a ação de um dos agentes responsáveis pela modernização do Brasil como defende Florestan. Mesmo assim, o sociólogo aponta a importância que o elemento minoritário advindo da camada senhorial possuiu para a formatação do Brasil “moderno” e da ordem social competitiva inerente. Florestan sintetiza a importância do fazendeiro – “homem de negócios”:

Encarna, pois, uma mentalidade econômica tipicamente racional com relação a fins, que modifica a qualidade da dependência ou da condição heteronômica, já que a barganha econômica foi estendida a efeitos de comercialização dos produtos no mercado mundial. Ligando-se esses dois momentos, percebe-se o quanto o fazendeiro-“homem de negócios” imprimiu à Revolução Burguesa a marca de seus interesses econômicos ou sociais e dos seus desígnios políticos mais complexos e profundos (p.144).

Florestan argumenta que a absorção de papéis tipicamente capitalistas na liderança da vida econômica acabou sendo de grande importância para modificar a situação de mercado e, o que é mais importante, para estruturar os alicerces da revolução burguesa no Brasil. Isso fez com que as bases do desenvolvimento do capitalismo comercial e financeiro, que era condicionado pela economia urbana e pelo mercado interno, pudesse se desenvolver a ponto de desempenhar as funções construtivas em termos de elevação e diferenciação da produção voltada para o mercado interno (Fernandes, 2008:145).

É a partir da figura do fazendeiro - “homem de negócios” que Florestan defende a tese sobre a excepcionalidade de São Paulo frente ao domínio da ordem patrimonialista surgida no período colonial. Essa marginalização acabou sendo de vital importância

porque foi através dela que veio a tona o fazendeiro do café dotado de nova mentalidade econômica mesmo não conseguindo extirpar por completo os valores da escravidão e do patrimonialismo, pois não consegue atingir a organização da personalidade, da economia e da sociedade. Esses agentes conseguiram agir de forma independente das regras e valores do patrimonialismo: “Ele seria *senhor*— pois o era, no âmbito da fazenda, da família e aos olhos da sociedade. Mas apenas na superfície. No fundo, ele era, pura e simplesmente, *homo economicus*” (Fernandes, 2008:150). O poder não advinha do status senhorial, mas do capital que possuía para aumentar de forma horizontal a produção agrícola.

O debate sobre nosso *homo economicus* é de fundamental importância para o autor apontar a singularidade da modernização se comparada aos países de capitalismo autônomo e estruturados pelo domínio pleno da racionalidade:

Malgrado os bloqueios diretos e indiretos da ordem social tradicional (resultantes do monopólio do poder, da concentração social da renda e do predomínio quase completo do trabalho escravo), o capitalismo comercial e financeiro realizou aqui as mesmas funções que preencheu em toda parte, forçando a expansão e a intensificação de formas capitalistas de concentração de capital comercial e financeiro (Fernandes, 2008:155).

O segundo agente da modernização brasileira para Florestan foi o imigrante, que ao contrário do senhor –“homem de negócios”, não havia sido socializado em uma estrutura arcaica e tradicionalista como esta camada que, mesmo assim, conseguiu agir de forma racional e moderna: “Fazia parte da sua perspectiva e do seu cálculo econômico acumular riqueza em forma monetária. Considerações de status possuíam para ele escassa significação” (Fernandes, 2008:156). O imigrante teria incorporado uma disposição psicossocial que o colocaria em choque com a ordem escravista e senhorial, que era rígida e muito fechada.

O imigrante traz o seu estoque cultural que acabou colidindo com a organização senhorial e escravocrata, o que terminou compelindo-o para um isolamento que funcionava como mecanismo de autoproteção (Fernandes, *idem*). O imigrante chega ao Brasil como agente genuinamente moderno porque sua tradição cultural ia na contramão do tradicionalismo senhorial. Florestan argumenta que o imigrante aproveitou as oportunidades que se apresentaram em termos de mobilidade horizontal e vertical, o que ocasionou o alargamento do seu horizonte econômico. Ou seja, ele acabou sendo o agente

responsável pela imposição e crescimento da mentalidade capitalista que era fruto das atividades que desempenhava no meio social interno (Fernandes, 2008:161).

Mesmo imbuído de disposições psicossociais positivamente estabelecidas, o imigrante não passaria incólume ao contato com a organização senhorial brasileira, o que fez com que ele fosse vítima de sua racionalidade adaptativa: “o que equivale a dizer: das condições imperantes no meio brasileiro, que não teve elementos para aproximar essa racionalidade dos requisitos do ‘espírito capitalista típico’”(Fernandes,2008:163). Este ponto é de grande significação pois o desenvolvimento ulterior do capitalismo terá na ação do imigrante um elemento crucial:

O principal agente econômico da formação e da expansão do novo regime econômico não tinha razões emocionais, materiais e morais que o impelisse ou o obrigasse a projetar seus interesses econômicos em processos econômicos de longa duração, que o incentivassem a imaginar-se, a pensar-se e a agir como o construtor de um novo mundo econômico (Fernandes, 2008:166).

Os imigrantes tinham uma ação imediatista no Brasil, pois as obras futuras eram projetadas tendo em vista a realização fora do país. Florestan (idem) argumenta que essa situação descrita acima “explica *como* e *por que* ele se tornou vulnerável ao clima material e moral da economia escravista e senhorial” (p.167). Mais do que isso, a potencialidade de ação plenamente capitalista e moderna em termos de classe social acabaram sendo bloqueadas pelo meio social interno, que fez com que o comportamento tradicionalista dominante continuasse a ser reproduzido pelo comportamento do imigrante:

No fundo, o imigrante não só repetiu, sob novo estilo, o passado do senhor agrário colonial. Ele transferiu critérios estamentais de concentração social da renda para processos puramente econômicos de acumulação e de reprodução do capital. As condições de composição e de funcionamento do mercado interno favoreceram e, até certo ponto, eternizam esse processo. O volume e a intensidade da circulação eram demasiado pequenos para os dinamismos de uma economia de mercado de bases estritamente monetárias e capitalistas (Fernandes, 2008:167).

A partir dessas relações o imigrante divorciava-se em termos de comportamento de classe dos elementos reguladores da *ética capitalista*, uma vez que o comportamento consentâneo com esta ética só ocorria em ações de cunho individual. Ou seja, o imigrante

acabou sendo incorporado às estruturas tradicionais que foram as responsáveis por comandar a passagem da sociedade estamental para a organizada através de classes sociais. Pela análise do papel exercido pelo imigrante Florestan demonstrava como o capitalismo dependente ia ganhando internamente um caráter singular, que o distanciava do capitalismo autônomo. Nesse contexto, o imigrante acabou sendo o agente principal da concretização interna da *mentalidade capitalista*, além de ser o principal protagonista da dinamização e da evolução do capitalismo no Brasil (Fernandes, 2008:168).

Florestan aponta as contribuições do imigrante: ele foi o agente original do trabalho livre; foi o elemento crucial para as transformações que levaram ao aparecimento de uma economia monetária e de um mercado puramente capitalista; de forma concomitante, “ele preencheu a função de transferir para as diferentes camadas da plebe rural ou urbana expectativas e padrões de consumo típicos de uma ‘sociedade moderna’ e ‘democrática’” (Fernandes, 2008:168).

Também contribuiu para a intensificação do desenvolvimento interno do capitalismo comercial e financeiro. Ainda como contribuição, Florestan aponta como o imigrante transplantou para o Brasil uma forma de sociabilidade racional e moderna que demonstrava como o capitalismo central era material e simbolicamente superior ao dependente, pois o comportamento distorcido apresentado pelo imigrante nestas plagas fora fruto das acomodações com a organização estamental e a dominação patrimonialismo dela derivada, representada pelos interesses, valores e ideologias das elites no poder:

O imigrante introduziu no Brasil maneiras de ser, de pensar e de agir em que o “cálculo econômico” e a “mentalidade racional com relações a fins” acabaram alcançando, pela primeira vez em nosso país, a consistência estrutural e funcional requerida pelo padrão capitalista de organização da personalidade, da economia e da sociedade. Isso é evidente em todas as comunidades que receberam colonização prolongada e intensa. Tais comunidades sofreram, qualitativa e quantitativamente, durante períodos maiores períodos mais ou menos longos, o que se poderia chamar de europeização do seu estilo de vida. Em consequência, o imigrante se converteu no centro de irradiação e de difusão de novas atitudes, de novos comportamentos e de novas aspirações sociais, alguns transplantados com sua herança sociocultural, outros forjados aqui, graças às adaptações econômicas indicadas ou a efeitos integrativos de aculturação (Fernandes, 2008:170).

Devido à socialização prévia em uma ordem plenamente moderna, racional e secularizada, o imigrante trouxe para o Brasil uma herança sociocultural que o tornou o grande agente da modernização. As suas funções econômicas tinham como objetivo o fortalecimento crescente, à diferenciação contínua e à consolidação final da ordem social competitiva, fatores que diferenciavam do fazendeiro que tinha um pé no passado e outro no presente, enquanto este último estava focado no presente e no futuro brasileiro (Fernandes, 2008:174).

Juntando-se a inconsistência de sua ação, o imigrante ainda se acomodou às estruturas políticas arcaicas que eram grandes entraves ao desenvolvimento pleno da ordem social competitiva, pois neutralizou qualquer tipo de radicalismo político que pudesse existir inerente à sua posição econômica. Mais ainda, ele acabou não atuando para que a sociedade capitalista pudesse cumprir seus requisitos básicos como ocorrera no centro: “Os processos de democratização da renda, do prestígio social e do poder, básicos para os destinos da ordem social competitiva, deixaram de contar com agentes políticos conspícuos, denodados e diligentes” (Fernandes, 2008:175). Sintetizando o comportamento do imigrante na periferia, Florestan (idem) advoga que as acomodações que este agente constituiu acabaram sendo um importante fator de resistência ou mesmo de solapamento às mudanças que pudessem fazer do capitalismo não apenas uma técnica econômica, mas um estilo de vida que era vivenciado nos países centrais.

Como Florestan deixou claro na análise do principal agente da modernização brasileira, o capitalismo não foi incorporado por ele a partir de seus caracteres civilizatórios, ou seja, como estilo de vida. Isto fez com que este agente que teve uma socialização moderna, racional e secular acabasse tornando-se um símile do fazendeiro do café, uma vez que o tradicionalismo se tornou o elemento estruturante das suas ações enquanto classe social. Ou seja, todos os elementos trazidos de sua socialização anterior, positivamente estabelecidos por Florestan, acabaram sendo duramente solapados e reordenados a partir do predomínio do tradicionalismo na organização social brasileira. É a partir desta ação limitada de nosso principal agente que conseguimos compreender em termos internos como não conseguimos constituir uma sociedade capitalista como uma lógica similar às do capitalismo autônomo. Ao contrário, constituímos uma realidade essencialmente diversa.

Esse caminho longo é importante para demonstrarmos a especificidade da modernização brasileira e da subsequente modernidade que será instituída na periferia,

pois todas as potencialidades da civilização capitalista acabaram sendo solapadas e distorcidas. Com isso, a civilização organizada nos trópicos ficava bem demarcada em sua inferioridade material e simbólica em relação ao capitalismo e a civilização central.

Martins (2008) sintetiza o período acima debatido para o pensamento de Florestan afirmando como o sociólogo dá ênfase à estrutura estamental que acabou conduzindo o processo históricos que cobrava “(...) tributos sociais de uma economia colonial tributária do mando senhorial e da mentalidade tradicionalista e conservadora”. Isto fez com que o modelo de revolução burguesa que aqui se instituiu fosse não apenas singular em relação ao modelo europeu, mas também problemático, pois inferior na medida em que não reproduzia todas as virtudes existentes na experiência do centro.

Como meu objetivo é demarcar essas diferenças prenes de efeitos valorativos, analiso a constituição da ordem social competitiva. Desta forma poderei demonstrar como o autor continua a idealizar a sociedade capitalista como também verá esta sociedade implantada na periferia pelo signo do desvio em relação à experiência central.

O primeiro ponto importante demarcado pelo Florestan refere-se à chegada do capitalismo na periferia antes da instituição da ordem social competitiva. Com isso, este modo de produção teve de lidar com as estruturas tradicionais constituídas no período colonial, que possuíam um ajustamento parcial aos requisitos da vida econômica. Uma consequência importante é que o capitalismo não chega à periferia com um estilo de vida como foi na Europa, por exemplo. Isto fez com que as estruturas coloniais conduzissem o processo através da absorção dos dinamismos que o capitalismo poderia trazer devido à tamanha força que possuía a aristocracia agrária. Sobre essa questão, Florestan (idem) advoga: “É a própria situação ‘periférica’ e ‘marginal’ das economias capitalistas dependentes de origem colonial que explica tal fenômeno, com seus reflexos estruturais e dinâmicos sobre a ordem social competitiva correspondente” (p.181).

A ordem escravista, estamental e patrimonialista funcionou como entrave para que a competição e o conflito positivamente constituído pudessem ser percebidos e valorizados: “(...) os mecanismos de dominação patrimonialista continuaram a diluir e a neutralizar os elementos competitivos, mantendo a ênfase na cooperação e nas formas autocráticas de solidariedade, como fatores de equilíbrio social” (Fernandes, 2008:183). Ou seja, a combinação entre capitalismo e patrimonialismo tinha como objetivo a

manutenção de privilégios. Com isso, tínhamos a junção entre os elementos externos modernizadores conjugados com os internos que tinham ação arcaizante.

Sobre a visão positivamente estabelecida da competição levada a cabo nas sociedades centrais em comparação com a brasileira, Florestan argumenta que a última não teve um caráter socialmente construtivo capaz de unir propriedade privada, livre iniciativa e redistribuição de renda e poder. Ao contrário, representou a redefinição em termos políticos, sociais e econômicos de um fator de distribuição fortemente desigual, de caráter estamental, de renda e poder. Ou seja, a competição levada a cabo na periferia teve um caráter desviante e inautêntico, se comparada à competição levada a cabo nos países centrais.

A sociedade escravista constituiu, portanto, uma competição deformada que acabou sendo transplantada para a sociedade de classes, o que explicaria o seu caráter autoritário e bastante desigual. Como já havia argumentado, não houve a incorporação do capitalismo como estilo de vida, o que fez com que nem os estamentos intermediários quebrassem o equilíbrio da sociedade senhorial. Florestan aponta com mais vagar os efeitos da deformação da competição durante o regime senhorial:

Trata-se de uma situação ambígua, pois aqui estamos diante do avesso da medalha: incorporada a contextos histórico-sociais ou socioculturais mais ou menos arcaicos, os dinamismos sociais engendrados pela competição concorrem para manter ou preservar “o passado no presente”, fortalecendo elementos arcaicos em vez de destruí-los. Essa conexão, não obstante, ter sido mal estudada, é deveras importante. A ela se prende, aparentemente, a baixa vitalidade do regime de classes para pressionar o desenvolvimento econômico capitalista. O horizonte cultural orienta o comportamento econômico capitalista mais para a realização do privilégio (ao velho estilo) que para a conquista de um poder econômico, social e político autônomo, o que explica a identificação com o capitalismo dependente e a persistência de complexos econômicos semicoloniais [na verdade, ou pré-capitalistas ou subcapitalistas] (p.199).

É a partir da demarcação da força do tradicionalismo como entreve à livre competição que Florestan procura explicar o caráter fechado da sociedade de classes, o que não difere em nada da interpretação que havia feito para explicar a (sub) integração do negro à sociedade de classes. A competição serviu para dar fim ao sistema escravista, mas também “(...) ira acorrentar a expansão do capitalismo a um privatismo tosco,

rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o “burguês moderno” renascesse das cinzas do ‘senhor antigo’” (Fernandes, 2008:200).

O apoio à modernização vinha dos grupos que aceitavam um domínio externo, enquanto havia outros que iam contra a modernização através da defesa dos interesses senhoriais. Houve o predomínio da solução de compromisso com a defesa dos interesses senhoriais¹⁸⁰. Ao final houve a recusa do elemento civilizador engendrado pelo mercado que não era um classificador social, pois havia a impossibilidade de absorção de suas formas morais, materiais e políticas reproduzidas na Europa. Nesse sentido, o término do regime escravista representou a manutenção do seu substrato social e político: a base oligárquica do poder autocrático dos setores dominantes (Fernandes, *idem*).

Florestan aponta como a ordem social competitiva plenamente constituída seria estrutura pela livre competição e pelo conflito construtivo entre as classes sociais que seria responsável por criar “niveladores sociais de classe”, uma vez que se basearia na emancipação nacional, na modernização controlada de fora, do desenvolvimento do mercado interno e do crescimento urbano-industrial (Fernandes, 2008:231). No capitalismo dependente, todavia, houve a manutenção do sistema colonial através da escravidão, da produção colonial e da ordem senhorial que se transformou em dominação oligárquica e acabou bloqueando tanto em termos econômicos, sociais e políticos a formação de classes e a solidariedade entre elas:

Os que detinham a riqueza e o poder político puderam privilegiar seus interesses e posições de classe, acelerando essa formação societária no topo e impedindo, na medida do possível, sua consolidação na base da ordem social competitiva. Em consequência, puseram-se em condições de manter privilégios que não poderiam subsistir normalmente (isto é, se os setores pobres e assalariados contassem com oportunidades análogas de acelerar, por seu lado, o desenvolvimento e o fortalecimento do regime de classes) e, também, de converter vários requisitos da ordem social competitiva em privilégios fechados [a começar pelo monopólio da riqueza e do poder, que torna a dominação oligárquica sob a República uma “democracia entre iguais”, ou seja, uma rígida ditadura de classe](Fernandes, 2008:232).

¹⁸⁰ Sobre este ponto Florestan argumenta: “Entre os dois extremos, prevaleceu uma acomodação intermediária(naturalmente engendrada pela posição ‘conservadora’ dos interesses senhoriais), que defendia uma espécie de *posição de barganha* consciente e deliberada, centrada sobre dois fins convergentes: 1) conter a heteronomização (ou subordinação à dominação externa visível) em níveis predominantemente econômicos e técnicos; 2) impedir que a organização e o crescimento do mercado interno, como um mercado capitalista em sentido moderno, neutralizassem as vantagens econômicas decorrentes da implantação de um Estado nacional, convertendo-se em um sucedâneo disfarçado do adiado ‘pacto colonial’”(p.203).

A ordem social competitiva acabou sendo corrompida, pois seus fundamentos sociais, econômicos e políticos de caráter construtivo e que tiveram plena vigência no capitalismo autônomo não apresentaram condições de se institucionalizar dentro do capitalismo dependente. Neste, por exemplo, o trabalho sofreu desde o período escravista um processo de corrupção que acabou resultando na constituição frouxa das classes sociais, que não tiveram condições de instituir relações sólidas para gerar uma firme e construtiva solidariedade.

A questão referente à constituição da ordem social competitiva que continuarei debatendo abaixo é da maior importância para observarmos como a análise histórico-sociológica produzida por Florestan coloca a “singular” ordem que ocorreu no Brasil como um desvio em relação a autêntica sociedade de classes. Ou seja, para ele, a ordem social competitiva legítima deveria ser pautada pelos elementos que teriam ocorrido nas sociedades capitalistas centrais. Com isso, o sociólogo analisa a realidade brasileira como o outro da modernidade, além idealizar firmemente a realidade dos países centrais. O eurocentrismo, portanto, pressuposto da sociologia da modernização, continua presente como grande significação na interpretação do autor.

Florestan analisa a organização social das classes sociais a partir da forma como elas se “organizam e cooperam ou lutam entre si para preservar, fortalecer e aperfeiçoar, ou extinguir aquele regime social de produção econômica”(Fernandes,1968:27-8) Para a caracterização das classes sociais nos países subdesenvolvidos, Florestan argumenta que o ponto central está no modo pelo qual os processos de estratificação social estão vinculados à ordem econômica, criada pela existência de uma economia de base capitalista (Fernandes,1968:32).

Para tanto, Florestan utiliza como elemento comparativo ou modelo ideal a formação do capitalismo competitivo oriundo da revolução comercial e industrial na Inglaterra que é designado pelo autor como modelo *linear*. Este ponto é de grande importância, pois a definição do capitalismo dependente e das classes sociais que aqui se formaram tem como elemento comparativo a formação que estas vão ter na Europa, “berço da modernidade” e do capitalismo e também nos Estados Unidos¹⁸¹. Esse exercício

¹⁸¹Sobre a relação com o país do Norte Florestan argumenta: “Dois exemplos (que poderíamos considerar clássicos) ilustram essa alternativa: os Estados Unidos da América o Brasil. As condições mencionadas

comparativo é de fundamental importância para o argumento de Florestan, pois é através dele que o sociólogo demarca a nossa singularidade. Ela era tão pungente que necessitava uma adequação conceitual nas proposições dos clássicos da sociologia Marx, Durkheim e Weber.

A passagem para a sociedade de classes ou para a ordem social competitiva como a consagrou Florestan, como debati acima, ocorreu de forma singular no Brasil, pois aqui não conseguimos superar as estruturas arcaicas constituídas na colônia. Com isso, acabamos reproduzindo uma estrutura de classes singular e peculiar ao capitalismo dependente aqui instaurado:

Na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, o que, em si mesmo, não constitui a maior fonte de problemas. Acresce que, até o presente, o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo. Em consequência, classes e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes (Fernandes, 2009:43).

Tivemos, com isso, uma constituição de classes frouxa e incompleta se comparada como sua formação autêntica levada a cabo nos países capitalistas autônomos. Constituímos um sistema de classes sociais que foi incapaz de absorver e o orientar as forças de transformação social e que vive condenada à crise permanente a ao colapso final.

Segundo Florestan (2009:46), isto ocorria porque na nova ordem representada por diferentes realidades econômicas, sociais e políticas, vinculadas à expropriação capitalista acabou permitindo a revitalização de valores e comportamentos estamentais. Ou seja, o Brasil havia estruturado uma nova ordem estruturada por temporalidades distintas. Desta maneira, a forma como o capitalismo foi institucionalizado na periferia resultou na formação singular das classes sociais que respondia funcionalmente ao

acima favorecem, no primeiro país, a neutralização e a superação definitiva das estruturas coloniais pela ordem social competitiva emergente. No segundo país, pelo menos até o presente, elas se revelaram insuficientes para promover o mesmo efeito, o que redundou na formação de uma economia nacional duplamente polarizada: um setor de exportação de produtos primários, no qual a vigência dos princípios capitalistas só é plena, em regra, ao nível da comercialização e qual se concretiza ao máximo a dependência em relação ao exterior; e um setor interno de produção, circulação e consumo de bens, ainda sujeito a fortes influxos externos, mas impulsionado por tendências irreversíveis de consolidação da economia de mercado capitalista existente” (p.34-5).

capitalismo dependente. Precisamente, as classes sociais aqui constituídas só teriam um ordenamento diferente e em sentido positivo caso o próprio capitalismo fosse finalizado. Nesse sentido e olhando-se o sistema internamente a estrutura de classes fora bem constituída.

Agora se a comparação for feita com a formação das classes sociais no capitalismo autônomo, que conseguiu estruturar uma autêntica estrutura classes o argumento passa a fazer todo sentido. Ou seja, de fato tivemos uma organização de classes marcada pelos signos do desvio, da incompletude e da inautenticidade, uma vez que era material e simbolicamente inferior à estrutura constituída sob o capitalismo autônomo.

A discussão acima é importante para entendermos por que a consolidação do capitalismo dependente representou a perpetuação de estruturas, valores e atitudes que representavam uma concepção estamental de mundo constituída no período colonial. Com isso, acabamos reproduzindo um regime de classes e uma democracia restrita que terminam guardando grande similitude com o regime estamental, pois eram fechados, autoritários e excludentes. É importante salientar que Florestan continua reproduzindo a visão de que a sociedade de classes não possuiria uma hierarquia valorativa capaz dela própria possuir elementos excludentes. Ou seja, inexistente em sua argumentação uma análise sobre a dimensão simbólica do capitalismo.

A organização das classes sociais em virtude do tipo singular de capitalismo aqui constituído acabou gerando duas ações que deixavam de modo irredutível a singularidade periférica em voga, bem como seu consequente estado de desvio, incompletude e inautenticidade em relação capitalismo autônomo, plenamente moderno e racional. Isto porque o capitalismo dependente proporcionou a modernização do arcaico e a arcaização do moderno, uma vez que os conflitos como o privilégio de classes, a superconcentração de renda, do prestígio social e do poder vão ser vistos pelo sociólogo como reminiscências do passado e não como elementos intrínsecos à ordem capitalista moderna implantada na periferia:

Em suma, as classes sociais não podem preencher suas funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos moldes europeu e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes sociais submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de serem ouvidas, de usas meios institucionais de protesto ou de conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a

sua participação social nos fluxos de renda e nas estruturas de poder. As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar os privilégios de poucos e de excluir os demais (Fernandes, 2009:49).

Retomando a caracterização da ordem social competitiva e do regime classes derivado do capitalismo dependente, Florestan aponta como a ordem social competitiva constituída na periferia possui na peculiar integração entre elementos arcaicos e modernos um fator de grande significação, pois explicaria a fraca integração da solidariedade moral que acentuaria o teor egoísta dos comportamentos econômicos individualistas e também contribuiria para a perpetuação de profundas iniquidades sociais representadas pela monopolização da riqueza, do prestígio social e do poder.

É no sentido exposto acima que Rodrigues (2006) afirma que Florestan caracteriza a modernidade periférica como precária desde a formulação do seu projeto acadêmico-político nos anos 50: “No interior de uma modernidade realizada por uma contrarrevolução burguesa, o moderno está submetido continuamente à absorção de ambiguidades e às oscilações típicas da constituição peculiar da ordem na qual emerge”(p.95). O que parece ser uma formulação inovadora e construtiva termina por ser um elemento que idealiza a modernidade originária e também nos coloca permanentemente como inferiores em termos materiais e simbólicos em relação a esta formação social.

Da junção entre estruturas modernas e arcaicas teríamos o domínio das últimas como fator explicativo das características e dos conflitos inerentes à ordem social competitiva na periferia, como a resistência sociopática à mudança que marcaria o comportamento das elites e também demonstraria a recomposição e a consequente força das estruturas coloniais. O Brasil possuiria uma ordem singular não apenas em relação aos países estruturados pelo capitalismo autônomo, mas também em relação aos países dependentes, uma vez que ele formaria um tipo extremo:

A vantagem do caso brasileiro é que ele permite levar em conta, na caracterização do regime de classes no mundo subdesenvolvido, tanto os aspectos mais arcaicos quanto os aspectos mais modernos da estratificação social condicionada pelo capitalismo dependente. E, se ele não contém em o “futuro das demais sociedades subdesenvolvidas”, pelo menos evidencia, com incomparável nitidez, que o regime de classes, como conexão dessa modalidade de capitalismo, concorre ao mesmo tempo para organizar internamente os interesses sócio-

econômicos que produzem as classes e para dar continuidade à “exploração de fora para dentro”(Fernandes,1968:62-3).

No capitalismo dependente, portanto, fatores como “interesse de classe”, “situação de classe”, “classe social”, “consciência de classe” e “atuação de classe” ganham uma dimensão singular e distorcida em relação à constituição nas sociedades do capitalismo originário, central e autônomo. Essa singularidade apontaria como o capitalismo dependente instituiu uma ordem social competitiva parcial, fechada e, portanto, extremamente desigual. Ao focar a dimensão do interesse de classe entre as classes despossuídas Florestan demonstra precisamente o caráter singular e distorcido dessa categoria ao ser comparada à ordem capitalista central:

Os “não-possuidores de bens”, contudo, distribuem-se por categorias distintas. Uma parte deles (no caso brasileiro, como em quase todas as sociedades subdesenvolvidas: a maioria da população) não chega a ter interesse de classe e situação de classe, como polarização positiva na ordem econômica capitalista e no regime societário correspondente. Outra parte, incorporada ao setor moderno (em seus desdobramentos rurais, mas principalmente nos seus desenvolvimentos urbanos), possui ambas as condições; através das formas capitalistas de produção e de organização do mercado valorizam-se, econômica e socialmente, pela força de trabalho com mercadoria (Fernandes, 1968:72).

Ao referir-se ao campo, Florestan se opõe à utilização do conceito de campesinato, uma vez que existiria a ausência de uma organização social que desse corpo a essa caracterização. As classes dominantes não se diferenciam muito em relação às classes despossuídas no que se refere à consciência e atuação como classe. Elas também reproduzem um comportamento incompleto e insuficiente se comparado com os papéis desenvolvidos por suas congêneres europeia e norte-americana, mesmo sendo as classes que detinham as maiores condições de consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe:

O que importa, aqui, é que a percepção da realidade e as consequentes formas de atuação de classe impelem as classes sociais altas a condicionarem o seu destino social à ordem econômica inerente ao capitalismo dependente, negando-se como classe dominante ao escamotear a realidade, sublinhando-a através de símbolos destituídos de eficácia para a sua existência e para a sua autonomia como classe (Fernandes, 1968:75).

As classes dominantes instituídas no capitalismo dependente não completaram sua situação de classe a ponto de constituírem uma consciência capaz de impulsioná-las à revolução nacional como ocorrida nos países do capitalismo originário. A ação dessas classes apenas escamotearia o estado de dependência e de subdesenvolvimento crônico, mas jamais uma mudança efetiva em torno da emancipação nacional.

Seguindo a demarcação das peculiaridades do capitalismo dependente e do regime de classes sociais que lhe dá suporte, Florestan advoga que este caráter de incompletude da situação de classe e de consciência de classe eram fatores inerentes e insuperáveis dentro do capitalismo dependente. Teríamos a vigência do elemento tradicionalista que neutraliza a ação das influências inovadoras e torna a ordem social competitiva insuficiente, uma vez que as formas de poder inerentes a essa ordem foram deformadas pela ação do tradicionalismo nascido no período colonial, impedindo que houvesse um controle democrático como ocorreria nos países do capitalismo autônomo. Com isso, formamos uma sociedade fechada que se contrapunha às sociedades abertas centrais.

De acordo com Florestan, o capitalismo dependente não poderia superar os elementos arcaicos que seriam importantes não apenas para caracterizá-lo, mas também para explicar os seus mais significativos dilemas. Nesse sentido, o capitalismo dependente legaria para o Brasil a impossibilidade de reproduzir classes sociais plenamente definidas em sua situação, interesses e consciência. Com isso, estávamos condenados a reproduzir um tipo de ordem capitalista que distorcia cronicamente todas as instituições, classes, ideologias e valores que fizeram nos países do capitalismo originário ele ser institucionalizado como estilo de vida, isto é, como elemento civilizatório.

No capitalismo dependente, portanto, as funções construtivas da sociedade capitalista que foram sistematicamente enfocadas na pesquisa de Florestan sobre a integração do negro na sociedade de classes seriam derruídas pelo grau de coesão e continuidade das formações sociais arcaicas que se transplantaram. Por conta disso, é que a ordem social competitiva se torna fechada e baseada na concentração da renda, do prestígio social e do poder. Não haveria nenhum elemento inerente à sociedade capitalista que fosse responsável por reproduzir uma sociedade tão desigual quando à brasileira formada neste tipo tão singular de capitalismo.

Para Florestan advogar que as vicissitudes da ordem social competitiva não foram institucionalizadas no Brasil ele havia estabelecido uma comparação com uma realidade que teria conseguido se tornar aberta e baseada em conflitos construtivos. Ora, ele está visando tanto os países europeus quanto os Estados Unidos que seriam formações capitalistas autênticas, pois deram as condições necessárias para que o capitalismo engendrasse com toda plenitude suas funções civilizadoras. A citação a seguir é esclarecedora neste sentido, pois demonstra como constituímos uma formação essencialmente diversa dos países centrais:

No contexto histórico-social do capitalismo dependente, o regime de classes preenche apenas algumas de suas funções essenciais e, assim mesmo, de maneira variavelmente unilateral. Como o que entre sempre em jogo, a partir de dentro ou a partir de fora, consiste em fomentar e expandir uma economia capitalista em condições frequentemente adversas, as influências mais fortes e marcantes do regime de classes desenrolam-se nessa esfera. Além disso, as funções que ganham relevo, no plano econômico, são as que dizem respeito a aproveitar as oportunidades existentes e até as inexistentes ou impossíveis... Parece inútil ressaltar o que significa semelhante estado de coisas. Pessoas e grupos de pessoas, em posições estratégicas, adquirem probabilidades únicas de concentrarem ainda mais em suas mãos uma renda, um prestígio social e um poder já exageradamente concentrados. O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas (Fernandes, 1968:82).

A ordem social competitiva inerente ao capitalismo dependente possuiria como normalidade a adaptação a iniquidades sociais insanáveis, tensões políticas crônicas e conflitos sociais insolúveis, que fariam com que a opressão sistemática se institucionalizasse como estilo de vida (Fernandes, 1968:82-3). Ao contrário da ordem social competitiva das sociedades do capitalismo originário, marcadas pela racionalidade, secularização e pela institucionalização plena das potencialidades civilizatórias existentes no capitalismo, a ordem nas sociedades dependentes como a brasileira seria marcada pela opressão e pela irracionalidade das condutas das classes, sobretudo às dominantes que formam a burguesia. Formaríamos, com isso, um capitalismo marcado pelo circuito de indeterminação, tamanho o grau de instabilidade aqui estabelecido. Como pode ser visto, formamos na periferia o antípoda do capitalismo autêntico.

Outro elemento importante para compreender as classes sociais e a dinâmica própria da ordem social competitiva é a mercantilização do trabalho. Aqui houve uma

verdadeira demora na constituição de um mercado de trabalho interno, por conta do peso que a escravidão teve entre nós, o que fez com que a mercantilização do trabalho fosse lenta e precária: “O que importa assinalar, nesta discussão, é que o mercado de trabalho não funciona universalmente segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva integrada” (Fernandes, 1968:48). Não constituímos uma ordem social competitiva plena, redundando em um mercado de trabalho seletivo e também em um regime de classes precário. Essa fraca mercantilização do trabalho acabou redundado na fraqueza dos sindicatos, que não se organizaram de uma maneira firme, autônoma e atuante como ocorreu nos países do capitalismo autônomo. Com consequência tivemos uma forte expropriação do trabalho, pois os trabalhadores não constituíram uma consciência de classe suficientemente forte e autêntica para forçar a ordem social competitiva fechada e seletiva a tornar-se aberta a sua participação construtiva.

Essa ordem social competitiva fechada acaba resultando em uma classe trabalhadora organizada de forma parcial marcada pelo solapamento da sua capacidade de pressão. Essa organização débil tem como consequência a neutralização da luta contra o capitalismo dependente e suas enormes contradições sociais, diferentemente do que havia ocorrido no capitalismo autônomo no qual as pressões da classe trabalhadora haviam tido como resultado a expansão da ordem competitiva às suas demandas. Ao enfocar a situação da classe trabalhadora Florestan tinha mais um importante elemento para demarcar a singularidade do capitalismo dependente e também para apontar sua inferioridade material e simbólica em relação ao capitalismo autônomo fruto da “modernidade eurocêntrica”.

A análise de Florestan produzida em torno do capitalismo dependente não acentua o nosso descompasso puro e simples em relação à ordem social existente nas sociedades centrais, que ele consagrou a partir do conceito de “demora cultural”. Agora, ele vai de encontro a essa interpretação como elemento explicativo central ao defender que constituímos um caminho singular em direção à uma modernidade tão específica. Todavia, ainda guarda forte ligação com a interpretação anterior no que se refere à visão da “modernidade eurocêntrica” como material e simbolicamente superior à brasileira. Ou seja, se existe inovação, refinamento teórico e analítico na proposição do conceito de capitalismo dependente, ainda assim subsistem os pressupostos da sociologia da modernização que davam corpo à interpretação que o autor produziu na década de 1950.

Nossa burguesia acabaria sendo vítima de sua própria situação de classe, uma vez que o poder que possui é restringido apenas para a manutenção dos privilégios e de sua situação frente à massa da população. Todavia, seria impotente para levar a cabo qualquer saída de cunho revolucionário e construtivo, pois apenas reforçaria o capitalismo dependente e o consequente domínio dos núcleos hegemônicos externos (Fernandes, *idem*). A análise da classe dominante por excelência é de fundamental importância para observarmos de forma clara como Florestan constrói a singularidade periférica tendo como pressuposto a organização do capitalismo autônomo como material e simbolicamente superior. Vejamos a citação a seguir:

Se a análise acima for correta, há um hiato nos comportamentos de classe da burguesia das sociedades capitalistas dependentes. Tudo se passa como se o capitalismo fosse aceito segmentariamente, como forma econômica, e repudiado como um estilo de vida, isto é, em suas formas jurídico-políticas e societárias (Fernandes, 1968:95).

Teríamos, portanto, um capitalismo conservador despojado de qualquer impulso dinâmico construtivo e revolucionário. Ele acabou se concentrando na realização dos interesses econômicos da burguesia. Mesmo assim, como procuro enfocar, Florestan aponta como nem mesmo a burguesia conseguia instituir os seus interesses de classe, pois “Apenas parasita as formas econômicas do capitalismo, tornando-as duplamente pesadas e espoliativas para a coletividade” (Fernandes, 1968:97).

Florestan não responsabiliza a ordem social competitiva pelos dilemas inerentes ao capitalismo dependente. Todavia, afiança que o seu desvirtuamento terminou gerando o impedimento da ação construtiva e civilizatória no sentido de unir capitalismo e desenvolvimento.

Uma questão fundamental para compreensão da singularidade da burguesia brasileira é dominação política de classe que ela legitima. Era no Estado que a burguesia procurava atingir os próprios interesses monopolizando sua estrutura. Seu domínio se baseou na perpetuação de uma lógica oligarquia de dominação. A burguesia brasileira, de acordo com o autor, não desempenhou o papel de agente civilizatório e de paladina da modernidade, mas sim de agente que procurava tirar vantagens do máximo de situações possíveis. Desta forma, a burguesia brasileira se singularizou porque não era o agente representativo do moderno e do elemento transformador, mas sim reproduzia um horizonte sociocultural e político bastante conservador na medida em que se baseava em

ações de conteúdo particularista. Esse comportamento acabou resultando em uma luta pela modernização apenas de aspectos que eram vantajosos para os seus interesses, além de ter o imediatismo como fator a iluminar suas ações.

Para demonstrar a força do elemento conservador que estruturava as ações da burguesia, Florestan argumenta que o elemento modernizador que vinha do âmbito externo e que poderia proporcionar transformar não apenas a realidade econômica, mas o horizonte da sociedade brasileira como um todo a partir da realização de um verdadeiro salto histórico, acaba sendo anulado pela força conservadora que essa classe desempenhava. Isto ocorria, como o autor tem procurado demonstrar, devido à associação a procedimentos autocráticos que impediam a constituição de elementos democráticos.

Houve na República a consolidação conservadora da dominação burguesa, pois pautada pela combinação com os demais setores das classes dominantes e também pela repressão do proletariado como eixo do processo revolucionário. Isso demonstrava como a burguesia incorporava de maneira formal os fundamentos axiológicos legais e formais da ordem social competitiva que vigiam em países como França, Inglaterra e Estados Unidos e, na prática, reproduzia uma que era diametralmente oposto às burguesias dos países citados, uma vez que sua conduta era marcada pela junção de reacionarismo e autocracia. Se as burguesias centrais foram responsáveis por consolidar a democracia de massas, a brasileira foi instrumento da institucionalização da democracia restrita, pois excluía as massas.

Mesmo apontando a singularidade da formação da burguesia brasileira, Florestan não imputa a responsabilidade exclusivamente a essa classe, pois dentro do capitalismo levado a cabo na periferia não haveria outro horizonte de ação possível:

Em uma linha objetiva de reflexão crítica, não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um capitalismo difícil, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parceiras e amassecas. Desse ângulo, a redução do campo de atuação histórica da burguesia exprime uma realidade específica, a partir da qual a dominação burguesa aparece como conexão histórica não da “revolução nacional e democrática”, mas do capitalismo dependente e do tipo de transformação capitalista que ele supõe. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente (Fernandes, 2008:251).

Florestan reconhece que o capitalismo dependente torna a revolução burguesa uma realização histórica difícil, mas também observa como ela é necessária para o desenvolvimento capitalista e também para a consolidação da dominação burguesa.

Outro elemento de grande importância para a caracterização da singularidade brasileira é o desenvolvimento e suas etapas constitutivas. Este manteve três características fundamentais que são: 1) a associação com os centros hegemônicos da dominação imperialista; 2) a desagregação incompleta do *antigo regime*, ou seja, das relações pré-capitalistas de produção, troca e circulação; 3) superação parcial de estados relativos de subdesenvolvimento. Isso resultou numa dupla articulação a explicar a singularidade periférica:

Desse ângulo, dependência e subdesenvolvimento não foram somente “impostos de fora para dentro”. Ambos fazem parte de uma estratégia, repetida sob várias circunstâncias no decorrer da evolução externa e interna do capitalismo, pela qual os estamentos e as classes dominantes dimensionariam o desenvolvimento capitalista que pretendiam, construindo por suas mãos, por assim dizer, o capitalismo dependente como realidade econômica e humana (Fernandes, 2008:262).

A ênfase no desenvolvimento econômico é de grande importância para que a singularidade brasileira e do seu consequente processo de modernização possam ser colocados em voga. Este processo representou no capitalismo dependente apenas uma técnica econômica e não uma política de alcance nacional que tivesse a nação como elemento primordial. O que ocorria, de fato, era o privilégio de interesses particularistas internos fundidos aos interesses imperialistas, o que demonstra o caráter restrito que este possui na periferia (Fernandes, idem).

O desenvolvimento capitalista foi estruturado, segundo Florestan, em três fases: a) fase de eclosão de um mercado capitalista especificamente moderno; b) fase de formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista. A primeira fase vai da abertura dos portos até a sexta década do século XIX; o capitalismo comercial vai da sexta década do século XIX até a década de 1950; já o capitalismo monopolista tem início na década de 1950, ganhando caráter estrutural depois do golpe de 1964 (Fernandes, 2008:264).

A discussão feita por Florestan sobre as diferentes fases do desenvolvimento capitalista é muito densa, o que me obrigaria a estender muito minha análise. Todavia, as

duas primeiras partes analisadas acima têm uma importante dimensão das características que a produção capitalista possuiu durante as fases de instituição de relações capitalistas modernas e também da fase competitiva. Por isso, vou focar a análise na fase referente ao capitalismo monopolista devido à importância que ele possui não apenas para a caracterização da singularidade brasileira de uma forma geral, mas também para a interpretação que o sociólogo fará sobre o regime militar instaurado em 1964.

O capitalismo competitivo, cuja gênese ocorre na segunda metade do século XIX, a partir do influxo dos setores novos radicados no âmbito urbano e voltados para o mercado externo, acabou representando um desenvolvimento de caráter induzido e voltado para a incorporação ao mercado externo, ou seja, provocava um processo de desenvolvimento que está deslocado de qualquer possibilidade de engendrar uma saída autônoma e autossustentada como havia ocorrido nas nações centrais e hegemônicas. Isso não quer dizer que não houve uma transformação de caráter revolucionário. Isto, de fato, ocorreu. Mas o elemento importante a ser destacado é o formato peculiar que este se revestiu no capitalismo dependente, uma vez que não possuiu os mesmos caracteres civilizatórios existentes nas nações estruturadas pelo capitalismo autônomo.

Esse desenvolvimento capitalista era condicionado de fora a partir de dinamismos econômicos que se renovavam e se aprofundavam, através da articulação da economia periférica às nações hegemônicas que acabava resultando na impossibilidade de eliminação da dominação imperialista externa (Fernandes, 2008:281). Nesse sentido, a economia competitiva acaba redefinindo e fortalecendo os laços de dependência.

O desenvolvimento no capitalismo competitivo tinha como agente interno norteador as classes dominantes que o guiavam de acordo com seus fins particularistas, o que desvirtuava a lógica da competição que deveria ser aberta a todas as classes como havia ocorrido, segundo Florestan, nas sociedades centrais. Constituímos, de fato, um mercado altamente seletivo responsável pela concentração social e racial da renda, que acaba sendo um importante fator inibidor do crescimento das formas capitalistas de produção (Fernandes, 2008:288). Este desenvolvimento excludente resultou na formatação de uma ordem capitalista fechada. Com isso, prevalecia o desenvolvimento de caráter desigual.

O desenvolvimento constituído durante a fase competitiva do capitalismo acabou tendo um caráter peculiar devido a permanência de elementos pré-capitalistas, bem como

por depender do imperialismo para receber os dinamismos. Isso acabou representando uma relação de dependência que fez dele muito pouco nacional, uma vez que o capital internacional levava vantagem em todos os setores econômicos:

Portanto, se as evoluções internas fizeram muito pouco para liberar o padrão de desenvolvimento capitalista dos efeitos da dupla articulação, as evoluções condicionadas e reguladas através dos dinamismos da economia capitalista mundial reciclaram esse padrão de desenvolvimento para continuar a ser o que sempre foi, adaptando-o às novas condições e aos novos interesses das nações centrais (Fernandes, 2008:292).

A dupla articulação tomou um caráter inquebrantável, uma vez que o agente interno se tornava demasiado impotente para enfrentar a situação de dependência, ou seja, apesar de a burguesa ser agente de revoluções econômicas importantes, sua ação não era forte o suficiente para poder engendrar a ruptura com o tipo de desenvolvimento dependente aqui constituído. Sem chances de ruptura, “a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais” (Fernandes, 2008:293).

A partir da década de 1950 ocorre uma modificação no caráter do capitalismo na periferia, que deixa de ser competitivo e passa a ser monopolista. Este trará transformações profundas e sem precedentes à realidade brasileira, sobretudo através da ação das multinacionais. Um primeiro elemento importante a explicar essa transformação foi o contexto de guerra fria instituído logo após o término da Segunda Guerra Mundial, uma vez que o controle da periferia se mostrava crucial as economias centrais que necessitavam crescer e também porque ela se mostrava como o último espaço disponível para a expansão do capitalismo (Fernandes, 2008:297).

Os pontos colocados acima são de crucial importância para compreendermos como a incorporação do capitalismo monopolista instituído nas economias centrais foi uma ação cujo caráter era eminentemente político. Mesmo assim, não houve um controle externo absoluto, pois o Estado e burguesia foram atores cujas ações eram marcadas por um significativo grau de liberdade:

Se tudo ficasse, pura e simplesmente, ao arbútrio das grandes corporações e dos interesses econômicos ou políticos das nações hegemônicas, burguesia e Estado nacional perderiam, ao mesmo tempo, os anéis e os dedos. Estariam trabalhando não por uma nova transição econômica dentro do capitalismo, passível pelo menos de controle

político interno, porém por uma reversão colonial ou neocolonial insofrecível (Fernandes, 2008:303).

A ação desenvolvida pelas classes possuidoras, círculos empresariais e governo acabava tendo como elemento principal o caráter egoísta e pragmático, pois representava a forma como viam o destino do capitalismo no Brasil (Fernandes, idem). Agora, o elemento mais importante da caracterização dos agentes internos está no comportamento da burguesia que acabou não sendo o agente protagonista da revolução industrial, pois estava fora de seu alcance neutralizar os ritmos desiguais do desenvolvimento capitalista.

O ponto acima não é importante apenas para caracterizar a forma como o capitalismo monopolista foi incorporado e como a consequente modernização brasileira acabou sendo consolidada. Torna-se importante também para demonstrar o caráter peculiar e distorcido da burguesia periférica, uma vez que não foi protagonista deste processo histórico como havia ocorrido no âmbito das economias centrais. Se a burguesia não cumpriu o seu papel histórico, o Estado acabou sendo o protagonista interno deste processo:

Ele próprio iria absorver, nos níveis organizatório, tecnológico e político, o “modelo” da grande corporação capitalista, convertendo-se, com grande rapidez e flexibilidade, na espinha dorsal da adaptação do espaço econômico e político interno aos requisitos estruturais e dinâmicos do capitalismo monopolista. Nesse sentido, se se pode falar nisso, ele é representativo de um “capitalismo de Estado” medularmente identificado com o fortalecimento da iniciativa privada e que pretende servir de elo ao florescimento das grandes corporações privadas (independentemente das origens de seus capitais e do seu impacto sobre a recomposição da dominação burguesa) e do capitalismo monopolista no Brasil[independentemente das eventuais “crises de soberania” decorrentes] (Fernandes, 2008:305).

Um ponto que necessita ser ressaltado é o relativo ao controle do Estado. Para Florestan o protagonismo estatal não representou uma ação baseada em uma autonomia relativa frente ao econômico, ou seja, numa lógica própria de atuação como será caracterizada por Cardoso. Para o sociólogo o Estado é dominado plenamente pelas classes dominantes e acaba exercendo uma ação instrumental no sentido de privilegiar os interesses delas. O domínio burguês sobre o Estado era exercido de uma forma a extirpar toda e qualquer possibilidade de haver uma ação em um sentido democrático ou nacionalista, uma vez que era estruturado pelo “pelo espírito mandonista oligárquico”

(Fernandes, idem). Ou seja, o Estado era marcado pela indistinção entre público e privado e também pelas relações pessoais.

Florestan argumenta que a incorporação às economias centrais foi crucial para que a burguesa enquanto classe pudesse dar um salto a partir da revitalização das bases do poder burguês e também da revolução da forma pela qual ela se equacionava historicamente como dominação de classe especificamente burguesa (Fernandes, 2008: 310). A demarcação desses elementos é importante para demonstrar os conteúdos valorativos da singularidade do capitalismo monopolista na periferia:

O essencial, do ponto de vista sociológico, parece ser situar a irrupção do capitalismo monopolista de acordo com sua estrutura íntima: um desenvolvimento capitalista provocado na periferia pelas economias centrais e, portanto, extensa e profundamente induzido, graduado e controlado de fora. Por essa razão, ela não possui, no contexto das economias capitalistas periféricas, o mesmo significado e as mesmas implicações econômicas que teve na evolução das economias capitalistas centrais. Antes de passar por semelhante transição, estas experimentaram amplos e duráveis processos de acumulação de capital, de invenção tecnológica, de expansão de uma sociedade de massas e de um mercado de consumo de massa, de modernização institucional, de participação cultural e de educação escolarizada, de elevação dos padrões de vida, de democratização do poder, etc (Fernandes, 2008:313).

O capitalismo monopolista dependente possuía, portanto, um caráter inautêntico uma vez que não ocorreu na periferia a partir da constituição de um caminho próprio capaz de destruir os elementos arcaicos ou mesmos obsoletos responsáveis por criar obstáculos ao seu pleno desenvolvimento. Ao contrário, foi levado a cabo entre nós a partir não apenas da manutenção como da união com elementos pré-modernos que se tornaram funcionais (Fernandes, 2008:314). Havia ainda o fato concomitante de ser destituído de todos os caracteres positivos e civilizatórios existentes no capitalismo central, que fazia dele uma junção entre velhas e novas iniquidades. Sintetizando, Florestan (2008: 317) advoga que sob o capitalismo monopolista o desenvolvimento na periferia se torna mais perverso e “envenenado”.

Este caráter perverso do capitalismo monopolista periférico seria plenamente visualizado na grande concentração de riqueza e na consequente desigualdade que este desencadeia, além da manutenção e até mesmo agravamento da articulação desigual. Assim, as grandes corporações estatais, nacionais e estrangeiras estavam exercendo um

papel crescente de grandes núcleos de satelização da economia, visto que havia o predomínio estrangeiro na drenagem das riquezas aqui produzidas (Fernandes, *idem*).

Seguindo a caracterização da singularidade brasileira, o capitalismo monopolista seria responsável por levar a cabo relações de acomodação, competição e conflito de classes específicos, uma vez que deles estavam ausentes todo e qualquer caráter civilizatório existente no capitalismo autônomo. Por isso insisto que esta singularidade não pressupunha apenas diferença, mas sim um elemento valorativo que tinha como papel apontar a existência de diferenças essenciais entre centro e periferia, pois o capitalismo dependente é visto dentro dessa perspectiva como desvio em relação ao padrão autêntico de capitalismo. Como exemplo o conflito de classes não seria aberto e democrático como no centro, mas sim encoberto e representado pelo comportamento auto defensivo e de teor agressivo da dominação exercida pelas classes dominantes.

O capitalismo monopolista acabou possuindo um caráter ambivalente, pois foi responsável por fazer com que a economia brasileira desse um verdadeiro salto histórico através do aprofundamento do processo de revolução industrial. Todavia, aumentou a distância entre ricos e pobres e também representou o aprofundamento das dificuldades para acumulação de riqueza, uma vez que o elitismo iria se tornar um elemento crucial e ainda mais intenso do que foi durante o período competitivo (Fernandes, *idem*). Com isso, a sociedade brasileira apenas tornava mais profunda sua característica histórica de ser avessa às práticas democráticas.

Segundo Florestan, o desenvolvimento levado a cabo no capitalismo dependente termina não sendo capaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que foram preenchidas no capitalismo monopolista autônomo, uma vez que o crescimento capitalista estruturado pela modernização institucional foi efetuado tendo a coexistência da expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo (Fernandes, 2008: 339)

O sociólogo procura enfocar o que é típico do capitalismo dependente, ou seja, a nossa singularidade. Nesse sentido, o capitalismo monopolista deixaria bem claro a relação direta entre desenvolvimento capitalista e autocracia:

Criaram-se e criam-se, desse modo, requisitos sociais e políticos da transformação capitalista e da dominação burguesa que não encontram contrapartida no desenvolvimento capitalista das nações centrais e hegemônicas (mesmo onde a associação de fascismo com expansão do

capitalismo evoca o mesmo modelo autocrático-burguês). Sob esse aspecto, o capitalismo dependente e subdesenvolvido é um capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com frequência, por meios políticos e no terreno político (Fernandes, 2008:341).

A caracterização acima é de suma importância para demarcar não apenas a singularidade brasileira para Florestan, mas também como ela está carregada de conteúdo valorativo que faz com que o capitalismo periférico seja material e simbolicamente inferior ao capitalismo autônomo e central que, por sua vez, é civilizado e também seu antípoda por excelência. Ou seja, as funções civilizatórias e positivas apenas existiriam no tipo de capitalismo que acabou fazendo com que a modernidade central formação pela racionalização, secularização e complexificação social fosse plenamente constituída em detrimento da periférica que seria marcada pela precariedade e incompletude.

O capitalismo central teria conseguido esse patamar de superioridade porque universalizou a ordem social competitiva de forma que ela pode ser institucionalizada com todas as suas virtudes intrínsecas. Florestan reproduz o discurso sociológico da modernidade existente na sociologia da modernização. Assim, a “modernidade eurocêntrica” se torna parâmetro da forma considerada legítima e, precisamente, autêntica. Ficamos, com isso, constituídos sob o signo da inautenticidade. A reprodução desse pressuposto central do ramo sociológico acima citado é elemento crucial para a constituição de diferenças essenciais entre centro e periferia, como Florestan defende existir.

Florestan (idem) argumenta que a partir do aprofundamento da transformação capitalista as nações hegemônicas acabaram necessitando do auxílio de uma burguesia sólida que fosse capaz de saturar todas as funções repressivas e auto defensivas de sua dominação. Esta necessidade tornou-se imperiosa na era do chamado imperialismo total constituído após a Segunda Guerra Mundial e da consequente luta entre capitalismo e socialismo. Nesse sentido, a transformação capitalista e a revolução burguesa a ela conexas vão ser frutos de um encaminhamento especificamente político que singulariza não apenas estes fenômenos entre nós como também se torna fator de crucial importância para compreender o regime militar instaurado em 1964:

Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem e o controle

burgueses sobre o Estado nacional não se deteriorem. Semelhante reciprocidade de interesses e de orientações faz com que o caráter político do capitalismo dependente tenha duas faces, na verdade interdependentes. E, ainda, com que a Revolução Burguesa “atrasada”, da periferia, seja fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e leve, de modo quase sistemático e universal, as ações políticas de classe profundamente reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa e sua propensão a salvar-se mediante a aceitação de formas abertas e sistemáticas de ditadura de classe (Fernandes, 2008:343).

Mesmo sofrendo forte influência do imperialismo, a burguesia não deixava de possuir internamente um espaço para ação que lhe possibilitava monopolizar o poder econômico e social em termos nacionais, bem como controlar o Estado. Isso demonstrava como a luta por modificações dentro da ordem tornavam-se ineficazes, pois a burguesia não estava lutando simplesmente para manter privilégios, mas sim pela sua sobrevivência do capitalismo (Fernandes, *idem*). Isso explica o seu recurso a formas autocráticas de autodefesa e autoprivilegiamento (Fernandes, *idem*). Nesse sentido, o Estado acabou sendo utilizado como instrumento para instituir uma ditadura de classes preventiva, ou seja, que pudesse resguardar os privilégios e, o que é mais importante, o capitalismo que dava suporte.

Mesmo possuindo uma importante margem de autonomia interna, a burguesia brasileira não possui autonomia para iniciar e completar o processo de revolução nacional nos moldes em que foi realizada nas sociedades regidas pelo capitalismo autônomo, uma vez que vivia dependente dos interesses imperialistas que se intensificaram sob o capitalismo monopolista. Florestan especifica o tipo de revolução nacional possível sob o capitalismo dependente:

A questão é que não se deve perder de vista de que tipo de revolução nacional está se falando. Desde que se proponham o “desenvolvimento” e a “ revolução dentro da ordem” que são compatíveis com o capitalismo dependente, as classes burguesas buscam a única revolução nacional por que podem lutar em tais condições, a qual consiste em consolidar o poder burguês através do fortalecimento das estruturas e funções nacionais de sua dominação de classe (p.350).

Ao contrário do conteúdo plural e igualitário da revolução nacional dos países do centro estruturados pelo capitalismo autônomo e civilizado, este evento histórico realizado na periferia teria como conteúdo normativo o resguardo dos interesses de classe,

impostos através do Estado como se fossem interesses de todos (Fernandes, *idem*). Por conta do conteúdo próprio da revolução nacional na periferia, houve uma separação entre a sociedade civil e nação. A primeira será ocupada pela burguesia enquanto a outra representa um ente de caráter abstrato, uma vez que concretamente representava a massa de excluídos pelo despotismo burguês e pela dominação imperialista.

Por conta dos elementos acima citados, a dominação burguesa tinha como característica ser uma força auto defensiva e repressiva que era levada a cabo desde a empresa até o Estado: “Desse ângulo, dela provém a opção *internadas* classes burguesas por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa” (Fernandes, 2008:353).

Florestan se detém na dominação burguesa porque considera que através dela é possível desnudar o capitalismo possível na periferia que ele intitula como *capitalismo selvagem*, marcado por um desenvolvimento desigual: “Um capitalismo que associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, de outro” (Fernandes, 2008:354). A dominação burguesa no capitalismo monopolista tinha como elemento estruturante a dupla articulação entre desenvolvimento desigual interno e dominação imperialista.

Florestan argumenta que a impotência burguesa em construir um processo de revolução nacional acabou sendo um elemento primordial para que ela fizesse recurso aos militares colocando o Estado no centro da evolução que acontecia no capitalismo dependente: “Ele está no cerne de sua existência e só ele, de fato, pode abrir às classes burguesas o áspero caminho de uma revolução nacional, tolhida e prolongada pelas contradições do capitalismo dependente e do subdesenvolvimento” (Fernandes, 2008: 358). Por conta disso, o Estado exercia o papel de verdadeiro dínamo do poder burguês (Fernandes, *idem*). Essa dominação exercida através do Estado mostra-se de fundamental importância para demarcar mais uma vez a singularidade do capitalismo dependente, bem como o seu caráter desviante e inferior em relação ao capitalismo central e autônomo:

Elas contêm, ou sufocam, por essa razão, as impulsões societárias tão conhecidas ao igualitarismo, ao reformismo e ao nacionalismo exaltado de tipo burguês, expurgando-as, por meios pacíficos ou violentos, da ordem social competitiva. Ao mesmo tempo, fomentam exaltam outras impulsões societárias de tipo burguês, igualmente bem conhecidas, ao racionalismo acumulador e expropriativo, ao egoísmo, ao exclusivismo e ao despotismo de classe, conferindo-lhes, por meios pacíficos ou

violentos, predominância na elaboração histórica da ordem social competitiva (p.360).

Florestan argumenta que as quatro décadas posteriores à Primeira Guerra Mundial foram o período nuclear de maturação da burguesia brasileira, pois ocorreu “um amplo e profundo processo de socialização do poder econômico, social e político, pelo qual as classes sociais burguesas se unificam, a partir de sua situação de interesses, de estilo de vida e concepção de mundo” (Fernandes, 2008:362).

O estilo de vida e a concepção de mundo daí derivadas em nada tinham a ver com a realidade das sociedades europeia e norte-americana que passaram por uma experiência democrático-burguesa e tiveram como consequente a institucionalização plena da ordem social competitiva pautada pela universalização dos processos de secularização da cultura e racionalização da compreensão e do mundo:

A rusticidade da maioria das cidades, a fraca penetração urbana no campo e o baixo índice de universalidade dos processos de secularização da cultural e de racionalização do modo de compreender o mundo agravaram esse fenômeno, prolongando o estado de quase-classe e de semiclasse dos estratos burgueses, privados dos principais fatores externos de difusão e conformação da *mentalidade burguesa* (ou, como seria melhor dizer: do *horizonte cultural burguês*). (Fernandes, 2008:363).

Junto a esses fatores ainda tivemos a ausência de setores médios em termos políticos e econômicos aliado à força que o tradicionalismo possuía como elemento estruturante de sua visão de mundo e conduta além do aparecimento tardio e precário do empresário moderno¹⁸². Como consequência a burguesia acabou agindo através de uma falsa consciência de classe que “mantendo entre essas classes e no resto da sociedade ilusões que violentavam ainda mais as ideologias e as utopias burguesas importadas da Europa e dos Estados Unidos” (Fernandes, 2008:364). Ainda sobre a nossa singularidade Florestan argumenta:

Não foram apenas as funções classificadoras do mercado e as funções estratificadoras do sistema de produção que “determinaram” as transformações conhecidas do capitalismo na Europa e nos Estados

¹⁸²Este último ponto é uma incorporação direta das teses de Cardoso em seu trabalho sobre a mentalidade da burguesia nacional que eu analisei em detalhe no capítulo anterior. É um ponto importante para demonstrar a capacidade que Florestan possuía para incorporar outros trabalhos de uma forma crítica e construtiva.

Unidos. O modo pelo qual essas funções foram aproveitadas e alteradas pelo meio propriamente social constitui a “outra face da história”, que não se repetiu na América Latina porque o “típico” não se reproduziu da mesma maneira e o “particular” assumiu outra forma e significação. O que é essencial ter-se em mente é que, nas condições da América Latina, por causa das suas origens coloniais e das implicações da transição neocolonial, o “capitalismo moderno” nasce, consolida-se e evolui repetindo o “típico” de modo peculiar e criando a sua própria conexão histórica “particular” (Fernandes, 2009:92).

O autor afirma ainda que devido à formação singular que deu vigência a um domínio autocrático das estruturas econômicas, socioculturais e políticas acabamos não tendo a reprodução do comportamento autêntico de tipos sociais como o “burguês conquistador”, o “camponês inquieto” e o “operário rebelde” (Fernandes, 2009:92). Estes pontos da argumentação de Florestan são de grande importância porque o autor deixa bem delimitado como a organização do capitalismo dependente e da burguesia nacional se constitui de forma distorcida, como um desvio inautêntico em relação à organização do capitalismo central e do comportamento da burguesia que lhe dá suporte. Além do fato, é claro, de o autor continuar a reproduzir uma visão idealizada sobre a sociedade capitalista central através da reprodução do discurso hegemônico como se fosse efetivamente verdade.

A internacionalização da economia ocorrida com o processo de abertura do mercado interno às multinacionais foi elemento de grande significação para explicar o comportamento da burguesia nacional, que passou a sofrer uma oscilação ideológica e utópica que foi impulsionada a partir de fora: “De classes patronizadas da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da “democracia” e da “civilização cristã” (Fernandes, 2008:367). Este acontecimento foi de fundamental importância para que a burguesia tivesse um comportamento alienado em relação aos problemas nacionais bem como se tornasse cada vez mais insensível em relação a eles.

Mesmo tendo uma postura crítica e negadora em relação à ordem burguesa, Florestan (2009) não deixa de reconhecer que o desenvolvimento econômico sob o capitalismo monopolista teve elementos positivos, pois (...) “imprimiram à ordem social competitiva certas funções sociais construtivas, que ela está preenchendo ou irá preencher, concorrendo para assegurar o progresso interno do capitalismo e da sociedade de classes” (p.95).

Esses elementos positivos eram visíveis, por exemplo, no intenso processo de industrialização a partir da internacionalização da economia constituída por intermédio da ditadura autocrático-burguesa. Os adventos das modificações acabavam sendo monopolizados pelas classes altas e média (...) “como um mecanismo elementar de autodefesa e de preservação das bases internas das relações de dominação” (Fernandes, 2009:96). E também pelo imperialismo que sob o capitalismo dependente ganhou o designativo de total devido à similitude que ele passou a ter com a dominação colonial: “Sob o mesmo padrão de civilização e o mesmo sistema de produção, deparamos com um capitalismo organizado para absorver e preservar a dominação externa” (Fernandes, 2009:126). Com isso, foram as massas que ficavam com os ônus do desenvolvimento do capitalismo dependente.

5.4 Ditadura autocrático-burguesa e a sociologia política crítica

Até agora procurei focar minha análise na demarcação feita por Florestan sobre a singularidade do capitalismo dependente e da burguesia nacional a partir da comparação que é feita por ele com o capitalismo autônomo e a burguesia que lhe deu suporte. Desta forma pude apontar como o autor constrói a singularidade brasileira através de uma perspectiva negativa, uma vez que seríamos um verdadeiro antípoda da formação capitalista central civilizada e que teria, portanto, constituído de forma plena a racionalização, a secularização, a complexificação social e uma consequente ordem social competitiva aberta. Com isso, pude trazer elementos que demonstravam como o autor ainda reproduzia o eurocentrismo¹⁸³ como elemento norteador e o discurso sociológico hegemônico da modernidade difundido pela sociologia da modernização que colocava a

¹⁸³Nildo Ouriques (2014) critica de forma veemente a sociologia uspiana afirmando que ela reproduz o eurocentrismo, ou seja, que ela é responsável por copiar ideias europeias conformando um colonialismo cultural e solapando o pensamento crítico e revolucionário. Ao analisar o pensamento de Florestan, todavia, o autor termina reproduzindo a visão hegemônica sobre o pensamento do sociólogo no Brasil, pois positivamente estabelecida. Isto porque ele havia sido o pai da sociologia crítica no Brasil e também estaria ligado desde os anos 1950 às lutas populares e suas vanguardas e também a uma crítica ao *eurocentrismo*: “Igualmente digno de destacar é que ainda nas primeiras obras já se manifesta uma tendência que se consolidará de maneira medular em sua produção teórica: a crítica ao *eurocentrismo*. As agudas observações sobre as diferentes condições de trabalho e sociais a que estão submetidos os sociólogos do centro e da periferia, como também as diferentes perspectivas políticas e compromissos que deve assumir, já aparecem de forma clara nesse primeiro período (Ouriques, 2014:114). O *eurocentrismo* para o autor era a reprodução no modelo universitário francês, que marcaria uma importante marca colonial. Ouriques defende ainda que os limites existentes no pensamento de Florestan são superados depois de 1964 através da perspectiva mais radical e militante. Para o autor, portanto, a ênfase na singularidade seria o ponto central a fazer com que Florestan tivesse fugido do *eurocentrismo*. Acredito, todavia, que é exatamente aí que reside o ponto mais problemático do pensamento do autor que o liga diretamente à sociologia da modernização e também ao eurocentrismo existente nesse ramo sociológico.

formação capitalista central como superior em termos materiais e simbólicos além de construir diferenças essenciais quando comparada à realidade periférica.

Nesta parte, contudo, meu foco será na interpretação produzida por Florestan sobre o regime militar que ele caracteriza como ditadura autocrático-burguesa. A partir dela eu procuro deixar expostos os elementos normativos existentes no seu pensamento que ficaram um tanto de lado nas partes acima analisadas. Com esta ênfase demonstro como o sociólogo paulista constrói uma sociologia política crítica baseada nos seguintes pontos: 1) análise crítica e negadora do capitalismo dependente; 2) visão do capitalismo a partir do ponto de vista dos dominados; 3) ênfase na luta de classes; 4) defesa da saída revolucionária como forma de conquista e realização da democracia e das promessas da modernidade. Mesmo assim, não quer dizer que haja uma ruptura total com os elementos presentes em sua sociologia aplicada, pois a ciência continuaria a possuir um papel central como instância racionalizadora e organizadora do mundo¹⁸⁴.

Enfoco neste momento a instauração da sociologia política crítica porque há uma proposição negadora do capitalismo, pois ocorre a junção entre ciência e socialismo tal como o pensamento crítico ficou marcado no século XX. Sua proposição sociológica se opõe à sociologia da ordem¹⁸⁵. Segundo Florestan (1980:33) esta seria uma forma de retirar a contaminação da sociologia pelo horizonte burguês e também de gerar condições para que a sociologia tenha de se tornar uma dimensão cultural do movimento socialista.

Esta demarcação é de importância basilar para demarcar as diferenças existentes entre Florestan e Cardoso em termos teóricos, políticos e ideológicos que se tornam bastante fortes nas produções de ambos a partir dos anos 1970. Se até aqui os autores estiveram muito próximos em suas respectivas formas de interpretar a realidade brasileira, agora deixarão bem visíveis os caminhos dissonantes que passarão a tomar não apenas no que se refere à interpretação do Brasil, mas na proposição de terapias que pudessem fazer

¹⁸⁴De acordo com Rodrigues (idem): “A ideia de que a ciência deve e pode ser não é o foco do questionamento, por outro lado, uma reviravolta atinge a análise das condições sociais necessárias à implantação efetiva desse tipo de conhecimento. A reviravolta, evidentemente, reverbera a virada ocorrida na própria concepção de *modernidade possível* na periferia do capitalismo, cuja viabilidade é condicionada a uma sociedade socialista” (p.99).

¹⁸⁵Sobre a constituição da Sociologia da ordem Florestan (1980) advoga: “Na primeira fase, a sociologia servia como uma ponte, pela qual os Estados Unidos recebiam a herança intelectual europeia, e, em acréscimo, operavam como ponto de partida de um verdadeiro renascimento, através do qual a sociologia engendrava instrumentos originais de investigação e contribuía, assim, para esclarecer problemas étnicos, raciais, econômicos, sociais e políticos com dados de observação direta e por meios estatísticos. Na segunda fase, a sociologia se desloca crescentemente desse ‘idealismo científico’ e percorre uma trajetória nova, pela qual ela aprofunda sua instrumentalidade para o lucro, o controle, a segurança e o poder” (p.57).

com que o país vencesse o regime militar e os principais dilemas sociopolíticos dele derivados.

Florestan argumenta que no pré-64 toda “conciliação de classe” foi repelida para que não houvesse no futuro transformações profundas nos âmbitos da economia, da sociedade e do Estado, no sentido da instituição de uma verdadeira “revolução dentro da ordem”, ou seja, da abertura da ordem competitiva para os milhões que apenas conviviam com o domínio pleno da burguesia sobre ela. É nesse sentido que o autor chama o golpe de ditadura preventiva que foi responsável pela sobreposição da classe sobre a nação.

O recurso político aos militares foi uma ação crucial para que a burguesia pudesse manter e ampliar seus privilégios na sociedade capitalista periférica e dependente: “Em suma, ela ficava livre para imprimir à autoafirmação burguesa o caráter de uma contrarrevolução, que devia associar a explosão modernizadora com a regeneração dos costumes e da estabilidade da ordem” (Fernandes, 2008:392).

A burguesia teve como objetivo de sua ação controlar a sociedade civil através da defesa de seus interesses como se fossem os da nação e também o controle do Estado para institucionalmente garantir a autoafirmação e o autoprivilegiamento de classe. A partir destes pontos a queda do populismo e a instituição do golpe militar podem ser plenamente explicados:

Quanto ao primeiro ponto, o chamado “colapso do populismo” constitui, em sua essência, um colapso do radicalismo burguês e da ordem pesadamente democrático-burguesa que o engendrara. A ausência de articulação política sólida, ao mesmo tempo flexível e firme, entre as classes possuidoras e as classes despossuídas (classes operárias e destituídas) tirara da ordem social competitiva existente qualquer potenciação democrática efetiva e irreversível. A “demagogia populista” não procedia de qualquer pluralismo real: ela era uma aberta manipulação consentida das massas populares. O povo não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no “campo burguês”; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras. Em suma, não existia uma *democracia burguesa fraca*, mas uma *autocracia burguesa dissimulada* (Fernandes, 2008:395).

O golpe militar representou a institucionalização de uma ordem autocrático-burguesa de caráter aberto e rígido que teria nos setores burgueses militares e na tecnocracia os seus instrumentos mais importantes. Houve, portanto, um consenso burguês em torno da militarização da tecnocratização como elementos cruciais para a

reação de classe auto defensiva levada a cabo pela burguesia. Os militares exerceram o papel de mão armada da tirania de classe (Fernandes,1976). Sobre o significado da tecnocratização Florestan (idem) argumenta:

Isto significa que as elites militares se viram forçadas a adotar uma perspectiva tecnocrática, tornando-se mais ou menos cegas às orientações políticas predominantes no meio interno das sociedades nacionais. Com efeito natural dessa polarização, duas coisas diferentes ocorreram. De um lado, a busca de consenso militar em termos “neutros”, “profissionais” ou “tecnocráticos”. Isso foi conseguido através de uma nova ideologia, construída sobre a concepção militar de “desenvolvimento com segurança”. De outro lado, a conjugação da ditadura militar com uma filosofia altamente tecnocrática implica um gradual endurecimento de calibre direitista (p.106-7).

Florestan (idem) argumenta que sem as duas ações acima citadas o Estado não poderia ser colocado no centro das transformações modernizadoras que ocorreram a partir de 64, nem também manter um nexos entre essas transformações e a regeneração dos costumes e da ordem.

A contrarrevolução instituída com o golpe representou o protagonismo da dimensão política sobre as econômica e a social, pois foi a partir dela que a burguesia impôs às demais classes sua transformação econômica, social e política (Fernandes, idem). Por isso, o regime militar vai ser caracterizado pelo sociólogo paulista como uma ditadura de classe responsável por controlar o Estado através da opressão de classe e da manutenção da ordem que representaram o agravamento das desigualdades sociais já bastante pungentes na realidade brasileira.

Para Florestan a burguesia brasileira estava fadada à contra-revolução, o que impedia qualquer possibilidade de ser realizada uma revolução dentro do capitalismo tendo como bandeira o nacionalismo revolucionário e no sentido da instituição de um Estado democrático. Isso ocorria porque ela estaria enredada num processo alienante, reproduzido a partir de um particularismo cego que impedia a construção de uma visão ampla e crítica sobre a situação brasileira e o seu papel histórico. Por conta disso, suas ações transformadoras acabaram ocorrendo apenas no âmbito econômico.

Ao especificar a relação burguesa com o Estado, Florestan argumenta que houve um processo de modernização e racionalização que serviu para que esta classe pusesse fim às suas debilidades políticas e pudesse ter um controle pleno sobre ele. O Estado que

surge neste momento não possuía o caráter sincrético, o que tornava indevida a caracterização do regime como uma ditadura tradicional:

Sob certos aspectos, ele lembra o modelo ideal nuclear, como se fosse um Estado representativo, democrático e pluralista; sob outros aspectos, ele constitui a expressão acabada de uma oligarquia perfeita, que se objetiva tanto em termos paternalistas-tradicionais quanto em termos autoritários e modernos; por fim, vários aspectos traem a existência de formas de coação, de repressão e opressão. Ou de institucionalização da violência e do terror, que são indisfarçavelmente fascistas (Fernandes, 2008:406).

O Estado não possuía uma organização institucional que possibilitasse a representação dos interesses populares. Ao contrário, foi um locus através do qual a cooptação acabou sendo a regra. Para tanto, o individualismo egoísta que sobrepunha a sociedade civil à nação tinha como fim a intensificação da exploração capitalista e da opressão de classe que eram cruciais para a dominação autocrático-burguesa (Fernandes, *idem*). Com isso, o Estado era dominado pelos interesses de cunho pessoal da burguesia.

Um dos objetivos que tenho neste capítulo é defender que Florestan e Cardoso propagam duas sociologias políticas distintas em termos teóricos, políticos e ideológicos, pois as duas possuem um conteúdo normativo acentuado. Por isso, é importante compreender por que o sociólogo não considera o regime como burocrático e autoritário como faz Cardoso e que analisarei abaixo. A explicação de sua contrariedade quanto à definição de regime autoritário é da maior importância para demonstrar como não apenas suas diferenças em relação ao seu ex-aluno, mas sim para enfatizar como sua interpretação possui um compromisso claro com os setores subalternos e com uma saída revolucionária para vencer o regime.

Florestan (1978) argumenta que o conceito de autoritarismo é um tanto problemático por ser ambíguo e plurívico. No entanto, a questão mais pungente está relacionada ao vínculo que possui com o ataque liberal aos abusos de poder e ao excesso de autoridade. O conceito acabou sendo utilizado, sobretudo pelos cientistas políticos que procuravam analisar o sistema político a partir da demarcação de uma lógica própria de funcionamento. Ele seria utilizado para demonstrar o excesso de autoridade exercida pelos ocupantes do sistema.

Florestan (1978) advoga que o conceito pode “designar uma ‘variação normal’ (no sentido de ditadura técnica em defesa da democracia) quanto pode se confundir com

uma compulsão ou disposição ‘universal’ de exacerbação da autoridade”(p.6). Com isso, o conceito poderia ser utilizado para designar qualquer regime. Há, portanto, uma constituição formal de democracia implícita. Por tudo isso, o conceito de ditadura possui um caráter mais preciso, pois ela seria capaz de desnudar todas as contradições intrínsecas da sociedade capitalista que, por sua vez, acabam sendo encobertas pelo conceito de autoritarismo.

O sociólogo afirma ainda que a ótica capitalista acabava circunscrevendo o horizonte intelectual do analista, fazendo com que ele tivesse uma visão permeada pelo universo burguês. Com isso, era vedado a ele a possibilidade de constituir uma interpretação plural e crítica da realidade. Isto ocorria porque o analista não conseguiria se livrar do conteúdo ideológico contido nesta explicação, além de (...) “ao se identificar com a ‘democracia liberal’ ele fica prisioneiro das limitações insanáveis da *consciência burguesa*”(Fernandes,1978:9). Como consequência, haveria a defesa de uma concepção elitista e minoritária do regime democrático.

Ao focar de forma direta a ciência política, Florestan advoga que ela faria o repúdio da democracia e reproduziria consequentemente uma práxis conservadora por estar presa ao universo burguês. Ou seja, conceituar o regime militar como burocrático acaba servindo de instrumento conservador responsável por impedir um conhecimento abrangente e uma consequente práxis crítica e negadora em relação ao regime militar.

Como procurarei demonstrar abaixo, Cardoso caracteriza o regime militar na contramão de Florestan, pois o define como burocrático-autoritário e faz a defesa de uma proposição de democracia também divergente daquela proposta por seu antigo mestre. Assim, consigo elementos para demonstrar as diferenças entre ambos, nos âmbitos teórico, político e ideológico.

Retomando a argumentação sobre a ditadura autocrático-burguesa, Florestan ressalta que a burguesia imputava controles coercitivos e limitativos às massas que faziam com que a ordem social competitiva continuasse a ser reproduzir de forma distorcida, uma vez que as potencialidades existentes nela acabaram sendo reduzidas a quase nada em termos de organização institucional dos seus anseios de reforma social ou mesmo de mudança em um sentido progressivo (Fernandes, 2009:85). A demarcação feita acima é importante para que a singularidade brasileira fique bem demarcada: (...) “a ordem social competitiva é demasiado fraca para proceder a essa mobilização, potencialmente viável,

mas que exigiria a supressão das condições e dos efeitos do próprio capitalismo dependente” (Fernandes, 2009:85).

Outro elemento de grande importância para a caracterização da ditadura autocrático-burguesa sob o capitalismo monopolista é o imperialismo, especificamente na figura dos Estados Unidos que fez com que este ganhasse o designativo de total devido ao controle econômico e político rigorosos que imprimia à periferia. Ele foi responsável por organizar e orientar o processo de modernização tendo ainda a participação do Japão e de países da Europa (Fernandes, 1976). Os Estados Unidos também tiveram importante papel para instauração da ditadura militar:

Não obstante, como os Estados Unidos aprenderam de modo errado as lições da revolução cubana, suas influências sobre o pensamento conservador e as forças armadas da América Latina tomaram uma direção negativa. Elas engrandeceram e difundiram um medo pânico e uma drástica contraviolência. E, de outro lado, elas oferecem uma boa desculpa e uma saída oportunista para os civis e militares conservadores, que puderam justificar facilmente os *golpes de estado*, a ditadura militar, o terrorismo direitista e uma terrível repressão obscurantista (Fernandes, 1976:114-5).

Segundo a interpretação de Florestan o regime militar era uma ditadura da burguesia em união com o imperialismo, que demonstrava a forma autocrática de controle do poder no Brasil. Isto resultou no monopólio da sociedade civil, uma ordem social competitiva fraca e incompleta e uma consequente concentração da riqueza, do prestígio social e poder que eram cruciais para manter o capitalismo dependente em pleno funcionamento. Tendo em vista isso, qualquer tipo de saída de caráter reformista como a luta pela institucionalização da democracia liberal apenas daria força para a manutenção do capitalismo e das iniquidades sociais dele derivadas.

A interpretação do sociólogo paulista tem um caráter crítico e negador desse sistema, voltado para os dominados, focado na luta de classes e na consequente saída revolucionária para redimir as mazelas produzidas pela dupla articulação entre dominação autocrático-burguesa e imperialismo. Sua interpretação possui um caráter normativo muito forte no sentido da crítica indignada ao capitalismo dependente e também na defesa de uma saída revolucionária como caminho para se instituir uma ordem efetivamente democrática.

Dentro deste quadro a sociologia possui um papel central no sentido de diagnosticar precisamente o regime militar e a lógica intrínseca de funcionamento do capitalismo dependente de forma a poder gerar as condições necessárias para uma saída transformadora de cunho revolucionário. Esta saída poderia ser dentro do capitalismo e ou mesmo (o que o autor preferia) pela via socialista. Todavia, a mudança necessitaria ser encabeçada por uma revolução política:

Portanto, nos limites históricos, “revolução dentro da ordem” significaria conquista de autonomia dentro do “desenvolvimento capitalista”, superação do crescimento por incorporação ao espaço econômico, sociocultural e político das nações capitalistas hegemônicas e da superpotência capitalista. Enquanto que “revolução contra a ordem existente” envolve algo mais complexo: uma real ruptura com o passado e com o presente, bem como a criação de um novo patamar evolutivo (Fernandes, 2009:126).

Era necessário fazer com que a ordem competitiva se abrisse de forma efetiva para os milhões que formavam a nação brasileira excluída do acesso à riqueza, ao prestígio social e ao poder, de forma a transformar a modernização dependente em autônoma como saída dentro do capitalismo: “a primeira, colocaria a América Latina em condições de atingir o ano 2000 numa situação estrutural comparável à dos países adiantados da Europa no período da revolução industrial”(Fernandes,2009:126). Mesmo vendo a possibilidade de uma saída dentro da ordem, Florestan não deixou de demarcar sua posição socialista e também de demonstrar ceticismo com essa revolução que considerava possuir um caráter muito limitado.

A revolução contra a ordem representava a instauração do socialismo e a oportunidade efetiva para que as promessas da modernidade pudessem ser efetivamente realizadas como igualdade, liberdade e justiça social e a consequente instauração de uma ordem igualitária.

Mesmo não havendo um movimento socialista forte, Florestan aposta na força das contradições geradas pela dominação burguesa como caminho para a transformação revolucionária: “A conquista de poder, suprema para o proletariado, não possui um ponto final na ordem existente. Ao contrário, ela apenas começa aí, pois sua revolução social não pretende ‘reformular’ mas destruir o capitalismo” (Fernandes, 1980:25).

O sociólogo defendia que a superação da situação de anomia que marginalizava as massas e bloqueava a luta de classes não deveria ser feita através da incorporação de elementos reformistas presentes no capitalismo. Ao contrário, defendia que era necessário a incorporação do socialismo de caráter revolucionário. Somente desta forma poderia haver uma abertura efetiva da democracia burguesa ou mesmo a tomada de poder por via revolucionária (Fernandes, 1980:27). Nesse sentido, apenas uma revolução democrática poderia fazer com que o capitalismo dependente e suas respectivas mazelas pudessem ser derrotados.

O socialismo toma um patamar de centralidade no pensamento de Florestan porque ele considerava que o capitalismo dependente tinha gerado na periferia uma modernidade precária (Rodrigues, 2006). Isto porque as mudanças levadas a cabo pelo processo de modernização, sobretudo àquelas protagonizadas pelo regime de 1964, não impediram que constituíssemos uma ordem social competitiva precária, ou seja, uma sociedade capitalista marcada pela incompletude, pelo desvio, pela inferioridade material e simbólica em relação à sociedade capitalista central. Neste último a racionalização, a secularização, a separação entre público e privado, as classes sociais e a cidadania foram plenas, além do conflito de classes ter se constituído de forma positiva, pois acabou fazendo com que a ordem competitiva tivesse um caráter aberto e democrático.

Os elementos vistos acima nunca ocorrem e nem poderia ocorrer dentro do capitalismo dependente, que era composto por uma junção entre elementos modernos e arcaicos que fazia com que os últimos fossem responsáveis por estruturar a sociedade capitalista junto com a ação do imperialismo. Nesse sentido, Florestan advoga que a civilização moderna apenas poderia ser constituída na América Latina através do socialismo.

Florestan (1980b), no entanto, deixa de ter uma visão positiva do capitalismo quando este chega à fase monopolista, pois “(...) o capitalismo se altera substancialmente e deixa de fornecer e de ser, a um tempo, a base material e o fundamento histórico da existência do liberalismo e da sobrevivência da democratização crescente”(p.42) O que precisa ser ressaltado é que mesmo no momento em que o sociólogo incorpora o marxismo revolucionário e uma consequente postura crítica em relação ao capitalismo, de maneira profunda, continua a reproduzir os pressupostos da sociologia da modernização ao caracterizar a singularidade brasileira e apontar as terapias necessárias à sua superação.

Um ponto necessita ser demarcado sobre a visão de Florestan relativa aos países do capitalismo autônomo. Defendi até aqui a idealização dos países centrais levada a cabo pelo sociólogo paulista e por Cardoso desde os anos 1950 quando recepcionam a sociologia da modernização. A construção da singularidade brasileira foi feita a partir da comparação com uma formação material e simbolicamente superior, pois estes teriam instituído a racionalização, a secularização, a separação entre público e privado, classes sociais bem definidas, uma ordem social competitiva aberta, a cidadania e democracia. Desta forma, nos constituímos pelo signo da falta, da incompletude quando comparados ao “núcleo dinâmico da modernidade”. Isto porque os sociólogos reproduzem o discurso hegemônico da modernidade como se fosse efetivamente verdade, terminando por constituir diferenças essenciais entre centro e periferia.

Bem, quando Florestan analisa o capitalismo monopolista termina por relativizar sua visão idealizada sobre o capitalismo central. Afirmando relativizar porque ele passa a analisar de forma crítica e negadora o capitalismo monopolista e também a vislumbrar um futuro reacionário até para os países capitalistas do centro, além de ter revisto criticamente o papel e atuação da sociologia desde o período clássico. Todavia, não reviu suas interpretações anteriores cruciais para demarcar nossa singularidade e a consequente diferença essencial entre centro e periferia. É importante demarcar também como a crise gerada pela aposentadoria compulsória foi elemento central para as novas formulações críticas de Florestan.

A partir do capitalismo monopolista houve a instituição de confronto mortal entre socialismo e capitalismo como sistemas de poder e padrões exclusivos de civilização. Em sua formação monopolista, o capitalismo terminava por oferecer alternativas pobres, uma vez que o radicalismo burguês que havia dado condições de materializá-las perdeu substância política e deixou de responder a necessidade histórica (Fernandes, 1980b:40). De acordo com Florestan, as nações capitalistas centrais e sua superpotência adotaram estratégias de contrarrevolução preventiva, que terminou por ser mais profunda na periferia. Como exemplo a autocracia burguesa, que representa uma forma privatista de condução do poder, foi um fenômeno histórico nascido na periferia que Florestan acreditava que seria o comportamento futuro das burguesias centrais também¹⁸⁶:

¹⁸⁶Ainda segundo Florestan: Trata-se de uma situação na qual se espelha o drama mais profundo da civilização capitalista. Ela sobrevive pela reprodução da ordem existente. Avança através de uma tecnologia que empresta grande flexibilidade ao capitalismo no plano da força bruta, do consumo de massa e da

Mesmo nos países desenvolvidos em que cultura cívica, participação e mobilização se conjugam à representação, ao consenso e ao parlamentarismo, a revolução democrática é esterelizada por uma liberdade esvaziada e poluída pela desigualdade social. O quadro na periferia do mundo capitalista é muito pior – haveria necessidade de lembrar porquê? (Fernandes, 1980b:128).

Era o capitalismo monopolista que colocava limitações que chegaram ao centro e à periferia, mesmo que em intensidades diferentes. Havia a junção dos interesses do capital monopolista e a corrupção do regime democrático a partir de dentro. O capitalismo monopolista significava o imperialismo e controle mundial do sistema pelas multinacionais e também pelos estados das nações centrais e pelos Estados Unidos. Dentro deste quadro, revoluções democráticas autênticas só poderiam ocorrer a partir de uma perspectiva socialista:

Trata-se de uma situação na qual se espelha o drama mais profundo da civilização capitalista. Ela sobrevive pela reprodução da ordem existente. Avança através de uma tecnologia que empresta grande flexibilidade ao capitalismo no plano da força bruta, do consumo de massa e da poluição generalizada (da natureza ao ser humano e à cultura: nada escapa.) Portanto, há um resíduo contra-revolucionário imanente à civilização capitalista ameaçada, resíduo que cresce e se multiplica na periferia, onde a relação numérica entre os “malditos da terra” e os “entes privilegiados” atinge desequilíbrio insuperável. O que quer dizer que o capitalismo selvagem na periferia contém a sua razão política intrínseca: salta do tradicionalismo para a modernização ultra-reacionária (Fernandes, 1980b:125).

Florestan constrói uma visão crítica e negadora do capitalismo monopolista no centro e na periferia. É sobre ele que incide sua visão crítica e negadora que o fez vê-lo como estritamente negativo, uma vez que vedava a instituição de elementos construtivos que foram vistos acima. Assim, ele não reviu suas visões anteriores que colocaram os países centrais em uma posição material e simbolicamente superior à periferia e ao Brasil,

poluição generalizada (da natureza ao ser humano e à cultura: nada escapa.) Portanto, há um resíduo contra-revolucionário imanente à civilização capitalista ameaçada, resíduo que cresce e se multiplica na periferia, onde a relação numérica entre os “malditos da terra” e os “entes privilegiados” atinge desequilíbrio insuperável. O que quer dizer que o capitalismo selvagem na periferia contém a sua razão política intrínseca: salta do tradicionalismo para a modernização ultra-reacionária (Fernandes, 1980b:125).

em especial. Continuávamos a ter no tradicionalismo o elemento interno a demarcar a singularidade e consequente “modernidade precária”.

Nesse sentido, Florestan não modifica sua visão idealizada sobre o capitalismo central que foi crucial para demarcar a nossa singularidade. É necessário demarcar em que sentido o sociólogo idealiza os países centrais. Idealiza no sentido de apontá-los como material e simbolicamente superiores aos países periféricos como o Brasil, que era nesse universo um tipo extremo. Portanto, a interpretação marxista revolucionária de Florestan possui uma visão crítica e negadora em relação ao capitalismo, mas que não é suficiente para que o discurso hegemônico da modernidade responsável pela demarcação de uma diferença essencial entre centro e periferia fosse totalmente superado.

Florestan demonstra como a passagem do capitalismo competitivo para o monopolista foi crucial para que a sociologia perdesse seu caráter construtivo inserido na busca pelo controle racional das forças sociais, tornando-se serva do poder: “(...) o capitalismo se altera substancialmente e deixa de fornecer e de ser, a um tempo, a base material e o fundamento histórico da existência do liberalismo e da sobrevivência da democratização crescente” (Fernandes, 1980b:42). Isso fez com que a sociologia fosse usada por forças irracionais no mundo capitalista. Com isso, a sociologia torna-se instrumental às elites dirigentes (Fernandes, 1980b). Florestan advoga sobre o papel crucial da sociologia como instrumento da revolução democrática e da passagem para a sociedade socialista e também para o comunismo.

O liberalismo, que havia dado suporte a produção sociológica, terminou sofrendo um esvaziamento histórico como a instauração do capitalismo monopolista: “Na verdade, ele se esvazia historicamente como fonte de dinamização da consciência burguesa ‘esclarecida’ e do radicalismo burguês” (Fernandes, 1980b:33). Houve a pulverização do conflito de classes (Fernandes, 1980b). Por conta disso, Florestan lutava para retirar da sociologia a impregnação burguesa que esta possuía de forma a fazê-la ser combustível para uma prática revolucionária levada a cabo pelo proletariado no sentido de instituir a revolução democrática.

5.5 Cardoso, a dependência e a sociologia política da ordem

Nesta parte vou analisar as interpretações de Cardoso sobre a dependência e o regime militar de 1964 com objetivo de focar como o sociólogo caracteriza a singularidade brasileira e suas relações com pressupostos da sociologia da modernização.

Antes, todavia, farei o mesmo exercício analítico que desenvolvi com Florestan, ou seja, exporei algumas leituras sobre o sociólogo com o objetivo de apontar as linhas interpretativas existentes sobre seu pensamento.

Lidia Goldenstein (1994) fez um inventário sobre a questão da dependência no Brasil. Com isso, acabou chegando ao pensamento de Cardoso e ao debate no qual esteve envolvido entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980. A autora constrói uma interpretação positiva das teses do autor, uma vez que este teria conseguido demonstrar o equívoco das interpretações estagnacionistas e revolucionárias que não viam condições para a instauração de um desenvolvimento efetivo na periferia. Além disso, Cardoso ainda teria conseguido se colocar à frente da interpretação cepalina que seria marcada pelo evolucionismo. A autora considera a interpretação um avanço em relação às anteriores:

A relação entre os países centrais e a periferia deixa de ser vista como sendo necessariamente entre países primário-exportadores e industrializados e passa a abarcar a possibilidade de uma relação entre países com graus diferentes de industrialização. A antiga dicotomia da CEPAL entre industrialização nacional ou dependência é superada (Goldenstein, 1994:42).

Apesar de pontual, a discussão feita por Goldenstein teve o objetivo claro de enaltecer a interpretação de Cardoso, sobretudo enfocando a vitória que ela teve na disputa com outras versões sobre o desenvolvimento e a dependência. Essa interpretação não é exclusiva da autora, mas representa a leitura hegemônica que a obra de sociólogo sobre a dependência possui.

José Carlos Reis vai na mesma linha vista acima ao analisar o significado da obra de Cardoso para a caracterização da identidade do Brasil. Reis (2007) argumenta que a interpretação do que ele chama de nova dependência feita por Cardoso seria mais lúcida e serena, pois estaria mais afeita as modificações da história e aos equívocos existentes na teoria. Isso porque teria conseguido protagonizar uma leitura realista do Brasil em relação à interpretação da superexploração capitalista e também aquela protagonizada por Andre Gunder Frank, que via a América Latina caracterizada pelo desenvolvimento do subdesenvolvimento. Por conta disso, mesmo reconhecendo que sua tese destoava da produção levada a cabo pela esquerda, sobretudo a radicalizada, o autor advoga que Cardoso imprimiu um olhar renovador sobre a América Latina:

F.H. Cardoso fez da dependência, que era o mal do Brasil, a base do seu desenvolvimento capitalista, reabrindo o horizonte do Brasil. O que

impedia o desenvolvimento tornava-se o seu dinamizador. São obras otimistas que ressignificam o passado, tornando-o não só mais leve como a fundação sólida de um Brasil bem-sucedido no futuro (p.244).

Além de caracterizar a interpretação de Cardoso como inovadora ao ser comparada com a produção feita pela esquerda, Reis (idem) ainda aponta como ela foi positivamente construída através da utilização do método dialético, que conseguiu se desvencilhar das análises economicistas que acabavam deixando de lado os aspectos sociais e políticos. Com sua perspectiva, Cardoso conseguiu integrar a análise econômica, social e política e também analisar a estrutura de classes e os grupos sociais existentes nas sociedades dependentes (Reis, idem). O autor ainda demonstra precisamente o caráter pragmático do pensamento de Cardoso, pois este constrói uma interpretação que não deixa espaço para outra organização que não seja o capitalismo dependente de onde se deveria buscar o máximo de democracia social e política.

Assim como feito por Goldenstein Reis constrói uma visão exclusivamente positiva do pensamento de Cardoso quando comparado ao campo intelectual dos anos 1960 e 1970. Desta forma a interpretação Cardoso, grande vencedora das controvérsias sobre a dependência, termina sendo lida como uma contribuição estritamente positiva. Com isso, não existe espaço para que possa ser feita uma leitura crítica de suas teses e também dos pressupostos contidos nelas, além do fato de silenciar as outras leituras que são taxativamente definidas como equivocadas, catastróficas, sem plausibilidade.

Mesmo com a força da interpretação vista acima, existem também leituras alternativas de caráter crítico, sobretudo àquelas que se esforçam no sentido de demonstrar como Cardoso não produziu uma interpretação marxista da dependência. Ao contrário, teria reproduzido leitura weberiana da América Latina que demonstraria como esta possuía um caráter profundamente conservador como é o caso do trabalho feito por Ivan Cotrim (2003) que eu já analisei em outro lugar¹⁸⁷. Agora, gostaria de debater com a interpretação de Roberta Traspadini porque ela trás uma leitura crítica focada nos pressupostos políticos existentes no pensamento de Cardoso.

¹⁸⁷ Em minha dissertação de mestrado em que analisei, entre outros elementos, a recepção de Max Weber no pensamento de Cardoso, debati com a interpretação de Cotrim que tinha como objetivo provar que Max Weber era a base do pensamento do sociólogo paulista. Para tanto, o autor fez uma análise entre o final dos anos 1950 e o início dos anos 1970.

Traspadini (1999) defende que Cardoso havia preparado desde o final dos anos 1960 uma teoria da interdependência que teria sido aplicada na presidência da República nos anos 1990. No momento em que o livro foi publicado, no final dos anos 1990, o governo atravessava uma profunda crise e também o presidente sofria pesadas críticas da esquerda que não se conformava com a suposta traição feita por Cardoso a seus ideais socialistas caracterizada na frase “esqueçam tudo que escrevi”. Acredito que este seja o ponto mais frágil da argumentação da autora, pois ela esquece que o sociólogo também produz um pensamento político que se complementa sua análise sobre a dependência. Além disso, ela desconsidera as questões conjunturais tanto em nível político quanto intelectual, lacuna esta que não existe nos autores acima citados.

Mesmo com essa ponderação crítica mais geral, acredito que ela traga importantes elementos para a construção de uma leitura crítica sobre a produção do sociólogo paulista no sentido que procuro desenvolver nesta tese. Traspadini sustenta que Cardoso propõe desde Dependência e Desenvolvimento na América Latina uma perspectiva calcada na ideia de interdependência, ou seja, no desenvolvimento subordinado ao capital internacional. Assim, não existiria uma leitura crítica sobre o imperialismo que seria, portanto, positivamente estabelecido. No caso brasileiro a fragilidade das classes para propor um projeto de desenvolvimento tornaria a opção pela incorporação ao imperialismo como condição necessária ao desenvolvimento:

Ao invés de lutar contra a atual ordem mundial, torna-se condição *sine qua non* juntar-se a ela para que se consiga conciliar as crises e os ganhos mundiais com as vantagens competitivas que as empresas pretendem adquirir internamente (Traspadini, 1999:70).

A autora argumenta que Cardoso desenvolve uma interpretação limitada da dimensão econômica, o que faz com que ele acabe não vendo na questão da distribuição de renda um obstáculo para o desenvolvimento uma vez que o problema estaria na fragilidade político-social das economias latino-americanas. O autor também não analisou a forma de atuação das multinacionais que junto à concentração de renda foram responsáveis pela exclusão de grande parcela da população. Traspadini observa precisamente como o dilema do desenvolvimento estava focado no âmbito interno, precisamente na condução do Estado. Com isso, o capital externo acaba não aparecendo na análise como grande vilão.

Através deste quadro a periferia tinha no desenvolvimento dependente-associado a sua forma possível a partir do protagonismo do capital. Este estruturaria uma realidade de interdependência na medida em que a periferia continuaria a ser receptora de tecnologia para estruturar o processo de desenvolvimento. Bem, acredito que a autora avança em relação às interpretações vistas acima porque traz uma leitura crítica, demonstrando o pragmatismo presente nas proposições de Cardoso.

Minha leitura, todavia, procura enfocar a questão da singularidade brasileira e as relações que esta caracterização possui com os pressupostos da sociologia da modernização. Isso não quer dizer que a questão normativa e propriamente política de sua obra fique de lado. Pelo contrário, sigo neste ponto a interpretação de Traspadini para caracterizar a sociologia produzida pelo autor como sociologia política da ordem¹⁸⁸. Procuro deixar claro ao enfocar seu pensamento político e o papel dado por ele ao intelectual durante os anos 1970 que desenvolvo neste e no próximo capítulo, respectivamente.

Ao contrário de Florestan que constrói uma teorização sobre o capitalismo dependente, Cardoso analisa situações de dependência. Mesmo assim, as interpretações possuem elementos comuns, uma vez que a produção de Cardoso desde o trabalho sobre os empresários industriais até a primeira formulação da teoria da dependência foi fundamental para a construção teórica de Florestan.

Se durante os anos 1950 a influência do então regente da Cadeira de Sociologia I sobre Cardoso foi imensa, durante os anos 1960 ele passa a influenciar a produção de Florestan, sendo crucial para que ele chegasse a produzir a teorização sobre o capitalismo dependente. Por isso, veremos pontos de encontro entre eles mesmo tendo em vista que as interpretações e as terapias contidas, de um modo geral, em suas análises sobre a periferia capitalista e o regime militar são bastante distintas.

O trabalho de Cardoso sobre a dependência tem como fio condutor questionar as interpretações sobre o desenvolvimento contidas na CEPAL e também em outros autores

¹⁸⁸ É importante demarcar que Ouriques (2014) também defende que Cardoso produz uma sociologia da ordem. Aliás, o autor afirma de forma precisa que Cardoso foi o grande sistematizar desta sociologia responsável por silenciar o pensamento crítico e revolucionário. Para tanto, o autor não demarca de forma precisa como o sociólogo paulista produz sua sociologia, bem como a coloca como diametralmente oposta àquela produzida por Florestan. Realmente ela é bem diversa da sociologia crítica de Florestan de uma forma mais geral, mas em uma análise mais detida podemos observar como as duas sociologias terminam por estar bem próximos devido à reprodução dos pressupostos da sociologia da modernização e a consequente reprodução do eurocentrismo que o autor tanto critica em seu trabalho.

que levaram a cabo interpretações sobre dependência sob uma perspectiva marxista radical¹⁸⁹. Este ponto, que já foi enfocado exhaustivamente pelos intérpretes do autor não será tematizado neste capítulo de forma sistemática, visto que a minha questão mais importante é focar a interpretação de Cardoso sobre a singularidade do processo de modernização brasileiro. Por isso, analiso apenas a parte dedicada à interpretação do caso brasileiro.

Cardoso propõe uma análise integrada para pensar a singularidade brasileira, sobretudo enfocando a relação entre grupos e classes que seria fundamental para o processo de desenvolvimento devido ao caráter não linear e natural da mudança social: “a estrutura social vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses ao conjunto da sociedade” (Cardoso,1984:22). Nesse sentido, a dimensão política possui posição central como também enfocou Florestan. Seriam as estruturas de domínio os elementos principais a explicar sociologicamente o desenvolvimento. Não haveria, portanto, uma determinação plena do exterior sobre os rumos do desenvolvimento como também defendeu Florestan.

Assim, Cardoso propôs uma análise que enfoca as conexões entre o sistema econômico e a organização política interna e também e as relações com os países centrais, ou seja, uma análise integrada e dialeticamente constituída. Sobre a questão política vale mais um parêntese que tem a ver com a singularidade deste processo no Brasil, que caminhou em sentido inverso dos países centrais organizados por um capitalismo autônomo e que tiveram um desenvolvimento capitaneado pelo protagonismo do sistema econômico. Ele analisou o desenvolvimento a partir de uma perspectiva histórica como também fez Florestan. Desta forma, Cardoso também produziu uma interpretação que dava ênfase à contingência histórica e que se opunha, com isso, os postulados então dominantes da sociologia da modernização para interpretar o caso periférico:

¹⁸⁹Sobre a polêmica com as interpretações radicais da dependência, Cardoso (1993) argumenta: “Por trás desses problemas da acumulação financeira e da circulação de capitais existem outros, na órbita da produção e na forma de exploração da mais-valia. Convém começar indicando o ponto polêmico: a nova forma de dependência está baseada na exploração da mais valia-relativa e no aumento da produtividade. A razão da polêmica possível é óbvia. Ao afirmar isto, oponho-me à interpretação de A.G. Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. Ao mesmo tempo, a interpretação de Rui Mauro Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência como uma forma de reprodução da mais-valia absoluta e da produção de matérias-primas baratas requer alguma delimitação. A tese que desejo indicar(sujeito naturalmente a estudos posteriores e que nesta comunicação é exposta como exemplo de um campo aberto à discussão teórica) insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes(p.105-6).

Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação (Cardoso, 1984:26).

É por conta da contingência histórica que Cardoso procura se afastar da sociologia da modernização tentando apontar como constituímos uma realidade singular e, portanto, essencialmente diferente dos países centrais. Nesse sentido farei o mesmo exercício analítico que desenvolvi com a interpretação de Florestan, pois analiso sua interpretação histórico-sociológica desde o período colonial até o chamado regime burocrático-autoritário. Com esse exercício analítico poderei apontar como o sociólogo permanece preso aos pressupostos da sociologia da modernização.

Antes vale um parêntese importante. Cardoso não possui uma análise sistemática e densa como presente em Florestan, uma vez que suas proposições sobre a dependência e o regime militar são frutos de vários ensaios. Além disso, defendo a hipótese de que a construção de um entendimento amplo de sua produção necessita interconectar suas interpretações sobre a dependência e seu pensamento político. Por isso, minha exposição sobre o pensamento do autor será feita de forma diferente da que desenvolvi em relação a Florestan quando trabalhei separadamente as partes relativas ao capitalismo dependente e a ditadura militar, o que não quer dizer que estas dimensões não se interconectem. Ao contrário, são indissociáveis, mas a exposição tornava-se mais clara desta forma.

Assim como Florestan Cardoso inicia a análise pelo período colonial como forma de compreender o caráter da dependência e do autoritarismo que singularizavam a realidade brasileira. Um dos elementos cruciais para o entendimento das duas variáveis que conformam a nossa singularidade é o sistema de classes sociais que é visto com precário, incompleto e distorcido em relação à mesma formulação nos países centrais como já fizera Florestan em sua interpretação. Vejamos como Cardoso constrói a explicação sobre a nossa singularidade.

Para explicar os fatores acima citados o autor parte da caracterização e análise do modo de produção colonial e sua articulação dialética com o centro do capitalismo estruturado pela dimensão histórica de sua formação, uma vez que o sistema não possuía

uma única forma de expressão como pensavam, por exemplo, os teóricos do PCB. A sua expressão local tornava-se elemento decisivo para a interpretação.

O primeiro elemento que singularizava o modo de produção colonial e impedia o pleno florescimento do capitalismo era a escravidão que mesmo funcionando como uma ferramenta importante para a acumulação no centro terminava como um poderoso obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas. Além disso, acaba sendo fonte de contradição entre a exploração capitalista e a extração de mais-valia (Cardoso, 1975:109). Dentro dessa estrutura o senhor rural, mesmo tendo articulado a produção para o mercado externo, não possuía condições para ser caracterizado como capitalista. Para tanto, Cardoso segue a interpretação de Florestan, a quem faz referência direta:

Florestan Fernandes usa a expressão “antigo regime” para ressaltar esta especificidade. Com esta ou com outra expressão qualquer, o importante, no caso, é ressaltar, com Fernandes e alguns outros, que os produtores coloniais eram “capitalistas” mas num sentido muito preciso e bem distinto do que se atribui à burguesia agrária europeia, pois eram também senhores (p.111).

Se os senhores rurais não podiam ser caracterizados como capitalistas plenos, tão pouco podiam ser classificados como uma burguesia agrária. O que havia, de fato, era uma organização contraditória entre elementos modernos e tradicionais, com ênfase ao último no que se refere à organização econômica, social e política em âmbito interno. Isto porque tínhamos a produção mercantil coexistindo de força entrelaçada com a ordem patrimonial-senhorial que estruturava socialmente a Colônia.

Para a caracterização de nossa singularidade, Cardoso utiliza o mesmo procedimento desenvolvido por Florestan que era a comparação com a chamada “modernidade originária” e com o capitalismo que lhe deu suporte. Ou seja, o recurso à contingência histórica tem como fator crucial o elemento valorativo existente na comparação com os países centrais.

Nessa ordem senhorial os escravos, índios e homens livres são personagens passivos que têm um comportamento diametralmente oposto àquele que ocorrera no centro para o autor: “Sua luta, quando houve, nada teve em comum sequer com os “rebeldes primitivos” da Europa. Pertencem às páginas dramáticas da história dos que não têm história possível” (Cardoso, 1975:112). Constituimos desde a Colônia, portanto, uma realidade essencialmente diversa dos países centrais

A partir da observação dos sujeitos que trabalhavam no latifúndio inseridos dentro do modo de produção colonial poderia ser observada a singularidade brasileira¹⁹⁰. Os homens livres que na formação europeia clássica formaram um campesinato, não repetiram os mesmos comportamentos na formação brasileira porque suas ações de revolta tiveram o caráter individual e não de uma classe de trabalhadores agrários que a ordem patrimonial impedia que se desenvolvesse.

Para a compreensão da singularidade brasileira e das sociedades coloniais de uma forma geral era necessário que houvesse uma adequação conceitual que pudesse apontar a relação entre o geral representado pela produção mercantil capitalista e o particular que eram as formas de organização da produção colonial (Cardoso, 1975:115). Desta forma, os conceitos europeus criados para pensar sua própria história se mostravam inadequados para a compreensão profunda do modo de produção colonial e suas relações sociais e políticas. A organização nacional se mostrava decisiva para compreensão da singularidade brasileira. Ou seja, o nacionalismo metodológico era reivindicado como central.

Outro elemento que auxilia a demonstrar a singularidade do modo de produção colonial, da sociedade capitalista e das classes sociais que serão nela formadas é a cidade e sua caracterização na Europa e entre nós. Para tanto, Cardoso procura demonstrar a especificada da cidade ocidental a partir dos trabalhos de Weber e Marx. Com isso, o autor assentou as bases para colocar em voga aquilo que nos era próprio:

Em suma, as cidades podem ter tido origem predominantemente mercantil, consumística ou industrial. Mais frequentemente ainda as cidades derivaram da combinação dessas distintas formas de atividade econômica. Em qualquer caso, porém, nelas se constituía um mercado e frequentemente a especialização ecológica fazia surgir, numa área dentro do casario contínuo da cidade, um bairro específico de negócios, a City, na expressão inglesa, que tornou famosa Londres, mas que, sob outros designativos existiu como característica magna do fenômeno urbano (Cardoso, 1975:139).

A cidade europeia tinha como característica ter sido formada a partir de atividades mercantis que a fizeram possuir uma formatação dinâmica e plenamente moderna, uma

¹⁹⁰ Sobre este ponto é importante fazer uma observação. Para caracterizar o comportamento dos homens livres Cardoso se baseia no trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco que, como analisei em detalhe no capítulo anterior, constrói uma interpretação que vai de encontro às perspectivas de próprio Cardoso e de Florestan na caracterização do período escravista.

vez que pensada como um fenômeno social estruturado pela divisão do trabalho, pelo mercado e também como um processo político através da autonomia relativa que ela possuía frente a outras organizações de caráter político-administrativo (Cardoso, 1975:140). Cardoso (1975:140) argumenta que esta forma de organização acabou resultando na formação de regras que resultaram no direito de propriedade urbana, tribunais para regulamentação da vida econômica, regras de definição de poder e de participação política. Precisamente, esta organização acabou proporcionando a organização futura de uma sociedade de classes bem definida, aberta e democrática.

Cardoso desenvolveu a argumentação acima para defender mais uma vez a inadequação do modelo europeu para caracterizar a realidade latino-americana e brasileira, que acabou sendo caracterizada como o antípoda da formação levada a cabo na “modernidade originária”:

Comecemos pela primeira questão. É sabido que nos tempos coloniais a cidade latinoamericana nasceu e cresceu sob a inspiração do capitalismo comercial ibérico e dentro dos marcos da relação Metrópole-Colônia. A política que lhe deu vida esteve antes presa ao mercantilismo ibérico do que às lutas entre os habitantes locais e o Senhor. Só o Príncipe, e não mais como senhor de domínios locais, mas como Suzerano único, fiel da Coroa e de seu Tesouro, contava como princípio de poder. A cidade a ele se subordinava, como parte constitutiva do Império (Cardoso, 1975:141).

A cidade na América Latina teve uma inserção política própria ao ser comparada com o norte da Europa. O que tivemos, de fato, foi a herança de uma forma de organização constituída na Ibéria: “A cidade nasce como o prolongamento na colônia da presença d’ El Rey, transferindo para a situação colonial o que era já era a forma de relacionamento entre a cidade hispânica e a Coroa”(Cardoso,1975:142).

Apoiando-se em Sergio Buarque de Holanda Cardoso argumenta que os portugueses tiveram o desleixo na geografia urbana que a singularizou em relação à experiência europeia. E não reproduziu também a pauta político-econômica que a teria caracterizado. No Brasil foram as cidades administrativas que justificavam, por sua vez, a relação tão estreita com a Coroa como poderia ser comprovado através das ações das câmaras municipais que agiam até o limite econômico e político que o interesse da Coroa impunha: “Era à Coroa que as “leis câmara” suplicavam e dela emanavam o poder e a autoridade de que as juntas e câmaras se revestiam” (Cardoso,1975:144).

A passagem do autor pela dinâmica organizativa das cidades é de grande importância para que ele consiga apontar de forma detida a singularidade brasileira, que foi responsável por reproduzir uma economia dependente, uma sociedade capitalista sem classes sociais plenamente definidas, uma cidadania débil, uma organização política pautada pelo burocratismo e pelo patrimonialismo. Este último, que representava a indissociação crônica entre público e privado e que se tonava o nosso principal dilema social e político. Nesse sentido, Cardoso argumenta sobre as consequências ocorridas devido à fragilidade das cidades coloniais que não conseguiram ter o mesmo encaminhamento positivo e de sentido autonomista que aconteceu com as cidades europeias:

Cercados pelos interesses coloniais da Coroa e pelo mar de propriedades rurais que se organizaram com vistas ao mercado de trabalho externo, politicamente as cidades foram plantas frágeis no solo da escassa liberdade permitida no mundo colonial ibérico. Quando houve um arremedo de “burguesia” ela medrou entre um patriciado rural que muitas vezes vivia parte do tempo nas vilas e outra parte nos latifúndios. Fora disto, o cidadão era um funcionário, um militar, sacerdote, ou seja, um homem juramentado uma organização burocrática ligada a algum Estado Metropolitano ou a alguma Coroa, se não do Rei, de Cristo (Cardoso,1975:145).

O sociólogo argumenta que dentro da organização burocrática das cidades coloniais houve algum espaço para a presença de comerciantes e de atravessadores que viviam à margem dos funcionários das Câmaras e procuram fazer sobre o sistema alguma forma de pressão. Mas o elemento central a ser destacado é que ao contrário das cidades europeias que se caracterizaram como cidades de burgueses, nós tivemos a formação de cidades de funcionários, que demonstravam a força exercida pela Coroa sobre a organização interna. Nesse sentido, não era o burguês o agente a dar formatação às cidades coloniais como fizera na “modernidade originária”, mas o funcionário e o senhor que acabam sendo os agentes principais de uma formação social marcada pela desigualdade e pelo autoritarismo. De forma oposta à experiência europeia, não existiu a organização das cidades no sentido de serem locais de liberdade dos habitantes e também do mercado que igualava juridicamente os economicamente desiguais (Cardoso,1975:146).

Apesar de não construir uma interpretação densa sobre o período colonial Cardoso procura demonstrar como este vai ser responsável por constituir uma formação

econômica, social e política que se reproduzirá nos períodos posteriores e será decisiva para caracterizar a singularidade brasileira e também o seu caráter inferior material e simbolicamente em relação à experiência europeia e norte-americana.

Se Florestan deteve-se de maneira mais detida sobre a formação do capitalismo e da burguesia, Cardoso se preocupa em compreender a gênese do autoritarismo e da dependência. Mesmo assim, os autores acabam convergindo em suas interpretações ao defenderem o peso que o sistema colonial possui para a reprodução do arcaico representado pelo patrimonialismo como fator crucial para explicar as diferenças essenciais entre centro e periferia, que eram materializadas através da organização interna da economia, da sociedade e do sistema político.

O processo de Independência possui um significado decisivo devido ao fim do pacto colonial, à formação de um Estado nacional através do protagonismo de grupos locais e também ao início da dependência nacional que se daria, neste momento, em relação à Inglaterra. Nesse sentido, Cardoso (1984) argumenta:

A ruptura do pacto colonial e a formação dos Estados nacionais implica, portanto, um novo modo de ordenação da economia e da sociedade local na América Latina. Por seu intermédio, os grupos que controlavam o setor produtivo-exportador das economias locais tiveram que assegurar vinculações externas na direção dos novos centros hegemônicos, e constituindo internamente um sistema de alianças com oligarquias locais que não estavam diretamente integradas ao sistema produtivo-comercializador ou financeiro voltado “para fora” (p.42).

Cardoso (idem) argumenta que os grupos à frente do processo de independência recuperaram as vinculações com o mercado mundial e também com os outros grupos locais constituindo a primeira situação de subdesenvolvimento e dependência nacionais: “Consequência imediata disso foi o fortalecimento dos mercados (atestado pela presença e atividade dos mercados ingleses) sediados nas cidades e o papel crescente das classes dominantes na vida política da região” (Cardoso,1975:147).

Esta nova configuração econômica e política acabou favorecendo os grupos produtores locais que eram estimulados pelo capital internacional a expandir o sistema produtivo. O controle do Estado possuía papel fundamental visto que o problema da expansão da economia exportadora tinha mais um caráter político do que econômico, uma vez que os principais dilemas eram assegurar a propriedade da terra e o domínio da mão-

de-obra através da retirada dos obstáculos que impediam a integração da maioria dos colonos ao sistema de propriedade (Cardoso, 1984:44).

Para atingir o fim aludido acima o Estado ganha uma formatação ambígua através do pacto que existia entre os grupos dominantes modernizadores e os grupos dominantes tradicionais. O período representou modificações importantes, mas que acabaram não sendo suficientes para romper com o arcaísmo colonial que fora transplantado para a sociedade nacional e que seria elemento crucial para caracterizar nossa singularidade:

Convém chamar atenção, entretanto, para o modo como as funções urbanas despertaram na política latino-americana e para sua especificidade. Se na Europa a cidade se firma como cidade-Estado, na América ela será o nervo vivo do Estado-Nação. Não é o “burguês” na acepção europeia da expressão que se constitui no sujeito da prática política. É o “nativista” contra o “estrangeiro”. Este “nativista” tem raízes no mundo rural e no patriciado burocrático. Além disso, amiúde sua luta política imediata será contra aqueles que, na Colônia, constituíram a base da vida propriamente urbana: os comerciantes. Estes continuaram sendo “estrangeiros”. Para fazer a ponte entre o mercado exterior e o interior, nas duas direções, a qualidade do estrangeiro era estratégica. Assim, o patrimonialismo pré-independentista persistiu depois da autonomia nacional (Cardoso,1975:148).

Assim como Florestan, portanto, Cardoso também analisa o regime colonial como tradicional e como produtor de nossa herança sociopolítica mais negativa. Além disso, o autor interpreta a sociedade brasileira como essencialmente diversa da realidade europeia caracterizada como prenhe de virtudes. Um exemplo nessa direção é dado pelo autor ao focar o comportamento do latifundiário brasileiro detentor de terras e escravos. Segundo Cardoso (1975), quando este assumia no âmbito urbano o Liberalismo europeu como ideário político não deixava de ser socialmente um patriarca além de ter suas probabilidades de poder definidas pelo patrimonialismo herdado do período colonial. Por isso, era um “Liberalismo castrado, porque temeroso quase sempre da liberdade, da organização efetiva da sociedade civil e da participação” (Cardoso,1975:177). Essa estrutura econômica, social e política estruturada pelo latifúndio exportador, pela escravidão e pelo patrimonialismo acabou fazendo com que o desenvolvimento urbano fosse bem reduzido. O Brasil possuía como característica a solução de compromisso que o distinguia da experiência europeia.

A ênfase de Cardoso sobre o desenvolvimento urbano é importante porque através de sua análise foi possível apontar o surgimento da burguesia, mesmo que de forma bem superficial se comparada ao trabalho cuidadoso e denso feito por Florestan. Citando a região cafeeira paulista, Cardoso argumenta que o mercado interno teve um aumento devido à intensificação das funções comerciais e artesanais. Isto era importante para demonstrar que o imigrante que teve papel de destaque na vida brasileira foi aquele radicado nas cidades e não no campo, quando foi substituir o escravo. Houve uma modificação importante em termos do crescimento das cidades e da imigração por conta da força do setor exportador que era responsável por dinamizar a economia. No final do século XIX houve o surgimento nas cidades da nossa classe burguesa singular:

De toda a forma, neste período existia uma burguesia na cidade. Claro está que, neste caso as funções do burguês são bem distintas do burguês histórico da Europa dos primórdios do capitalismo. Trata-se de uma classe de expressão regional que, na cidade, lutará pelo predomínio de seus interesses na Nação, lutando, portanto, com outros setores regionais da mesma burguesia agrária, ou das burguesias mercantis e financeiras (Cardoso, 1975:151).

Além da constituição de uma burguesia singular, pois não possuía o mesmo comportamento da sua congênere europeia que teve como encaminhamento a luta por transformações globais e democráticas, ela ainda foi agente crucial da dominação oligarquia que caracterizou historicamente o controle do Estado no Brasil. Esta serviu para atender a fins pessoais das classes dominantes. Aliás, Cardoso aponta que esta é uma característica de toda América Latina: “Quando dominantes não conseguiam tornar-se porta-vozes dos reclamos populares, cooptavam ou reprimiam as “pressões de baixo” (Cardoso, 1975:154).

Ao focar o sistema político neste período de transição para a República, Cardoso argumenta sobre o caráter autoritário do Estado brasileiro que era estruturado pelo sistema de patronato estruturado pela força do domínio pessoal do poder. Esta estrutura, todavia, foi modificada com o término do Império através da ação dos militares. Seu comportamento, descrito a seguir, será de grande importância para explicar o regime militar levado a cabo em 1964:

No regresso depois da vitória, o que fora uma corporação secundária diante do peso da Guarda Nacional começou a tomar consciência de si como força à parte da politicalha. A visão de que entre a nação e o Estado, entre as classes, os escravos e o Império havia um estamento

cívico, provado na luta, que merecia respeito e que queria exercer poder, começou a generalizar-se entre os oficiais. Nascia assim um sentimento de pertencer a uma espécie de ordem privilegiada, mas cujo privilégio, na ideologia de seus membros, derivava de abstinências e privações: um espírito de renúncia material que deveria compensar-se pela ampliação dos poderes de interferir ‘para o bem da pátria’. *O esprit de corps* militar surgia através de uma espécie de fusão mística entre a corporação e a pátria. Para que ela se objetivasse, entretanto, faltava a substância transfigurada que lhe daria o contorno real: um Estado reformado. A reforma do Estado significava em primeiro e principal lugar o fim da monarquia da politicalha (Cardoso, 1993b: 26).

Cardoso (1993b) chama atenção para o caráter de homogeneidade que este grupo responsável pelo término do Império possui, uma vez que era educado, formado na cidade e tinha uma definição profissional através de sua relação com o poder. O sociólogo os caracteriza, portanto, como um estamento burocrático que se distinguia do estamento político. Apesar de não ter feito nenhuma análise mais específica sobre o sistema político, este ponto é importante porque Florestan também via a sociedade brasileira imperial formada por estamentos.

Em 1889, portanto, esse estamento militar não se coloca contra a burguesia agrária do café e nem contra o capital financeiro, mas sim contra a ordem política que se torna um obstáculo às reformas (Cardoso, 1993b: 28). A queda do Império, todavia, não representou uma ruptura absoluta com o regime anterior, uma vez que sua lógica de organização e atuação foi transplantada para a sociedade capitalista: (...) “e, vez do militarismo fixou-se na constituição não escrita da República a forma específica de patronato que constituiu a oligarquia republicana” (Cardoso, 1993b: 30).

Houve a modificação na estrutura de poder através do protagonismo militar que foi fundamental para romper com a política imperial imobilista e beneficiar os agricultores que tinham de administrar a produção baseada no trabalho assalariado, além de ter lançado uma diretriz de caráter modernizante. Esta última ação demonstrava como havia uma relação muito próxima entre o patronato republicano e os interesses econômicos urbanos” (Cardoso, 1993b: 34).

Essa organização real do poder acabava se chocando com a estrutura formal instituída através da Constituição de 1891 que trazia um arcabouço democrático-representativo. Este, todavia, era meramente formal devido às relações concretas que continuaram a seguir o padrão privatista característico dos períodos colonial e imperial.

Como pode ser visto acima, a sociedade capitalista que surge com a proclamação da República e a Carta de 1891 não possuía de forma concreta um caráter aberto e democrático como ocorrera na formação clássica. Acabou sendo uma sociedade fechada para a massa população e monopolizada pelas classes dominantes, que controlaram o poder de acordo com seus interesses:

Um misto de nepotismo, compadrio e, ao mesmo tempo, furor republicano (com focos definidos de cristalização, como o Clube Militar) substituiu o antigo sistema de patronato imperial. Tampouco a tolerância – que fora cultivada com zelo pelo imperador – foi virtude do novo governo republicano. Se no Império a ordem patriarcal tradicional dispunha de elementos de controle suficientemente fortes para absorver a crítica da imprensa e a ironia, na primeira fase da República o ardor militar coibia, em certos casos com empastelamentos e mortes, a mordacidade crítica e as tentativas de volta atrás na política (Cardoso,1993b:37).

Durante a Primeira República houve um processo de institucionalização da dominação oligárquica que se consolidou sob o comando do presidente Campos Sales. Este sistema era caracterizado pelo tradicionalismo, elitismo e compromisso que se caracteriza pela “(...) violência local e a transação entre as máquinas político-administrativas dos estados e os interesses político-econômicos de donos de terras e votos” (Cardoso,1993b:49). Assim como já havia defendido Florestan, a fechada sociedade de classes brasileira era estruturada pelo tradicionalismo.

Mesmo sob outra organização institucional a lógica privatista da condução do poder no Brasil havia se perpetuado, pois as classes dominantes exerciam o papel de representantes das classes dominadas: “Os interesses ‘civis’ não se opunham aos ‘políticos’, nem os ‘locais’ ao ‘central’; uns eram a continuação soa outros. Estado e sociedade se entrelaçavam” (Cardoso, 1975:174).

A organização do poder é elemento de fundamental importância para a compreensão da sociedade de classes que se forma sob a dependência. Assim como já havia apontado Florestan a singularidade brasileira estará presente na fragilidade dessa estrutura que não possuía a mesma constituição existente nas sociedades europeias positivamente estabelecidas. Como exemplo, Cardoso afirma que o entendimento do processo de politização das classes sociais não pode ser compreendido tendo como referência a experiência europeia, uma vez que não existiu a luta urbana contra o feudalismo e o senhorio e também não tivemos como elementos cruciais de nossa vida

sociopolítica o individualismo, o direito da pessoa e a cidadania como elemento central da vida urbana.

A cidadania não foi incorporada como estilo de vida. A cidade não funcionou como foro de liberdade e o cidadão não teve um aprendizado secular que possibilitou que se constituísse em um agente reivindicativo (Cardoso, 1993a:38). Isto porque o elemento central de politização, ou seja, de relação entre as classes sociais e o Estado era o patrimonialismo levado a cabo desde o período colonial, responsável pela indistinção entre público e privado e também pela hegemonia das relações pessoais.

Como pode ser visto acima, a experiência europeia é vista como essencialmente distinta material da brasileira que teria como elemento crucial a explicar sua sociedade capitalista o patrimonialismo. Ele seria o elemento a demonstrar como constituímos uma estrutura de classes incompleta e desviante em relação à formação autêntica: “A relação de contrato entre cidadãos e a legitimação do Estado como um ‘mal necessário’ para evitar que ‘o homem seja o lobo do homem’, foi quase inexistente na ideologia política latino-americana” (Cardoso, 1975:156).

Mas a relação de inferioridade brasileira e latino-americana não seria levada a cabo somente em relação à Europa, mas também em relação aos Estados Unidos. Para tanto, Cardoso aponta o peso que o catolicismo possuiu para a distorção das virtudes intrínsecas à sociedade de classes. Para tanto, ele utiliza como contraponto o protestantismo que teria sido responsável por engendrar um comportamento ético na sociedade anglo-saxã responsável por um individualismo marcado por forte responsabilidade individual. Isso seria possível porque houve a constituição plena da racionalização, da secularização, da complexificação social e da separação entre público e privado.

As realidades brasileira e latino-americana, por sua vez, não teriam conseguido alcançar uma organização sociopolítica benfazeja em virtude da força do catolicismo e de sua moral coletivista e pouco responsável individualmente e tradicionalista: “Nestas condições é teoricamente compreensível que o Estado possa ser visto ideologicamente como pai – e pai benevolente. As grandes organizações burocráticas, o Estado e a Igreja, são percebidos de forma semelhante” (Cardoso, 1975:156). Por conta disso, existiria também o patrimonialismo-católico que seria um elemento ideológico a conformar nossa singularidade sociopolítica.

Ao contrário de Florestan que se baseia fundamentalmente nas relações materiais, Cardoso aponta um elemento de fundo cultural como decisivo para explicar o comportamento distorcido da sociedade de classes que a faria distante das sociedades europeia e norte-americana, pois não conseguiu universalizar elementos modernos decisivos como a secularização, racionalização e a separação estrita entre público e privado.

Mesmo com suas diferenças em relação a Florestan, não deixa de apontar como a singularidade do sistema de classes sociais também está determinada pela forma de instituição do modo de produção colonial que deu corpo a um capitalismo marcado por relações de dependência com as grandes nações e também por relações econômicas, sociais e políticas específicas. Isto ocorria por conta da articulação dialética entre centro e periferia que estariam ligados desde a instituição do modo de produção colonial.

Devido à nossa singularidade formada pelo modo de produção colonial, pela dependência e pela cultura ibérica, tivemos a constituição de um regime de classes incompleto e desviante em relação aos países estruturados pela “modernidade originária” e pelo capitalismo central:

Quando se menciona a urbanização com marginalização e a cidade sem cidadania tem-se implicitamente uma situação em que, se existem massas na cidade, estas não passam pelo aprendizado das organizações profissionais e de classe e, ainda menos, pela disciplina dos partidos (...). As vantagens culturais das sociedades de massa apresentam-se mitigadas e deformadas na vida urbana da maioria das cidades latino-americanas. Como resultado deste processo, os indicadores que medem a expansão urbana e a posse de instrumentos de comunicação de massas, escondem no mais das vezes uma baixa qualidade de vida, se este termo quiser significar uma efetiva participação na sociedade industrial moderna, com o corolário da participação em uma “cultura urbana” (Cardoso, 1993b:39).

A citação acima nos leva a outro elemento crucial para explicar a singularidade da sociedade de classes que é o desenvolvimento dependente. Este vai demonstrar como determinados grupos acabaram tomando para si as vantagens dos vínculos com o capitalismo central. As situações de dependência serão, portanto, cruciais para a caracterização da modernização brasileira.

Cardoso (1984) argumenta que uma característica distintiva do processo de modernização brasileiro ao ser comparado aos outros momentos de dependência externa

refere-se ao protagonismo das classes médias urbanas e também das burguesias industriais e comerciais no sistema de dominação. Essa correlação de forças foi instituída durante o período caracterizado pela substituição de importações. O processo foi responsável por um movimento de caráter duplo e convergente representado pela “(...) expansão do setor privado da economia e, conseqüentemente, o fortalecimento da burguesia industrial e a criação de novas áreas de investimento, concentradas em torno da ‘indústria básica e das obras de infra-estrutura.’” (Cardoso, 1984:92).

Este movimento, por sua vez, teve no Estado um ator cuja ação foi acentuada, fator que vai ser de grande importância para caracterizar a singularidade brasileira. Isto porque, ao contrário da experiência europeia não tivemos entre nós a constituição de uma burguesia conquistadora. O que prevaleceu na realidade foram as relações de compromisso entre os grupos e classes dominantes em torno de seus interesses pessoais.

Ao examinar o período de consolidação do mercado interno caracterizado como nacional-populista, Cardoso aponta para o caráter peculiar que este assume devido a não consolidação de um setor empresarial hegemônico moderno e forte o bastante para a um só tempo neutralizar a ação dos grupos agroindustriais e também unificar os setores populares, tanto rurais quanto urbanos, como os assalariados (Cardoso, 1984:103).

O que houve, de fato, foi um comportamento excludente em relação às massas, pois existiu um compromisso entre os setores oligárquicos, os grupos médios e a burguesia industrial e comercial urbana. Com isso, ocorreu um importante processo de modernização e de consolidação do mercado interno, ou seja, da sociedade capitalista brasileira que possuía, devido à relação de compromisso entre os grupos e classes dominantes, um caráter fechado e conservador como não ocorria nos países estruturados pela “modernidade originária” e pelo capitalismo central.

Como não possuíamos uma burguesia plenamente moderna e conquistadora, acabamos deixando para o Estado o papel de protagonista, pois não funcionou apenas como agente regulador do sistema industrial, mas também como seu instrumento direto através da criação de empresas públicas, estatais e paraestatais (Cardoso, 1984:103). Como o Estado não possuía uma ação universalista e democrática, acabamos tendo como consequência a instituição de um sistema político pautado pela manipulação das massas e por uma estruturada de classes fraca e distorcida se olharmos para a formação europeia, por exemplo, que o autor utiliza como contraponto para demarcar nossa singularidade.

O caso brasileiro foi marcado pelo populismo como elemento de mobilização das massas, tanto aquelas mobilizadas pela industrialização quanto àquelas expulsas do campo. Este sistema impulsiona “(...) a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano” (Cardoso, 1984:103). Diante da conjuntura acima referida, Cardoso argumenta sobre a correlação de forças que protagonizou o processo de substituição de importações e que foi crucial para a consolidação do mercado interno:

O esquema de poder que levaria adiante essa nova política estaria baseado em um sistema de aliança, que, no princípio, incorporaria os grupos latifundiários mais atrasados, os agricultores que produziam para o mercado interno, a classe média urbana, setores industriais já existentes e a massa urbana, sem que dele participassem nem os grupos agro-exportadores hegemônicos do sistema anterior à revolução de 30 (os cafeicultores) nem a massa rural em seu conjunto. Depois de tal revolução ficam excluídos da conjuntura de poder os setores agro-exportadores, se bem que apenas em um primeiro momento, e os setores camponeses, que serão excluídos permanentemente da “aliança desenvolvimentista”(ibidem:105).

A exclusão das massas pela correlação de forças dominante no processo de substituição de importações demonstrava como não havia uma imposição externa do capital internacional simplesmente, mas a existência de uma relação integrada que dava dinâmica própria ao sistema de dependência brasileiro. Por conta disso, o autor refuta a ideia de uma teoria da dependência, pois estaria levando a cabo análises concretas de situações de dependência. Assim, também seria equivocado caracterizar as situações de dependência como fruto de relações entre nações, uma vez que as classes possuíam um papel central na configuração centro-periferia.

Ainda sobre o período nacional-populista é importante retornar às relações institucionais que auxiliam na demarcação da correlação de forças que protagoniza internamente o desenvolvimento dependente quanto para demarcarmos de forma mais geral a caracterização feita por Cardoso da singularidade brasileira. Isso porque através dele a debilidade da estrutura de classes e o conseqüente caráter incompleto, débil e desviante poderia ficar precisamente definido, sobretudo se levarmos em consideração que o autor possui como elemento comparativo o capitalismo central cuja organização sociopolítica é positivamente estabelecida como já fizera Florestan:

Nestes, o sistema político reflete uma estrutura social pouco diferenciada no interior de cada um dos grandes setores em que se divide a população: ao lado da ‘massa de trabalhadores’ (sem discutir aqui seus subsetores agrários, urbanos e ‘marginal’) existe um conjunto pouco organizado formado pelas classes intermediárias e outro composto pelas classes proprietárias, que atuam inclusive mais como ‘massa’, isto é, como um conjunto de pessoas que, se bem possuem interesses que podem ser identificados como similares a partir de algum critério estrutural, não dispõem dos meios para agir coerentemente nem das informações necessárias para formar uma ideia dos seus interesses comuns. Com estas expressões imprecisas e possivelmente impróprias queremos ressaltar a inexistência ou a fragilidade das ‘organizações intermediárias’ que dão às classes sua forma estrutural definida: partidos, sindicatos, associações voluntárias etc (Cardoso,1993a:145).

Teríamos, portanto, uma sociedade civil politicamente amorfa que explicaria o caráter excludente do desenvolvimento dependente aqui engendrado. Com isso, o Estado e a burocracia que lhe dão suporte acabaram ganhando protagonismo na tomada das decisões mais importantes. Como exemplo Cardoso (1993b) cita os governos Dutra e o segundo de Vargas nos quais a ideia de planejamento estava em voga. Este foi proposto através do diagnóstico feito por técnicos num quadro marcado pela apatia da sociedade civil e também da classe política. Com isso, acabou havendo um processo que representava a dinâmica do sistema política tradicional, ou seja, dominação pessoalizada do poder pela burocracia.

Este ponto é de fundamental importância porque Cardoso defende que a burguesia não possuía controle pleno sobre o Estado, mas sim exercia pressão e influência sobre suas decisões. Para explicar um domínio marcadamente autoritário, Cardoso volta a enfatizar a fraqueza do sistema de classes como elemento determinante:

No sistema político brasileiro tradicional a permeabilidade do governo é maior que a da burocracia: exatamente porque as classes não sedimentaram estruturas intermediárias de participação política, a inovação técnica pode eventualmente chegar aos níveis mais altos de decisão sem encontrar resistências organizadas. Num sistema desse tipo a grande alavanca com que tanto as classes dominantes como a administração incrustada no sistema de poder contam para defender seus interesses tradicionais é o colchão de algodão de não-comunicação existente entre as diferentes organizações do Estado e destas com a sociedade (Cardoso,1993b:146).

Como consequência da falta de uma estrutura de classes plenamente constituída como havia ocorrido nos países do capitalismo central, acabamos reproduzindo uma

condução elitista e tradicionalista do poder a partir do protagonismo da burocracia. Houve, portanto, a condução do poder através da junção entre elementos modernos e tradicionais como a condução privatista e a tecnocracia; “da definição programada de objetivos econômicos com toda sorte de concessões às pressões dos interesses particularistas enraizados na vida econômica e política” (Cardoso,1993b:147).

A análise sobre o sistema político e de sua relação com as classes sociais é importante não apenas para demarcar a diferente de Cardoso em relação a Florestan no que tange à relação da burguesia com o Estado e também para apontar como, mesmo com todas as transformações em torno da modernização brasileira levada a cabo neste momento pelo processo de industrialização por substituição de importações, o elemento tradicionalista representado pelo patrimonialismo continuava dominante assim como já havia apontado Florestan. Portanto, passávamos por um processo de modernização que não conseguiu institucionalizar o capitalismo como estilo de vida porque ele não teria condições de se estruturar.

O protagonismo do tradicionalismo é tão marcante que o autor afirma que existiam ‘ilhas de racionalidade’ em setores do Estado como no ministério do planejamento de onde saíram os planos de desenvolvimento, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek. Cardoso advoga que as ‘ilhas de racionalidade’ acabavam sendo contidas pela força do clientelismo político e da inércia burocrática. A burocracia possui no Brasil um caráter eminentemente político através do qual teria como qualidade produzir favores e manter um nível mínimo de serviços, pelo menos. Além disso: “A burocracia tem conseguido isolar-se das mudanças na direção política, exceto das mais drásticas” (Cardoso,1993b:150).

A burocracia brasileira, portanto, teria uma ação distorcida e desviante em relação à burocracia dos países da modernidade originária e do capitalismo central em que a impessoalidade, a separação estrita entre público e privado e o comportamento técnico como orientador das ações seriam elementos fundamentais, pois teriam como contrapartida uma sociedade de classes bem fundamentada. Nós, por sua vez, teríamos na junção entre moderno e atraso um elemento crucial que demonstraria como os interesses pessoais acabam sendo decisivos:

Assim, a ‘inércia burocrática’ é, antes de mais nada, um mecanismo político pelo que implicitamente se define que a administração é supletiva aos interesses privatistas, e estes fluem, em suas relações com

o Estado, através de teias de cumplicidade pessoais. Note-se que tipicamente não se trata de *lobbies*. Estes supõem alto grau de organização dos grupos interessados numa decisão racionalizada na definição de objetivos e meios. Em suma, são instrumentos de pressão típicos de uma sociedade desenvolvida onde os interessados de grupos vão buscar influir nas decisões de um Estado que também está organizado e conta com uma burocracia moderna. No caso do Brasil no período nacional-populista, apenas se insinuavam organizações deste tipo para pressionar as decisões nos setores mais dinâmicos da economia, justamente onde as ‘ilhas de racionalidade’ de uma tecnocracia planejadora começavam a formar-se (Cardoso,1993a:150).

O comportamento no Brasil, portanto, era marcado pelo tradicionalismo do jogo de relações e lealdades pessoais responsáveis por fazer cúmplices os políticos, os funcionários públicos e elementos da sociedade como banqueiros, industriais que se uniam em torno da execução de seus interesses pessoais. Ou seja, tínhamos uma burocracia de caráter e ação tradicionais e um Estado que era instrumento da execução de interesses pessoais que apenas demarcavam um dos traços mais importantes de nossa singularidade representada por uma tradição burocrática e privatista herdada de Portugal. Nesse sentido, o planejamento constituído no país através ações como Plano Trienal e o PAEG tinha como característica comum o seu caráter político.

Cardoso defende que um dos traços característicos do Estado no Brasil é exercer o papel de poder moderador, ou seja, de estar situado entre as classes sociais no sentido de organizar a realização dos interesses privados dos grupos que nele se conectam e que, por sua vez, dispensam o mercado como elemento de legitimação: “(...) não é o interesse racional do indivíduo que, numa ‘sociedade possessiva’ baseada no mercado, impõe a norma da soberania como garantia de sobrevivência”(Cardoso,1975:175). Com esta argumentação, Cardoso procura demonstrar como o Estado possui uma organização burocrática forte e uma lógica própria de funcionamento que torna indevida a caracterização do Estado como burguês. Este é dos elementos que distanciam a interpretação de Cardoso daquela feita por Florestan.

Como havia argumentado no início desta parte, a discussão conjunta do desenvolvimento dependente e da dinâmica do sistema político é crucial para compreendermos os rumos da modernização brasileira e o regime militar que é levado a cabo em 1964 e, é claro, a singularidade brasileira e as relações do pensamento do autor com os pressupostos da sociologia da modernização. Assim, a dependência apenas

poderia ser plenamente compreendida se colocasse em primeiro plano a dimensão política que possibilita a determinação econômica. A partir da ênfase nessa dimensão é que podem ser compreendidos a redefinição das relações centro-periferia que se expressam na luta entre grupos e classes que vão resultar na transformação do sistema produtivo e também do caráter do Estado e da sociedade (Cardoso, 1984:115).

O desenvolvimento instituído no Brasil durante os governos de Getúlio Vargas e Gaspar Dutra teve como diretriz a instalação de indústrias básicas como aço, energia elétrica, transporte, petróleo, sobretudo no segundo governo Vargas que foi de fundamental importância para a transformação da estrutura produtiva urbana (Cardoso, 1984:116). Além disso, o parque industrial foi reequipado e também ocorreu a constituição de uma política de fortes importações de equipamentos. Houve, ainda, o impulso à industrialização com forças internas. O desenvolvimento levado a cabo neste momento era estruturado pela aliança entre Estado, capital nacional e investimento externo através de financiamento às obras públicas (Cardoso, 1993a:54). Essa conjuntura, no entanto, acaba demonstrando os seus limites na década de 1950:

Entretanto, até 1954, quando começa a mudar a conjuntura, a aliança varguista alcançou seus limites: parte dos setores agrários uniu-se à oposição de classe média urbana, fato que se somou à pressão não só dos grupos financeiro internos mas também internacionais. O início de uma nova conjuntura desfavorável para o café foi aproveitado pela política norte-americana para pressionar Vargas, que havia ido bastante longe com sua política nacionalista (Cardoso, 1984:117).

Cardoso argumenta que após o suicídio de Vargas houve uma interrupção na aliança nacional populista por conta de uma política contencionista feita para enfrentar as pressões inflacionárias instituídas no período anterior. A aliança retorna, contudo, no governo Juscelino Kubitschek com uma característica própria que era a captação mediante recursos externos (Cardoso, 1984:117). Esta ação demonstrava a existência de limites estruturais precisos para a constituição de um desenvolvimento controlado nacionalmente (Cardoso, *idem*). Cardoso afirma que o impulso dado pelo investimento estrangeiro deu possibilidade de aceleração do processo de incorporação seletiva na economia industrial de certos setores operários técnico-profissionais que contribuía para manter as alianças desenvolvimentistas.

O investimento estrangeiro vai propiciar a pauta singular de industrialização no Brasil, pois baseada em um mercado urbano restringido, mesmo sendo importante sob o ponto de vista econômico para sustentar a indústria. Esse tipo de industrialização foi marcada pela constituição de um sistema social excludente que é a maneira como o capitalismo industrial se institui no contexto marcado por situações de dependência (Cardoso, 1984:124). O desenvolvimento acima mencionado se mantém sem maiores problemas até o período caracterizado como “auge da substituição fácil de importações”. Cardoso argumenta que a partir desse momento começam a evidenciar-se os problemas mais complexos que ficaram para trás por conta da euforia desenvolvimentista:

Protestam os setores industriais das primeiras etapas substituídas, marginalizados; os setores urbano-populares tratam por seu lado de reviver uma política de desenvolvimento estatal como defesa contra as grandes unidades produtivas privadas que se orientam para obtenção de “mais produtividade e menos mão-de-obra” etc. Desfaz-se, pois, e definitivamente, a antiga aliança desenvolvimentista (Cardoso, 1984:124).

Ocorre a cisão da estrutura de classes e de grupos sociais que se torna crucial para compreender os rumos que o desenvolvimento toma daquele momento em diante, pois o proletariado se cinde em um setor mais moderno e outro tradicional. O setor industrial também, através de um controle da indústria de alta produtividade e tecnologia e outro que foi constituído durante o período de substituição fácil de importações (Cardoso, 1984:124-5). A partir dessas disputas a situação de desenvolvimento ia se redefinindo.

A partir desse momento passa a ocorrer uma nova vinculação entre a economia brasileira e o mercado internacional que agora não é mais estruturada apenas pelas relações de importações e exportações, mas também pelos investimentos diretos feitos pelas economias internacionais (Cardoso, *idem*). É esta nova relação que será caracteriza como internacionalização do mercado interno responsável por dar ao desenvolvimento industrial uma formatação particular.

Cardoso ressalta que a nova forma dependência não possibilita um desenvolvimento autônomo, mas sim a continuação da heteronomia e do desenvolvimento parcial, o que fez com que a definição de país periférico, industrializado e dependente fosse legítima para explicar o caso brasileiro (Cardoso, *idem*). Sobre o processo de internacionalização do mercado interno, Cardoso argumenta:

Bem distinta é a vinculação que se estabelece como consequência da “internacionalização do mercado interno”; esse processo ocorre quando nas economias periféricas organiza-se a produção industrial dos setores dinâmicos da moderna economia, basicamente as indústrias químicas, eletrônicas e automotrizes e quando se reorganiza a antiga produção industrial de novo tipo conduz a uma reorganização administrativa, tecnológica e financeira que implica a reordenação das formas de controle social e político(p.128).

Este processo representa a transferência de parte do sistema industrial dos países centrais para a periferia através do controle das suas corporações internacionais (Cardoso,1993b). Com a nova situação de dependência gerada pela internacionalização do mercado interno ocorre uma importante modificação na correlação de forças políticas que capitaneavam o processo de desenvolvimento no período anterior. Agora, o Estado possui uma grande capacidade de regulação econômica e também participa de forma ativa na economia através da geração de novos capitais.

Essa nova forma será apoiada na articulação entre o setor público, a burguesia internacional e o setor moderno da burguesia nacional. Para tanto, era necessário a instituição de um sistema político que possibilitasse a expressão econômica dos agentes que formam a nova correlação de forças e protagonizam o desenvolvimento dependente. Nesse sentido, é importante analisar as modificações que o sistema político terá com esta nova forma de organização, pois é responsável por colocar de lado os grupos que protagonizaram a aliança desenvolvimentista-populista.

De acordo com Cardoso (1993b) a ruptura acontece em 1964 no momento em que o governo de João Goulart imprimia medidas políticas que mobilizaram as massas em torno de objetivos do regime nacional-populista como a reforma agrária, a ampliação da sindicalização, redistributivismo, regulação do capital estrangeiro, estatização crescente. Nesse sentido a intervenção militar, central para as transformações que seriam efetuadas, possui um caráter de contenção dessas proposições: “Por estes motivos o movimento de 64 procurou legitimar-se como restaurador da economia e como um movimento baseado na livre empresa, contra o estatismo econômico que se atribuía ao governo anterior” (Cardoso,1993b:51). Nesse sentido:

Perderam prestígio e poder os setores agrários tradicionais que não se redefiniram em função da forma como se dá a nova expansão do mercado e a reorientação da política econômico-financeira. Paralelamente, perderam prestígio e poder os setores da classe média

burocrática tradicional e os representantes políticos das classes que sustentavam o antigo regime. Assim, foram marginalizados os líderes sindicais que faziam a mediação entre trabalhadores e o Estado, bem como os “políticos profissionais” que expressaram no passado, ao nível político, as alianças de classe que, depois de terem servido de sustentação para a República Velha (1889-1930), refizeram-se para dar viabilidade ao “nacional-populismo”(Cardoso,1993b:55).

Para que os novos atores e suas respectivas demandas pudessem ser atendidos era necessário que as classes populares fossem reprimidas. A repressão possuía nesse novo contexto o papel de facilitar a acumulação ampliada de capital para os grupos e classes envolvidos na nova correlação de forças que imprimia a retomada de desenvolvimento sob outros prismas. Nesse aspecto, o golpe militar que deu fim ao governo Goulart acabou cumprindo esse papel repressivo.

Para que a ação militar pudesse ser levada a cabo ela teve a aceitação e apoio da burguesia. Esta atitude acabaria fazendo com que ela, com o decorrer do regime, perdesse pontos de apoio e massa de manobra para ter a aceitação dos seus interesses (Cardoso,1993b:55). De acordo com Cardoso isto ocorreu porque os militares, no intuito de conter as pressões que ganharam grande relevo no governo Goulart, não apenas acabaram com o regime populista, mas também deixaram o sistema de partidos à margem das tomadas de decisão.

Para o autor, portanto, a burguesia não é a classe a dominar plenamente o Estado como advoga Florestan. Este papel, segundo ele, ficou dividido entre os militares que ele conceitua como um estamento, e a tecnocracia, que chama de “burguesia de Estado”. A burguesia, por sua vez, que nunca teve o controle total sobre o aparelho do Estado, teve uma posição caudatária dentro da nova correlação de forças que deteve o poder. “(...) as formas de organização e pressão política da classe média e da burguesia, que nunca foram sólidas, passaram a depender de contatos e alianças com os grupos militares e tecnocráticos que ocupavam o Estado” (Cardoso,1993b:55). Isto acabou fazendo com que os militares e a tecnocracia tivessem o protagonismo pelo poder que detinham para implementar uma política econômica que atendia aos interesses da burguesia internacionalizada mesmo a deixando fora do sistema de poder (Cardoso, idem).

Houve uma dificuldade grande para se conceituar o novo regime que foi se construindo de forma progressiva até 1968 quando tomou a sua forma definitiva. Mesmo

assim, ele significou desde o seu início transformações volumosas na economia brasileira, que será o seu principal agente legitimador. Uma das características mais importantes que o regime possui é o seu caráter modernizador tanto em termos econômicos quanto referente ao sistema político.

Com esta organização e baseado na repressão das classes populares, o modelo de desenvolvimento dependente teve como características o dinamismo na economia através do crescimento econômico e aliado à mobilidade social, mesmo que restrita ao setor urbano da sociedade. Como decorrência houve a concentração de renda e também a miséria relativa (Cardoso,1993b:65). Esses elementos foram resultado da correlação de forças que protagonizou a nova forma de desenvolvimento dependente que eram o Estado, a burguesia nacional e a internacional, através de uma forte presença do primeiro na economia e também de uma intensa repressão.

Todavia, como ressalta Cardoso (1993b), essa configuração vai sendo construída com o decorrer do tempo, precisamente no período 1964-1968, o que acabou contrariando as proposições do general Castelo Branco quando este assume o poder em 1964, uma vez que pretendia implementar um regime liberal de feição tipicamente brasileira:

O “projeto” do governo Castelo Branco era, com reservas, política e economicamente “liberal”, dentro das condições em que o liberalismo opera nos países subdesenvolvidos: executivo forte, representação partidária expurgada (para evitar riscos de pressão à esquerda), economia de mercado com forte regulamentação estatal, fortalecimento da empresa privada, abertura da economia nacional ao capitalismo internacional. Não estava previsto no modelo nem a modernização burocrática do Estado, nem o crescimento acentuado que teve o setor público da economia (p.66).

Ele também foi responsável pelo início da modernização do Estado que se desdobrou na ruptura com o populismo e com o sistema de anéis que era estruturado pela definição tradicional de interesses e lealdades (Cardoso,1993b). Cardoso argumenta que essa tendência possuía um caráter impreciso, pois apesar da criação do Ministério do Planejamento ainda possuía no campo político uma intenção voltada a aceitar os sistemas locais de poder como instrumentos de luta antipopulista, além da criação da Arena como ‘o partido da revolução’ (Cardoso,1993b:152).

Como advoga Cardoso Castelo Branco tinha vergonha de ser antidemocrático, o que proporcionou que ele fizesse concessões ao liberalismo elitista nacional. Ou seja, no

seu governo não existiam as condições necessárias para a caracterização do regime militar como burocrático-autoritário. É no governo Costa e Silva, todavia, que os efeitos passam a ser mais bem notados porque as Forças Armadas passam a agir como corporação.

O governo Castelo Branco conseguiu implantar parcialmente o seu projeto. Ocorria que dentro do Exército havia grupos que queriam inserir suas normas dentro do sistema de poder, como a “linha dura” que tinha como objetivo alargar a luta anticomunista e anticorrupção. Essa corrente era dividida em duas vertentes: uma moralista e outra nacionalista. Para tanto, fazia-se necessário o controle estrito do sistema de decisões (Cardoso,1993b:76). Cardoso argumenta que elas se colocavam à direita do governo e levavam a cabo ações vigorosas para, em momentos de crise, colocar o governo em xeque.

A modificação em relação ao governo Castelo Branco ocorre com a eleição do seu sucessor, o general Costa e Silva. A partir deste governo o Exército começa a atuar de maneira corporativa e também a ocupar o Estado que havia sido modernizado pelo governo anterior. Como exemplo, o regime abriu-se neste momento para segmentos da burguesia através de prestígio alcançado por setores nacionalistas responsáveis de forma parcial pela candidatura do general Costa e Silva, e que tiveram êxito no governo (Cardoso,1993b:77). Mesmo com a organização corporativa das Forças Armadas, o presidente não toma medidas no sentido do recrudescimento do regime uma vez que:

Tratará de reativar o jogo partidário, ampliará as liberdades políticas, fará apelo à união nacional. Quando cresce a oposição (passeatas dos cem mil, primeiros atos guerrilheiros, uma oposição interna põe em xeque o governo. Essa oposição partia da “jovem oficialidade”, dos setores nacionalistas do exército e dos *ultras*. Como consequência edita-se o Ato n.5, que praticamente transforma o presidente num ditador, sob fiança das Forças Armadas, por pressão dos grupos de fora e de dentro do governo. Era o Exército, como instituição, que assumia a pressão dos *ultras* (Cardoso,1993a:77).

Cardoso (1975) afirma que a postura de Costa e Silva no sentido de reagrupar a oposição a Castelo Branco acabou sendo vista como um sinal de paternalismo distribucionista: “Em poucos meses desfez-se o quadro de bonança e até mesmo a Constituição que fortalecia o Executivo de 1967 pareceu ‘fraca’ aos setores mais totalitários do governo” (Cardoso, 1975:201).

A tentativa da reconstitucionalização acaba não tendo êxito em princípio por conta da doença e do subsequente afastamento do presidente. Todavia, Cardoso argumenta que mesmo sem o afastamento uma crise política já se mostrava provável. Há dois fatores que precisam ser considerados ao analisarmos o processo de recrudescimento e consolidação que o regime sofre sob o governo do general Garastazu Médici. O primeiro é de natureza econômica e se refere à retomada do crescimento; o outro fator, de natureza política, é relacionado ao surgimento da oposição armada, sobretudo entre o final de 1968 e o início de 1969(Cardoso,1993a:77).

Mesmo com a emergência desses dois importantes fatores o quadro do governo Costa e Silva não se altera até o término, pois ele se apoia em parte no Exército e em parte nos partidos no sentido de tentar “institucionalizar” a revolução (Cardoso,1993a:78). Cardoso (Cardoso,1993a) argumenta que as decisões referentes à política econômica possuíam um caráter relativamente autônomo. Já os grupos de interesses que se organizaram ao redor do Estado unem-se em torno dos favores e da política governamental. Desta forma, exerciam um papel equilibrador ao Regime.

Ao contrário de Florestan que foca sua análise nas transformações do capitalismo dependente e no comportamento da burguesia, Cardoso procura analisar de forma mais detida os fatores políticos que fizeram com que o regime militar fosse instituído e que tivesse ganho sua feição burocrática e autoritária. É este foco do autor, muito próximo das análises levadas a cabo pela ciência política que torna sua interpretação divergente daquela produzida pelo seu mestre, uma vez que o foco maior de explicação do regime e de seus principais dilemas está centrada na estrutura e na condução interna do Estado pela burocracia, cuja tradição de mando o autor procurou enfocar desde o período colonial. Como demonstração da força, Cardoso enfoca como o regime, a partir do governo Médici, ganhou o caráter burocrático-autoritário.

A eleição do general Médici representou uma conciliação entre as correntes existentes no Exército brasileiro. Com seu governo houve a passagem das questões institucionais para as de cunho econômico, dando início a um período de realizações e pragmatismo (Cardoso,1975). Isto ocorreu porque a busca de legitimidade agora seria feita nas realizações econômicas, sobretudo através de um vultoso programa que tinha como objetivo instituir o “Brasil Potência” que guiou as metas e propagandas do governo (Cardoso, idem).

Os investimentos em publicidade foram cruciais para esconder os dilemas da política econômica e também para disseminar a ideia de que haveria crescimento contínuo e também êxitos retumbantes (Cardoso, *idem*). Com isso, foram encobertos por manobras estatísticas os salários deprimidos e os efeitos negativos da dívida externa sobre a opinião pública (Cardoso, *idem*). Assim, estavam estruturadas as bases que dariam grande sucesso ao chamado “milagre brasileiro”. E seria a legitimidade econômica que daria força à repressão feita pelo regime. Por conta da dimensão econômica propagada pelo regime, faz-se necessário retomar a questão relativa ao desenvolvimento dependente.

Para caracterizar o significado econômico que o regime militar trouxe Cardoso travou um importante diálogo com a esquerda que, pelo menos desde a fundação do Seminário de Marx, foi sua interlocutora privilegiada. Naquele momento, as teses em torno do estagnacionismo do regime e também de caracterizações sobre a dependência como “desenvolvimento do subdesenvolvimento” e “sub-imperialismo” eram utilizadas como elementos explicativos do quadro econômico. Cardoso, todavia, se opunha a elas por considerar que construíam imagens distorcidas sobre a realidade brasileira¹⁹¹.

Segundo essas interpretações o desenvolvimento na periferia seria inviável, visão que o autor considerava catastrofista. Cardoso se opõe argumentando que a tendência à estagnação não era condição imutável, ou seja, era conjuntural e não fator permanente na periferia: “Permanente é o caráter cíclico da acumulação da renda, cujos efeitos se acentuam quando o estado não promove políticas compensatórias” (Cardoso, 1975:30).

Cardoso também se opõe à tese da superexploração capitalista, baseada na exploração extensiva da mão de obra e na sub-remuneração do trabalho. O sociólogo não nega que continuava a exploração da mais-valia absoluta, mas afirma que seria muito simplista explicar o avanço do processo de acumulação como se não existissem formas mais complexas de exploração:

E, como a industrialização da periferia deu-se concomitantemente com a internacionalização do sistema produtivo capitalista, o barateamento do custo de reprodução da força de trabalho foi consequência dos investimentos estrangeiros com o avanço tecnológico que eles trazem, muito mais do que da pressão local de falta de mão-de-obra. Tudo isto acentua o caráter contraditório (porém, insisto, dinâmico) do desenvolvimento-associado (Cardoso, 1975:33).

¹⁹¹ Ouriques (2014) advoga que Cardoso constrói uma interpretação distorcida sobre os autores da teoria marxista da dependência que termina fazendo com que eles sejam marginalizados na academia devido ao suposto caráter dogmático e irrealista de suas proposições.

Cardoso também se opunha à tese que defendia que o país estava imerso em uma encruzilhada entre o socialismo ou o fascismo. Esta seria uma relação falsa, pois o regime não estava estruturado sob formas fascistas de organização política. Isto porque o regime burocrático-autoritário que caracteriza o desenvolvimento dependente-associado possui um caráter desmobilizador, além de não organizar partidos e também limitar as tendências existentes para transformar em doutrinas totalitárias as bases ideológicas sob as quais se estrutura (Cardoso, 1975:39).

No sentido exposto acima o autor advoga: “A visão do processo político em termos de um fascismo clássico e da mobilização da classe média em favor do grande capital mais obscurece do que amplia o conhecimento e a caracterização do processo social latino-americano” (Cardoso, 1975:41). Este é mais um ponto de divergência em relação a Florestan que advoga que o regime caracterizado por ele como ditadura autocrático-burguesa tinha como uma de suas características formas fascistas.

Ao contrário das teses acima, Cardoso defendia que o regime engendrou um desenvolvimento efetivo que trouxe dinamismo à economia e também à sociedade. Este foi baseado na expansão simultânea e diferenciada dos setores privados nacional e estrangeiro e do setor público da economia. Como resultado houve a expansão do mercado interno e do emprego urbano-industrial, que demonstravam que havia mobilidade social mesmo com o caráter repressivo do regime. Cardoso (1975:59)

Cardoso também não considerava que a expansão das exportações foi um indicador de que o regime expressasse o subimperialismo econômico, pois estas seriam uma forma de indicar o tipo e o grau de relações entre desenvolvimento e dependência que caracterizariam o crescimento econômico baseado na internacionalização do mercado interno.

Através da estabilização das dissensões internas e da ação corporativa foi possível o controle do Estado modernizado e também implantação de um modelo com relativa estabilidade da dominação burocrática (Cardoso, 1993a:78). Este caráter do novo regime não representou uma organização pautada pela rigidez burocrática, pois o Estado ganhou um caráter empresarial e também devido ao caráter tecnocrático da administração (Cardoso, idem). O regime ganharia, neste momento, a formatação final, responsável por

institucionalizar seu caráter burocrático-autoritário, por fomentar o desenvolvimento dependente e também por atender aos grupos que lhe deram suporte:

O regime baseado neste modelo de dominação burocrático-militar não deixa de implementar, naturalmente, políticas que interessam à sua base social: com elas se beneficia a burguesia internacionalizada, o próprio grupo militar, as classes médias ascendentes, especialmente os seguimentos profissionais e tecnocráticos e, enquanto houver crescimento econômico, alguns setores das camadas populares, sempre e quando o governo sustente políticas distributivistas (Cardoso,1993a:79).

Cardoso advoga que o regime burocrático-autoritário possui caráter autocrático, como já havia defendido Florestan ao argumentar sobre a ditadura autocrático-burguesa. Todavia, a responsabilidade sobre o regime não é legada à burguesia, mas sim à burocracia responsável por controlar o Estado e o regime segundo o sociólogo. Isto ocorria porque os tecnocratas teriam se legitimado pelo sucesso econômico um papel político central, uma vez que seriam eles os responsáveis por decidir os rumos do Estado e das políticas implementadas em reuniões do alto escalão.

Assim, a autocracia presidencial possuía um caráter meramente formal (Cardoso,1975). Nesse sentido, Cardoso afirma que um dos traços mais importantes é a caracterização do regime militar como regime de empresas. O Estado passava, portanto, a ter uma presença marcante como burocracia e também como empresa ao lado do grande capital internacional e nacional (Cardoso, idem). De acordo com Cardoso:

Eu penso que os regimes deste tipo, nas sociedades dependentes, encontram sua *raison d'être* menos nos interesses políticos das corporações multinacionais (que preferem formas de controle estatal mais permeáveis a seus interesses privatistas) do que nos interesses sociais e políticos dos estamentos burocráticos que controlam o Estado (civis e militares) e que se organizam cada vez mais no sentido de controle) e que se organizam cada vez mais no sentido de controlar o setor estadual do aparelho produtivo. A esse eixo se aliam alguns setores empresariais locais, mas de forma caudatária (p.40).

O pacto de dominação que controlava o Estado se dividia entre a presença da tecnocracia, ou seja, executivos e policy-makers das empresas estatais que dominavam as empresas públicas e foram conceituados por Cardoso como “burguesia de Estado”, os militares caracterizados como um estamento militar e as burguesias internacional e nacional e os setores das “novas classes médias” (Cardoso,1975).

Sobre a “burguesia de Estado” Cardoso reconhece o caráter contraditório do conceito, pois a burguesia era pautada classicamente pela propriedade privada dos meios de produção. Sua utilização, todavia, tinha um sentido instrumental para demonstrar que apesar de a propriedade das empresas ser pública, o seu controle era feita por um grupo caracterizado por ele como burocrático mas que já estava se tornando insuficiente porque o seu comportamento não era explicado pelo conceito de burocracia.

A “burguesia de Estado” possui papel fundamental para explicar o regime burocrático-autoritário e os seus dilemas, pois são as empresas estatais que ganham protagonismo (Cardoso, *idem*). A explicação para a existência desse comportamento possuía raízes na formação colonial que foi responsável por fazer com que as classes dominantes se fundissem no aparelho estatal, de forma a poder apropriar-se privadamente dos recursos públicos.

A herança ibérica e patrimonial que nos legou uma organização burocrático-privatista demonstrava não apenas a singularidade periférica quanto a impropriedade da comparação com a realidade dos países organizados pelo capitalismo autônomo também singulares: “ Tudo isso requer uma teoria política que não pode limitar-se a enquadrar a multiplicidade do real em analogias como processos que ocorrem ou ocorreram na Europa e nos Estados Unidos”(Cardoso,1975:42).

Para Cardoso, portanto, a camada burocrática não cumpria o papel de comitê executivo dos interesses da burguesia, porque “Elas cumprem o que chamei de funções de quadros do Comitê Executivo do Pacto de Dominação, mas aderem com títulos próprios”(Cardoso,1975:217). Precisamente, esse possuía uma lógica de atuação e interesses que eram próprios dentro do regime, não simplesmente funcionavam como instrumentos de legitimação da dominação burguesa. Abaixo o autor especifica os grupos que deram forma ao setor protagonista do regime:

Refiro-me especificamente à formação de uma camada social que controla politicamente os aparatos estatizados de produção, apesar de não deter a propriedade privada dos meios de produção. Esta camada está sendo recrutada nos escalões da burocracia civil e militar, entre os técnicos e profissionais liberais e algumas vezes entre empresários locais e profissionais liberais e algumas vezes entre empresários locais que perderam chances no setor privado. O reconhecimento da existência de agentes sociais distintos do empresariado privado e que servem de suporte para a acumulação capitalista não altera necessariamente os mecanismos econômicos de seu funcionamento,

mas incide sobre os aspectos políticos de forma marcante (Cardoso, 1975:41).

Com isso, a burguesia buscava tirar vantagens e não tinha um controle efetivo sobre ele, pois estava “enfeudada” às corporações multinacionais e no Estado. Mesmo não sendo protagonista do regime, a burguesia nacional possuía papel ativo na dominação política e no controle social das classes submetidas (Cardoso, 1975:35). Esta ação se dava a partir do sistema de anéis burocráticos, forma pela qual o Estado era privatizado por relações e interesses pessoais:

Ou seja, repetindo, não se trata de um instrumento de pressão da sociedade sobre o Estado, mas da forma de articulação que sob a égide da “sociedade política”, assegura ao mesmo tempo um mecanismo de cooptação para integrar nas cúpulas decisórias membros das classes acima referidas que se integram *qua personae* e não como “representantes” de suas corporações de classe (Cardoso, 1975:208).

Para Cardoso, a burguesia internacional também teria um comportamento similar ao da burguesia nacional, pois tinha como preferência uma estrutura estatal que estivesse permeável aos seus interesses privatistas. Ou seja, ao contrário do que afirma Florestan o imperialismo não tinha um domínio total sobre o regime, pois acabava se comportando de maneira idêntica à burguesia. Desta forma, o regime burocrático autoritário não é explicado tendo como foco a dupla articulação proposta por Florestan entre dominação burguesa e imperialismo. Cardoso, mesmo reconhecendo o papel tanto da burguesia local quanto do imperialismo coloca o foco principal na dominação burocrática singular na periferia, ou seja, a crítica ao regime e às proposições para superá-lo se basearão em questões eminentemente internas.

Mesmo o Estado tendo se modernizado nos governos militares, sobretudo através da ação da tecnocracia, a lógica burocrática e privatista que marcou sua estrutura desde a formação manteve-se, uma vez que a sociedade de classes instituída sob o capitalismo dependente tinha como uma de suas características marcantes o caráter incompleto e distorcido se comparado à formação clássica, o que acabou fazendo com que as decisões produzidas no sistema político pudessem ser monopolizadas.

Portanto, o patrimonialismo que havia sido junto com a condição estrutural de dependência uma de nossas marcas decisivas acabou sendo refeito no regime militar,

tendo no sistema de anéis burocráticos sua melhor expressão. Tanto é assim que o designativo burocrático era utilizado para demarcar sua localização no aparelho do Estado a fim de beneficiar interesses privados. E é precisamente a fragilidade do sistema de classes sociais que demonstra como esse sistema não poderia ser pensado como corporativismo:

No corporativismo, embora sob controle estatal, as classes se organizam e se fazem representar. Por intermédio destes anéis as classes (mesmo as dominantes) não se organizam enquanto forma social, embora interesses econômicos e políticos específicos e individualizados possam estar presentes no sistema decisório (Cardoso, 1975:209).

Através deste sistema a cooptação da sociedade civil e sua debilidade como força política autônoma estavam assegurados (Cardoso, *idem*). Parte do Estado havia se tornado empresa, fazendo com que as empresas privadas e públicas tivessem acesso às suas decisões por intermédio do sistema de anéis burocráticos. Esta relação demonstrava a um só tempo como era indevida a caracterização da burguesia como classe que dominava as decisões e ações engendradas pelo Estado e também como havia um complexo e intrincado conflito político entre “as empresas estatais, aparelho político-administrativo, empresas privadas e as partes da sociedade civil que conseguem sobreviver mais ou menos independentemente do Estado” (Cardoso, 1975:212). Estes foram os grupos que conseguiram participar do regime burocrático-autoritário com êxito.

O estamento militar legitimava o desenvolvimento dependente-associado através da repressão das massas que, por sua vez, demonstrava como seu caráter era elitista e não fascista. Este também tinha um custo alto, pois se baseou nos baixos salários, na distribuição desigual de renda e no endividamento externo (Cardoso, 1975:83). Como as classes sociais tinham uma estrutura fraca, incompleta e distorcida, inexistia uma elite política de base popular que termina por legitimar o regime autoritário e a exclusão das massas da vida política.

Por conta do quadro acima referido seria necessária uma ação em torno da integração das massas radicadas no campo e nas cidades, de maneira que a informação pudesse ser livremente propagada e que esses setores pudessem se organizar politicamente de forma a enfrentar e derrubar o regime.

Para tanto, era necessário a mobilização de setores importantes ligados a igreja, universitários, juízes, advogados, jornalistas, sindicalistas, operários e a base agrária que representava 40% da população. Esta ação seria fundamental para o sistema político que se estruturou como um amálgama de uma organização política baseada na existência de classes sociais inseridas em uma ordem industrial e monopolística e também enraizada no patrimonialismo instituído durante o sistema colonial pudesse ser destituído (Cardoso, 1975:235).

Tínhamos um capitalismo moderno e um desenvolvimento efetivo apesar da dependência externa. Todavia, possuíamos uma estrutura de classes débil fruto da herança patrimonialista ibérica que foi responsável por perpetuar uma tradição burocrática, elitista e privatista de mando político que se tornava o grande fator de singularidade brasileira, sobretudo no que se refere aos seus dilemas mais importantes.

Era necessário que a sociedade de classes pudesse ser efetivamente constituída de maneira que o conflito construtivo cujo papel era central nas sociedades europeia e norte-americana, pudesse ser institucionalizado como forma de pôr fim à condução elitista e patrimonialista da vida política brasileira, fazendo com que os interesses e demandas populares pudessem vir à tona. Éramos uma sociedade moderna, pois tínhamos um capitalismo vigoroso que proporcionou modificações importantes na estrutura socioeconômica do país. Todavia, era uma ordem moderna singular e precária, uma vez que não incorporamos o elemento civilizatório do capitalismo representado pelo conflito. Era necessário “civilizar” o capitalismo brasileiro:

Não para “pedir” democracia, no sentido de reabertura do jogo de partidos controlados pelo Estado e pelas classes dominantes, mas para criar um clima de liberdade e respeito que permita a reativação da sociedade civil, fazendo com que as associações profissionais, os sindicatos, as igrejas, os grêmios estudantis, os círculos de estudos e debates, os movimentos sociais, em suma, exponham de público seus problemas, proponham soluções, entrem em conflitos construtivos para o país. Neste contexto, é preciso não se esquecer que dentro do aparelho do Estado – também será preciso legitimar as divergências construtivas e eliminar as tendências favoráveis à uniformidade pseudoconsensual (Cardoso, 1975:238).

Era crucial lutar para que a sociedade civil pudesse ser plenamente constituída porque o grande dilema do capitalismo dependente e do regime burocrático autoritário estava fincado na ausência de uma estrutura de classes diferenciada e complexa, de uma

racionalização plena, da secularização e também da separação entre as esferas do público e do privado e de uma cidadania efetiva.

Até possuíamos um desenvolvimento econômico vigoroso, mas que tolhia a possibilidade do capitalismo de se institucionalizar como estilo de vida. Afinal de contas a ordem moderna singular constituída aqui era essencialmente distinta das sociedades centrais, pois precária e distorcida. Nos estruturamos como desvio, como incompletude e como formação inautêntica ao nos compararmos aos países centrais.

Segundo Cardoso (1975) era necessário que a sociedade civil fosse sendo tecida até que pudesse contrabalançar o Estado e conseguisse se tornar uma parte efetiva da realidade política da nação. Assim a ação da sociedade civil se tornaria efetiva, plural deixando de lado o controle privatista do poder pelas cúpulas decisórias. Era necessário, portanto, por um termo no chamado modelo político brasileiro marcado por uma condução singular que impedia a mobilização das massas. Seria uma forma de fazer com que ele pudesse se tornar um desenvolvimento plural e também tivesse condições de ser compatibilizado com a liberdade.

Para Cardoso, portanto, o dilema do regime não estava radicado na dominação de classe da burguesia sobre o Estado e nem na ação do imperialismo. Desta forma não houve a defesa do fim do capitalismo dependente como maneira de instituir uma sociedade civil plena, pois complexa e diferenciada; uma cidadania ativa que compatibilizasse liberdade com igualdade de oportunidade, enfim, que pudéssemos instituir uma ordem social capitalista cujas estruturas pudessem ter um funcionamento similar àquele (supostamente) reproduzido nas sociedades centrais.

As teses de Cardoso, nesse sentido, vão de encontro à interpretação de Florestan que analisa o regime como uma ditadura de classes articulada à dominação imperialista que deixava como única saída capaz de institucionalizar na periferia uma organização das instituições de forma similar àquela encontrada nos países centrais a derrubada do capitalismo dependente. Este, que nos singularizaria, foi uma constituição material e simbólica inferior, pois distorcido e incompleto quando comparado ao capitalismo central. Ou caminhávamos para a constituição de um capitalismo autônomo que pudesse ser institucionalizado como estilo de vida ou teríamos que rumar de forma direta para o socialismo como maneira das promessas da modernidade serem cumpridas na periferia.

Em termos gerais, Cardoso e Florestan se colocam em posições opostas porque o primeiro caracteriza o capitalismo dependente como a forma possível na periferia, não condena a ação do imperialismo, da burguesia e também advoga a favor de uma saída reformista para vencer não apenas o regime, mas também para institucionalizar o capitalismo como estilo de vida. Já Florestan propõe uma saída revolucionária e negadora do capitalismo dependente.

Todavia, se formos analisar mais detidamente veremos como os dois sociólogos possuem fortes elementos em comum em suas caracterizações do processo de modernização brasileiro como a força da contingência histórica nacional e também sua constituição deformada e distorcida quando comparada à organização do capitalismo central. Ou seja, mesmo com todas as diferenças na caracterização do capitalismo dependente e do regime militar os autores terminam muito próximos no que se refere à reprodução dos pressupostos da sociologia da modernização que, apesar de todas as inovações teórico-conceituais trazidas pelas interpretações dialéticas de ambos. Isto porque a singularidade brasileira é definida através da comparação com o discurso sociológico hegemônico da modernidade difundido pelo ramo sociológico que fez fortuna na América Latina nos anos 1950 e 1960.

Os autores também não conseguiram se desvencilhar de forma total do nacionalismo metodológico que se torna elemento central para caracterizar nossa singularidade. O Brasil continua a ser analisado como desvio em relação à organização autêntica da modernidade central, pois não teria conseguido universalizar a racionalização, a secularização, a complexificação, a diferenciação social e a separação estrita entre público e privado.

Teríamos constituído um tipo precário e irreduzível de modernidade pautado pela força do tradicionalismo como elemento norteador. Assim, os dois autores acabam não construindo uma interpretação crítica imanente sobre a modernidade e, o que é mais importante, reproduzem a visão sobre ela não como uma ordem material e simbólica concreta, mas como uma enunciação e um discurso que terminam por nos colocar de forma permanente como inferiores em relação aos países centrais.

Mesmo analisando como parte do sistema capitalista mundial, o Brasil reproduziria uma realidade que marcaria um hiato em relação à modernidade central, pois reproduziríamos, ao final de tudo, uma realidade essencialista porque a perspectiva

nacional continua a ser reproduzida como uma categoria inequívoca de análise. Assim, mesmo propondo serem interpretações críticas sobre a modernização brasileira terminam sendo proposições limitadas, sobretudo para analisar a dinâmica da modernidade contemporânea cujos conflitos são estritamente modernos e globais. Afinal, continuam a reproduzir os pressupostos da sociologia da modernização e a consequente visão marcadamente colonial sobre o país.

Capítulo VI - Da academia ao campo político: a luta pela modernização plena no Parlamento brasileiro

Neste capítulo analiso a entrada dos dois intelectuais na vida político-partidária e as respectivas atuações durante o processo Constituinte de 1987-1988, consubstanciadas por suas interpretações do Brasil e por suas análises de conjuntura. Embora aponte as profundas diferenças entre eles, também enfoco um ponto de continuidade constituído desde os anos 1950 que é, precisamente, a reprodução dos pressupostos da sociologia da modernização. Apesar das diferenças, os dois intelectuais utilizaram suas interpretações sobre a sociedade brasileira para construir alternativas políticas. Essas, por sua vez, continuarão a reproduzir uma visão da sociedade brasileira como essencialmente diferente da “modernidade originária”, da qual seria material e simbolicamente inferior. Neste último capítulo analisou de forma conjunta as duas questões a que me propus nesta tese de doutorado, quais sejam: a questão da modernização e o papel do intelectual em Florestan e Cardoso.

6.1 O papel normativo do intelectual

Antes de analisar o papel do intelectual para Florestan e Cardoso considero necessária a passagem pela análise feita por Daniel Pécault sobre a função que o intelectual possui a partir dos anos 1970, pois traz importantes elementos para avaliar a relação que esta camada trava como a política a partir deste momento. Pécault (1990) tem como objetivo analisar a relação dos intelectuais com a política no Brasil entre os anos 1930 e 1980. Ele afirma que durante este período os intelectuais assumiram os seguintes papéis: pensadores do social nos 1930; ideólogos do desenvolvimento nos 1960 e atores políticos sobre a ditadura nos anos 1970.

Esse último papel apenas foi possível sobre a ditadura militar porque, mesmo com a promulgação do AI-5, em 1968, o regime acabou não impedindo o desenvolvimento das ciências sociais e do mercado de bens culturais, como pode ser visualizado através do aumento decuplicado de professores universitários, da expansão das ciências sociais e da multiplicação dos cursos de doutorado¹⁹² (Pecault, 1990:264-5).

¹⁹²Sobre esta questão Pecault (idem) argumenta: “As ciências sociais beneficiam-se dessas medidas. Sua parte no orçamento geral de pesquisas aumenta a partir de 1972. Os programas de mestrado e doutorado desenvolvem-se rapidamente. Antes de 1968, existiam apenas quatro em sociologia; em 80-81, há vinte e quatro em sociologia; Em economia, eram três antes de 1968, e passam para catorze em 80-81”(p.265).

Durante os anos 1970, sobretudo a partir de 1974 através de sua articulação com a sociedade civil, os intelectuais foram um importante ator político cuja ação crucial era a derrubada do regime militar. Para tanto, São Paulo e, especificamente, o CEBRAP terão papel crucial neste processo. O centro, sob a liderança de Cardoso, propõe uma teorização estruturada pela conjuntura sugerindo saídas dentro das condições possíveis: “É testando o conceito diante das ambiguidades do momento e definindo o possível com base no que pode ser reconhecido a cada instante pelas massas que Cardoso chega a provocar ‘a organização política’ do meio intelectual” (Pecault, 1990:299). Pecault argumenta que a democracia se torna uma questão central, substituindo as concepções das décadas anteriores sobre a nação e o desenvolvimento:

Nada simboliza melhor essa permanência do que o lugar ocupado pelas ciências sociais, que não só conhecem um desenvolvimento sem precedentes – ainda mais notável por coincidir com os piores anos da ditadura – como também ficam imbricadas do que nunca na interpretação da conjuntura e servem, tanto quanto no passado, para promover um “senso comum” político em meio ao vasto público que atingem (Pecault, 1990:262).

Os intelectuais tinham um vasto público para suas teses em instituições como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, as publicações nos periódicos Opinião, Argumento e Movimento e também a relação direta com a oposição político-partidária ao regime. Isso vai ser fundamental para não apenas organizar um senso comum em torno da reativação da sociedade civil, da participação, da redemocratização e da oposição entre Estado (autoritário) e sociedade (democrática), mas também será de crucial importância para marginalizar e silenciar o pensamento da esquerda radical que propunha uma análise crítica e negadora e uma consequente saída revolucionária como encaminhamento necessário para vencer regime¹⁹³.

Como exemplo, Florestan é caracterizado como militante solitário (Soares, 1997), devido ao isolamento que suas teses terão frente ao senso comum intelectual naquele momento. Da mesma forma, as interpretações revolucionárias sobre a dependência e que

¹⁹³Ouriques (2014) analisa as consequências políticas da produção do CEBRAP ao enfatizar que ela foi responsável por instituir uma ideologia liberal que se materializou no PSDB e no PT e que foi responsável por silenciar o pensamento crítico, como aquele que era representado pela teoria marxista da dependência. Ele enfoca de maneira detida as ações tomadas pelo CEBRAP através do protagonismo de Cardoso e José Serra para silenciar e estigmatizar o pensamento marxista revolucionário de Ruy Mauro Marini que após a leitura de sua obra feita por Cardoso e Serra vai ser lida permanentemente de forma estigmatizada.

tiveram uma relação direta com a luta armada na POLOP¹⁹⁴, como as de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, serão permanentemente marginalizadas. Lembrando-se que o campo científico/intelectual tem como encaminhamento necessário a luta pela imposição da visão de mundo legítima, a interpretação parece ficar bastante plausível.

As ações intelectuais tiveram uma importância no combate à ditadura que merece ser demarcada. Todavia, a versão vencedora acabou sendo superestimada, pois foi responsável por perpetuar uma leitura sobre o Brasil e um projeto político que deixou de lado uma vinculação forte com as massas destituídas e impossibilitou a constituição de um programa nacionalista e popular de conteúdo profundamente transformador, pois passou a ser visto como anacronismo. Assim, temos a demarcação dos elementos internos que foram cruciais para a marginalização da teoria crítica produzida no Brasil, que é tradicionalmente explicada pela crise epistemológica que as ciências sociais vivenciam devido à queda do socialismo real.

Minha hipótese é que a interpretação hegemônica produzida pelos intelectuais sobre o regime militar, que tem Cardoso como grande protagonista, foi responsável por “naturalizar” uma concepção conservadora que vê unicamente no Estado o lócus de todos os nossos dilemas sociopolíticos mais importantes. Tal interpretação foi reforçada nos anos 1990 pelo triunfalismo do neoliberalismo e também pela crise fiscal do Estado, tornando-se projeto político levado a cabo pelo PSDB de Fernando Henrique Cardoso, como analiso abaixo.

Retomando o argumento, a importância dos intelectuais torna-se tão forte que o CEBRAP se torna responsável pela atualização do programa político do Movimento Democrático Brasileiro – MDB, em 1974, articulando suas propostas em torno da democratização ao programa do partido que tinha como objetivo vencer o regime militar. A produção intelectual instrumentaliza o projeto político de oposição que se tornava a cada dia mais efetivo devido aos sinais claros de esgotamento do “milagre brasileiro”.

¹⁹⁴¹⁹⁴Segundo Pecault (idem): “Nas fileiras da POLOP (Política Operária), formada no início da década de 60 e favorável à guerrilha desde 1964, encontram-se numerosos estudantes de Minas Gerais, entre os quais Theotônio dos Santos, e do Rio de Janeiro, como Ruy Mauro Marini. Nas fileiras da AP se encontram muitos dirigentes da UNE e também estudantes de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Sabe-se que, em 1967, a AP realiza sua união com o PC do B. As declarações e textos programáticos dessas organizações exibem sobretudo uma linguagem militante. No entanto, a partir de 1968 a teoria da dependência também passa a oferecer elementos para a elaboração de um argumento erudito a serviço da ação de ruptura (p.245-6).

Pécault (idem) afirma que os intelectuais se tornam um ator político na medida em que o campo intelectual se transmuta em campo político:

Também é verdade que por intermédio desse partido, correntes extremamente diversas são levadas a coexistir: defensores de uma democracia socializante, liberais, comunistas, certas vanguardas revolucionárias e, por outro lado, políticos profissionais, classes populares, intelectuais, empresários cansados do dirigismo autoritário, representantes da Igreja e delegados dos movimentos populares. Prevalece assim, por força das circunstâncias, uma prática incessante de “conciliação”. E, sobretudo, as estratégias diversificadas, e o tema da cidadania política adquire potencialmente o reconhecimento de sua importância (Pécault, 1990: 302).

Por conta da existência do inimigo comum, a heterogeneidade existente acabou ficando encoberta em São Paulo que se singularizou pela transformação do intelectual em ator político (Pécault, idem). Essa ação acabou fazendo com que vários intelectuais se transmutassem para a vida político-partidária, como foi o caso do próprio Cardoso a partir de 1982 quando assume a vaga de Franco Montoro no Senado.

O protagonismo das ideias do CEBRAP e de Cardoso, em especial, foram cruciais para o projeto político que foi produzido pelo MDB e depois pelo PSDB além de ter sido fator decisivo para a marginalização do pensamento crítico, de um projeto nacional e popular bem como para a reprodução da dicotomia Estado autoritário (corrupto) x sociedade democrática (vitimada) que ganha carne e sangue no projeto político do PSDB no final dos anos 1980.

6.2 Florestan, o intelectual revolucionário

Florestan caminha pela ruptura revolucionária com o intuito de produzir na periferia um novo padrão civilizacional. Nesse sentido o intelectual possui um papel de protagonismo, pois seria o agente capaz de apontar o caminho da transformação social revolucionária na sociedade brasileira rumo à institucionalização da modernidade plenamente constituída, ou seja, na qual igualdade, liberdade e justiça social pudessem existir de forma universal. O intelectual em uma sociedade periférica como a brasileira deveria assumir um compromisso ético com a transformação revolucionária da realidade, o que o fez redefinir o papel do intelectual que propusera em seu projeto acadêmico-político:

O declínio do protagonismo do intelectual, encetado teoricamente desde 1970, encontra espaço nesse cenário político e histórico para a

revisão *em definitivo* do lugar do intelectual como “elemento de vanguarda na consciência dos problemas sociais”. Aquela voz se torna desconcertante, desdobra-se mesmo na proposta de uma subordinação intelectual no processo revolucionário, e na identidade entre este e o movimento socialista na realização do par socialismo/modernidade, sinonímia já assinalada, que legitima tal subordinação (Rodrigues, 2006:160).

Florestan reproduz a mesma atitude que desenvolveu nos anos 1950 quando propôs a perspectiva metodológica que daria condições de analisar de forma autônoma e crítica a singularidade brasileira. Seguindo esse princípio, o sociólogo recorre ao marxismo clássico como forma de estruturar o papel do intelectual e também apontar os caminhos que deveriam ser tomados para a transformação da sociedade brasileira. Assim, não defenderia uma versão da democracia cuja maior beneficiária seria a burguesia:

As contracorrentes históricas, que podem subverter essa realidade, não crescem graças e através da *democracia burguesa*. Esta forma política serviu às classes numa etapa da história e pode, quando muito, permitir o surgimento do produto mais refinado da modernização da periferia: a *democracia forte*, protegida pelas garantias de “defesa do Estado” [ou seja, um “Estado de direito” fundado no uso da força para garantir a estabilidade política; sem mistificações, um Estado autocrático burguês, que impede que a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática sejam levadas até o fundo e até o fim, mesmo que essa seja a vontade coletiva da imensa maioria do povo](Fernandes,1982:24).

Florestan (1981) defende que o marxismo seria a ciência e a prática política da revolução proletária no limiar do século XXI. Para ele seria o elemento teórico a apontar os caminhos que deveriam ser constituídos para que houvesse uma revolução democrática e a implantação de um novo padrão civilizacional, gerando a institucionalização plena da modernidade, ideal que Florestan manteve apesar das modificações que seu projeto sociológico sofreu nos anos 1970 (Rodrigues, 2006). Apenas assim a massa de pobres e excluídos poderia ser colocada na cena história como protagonista. Para a realização do seu ideal de institucionalização plena da modernidade entre nós Florestan transita de Manheim para Lênin passando por Marx (Rodrigues, *idem*).

Para que as transformações propostas pudessem tomar um caráter efetivo o partido político tem um papel central na proposição de Florestan. O sociólogo retoma o pensamento de Lênin no sentido da constituição de um partido operário que pudesse

aglutinar os interesses da classe operária representada pela massa de trabalhadores livres e semi-livres (Fernandes, 1982).

Esta configuração apontada por Florestan demonstrava como a luta de classes possuía um papel central para a compreensão do capitalismo dependente e da ditadura instituído em 1964. Neste sentido, deveria ser instituído um partido operário através da formação de uma vanguarda que promovesse uma mudança revolucionária, gerando através da luta de classes uma democracia operária. Uma mudança revolucionária que pudesse entregar o poder à nação expropriada pela dominação burguesa e imperialista. Desta forma, haveria o término da autocracia burguesa com a conquista do Estado pelos trabalhadores (Fernandes, 1982:73).

Florestan também observa como positiva a instituição da revolução dentro da ordem que seria responsável por instituir uma ordem social competitiva plena, aberta e democrática na qual o conflito estivesse plenamente institucionalizado, instituindo uma democracia de participação ampliada. Era necessário civilizar a sociedade civil de forma a fazer com que o domínio elitista do poder pudesse ser quebrado e a riqueza, a cultura e poder pudessem ser democratizados. Logo após, seria levada a cabo a revolução contra a ordem que seria responsável por gerar o socialismo que teria como fim abolir a sociedade de classes e a desigualdade entre os homens.

Ora, mesmo neste momento em que o papel revolucionário da sociologia e do intelectual são colocados em potência máxima, Florestan não rompe com a visão idealizada da “modernidade originária”, pois ela continua a ser interpretada como material e simbolicamente superior e, portanto, essencialmente diferente da modernidade precária da periferia. Florestan argumenta que as proposições reformistas não possuem validade dentro do capitalismo dependente: “a simulação do jogo democrático onde não existe uma sociedade civil democrática e, em consequência, o radicalismo democrático-burguês não possui qualquer vitalidade política” (Fernandes, 1977:135).

O problema não era, portanto, o radicalismo burguês em si, mas a singularidade do capitalismo dependente e da sociedade de classes que lhe dão suporte marcados pelo elitismo e por um consequente caráter tradicionalista, fechado e autoritário. Para Florestan (1980:5) a democracia operária teria como ponto fundamental agir como corretora das mazelas do capitalismo selvagem. Este seria o caminho para a institucionalização de uma democracia de participação ampliada que seria o primeiro passo à criação do socialismo.

A democracia operária representaria uma revolução nacional e a autonomia da nação representada pelo movimento operário (Fernandes, 1980). Para Florestan, portanto, a revolução democrática era pressuposto da democracia (Rodrigues, idem). Isto porque a burguesia, proprietária dos meios de produção, era a principal inimiga da classe trabalhadora.

A revolução representaria a constituição de uma república democrática estruturada pela “incorporação de bases econômicas, sociais e políticas da existência civil do proletariado (Fernandes, 1980:30)” Seria, portanto, a efetiva incorporação da maioria da população na ordem social competitiva de forma a ter uma participação livre e construtiva como acreditava ocorrer nos países do “capitalismo central e civilizado”.

Dentro da luta de classes instituída no capitalismo dependente, a ação revolucionária seria responsável por tornar a classe dominada em classe dominante (Fernandes, 1980). Haveria ainda a junção entre Estado, povo e nação que haviam sido historicamente dissociados dentro do capitalismo dependente. Para tanto, a ação do proletariado e da vanguarda sindical seria de fundamental importância. Neste sentido, Florestan defende a centralidade do marxismo-leninismo para a periferia, pois este se mostrava como alternativa ao capitalismo dependente além de representar uma revolução democrática autêntica (Fernandes, 1980).

Segundo Florestan (1977) os intelectuais deveriam se retirar do isolamento imposto pelo próprio ofício, procurando sair dos muros acadêmicos e dos públicos convencionais de forma a conseguirem captar as manifestações coletivas de inconformismo com os rumos do capitalismo dependente:

Cumpre-nos tentar modificar esta situação e, em especial, procurar um novo enlace com o movimento socialista, o único que poderá, a médio prazo, tirar o sociólogo de seu confinamento intelectual e aproveitar, praticamente, as contribuições de uma sociologia verdadeiramente crítica e militante (Fernandes, 1977: 139).

Para Florestan, portanto, o intelectual teria papel fundamental na transformação revolucionária da sociedade brasileira rumo ao socialismo como único modo de produção capaz de redimir a periferia de suas mais profundas mazelas. Ou seja, ele seria responsável não apenas por interpretar a realidade, mas também em determinar o caminho que deveria ser seguido pela maioria da população como maneira de fazer com que seus anseios e interesses pudessem ser alcançados de forma plena.

Para que as proposições intelectuais em torno da construção de um novo mundo pudessem ser materializadas a figura do partido político ganha um papel central através da união entre ciência e socialismo. Como forma de ter efetividade prática, Florestan recorre à tradição marxista clássica, em especial ao marxismo-leninismo¹⁹⁵. Assim, poderia ser construído um partido efetivo contra a ordem que teria total autonomia do horizonte burguês e que também daria as condições para uma saída revolucionária na periferia. A adesão ao marxismo-leninismo dava também a possibilidade de desvincular a impregnação burguesa do horizonte intelectual (1980b). Caso contrário, o intelectual agiria como um servo do poder:

Em linguagem de Gramsci: os sociólogos nascem como “intelectuais orgânicos da ordem”. Sua contribuição relaciona-se com a hegemonia cultural e com a eficácia política daqueles setores na sociedade global. Por essa razão, ela vem tão impregnada – e fica assim até hoje, em muitas de suas correntes – de componentes liberal-conservadores de legitimação da ordem, de reforço ideológico da dominação burguesa, de mistificação ou ocultamento das bases materiais do sistema capitalista de poder(e, especialmente, de suas fissuras, contradições, catástrofe potencial, etc.) Indo mais ao fundo dessa conexão: a sociologia se propunha descobrir “alternativas” para o *uso racional* dos recursos materiais e humanos da sociedade em um momento dado e para a *seleção racional* de transformações inevitáveis, dentro de uma estratégia de defesa e consolidação da ordem existente [ote-se: segundo gradações que vão do reacionarismo ou conservatismo e ao reformismo]. (Fernandes, 1980b:26).

Florestan toma, portanto, uma posição abertamente radical que o faz ir contra as posições que ele mesmo defendeu durante os anos 1950 e 1960 em torno do planejamento democrático através da recepção das ideias de Karl Manheim que o fizeram reproduzir um radicalismo democrático-burguês (Fernandes, 1977). Não havia possibilidade de uma saída dessas dentro do capitalismo dependente. Esta demarcação é importante para que se possa demonstrar como Florestan e Cardoso tomarão caminhos diametralmente opostos em termos teóricos, políticos e ideológicos que ficam bastante visíveis quando se compara o papel do intelectual em ambos e se observa suas análises de conjuntura sobre

¹⁹⁵Sobre a relação de Florestan com as ideias de Lênin, Rodrigues (2006) argumenta: “A precisão das indicações permite associá-las, uma a uma, respectivamente, ao que Florestan Fernandes concebe em Lênin, como: interpretação da história; análise da conjuntura política; e marxismo-leninismo. Indissociáveis, esses traços conformam uma prática analítica e uma intervenção pública, cujo sentido político é oferecido pelas novas condições em que se encontra o cenário político nacional” (p.148).

a transição brasileira, a Constituinte e o papel do partido político que consideram mais adequando à realidade brasileira, periférica e dependente.

Sob a perspectiva de Florestan o intelectual deveria ter uma verdadeira postura pedagógica no sentido de educar as massas para a revolução: “O sociólogo precisa estar atento a esse risco para evitá-lo e, principalmente, para preencher funções pedagógicas desmistificadoras no momento político convincente” (Fernandes, 1977:136). O intelectual teria a função de desnaturalizar a realidade periférica para demonstrar que as sociedades mais repressivas conseguiram fomentar as revoluções com maior êxito (ibidem, 1977). De acordo com Oliveira (2006:126) Florestan reproduzia em sua *pedagogia socialista* o pressuposto iluminista da racionalidade humana como instrumento de racionalização da ordem social, ponto também presente em Cardoso.

Florestan assinala o caráter orgânico da vinculação do sociólogo, pois ele seria o portador dos interesses e da vontade das massas que só necessitariam da ação pedagógica para que pudessem tomar consciência racional plena e, através do partido, transformar de forma revolucionária a realidade periférica por meio do esclarecimento ideológico dos trabalhadores livres e semi-livres. Assim, eles teriam consciência da relação de exploração a que estavam submetidos pela dominação burguesa e imperialista e poderiam lutar pela emancipação. Era preciso criar um partido que se vinculasse de forma exclusiva aos interesses dos trabalhadores, pois um partido com tendências amplas, como era a aspiração de Cardoso, apenas serviria para atender aos interesses da burguesia:

As classes trabalhadoras precisam de partidos políticos próprios para intensificar e consolidar seu desenvolvimento independente como classe; para formar vanguardas operárias dotadas de firmeza política e de capacidade de liderança; para sair do isolamento político e retirar do ostracismo outras classes ou facções de classe (como o setor camponês ou a pequena burguesia); para reduzir a prepotência e o despotismo do poder burguês; e, nos dias que correm, para remover da cena histórica a ditadura de classe de burguesia e por aí iniciar sua luta pela conquista do poder(Fernandes, 1982:72-3).

Para Florestan (1980) somente uma posição socialista revolucionária seria capaz gerar as condições de resolver as mazelas do capitalismo selvagem, pois daria a possibilidade para que o sociólogo saísse do confinamento intelectual e pudesse aproveitar as contribuições da sociologia crítica e militante (Fernandes, 1977:138). Para ele, apenas a sociologia crítica seria capaz de conjugar revolução nacional e democrática que daria autonomia ao movimento operário proporcionando condições para que a

sociedade capitalista incorporasse os elementos civilizatórios que existiriam no capitalismo autônomo e que faltariam na periferia. Somente ele seria capaz de apontar os caminhos para romper com a “resistência sociopática à mudança” da burguesia e com o domínio imperialista para completar o processo de modernização.

Segundo Florestan, era necessária a luta por reformas amplas que viessem democratizar a riqueza, a cultura e poder que eram fortemente concentrados nas mãos da burguesia. Só assim poderia ser efetivada a revolução nacional que já ocorrera nos países do capitalismo autônomo e da “modernidade originária”. Devido à ausência desta ação revolucionária em prol da incorporação da maioria, tínhamos um capitalismo dependente, selvagem e uma “modernidade precária”.

Logo em seguida, a luta seria em torno da instituição do socialismo para que, como disse, as desigualdades entre os homens pudessem ser extirpadas completamente e a modernidade pudesse se realizar em sua plenitude. Rodrigues (2006) apontou como Florestan havia preparado um projeto acadêmico-político que tinha como objetivo transplantar a modernidade central para a periferia, pois ela era uma formação material, simbólica e politicamente superior à periférica que funciona como modelo a ser seguido.

Com sua aposentadoria compulsória da USP e a ida para o Canadá o sociólogo redefine este projeto, sobretudo através da recusa à adesão institucional bem como a convicção de que a modernidade e todas as suas virtudes apenas poderiam ser institucionalizadas na periferia através do socialismo: “O que pressupõe um vínculo recíproco entre ciência, ideologia e utopia, que não aparece nem pode existir onde a imaginação sociológica não seja intrinsecamente revolucionária” (Fernandes, 1977:205).

Como último ponto gostaria de debater o papel que Florestan delegava ao PT como forma de materializar no Brasil as mudanças que considerava imprescindíveis à revolução democrática e nacional. Mesmo analisando sua entrada no partido e sua atuação no Parlamento nas duas próximas partes, gostaria de expor primeiro a visão sobre o papel do partido devido ao caráter crucial que este teria para sua formulação teórica pautada pela junção entre ciência e socialismo.

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1979. Florestan, todavia, apenas adentra aos seus quadros em 1986. O sociólogo cobrava uma postura estritamente proletária e revolucionária. Acabou fazendo parte da ala mais radical do PT, sem deixar

de defender que o caminho proletário e revolucionário era aquele que deveria ser seguido pelo partido como sua bandeira fundamental:¹⁹⁶

De outro lado, sempre estive e ainda estou confuso sobre os vários grupúsculos e tendências do PT, a disputa acirrada da hegemonia entre eles e a ausência de vínculos políticos e ideológicos firmes, que atravessem o partido. O PT lembrava-me o PSDOR, sem análoga consistência ideológica e política das várias correntes. Bem ponderadas as coisas, esse é o fruto de uma herança cultural magra e de uma tradição anarquista, socialista e comunista pobre, mal que não se poderia atribuir ao PT (Fernandes, 1989:217).

Florestan escreve o texto em um momento em que o socialismo real passava por grave crise que acabou colocando-o como possibilidade histórica efetiva em xeque. O sociólogo, todavia, procurou demonstrar que o socialismo ainda não havia passado por um teste derradeiro e que continuava a se apresentar como a saída ideal para a construção de uma civilização plenamente moderna e igualitária na periferia. Por isso, cobrava uma ação socialista firme do partido, que deveria ser o representante da esquerda revolucionária:

O Partido dos Trabalhadores propõe-se a fortalecer e dirigir o movimento social que se volta para a transformação da ordem existente, para consolidar a democracia, promover a formação de uma sociedade socialista e instituir a associação indissolúvel entre liberdade e igualdade em todas as relações humanas. Seu escopo histórico consiste em atingir uma época na qual a evolução da civilização progrida sem provocar manifestações concomitantes de barbárie (Fernandes, 1991:18).

Caso não houvesse a ação firme do PT como partido proletário a maioria ficaria sem condições efetivas de lutar pela revolução da sociedade e a construção de um novo padrão civilizacional: “Trata-se não só de adquirir uma consciência social operária e socialista, mas de eliminar a alienação social das estruturas mentais e da imaginação política dos assalariados, moldadas pelo capital” (Fernandes, 1991:58). Seu papel, portanto, era atuar em torno da construção de uma sociedade socialista através da quebra

¹⁹⁶Florestan (1991) propôs esse programa ao PT por considerar que o partido estava tomando uma postura não consentânea com seu compromisso proletário e socialista, uma vez que estava se comportando como um partido reformista: “O PT empenhou sua confiança na luta de classes pacífica e se organizou, horizontal e verticalmente, como se a ordem fornecesse a todos os partidos as garantias constitucionais de autopreservação e de continuidade. Como os partidos de centro, apostou em sua capacidade de fortalecer e aperfeiçoar seus compromissos solenes de consolidação da democracia emergente”(P.55).

da “aceleração do desenvolvimento capitalista”, tirando das mãos da burguesia a concentração da riqueza, da cultura e do poder (Fernandes, 1991).

Além de se colocar como representante do proletariado e do socialismo, o partido necessitava incorporar firmemente o marxismo¹⁹⁷ como sua bandeira, para instituir uma postura intransigente e firme em defesa das causas proletárias e populares (Fernandes, 1989). Assim, não se confundiria com a socialdemocracia que apenas levaria a cabo a “reforma capitalista do capitalismo”, cujas ações eram destoantes dos anseios do proletariado e impossibilitariam uma revolução democrática e nacional em torno da abertura da ordem social competitiva para os de baixo.

Em um primeiro momento o partido tinha como tarefa civilizar a sociedade civil, ou seja, tirar dela o tradicionalismo que a estruturava desde o período escravista. Depois, ele deveria preparar as bases para a revolução nacionalista contra a ordem para a instituição do socialismo: “Acredito que é a crença de que o PT não trairá os de baixo e que o socialismo que ele propaga oferece respostas cabais aos enigmas da sociedade brasileira e do futuro da Humanidade” (Fernandes, 1991:74). Portanto, o partido deveria ter um caráter proletário, socialista, nacionalista e, portanto, revolucionário como portador dos interesses e anseios da maioria da população brasileira:

Parodiando Lenin, poderíamos dizer: sem consciência social socialista nada conseguiremos! Nem a transformação e a revolução dentro da ordem (em sentido capitalista) será possível. Nem a revolução dentro da ordem (em sentido socialista) e a construção de uma sociedade socialista estará ao nosso alcance. Não basta um ABC do socialismo (ou do comunismo) para arrancar da natureza humana do militante e do simpatizante o aburguesamento em que ele está engolfado e no qual apodrece. É necessário avançar muito mais e engendrar nele uma segunda natureza humana, socialista, aferida para que ele se liberte do passado e do presente e aspire a erigir, para si e para os outros, uma sociedade socialista aberta para o advento do comunismo (Fernandes, 1991:73).

O PT teria o papel pedagógico de civilizar a sociedade civil, construir um novo tipo de República e uma revolução democrática que proporcionasse condições de fazer a transição para o socialismo. Ou seja, teria o papel de propor uma saída revolucionária que pudesse gerar a auto emancipação dos trabalhadores e que colocaria o Brasil como nação

¹⁹⁷ Sobre esta questão, Florestan (1989a) argumenta: “Contudo, descobri que floresce dentro do PT uma incontida necessidade de conhecer o marxismo, e, além disso, que dele participam muitos ativistas que são marxistas convictos e se ressentem do silêncio frio que prevalece em face das questões teóricas e práticas da revolução proletária” (p.218).

do século XXI. Na concepção de Florestan, portanto, o partido estaria em compasso com as mudanças no mundo e o socialismo seria o caminho necessário para a instituição de um novo padrão civilizacional: “O socialismo nos ensina que a igualdade, a liberdade, a fraternidade e a felicidade só podem ser conquistadas pela auto emancipação coletiva das classes oprimidas” (Fernandes, 1989:138).

6.3 Cardoso, o intelectual reformista

Assim como fiz com Florestan, exponho abaixo o papel do intelectual para Cardoso entre os anos 1970 e 1980. Segundo Cardoso os intelectuais devem ficar na fronteira do possível através da proposição de questões que venham alargar as tendências existentes na sociedade civil de forma a contribuir para institucionalizar o conflito. Ou seja, o intelectual teria como papel ser um articulador de ideias através da atenção à correlação de forças existente na sociedade. O intelectual teria como papel articular as várias demandas existentes na sociedade, tendo uma postura de sistematizador, através da abertura de canais de expressão da sociedade (Cardoso, 1977). Ele agiria como um parceiro dos grupos, categorias e classes sociais e não como líder político (Prando, 2009:136), e teria a função pedagógica de politizar os temas e articular a opinião pública (Cardoso, idem).

Assim, ele não deveria articular proposições normativas sobre o comportamento da sociedade, pois antes de dizer o que o sindicato, por exemplo, teria de fazer era necessário ouvi-lo. Caso contrário, reproduziria uma postura autoritária e consentânea com o conservadorismo da classe dominante:

O risco do intelectual é sempre o risco dele pensar que é demiurgo, que ele substitui o real. Tem que ter uma presunção tão grande que lhe permita ser modesto. Você dirá: quer dizer que o intelectual não deve participar da vida política? Não é o que eu penso, em certas circunstâncias acho que devemos participar da política, articulando as discussões e servindo de mediação, mas não com palavras de ordem (Cardoso, 1978:28).

O intelectual deveria contribuir para que a democracia fosse incorporada como um valor através do reconhecimento da diversidade do conflito de interesses que seria questão central da prática moderna. Desta forma, poderia haver a liberdade, a auto-organização e expressão da sociedade (Cardoso, 2010). A luta do intelectual deveria ser em torno da instituição de um sistema econômico mais justo e também de uma sociedade

mais igualitária. Ele deveria lutar pela democracia substantiva, que representava a institucionalização do capitalismo como estilo de vida. Seria esse o caminho para completar o processo de modernização e retificar o caráter precário da modernidade periférica:

Além do que, somos um país que teve a sua transformação econômica, empresarial, sem a revolução burguesa no sentido pleno da palavra. Tudo se deu num tremendo sistema de acomodação das classes dominantes. É um autoritarismo para baixo, enquanto é conciliador ao nível da classe dominante (Cardoso, 2010: 36).

Para demonstrar a atualidade de suas posições Cardoso polemiza com as propostas da extrema esquerda que advogava pela saída revolucionária na periferia, tal qual defendia Florestan. O sociólogo considerava o discurso homogêneo em nome de uma classe social como totalitário. Cardoso (2010) considerava Marx um autor do século XIX, ou seja, seu modelo explicativo e normativo não se enquadraria no mundo contemporâneo de então. O sociólogo possui uma postura contrária ao dogmatismo teórico (Pécault, *idem*). Isto fez com que Cardoso criticasse os marxistas por estarem na passagem do século XX para o XXI sem possuírem teoria para entender o mundo em mudança, mesmo não fazendo menção direta a Florestan:

Hoje o Brasil, ao mesmo tempo em que tem um pé na V República francesa (com seus estudantes libertários), tem o trabalho semicompulsório na Amazônia, e a falta de garantias sociais e políticas. Seria engano, diante disso, pensar que temos um pé no século XIX e que no futuro seremos europeus. Se a esquerda pensar que teremos um partido “tipicamente proletário”, vai enganar-se. Isto aqui tem um cheiro de América, de Novo Mundo. Há uma expansão industrial fantástica e uma fronteira agrícola imensa e aberta. Quando alguém pensa que entende o Brasil a partir da repetição de textos que se referem a outras experiências, se engana. Frequentemente, por causa do doutrinário dogmático, a extrema esquerda fica parada e a direita também: reciprocamente imobilizadas ao nível da bobagem (Cardoso, 1978:88).

Cardoso se mostrava terminantemente contra os partidos que considerava totalitários, pois não observavam as demandas reais da sociedade e também a singularidade brasileira que nos tornava essencialmente diversos dos países europeus. Se Florestan considerava o marxismo-leninismo como encaminhamento necessário para a constituição de uma nova civilização na periferia Cardoso, por sua vez, via em proposições como essa um misto de dogmatismo e anacronismo. Por isso, o sociólogo afirmava que a esquerda é que precisava ser civilizada: “As tentativas de todo capitalismo

inteligente vão no sentido de ‘civilizar’ a esquerda, mesmo a esquerda comunista” (Cardoso, 1978:24). Além disso, Cardoso considerava a visão marxista entre explorados e exploradores como metafísica, além de dogmática a visão de um partido operário, pois a sociedade havia se modificado:

O povo se auto-organiza, sindicato existe, a Igreja funciona, assim como a associação de bairro, a universidade e a imprensa. A sociedade moderna é muito complexa e os partidos são uma parte disso. Quem pensa que o partido vai organizar tudo isso tem uma visão do século passado (Cardoso, 2010:67).

Para Cardoso, deveria ser constituída outra proposição para além da oposição capital/trabalho (Cardoso, 1978). Segundo o sociólogo, ela era atrasada e estava a reboque das mudanças. Para Cardoso, as mudanças ocorridas no mundo faziam com que o esquema marxista de luta de classes não fosse capaz de explicá-lo. Por isso, se dizia da esquerda independente (Cardoso, 2010).

O sociólogo afirmava que o socialismo do século XX é a democracia substantiva, que seria pautada pelo controle social do Estado (Cardoso, 1978). Cardoso argumenta que o sentido concedido por ele tinha ligação direta com aquele dado ao conceito por Karl Manheim: “Manheim a usava no sentido de uma democracia que não se restringisse ao setor estatal, às instituições formais, mas que fosse também um processo social” (Cardoso, 1977:36).

Cardoso considera os teóricos que propuseram uma interpretação crítica do capitalismo dependente e do regime militar pautado pelo marxismo como atrasados, dogmáticos e propositores de interpretações irrealistas sobre esses temas, na medida em que estaria construindo uma interpretação moderna e mais próxima da realidade brasileira:

Eu tenho muita irritação com um radicalismo retórico que anda por aí. Substitui-se a realidade por um modelo de solução, ignorando a correlação de forças. Quem pensa assim se comporta como um membro da elite. Pensa que sabe o que deve ser feito – e não ouve nada. Na hora de pegar o pato, não são os verbalmente radicais que pagam. O que conseguem fazer é frear a possibilidade real de você caminhar. Eu digo sempre que há muitos setores da esquerda brasileira que continuam vivendo entre fevereiro e outubro de 1917 – período da Revolução Soviética – e choram porque não há um Palácio de Inverno na América do Sul. Não havendo o Palácio de Inverno para tomar, como em 1917, não se faz nada... Isso é típico do intelectualóide, revela uma brutal dependência cultural. Essa gente tenta aplicar chavões e palavras de ordem gastas, que já não correspondem a uma prática social real (Cardoso, 1978:26).

Devido ao descompasso da esquerda, era necessário levar a cabo uma “utopia viável” que tinha como fim retificar as mazelas do capitalismo periférico de forma a fazer com que ele tivesse uma institucionalização plena. Nesse sentido, Cardoso (2010) assume uma posição consentânea à tomada por Manheim, pois evitou os extremismos e procurou construir uma espécie de “terceira via”, de caráter reformista. Mais ainda, Cardoso reproduz a postura tão cara a Florestan nas décadas de 50 e 60 que era ser o “elemento de vanguarda na consciência dos problemas sociais” (Rodrigues, *idem*). Esta postura, rompida por Florestan, permanece em Cardoso. Para tanto, também caminha na mesma direção do sociólogo alemão ao defender as inconsistências das perspectivas radicais, como é o caso da defendida por Florestan. Ele ia contra todas as posições tomadas por Florestan reproduzindo, desta forma, uma posição diametralmente oposta àquela do antigo mestre.

Como último ponto desta parte gostaria de expor o projeto político-partidário de Cardoso assim como havia feito acima com Florestan e o PT. Cardoso refuta a existência de um partido cuja lógica intrínseca seja a vinculação orgânica com determinada classe social, sobretudo através de proposição de uma saída revolucionária:

Os trabalhos de filosofia política clássica a que aludi antes, embora tenham colocado as questões centrais sobre poder e moral, se referem a um contexto histórico que não prevalece. Mesmo as observações de Marx e sua análise da dominação de classe, com os desdobramentos posteriores, de Lênin, de Gramsci e de tantos outros, sobre a moral revolucionária e sobre o partido-Príncipe foram perdendo vigência na decorrer do século XX (Cardoso, 2006:59).

Para ele, o partido político deveria ser capaz de abarcar as várias tendências existentes na sociedade através de um encaminhamento reformista e progressista, tentando articular os vários interesses existentes¹⁹⁸. Ele delegou este papel ao PMDB, que conceituou como *partido omnibus*¹⁹⁹. No final dos anos 1980, como debate abaixo, Cardoso rompe com o partido por considerar que ele teria se desvirtuado dos princípios nos quais havia sido formado para praticar o *butim* do Estado:

¹⁹⁸Cardoso (1984) faz questão de apontar que sua proposição de sociedade civil era oposta àquela propagada por Antonio Gramsci: “Sem rigor, mas com eficácia, foi-se designando toda oposição – da Igreja, da imprensa, da Universidade, das corporações profissionais, dos sindicatos, da empresa e dos partidos – como se fosse a movimentação da sociedade civil. E descobriu-se, sem que ninguém o tenha notado como escândalo, que ocorria aqui, como ocorria antes, o oposto do que Gramsci descrevia com relação à Itália: voltava-se à concepção latina de sociedade civil (p.472).

O PMDB é um partido que eu chamo *omnibus*. Em certos países, a forma de partido que existe é próxima à do Partido do Congresso na Índia, porque essas sociedades produzem esse tipo de partido com tendências desencontradas. São sociedades que passam para a industrialização rapidamente, sob controle das grandes empresas estatais e multinacionais e que têm, ao mesmo tempo, uma classe média profissional, uma forte penetração de modelos culturais por meio da *mass media* e uma grande intervenção do capital internacional criando classes novas (Cardoso, 2010: 68).

Após sua saída do PMDB Cardoso funda com outros dissidentes o Partido da Socialdemocracia Brasileira, o PSDB. Vale chamar atenção para o caráter amplo das proposições feitas por Cardoso em torno dos papéis a serem desempenhados pelo PSDB²⁰⁰ articuladas à sua interpretação do Brasil.

Ao contrário da proposta socialista e revolucionária de Florestan, Cardoso defende um caminho reformista e socialdemocrata²⁰¹ que teria como encaminhamentos a luta pela manutenção e ampliação das liberdades democráticas; pela valorização do trabalho e a elevação do nível de vida dos trabalhadores; e também a luta pela subordinação do poder econômico ao controle da sociedade (Cardoso, 1990:11). O partido tinha a incumbência de pegar a herança do antigo MDB sob uma perspectiva renovadora (Cardoso, 2006).

A saída proposta por Cardoso, portanto, era retificar a ordem capitalista periférica para que ela pudesse ter um desenvolvimento efetivo, ou seja, para que completasse o processo de modernização e engendrasses uma modernidade periférica plena (que representava o fim do tradicionalismo e institucionalização do capitalismo como estilo de vida) e possível, porque teria de conviver com a dependência econômica como elemento estrutural.

Cardoso se confronta com a esquerda que considera ser atrasada e que não percebe as mudanças, o que a faz lutar por um tipo de sociedade que não mais existe: “A esquerda perdeu o rumo. Se a esquerda se identificar com o que na história se concretizou como esquerda, aí ela acaba mesmo. Tem de haver um *aggiornamento*” (Cardoso, 2010:73). Assim, seu partido deixava de lado as ideologias e utopias e procurava se pautar

²⁰⁰ Cardoso(2006) afirma que a fundação do partido foi forte componente social, pois: “Tal como o PT foi a formação partidária que correspondeu a um momento de mobilização das massas urbanas, com apoio das organizações sindicais e das comunidades eclesiais de base, com seus desdobramentos, apoios ideológico-organizacionais e braços universitários, o PSDB nasceu como consequência da presença de uma classe média urbana, profissional e universitária, mais incorporada às forças modernizadoras da sociedade e da economia”(p.131).

²⁰¹ Como Dulci (2010) defende, o PSDB representou, de fato, uma saída liberal para os dilemas brasileiros e não socialdemocrata como o seu nome sugere.

em questões concretas: “Por tudo isso, se queremos realmente saber o que é a socialdemocracia, é melhor se preocupar mais com o conteúdo das propostas do que com rótulos ideológicos” (Cardoso, 1990:12).

Diferentemente do partido marxista-leninista como Florestan queria que fosse o caráter do PT, Cardoso refuta a proposição de saídas que considerava impositivas e também a vinculação monoclassista, pois o partido moderno deveria ter um caráter pluriclassista através da construção de uma aliança entre trabalhadores, classe média e empresários que estivessem afeitos às questões em torno da justiça social (Cardoso, 1990:57). Cardoso (idem) advoga que a visão monoclassista representaria para o PSDB o corporativismo que considera inaceitável: “O sentimento nacionalista, estatizante e corporativista é muito forte. É forte no PT, no PSDB. É preciso passar a limpo o marxismo, o progressismo” (Cardoso, 2010:74).

O sociólogo considerava mais realista a busca de convencimento da sociedade civil e a consequente instituição de reformas graduais como pode ser visto na proposição sobre a relação entre capital e trabalho:

A social-democracia não quer acirrar as lutas de classes. Ela simplesmente reconhece que essas lutas existem na mesma medida em que existem desigualdades injustificáveis e exploração dos trabalhadores na sociedade. E afirma que a exploração e as desigualdades são superáveis – que uma distribuição mais equilibrada da riqueza é possível e necessária, sem que para isso a luta de classes precise vira uma guerra sangrenta (Cardoso, 1990:15).

A socialdemocracia também se colocava contra a estatização total da economia, uma vez que a liberdade de empresa e a propriedade privada são bandeiras por ela defendidas. Nesse sentido, empresas públicas que não fossem eficientes poderiam ser privatizadas, fazendo com que o Estado fosse constituído não com uma formatação mínima, mas necessária a fim de atender às necessidades da sociedade:

A privatização de empresas é uma das medidas que se pode aplicar na reforma do estado. No entanto, se em certos casos é válido privatizar, no conjunto é fundamental desprivatizar, isto é, acabar com as várias formas de loteamento da máquina do estado e de desvio dos seus recursos para o enriquecimento privado de empresários, tecnocratas e políticos fisiológicos (Cardoso, 1990:47).

Cardoso afirma que desde os seminários de fundação do PSDB foi difundida a ideia de revisão dos papéis do Estado, da sociedade e do mercado no mundo globalizado.

Assim, o partido representaria uma visão moderna e consentânea com as mudanças ocorridas no mundo. Seria necessário refazer a “engenharia institucional” de forma a poder gerar práticas democráticas.

Cardoso entendia que o mercado era uma realidade inescapável depois da queda do socialismo real. Sendo assim, seria necessário construir uma nova ordem através da conjugação entre mercado, Estado e sociedade a partir da ação nos seguintes pontos: retomada do crescimento econômico; diminuição das desigualdades; governabilidade. O crescimento econômico se daria através de uma política de internacionalização da economia e também de privatizações, que deixam a capacidade estratégica do Estado para ativar a economia (Cardoso, 1990b:43).

As proposições socialistas de Florestan em relação ao PT tinham como objetivo apontar como as massas eram vítimas da dupla articulação entre dominação burguesa e imperialismo. Já as propostas socialdemocratas de Cardoso apontam o Estado como a fonte de todos os nossos dilemas mais importantes como a nossa profunda desigualdade social.

Ao comparar a realidade brasileira com a existente na Europa ou nos Estados Unidos, Cardoso aponta como nosso passado escravista, colonial, patrimonialista e clientelista foi elemento crucial para a reprodução da abissal desigualdade, elementos que nos fizeram essencialmente diferentes dos países centrais. Era necessário completar o processo de modernização para que fosse institucionalizada plenamente a ordem social competitiva entre nós.

Ao analisar as relações entre Estado, mercado e democracia, Cardoso aponta a nossa formação social escravista como o fator crucial para a constituição de uma relação distorcida entre ambos, uma vez que as potencialidades do mercado, por exemplo, não puderam ser plenamente consolidadas em nossa singular ordem capitalista estruturada pelo tradicionalismo:

A força do mercado sempre foi muito mais acanhada e constrangida pela existência de fatores políticos, por um tipo de dominação política que nada tem a ver com a ação do Estado reformador do mercado, à europeia. O Estado aqui se acomodou à sociedade e ambos a um certo tipo de produção, guardando características mais do que conhecidas de patrimonialismo, de clientelismo etc. (...) alguns autores fizeram uma análise mais culturalista dessas diferenças, em termos de uma tradição corporativista, de uma cultura católica, da tradição ibérica etc. A literatura sobre o tema é ampla. Não é o caso de fazermos a revisão dela,

mas o fato é que, de alguma forma, a vinculação entre Estado, sociedade e democracia na América Latina deu-se a partir de outros pressupostos, outro background (Cardoso, 1991a:28).

Para Cardoso (1991a) a formação patrimonialista da sociedade brasileira foi o fator crucial para gerar uma relação diferencial entre Estado e sociedade ao compararmos com as sociedades de “típica” formação capitalista. Segundo Cardoso, esta seria uma característica básica das sociedades de base latifundiária-patrimonialista (Cardoso, 1991a). Reproduziríamos uma cultura clientelista e patrimonialista que impôs bloqueios estruturais para o mercado institucionalizar seus caracteres civilizatórios, ou seja, nos impediu de constituir uma ordem social competitiva aberta e democrática como ele já apontava desde os anos 1950. Esta formação singular do capitalismo brasileiro analisada por ele desde sua pesquisa de doutoramento deixava claro como ela era responsável por reproduzir um capitalismo incompleto, ou seja, suprimido dos caracteres civilizatórios que existiriam (supostamente) nas sociedades centrais.

Portanto, o grande fator de dilema no Brasil não estava residido nas lutas de classe, na imposição do imperialismo, mas no patrimonialismo que havia se reproduzido de forma secular na realidade brasileira. Este era o fator impeditivo da institucionalização plena da sociedade capitalista, do conflito construtivo entre as classes sociais e de suas potencialidades intrínsecas. Ou seja, era ele que fazia com que a sociedade brasileira fosse marcada junção entre privilégio e exclusão.

O PSDB se opunha à saída socialista. Seria necessário gerar uma nova ordem pautada pela instituição de um capitalismo aperfeiçoado, pois era a realidade possível: “Para os social-democratas, a prática da democracia, seu aperfeiçoamento constante, é o melhor caminho para a construção de uma sociedade que some as qualidades e supere os defeitos do capitalismo e do socialismo” (Cardoso, 1990:18).

O partido também se colocava como uma terceira via entre a esquerda tradicional e a direita, pois propunha reformas através da articulação com a sociedade (Cardoso, 2006). Era necessário instituir uma esfera pública democratizada que fizesse da sociedade a verdadeira protagonista: “E entender que o sentido geral das transformações, quando se pratica democracia de verdade, só pode ser a eliminação dos privilégios e a participação crescente do povo, tanto nas decisões como no bem-estar” (Cardoso, 1990:59).

Era necessário construir uma ordem social competitiva aberta, ou seja, dar oportunidades a todos de adentrar ao mercado de trabalho. Para tanto, a defesa do emprego e da igualdade de oportunidades educacionais era primordial. Assim, eram valorizados o trabalho e redistribuição de renda (Cardoso, *idem*). Aliado a isso, o acesso aos meios de comunicação era essencial devido à importância central que possuía para a democracia. Tornava-se necessário por fim à fraqueza das classes²⁰² e sua articulação com os partidos políticos quando comparada ao caso europeu que era essencialmente diferente:

É que, em grande parte, os nossos partidos, os partidos emergentes, a despeito do que queremos, do que escrevemos, dos programas que estão neles, não são partidos do tipo europeu, onde existe realmente uma congruência muito maior entre a base social e a liderança política, onde o peso da classe é muito forte na definição do rumo do partido. Entre nós não existe, além da congruência entre base social e o nível político, o grau de organização, de estruturação, dos partidos políticos europeus. Quer seja o partido socialista, ou liberal, ou comunista, qualquer desses existe muito mais estruturalmente e é referido a certa doutrina (Cardoso, 1984:30).

Cardoso não considerava o Brasil um país subdesenvolvido, mas sim mal desenvolvido. Teríamos um relativo atraso econômico que se colocava como obstáculo para superar o atraso social, este sim nosso maior problema. Para tanto, era necessário agir conforme as circunstâncias, de forma pragmática. O corolário da afirmação acima sobre o caráter mal desenvolvido do país era a não condenação do capital estrangeiro que deveria ser incorporado como forma de proporcionar condições para que a questão social pudesse ser plenamente enfrentada.

A esquerda tradicional, caracterizada por Cardoso como ético-udenista devido à visão moral do mundo, reproduzia um nacionalismo anacrônico que via em qualquer investimento estrangeiro a ação do imperialismo, terminando por confundir independência nacional com isolamento (Cardoso, 1990:58). Cardoso vai além ao afirmar que essa postura fazia com que a esquerda fosse incapaz de observar as mudanças que ocorriam no mundo socialista e também fosse incapaz de propor reformas ao estado intervencionista, terminando por defender privilégios da burocracia como se fossem os

²⁰²Sobre a formação americana Cardoso (*idem*) argumenta: “Já a Revolução Americana, prosperando em solo social mais livre das peias históricas do feudalismo, do espírito senhorial e das distinções de hierarquia, com menos retórica que seus congêneres revolucionários, criou, no Novo Mundo, uma sociedade mais aberta”(p.74).

interesses da população. Ou seja, proposições de ultra-esquerda como a de Florestan para o PT acabam possuindo um sentido concreto bastante conservador na acepção de Cardoso. Nesse sentido, o sociólogo refuta o nacionalismo em prol de uma perspectiva internacionalista ou, conforme sua teoria, interdependente:

Ser de esquerda, no Brasil, sempre foi sinônimo de ser nacionalista, isto é, a favor do desenvolvimento nacional e do fim da dependência política, econômica e cultural em relação às grandes potências capitalistas. Os social-democratas brasileiros não têm por que negar essa tradição. Mas precisam atualizá-la. Num mundo cada vez mais integrado, desenvolvimento não rima com isolamento. País independente, hoje, significa país capaz de defender seus próprios interesses dentro de um relacionamento crescente com o mercado internacional e com o capital estrangeiro (Cardoso, 1990:37).

A junção ao capital estrangeiro era um importante dispositivo para a modernização da economia, conjugada à revolução educacional que deveria ocorrer desde o primeiro grau à universidade de forma a democratizar o acesso e pôr fim ao analfabetismo para que milhões de brasileiros pudessem exercer de forma plena seus direitos como cidadãos.

A reforma agrária também se mostrava como uma questão primordial na proposta socialdemocrata. De forma diametralmente oposta a Florestan, Cardoso propõe a integração ao capital internacional, nega a possibilidade de uma saída autonomista e nacionalista e também propõe reformas que tinham como objetivo “aperfeiçoar” o capitalismo dependente, pois o dilema crucial estava circunscrito à herança colonial patrimonialista, irracional e pré-moderna.

6.4 A entrada no campo político de Florestan e Cardoso

Tenho como objetivo agora analisar a entrada dos dois intelectuais no campo político, além de expor suas visões sobre a transição brasileira e o período da Constituinte. Assim, poderei não apenas apontar com maior sistematicidade as diferenças entre ambos, mas também observar de que forma chegaram ao Parlamento, as relações que travaram com o campo político e os partidos dos quais fazem parte. Também terei condições de apontar como suas respectivas posturas e compromissos político-ideológicos foram centrais para o sucesso de suas atuações no campo político durante o período 1987-1988. Mesmo entrando para a política partidária depois de Cardoso, inicio minha exposição por Florestan como venho fazendo no decorrer desta tese.

Florestan teve uma postura isolada no combate ao regime militar, pois recusou a atuação institucional mesmo no momento em que passou a integrar à pós-graduação da PUC-SP. O sociólogo paulista deu grande importância ao partido como instituição capaz de materializar as demandas das massas em torno da revolução democrática. Apenas um partido estruturado por uma ligação estrita e direta com o proletariado poderia representar o caminho para uma efetiva transformação da realidade brasileira marcada pela dupla articulação entre dominação burguesa e imperialismo. Florestan recusa o MDB e também não adere ao PT no momento de sua fundação, em 1979, por não considerar o partido um representante efetivo de uma perspectiva proletária e revolucionária. Sua inserção apenas ocorre em 1986 por conta do processo constituinte.

Até a adesão ao PT Florestan se divide entre as aulas na PUC-SP e o trabalho de publicista na grande imprensa que inicia em 1983, na Folha de São Paulo, na coluna Tendências e Debates e que possibilitou a ele ter uma relação direta com o leitor (Soares, 1997). Florestan protagonizou o “jornalismo político” que tinha como objetivo desenvolver uma ação pedagógica em termos socialistas (Soares, 1997, Oliveira, 2006).

O sociólogo analisa a conjuntura brasileira marcada pela designação “Nova República” procurando desmascarar seu suposto caráter democrático e transformador, apontar a forma que deveria tomar o processo constituinte, além de defender de maneira intransigente uma postura socialista como encaminhamento necessário para a construção efetiva da Nova República no Brasil. Florestan (2007) aponta a importância do jornalismo político que desenvolveu intensamente entre os anos 1980 e 1990:

Solitário e impotente para ir mais longe, dediquei-me a uma espécie de jornalismo político que partia da conjuntura para os movimentos mais fundos de transformação da sociedade, combinando o saber acumulado ao longo dos anos à necessidade de servir à imensa maioria dos espoliados e àqueles que, como eu, estão dispostos a tudo para que o Brasil supere para sempre uma degradante tradição de embrutecimento e de exclusão dos oprimidos (p.23)

A análise dos textos publicísticos de Florestan também é de grande importância para a apreensão da organização do campo político brasileiro nos anos 1980. Ela auxilia a demonstrar quais eram as possibilidades reais de êxito das propostas que o deputado-constituinte Florestan desenvolverá a partir de 1987, bem como problematizar sua relação como intelectual com a lógica intrínseca do campo.

Desde o governo Geisel houve o processo de distensão que culminou com a anistia, em 1979, através do retorno ao país de importantes lideranças políticas como Leonel Brizola e a retomada do pluripartidarismo, responsável pelo retorno de partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB- e a criação de outros como o Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB – que foi derivado do MDB; o Partido Democrático Social – PDS-, que substituiu a Arena, o Partido da Frente Liberal – PFL – também derivado de setores da Arena; o Partido Democrático Trabalhista, criado por Leonel Brizola depois que este perdeu a disputa pelo controle do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, com Ivete Vargas; e o Partido dos Trabalhadores – PT-, criado em São Paulo por uma variada gama de sindicalistas, intelectuais, profissionais liberais, das mais diversas correntes de esquerda.

Mesmo com o retorno do sistema pluripartidário, os militares defenderam uma transição para a democracia que deveria ser marcada pelo caráter lento, gradual e seguro. É por conta desse caráter da transição que Florestan utiliza o espaço adquirido na grande imprensa para desmascarar o caráter aberrante da abertura e da “Nova República” durante os anos 1980, uma vez que considerava que os militares e a burguesia contrarrevolucionária continuavam a ter domínio sobre o Estado e o processo político.

Florestan reconhecia que as transformações econômicas realizadas pela ditadura militar a partir de 68 colocaram a sociedade brasileira em outro patamar, sobretudo na organização do proletariado que conseguiu estruturar-se como classe para poder fazer parte da sociedade civil dominada pela burguesia. Ou seja, as condições para a inserção existiam de maneira real. Restava apenas a organização efetiva em torno dos interesses proletários que viviam em um estado de tensão latente, mas sem a educação para a luta política que Florestan tinha como objetivo contribuir com sua ação publicística: “É preciso que o trabalhador tenha não uma consciência obreirista neutra, mas uma consciência e identidade revolucionárias” (Fernandes, 2007:122). Mesmo havendo a possibilidade de ação efetiva, o que ocorria era o domínio conservador da transição que fez com que o poder continuasse nas mãos da ditadura, pois a “transição democrática” ficou circunscrita aos grandes interesses.

A ditadura conseguiu institucionalizar seu projeto de transição lenta, gradual e segura. Permanecia a reprodução da concepção tradicionalista e senhorial do mundo estruturada durante o período colonial. Essa permanência resultou na contradição entre a instituição de um desenvolvimento econômico pungente a partir de 68 conjugado ao

tradicionalismo que fazia com que a sociedade brasileira no limiar do século XXI ainda fosse marcada pela rusticidade. Esta representa a não universalização da ordem social competitiva que o autor havia enfocado enfaticamente durante sua pesquisa sobre a integração do negro. Nos países do capitalismo autônomo a democracia era algo real, pois constituiu uma ordem social competitiva aberta, fruto da ação organizada dos de baixo (Fernandes, 1989a: 124). A força do tradicionalismo, portanto, era elemento crucial a demonstrar a diferença essencial entre centro e periferia.

O que tínhamos, de fato, era uma “modernidade precária” visto que os elementos irracionais e tradicionalistas ainda tinham protagonismo. Por conta disso é que Florestan não apenas denuncia o caráter conservador da transição, mas advoga pela ruptura revolucionária como forma do país constituir um processo de modernização plena que pudesse instituir na periferia uma modernidade legítima, ou seja, estruturada pela igualdade, liberdade e desalienação da pessoa (Fernandes, 2007:134²⁰³).

Em seus textos dos anos 1980 permanece a visão sobre a modernidade que havia construído nas décadas anteriores, pois continuamos a ser caracterizados como material e simbolicamente inferiores à experiência levada a cabo na modernidade originária:

Querem peso e voz na sociedade civil, não para falar de “paz social” com a burguesia – a paz social que nunca existiu, porque com ditaduras ou sem elas nunca se fez outra coisa que excluir o homem pobre livre da condição humana – mas para erigir no Brasil as premissas de uma sociedade civil civilizada, base material, cultural e política de qualquer forma política autêntica de democracia na história moderna (Fernandes²⁰⁴, 2007:172).

Uma das demonstrações claras de que a “Nova República” era uma verdadeira mistificação foi a derrota da Emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para o ano de 1985. Para Florestan, o poder de escolha nas mãos dos eleitores representava um caminho fundamental para a derrota definitiva da ditadura militar. O que ocorreu, de fato, foi a construção de um pacto conservador entre o PMDB e o PDS através da Aliança Democrática voltada para a eleição de Tancredo Neves.

Para Florestan, esta aliança foi uma forma de impedir a construção da revolução democrática que daria condições reais de instituição de uma Nova República pautada pela

²⁰³Além da mistificação. Folha de São Paulo, 20/05/1985.

²⁰⁴Pacto social e a Nova República. Folha de São Paulo, 2/1/1985.

incorporação das massas à sociedade civil. Precisamente, ela funcionou como obstáculo decisivo à constituição de uma ordem social competitiva aberta e estruturada pelo conflito construtivo entre as classes sociais como supunha ocorrer nos países do capitalismo autônomo, e que era uma proposição defendida por Cardoso como caminho possível na periferia:

A ditadura está desaparecendo. Todavia, ela conseguiu encaminhar sua programação político-militar de transição gradual, montada para servir aos interesses das classes dominantes. O que um brilhante jornalista chamou de “transição transada” releva muito bem a essência do “pacto das elites”. Os estratos conservadores da burguesia lograram obter uma grande vitória, suprimindo do mapa histórico o movimento pelo sufrágio universal, legitimando o Colégio Eleitoral e construindo um governo de consenso que não é de consenso dos políticos profissionais com as massas pobres e oprimidas, mas de consenso entre todos os setores civis e militares – inclusive os do atual governo ditatorial – sobre o modo de usar a “democratização do Estado para manter e consolidar o monopólio burguês-conservador do poder”(Fernandes²⁰⁵,2007:155).

Florestan denunciava a permanência da República Institucional devido ao pacto orquestrado por políticos como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel que foi responsável por manter a tutela exercida pela ditadura militar e também a institucionalização de lutas políticas diretas em torno da revolução democrática (Fernandes, 2007:140).

Neste processo Tancredo Neves tinha papel central porque seria o responsável pela desarticulação lenta do controle do Estado pelos militares e também seria aquele que estruturaria o butim do Estado²⁰⁶. Para tanto, possuía o apoio do PDS, de “liberais” do PMDB que eram egressos do PP, e também através da massa reacionária da burguesia: “Nunca a promessa de mudança esteve tão vinculada a métodos tão estéreis, que desmentem a retórica consagrada e tornam vãs as esperanças mais sólidas e ardentes” (Fernandes²⁰⁷,2007:142). Através da ação das forças políticas acima citadas houve a perpetuação da tradição de corrupção do poder e de defesa dos interesses do grande capital e dos políticos. A massa pobre livre e semi-livre da população ficava excluída, pois a riqueza, a cultura e poder permaneciam fortemente concentrados no tope.

²⁰⁵ Tancredo: não ou sim? Folha de São Paulo, 12/3/1985.

²⁰⁶Cardoso deixa o PMDB em 1988 com o mesmo argumento de Florestan sobre o butim do Estado feito pelo partido. Se no conteúdo eles divergem, pelo menos em termos formais eles se aproximaram na crítica feita ao principal partido brasileiro.

²⁰⁷O continuísmo mudancista. Folha de São Paulo, 23/04/1985.

Mesmo tendo protagonismo no pacto que o levou ao poder no Colégio Eleitoral, em 1985, Tancredo Neves termina não assumindo o poder devido à doença que o levou à morte e que comoveu à população que o via como potencial agente transformador. Com isso, a presidência da República é assumida por José Sarney, político pertencente à oligarquia maranhense que dominava o Estado desde a década de 1960 e possuía laços fortes com a ditadura militar. Aliás, Sarney saiu das fileiras da Arena, reafirmando o caráter de conciliação pelo alto que marcou a “Nova República” (Fernandes, 2007).

O político, que não se considerava preparado para o cargo, teria como tarefa encaminhar formulação da Assembleia Constituinte que produziria a nova Constituição do país até 1988. Florestan defendia que o governo Sarney funcionou como representante dos interesses de classe da burguesia nacional e estrangeira através da Aliança Democrática entre PFL e PMDB. Com isso, a possibilidade da instituição de uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva, ou seja, que tivesse autonomia dos controles institucionais e políticos dos partidos, dos políticos profissionais e das classes dominantes acabou sendo suprimida pelo veto militar (Fernandes, 2007:62). Para Florestan havia uma conjugação entre as decisões do Executivo e do Legislativo, que era atender aos interesses das classes dominantes.

Se os partidos de direita cumpriam à risca seu papel intrínseco de conservadores do poder, os partidos de esquerda agiam de forma a reforçar a postura da direita, pois não lutavam de maneira enérgica para a instituição de uma Assembleia Constituinte independente e soberana. Dentro da esquerda também estava o PMDB, mesmo que representado apenas por alguns setores. A postura apregoada pelo sociólogo só era reproduzida pelo PT e alguns pequenos grupos (Fernandes, 2007:93) Segundo Florestan (2007):

As eleições diretas poderiam ter sido uma ruptura contra a ditadura, por isso foram cassadas; a próxima Assembleia Nacional Constituinte poderá ser uma ruptura com uma ordem social equívoca, um corte decisivo no nó górdio que nos ata ao passado, ao mandonismo dos de cima, aos privilégios dos cultos e poderosos, por isso ela está sendo solapada de antemão, cozida em água fria, encaminhada ao compromisso e ao desvirtuamento (Fernandes, 2007:93).

É dentro do contexto acima exposto que ocorre à adesão de Florestan ao PT e sua consequente candidatura a deputado constituinte pelo Estado de São Paulo que passarei a

analisar para a compreensão de sua subsequente atuação no campo político. Florestan tomara para si o papel de ser no Parlamento um fiel representante das massas livres e semi-livres e da revolução democrática que era condição primordial para a fundação de uma Nova República de caráter efetivo.

De acordo com Cerqueira (2004) Florestan considerava o PT como um partido comprometido com os de baixo, mas por vê-lo ainda com características burguesas resolveu não adentrar ao partido no momento de sua fundação. Todavia: “Entendia que naquele momento as condições sociais, culturais e políticas do país não permitiam a existência de um partido revolucionário” (Cerqueira, 2004:121). Florestan acabou adentrando ao partido em maio de 1986 quando o PT se organizava para as eleições para a formação do Congresso Constituinte. De acordo com Soares (1997:93) a entrada de Florestan no partido tem como elementos importantes a presença de amigos como Antonio Candido e a admiração que possuía por Lula. Mas, sobretudo, pela inexistência de outras opções que pudessem suprir seus anseios de ortodoxia partidária.

O sociólogo adentrou ao partido quando foi chamado por Lula juntamente com Eduardo Suplicy e José Dirceu para uma conversa na sede do PT²⁰⁸. Sobre a entrada do sociólogo no partido, Soares (idem) traz um importante argumento:

Entendemos que o fato de ter sido convidado para ser candidato a uma função constituinte e não a um cargo político qualquer foi determinante para que Florestan Fernandes aceitasse o desafio eleitoral e assumisse definitivamente a posição de militante partidário, pois como constituinte teria uma oportunidade única de exercer uma atividade político que iria intervir nos rumos e no destino do país, já que se tratava, em suas palavras, de “atingir, pelas vias constitucionais, a derrubada final de um regime autocrático”(p.95).

Mesmo com a relutância de sua família por conta da hepatite C que o consumia desde o ano de 1972, Florestan não apenas tornou-se filiado ao PT como também candidato a deputado constituinte por São Paulo. Sobre a entrada do sociólogo paulista

²⁰⁸Cerqueira (idem) narra o conteúdo do encontro: Propôs que ele se candidatasse a deputado federal constituinte. Florestan agradeceu a gentileza e disse: “Não sou político profissional, portanto não sei fazer campanha política. Não tenho recursos para financiar uma campanha. Também estou recém-saído do hospital e a campanha vai ser muito desgastante para mim”. (*) Lula insistiu. Aí Florestan perguntou: “o que o PT oferece para que seja candidato? Vocês vão me dar alguma coisa? (*) Lula disse: “Nada. Você que vai dar 30% de tudo o que recolher para o partido”. (*) Florestan deu uma gargalhada e disse: “Está bom, assim eu aceito” (Cerqueira, 2004:123).

no PT Oliveira (2006) argumenta: “A busca de um novo espaço de atuação que não deixa de ser uma recuperação dos tempos de militância” (p.151).

De acordo com Soares (idem) Florestan participa da campanha com o mesmo afincamento que caracterizou sua atuação nas décadas anteriores. Mesmo reticente em relação à postura do PT, Florestan procurou durante a campanha defender de maneira intransigente a vinculação orgânica com os de baixo e também com o socialismo e suas respectivas bandeiras. Nesse sentido, elenco abaixo as principais propostas defendidas pelo sociólogo durante sua campanha em 1986:

- 1) Participação efetiva do proletariado na sociedade civil, no controle do Estado e na participação nos órgãos do governo que pudessem gerar políticas em benefício da maioria;
- 2) Acompanhar a formulação de normas constitucionais que viessem a atender os de baixo como a natureza do regime de partidos, a reforma agrária, a reforma urbana, os direitos civis e políticos, garantias sociais para os trabalhadores do campo, negros, indígenas, favelados, mulheres, menores, idosos, os inválidos e doentes pobres, as minorias sexuais. Luta pela liberdade religiosa;
- 3) Luta por uma Constituição que reduzisse e eliminasse as iniquidades econômicas, sociais e políticas. Como no capitalismo isso seria impossível, esta seria uma luta pela instituição de uma ordem social competitiva plena, pois aberta e estruturada pelo conflito construtivo entre as classes²⁰⁹;
- 4) Luta em defesa da escola pública e das reformas de base, bandeiras de toda uma vida. Em relação à LDB, sua luta seria em torno da qualidade e da universalização do ensino público, da descentralização através da participação efetiva que fizesse da escola um espaço de criação pedagógica e revolucionária.

Lutaria por uma revolução democrática que proporcionasse a emancipação dos trabalhadores, através da instituição de um Estado nacional popular que colocasse o povo no centro do processo.

Estes eram os grandes pilares da campanha do sociólogo junto ao PT e às organizações sindicais como CUT e CGT. Tinha como objetivo final a luta por uma

²⁰⁹ Este ponto é referendado por Oliveira (2006): “O ‘fundador tardio’ do PT acreditava que o partido tinha condições de se transformar num importante instrumento dos mais pobres para ‘civilizar’ a sociedade civil brasileira, a partir do acirramento da luta de classes e, por consequência, da criação de condições para a instauração de uma real ‘ordem social competitiva’”(p.154).

transformação profunda da realidade brasileira que fornecesse as condições necessárias para que houvesse a complementação do processo de modernização a fim de que pudesse ser instaurada uma ordem social competitiva plena como existia nos países centrais. Este ponto pode demonstrar, em princípio, que havia uma concordância entre Florestan e Cardoso. Todavia, apenas se assemelhavam na forma, pois o conteúdo mostrava-se distinto.

Cerqueira (idem) aponta o caráter simples da campanha de Florestan que foi baseada na realização de palestras, na venda de livros e na realização de festas. Como afirmei acima, ele defendia de forma intransigente suas ideias de intelectual orgânico dos de baixo, o que fez com que recusasse ofertas de empresários²¹⁰. Mesmo com os poucos recursos, a campanha terminou ganhando impulso através das dobradinhas que foram feitas com os candidatos a deputado estadual: “De José Dirceu, por exemplo, que era candidato a deputado estadual, Florestan recebeu a colaboração de um grupo de apoiadores dele, bastante experientes, para estruturar a campanha” (Cerqueira, 2004:126).

Cerqueira (idem) afirma que o comportamento de Florestan em torno da divisão do palanque com outros candidatos era visto com estranheza, como ocorreu quando dividiu o palanque com Luiz Eduardo Greenhalgh. Florestan, todavia, desfazia a inquietude com a situação afirmando “(...) que ali estavam dois companheiros socialistas e não dois políticos profissionais com seus vícios” (Cerqueira, 2004:127).

Florestan acabou eleito com 50.024 votos, sendo o quarto candidato mais votado do partido²¹¹ e tendo votos espalhados pelo Estado de São Paulo, mesmo em lugares que não imaginava possuir apoiadores (Cerqueira, 2004:127). O sociólogo tomou posse como deputado constituinte em 1º de fevereiro de 1987 com a incumbência de lutar pelas causas que defendeu na campanha.

Se a entrada de Florestan na política partidária apenas ocorreu às vésperas das eleições de 1986, a relação de Cardoso ocorre ainda nos anos 1970, quando ele teve importante participação como intelectual na luta contra o regime militar. Ele acabou

²¹⁰ Segundo Cerqueira (idem): “Vladimir(Scchetta, assessor de FF na campanha) disse que nos primeiros dias recebeu uma oferta de um empresário do setor de informática, que queria disponibilizar computadores, softwares, equipamentos, enfim, uma informatização completa do comitê. Vladimir levou o caso a Florestan. Quando disse que o empresário queria a defesa da reserva de informática na Constituinte, Florestan disse: ‘Está vendo? Eles não dão nada de graça’. Disse a Vladimir que não aceitasse a oferta, porque a reserva de informática ele já defendia” (p.126).

²¹¹De acordo com Soares (idem): “Florestan, com 50.024 votos, foi o quarto candidato mais votado do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo, ficando atrás, em número de votos, de Lula – que obteve a maior votação da história para a Câmara Federal –, Plínio Sampaio e Luis Gushiken. Cinquenta e sete por cento dos votos que obteve foram registrados na cidade de São Paulo” (p.100).

sendo um dos responsáveis pela atualização do programa partidário do MDB. Esta ação foi de crucial importância para que ele virasse candidato a senador junto com Franco Montoro, em 1978.

Antes da análise vou enfocar como Cardoso concebe a prática política. Para o sociólogo, a política deve ser marcada pelo princípio da realidade, ou seja, deve ser relacionada ao horizonte de opções, aos caminhos para a travessia e aos meios para se chegar lá (Cardoso, 1977:36). Para a reprodução desta visão pragmática sobre a política, Cardoso (2006) recorre a Max Weber e à ética da responsabilidade que expus no primeiro capítulo. Assim, justifica sua ação em torno de realizar o possível dentro da conjuntura e da correlação de forças existentes. Cardoso (2006:27) vislumbrava em Weber a possibilidade de conjugar realismo com valores e limites éticos que transcenderiam o momento imediato e circunstancial: “O verdadeiro político, mesmo que não alcance aquilo a que se propôs, e que todos se voltem contra ele, encontrará forças para dizer que ‘apesar de tudo’ fez o que pôde” (Cardoso, 2006:27). Seguindo Weber, Cardoso argumenta que apenas quem incorporasse esse tipo de conduta teria a verdadeira vocação para a política.

Cardoso desenvolvia importante papel de luta contra o regime no CEBRAP, nas publicações de Argumento, Opinião, Movimento e também das reuniões que eram feitas na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC. Sua atuação foi fundamental para que tivesse visibilidade pública (Leoni, 1997). De acordo com Leoni (1997), as pesquisas no CEBRAP e a colaboração nas publicações acima citadas foram decisivas para a transformação do intelectual em político porque teria se tornado: “Um ideólogo engajado no discurso de oposição da época, inteiramente voltado para a questão da volta à democracia” (Leoni, 1997:172).

Como argumentei em capítulos anteriores, Cardoso acumulou capital social que acabou sendo de crucial importância para que o capital cultural proveniente de suas publicações e títulos pudesse ter êxito. No campo científico/intelectual existe uma luta intensa pela constituição da visão de mundo legítima, o que o faz ter uma importante homologia com o campo político. Cardoso termina reconvertendo capital simbólico que havia acumulado em seu campo de origem para o campo político através de sua filiação ao MDB e posterior candidatura ao Senado.

Sua atuação pública como intelectual foi de fundamental importância para que houvesse uma aproximação entre ele e Ulisses Guimarães, político líder do MDB que

representava a oposição partidária ao regime naquele momento²¹². Cardoso conta que decidiu entrar para a política em uma das reuniões da SBPC, quando olhava para a porta preocupado enquanto ouvia as exposições por conta dos boatos que diziam que a polícia iria até lá prendê-lo e também a Florestan. Cardoso viu que havia possibilidade de aproveitar o processo de distensão levado a cabo pelo governo Geisel para lutar pela democracia dentro do próprio regime: “Depois de toda as prisões de amigos, eu começava a ficar cansado da inércia do mundo acadêmico” (Cardoso, 2013:156-7).

O CEBRAP havia ajudado a formular uma plataforma para o MDB nas eleições de 1974, fazendo com que houvesse a aproximação entre Cardoso e Ulysses Guimarães. O político buscava um candidato que pudesse conquistar votos da classe média em São Paulo. Este, no caso, seria Cardoso. Todavia, a aposentadoria compulsória fez com que seus direitos políticos fossem cassados, o que impediria uma candidatura. Mesmo assim, Cardoso e Ulysses decidiram levar a candidatura adiante como forma de protesto e também de proporcionar maior visibilidade da oposição em sua luta contra o regime autoritário. Aliás, o próprio Cardoso não tinha ambições de vitória nas eleições, pois era bem visto nos meios intelectuais, mas se considerava sem forças para conseguir um apoio popular maciço que o levasse à vitória.

Cardoso (2013) narra o início da sua campanha e as dificuldades encontradas pelo intelectual ao entrar para a política: “No início, minha campanha foi uma comédia de erros. Meus primeiros discursos literalmente fizeram o público dormir, pois eu parecia um professor de sociologia dando aula” (p.158). No início, portanto, as disposições intelectuais acabavam sendo os elementos norteadores do comportamento de Cardoso que era destoante daquele que se esperava de um candidato que proferia discursos para as massas.

Os percalços foram superados através de muita disciplina e empenho de Cardoso, que acordava às 5 horas da manhã, bebia a primeira xícara de café, tomava ônibus ou metrô e ia para os subúrbios de São Paulo para reuniões com os líderes sindicais e vereadores. Na parte da tarde fazia discursos e, à noite, se reunia no jantar com assessores e representantes do partido, sempre acompanhado de xícaras de café:

À margem dessas nove ou dez xícaras de café por dia, eu lentamente ia sendo treinado na arte da política. Aos poucos me dei conta de que os

²¹² Mas o começo da relação entre Cardoso e o MDB ocorre, segundo Leoni (1997), quando o então deputado estadual do MDB no Rio Grande do Sul, Pedro Simon, vai ao CEBRAP e convida Cardoso para ministrar uma série de conferências no seu estado. Leoni (idem) afirma que a partir deste episódio os contatos entre ambos seriam regulares.

talentos mais importantes são muito mais simples: ouvir os problemas das pessoas e falar numa linguagem que possam entender. Desde os tempos de jovem professor assistente explorando as favelas do Sul do Brasil do Brasil, de prancheta em punho, eu nunca tive problemas em me relacionar com pessoas das mais variadas origens. Posso sustentar uma conversa com qualquer um. Mas precisava aprender a incorporar uma mensagem política direta: só a democracia poderia resolver os problemas do Brasil (Cardoso, 2013:159-60).

Além do apoio popular, Cardoso obteve em jovens artistas, músicos e professores um importante pilar²¹³, como os apoios de Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e do antigo mestre Florestan Fernandes. Mesmo possuindo uma posição ideológica oposta àquela defendida pelo MDB o sociólogo paulista não deixou de apoiar a campanha de Cardoso, demonstrando como a amizade entre ambos era muito grande. Cardoso consegue aglutinar toda esquerda²¹⁴ de São Paulo²¹⁵ (Leoni, 1997).

Apesar de todo apoio recebido, Melo (2009) afirma que a candidatura do sociólogo paulista era vista com desconfiança por Franco Montoro por considerar que ela tomaria dele muitos votos e acabaria enfraquecendo o bloco oposicionista. Mesmo com a recepção negativa do então candidato ao Senado, alguns anos depois Cardoso se tornaria um de seus principais aliados.

Através da incorporação das disposições políticas Cardoso conseguiu ter uma grande receptividade das pessoas as mais diversas como garis, transeuntes e operários de fábricas. Por conta de sua entrada na política, Cardoso acabou sendo criticado por intelectuais da esquerda que o acusaram de legitimar a ditadura. Todavia, ele reafirmou o ideal que o fez entrar no MDB, que era a possibilidade de lutar contra o regime a partir de dentro do próprio sistema.

²¹³ Segundo Cardoso (idem): “Por outro lado, como não podíamos contar com financiamento partidário ou de empresas, quase todos os nossos gastos foram financiados pela venda de cerca de 2.000 gravuras doadas por artistas brasileiros. Promovemos muitos comícios em teatros. Um dos nossos melhores e mais conhecidos compositores, Chico Buarque, compôs um *jingle* para a campanha (p.161). Este dizia o seguinte: “A gente não quer mais cacique/ A gente não quer mais feitor/ A gente agora está no pique/ Fernando Henrique senador” (Cardoso, 2006:83).

²¹⁴ Mesmo com todo apoio do campo da esquerda, Melo (2009) defende a hipótese de que o programa político de Cardoso estava ligado diretamente à burguesia paulista do setor produtivo, pois: “O patronato estava crítico quanto ao decurso político-institucional e o da política econômica. Nessa direção, o projeto de Cardoso foi articulado a partir da absorção de demanda por meio da crítica à política de ‘juros abusivos’ praticados no país que penalizava a esfera do capital industrial e os trabalhadores. Além disso, o senador batia pela democracia substantiva” (p.379).

²¹⁵ Sobre este apoio, Melo (2009) argumenta: “Como se analisou no capítulo anterior, sobretudo no item 1.1. Cardoso lançou sua candidatura ao Senado Federal nas eleições de 1978, apoiado por setores da oposição, sobretudo, das esquerdas, ou seja, comunistas, socialistas, dirigentes do ‘novo sindicalismo’ e a esquerda católica” (p.138).

No final da campanha, Cardoso recebeu do regime militar um verdadeiro presente. Ao declarar que sua campanha era ilegal e também tentar impedir que seu nome constasse nas cédulas que seriam utilizados nas eleições para o Senado federal: “Os meios de comunicação brasileiros, mais ousados a cada dia que passava, publicaram uma série de matérias altamente corrosivas sobre o professor que pregava a democracia e era proibido de se candidatar” (Cardoso, 2013:161).

A atitude acima fez com que Cardoso fosse conhecido em todo Brasil, além de ter ganhado um grande apoio devido à indignação que causara. Com o fato, Cardoso e os idealizadores da campanha concluíram que os objetivos haviam sido alcançados: “Eu achava que voltaria ao Cebrap para dar continuidade ao meu trabalho, embora talvez com mais renome” (Cardoso, 2013:162).

O que parecia ser apenas um bem-sucedido ato de protesto acabou se tornando uma candidatura efetiva, pois faltando apenas duas semanas para as eleições de 1978 o Supremo Tribunal Federal, STF, deu sentença favorável à candidatura de Cardoso, que ficou surpreso com a decisão: “Eu fiquei pasmo. Era um gesto monumental, o mais ousado desafio institucional à autoridade dos militares em anos. Em consequência, minha história voltou aos meios de comunicação nacionais” (Cardoso, 2013:162).

Cardoso diz que não se tornou apenas candidato efetivo ao Senado, mas sim um poderoso símbolo contra o regime militar. Cardoso recebeu 1,2 milhão de votos, sendo eleito para a suplência de Franco Montoro, que ficou em primeiro lugar. Mesmo com a suplência, sua participação na política havia alcançado um enorme significado: “Minha primeira incursão pela política tinha me apresentado ao Brasil, e eu me tornara um protagonista nacional na luta pela democracia” (Cardoso, 2013:163).

Antes de seguir na análise sobre a trajetória política de Cardoso no MDB/PMDB, é necessário fazer um parêntese sobre sua participação nos debates sobre a fundação do PT, em 1979. Essa análise é importante para reforçar o olhar do autor sobre o partido político que considerava mais adequado à realidade brasileira:

E o tom do PT, nos tempos iniciais, era de distanciamento da política institucional. O debate que marcou a separação de muitos de nós, participantes das discussões prévias sobre o novo partido, da formação do PT teve relação direta com esse distanciamento. Eu não acreditava no caminho de um partido que se limitasse a tradição da esquerda europeia. Preferia, como escrevi na época, um partido dos assalariados em vez de um partido dos trabalhadores, com conotação de partido proletário. Tampouco acreditava em política sem alianças. Defendia, portanto, o pluripartidarismo e policlassismo (Cardoso, 2006:88).

Para Cardoso, portanto, o PT era um tipo de organização muito distante da forma como pensava o Brasil (Leoni, 1997:210). Cardoso decide ficar no MDB transformado em PMDB a partir de 1979. Ele o considerava superior ao PT porque era um partido de frente, que se conectava à lógica da sociedade de massas que tinha nos partidos democráticos e abertos à variabilidade social um ponto central (Cardoso, 1984:475).

O sociólogo passa a exercer uma atuação política mais forte, visto que após as eleições de 1978 torna-se vice-presidente da legenda. Em 1982, assumiu, no lugar de Mario Covas, a presidência da seção paulista do partido, além da vaga no Senado no lugar de Franco Montoro que vencera as eleições para o governo do Estado de São Paulo. Cardoso (2006) afirma que a militância exercida por ele no MDB/PMDB o ensinou muito sobre o jogo político dos partidos²¹⁶. Cardoso incorporou o *habitus* político que o tornou além de sociólogo renomado um político profissional que também trilharia uma trajetória de enorme sucesso.

Ao assumir a vaga de Montoro no Senado²¹⁷, em março de 1983, Cardoso tomaria daquele momento em diante uma postura conciliatória entre o político profissional e o intelectual. Como demonstração disso, o sociólogo foi presidente da Associação Internacional de Sociologia – ISA²¹⁸ -, entre 1982 e 1986, além de ter recebido convite do professor Robert Bellah, em 1982, para que substituísse o filósofo alemão Jürgen Habermas na Universidade de Berkeley, quando havia passado um semestre letivo como professor visitante. Cardoso (2013) afirma que esteve com pé na academia e outro na política. O sociólogo abdica da possibilidade de fazer parte do corpo docente de uma das

²¹⁶De acordo com Leoni (idem) entre 1978 e 1982 Cardoso faz política à sombra de Montoro, o que acabou sendo uma fonte de aprendizado político para ele. Participou da luta pela anistia dos presos políticos e exilados em 1979 e também da campanha em favor das eleições diretas para governadores e prefeitos.

²¹⁷Cardoso afirma que sua entrada no campo político foi vista com desconfiança por políticos e jornalistas. Assim como ocorre quando nos anos 1970, Cardoso voltou a ser alvo de pesadas críticas da esquerda: “Recebi novamente uma chuva de críticas dos meus amigos de esquerda. Eles diziam que o Congresso não passava de um teatro farsesco tolerado pelos militares para fingir que o Brasil ainda era uma democracia. ‘Como pode participar dessa fraude?’”, perguntavam mais uma vez tão incrédulos quando se haviam mostrado em 1978”.

²¹⁸Ele continuou com sua atuação intelectual como ocorreu nas 11 conferências que ministrou no Collège de France a convite de Michel Foucault; da ocupação do cargo de diretor de pesquisa associado à Maison des Sciences de l’Homme Cardoso aponta como sua atuação como presidente da ISA foi crucial para que ele pudesse conhecer de perto a então URSS: “Minha atuação na Associação Internacional de Sociologia, da qual me tornei presidente em 1982, levou-me a fazer várias fascinantes viagens à União Soviética”. E tornaram-se importantes para que ele percebesse de perto os dilemas do socialismo real.

mais renomadas universidades do mundo para se dedicar de forma integral à atividade político-partidária.

O intelectual assume um espaço importante como guia do político, através da utilização de sua interpretação do Brasil, consolidada nos anos 1970, não apenas para analisar a realidade brasileira como também para propor o papel do partido político em torno do PMDB e do PSDB.

Dulci (2010) afirma que Cardoso foi um dos principais expoentes da cultura política brasileira durante os anos 1960-1980 em torno da condenação do nacional-desenvolvimentismo e da proposição de uma saída liberal no âmbito do PSDB quando o partido assume o Executivo nacional em 1995. Ou seja, o autor procura demonstrar a profunda continuidade entre o intelectual e o político²¹⁹. Abaixo a visão de Cardoso sobre o processo de transição e o período pré-Constituinte.

Para Cardoso não houve a quebra com a estrutura de poder constituída a partir de 1968. Depois de assumir a vaga no Senado, ele tornou-se líder do PMDB tendo importante papel nos rumos que a legenda tomaria durante as Diretas Já e também no Colégio Eleitoral.

Mesmo se colocando de forma contrária em um primeiro momento²²⁰, Cardoso havia se dedicado de maneira enfática ao movimento das Diretas Já²²¹ juntamente com Ulysses Guimarães e, sobretudo, Franco Montoro, realizando o discurso inaugural no Senado em favor do movimento (Cardoso, 2013). Também organizou a manifestação ocorrida no dia 25 de janeiro de 1984, na Praça da Sé, em São Paulo, que contou com a presença de figuras políticas importantes como o então líder sindical Luiz Inácio Lula da

²¹⁹De acordo com Dulci (idem): “A hipótese é que, em uma de suas versões, capitaneada historicamente por Cardoso, construiu-se, desde os anos 60 (ou até antes, se pensarmos nos precursores), uma crítica profunda e duríssima à cultura política nacional-desenvolvimentista (ou ‘populista’, como gostam de denominá-la pejorativamente os estudiosos paulistas, embora não todos), apresentando como alternativa, no plano econômico, um modelo de inspiração liberal (embora isso não fosse tão claro à época) e, no plano político, uma teleologia democrática. Dessa matriz político-cultural forjada nos meios acadêmicos paulistas (basicamente USP e Cebrap), dos anos 60 e 70, então, foi possível, na política concreta dos anos 80 e 90 principalmente, traduzir tais análises e visões de mundo em ações efetivas que marcaram o processo político da nação de forma indelével – ainda que assim não pensem certos críticos”(p.13).

²²⁰De acordo com Melo (2009): “Segundo Domingos Leonelli e Dante de Oliveira, no momento inicial da apresentação da emenda que propunha as Eleições Diretas, o senador Cardoso se posicionou contrariamente, pois entendia que a discussão mais urgente a se fazer era sobre as questões estruturais, ou seja, a necessidade da nova fundamentação jurídico-política institucional e a resolução dos problemas econômicos vivenciados no país”(p.139).

²²¹Assim com Florestan, Cardoso também possuía uma atividade intensa através dos textos jornalísticos: “Ele está sempre defendendo as eleições diretas. Escreve, aliás, regularmente na *Folha de São Paulo*, jornal que se engaja desde o início na luta pelas *diretas-já*” (Leoni, 1997:229).

Silva e mais de 300.000 pessoas (Cardoso, 2013:182). Cardoso demonstrava no PMDB a disposição para a liderança e também para articular consensos incorporada e desenvolvida desde, pelo menos, o período escolar na adolescência.

O movimento representou um pilar crucial da interpretação e da proposta política levada a cabo por Cardoso como maneira de vencer o regime, que era a participação da sociedade civil. Assim como apontou Florestan, apenas as eleições diretas poderiam significar uma quebra efetiva com o poder dos militares. Apesar do apelo popular, como vimos, o movimento acabou sendo derrotado no Congresso, mesmo obtendo maioria na Câmara, pois não obteve os dois terços necessários. Com isso, só restava o Colégio Eleitoral como arena de luta contra o regime.

Florestan considerava o PMDB um partido da ordem e a figura de Tancredo Neves como incapaz de conseguir instituir uma mudança efetiva no Brasil em termos de uma revolução democrática. Já Cardoso, por sua vez, possuía uma proposta de caráter reformista e pragmático, fazendo aquilo que as opções mostravam ser a atitude mais adequada. E, para ele, naquele momento, era apoiar a candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, como deixou claro em uma postura no Senado:

Naquele momento, a opção era clara: ou se continuaria tentando pressionar, com pouca chance de evitar que ganhasse o Maluf, ou se procurava o caminho pelo Colégio Eleitoral, para destruir esta outra hipótese, e o caminho, naturalmente, que o PMDB e as forças majoritárias da oposição escolheram, foi o caminho de destruir, através do Colégio Eleitoral, a possibilidade da continuidade representada pelo Maluf²²²(Cardoso, 1989:4).

Se para Florestan a eleição de Tancredo representava a continuidade, para Cardoso era a possibilidade de levar a cabo a mudança por dentro do campo político, pois acreditava que aquele seria o caminho mais seguro para a mudança democrática (Cardoso, 2013). Por conta da sua postura pragmática, Cardoso acabou sendo acusado pela extrema esquerda de não ter princípios: “Alguns diziam que eu era um fantoche do regime militar, usado para sabotar a oposição e pôr a perder a busca da democracia” (Cardoso, 2013:188).

Cardoso considerava Tancredo um candidato capaz de não assustar os militares, pois mantinha boas relações e vinha negociando um bom tratamento para eles caso

²²²Para uma análise detida sobre a visão de Cardoso sobre as Diretas e também sobre o significado do malufismo cf. Melo (2009).

vencesse as eleições. Mas também o via como um político corajoso e comprometido com uma transição efetiva: “Prometeu que, se eleito, promoveria uma reforma constitucional para descartar todo vestígio do governo militar” (Cardoso, 2013:188). Por conta disso, Cardoso (2013:188) acreditava que mesmo com a vigência do Colégio Eleitoral a eleição de Tancredo representaria, de fato, o término do regime militar. Nesse sentido, defendeu a aliança com o PDS, partido criado da Arena que representava os interesses mais conversadores:

Esta é a razão pela qual estamos cedendo postos importantes ao PDS. É a única razão pela qual estamos fazendo este tipo de aliança, que tem as consequências que nós estamos analisando com toda clareza aqui. Estamos apostando não só na boa consciência, mas nos interesses. É por cálculo que estão conosco e é por cálculo que estamos com eles. Sem eles não ganhamos, mas isso não quer dizer que o PMDB vá concordar com qualquer acordo no futuro (Cardoso, 1984:211).

Tancredo foi eleito pelo Colégio Eleitoral no dia 15 de janeiro de 1985, fazendo com que o Brasil tivesse de volta uma democracia imperfeita (Cardoso, *idem*). Cardoso teria o papel de ser o porta-voz do futuro governo no Congresso. Essa possibilidade acabou sendo derruída pela morte de Tancredo²²³. Isso porque o seu vice, José Sarney, havia feito parte da Arena e do regime militar, o que fazia da mudança algo improvável. Nesse sentido, sua incorporação na chapa de Tancredo teve um caráter instrumental: “destinava-se acima de tudo a equilibrar a chapa no sentido conservador para obter mais votos no Colégio Eleitoral” (Cardoso, 2013:1950)

Sarney, que em princípio não queria assumir a Presidência, manteve a estrutura de poder construída pelos militares que ainda possuíam a tutela da transição, ponto também enfatizado por Florestan. Desta forma, o Executivo continuava a tomar decisões de forma independente do sistema de partidos como ocorreu com o lançamento do Plano Cruzado. Antes de prosseguir com a análise sobre a trajetória e as visões de Cardoso sobre a Constituinte, é necessário fazer um parêntese sobre sua candidatura a prefeito de São Paulo, no mesmo ano de 1985, quando competiu contra Jânio Quadros.

²²³ Sobre o trágico acontecimento, Cardoso relembra: “Desmoronei numa cadeira com o olhar fixo naquelas portas de um branco impecável, perguntando-me se o que restava de esperança democrática não teria desaparecido por trás delas. É difícil expressar com palavras a perplexidade que então senti. Temia pelo personagem e temia pelo país. Nós achávamos ter encontrado em Tancredo o homem ideal para sair da ditadura” (p.194).

Com o capital político que havia acumulado dentro PMDB, Cardoso foi indicado para concorrer a prefeito de São Paulo. O sociólogo, porém, mesmo estando com um papel cada vez mais ativo e importante como liderança no Senado acabou aceitando o convite. O então líder do PMDB no Senado não levou a candidatura de Janio Quadros a sério, pois não acreditava que a população pudesse elegê-lo depois da forma como renunciou à Presidência da República algumas décadas antes. Acreditava que o estilo inescrupuloso de Quadros de fazer política não daria condições de fazê-lo vencer.

Todavia, esta acabou sendo uma importante arma utilizada pelo candidato e seu *staff* para derrotar Cardoso. Usaram uma entrevista de anos antes²²⁴ em que admitira que já havia experimentado maconha para afirmar que o candidato faria as crianças comerem a erva todos os dias. Cardoso passou a ser chamado nos comícios do adversário de maconheiro, mas acreditou que isso não teria importância porque vinha de Jânio.

Para completar, havia sido indagado em um debate ao vivo se acreditava em Deus. Respondeu que suas convicções religiosas não deveriam ser tratadas como algo relevante para o desempenho como prefeito (Cardoso, 2013:201). No entanto, acabou sendo uma grande arma para seu principal opositor: “Na manhã seguinte, cartazes da campanha de Jânio já se espalhavam pela cidade: ‘FERNANDO HENRIQUE É UM ATEU MACONHEIRO’” (Cardoso, 2013:201).

Antes do desfecho final da campanha, vale citar o posicionamento de Florestan em sua coluna na Folha de São Paulo sobre a postura de Cardoso no pleito. O então candidato procurou manter a mesma postura que havia desempenhado desde o meado da década de 1970 no MDB, ou seja, ela foi pautada por propostas de reformas dentro das possibilidades oferecidas pela conjuntura e pela correlação de forças. Por isso, Florestan cobrava de Cardoso uma postura mais enfática, socialista e comprometida organicamente com as causas dos de baixo. O que o sociólogo parece não ter percebido é que o antigo discípulo já rejeitara esse tipo de postura há um bom tempo, como pode demonstrar acima.

²²⁴Em sua autobiografia, Cardoso (2013) não especifica o ano da entrevista em que havia admitido uso da maconha. Acredito que a entrevista que foi utilizada contra Cardoso foi àquela concedida a jornalista Mirian Leitão e publicada na Revista Playboy, em 1984, pois nela ele assume que havia experimentado a erva em Nova York, onde estava junto com suas primas. Todavia, afirmou que não gostou nem um pouco de fazer uso da maconha, pois não teve mais contato com a droga.

Bem, depois de subestimar um político experiente como Jânio Quadro e cometer alguns erros que se tornaram armas nas mãos do adversário, Cardoso foi vítima de sua própria vaidade. Este acontecimento acabou sendo fatal para a derrota. Na noite anterior à eleição Cardoso deu entrevista a uma revista. Então, o fotógrafo perguntou se poderia tirar uma foto do candidato no gabinete do prefeito, sentado em sua cadeira. Cardoso (idem) aceitou, pois a publicação era semanal e o editor havia garantido que só seria publicada caso ele vencesse o pleito:

Achando que não havia mal algum, concordei. Mas enquanto ali estava sentado com os dentes de fora, posando na cadeira de um cargo que não era meu, aconteceu de passar pelo gabinete o fotógrafo de um diário, que também tirou a foto. Aquela imagem da presunção em pessoa apareceu então nos jornais no dia seguinte – o dia da eleição. Tendo sido sempre acusado pelos adversários de arrogância, ficava parecendo que eu já dava a vitória como certa numa disputa apertada (Cardoso, 2013:201).

Cardoso acabou perdendo as eleições para Jânio por uma pequenina margem de 2% de diferença. Mesmo com o duro golpe, o político tirou daquela campanha dois grandes aprendizados que o acompanhariam em sua trajetória política posterior. O primeiro deles era não subestimar o adversário em uma disputa eleitoral; o outro, era não discutir determinados aspectos da vida pessoal (Cardoso, 2013). Após a derrota, Cardoso se candidatou em 1986²²⁵ novamente ao Senado²²⁶ e foi eleito para um novo mandato, com 6,2 milhões de votos, só perdendo para Mario Covas, que havia tido 7,8 milhões de votos (Leoni, idem). Agora Cardoso teria como incumbência ajudar a escrever a sétima Constituição brasileira desde a Independência.

Leoni (idem) precisa a importância de Cardoso no partido, pois mesmo com a postura agregadora e a ação ativa nos bastidores ainda estava abaixo de Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Mario Covas no PMDB. Assim, suas tomadas de decisão tinham de passar pelo crivo dos três tradicionais políticos.

²²⁵Leoni (idem) aponta que a vitória de Orestes Quércia para o governo de São Paulo acabou fazendo com que ele tornava-se ainda mais influente no PMDB. Com isso, realizou uma série de práticas que o colocaram em rota de colonização com Cardoso, que lutava por uma postura pragmática porém ética: “Orestes Quércia, que tinha apoiado Fernando Henrique em 1978 e 1985, torna-se seu inimigo número um, e aquele que vai provocar sua saída do PMDB” (Leoni, 1997:244).

²²⁶Uma questão importante sobre a trajetória e atuação de Cardoso no Senado é o debate que estabelece com Roberto Campos, sobre a questão referente à lei de informática que acabei não abordando devido ao escopo da discussão. Para uma análise detida e crítica sobre o debate cf. Melo (2009).

Como o governo Sarney representava a continuidade, havia a aposta de Cardoso que a Constituinte seria o caminho para uma transição efetiva tal como apregoou Florestan. Se os dois convergem na forma, terminam por ficar diametralmente opostos nos conteúdos das propostas que fariam do Brasil uma República efetivamente democrática. Como exemplo, Florestan advogou com veemência pela instauração de uma Constituinte exclusiva, ou seja, por uma dedicação total dos parlamentares às questões referentes à nova Carta. Acreditava que apenas dessa forma ela poderia ganhar um caráter nacional e popular.

Cardoso, que àquela altura já era um político profissional bem posicionado no campo como líder no Senado do maior partido brasileiro, via a proposta defendida pelo seu antigo mestre como problemática, pois deixaria o presidente governando por decretos-lei. Desta forma, a força excessiva do Executivo e a consequente fraqueza do Legislativo se perpetuariam. Cardoso termina criticando a esquerda afirmando que o debate sobre a Constituinte Exclusiva apenas encobria a inexistência de propostas concretas de caráter transformador.

Sua conduta durante os trabalhos da ANC foi ativa (Leoni, *idem*). A luta na Constituinte para Cardoso deveria ser desenvolvida em torno da modificação das leis e dos mecanismos de tomada de decisão para que houvesse a institucionalização da democracia. Para alcançar este objetivo, Cardoso tinha no PMDB um instrumento central, pois ele estaria incumbido de lutar pela consolidação da democracia e também de instituir a reforma agrária e urbana, além da luta pela valorização da magistratura e da democracia. Para tanto, o partido deveria ter uma postura moderada, pautada pelas possibilidades concretas de maneira a fugir tanto do conservadorismo quanto do radicalismo verbal (Cardoso, 1986a).

As proposições de Cardoso tinham, de certa forma, condições para serem encampadas no Parlamento uma vez que o PMDB havia tido uma expressiva vitória nas eleições de 1986. No mesmo ano em que o presidente Sarney convocou a Constituinte também decretou a moratória. Cardoso foi incumbido pelo presidente de transmitir aos líderes do Congresso a notícia que trazia para a Assembleia Constituinte uma questão econômica aguda. Sobre a posição de Cardoso dentro do PMDB e sua atuação no campo, eu voltarei a debater à frente quando analisar de forma específica as ações levadas a cabo durante o processo Constituinte.

Agora, gostaria de expor algumas posições sobre a Constituinte defendidas por Cardoso em textos publicados na imprensa. Uma questão considerada central era aquela referente à organização dos poderes e o acesso a eles. Era necessário dar força ao Legislativo e também fazer com que tanto ele quanto o Executivo estivessem permeáveis à influência da sociedade civil.

Também defendeu como bandeira o Parlamentarismo, mas apenas se fosse acompanhado de reformas profundas em termos do sistema de partidos, do Judiciário e da administração pública que pudessem dar sustentação ao novo sistema de governo. Nesse sentido: “A tarefa real consiste em acabar com o clientelismo amalgamado à burocracia, introduzindo o ‘espírito de empresa’ e os controles democráticos no Estado” (Cardoso, 1986b)

6.5 Constituição de 1988 e a modernização: reforma ou revolução?

Para analisar a atuação de Florestan e Cardoso durante a Constituinte utilizarei o referencial teórico-metodológico de Bourdieu em torno da noção de campo político. Não realizo uma análise exaustiva sobre ele, mas sim procuro esboçar sua composição e organização durante este período como forma de poder construir uma visão ampla sobre a atuação dos personagens objetos desta tese. Suas ações são caracterizadas de maneira relacional, ou seja, de acordo com a dinâmica institucional do campo político.

Nesse sentido, vale uma rápida retomada a algumas questões referentes ao campo político que foram debatidos no primeiro capítulo. A noção de campo me fornece a possibilidade de levar a cabo uma sociologia das relações políticas durante o período 1987-1988, pois caracteriza o campo político como um microcosmo da vida social, ou seja, como um espaço estruturado e regido por critérios de avaliação próprios.

Assim como ocorre no campo científico/intelectual, existe a necessidade de incorporar o *habitus* político como possibilidade efetiva de apreender as regras intrínsecas e ter sucesso dentro dele. Assim, o êxito no campo apenas poderia ser possível através da incorporação do *habitus* político e da consequente transformação em político profissional. Assim, as ações seriam feitas levando em consideração os princípios que regem o campo, como os interesses de pessoas do partido e ligadas a ele (Bourdieu, 2011).

A partir da posição ocupada no campo, boa parte das ações dos políticos poderia ser explicada. Outro elemento crucial é a acumulação de capital político, uma espécie de crédito social que concede ao detentor a possibilidade efetiva de ganho de posição dentro do campo. Também é importante chamar atenção para os jornalistas e para o impacto que

suas ações possuem no campo, pois tanto Florestan quanto Cardoso exerciam uma importante ação na imprensa. O último ponto que gostaria de retomar é a luta interna pela instituição de ideias-força, ou seja, a luta pela imposição da visão legítima do mundo.

O contexto da instituição da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, era bastante conturbado em virtude do malogro do Plano Cruzado criado pelo governo Sarney, em fevereiro de 1986, que apenas trouxe benefícios momentâneos com o controle da inflação e o consequente aumento do poder de compra da população (Cardoso,2006:106-7). Como isso, houve a ampliação da insatisfação da população com o governo, além da explosão da violência no campo e nas cidades (Cerqueira, 2004).

Para fazer um esboço do campo político utilizo como suporte o trabalho de Luziano Lima (2009) que faz uma alentada pesquisa sobre a Constituinte, sobretudo em relação à atuação da esquerda. Foram eleitos, em 1986, 559 congressistas que tinham como incumbência central escrever a sétima Constituição brasileira. Eram senadores e deputados federais que foram divididos nos seguintes partidos: Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB; Partido da Frente Liberal – PFL; Partido Democrata Social - PDS, Partido Democrático Trabalhista – PDT; Partido Comunista Brasileiro – PCB; Partido dos Trabalhadores – PT; Partido Comunista do Brasil - PC do B, Partido Municipalista Brasileiro – PMB; Partido Socialista Brasileiro –PSB; Partido Trabalhista Regional –PTR; Partido Democrata Cristão -PDC e Partido Liberal – PL (Lima, *idem*). Eram 12 os partidos a estruturarem o campo político. Falta, agora, demonstrar sua composição numérica e ideológica no sentido de apontar as possibilidades efetivas que possuíam de êxito.

De acordo com Lima (*idem*), os partidos se organizaram da seguinte forma: como representantes da esquerda, centro, centro-direita e direita, o que ajuda a demonstrar a grande polaridade existente durante o processo. Além disso, havia dentro dos partidos heterogeneidade, que fazia com que os parlamentares não respeitassem a linha majoritária. Mesmo assim, a designação do autor é válida porque demonstra como a maior parte dos congressistas filiados possuía como encaminhamento a posição apontada por ele.

QUADRO PARTIDÁRIO BRASILEIRO NO CONGRESSO CONSTITUINTE
ESQUERDA - PCB, PC do B, PSB, PDT e PT
CENTRO ESQUERDA
CENTRO - PMDB e PMB
CENTRO DIREITA – PDC, PTB e PTR
DIREITA – PDS, PFL e PL

Fonte: Lima (2009)

O PDS possuía 7 congressistas, sendo três de centro direita, 3 de direita e 1 de centro; o PDS tinha 36 parlamentares, sendo 24 com posições de direita, 9 de centro-direita, 1 com posições de centro e 2 com posições de esquerda; o PFL tinha 134 parlamentares, sendo um com posições de esquerda; 6 com posições de centro esquerda; 5 com posições de centro; 28 com posições de centro-direita e 93 com posições de direita; o PL possuía 8 parlamentares, dos quais 1 votou com posições de esquerda; 6 com as de centro-esquerda; 5 com as de centro; 28 com as de centro-direita e 93 com as de direita. Já o PMDB, com 209 parlamentares, tinha 56 constituintes que votaram à direita; 51 ao centro; 61 a centro-esquerda e 41 de esquerda (Lima, 2009:115-6).

A demarcação da posição ideológica dos parlamentares pertencentes aos partidos acima citados é importante porque a Constituinte representou um período excepcional na vida política brasileira, pois muitos parlamentares tiveram posturas divergentes das posições tomadas pelos partidos. Assim, muitas posturas foram levadas a cabo, de certa forma, contra a lógica intrínseca do campo político que deveria fazer com que os parlamentares seguissem de forma ordenada as posições centrais dos partidos.

Essa organização detalhada dos partidos e dos parlamentares feitas por Lima é de importância central para podermos compreender como o campo político estava configurado, bem como quais eram as possibilidades efetivas para o êxito das proposições levadas a cabo por Florestan e Cardoso. Mesmo a esquerda e a direita sendo as duas grandes forças da Constituinte, não possuíam hegemonia a ponto de imporem suas proposições ao campo com força suficiente para serem legitimadas. Por isso, a constituição de alianças ganhou patamar de centralidade:

Assim como a direita buscou aliados no centro e na centro-direita para impor seu “anteprojeto”, via formação do *Centrão*, a esquerda embora não formado nenhum grupo com denominação específica, buscou

aliados mais sólidos na centro-esquerda e no centro para aprovar suas propostas (Lima, 2009:119).

A configuração do campo demonstrava a necessidade de negociar e flexibilizar posições como maneira de ter um encaminhamento efetivo das propostas, sobretudo no que se refere à esquerda. Esses partidos ficavam presos à estrutura e lógica interna do campo. As posições conservadoras, hegemônicas no campo, não davam possibilidade de saídas radicais como as propostas por Florestan que debatorei abaixo.

Portanto, seguir as regras do campo e acumular capital político tornavam-se fatores imprescindíveis para êxito tanto à esquerda quanto à direita²²⁷. Assim sendo, comportar-se como um político profissional era crucial. Era necessário compreender a organização interna dos partidos, dos parlamentares e das ideologias que davam suporte de forma relacional, ou seja, de acordo com a organização interna do campo. A tabela abaixo deixa este ponto mais aclarado:

CLASSIFICAÇÃO L.P.M.L.
ESQUERDA – 17%
CENTRO-ESQUERDA – 14%
CENTRO – 11%
CENTRO-DIREITA – 25%
DIREITA – 33%
TOTAL – 100%

Fonte: Lima (2009)

A Constituinte foi iniciada com dois eixos que se definiram em torno do caráter exclusivo ou não da Constituinte e também sobre a existência ou não de um projeto preliminar que viesse a orientar os debates. Eles traziam uma questão mais profunda: “Por trás estava a questão da ‘soberania’ da Constituição e, portanto, um eventual choque com o governo Sarney e com o modo pelo qual seria tratado o ‘entulho autoritário – a herança institucional e legislativa do regime” (Cardoso:2006:110).

²²⁷De acordo com Lima (2009): “Com base nesses dados, pode-se afirmar que nenhuma força política isoladamente teria condições para impor o seu projeto político, necessitando, assim, negociar e fazer concessões às outras forças que se posicionavam mais próximas de suas plataformas e, às vezes, até com forças mais diretamente distantes do seu pólo ideológico”(p.120).

Havia essa disputa importante entre aqueles que queriam permanecer em suas posições de mando e aqueles que tinham como objetivo destituí-los através da Constituição. Houve também um impasse em relação ao deputado Ulysses Guimarães que havia se candidatado à presidência da ANC, além das disputas em torno do caráter que ela teria, ou seja, se seria exclusiva ou não: “No final do impasse ele (Ulysses Guimarães) acumulou a presidência da Câmara dos Deputados e da Constituinte, como queria o Planalto” (Cerqueira, 2004:131). Cerqueira (2004) assinala como o campo político estava articulado em termos das posições hegemônicas:

O jornal O Estado de S. Paulo, em extensa cobertura sob o título “Brasil escreve sua nova Constituição”, trazia a reação dos governistas que queriam ter o controle sobre o processo constituinte. Não queriam aceitar a participação popular que estava sendo articulada. Naquele momento, o movimento social era pulsante e ascendente. Os governistas temiam as pressões dos partidos de esquerda sobre a Constituinte, que queriam fazer valer suas históricas reivindicações (Cerqueira, 2004:132).

A aprovação do Regimento Interno definiu a estrutura da Constituinte que seria composta por oito comissões temáticas, sendo que cada parlamentar poderia participar de apenas uma. Sobre ele é importante expor o relato de Cardoso referente à organização interna e os consequentes conflitos e dilemas em que os parlamentares pertencentes estavam inseridos. Também é importante demonstrar como a organização da ANC depois de um período ditatorial acabou fazendo com que os parlamentares tensionassem as regras do campo político que dão grande força institucional aos partidos.

Cardoso argumenta que os parlamentares tinham um grande anseio de participação que fez com que se recusassem a reprodução da Constituição de 1946 e também do pré-projeto previamente apresentado, pois o consideraram autoritário. Tal atitude fez com que houvesse nesse momento uma verdadeira demanda anárquica dos parlamentares que queriam participar individualmente com suas propostas:

Era muito difícil exercer qualquer papel de liderança, porque imediatamente isso aparecia como se fosse uma tentativa de sufocar a opinião que vinha das bases. Até mesmo a ideia da existência de líder da Constituição era dificilmente aceita. Não se aceitavam as Lideranças dos partidos, porque os Constituintes diziam: “Tenho um mandato constitucional, que me permite plena liberdade. Não tenho de seguir o meu partido em matéria constitucional. Portanto, não tenho de ouvir algum líder nessa decisão (p.154).

Os parlamentares não aceitavam, portanto, um texto como ponto de partida. Para que não houvesse uma atuação caótica Cardoso, que era o relator do regimento interno, acabou se espelhando na Constituição portuguesa e propôs a Comissão de Sistematização. Assim, seria possível uma forma mais ordenada da ANC, dando um caráter estruturado ao campo. Esse caráter ficou demarcado através da ação do chamado “Centrão”, que representou os interesses conservadores dos grupos em disputa. Sobre o Regimento Interno, Cardoso (2013) argumenta:

O Regimento que apresentamos, e que acabou prevalecendo, tentava apenas pôr ordem nos procedimentos. Cada constituinte tinha o direito de apresentar as sugestões que quisesse, e estas seriam encaminhadas às respectivas comissões temáticas, que preparariam um texto para ser consolidado em uma Comissão de Sistematização. Inclui cláusula inovadora que abria espaço para emendas populares, portanto oriundas de não-constituintes. O Regimento predefiniu a divisão de capítulos da Constituição, tal como acabaria se mantendo na Carta. Foi recebido, entretanto, como se fosse uma “rolha”. Cada parlamentar sentia-se no direito e no dever de participar de tudo e tudo fazer (p.107-8).

Outra questão importante do Regimento Interno foi a referente à participação popular. Cardoso deu apoio à iniciativa, mas de forma que delimitou a contribuição da sociedade na ANC. Isto ocorreu porque o senador arbitrou por uma solução intermediária entre os princípios da participação e da representação, uma vez que colocou o endosso de um parlamentar nas emendas populares apresentadas como ação necessária para que elas pudessem ter validade. Seria uma forma ordenada, segundo Cardoso, de participação da sociedade na Constituinte. Este ponto é importante porque foi responsável também por tencionar a lógica interna do campo que era de ênfase total dos políticos profissionais que teriam autonomia sobre os profanos que, neste caso, representavam a sociedade de classes. Florestan (1989) argumenta sobre o significado das emendas populares:

A iniciativa popular desmistifica a representação em sentido liberal e força o parlamentar a sair de sua pele. Ela quebra pelo menos o teor imobilista e ritual de um entendimento enviesado do mandato, que confere ao parlamentar a facilidade de confundir a sua voz e o seu querer com a voz do Povo e os interesses dos representados, em regra esquecidos “até as próximas eleições” (p.77).

A Comissão de Sistematização, presidida pelo senador Afonso Arinos (PMDB/PSDB) era composta por 49 parlamentares que tinham como função conciliar os pontos de vista no sentido de dar forma ao projeto de Constituição, antes que ele fosse

entregue ao relator, deputado Bernardo Cabral (Cardoso, 2006:111). Os trabalhos na Constituinte tiveram como característica marcante a descentralização das atividades em comissões e subcomissões. Neves (2009) argumenta sobre a formulação da Constituinte:

Conforme estabelecido no Regimento da Assembleia Nacional Constituinte (RIANC), o trabalho deveria começar pelas subcomissões, que enviariam seus pré-projetos às comissões temáticas. Estas, por sua vez, deveriam organizar um pré-projeto próprio a partir dessas sugestões e enviá-lo à Comissão de Sistematização. Na Sistematização, ocorria outra rodada de apresentação de emendas e a elaboração de um novo projeto. O RIANC, no entanto, conferia ao relator desse colegiado ampla margem de liberdade para acatar ou rejeitar as sugestões recebidas na confecção do projeto de Constituição (p.107).

Florestan havia incorporado o *habitus* acadêmico e acumulado capital simbólico quando entrou na USP nos anos 1940 a ponto de se torna o sociólogo brasileiro mais reconhecido a partir de então pela contribuição à institucionalização da sociologia como disciplina acadêmica. Para tanto, Florestan incorporou as regras e normas do campo que foram cruciais para que ele obtivesse a consagração intelectual frente aos pares. O mesmo ocorreu com Cardoso, mesmo que este último tenha se valido em maior medida do capital social.

A passagem de Florestan para o campo político não ocorre na mesma medida porque o sociólogo não incorpora o *habitus* político que o faria agir de acordo com as regras do campo, ou seja, ele não atuou como um político profissional, mas como um intelectual na política. Como já apontou Bourdieu (2010), o campo político é monopólio dos políticos profissionais. A atuação de Florestan, por sua vez, demonstrava “a trajetória de um intelectual motivado por uma vocação acadêmica e uma vocação política radicais” (Soares,1997). Soares (1997: 103) aponta como a política levada a cabo por Florestan não foi aquela tradicionalmente desenvolvida pelo campo, pois havia se caracterizado por um tipo de comportamento essencialmente intelectual e ético.

Por conta da ação singular de Florestan no campo, vou apontar a visão do deputado-constituente sobre algumas questões fundamentais da ANC como forma de demonstrar a postura tomada pelo sociólogo e, assim, ter mais subsídios para diferenciá-lo de Cardoso. Florestan (1989) utilizou o espaço que possuía na imprensa para analisar sociologicamente a ANC. Uma questão central que procurou demarcar foi o caráter contraditório do Parlamento, que demonstrava como a sociedade brasileira estava

organização na Constituinte de cabeça para baixo. Isso ocorria porque a minoria da população tinha a maioria parlamentar.

Devido à representação desigual, Florestan procurou articular sua atuação no Parlamento com as organizações de representação do proletariado, que eram a CGT e a CUT, que comporiam junto com o PT a linha de frente na luta por mudanças no sentido de dar possibilidade efetiva de participação aos de baixo na sociedade civil.

Tínhamos uma sociedade incivilizada herdada da Colônia e também uma consequente resistência sociopática²²⁸ à mudança nas classes dominantes que fazia com que a ação conjunta com as instituições representantes do proletariado fosse crucial. Assim, o processo de modernização poderia ser concluído e o tradicionalismo reinante na sociedade brasileira poderia ser efetivamente combatido e vencido. Esse compromisso ético assumido por Florestan com os de baixo ajuda a compreender seu não comportamento como político profissional.

Vale ressaltar como o elemento tradicional continua sendo um fator estrutural decisivo em sua interpretação que o faz continuar a reproduzir os pressupostos da sociologia da modernização que torna o Brasil uma formação essencialmente diferente dos países centrais, pois material e simbolicamente inferior. Abaixo apontarei a produção legislativa de Florestan com o intuito de demonstrar como sua não incorporação do *habitus* político foi crucial para a radicalidade de suas proposições, bem como para a grande resistência que sofreram quando foram expostas no campo.

O PT teve uma bancada de apenas 16 deputados, o que dava poucas possibilidades para o êxito de suas propostas caso não fizesse aliança com outros partidos de esquerda e parlamentares cujas posições políticas fossem, de alguma forma, conciliáveis²²⁹. Desse modo, ações individuais, por mais propositivas que fossem, tinham pouquíssima possibilidade de êxito por conta da posição marginal ocupada no campo, que era

²²⁸Heloisa Fernandes (2015) afirma que Florestan reproduz durante toda sua obra duas hipóteses sobre a sociedade brasileira que havia construído durante os anos 1950 e 1960, quais sejam, a tese da demora cultural e do dilema social brasileiro. No caso da demora cultura, ela poderia ser vista na definição da resistência sociopática que ainda persiste neste momento para o sociólogo.

²²⁹Sobre este ponto Cerqueira (idem) argumenta: “Na bancada do PT ocorreram disputas áspersas. O Partido emergia das lutas de contestação nas ruas, estava acostumado a denunciar e a marcar posições no Parlamento. Sentia dificuldades em negociar. Porém, o momento era outro, bancada era expressiva e tinha pela frente uma constituição a ser feita. Marcar posição apenas não fazia mais sentido. Era fundamental negociar para não perder possíveis conquistas nas votações e deixar que os conservadores fizessem a Carta. Essa novidade na vida do PT provocou acalorados debates e uma mudança radical da prática política no Parlamento” (p.151).

dominado por posições de direita e centro-direita. Assim, só o caminho da negociação poderia fazer com que as proposições conservadoras não se tornassem hegemônicas na nova Carta Constitucional. Só uma ação relacional do PT poderia garantir êxito ao partido. Florestan, todavia, não atuou como um político profissional, o que o fez recusar negociação e a instituição de alianças como outros partidos.

Tal fato gerou um grande dilema do parlamentar com sua própria bancada quando foi representante do partido na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes. Florestan não abria mão de suas posições em torno da escola pública, que acabou fazendo com que uma das reuniões com representantes de escolas confessionais fosse interrompida devido a sua posição irredutível (Cerqueira, 2004:152).

Cerqueira (idem) argumenta que Florestan procurou Lula e argumentou que àquelas eram propostas historicamente defendidas por ele e não poderia recuar. Lula, como político profissional, ponderou: “Disse a Florestan que havia uma distância entre o que ele desejava e o que se poderia conseguir. Pediu que voltasse a conversar com os negociadores para definir os avanços que pretendia conseguir” (p.152). Muito além do idealismo a política partidária era estruturada pelo pragmatismo materializado pela correção de forças existente no campo.

Antes de prosseguir, faz-se necessário a remissão à relação das ideias defendidas pelo deputado-constituente com a sociologia da modernização. Florestan reproduz pressupostos desse ramo sociológico desde os anos 1950 e nem as importantes transformações em seu pensamento são capazes de modificar por completo esta relação. Precisamente, Florestan continua a idealizar a sociedade capitalista central ao vê-la como essencialmente diferente da sociedade brasileira que ainda seria dominada pelo tradicionalismo.

Para o sociólogo, a ordem social competitiva era aberta nos países centrais, pois dava as oportunidades iguais que geravam um processo de seleção pelo talento. No Brasil, por sua vez, não houve a completude da revolução burguesa que resultou em uma ordem social competitiva incompleta, pois fechada para a maioria da população. Tivemos como elemento estruturante um capitalismo rústico que era o antípoda do capitalismo civilizado existente nos países centrais. O diagnóstico de Florestan sobre o Brasil teria sido confirmado para o sociólogo quando analisou por dentro o processo constituinte e, sobretudo, a organização de parlamentares conhecida como “Centrão”:

O “Centrão” possui uma ideologia própria (isto é, formas de ocultar seus interesses reais por trás de valores imaginários) e uma utopia correspondente (isto é, alguma impulsão coletiva de suas elites de transformar o mundo)? As evidências dizem que não; o “Centrão”, com sua pose liberal-democrática, é um conglomerado de facções de classes burguesas. Ele carrega consigo todas as maldições do capitalismo rústico, perverso e selvagem – e nenhuma das virtudes do liberalismo autêntico e do radicalismo democrático-burguês (Fernandes, 1989b:207).

Neves (2009) aponta como Florestan tem como objetivo durante sua passagem pelo Congresso lutar pela complementação da revolução burguesa no Brasil, no sentido da instituição de uma ordem social competitiva aberta para todos. Esse ponto pode ser visualizado no discurso proferido por Florestan no dia 19 de fevereiro de 1987:

Os problemas mais graves do Brasil dizem respeito à sua estrutura social, econômica e política. São esses elementos que tornam muito difícil, para nós, modernizar as instituições, termos um sistema democrático de governo e, também capaz de enfrentar o Executivo, capaz de ombrear-se com o Judiciário, capaz de funcionar como órgão, o nervo que vincula o Estado às necessidades fundamentais da nação²³⁰.

Laurez Cerqueira (idem) afirma que mesmo em pontos em que o sociólogo acabou sendo derrotado como no que se refere ao financiamento de 100% para o ensino público e nos temas que envolviam interesses da Igreja, ele acabou votando disciplinadamente junto a posição da bancada do partido.

Mesmo não se tornando um político profissional, Florestan teve uma produção expressiva pois apresentou 96 emendas à Constituição, sendo 46 delas relacionadas à educação. Das 96 emendas, 33 terminaram sendo aprovadas: “Florestan participou intensamente de todo o processo de elaboração da nova Carta, tendo uma atuação destacada na comissão para a qual o partido o designou” (Soares, 1997:104). A aprovação das emendas não garantia a participação no texto constitucional devido à complexidade da organização interna da ANC e dos fóruns de deliberação e decisão (Neves, idem).

Neves (idem) elenca a produção de Florestan afirmando que ele apresentou emendas sobre a educação, comunicação, liberdades individuais, aposentadoria, família,

²³⁰ O discurso foi intitulado por Florestan como “Política e Estado”.

menores. Vale destacar a emenda do sociólogo sobre o 13º salário dos aposentados que terminou por ser uma grande conquista (Cerqueira, *idem*).

Um ponto também defendido por Florestan era aquele referente ao sistema de governo mais adequado ao país, que para ele deveria ser o presidencialismo. Florestan tinha no parlamentarismo um sistema melhor como opção pessoal. Mas ao fazer referência à sociedade brasileira, estruturada por uma revolução burguesa débil, por uma ordem social competitiva fechada e por elites rústicas, o sociólogo demonstrava como esta forma de governo não possuía as premissas históricas necessárias para sua plena institucionalização como havia ocorrida nos países centrais, que teriam conectado de forma plena as instituições à sociedade. A sociedade civil era carente dessas premissas essenciais (Fernandes, 2014). Assim, só com uma sociedade civilizada o parlamentarismo poderia ser levado a cabo no Brasil.

Soares ainda destaca como a atuação de Florestan no Parlamento tinha um caráter diverso daquele que se esperava de um político profissional como quando afirma que o sociólogo paulista (...) “procedia como se estivesse, de fato, no auditório de uma universidade, debatendo com alunos e colegas os grandes dilemas da educação nacional” (p.106). Esse comportamento do sociólogo como um *outsider* fez com que ele fosse chamado pelos seus pares de “mestre dos mestres” (Soares, *idem*). Outro elemento central para demonstrar a não incorporação por Florestan das regras inerentes ao campo político é sua relação com o PT, que era marcada pelo isolamento dentro do partido, ou seja, a ocupação de uma posição marginal dentro do campo:

Florestan Fernandes relatou que recebeu, ainda na fase de elaborações da Constituição, convite para ingressar em diferentes correntes do PT. Entre esses convites, o mais generoso, para usar a sua própria expressão, foi feita pela “Articulação” – que na ocasião era a corrente majoritária dentro do partido –, que lhe ofereceu “como ponto de partida ser candidato ao Diretório”. Sua resposta à disputa que se estabeleceu entre as correntes para conquistar a sua “lealdade” foi clara: “Eu disse não, eu vim na condição de marxista que atua como uma espécie de ‘lobo solitário’”(Soares, 1997:118).

Soares reconhece que sua não filiação a nenhuma corrente interna do PT fez com que Florestan tivesse limitado a possibilidade de influência na estrutura partidária de poder. Isso fez com que ele reproduzisse papéis políticos de natureza intelectual (Soares, 1997). Soares afirma ainda que a formação intelectual e acadêmica e sua vinculação

intransigente ao socialismo fez com que Florestan não reproduzisse um comportamento político tradicional, ou seja, esses fatores fizeram com que o sociólogo não alcançasse posições de destaque dentro do campo.

Mesmo com todo isolamento e radicalidade de suas posturas, Florestan não deixa de apontar os fatores positivos trazidos pela Constituição, como o status legal da luta de classes; fim dos formalismos jurídicos que escondiam o monopólio do poder dos de cima como se fosse representativo da democracia; ampliação do cenário histórico, “o que infunde realidade e consistência aos arcos políticos que poderão, daqui para a frente, ser feitos à direita, no centro e à esquerda, explícita e democraticamente” (Fernandes,1989a:28-9). Ela representou o término do período de transição política.

Soares (idem) compara Florestan e Cardoso, afirmando que o último estaria perto do “tipo político que resguarda as características da formação intelectual e que Florestan estaria mais próximo do intelectual que atua na política partidária, desempenhando papéis políticos de natureza intelectual” (p.122). Acredito que a separação entre os antigos mestre e discípulo feita por Soares seja precisa, uma vez que, como procuro demonstrar neste capítulo, Cardoso tornou-se um político profissional muito bem-sucedido através ação com base na *Realpolitik*.

Ao vencer a eleição para o Senado e assumir mais um mandato como senador constituinte, Cardoso já era um político profissional que havia incorporado o *habitus* que foi elemento crucial para que diferenciasse o comportamento enquanto intelectual e político. Teve a exata noção de que as duas esferas possuíam lógicas próprias de funcionamento que deveriam ser plenamente incorporadas para que pudesse haver êxito nas ações implementadas. Isso não quer dizer que o conhecimento e as disposições adquiridas como intelectual não tivessem importância. Elas foram relevantes como elementos auxiliares aos diagnósticos de Cardoso sobre o Estado, a transição política e também para estruturar seu projeto político partidário no PSDB.

Cardoso continuou a ter um papel de destaque dentro do PMDB que representava a materialização do capital político acumulado. Ele era o líder do partido no Senado e fazia parte do Conselho Político criado para ser uma instância consultiva para o governo Sarney, além de atuar em posição de destaque na Constituinte: “Fernando Henrique, na qualidade de “senador constituinte”, participa de perto dos trabalhos. Coordena,

aconselha, e se torna passagem obrigatória de muitas negociações e procedimentos” (Leoni, 1997:248).

Muitas decisões importantes sobre a nova Carta passaram por Cardoso (Leoni, idem). Cardoso reproduz no Parlamento a mesma conduta que havia marcado sua participação no Conselho Universitário da USP, que se tornou elemento central para o sucesso e protagonismo no campo político: “Ele será o traço de união entre os diferentes partidos” (Leoni, 1997:246). Sobre suas atribuições, Goertzel (2002) argumenta:

Fernando Henrique Cardoso ficou responsável pelo trabalho do dia-a-dia dos comitês de organização – coordenando suas atividades, programando reuniões e editando relatórios em um documento consistente. Também ficou encarregado de processar as 1947 emendas que haviam sido apresentadas por grupos de todo o país; muitas se repetiam e ele conseguiu editá-las reduzindo-as para apenas 697. Fernando Henrique Cardoso estava bem preparado para esta delicada tarefa política; era benquisto e respeitado e todos sabiam que ele estava mais interessado em facilitar o processo democrático que fazer avançar os interesses de um determinado grupo (p.112).

Leoni (idem) chama atenção para o caráter crítico de Cardoso em relação ao seu partido, ao clientelismo e fisiologismo que conformavam a prática de seus parlamentares. O seu partido era composto por tendências de direita, centro-esquerda e de esquerda mais próxima de partidos que considerava anacrônicos como o PT. Por isso, fez parte da ala de centro do partido, aquela de caráter mais pragmático e que vislumbrava mudanças tendo em vista a correlação de forças existente.

Como demonstração do prestígio que alcançara, Cardoso é nomeado pelo presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, o relator do regimento interno da Constituinte que era o documento responsável por regulamentar o funcionamento da Assembleia. Houve pressões da direita e da esquerda para que o Regimento fosse modificado. O que acabou acontecendo quando o presidente Ulysses Guimarães determinou sua revisão.

Cardoso conseguiu manter, como demonstrei acima, a participação popular e a clausula de autonomia da Constituinte. Na luta política dentro da ANC acabou prevalecendo o grupo que ficou tradicionalmente conhecido como “Centrão” que era formado por parlamentares que uniam a orientação liberal em termos econômicos e clientelista em termos políticos. Abaixo ele narra uma ação no campo:

Fui relator-adjunto por um tempo. Logo após, como a Comissão de Sistematização, sob a presidência do senador Afonso Arinos, a essa altura no PSDB, requeria intenso trabalho político, houve a decisão de me incorporar nela junto com o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), como vice-presidentes, para, com o deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), que já era vice, assumirmos na prática a liderança do processo decisório. Paulatinamente, apesar dos vários choques de opinião, fomos conseguindo avançar a discussão dos temas constitucionais (Cardoso, 2006:111).

Cardoso considerou a Constituição votada em 1988 como fora do lugar, pois “era estatizante e corporativa, e isso às vésperas da queda do Muro de Berlim e da virada anticorporativista de boa parte das próprias esquerdas mundiais”(Cardoso,2006:109). Ao relembrar o discurso “A crise e as opções nacionais”, que analisava a crise econômica do governo Sarney e também propunha modificações que procurou materializar anos depois na Presidência da República em torno da abertura econômica e da reforma do Estado, Cardoso defendeu a superioridade de suas posições que eram alvo de muita resistência da esquerda e da direita:

(...) Eu defendia uma revisão completa de nossa agenda, incluindo temas como maior abertura da economia, desenvolvimento tecnológico e menos corporativismo. Criticava os que confundiam progresso com monopólio estatal e também os que viam a indispensável ação do Estado como uma ameaça à iniciativa privada, dizendo que a antinomia estatização *versus* privatização constituía um falso problema, pois a aplicação de uma ou outra medida depende de circunstâncias e de saber em que setores. Afirmava que os “progressistas” defendiam o populismo e os conservadores, o atraso. Seria um discurso antecipatório de muito do que realizei ou tentei realizar na Presidência (p.116).

O senador Cardoso tomou uma posição bastante forte contra o que chamou de nacionalismo estatizante, pois argumentava que o mundo cada vez mais globalizado e com a bipolaridade chegando ao fim não fazia mais sentido defender monopólios estatais. Houve outras questões importantes dentro da ANC, mas para fins de comparação vale a passagem pela discussão em torno do sistema de governo.

Cardoso (2006:123) argumenta que a disputa em torno no sistema de governo não se baseava apenas em pugnas ideológicas, mas em uma questão pragmática bastante forte que era a disputa pelo poder representado pela questão referente ao mandato presidencial de José Sarney. Pela Constituição vigente seu mandato teria a duração de 6 anos. Já o

Congresso tinha como objetivo realizar eleições em 1988, enquanto os partidários de Sarney, que saíram vencedores, queriam eleições presidenciais para o ano seguinte.

O parlamentarismo foi uma das principais bandeiras defendidas por Cardoso na Constituinte, fato bastante compreensível se levarmos em consideração sua interpretação sobre o Estado burocrático-autoritário e também suas análises de conjuntura. O presidencialismo, chamado de imperial, tinha a função de impedir um pleno florescimento do sistema partidário e a ação autônoma do Poder Legislativo: “Richa, Sandra Cavalcante (PFL-RJ), José Fogaça (PMDB-RS), o líder na Câmara, Luiz Henrique, eu próprio e tantos outros nos esforçávamos para encontrar fórmulas que pudessem ampliar a aceitação da tese parlamentarista” (Cardoso, 2006:125). Cardoso não considerava a questão referente ao tempo de mandato do presidente Sarney uma questão central, mas sim aquela referente à mudança do sistema em torno do parlamentarismo.

Cardoso elenca os pontos que considerou positivos na Carta: liberdade partidária ampla; independência do Ministério Público; o novo papel do STF no controle da constitucionalidade; a extensão a novos atores políticos do direito arguirmos sobre a constitucionalidade das leis; as liberdades civis; aspiração à maior igualdade de gênero, de classe, de raça e o acesso mais fácil ao sistema de saúde. Cardoso apontou as mudanças possíveis dentro da estrutura do campo político durante a Constituinte. Com isso, criticava a postura do PT, que não aprovou o texto final por considerar uma Carta burguesa, como foi o caso de Florestan visto acima.

Com o acúmulo de capital político, Cardoso ganhou um protagonismo que foi capaz de instituir uma importante mudança no campo político, em 1988, quando fundou o Partido da Social Democracia Brasileira juntamente com mais 102 dissidentes do PMDB (Leoni, *idem*). Como vimos acima, o partido representaria para Cardoso uma terceira via que tinha como objetivo rever os papéis do Estado, do mercado e da sociedade. Ideias como abertura econômica, reforma do Estado, gestão gerencial, liberdade individual, privatizações tornam-se ideias-força²³¹ no campo político através do protagonismo de Cardoso e de seu novo partido: “Agora, contudo, o PMDB perdera sua

²³¹Sobre estas Bourdieu (2010) argumenta: “É porque basta que as ideias sejam professadas por *responsáveis políticos*, para se tornarem em ideias-forças capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou de desmobilizar, que os erros são *faltas* ou, na linguagem nativa, ‘traições’”(p.187).

razão de ser, e daquele estranho grupo de remanescentes fazia parte muita gente de tendências políticas demasiado à esquerda ou à direita da minha” (Cardoso, 2013:206).

Se Florestan achava que as mudanças instituídas na Constituição estavam aquém daquilo que a maioria da população necessitava, Cardoso considerou que houve avanços que não foram maiores por conta do anacronismo da esquerda e de propostas como as de Florestan:

Fernando Henrique Cardoso estava satisfeito com os dispositivos da nova Constituição que estendiam os direitos sociais e políticos a cidadãos e minorias e que eliminavam o direito dos militares de intervir como poder moderador em períodos de conflito social. Mas achava que a Constituição estava um passo atrás na luta para romper a rigidez burocrática que ainda sufocava o desenvolvimento brasileiro (Goertzel, 2002:116).

Apenas as mudanças propostas pelo PSDB poderiam fazer com que o Brasil completasse o seu processo de modernização e pudesse instituir uma ordem social competitiva plena, pois pautada pela livre ação da sociedade em torno da organização de seus interesses e também através do controle do Estado que seria crucial para combater mazelas como a desigualdade social e institucionalizar o capitalismo como estilo de vida. Se a dependência econômica era nossa grande mazela para Florestan, ela seria nossa saída para Cardoso para que pudessemos vencer os elementos tradicionais e instituir no país a modernidade possível, pois pautada pelas virtudes modernas conjugadas à permanência da dependência econômica.

Neste capítulo retomei a discussão instituída no primeiro capítulo sobre o papel do intelectual no século XX. Demonstrei a centralidade desta camada intelectual no Brasil, sobretudo nos anos 1970, apontei as diferenças nas proposições de Florestan e Cardoso sobre o papel que cabia ao intelectual, discuti o papel do partido político e a entrada dos dois intelectuais na vida política e também a atuação de ambos no campo político durante os trabalhos da ANC entre 1987 e 1988.

Demonstrei as diferenças que marcaram Florestan e Cardoso entre os anos 1970 e 1980, bem como defendi a continuidade de ambos com os pressupostos da sociologia da modernização e, também, pude apontar a singularidade da ação do intelectual brasileiro quando comparado aos intelectuais europeus debatidos no capítulo inicial desta tese.

Os intelectuais brasileiros analisados por mim tiveram como objetivo vencer os bloqueios estruturais tradicionalistas para que a realidade brasileira finalmente pudesse ser uma ordem moderna plenamente estabelecida. A reprodução dos pressupostos da sociologia da modernização referentes à modernidade originária é elemento decisivo para singularizar o papel do intelectual brasileiro durante o século XX, representados por Florestan e Cardoso.

Conclusão

Durante a presente tese analisei em perspectiva comparada os temas da modernização brasileira e do papel do intelectual no pensamento de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1954 e 1988 tendo como foco suas trajetórias, produções intelectuais e atuações político-partidárias. Procurei sustentar durante os capítulos da tese que os dois sociólogos reproduzem os pressupostos da sociologia da modernização no período recortado por esta pesquisa para caracterizar a singularidade brasileira e a consequente diferença essencial entre centro e periferia. Desta forma, defendo que suas proposições tornem-se insuficientes para compreender o Brasil contemporâneo inserido em uma ordem cujos dilemas são modernos e globais. Antes de retomar ao argumento central da tese, apresento as principais questões analisadas nos seis capítulos que a compõem.

No capítulo um expus duas questões fundamentais para a tese, que foram a metodologia da pesquisa e também uma discussão sobre o papel do intelectual no século XX. Como metodologia utilizei os trabalhos de Karl Manheim e Pierre Bourdieu que deram condições para que eu pudesse analisar Florestan e Cardoso de maneira a poder unir a trajetória, a produção intelectual e as atuação político-partidária de ambos.

A outra questão foi referente ao papel do intelectual no século XX e a relação desta com a política. Pude demonstrar como a prática intelectual responde a uma lógica própria quando comparada com a política e também apontar como o intelectual teve durante o século passado o objetivo de retificar a modernidade, de maneira a fazê-la superar a ambivalência e ter um domínio pleno da racionalidade. Com isso, tive elementos para retomar a discussão no último capítulo sobre o papel do intelectual em Florestan e Cardoso para apontar como estes possuem um caráter singular quando comparados aos intelectuais europeus, pois tiveram como objetivo institucionalizar a modernidade de forma plena através da luta pela superação dos bloqueios estruturais tradicionalistas que faziam do Brasil uma ordem essencialmente diversa dos países centrais.

No capítulo dois analisei em perspectiva comparada as trajetórias de Florestan e Cardoso desde a infância até o encontro entre ambos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Procurei enfocar os caminhos que os fizeram

chegar à USP, bem como assinalar elementos da socialização de ambos que foram fundamentais para as posturas que tomaram depois da entrada na universidade.

Procurei apontar como a visão idealizada sobre a “modernidade originária” estava presente em Florestan e Cardoso antes da entrada de ambos na vida acadêmica. Também enfoquei a constituição das Cadeiras de Sociologia I e Sociologia II com objetivo de demonstrar como os dois sociólogos analisados nesta tese se tornaram mestre e discípulo e terminaram construindo nos anos 1950 um projeto acadêmico-político em torno da transplantação da modernidade para o Brasil.

No capítulo III analisei a questão da modernização nos anos 1950, o papel do intelectual, os embates entre as Cadeiras de Sociologia I e II para analisar a questão da modernização brasileira, a recepção singular das teses de Karl Mannheim, a questão referente ao papel do intelectual, a fundação do CESIT, a participação de ambos na Campanha em Defesa da Escola Pública e também expus as relações entre a sociologia da modernização e a tese da singularidade brasileira.

Através da revisão de literatura procurei apontar como nossos intérpretes reproduzem os pressupostos da sociologia da modernização, terminando por idealizar o a “modernidade originária” e analisar o Brasil como essencialmente diferente, pois material e simbolicamente inferior. Esta discussão foi crucial, pois defendi que a incorporação da sociologia da modernização feita nos anos 1950 fez com que os dois sociólogos não conseguissem se desvencilhar totalmente dos seus pressupostos. Por conta disso, os autores demarcaram o passado agrário como pré-moderno e a realidade moderna existente nos países centrais como aquela marcada pela racionalização, secularização, separação estrita entre público e privado, complexificação social e por uma ordem social competitiva aberta.

Através da análise das pesquisas sobre as relações raciais pude demonstrar como os pressupostos da sociologia da modernização estavam presentes através da tese da “demora cultural” assim como nos textos referentes à temática educacional. A partir das questões debatidas neste capítulo procurei organizar as bases a partir das quais defendi minhas hipóteses de pesquisa sobre a relação de ambos como a sociologia da modernização. Pude demonstrar também como durante os anos 1950 a influência de Florestan sobre Cardoso era muito forte, como ficou bem delimitado na exposição de seus textos sobre as relações raciais e também sobre a educação.

No capítulo quatro analisei a trajetória dos sociólogos até a instituição do golpe militar, em 1964, procurando apontar como este evento histórico foi importante para os percursos e também para a visão de ambos sobre o tema da modernização brasileira. Além disso, problematizei a propalada ruptura metodológica de Cardoso em relação a Florestan, pois demonstrei como a utilização da dialética não foi suficiente para que Cardoso se afastasse de Florestan no que se refere às teses principais sobre o caso brasileiro.

Para tanto, analisei o Seminário de Marx, a metodologia de Florestan em torno da utilização de Karl Marx, Emile Durkheim e Max Weber, a importância do funcionalismo para o sociólogo paulista, as críticas a este método feitas por Cardoso e também as interpretações de ambos sobre o Brasil arcaico e o Brasil “moderno”. Assim, demonstrei que a ruptura entre ambos foi parcial porque analiticamente as duas interpretações ainda estavam muito próximas, sobretudo no compartilhamento da tese sobre o “antigo regime”.

Também fiz menção ao trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco que me auxiliou a demonstrar como os dois sociólogos idealizaram a modernidade e também analisaram a contingência histórica pautados por uma série pressupostos reproduzidos da sociologia da modernização que foram responsáveis por fazer com que caracterizassem o Brasil escravista como estamental e patrimonialista e, portanto, essencialmente diferente dos países centrais.

No capítulo cinco expus a trajetória dos autores entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1980, como a passagem de Florestan por universidades internacionais, a estada de Cardoso no Chile e na França, a aposentadoria compulsória de ambos, a passagem de Florestan pelo Canadá, a fundação do CEBRAP e o papel de liderança exercido por Cardoso no centro. Analisei de forma comparativa as teses de Florestan sobre o capitalismo dependente e de Cardoso sobre a dependência.

Procurei demonstrar como as diferenças entre os sociólogos tornaram-se muito fortes durante os anos 1970 quando eles acabaram criando duas sociologias políticas, que foram a sociologia política crítica em Florestan e sociologia política da ordem em Cardoso. A demarcação dessas sociologias foi importante para demonstrar as diferenças teóricas, políticas e ideológicas entre ambos, que se tornaram a partir daquela década bastante acentuadas. Mesmo assim, tive o objetivo de demonstrar como estas interpretações, positivamente estabelecidas pela ampla maioria dos intérpretes,

terminaram reproduzindo os pressupostos da sociologia da modernização, o que acabou as aproximando e também as fizeram limitadas para compreender a sociedade brasileira contemporânea inserida em uma ordem moderna e global.

No capítulo seis retomei de forma mais detida o papel do intelectual que havia discutido no primeiro capítulo. Apontei a função central de caráter normativo que teve nos anos 1970 e também o papel específico que Florestan e Cardoso concederam a essa camada social. De maneira concomitante, expus os projetos político-partidários que foram desenvolvidos pelos sociólogos, o que auxiliou a demarcar ainda mais as diferenças entre eles em termos teóricos, políticos e ideológicos.

Em seguida, examinei as interpretações dos dois sociólogos sobre o período de transição política até o período de fundação da Assembleia Nacional Constituinte. Como última questão, analisei a participação de Florestan e Cardoso no campo político durante o período 1987-1988 como maneira de demonstrar como Florestan comportou-se como um intelectual que de forma intransigente não abriu mão de suas posições, enquanto Cardoso comportou-se precisamente como um político profissional que atuava tendo em vista as regras de funcionamento do campo político. Essa postura foi elemento fundamental para que ele tivesse sucesso na competição com seus pares durante O processo constituinte.

Através das questões debatidas defendi que os autores continuaram a reproduzir pressupostos da sociologia da modernização, bem como terminaram por singularizar o papel do intelectual em contexto periférico. Este teria como incumbência lutar para o término dos bloqueios estruturais tradicionalistas como encaminhamento para levar a instituição da modernidade em sua formação plena na periferia, mesmo que no caso de Florestan essa luta estivesse acoplada ao término do próprio capitalismo dependente.

O balanço sobre as questões debatidas ao longo da tese me leva a problematizar algumas questões, sobretudo referentes à tese da singularidade brasileira, da possibilidade de as interpretações dos autores analisados poderem interpelar a teoria social contemporânea e interpretarem de maneira construtiva o Brasil atual que, por sua vez, está inserido em uma ordem moderna de caráter global como tem apontado, por exemplo, Domingues (2011).

Essas questões tornam-se imperiosas, sobretudo, se levarmos em consideração o simbolismo que o ano de 2015 carrega devido aos 20 anos de falecimento de Florestan

Fernandes. Esta data teve como consequência a criação de eventos comemorativos e da organização de balanços de suas contribuições sociológicas à compreensão da sociedade brasileira como o livro organizado por Vera Cepêda e Thiago Mazucato (2015).

Essas leituras, a despeito de trazerem contribuições importantes sobre vários aspectos da densa e complexa obra sociológica de Florestan, terminam por não construir uma interpretação crítica que se baseie nos seus pressupostos e também tensionem sua produção intelectual. Por conta da força das interpretações que fazem a leitura hegemônica da obra de Florestan e também de Cardoso, debati durante a tese com alguns de seus intérpretes mais significativos.

No entanto, não tive como objetivo negar que haja elementos singulares na realidade brasileira, fruto do processo de contingência história. Questiono, porém, a forma como os autores analisados nesta tese constroem nossa singularidade, uma vez que a fazem a partir da reprodução de pressupostos da sociologia da modernização que terminam por colocar o Brasil em uma posição de completa subordinação material e simbólica em relação aos países centrais, além de impossibilitar a constituição de uma crítica imanente à modernidade global a partir da periferia.

Assim como na sociologia da modernização, o passado tradicional era visto como um mal em si enquanto a modernidade era observada como o elemento bom que deveria ser alcançado. Fugiu aos nossos intérpretes a visão de que a modernidade possui dentro de si a ambivalência que é responsável por fazer com que ela crie conflitos valorativos próprios seja no centro ou periferia, sobretudo em um momento em que a modernidade passa por sua terceira fase marcada pela complexidade e por um caráter global, seja em seus fatores positivos quando em relação à ambivalência (Domingues, *idem*).

Defendo os limites das interpretações de Florestan e Cardoso para compreender o Brasil contemporâneo devido à maneira como eles constroem a singularidade brasileira, que a faz ser uma formação antípoda daquela existente nos países centrais. Precisamente, teríamos uma formação essencialmente diversa dos países centrais.

Todavia, não quero dizer que os dilemas enfocados pelos autores não sejam bastante atuais. Como exemplo, cito a condição estrutural de dependência, a abissal desigualdade social, o racismo, a cidadania, o desenvolvimento, a luta de classes, a condução do Estado pela classe política, o imperialismo e a democracia. Todos esses

elementos possuem uma importância central, pois ainda são dilemas que necessitam ser diariamente enfrentados.

Defendo as limitações das interpretações dos autores porque elas acabaram não conseguindo se libertar da estrutura lógica da sociologia da modernização, o que terminou fazendo com que a caracterização de nossa singularidade fosse feita a partir da definição prévia do que era a modernidade que teria ocorrido de maneira plena nos países centrais. Todavia, essa demarcação foi realizada sem que houvesse pesquisas empíricas que corroborassem a existência de diferenças essenciais entre centro e periferia como as interpretações dos autores por mim analisados apregoaram nos capítulos que compõem esta tese.

Desta forma, para que a sociologia encampada pelos autores possa ter condições de interpelar e fertilizar a teoria social contemporânea como advoga Maia (2010) sobre o papel atual do pensamento social brasileiro, acredito que as interpretações dos autores precisam sofrer revisões no sentido de fazer com que os pressupostos da sociologia da modernização sejam retirados, juntamente com o eurocentrismo e o colonialismo que são seus suportes.

De forma concomitante, como também propõe Maia (2015), devem ser levadas a cabo pesquisas empíricas que possam fazer com que haja a possibilidade efetiva de observarmos o que é próprio a nós e o que está presente também no centro. Apenas desta forma poderemos construir uma perspectiva efetivamente descentrada e crítica em relação ao eurocentrismo e ao colonialismo do qual ainda somos fortemente ligados. Assim, poderemos construir uma sociologia periférica marcada pela transnacionalidade, descentramento e um consequente caráter crítico e profundamente construtivo.

Partindo dos pontos elencados acima, contribuições como a trazida por Bauman (1999) nos ajudam a apontar como a nova configuração do capitalismo globalizado baseado no consumo traz como consequência uma sociabilidade individualista e predatória, a partir da hegemonia de um liberalismo que homogeneiza e encobre as diferenças as classes sociais e naturaliza os conflitos sociais.

A comparação com interpretações críticas sobre a modernidade nos ajuda a compreender como este processo foi ainda mais virulento no Brasil, que historicamente

também “esqueceu” e culpabilizou grande parte de sua população pela sua condição de degradação material, moral e social, a partir de uma exclusão moderna. E ainda nos auxilia a demonstrar como uma explicação de cunho essencialista nos traz poucas possibilidades de compreendermos de forma abrangente o fenômeno da desigualdade social no país.

Ao analisar as interpretações de Florestan e Cardoso sobre a passagem da sociedade escravista para a de classes, o argumento sobre a culpabilização da vítima pelo próprio fracasso, a naturalização da desigualdade e a construção de uma massa de miseráveis na ordem social competitiva foi utilizado por ambos para interpretar a não integração do negro à sociedade de classes devido à força bloqueadora do tradicionalismo.

Ao contrário do que defendem os autores, essa exclusão não se configurou como um entrave à sociedade capitalista, mas sim funcionou como um elemento intrínseco à sua organização interna e lógica reprodutiva, portanto era uma ambivalência responsável por uma exclusão moderna. Nesse sentido, se as interpretações produzidas pelos sociólogos analisados nesta tese forem lidas sem as lentes da sociologia da modernização, talvez tenhamos condições de demarcarmos com precisão aquilo que nos faz singulares e o que é comum tanto na periferia quando no centro, bem como teremos condições efetivas de aquilatar nosso lugar no mundo e na sociologia global, em particular.

Referências bibliográficas

Jornais

CARDOSO, Fernando Henrique. Benjamin Franklin: o homem representativo do século XVIII. São Paulo, Jornal A Crônica, ano XI, n.16, novembro de 1947

_____. O Petróleo. São Paulo, Jornal Tribuna Estudantil, ano I, vol. I, abril de 1948

_____. Rabiscos sobre o Modernismo. São Paulo, Jornal A Crônica, ano IX, n.15, maio de 1948

_____. A trajetória de um intelectual: da catedral universitária ao palanque político, senador da República e candidato favorito à prefeitura da maior cidade da América do Sul conta e explica sua trajetória intelectual. São Paulo, Jornal Leia, novembro de 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. Vamos consolidar a democracia. Jornal de São Vicente, São Vicente, 14 set. 1986a.

CARDOSO, Fernando Henrique. O regime e a constituinte. Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 jan. 1986. Opinião. p. 2.

Discursos

CARDOSO, Fernando Henrique. Negros em Florianópolis. Discurso pronunciado por ocasião do lançamento de sua obra. Florianópolis, 14 de dezembro de 2000.

Livros e artigos

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In____MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, 1995

ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1992

ARRUDA, Maria Arminda. Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes. In ____ MAIO, Marcos & SANTOS, Ricardo (orgs.) Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 1996.

ARRUDA, Maria Arminda & GARCIA, Silvia Gemignani. Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna. Brasília, ed. Paralelo 15, 2003

BAPTISTA, Kátia. O CEBRAP nos anos setenta e a emergência de uma nova interpretação do Brasil. São Paulo, Revista Perspectivas, vol37, jan/jun, 2010, p.225-248

BATISTAS Jr, Paulo N. Dependência: da teoria à prática. São Paulo, *Estudos Avançados*, vol.13, n.37 p.215-224, 1999

BASTOS, Elide R. A questão racial e a revolução burguesa. In ____ D'INCAO, Maria Angela (org.) O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987

BASTOS, Elide R. & RÊGO, Valquíria Leão. A moralidade do compromisso. In ____ BASTOS, Elide R. & RÊGO, Valquíria Leão (orgs): Intelectuais e política: a moralidade do compromisso. Ed. Olho D'água, 1999.

BARIANI, Edison. Guerreiro Ramos e a redenção sociológica: capitalismo e sociologia no Brasil. São Paulo, Ed. Unesp, 2011

_____. A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos). Curitiba, Ed. CRV, 2012

BAUMANN, Zygmunt. 1999 Trabajo, consumismo e nuevos pobres. Barcelona, Editora Gedisa, 150pp.

_____. Legisladores e intérpretes. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2010.

BOBBIO, Norberto. Os intelectuais e o poder: das dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo, Ed. Unesp, 1996

BOTELHO, André. Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação. In___ BOTELHO, André e. tal (orgs.). O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 2008

_____ Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. São Paulo, Lua Nova, vol.90, 2013, p.331-366

BORTOLUCI, José Henrique. Modernidade periférica e descolonização epistêmica: a contribuição do marxismo paulista. São Paulo, RBCS, vol. 28, n.83, outubro, 2013

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In___ NOGUEIRA, Maria A. & CATANI, Afrânio (orgs.). Pierre Bourdieu: Escritos de educação. Petrópolis, ed. Vozes, 1998.

_____ Os três estados do capital cultural. In___ NOGUEIRA, Maria A. & CATANI, Afrânio (orgs.). Pierre Bourdieu: Escritos de educação. Petrópolis, ed. Vozes, 1998.

_____ Futuro de classe e causalidade do possível. In___ NOGUEIRA, Maria A. & CATANI, Afrânio (orgs.). Pierre Bourdieu: Escritos de educação. Petrópolis, ed. Vozes, 1998.

_____. Campo de poder, campo intelectual: Itinerario de un concepto. Madrid, Ed. Montessor, 2002.

_____ Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo, Unesp, 2004.

_____ O campo científico. In___ ORTIZ, Renato (org.) A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo, Olho d'água, 2008a

_____ Gostos de classe e estilos de vida. In___ ORTIZ, Renato (org.) A sociologia de Pierre Bourdieu. São Paulo, Olho d'água, 2008b

_____ O Senso Prático. Petrópolis, Ed. Vozes, 2009

_____ O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 2010

_____ O campo político. Brasília, Revista Brasileira de Ciência Política, n.5, janeiro-junho de 2011, p.193-216

_____ Capital simbólico e classes sociais. São Paulo, Novos Estudos, n.96, 2013, p.105-115.

BRASIL Jr, Antonio. O imigrante e seus irmãos: as pesquisas empíricas de Florestan Fernandes e Gino Germani. São Paulo, Lua Nova, vol.81, 2010, p.175-213.

_____ Linhas retas ou labirintos? A tradução da sociologia da modernização nos textos de Florestan Fernandes e Gino Germani (1960-1970). São Paulo, RBCS, vol.28,n.82, junho 2013a, p.141-162

_____ A reinvenção da sociologia da modernização: Luiz Aguiar Costa Pinto e Florestan Fernandes (1950-1970). Rio de Janeiro, Trab, Educ. Saúde, vol.11, n.1, jan/abr.2013b, p.229-249

CANDIDO, Antonio. Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2001

CARDOSO, Adalberto Moreira. A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. Rio de Janeiro, Ed. FGV,2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Visão Segunda. São Paulo, Revista de Novíssimos, ano I, n.1, janeiro-fevereiro de 1949, p.15.

CARDOSO, F.H. et.al. O estudo sociológico das relações ente negros e brancos no Brasil Meridional. Salvador, Anais de Reunião Brasileira de Antropologia. Bahia S.A. Artes Gráficas, 1957, p.213-219.

_____ O método dialético na análise sociológica. Belo Horizonte, Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1962. p.85-106

_____ Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1964.

_____ Autoritarismo e democratização. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

- _____. Democracia para mudar: Fernando Henrique Cardoso em 30 horas de entrevista. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1978.
- _____. (1983) Desenvolvimento dependente-associado e teoria democrática. In____STEPAN,Alfred (org.) Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- CARDOSO, F.H. & FALETTTO, Enzo Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 1984a 4ª edição.
- _____. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. São Paulo. Revista Playboy, setembro/1984b, p.2-9.
- _____. A democracia necessária. São Paulo, Ed. Papirus, 1985.
- _____. A paixão pelo saber. In____ D' Incao(org) O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Unesp, 1987, p.23-30
- _____. Memórias da Maria Antônia. In____SANTOS, Maria Cecília (org) Maria Antônia: uma rua na contramão. São Paulo, Ed. Nobel, 1988a.
- _____. Regimento Interno. In____A Nova Constituição e as Constituições Estaduais. Brasília, Adal, 1988b p.4-16
- _____. A construção da democracia. In____ Visões da transição. São Paulo, CEDEC, 1989, pp.3-73
- _____. Social-democracia: o que é, o que propõe para o Brasil. Brasil, ed. escritório do senador Fernando Henrique Cardoso, 1990.
- _____. Desafios da social-democracia na América Latina. São Paulo, Novos Estudos, n.28,1990, pp.29-49.
- _____. Congresso, desenvolvimento e democracia: perspectivas de ação imediata. In____Fórum Nacional As perspectivas do Brasil e o novo governo.São Paulo, Ed. Nobel,1990.
- _____. Democracia e desigualdades sociais. Lisboa, Revista Crítica de Ciências Sociais, n.32, 1991 p.23-27.
- _____. Estado, mercado, democracia: existe uma perspectiva latino-americana? In____SOLA, Lourdes (org.). Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra,1991.

- _____. O modelo político brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil, 1993a, 5 edição.
- _____. A construção da democracia: estudos sobre política. São Paulo, Ed. Siciliano, 1993b.
- _____. As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis, Ed. Vozes, 1993.
- _____. A utopia viável. In_____ Cardoso et al. (org). A utopia viável: trajetória intelectual de Fernando Henrique Cardoso. Brasília, Presidência da República, 1995.
- _____. A modernização do Brasil e lusitanidade. In_____ ABUQUERQUE, Roberto & ROMÃO, Antônio. Congresso Brasil-Portugal: desenvolvimento e cooperação. O diálogo dos 500 anos. Lisboa, EMC, Edições, 2000.
- _____. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003
- _____. Entrevista com Fernando Henrique Cardoso. São Paulo, Informe, n.17, abril/2005.
- _____. In_____ BASTOS, Elide et.al (orgs.) Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo, Ed. 34, 2006a.
- _____. A arte da política: a história que vivi: Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2006b.
- _____. Relembrando o que escrevi: da reconquista da democracia aos desafios da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2010.
- _____. A soma e o resto: um olhar sobre a vida aos 80 anos. São Paulo, Ed. Civilização Brasileira, 2011.
- _____. Pensadores que inventaram o Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Companhia das Letras, 2013a.
-
- _____. O improvável presidente do Brasil: recordações. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2013b.

CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco. Marília, *Trans/Form/Ação*, v. 4, p. 5-14, [1981] 2011.

_____. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Ed. Unesp, 1997.

CEPÊDA, Vera & MAZUCATO, Thiago. Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória. São Carlos, Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

CEPÊDA, Vera & MAZUCATO, Thiago. Ciência, intelectuais e democracia no centro e na periferia: o diálogo teórico entre Karl Manheim e Florestan Fernandes. In__ CEPÊDA, Vera & MAZUCATO, Thiago (orgs.). Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória. São Carlos, Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

CERQUEIRA, Laurez. Florestan Fernandes: vida e obra. São Paulo, Ed. Expressão Popular, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In_____ O silêncio dos intelectuais. NOVAIS, Adalto (org.). São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2006

COHN, Gabriel. O ecletismo bem temperado. In_____ D'INCAO, Maria (org.). O saber Militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Unesp, 1987.

_____. Florestan Fernandes: grandes problemas, grandes interlocutores. In__ In__ CEPÊDA, Vera & MAZUCATO, Thiago (orgs.). Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória. São Carlos, Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

COSTA, Diogo Valença. Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia. Recife, UFPE, (dissertação de mestrado), 2004, 139p.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. São Paulo, RBCS, vol.21, n.60, 2006, p.117-132

COSTA, Sérgio. Teoria por adição. In_____ Martins (org.) Horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia. São Paulo, Anpocs, 2010, p.25-51

COTRIN, Ivan O capitalismo dependente de Fernando Henrique Cardoso. Dissertação (mestrado em sociologia), 2001 331f.

D'INCAO, Maria Angela. O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Araraquara, ed. Unesp, 1987

_____. Mudança social e sociologia libertadora. In ____ D'Incao (org.) O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Unesp, 1987, p.63-72

DOMINGUES, José Maurício. A sociologia de Talcott Parsons. Niterói, Ed.UFF,2001.

_____. Interpretando a modernidade: imaginário e instituições. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

_____. A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2009.

_____. Teoria crítica e semi (periferia). Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

FERNANDES, Florestan. A Sociologia numa era de revolução social. São Paulo, Ed. Companhia Editora Nacional,1963

_____. Fundamentos empíricos da explicação sociológica. São Paulo, Ed. Companhia Editora Nacional,1967

_____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1968

_____. Elementos de sociologia teórica. São Paulo, Ed. USP/Companhia Editora Nacional, 1970.

_____. Ensaios de sociologia geral e aplicada. São Paulo, Pioneira Editora, 1971

_____. Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo, Ed. Hucitec, 1976

_____. A Sociologia no Brasil. Petrópolis, Ed. Vozes, 1977

- _____ A condição de sociólogo. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978
- _____ Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979.
- _____ A natureza Sociológica da Sociologia. São Paulo, Ed. Ática, 1980a.
- _____ Brasil: em compasso de espera. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980b.
- _____ A ditadura em questão. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982
- _____ Pensamento e ação: O PT e os rumos do Socialismo. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989a.
- _____ A Constituição inacabada: vias históricas e significado político. São Paulo, Ed. Clube do Livro, 1989b.
- _____ O PT em movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Ed. Cortez, 1991.
- _____ A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo, Ed. Globo, 2006a.
- _____ in_____ BASTOS, Elide et.al.(orgs.) Conversas com sociólogos brasileiros. São Paulo, Ed. 34, 2006b.
- _____ que tipo de República? São Paulo, Ed. Globo, 2007.
- _____ brancos e negros em São Paulo. São Paulo, ed. Global, 2008a.
- _____ A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Ed. Globo, 2008b, vol.1

_____ A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Ed. Globo, 2008c, vol.2

_____ In _____ COHN, Amélia (org.) Encontros: Florestan Fernandes. São Paulo, Azougue Editorial, 2008d.

_____ Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. São Paulo, Ed. Global, 2009.

_____ A educação como problema social. In _____ ARRUDA, Maria Arminda (org) Florestan Fernandes: leituras e legados. São Paulo, Ed. Global, 2010[1960]. p.243-254

FERNANDES, Heloísa. Florestan Fernandes, um sociólogo socialista. In _____ CEPÊDA, Vera & MAZUCATO, Thiago. Florestan Fernandes 20 anos depois: um exercício de memória. São Carlos, Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

GARCIA, Silvia & ARRUDA, Maria Arminda. Florestan Fernandes: mestre da sociologia moderna. Brasília, ed. Paralelo 15, 2003

GIANNOTTI, José Arthur. Maria Antônia: uma certa geração da Faculdade de Filosofia. In _____ SANTOS, M Cecília (org) Maria Antônia: uma rua na contramão. São Paulo, Ed. Nobel, 1988.

GOERTZEL, Ted. G. Fernando Henrique Cardoso e a reconstrução da democracia no Brasil. São Paulo, Ed. Saraiva, 2002.

GONÇALVES, Guilherme Leite. Pós-colonialismo e teoria dos sistemas: notas sobre a sociologia do conhecimento científico e a teoria dos sistemas sociais. In _____ DUTRA, Roberto & BACHUR, João Paulo. Dossiê Niklas Luhmann. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2013

HOLANDA, Sergio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. As metamorfoses do escravo. São Paulo, Ed. Difel, 1964.

IANNI, Octávio. Sociologia da Sociologia Latino-americana. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971

_____ A Ditadura do Grande Capital. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1981

_____. Sociologia crítica. In _____ D' Incao (org.) O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. São Paulo, Ed. Unesp, 1987, p.39-47

_____. A ideia de Brasil de moderno. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2004a.

_____. O preconceito racial no Brasil. São Paulo, Revista de Estudos Avançados, n.18, 2004b.

JACKSON, Luiz Carlos. A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965). São Paulo, Tempo Social, vol.16, n.1, 2004, p.263-283.

_____. Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969). São Paulo, Tempo Social, vol.19, n.1, 2007a, p.115-130.

_____. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). São Paulo, RBCS, vol.22, n.65, outubro/2007b, p.33-49.

LAHUERTA, Milton Intelectual e a transição: entre a política e a profissão. Tese (Doutorado em Ciência Política) São Paulo, USP, 1999.

_____. Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo. In _____ BASTOS, Élide R. & BOTELHO, André (orgs.). O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 2008.

LAHIRE, Bernard. Retratos sociológicos: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004. 344 p.

LAMOUNIER, Bolívar. Tribunais, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX. São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2014

LIMA, Luziano P. M de. A atuação da esquerda no processo constituinte: 1986-1988. Brasília, Ed. Câmara Federal, 2009.

LÉPINE, Claude. A imagem do negro brasileiro. In _____ D'Incao, Maria Angela (org.) O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987

LEONI, Brigitte. Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1997.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Capitalismo dependente, autocracia burguesa revolução social em Florestan Fernandes. São Paulo, Revista de Estudos Avançados, 1996, p.1-11.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In___MICELI, Sérgio (org.) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, 1995

_____. Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo. In___MICELI, Sérgio (org.). História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, 1995

LOWY, Michael. As aventuras de Karl Manheim contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo, Ed. Cortez, 2013, 10 edição.

LUHMANN, Niklas. Inclusão e exclusão. In___DUTRA, Roberto & BACHUR, João Paulo. Dossiê Niklas Luhmann. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2013

MAIA, João Marcelo. Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. Brasília, Revista Sociedade e Estado, vol.26, n.2 maio/agosto, 2011, p.71-89.

_____. A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. Salvador, Cardenos CRH, vol.28, n.73, p.47-58, jan/abr.2015

MAIO, Marcos Chor. O projeto Unesco e a agenda das Ciências Sociais no Brasil dos anos 40 e 50. São Paulo, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, n. 41, 1999.

MANHEIM, Karl. Ensayos de sociologia de la cultura. Madri, Ed. Aguilar S.A. de ediciones, 1957

_____. O problema de uma sociologia do conhecimento. In___ Sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1967, p.13-18

_____. Ideologia e utopia. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1972

_____. Liberdade, poder e planificação de democrática. São Paulo, Ed. Mestre Jou, 1972.

MARTINS, José de S. Prefácio. In___ A revolução burguesa no Brasil. São Paulo, Ed. Globo, 2006.

_____. A sociabilidade do homem simples. Rio de Janeiro, Ed. Contexto, 2008

MARTINS, Tatiana Gomes. Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual. Campinas, Unicamp, dissertação (mestrado em Sociologia), 2002, 142p.

MAZZA, Débora. A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional. Taubaté, Ed. e Livraria Universitária, 2004

MELO, Wanderson Fabio de. Institucionalização e modernização: o debate no Senado Federal entre Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em História), São Paulo, PUC. 2009, 435p.

MICELI, Sérgio. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In____MICELI, Sérgio (org.) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, 1995

MICELI, Sérgio (Org.) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Editora Sumaré, 2001.

_____. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura.

São Paulo, Tempo Social, vol.15, n.1, abril de 2003, p.63-79

NEVES, Maria Aparecida. Florestan Fernandes: sociologia e política pela autonomia da nação. Brasília, Ed. Câmara Federal, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Marques. O articulista Florestan: ciência e política como base de uma pedagogia socialista. Niterói, UFF (tese de doutorado), 2006, 263p.

OLIVEIRA, Francisco. No silêncio do pensamento único: intelectuais, marxismo e política no Brasil. In____O silêncio dos intelectuais. NOVAIS, Adalto (org). São Paulo, Ed. Companhia das Letras, 2006

OURIQUES, Nildo. O colapso do figurino francês: crítica às ciências sociais no Brasil. Florianópolis, Ed. Insular, 2014, 2 edição.

PECAUT, Daniel. Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. Rio de Janeiro, Ed. Ática, 1990.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras: 1930-1960. In____MICELI, Sérgio (org.) História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo

_____. Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide. São Paulo, Edusp, 2000.

PORTEJA Jr, Aristeu & SOARES, Eliane. Dilema racial, nação e “brasilidade. In____CEPÊDA, Vera & MAZUCATO, Thiago. Florestan Fernandes 20 anos depois: uma exercício de memória. São Carlos, Grupo de Pesquisa Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.

PRANDO, Rodrigo Augusto. Fundamentos e circunstâncias: as palavras do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tese(Doutorado em Sociologia), Araraquara, Unesp, 2009,340p.

PULICI, Carolina. Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2008.

RÊGO, Walquíria Leão. A utopia federalista: estudo sobre o pensamento político de Tavares Bastos. Maceió, Ed. UFAL, 2002.

RIBEIRO, Marcos Abraão. Autoritarismo e democracia no pensamento político de Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e Fernando Henrique Cardoso. Dissertação (mestrado em Sociologia Política), Campos dos Goytacazes, Uenf, 2010, 337p.

_____. Modernização periférica e desigualdade social: disputas no pensamento social brasileiro. São Leopoldo, Revista Ciências Sociais Unisinos, vol.50, n.2, 2014, p.108-116.

RODRIGUES, Lidianne Soares. Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969-1983). São Paulo, USP, dissertação (mestrado em História Social), 2006, 196p.

ROMÃO, Wagner de Melo. Sociologia e política nos anos 1960: a experiência do CESIT. São Paulo, Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2006.

SACCHETTA, Vladimir. Florestan Fernandes: o sociólogo militante. São Paulo, Revista Estudos Avançados, ano 10, n.26, 2006, p.1-4.

SCHWARTZMAN, Simon (1988) Bases do Autoritarismo Brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. Campus. 2ª edição.

SCHWARZ, Roberto. (1998) Um Seminário de Marx. São Paulo, Novos Estudos, n.50, pp.99-114

SIMÃO, Azis. Na Faculdade. In _____ SANTOS, M Cecília (org.) Maria Antônia: uma rua na contramão. São Paulo, Ed. Nobel, 1988.

SOARES, Eliane Veras. Florestan Fernandes: o militante solitário. Ed. Cortez, 1997

SOBRINHO, Maria Juvêncio (2003) O pensamento político de Fernando Henrique Cardoso (1972-1992): autoritarismo e democratização. Dissertação (mestrado em sociologia) Campinas, UINICAMP. 384f.

SORJ, Bernardo. A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000.

SOUSA SANTOS, Boaventura. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. São Paulo, Ed. Cortez, 2009, 7 edição

SOUZA, Jessé. A dimensão simbólica do capitalismo moderno: para uma teoria crítica da modernização. Niterói, Revista de Estudos Políticos, n.5, 2012.

_____. Niklas Luhmann, Marcelo Neves e o “culturalismo cibernético” da moderna teoria sistêmica. In ____ DUTRA, Roberto & BACHUR, João Paulo. Dossiê Niklas Luhmann. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2013

_____. A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo, Ed. Leya, 2015.

SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. Professoras, cátedras e o ensino de sociologia na USP: anos 1940-1960. São Paulo, Revista Brasileira de Sociologia, vol.2, n.3, jan-jun, 2014.

TAVOLARO, Sergio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. São Paulo, RBCS, vol.20, n.59, 2005, p.5-22

_____. América Latina, variável independente? Para uma crítica ao binômio centro-periferia. São Carlos, Revista Teoria & pesquisa: Revista de Ciência Política, 2009, p.83-116

TAVOLARO, Sérgio & TAVOLARO, Lília. A cidadania sob o signo do desvio: para uma crítica da “tese de excepcionalidade brasileira”. Brasília, Revista Sociedade e Estado, vol.25, n.2, maio/agosto, 2010.

_____. Raça e a “tese da excepcionalidade brasileira”: uma reflexão à luz das ações afirmativas. Brasília, Revista de Estudos e pesquisas sobre as Américas, vol.7, n.1, 2013, pp.14-32.

TAVOLARO, Sérgio. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. Rio de Janeiro, Dados – Revista de Ciências Sociais, vol.57, n.3, 2014, p.633-73.

TRASPADINI, Luciana. A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Idéias de poder: dependência e globalização em F.H.Cardoso. São Paulo, Estudos Avançados, 1999, p.225-247, 1999

VILLAS BÔAS, Glaucia. Mudança provocada: passado e futuro no pensamento social brasileiro. Rio de Janeiro, Ed. FVG, 2006a.

_____ A recepção da sociologia alemã no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Topbooks, 2006b

WACQUANT, Loïc J. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões de uma nota pessoal. Curitiba, Revista de Sociologia e Política, n.19, 2002, p.95-110

WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo, Ed. Cultrix, 2011.

Anexos

Anexo I– Trabalho feito por Fernando Henrique Cardoso no Colégio São Paulo sobre os filósofos clássicos. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 10/06/14

Anexo II – Certidão de nascimento de Fernando Henrique Cardoso emitida em 12 de janeiro de 1953. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 10/06/14

Anexo III – Cópia de um trecho da ata da 501 sessão do Conselho Universitário, realizada em 13 de abril de 1951. Disponível em www.IFHC.org.br Acessado em 20/08/14

Anexo IV–Cópia de um trecho da ata da Sessão do Conselho universitário realizada no dia 13 de abril de 1951, que trata da reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Disponível em www.IFHC.org.br Acessado em 20/08/14

Anexo V – Carta de Florestan Fernandes para o professor Laudelino Teixeira de Medeiros da UFRGS, enviada em 1955. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo VI – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 6 de janeiro de 1963. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo IX – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 1 de fevereiro de 1963. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo VII – Carta do Reitor da USP , Ulhôa Cintra, para Fernando Henrique Cardoso, enviada em 5 de maio de 1963. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo VIII – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 8 de junho de 1964. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo IX – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 9 de junho de 1967. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo X – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 25 de março de 1968. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo XI – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 22 de abril de 1970. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo XII – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 6 de outubro de 1970. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo XIII – Carta de Florestan Fernandes para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 14 de outubro de 1971. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

Anexo XIV – Carta de Florestan para Fernando Henrique Cardoso, enviada no dia 17 de janeiro de 1971. Disponível em www.IFHC.org.br. Acessado em 20/08/14

[1948]

Fernando Henrique Cardoso. N.º 6 clássico
São Paulo, outubro de 48

Filosofia

- 1) Exposição e crítica da moral socrática
- 2) Exposição e crítica da moral platônica
- 3) Exposição e crítica da moral aristotélica

Exposição e crítica da moral platônica

Platão considera a alma e o corpo dois princípios perfeitamente distintos que se acham juntos apenas ocasionalmente. E diz mais: fala da preexistência da alma que ~~acima~~ ~~po~~ é eterna.

A alma individual achava-se presa ao corpo e separada dele logo seu primeiro estado puro e eterno por alguma falta cometida, falta esta que Platão não explica porque nem contra quem.

A alma e o corpo não têm nenhuma ligação essencial estando relacionados da mesma maneira pela qual o cavaleiro o está com o cavalo, ou seja, ocasionalmente.

Sendo a alma prisioneira, a solução ideal do homem está em libertá-lo do corpo, visto consistindo a salvação, o mais rapidamente possível.

Platão considera três estados no homem:

1.º) o ~~inst~~ apetite ou desejo, gestado nas entranhas, tendo como virtude a temperança.

2.º) o homem inferior. 2.º) a força impulsional das paixões nobres que tem como virtude a fortaleza. 3.º) a razão, que produz o homem superior e adquire a sabedoria.

A felicidade consiste em subordinar os impulsos do apetite às paixões nobres, com o auxílio da temperança; as paixões nobres à razão, com o auxílio da fortaleza e que tudo estiver subordinado à razão, tudo por isso a sabedoria, teremos alcançado a felicidade.

Crítica: 1.º) Platão, como Sócrates, subordina a moral exclusivamente à razão, sem levar em conta a vontade e o livre arbítrio e não sabemos que na prática isto não é suficiente. Não basta conhecermos o Bem mas sim aplicá-lo, o que somente é conseguido

Sendo a alma prisioneira, a solução ideal do homem está em libertá-lo do corpo, visto consistindo a salvação, o mais rapidamente possível.

Platão considera três estados no homem:

1.º) o ~~inst~~ apetite ou desejo, gestado nas entranhas, tendo como virtude a temperança.

2.º) o homem inferior. 2.º) a força impulsional das paixões nobres que tem como virtude a fortaleza. 3.º) a razão, que produz o homem superior e adquire a sabedoria.

A felicidade consiste em subordinar os impulsos do apetite às paixões nobres, com o auxílio da temperança; as paixões nobres à razão, com o auxílio da fortaleza e que tudo estiver subordinado à razão, tudo por isso a sabedoria, teremos alcançado a felicidade.

Crítica: 1.º) Platão, como Sócrates, subordina a moral exclusivamente à razão, sem levar em conta a vontade e o livre arbítrio e não sabemos que na prática isto não é suficiente. Não basta conhecermos o Bem mas sim aplicá-lo, o que somente é conseguido



5731 96.FH.007213
cy. 199



JUIZO DA 3.^a ZONA DO REGISTRO CIVIL

ANNA CLARA PESSÔA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE

Oficial do Registro Civil das Pessoas Naturais da Quinta
Circunscrição do Distrito Federal:

LAGOA E GAVEA

CERTIFICA

que revendo o livro de nascimento n. 183 á fls. 213v sob o n.
4280 consta o de: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, do sexo masculino
de cor branca, nasceu no dia dezoito de Junho ultimo digo em
Junho de mil novecentos e trinta e um, ás quinze horas, nesta
Capital, filho de Leonidas Cardoso e de Nayde Silva Cardoso.
Avós paternos: Marechal Joaquim Ignacio Baptista Cardoso e de
Leonidia Fernandes Cardoso. Avós maternos: Syâvestre Domingues
de Araujo e Silva e de Candida Rego de Araujo e Silva. Foi decla-
rante o pae e serviram de testemunhas: Quintino Baptista e Walde-



REITORIA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

N.º SG/100
Job.

São Paulo, 27 de abril de 1 961.

Senhor Conselheiro

Tenho a satisfação de lhe encaminhar cópia de um trecho de ata da Sessão do Conselho Universitário, realizada em 13 de abril de 1 961, e que traduz as manifestações de vários Conselheiros pela reeleição de V.Exª. como representante dos ex-alunos da Universidade de São Paulo no referido Conselho.

Associando-me a essa justa homenagem, reitero a V.Exª. meus protestos de alta estima e consideração.

Mário M. Stamato
Júlio Mário Stamato
Secretário Geral

Exmo. Sr. DR. FERNANDO HENRIQUE CARDOSO,
DD. Membro do Conselho Universitário.

PREZADO AMIGO LAUCCIANO TEIXEIRA DE ARAÚJO:

Espero que tenha passado bem, depois dos nossos encontros em São Paulo. Nossa convivência me foi muito agradável e a ela devo a possibilidade de poder, agora, apelar para a colaboração do esclarecido amigo e colega.

Como é do seu conhecimento, nossa cadeira está empenhada, há muito tempo, em pesquisas sobre a cultura afro-brasileira e sobre as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira. Tínhamos em mente realizar, nas férias deste ano, quatro "surveys" em comunidades urbanas do sul, com o propósito de completar o quadro de investigações já patrocinadas pela UNESCO. Contudo, faltaram-nos os recursos financeiros e, por nossa conta e risco (e com o auxílio de Cr.\$5.000,00), resolvemos reduzir o projeto e realizar apenas um "survey" na cidade de Porto Alegre.

Porto Alegre foi escolhida por duas razões. Primeiro, ela apresenta uma condição muito importante para a análise das relações entre negros e brancos no Brasil: é uma das grandes comunidades urbanas em que a porcentagem da população de cor é a mais baixa. Segundo, possui caracteres estruturais e dinâmicos de excepcional interesse para uma análise comparativa com São Paulo (grau de urbanização, índices de desenvolvimento industrial e comercial, ritmo de formação das classes sociais, etc.). Do ponto de vista financeiro, a escolha naturalmente encarecia o deslocamento dos pesquisadores. Mas, havia outras compensações, como a de contar com a colaboração do prezado amigo e de permitir a concentração do esforço dos pesquisadores em uma comunidade bem escolhida.

Os pesquisadores são seus conhecidos. São o Fernando Henrique Cardoso e o Renato Jardim Moreira, primeiro e segundo assistentes da cadeira, e Octavio Ianni, que nela colabora como assistente extra-numerário. Eles precisam muito de sua cooperação intelectual e ... prática. Em primeiro lugar, precisam de informações sobre a situação do negro em Porto Alegre e sobre as condições de relações com o branco. Com base nessas informações é que irão redefinir as hipóteses que orientarão a coleta de dados e que pretendem estabelecer a estratégia de trabalho em campo. Em segundo lugar, como dispõem de poucos recursos financeiros, precisam de seus conselhos para a escolha de uma pensão, que ofereça boas acomodações a baixo preço. Peço-lhe isso, porque não sei se a Universidade do Rio Grande do Sul dispõe de meios para proporcionar-lhes pelo menos alojamento gratuito. Tudo que puder fazer, em um sentido ou em outro, nos obrigará muito à sua generosidade.

Espero receber notícias suas, e envio-lhe um forte abraço,

Florestan Fernandes



REITORIA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

CÓPIA DE UM TRECHO DE ATA DA 501ª SESSÃO
DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, REALIZADA EM
13 DE ABRIL DE 1961 (Livro 23, fls.)

N.º

*ata de eleição
de
FHC*

" Aprova, ainda, a Ata da eleição realizada em 27 de março de 1961, para escolha do representante e suplente dos antigos alunos, em que foram eleitos o Dr. Fernando Henrique Cardoso, por 743 votos (reeleição) e Luiz Ferreira Martins como suplente, por 653 votos. O Conselheiro Maurílio Laterza congratula-se com a reeleição do Prof. Fernando Henrique Cardoso elogiando a destacada atuação que vem tendo neste Conselho. O Conselheiro Mário Guimarães Ferri congratula-se igualmente pela reeleição do Conselheiro Fernando Henrique Cardoso e pela eleição do Prof. Carlos Corrêa Mascaro que muito virão colaborar nos trabalhos do Conselho, tendo em vista o carinho que dedicam às coisas da Universidade. Com a palavra o Conselheiro Luiz de Rreitas Bueno assim se manifesta : "Em nome pessoal e no da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas quero manifestar meu júbilo pela reeleição do Conselheiro Fernando Henrique Cardoso, como representante dos ex-alunos da Universidade neste Conselho. Como membro do corpo docente de minha Faculdade, grandes serviços prestou ao ensino. Como Conselheiro deu sempre uma dedicação especial para a solução de problemas fundamentais de minha Faculdade. Solicito que este meu júbilo seja registrado em Ata". O Conselheiro Fernando Henrique Cardoso agradece as manifestações recebidas "

01-002/080

01

São Paulo, 6 de Janeiro de 1963

Meu caro Fernando Henrique:

Um abraço para você ²para a Ruth. Espere que estejam bem e continuem a aproveitar essas maravilhosas férias.

Per aqui, só uma coisa fuge da retina e me obriga a escrever-lhe com urgência. A semana finda foi cheia de "coisas". Escrevi o relatório para a Fundação e perdi muito tempo com problemas burocráticos. No dia 2, marquei um encontro breve com o Nuno, já de volta para ficar no Brasil. Nada importante: uma conversinha, no intervalo de um debate sem importância da Congregação. Conte-lhe o que o Kerr pretendia fazer pela tecnologia e dos planos aprovados, naturalmente sob sigilo e parcialmente. E disse-lhe que havia um acordo com o Kerr que ele poderia ter algum papel, se pretendesse ficar no Brasil e dar-nos a sua colaboração. Ele se interessou; e, para encurtar a conversa: dei uma saladinha, levei-o à Fundação e retornei à Congregação; graças às habilidades automobilísticas de José Francisco: tudo em poucos minutos.

No dia seguinte, conversei de novo com o Nuno. Ele obteve uma boa parcela para os seus projetos e ficou entusiasmado com as perspectivas (entre nós: algo para vinte milhões, com possibilidades para mais e até o dobro). O Kerr achava o homem para aquela área. Em vista disso, travei uma discussão com ele. Pois o Nuno pensava constituir uma instituição privada, para aproveitar a oportunidade, apontando que teria boa colaboração da Federação das Indústrias e da ONU+CEPAL. Ponderei que isso seria bom para ele, individualmente; mas não para o Brasil. Nós precisaríamos integrar a inovação na Universidade. Primeiro, para compeli-la ainda mais a sair da casca e a levar ao ambiente contribuições de caráter prático. Segundo, para formar em São Paulo um bom grupo de economistas e de técnicos. Ponderei que sabia muito bem das decepções dele; mas que nada impedia que tentássemos algo nesse sentido. Ele anuiu. Telefonei em seguida para o Dr. Cintra e marquei uma reunião para o dia seguinte. A ideia era propor a criação de um Instituto de Planejamento e de Desenvolvimento Industrial, conforme as preferências do Nuno, meio convencido de que valia a pena tentar, pelo menos. Cheguei a dizer-lhe que ele ganharia de graça uma das instituições de maior força na Universidade e que se cobriria, por ela, dos inimigos ou invejosos. De sua parte, ele afirmou que dava como certo obter, em complemento, pelo menos um \$500 mil dólares da ONU, para um plano técnico de alguns anos; e pelo menos uns 5 mil dólares por ano da CEPAL.

*Instituto
de
Planejamento
e
Desenvolvimento*

Durante a noite, refleti muito sobre o assunto. Cheguei à conclusão de que seria difícil, no fim do mandato de reitor, conseguir tão depressa uma solução satisfatória. Dentre tudo, o que o Nuno precisava era de um remanso ou de um nicho, onde iniciar a nova

etapa de sua carreira. Pareceu-me que, se nada houvesse de melhor, poderíamos usar o GESIT como base de operações e ponto de partida. Quando Ele veio me pegar em casa, contei-lhe os resultados de minhas reflexões. Ele anuiu com a estratégia - pedirmos o Instituto mas manobrar com um mínimo seguro, pois sabe que tanto você quanto eu não lhe criaríamos problemas. A conversa com o dr. Cintra deu no que eu esperava. Logo Ele disse que seria difícil tentar algo daquela envergadura; se nós não podíamos fazer algo na própria Faculdade. Em suma, colocou na própria boca o que eu achava que se poderia fazer. Foi fácil assentarmos que Ele daria ao Nuno a situação de professor-colaborador, um instrutor e uma auxiliar de escritório, para que Ele dirigisse uma subseção ou unidade de trabalho do GESIT. Penderei ao reitor e que havia de bem na solução; que na situação atual o Nuno nada teria a temer de nós dois, que gostamos de quem trabalhe e possa valer, etc.. O dr. Cintra encaminhou-me ao Fábio Prado, para estudarmos as perspectivas abertas pela portaria que criou o GESIT; as conclusões foram satisfatórias. Seria fácil criar um órgão dentro do GESIT para lidar com problemas tecnológicos. Só que o Nuno precisaria ter ampla autonomia, aparecer como um diretor ou coordenador desse órgão, para entabular negociações com a ONU, a CEPAL e outras instituições. Ele ponderou que também isso não apresentava dificuldade, desde que o órgão fosse criado dentro do GESIT, mas com um coordenador (pois não poderia haver dois diretores na mesma unidade integrativa). Dali, fomos para a Faculdade, onde eu tinha outros assuntos para tratar. Confini com o Nuno que Ele passaria por casa no outro dia de manhã. Trabalhei na escola até as sete horas e em casa até uma da madrugada (entre parêntesis: ao chegar na Faculdade fui com o NUNO conversar com o Ferri. Ele concordou com tudo; até, em aprovar e que eu fizesse ad referendum da Congregação. Ao descermos, eu disse ao Nuno que era uma pena você não estar aqui, pois você tem mais habilidade para lidar com tais assuntos. Ele arregaleu os olhos e perguntou-me: e que o Fernando Henrique teria feito? Respondi-lhe que, naquele momento, você já teria a nomeação dele no bolso... Ele está de veras espantado!).

Durante a noite, preparei um modelo de portaria, o texto de uma carta para o diretor e uma carta pedindo a nomeação do Nuno, tudo dentro da linha traçada com o reitor (esse material vai anexo; *Nuno* aprovou tudo e que eu fiz, só agregando o terceiro considerando, de ter mais técnicos). Não foi fácil para mim elaborar o texto da portaria, nem resolver os demais problemas que Ele colocava. Estudei vários modelos de portaria (do ministério da Educação) e assentei o plano: converti o Instituto numa Comissão de Desenvolvimento Industrial e de Planejamento (que ~~se~~ formava uma sigla agradável - CODIPILA e a encaixei no GESIT). O Nuno acrescentou o N, formando-se a CODILAN. Como o mais importante seria dar-lhe segurança e autonomia, até que Ele possa, no futuro, organizar um Instituto das proporções desejáveis, reduzi a elaboração da portaria ao mínimo -

inclusive deixando para nós a tarefa e as atribuições de regular e funcionamento do órgão, ideia que agradou ao Nuno. Levei toda a papelada ao Querino, que estava no Centro, para que ele desse o parecer antecipado, que facilitaria a aprovação da matéria no próximo CTA. Ele achou tudo ótimo; apenas vai agregar um dispositivo, tornando as consultas acessíveis aos interessados, da iniciativa privada aos órgãos governamentais. Daí, fui de novo à Reitoria, para submeter estachados ao parecer de Fábio Prado. Ele não estava; mas o Dr. Haroldo examinou o modelo de portaria, achando-o bom; nesse interim, voltou o dr. Fábio Prado - que também aprovou o texto. Agora, a sorte está lançada. Vejamos o que vai acontecer!

Tenho esperanças de que esse relato minucioso dê uma ideia aproximada das peripécias por que passamos; e espere que você concorde com as minhas iniciativas. A restrição fundamental, que se poderia fazer, é clara: estamos introduzindo um contrabando no CESIT, dando ênfase à pesquisa tecnológica, ainda que eu tenha elaborado um disfarce que deita a pilula - a ideia de retardamento tecnológico - como fulcro da coisa; e o critério socio-econômico como básico. O Nuno percebeu rapidamente a minha finura, mas achou que ela era aceitável e um bom caminho, para evitar desdobramentos de conflitos. Para nós, entretanto, tudo o que iremos fazer (no mínimo; em grande parte) escapa à pesquisa sociológica. Só nos resta um consólio: é que o CESIT se tornará operativo, contribuindo para desenrolar mudanças reais na estrutura da empresa industrial. O que colhe bem, a nossa ambição de fazer alguma coisa no terreno prático, no caso na área mais acessível e vital da mudança da empresa industrial. Se dispusermos de mais gente com treino e alta capacidade inventiva, poderíamos tirar proveito disso, incentivando a inserção de sociólogos no trato dos problemas de planejamento e criando um novo padrão de pesquisa integrada, combinando sociologia, economia e tecnologia. Infelizmente, sei muito bem que não podemos tirar proveito tão grande em linhas mais ambiciosas - pela inurível falta de oportunidade com que se desenrolam os acontecimentos...

As nessas cartas estão leucas - não podemos agitar motivação-resposta, etc.. Seria bem que você ponderasse essas coisas e se escrevesse com a urgência possível. Ache que o assunto é por si mais grave para ignorar suas ideias e disposições. Quanto ao mais, nenhuma novidade de mente. Quando você voltar, poderemos tratar facilmente de tudo.

Peço-lhe dar recomendações ao Bastide e ao Teuraine. Mandar-lhe lembranças de todos para vocês, com insistentes votos para que aproveitem ao máximo o fim da estadia na Europa.

Florian Fernandes

M.B. - Ache que não haveria dificuldade em liberarmos o quantum destinado a você e ao Octavio na pesquisa maior. São duzentos contos, não? Se for preciso, avise-me com urgência, para tomar providências rápidas.

(para cada um).

ff.

01.002/221

São Paulo, 1 de Fevereiro de 1963

Meu caro Fernando Henrique:

Codiplan A criação da CODIPLAN chegou ao termo final ontem, com o contrato de Nuno pela Congregação. Tudo caminhou bem, mas graças a um empenho acirrado: não dei soco a quem quer que fosse até obter a aprovação da nova portaria, os fundos necessários, os contratos, etc.. O dr. Cintra foi formidável; e o Ferri secundou-o, com eficiente sangue frio... O Kerr combinou com o Nuno um programa de bases cooperativas: cada projeto deveria ter uma contrapartida equivalente à financiamento da Fundação; pela proposta de Nuno, ele queria 25 milhões para várias coisas, inclusive o financiamento de salas para instalar a CODIPLAN. Já incluiu nas pesquisas três projetos, dois muito caros - 7 milhões e meio cada um. Pois bem, esteve o equivalente da Comitex e da GEIMAPE. Quer dizer que ele conta com quarenta milhões para iniciar os trabalhos programados para o próximo ano. Não parece um mau ponto de partida, não acha?

Procurei o Sebastião Cunha: ele veio aqui em minha casa e se interessou pela proposta. Depois falou com o Nuno; do primeiro sofreu um acidente, que o imobilizou na casa dele. Fui lá; mais tarde, também foi o Nuno. Contudo, apesar do nosso empenho e do interesse dele parece que não chegaremos a um acordo. O Cunha quer trabalhar em tempo parcial; o Nuno quer que ele trabalhe em tempo integral, embora todos nós fechássemos um olho para as atividades que ele realizaria num escritório que ele e o pessoal do Plano de Ação vão criar. Lamento. Gostei dele e acho que seria uma excelente aquisição. O Nuno tem um plano alternativo: atraí-lo para a direção de um dos projetos grandes, e que conciliaria todos os interesses. Mas não é a mesma coisa. Nas conversações para conseguir o assistente (como instrutor), não se alcançou até agora uma pessoa de mesmo nível. Ao contrário, até um deuter, antigo aluno de Nuno (Abdalla), foi recusado por ele. Agora, suas atenções se concentram num antigo aluno que é professor na Faculdade de Ciências Econômicas de Santo André. As dificuldades relacionam-se com o nível de retribuição, pois o sujeito tem uma posição sólida e antiga numa empresa industrial. Chama-se Wilson Saraiva e o Nuno acha que é ótimo elemento.

Sugeri ao Nuno um plano para ele comprar sua equipe com maior rapidez - usando umas cinco bolsas da Fundação para aperfeiçoamento. Na seleção de pessoal a coisa não está ainda indo bem. Consegui um rapaz de Minas (Ivan Othello Ribeiro) e indiquei alguns da Faculdade - entre os quais, só passou com tolerância o Mario Campos Pereira. Mesmo o de Minas precisou de boa vontade para ser aceite. Apelamos para o Paulo Singer - mas parece que o elemento bem em flôr é manga de colete. São "observados" antes de tempo pelos interesses estabelecidos... E nada se pode fazer para contrabalançar as coisas. Mostrei ao Nuno que não há outro caminho: se o sujeito não se decide a fazer "carreira científica", não se compece

com a U.S.P. e seus níveis de salário... Talvez por isso ele decidiu descer as exigências. Até que você e o Octávio voltem acho que o assunto estará resolvido, não sei se no nível das cinco bolsas.

Trabalhei também na distribuição da verba do Plano de Ação, colaborando com o Ribeiro. A nessa faculdade tinha vários representantes, incluindo o Ferri. Ele quis abster-se a parte da escola, para distribuir. Mas se começou a ceder, pois sugeri que se desse prioridade aos problemas centrais da escola, porém dentro da comissão. O resultado foi que abocanhámos uma porção enorme da verba; só falta o dr. Cintra aprovar. No pequeno grupo da Faculdade só consegui três coisas para nós - um assistente em tempo integral para a cadeira; dois pesquisadores para o GESIT e 480 contos para despesas deste. Lutei pelos dois cargos de professor colaborador, para você e o Ianni, mas não consegui êxito. Nem o Ferri nem o Eurípiades cediram. Para não perder tudo, aproveitei o avanço para reduzir as exigências a um assistente que a cadeira perdesse quando se dera a transferência da Maria Izaura. O argumento que usaram contra mim; não se dera tratamento equivalente a outras cadeiras; vocês não são livre-decentes. Contudo, se o dr. Cintra continuar na reiteração acho que conseguiremos resolver isso no próximo embate.

O trabalho no GESIT não vai tão bem quanto seria desejável. Eles estão trabalhando com grande afinação, agora, na seleção dos casos. Porém, perderam as tabelas (pelo que esclareceu o Zé Carlos apenas uma parte), por não terem cruzado direito os estratos das amostras. Hoje, vejo que mesmo os melhores ainda são relativamente imaturos; gosto deles hoje muito mais que antes, pois os conheço melhor. Mas essa circunstância dá uma visão clara das limitações de cada um. Em regra, a falta de conhecimento teórico básico suficiente no campo é a barreira geral. Além disso, um adestramento prévio em pesquisas similares. O que tem de comer um terreno maior é o Cláudio, o mais simpático de todos. O mais sólido, é o José Carlos, mas com lacunas de formação teórica muito sensíveis. O que tem mais garra é o Leônicio, prejudicando-se demais por uma preocupação carreirista chocante para uma pessoa de sua inteligência e que foi decididamente favorecida por mim ou por você. A Lourdes Sola, depois de uma fase de atritos e desajustamento, está indo bem e formou a melhor dupla de pesquisadores. O Gaby, tão criticado pelos colegas, foi o único que acertou os prognósticos quanto a confecção das tabelas. Ele me assegurou que as tabelas iam ser úteis, de jeito em que estavam sendo feitas; a minha resposta, na linha da má vontade geral contra as iniciativas dele; foi áspera, pois lhe disse que ele faria melhor se fizesse o trabalho correr. Agora, no ponto final; ele estava com a razão. Tenho de fazer este resumo para que você avalie o pé em que estão as coisas. Na fase que se inicia com o estudo de casos, parece que tudo andará melhor; cada qual mais compenetrado de suas obrigações e mais consciente da importância do trabalho no terreno teórico e empírico. Todavia, ainda não se conta com a tabulação e os casos foram selecionados sem o uso da amostra prévia! Estou convicto de duas coisas: primeiro, agora

tenho plena certeza que estava certo, na orientação que dei ao projeto. Várias vezes fiquei desapontado com as atitudes pouco entusiastas de você e principalmente de Ianni, que chegou a fazer uma afirmação de que não me esqueci: "nós não podemos alterar a concepção que é senher tem de pesquisa". Eu havia pensado o projeto, centralmente, como um meio de treinamento; e que restasse, no plano teórico, seria "lucro". Não poderíamos externalizar fundamentalmente esse propósito, por causa das circunstâncias; um centro de pesquisas e um projeto tão caro não poderiam ser vinculados a uma pesquisa de treinamento adiantado. Se tivéssemos escolhido qualquer alternativa mais complexa e ambiciosa, as coisas teriam saído bem piores... Segundo, você tem de empalmar a direção de GESIT de verdade. Já insisti em que os coordenadores de pesquisa assumam os seus papéis. Mas, e Luiz não está integrado no projeto; e há relutância por parte do grupo em aceitar uma ascendência maior de Leônio. (Isto foi feito uma manhã, em que discutí com eles o roteiro de estudo de caso; aí, li o trecho da sua carta, em que você mencionava algumas lacunas de mesmo, precedentes da falta de domínio do setor tecnológico). Só você poderá fazer isso e tenho a impressão que é um dever que lhe cabe. Como eles gostam de você, não surgirão obstáculos; de outro lado, você é o chefe e boa parte das inconsistências resultaram da colaboração ou da assistência esporádica que lhes foi prestada de nossa parte (incluindo-se aí todos nós três: F.H., O.I. e F.F.). O melhor seria você projetar um mecanismo de liderança democrática que lhe permitisse fazer as outras coisas sem perder de vista a qualidade e a complexidade de ponto de apoio pessoal que os nossos pesquisadores jovens necessitam. Ao voltar, analisaremos melhor tudo isso. É que se torna urgente pelo menos mencionar o que parece essencial, para não deixarmos tudo para a ocasião. Refletindo sobre os diferentes aspectos da situação, você certamente virá com ideias novas e disposições criadoras.

Tenho mais alguma coisa para dizer. Mas acho melhor deixar um pouco para a carta ao Octavio. Como vocês estão juntas, se permutarem as leituras poderão completá-las...

Fiquei muito contente com os êxitos que você está alcançando em Paris. Espere que suas exposições tenham merecido uma avaliação condigna e que o sucesso não suba à cabeça. Não há inteligência que resista a este influxo. Você começa a colher os louros e as homenagens de uma carreira laboriosa; mas, para que eles sejam frutíferos, é preciso que você não penham os seus alvos no mesmo nível daqueles que os que o avaliam. A cada passo, é preciso pôr os limites um pouco mais para a frente; isso desorienta os outros, mas garante a fecundidade da gente. De qualquer modo, eu sabia que vocês iam fazer sucesso e fico muito contente em que as coisas saíssem como deveriam ser.

Peço-lhe enviar meus abraços à Ruth e aceitar, com as minhas felicitações, um saudosíssimo abraço,

Christau Foucault

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Universidade de S. Paulo

Gabinete do Reitor - S. Paulo, 5 de Maio de 1963.

Caro Fernando Henrique

Minha gratidão pessoal a Você não precisaria de ser afirmada em carta porque não há palavras que a exprimam. A Reitoria, de seu lado, só pôde significar o agradecimento ao que Você fez no interesse público, proclamando o muito que espera de Você.

Há homens que não se pertencem. O que o espera é inevitável. Desejo, apenas, que sua carreira de professor possa ser amplamente realizada, apesar das responsabilidades que convergirão, necessariamente, a um homem que, como poucos, pôde recebê-las.

Um dia chegará em que todo o talento de um brasileiro, poderá ser aplicado, exclusivamente, ao campo de ação de seu interesse pessoal. Para que chegue esse dia, precisamente, é que Você será um dos sacrificados de sua geração.

(Ass.) Cintra

01.0021/224

São Paulo, 8 de Junho de 1964

Meu caro Fernando Henrique:

Se é possível ficar-se contente, as notícias de sua carta de 24 de Maio foram confortadoras. Apraz-me saber que você está satisfeito com os arranjos que conseguiu fazer e está num posto superior ao que possuía, tanto pelas perspectivas que abre, quanto pela satisfação e pela renda que confere. Sobretudo, alegrou-me o tom de sua carta, o qual revela que você superou o choque que sofremos.

A situação, pelo menos por enquanto, está estacionária. O panorama sofreu certa distensão e não se sabe o que irá acontecer. Ao que parece, são muitas as pessoas empenhadas em impedir que aconteça aqui o mesmo que sucedeu no interior e em outros estados. No entanto, é impossível dizer-se o que isso representa. Só daqui alguns dias (ou meses) estarei em condições de proceder a afirmações concretas... O clima ainda é de expectativa. A chamada "caça das feiticeiras", porém, não se consumou por enquanto nem se sabe se ela ocorrerá.

Fundando-se nessas aparências, não são poucos os que acham que você exagerou. Na carta anterior, minha opinião era de que você estava, pelo menos, seguro e em condições de continuar seu trabalho - são muitos aspectos sem enfrentar muitos dos inconvenientes com que arrostamos e que irão aumentar, aos poucos. Ainda estou indeciso. Como lhe disse, pessoalmente não era adepto de sair do país sob coação e achava que era meu dever assumir minhas responsabilidades à frente do barco. Todavia, não sei se terei (ou não) que pagar um preço elevado por essa decisão. Agora, as saídas não são tão fáceis. Os que não aproveitaram o momento azado, poderão ter de aceitar penosas condições de reajustamento, fora das ocupações normais. Eis aí o dilema. Ele não me atormenta apenas, só com o tempo poderei dizer o que seria melhor, considerando-se as coisas de ângulo estritamente egoístico.

Fiquei triste com a notícia de que você desistiria do concurso, coisa que eu temia iria suceder. No entanto, não posso mudar os planos, como você sugeriu. Quando recebi sua carta, já havia feito a inscrição para o concurso. A secretaria tem em seu poder a papelada e considerarei a tese entregue, pois ela está na tipografia da escola (o deslocamento de exemplares - é questão de rotina, que não me diz respeito). No resto, valem as razões que já lhe dei. Estou cansado de enfrentar críticas fundadas ou infundadas, para acrescentar mais um motivo desse tipo. Mas considero útil você escrever ao Octavio. Ele passa por altos e baixos. Ora se entusiasma com a perspectiva; ora se apresenta desanimado. Talvez, como de resto todos nós, alimente a secreta esperança de que você possa vir e submeter-se às provas. Decidiu inscrever-se com o trabalho pronto, portanto sem título de livre-docente - é uma desvantagem muito grande para ele, a qual se soma à disparidade na carreira ocupacional. Mas, se você desistir, essa seria a alternativa imperiosa. Disse-lhe que ele próprio deveria decidir-se (como o fez com relação ao trabalho de inscrição). Não posso assumir qualquer responsabilidade, já que também em nada (ou em muito pouco) poderia influenciar as coisas... Todavia, ponderei que ele nada tem a temer. Se fi-

- 2 -

zesse o concurso em nossa cadeira, sairia livre-docente. Ora, isto é o mínimo que obterei nos outros planos. Há de quebra a possibilidade de ganhar uma espécie de sorte grande. Por isso, entusiasmeio-o por essa linha. Talvez você possa ir mais longe. O prazo (para ele) termina dia 7 de Julho...

O dr. Fernando veio visitar-me. Era uma manifestação de solidariedade, que ele estendeu explicitamente a todo o nosso pessoal, em particular, a você. Disse que considera o nosso um dos melhores grupos de sociólogos da América e que seria um descalabro a pulverização do grupo, pois isso acarretaria um prejuízo insano para a Universidade e para o Brasil. Como você vê, o "velho" é uma pessoa com quem se pode contar e infinitamente superior à média. Foi muito decente - nos atos e nas palavras. E olhe que a coisa não deve ter sido muito fácil para ele, dadas as relações recentes, com todas as incompreensões e tensões que as pontilharam.

- protesto -

Eu gostei da sua carta. Algumas de suas partes são de alto teor, muito dignas e de sentido muito construtivo, além de corajosas. Contudo, aqui ou ali você derrapou, fazendo afirmações que poderiam ser excluídas com vantagem para o texto e o objetivo visado. Também formei a opinião que, no conjunto, era o mínimo que você poderia e deveria fazer. Mas o Ferri não quer submetê-la à consideração da Congregação. Afirma que a carta lhe foi dirigida e que cabe a ele decidir do destino mais conveniente. Estou estudando o melhor caminho a seguir. Ele põe as coisas em tais termos, que me dificulta o expediente mais simples de lê-la pura e simplesmente na próxima reunião da Congregação. Por enquanto, achei conveniente consultar alguns amigos, o que tem a vantagem de obrigá-los a ler a carta. Algumas sugestões possuem teor construtivo, ensinando-me que nem todos recebem tão mal a iniciativa sobre a qual venho cogitando. Combinei com a Ruth tomar uma decisão final no momento em que tiver de aproveitar a oportunidade ou adiá-la. Por enquanto, meus parabéns.

Para surpresa minha, muitas são as pessoas - nossas amigas reais - que defendem o raciocínio do Ferri. A carta seria um precipitador de decisões que permanecem em suspenso, com benefício (indireto e covarde, mas real) de você mesmo. O próprio Cândido assegurou-me que o reitor tem empenho em sair-se bem da entaladela e, como não é um homem de decisões momentosas, adotou essa saída de complacente temporização, visando salvar seus interesses (ao contrário do Ferri, que é pela indeferimento puro e simples dos processos, se houver coação para resolver depressa). Acho que essas razões são contingentes e não devem pesar na hora da decisão, na qual temos de tomar atitudes que afetam o fulcro mesmo da razão de ser de nossas vidas. Menciono-as, como informações e para esclarecimento do pano de fundo, no qual estou submerso e no qual deveria cogitar para decidir o que for melhor ou possível no momento azado. Dos amigos, só o Lqerte ofereceu cobertura total para um rompante que atenderia ao seu desígnio, de ver a carta reproduzida em ata.

Seja feliz e trabalhe com proveito, recebendo meu abraço sa-

do e sempre afeiçoado,

Mod. 4030-10
Secção Gráfica F.F.C.L., U.S.P. imprimiu

Alustan Fernandes

01-002/221

São Paulo, 9 de Julho de 1967

Meu querido Fernando Henrique:

Espero que tudo esteja bem com você e a Ruth e que as crianças passem bem. Não respondi à sua última carta, porque aguardava-o aqui. Surgiram dificuldades para compor a banca do Leôncio e no fim até contávamos que você viesse a tempo. Agora, sabemos que não nos adiantaria esperar...

*nomear
de
FAC?*

Assim que recebi sua carta, tratei de verificar a quantas andavam sua nomeação. Antes, esperava a substituição do reitor; então, resolvi agir. Falei com o Ferri, que prometeu tomar prontas providências. Pelo Leôncio, descobri que a Lúcia Massari lhe dissera estar o processo emperrado na Comissão de Tempo Integral. Embora me fosse sumamente desagradável, fui uma manhã à cidade universitária, em busta do Antoninho Ferri. Ele ficou naturalmente contente com a novidade, demonstrando o contentamento de modo prático. Resultado: a nomeação saiu tão depressa, que me surpreendeu. Agora, a Faculdade comunicou-me oficialmente que sua nomeação se dera (cf. Diário Oficial, 2/6/1967) e, em ofício do dia 5 do corrente, pede-me, com a MÁXIMA URGÊNCIA (está assim na fórmula do ofício) o seu comparecimento à seção de pessoal, "munido com cédula de identidade, 3 fotografias 3 x 4 datadas e selo taxa médica no valor de NCr\$0,10, a fim de retirar a requisição para submeter-se a exame médico no Departamento Médico do Serviço Civil do Estado".

Aproveitei o Ary Dillon Soares (não sei porque não o chamo de Glaucio: com tantos nomes, acanha-me escolher um) e sua boa vontade para enviar-lhe esta comunicação. Você pode deprender quão importante vem a ser a sua vinda urgente, pois da pos se fica dependendo a fixação dos seus direitos adquiridos. Agora, parece que você vai ter de se conformar com quebrar castanhas no ILPES, para embarcar o mais depressa possível e contar com tempo suficiente para ficar aqui pelo menos até o fim deste mês. No interim, tomaremos as outras providências. Com o Ferri na Reitoria é provável que não tenhamos dificuldades maiores.

*USP
J
P. Bergu
man*

Estou na banca da Paula. As dificuldades que tenho são tremendas. Ela elaborou um trabalho que é rico de ideias, algumas fundamentadas e penetrantes. Mas, o trabalho não passa disso. Não posso agir contra ela; mas fiquei consternado e decepcionado. Ao que parece, os "puros" são os piores. Ao fim da minha carreira, quase, já não sei em que me apegar, para continuar a ter confiança no futuro da U.S.P.. Os mais belos ideias se foram com os rumos que a nossa cadeira tomou, preferindo uma orientação que me parece muito estreita, sectária e indigna de uma formação científica correta. Agora, depois dos dissabores causados pelos IPM e Cia., com a certeza que nada defende o futuro das universidades brasileiras, vejo as piores e mais mesquinhas lutas pelas cátedras (política, antropologia e economia). São os

- 2 -

enku
a
USP

jovens que mostram apetites ignorados - sem demonstrar, ao mesmo tempo, igual disposição para fazer uma carreira digna do apetite, e os "antigos", como a Paula e a Gioconda, que se dispõem a mostrar que todos os humanos possuem as mesmas aptidões para agir racionalmente, com relação a fins (sem se questionarem a respeito da natureza dos fins, dos meios e do que sua ação representa para a USP). Estou muito farto de tudo e continuo o mesmo porque não sei ser de outro jeito. Não fosse estar tão atolado em tudo isto, começaria vida nova em outro tipo de atividade. Acho que já estou saturado da espécie de hipocrisia que reina em nosso pequeno mundo acadêmico, tão ~~caso~~ e sufocante, quão mesquinho na condição humana dos que neles se movimentam.

Até tive de ponderar, de público, numa reunião da nossa Secção, que "pior que o catadático é o candidato subreptício a cátedra". Não há verdadeiro idealismo nem disposição aberta para lutar por coisas que valham a pena. Perdemos terreno continuamente na competição internacional com outros centros de estudos. Ninguém se dá conta disso e parece que vivemos no mundo da lua. Uma eterna disposição para reformar - mas ninguém pensa em reformar a atitude reformista, algo como que uma erva daninha, que esconde ao brasileiro a dura realidade da situação em que nos encontramos. Enquanto se agitam as bandeiras de reestruturar, de reformar, etc., as consciências se acalmam e todos aguentam a rotina, com a anulação das vontades e do espírito crítico.

Enfim, quando você vier verá com os próprios olhos. Nada melhor do que estar longe para ver melhor e mais fundo. Estamos dentro do poço sem fazer nenhuma espiagem intelectual e moral. Por conseguinte, não existem perspectivas rápidas e eficientes para coisa alguma. O Governo não é a pior coisa, visto deste ângulo. É o prêmio que merecemos e a cobertura do poço que ele próprio não criou.

Estão me chamando para o almoço. Desculpe-me parar assim, abruptamente; o essencial está dito. Espero ansiosamente que você resolva as dificuldades e que tudo possa correr normalmente. Abraços para você e para a Ruth, com muitas recomendações para o Paulo Henrique, a Luciana e a Bioca,

Guastave Femande

* Para os filhos da Eunice e do
João Batista, que marcaram
o que se deve entender por (em forma)
caricaturas e oportunismo. Agradeço.

01.002/221

São Paulo, 25 de Março de 1968

→ Concurso
di
FHC

Meu caro Fernando Henrique:

Recebi sua carta e falei com Ruth. Acho tudo ótimo e *calado* estou ansioso para que o concurso se desenrole com normalidade e venha a premiar o seu talento. Acho que vai ser uma "barbada". No entanto, o Ruy tem evoluído de forma estranha e fico apreensivo dêsse lado. Catedralizou-se (ou catedralizizou-se?) de modo completo e total, usando as posições que possui para defender a ordem legal...

Contudo, abho que não há nada que voce deva temer. Dadas as disparidades dos concorrentes, não ha "Santo Antonio que aguenta". Mesmo que eu não venha a estar na banca (pois não sei se voltarei para o cargo, do qual me demiti; e, se reconsiderar minha decisão, se a Congregação irá me elger, já que irão impugnar a minha neutralidade...). Sob êsse aspecto, nada ha a temer também. Há uma verdadeira euforia de todos, ao sabermos de sua disposição. Os mais prováveis, depois de mim, são o Sérgio e o França, que morrem de amores por você. O perigo está no C.T.A., manobrado pelo Ruy. Será difícil que êle consiga todos os três - e todos do "contra". Em todo caso, no futuro a Ruth escreverá para você e colherá sua opinião.

O fato de eu ter me demitido nada tem de grave. O que ocorre é que "estou cheio". O clima não é mau - é o mesmo que você conhece. Qualquer pessoa pode aguentá-lo durante 15 ou vinte anos. Mantenha o seu entusiasmo e venha com o pé na tábua, como dizia o célebre governador da "Revolução".

Mod. 89-03 041 - 100x50 - 8/66 Abraços saudosos,
Secção Gráfica F.F.C.L., U.S.P. imprimiu

Fernando Henrique

22/4/70

University of Toronto

DEPARTMENT OF SOCIOLOGY
563 SPADINA AVENUE
TORONTO 179

04-016/153

1

Toronto, 22 de Abril de 1970

011000 0002

Meu caro Fernando Henrique:

Ontem voltei de Wiedenbrück, onde estive por causa do coloquio organizado pelo prof. Gräbener sobre populações marginais negras na A.L.. Aproveitei a ocasião para ~~reditar~~ ^{reformular} a questão da dotação que o dr. Steger queria oferecer-me, com fundos da Fundação Volkswagen. A oferta era generosa mas eu estou muito velho para mudar certas ideias. Por isso, estou inclinado a voltar ao ponto de partida. Na ocasião, sugeri uma transferência. Mantive a mesma posição, só que em vez de uma alternativa entre Octavio e Luiz sugeri aplicação em dois grupos distintos.

O projeto que você havia enviado me foi entregue para ler. Informei que o CEBRAP tem condições, de organização, pessoal e idoneidade científica, para receber o apoio requerido. Doutro lado, disse que vocês merecem uma prioridade especial, por causa de motivos que não vem ao caso mencionar agora.

Ficou assentado que, na hipótese de vocês ainda estarem interessados, deveria organizar um projeto de pesquisa em tema que possam explorar dentro de um prazo a ser estipulado. Seria o caso de você reunir o grupo e ouvir a opinião dos que subscreveram o projeto de pesquisa enviado. Talvez queiram iniciar algo novo ou, como no caso, terminar algo velho... Embora não ventilássemos cifras, acho que o financiamento poderá ser cogitado na ordem de equivalente de 15 ou 20 mil dolares. Como será o início de uma colaboração, penso que se trata de uma oportunidade a ser levada a sério.

Doutro lado, há grande interesse em enviar alguns pesquisadores ^{alemaes} para participar da pesquisa. O assunto pode ser mencionado no projeto mas não discutido, porque o financiamento sairá de outra fonte. Vocês têm interesse na sugestão? Eu acho interessante, porque está prevista uma reciprocidade: a ida de pesquisadores de vocês para a Alemanha, se quiserem tal colaboração científica.

A coordenação inicial será feita pelo dr. Gräbener, que eu penso ser seu conhecido, através da ADLAF. Há certa pressa, porque queriam ter o projeto avaliado e aprovado (ou rejeitado, hipótese muito longínqua) até fins de maio. Direção:

~~Gräbener~~ Arbeitsgemeinschaft Deutsche Lateinamerika-Forschung
Z.Hd. Jürgen Gräbener
48 Bielefeld
Koonstr. 25

(Z.Hd. = aos cuidados)

Mas, se for necessário, o dr. Steger irá ao Brasil para contactos pessoais.

Gostaria de receber cópia da correspondência, para eventualidade de ter de emitir opinião a respeito. Essa hipótese também foi considerada.

Envio-lhe um abraço muito cordial, recomendações aos colegas do CEBRAP e lembranças especiais para o Ianni,

Florestan
Florestan Fernandes

University of Toronto

DEPARTMENT OF POLITICAL ECONOMY
100 ST. GEORGE STREET
TORONTO 5
CANADA

Toronto, 6 de Outubro de 1970

Meu caro Fernando Henrique:

Espero que você tenha feito uma boa viagem e aproveitado o Congresso Mundial de Sociologia, bem como os encantos de Varna. Soube que você não se descuidou do elemento estético e aproveitou bem o tempo.

Não me foi possível despedir-me de você. Telefonei para sua casa, a empregada não sabia a companhia nem a hora de partida. Disse que era no aeroporto que fica perto de casa. Fui para lá com o Junior. Procuramos vocês por todo o andar térreo (internacional e nacional, pois poderia estar em jogo um ponte aérea). Só dias depois o Paulo Henrique explicou que vocês estavam bebendo no andar superior, por causa do adiamento do voo... E foi um a dureza para nós, pois naquele dia a Myrian sofreu uma trombada homérica, que poderia ter consequências desastrosas. Estávamos nervosos e não me ocorreu procurá-la também no lugar que seria mais agravado, para tomarmos uma cerveja geladinha.

*trabalho
no
coração*

Comecei o trabalho no novo departamento. Estou com uma "carga" que corresponde três ou quatro vezes ao volume de obrigações (previsto e acertado previamente). Enfim, mais um ano em que serei puramente um professor, sem qualquer perspectiva de ampliar minhas leituras e de fazer algo interessante. Na medida em que estou fatigado do ensino e não tenho aqui a mesma motivação que teria no Brasil, a perspectiva é enfadonha. Pura venda comercial da capacidade de trabalho, embora me devoto às obrigações com um senso de dignidade profissional e com um espírito crítico que faz parte da minha segunda natureza humana.

olhos

Não recebi mais nenhuma notícia da Alemanha. Não sei se o pessoal de Bielefeld tem ou não se comunicado com você. As coisas são estranhas, pois praticamente estavam com o dinheiro na mão e exigiam rapidez na decisão. E, pelo menos por enquanto, fico suspeitando que o Gräbener acabou não podendo fazer o que pretendia. A minha última carta foi para aprovar os dois projetos (o do CEBRAP e o do Luiz), o que me deixava de fora. Mas, se houvesse alguma evolução positiva, vocês me diriam ou o próprio Gräbener me comunicaria. Tudo mostra que os alemães são complicados. Tive um bom exemplo com um livro que pretenderam organizar e publicar, e que se tornou impraticável porque houve luta "política" por decisões e prestígio, entre pessoas que se supunham com direitos sobre os meus próprios trabalhos... Enfim, o mundo atormentado do intelectual possui um elemento de frustração que pode se tornar perigoso mesmo nas relações entre amigos. O pior é que não pude defender os meus interesses, por causa das pessoas envolvidas, perdendo uma excelente oportunidade editorial.

Qualquer coisa em que possa ser útil a vocês me dará muito prazer. Recomendações para a Ruth, o Paulo Henrique, a Luciana e a Bioca. Um grande abraço para você,

Flacciano

01.0021/2.21

Toronto, 14 de Outubro de 1971

Meu querido Fernando Henrique:

pelo
relatório
do
Brasil

Como vão as coisas? Muito trabalho? E como vão a Ruth, o Paulo Henrique, Luciana e a Beatriz? De vez em quando chega uma notícia daí, mas o que se consegue quase nada...

amizade
do
Brasil

Tivemos conversas muito agradáveis, como nos velhos tempos em que vocês viviam na rua Nebraska e nós dois praticamente vorávamos todos os assuntos. Para mim mais que um prazer, embora não tenha sido o equivalente do "passado perdido". Nós estamos todos empenhados na conquista do futuro, pois não? E as conversas são importantes por isso, já que mantemos a mesma fé na razão e na ciência, ainda que sejamos, hoje, menos "ingênuos" a respeito do contexto histórico ou mais "maduros" quanto ao processo político. Uma confluência criadora, dada as circunstâncias.

curso
no
Brasil

De volta à rotina, com um curso novo e em nada preparado, estou praticando-me desdobrando. Poderia repetir um curso que dei em 1969, que era mais uma discussão das teorias sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento que sobre as "sociedades da L.". Todavia, isso não me agradaria e preferi desenvolver certas ideias, que aparecem em vários de meus trabalhos, fazendo uma espécie de história comparada de mistura e uma sociologia marxista. De imediato, puz de lado os cursos que poderia considerar no ponto de partida, já que eles evidenciam muito mais as necessidades da matriz de organizar a modernização para os seus próprios fins.

muito
com
fórmula
do
Brasil
novo
do
Brasil

Dois novidades apenas. O José Air parece-me encantador como pessoa. Inteligente, culto e bem falante: a expressão mais acabada do "intelectual de proa". Além disso possui uma formação teórica marxista invulgar na L. (e muito gramsciana). Temos boa camaradagem e gostaria de manter-me nesse pé. A outra é quase incrível. Em São Paulo, eu era criticado por falta de ideologia. Aqui, nas avaliações dos cursos, em reconhecer a minha competência e dedicação, foi lamentado meu desinteresse pelo ing e, inversamente, apontado como perturbador o meu "blatant marxism". No entanto, alguns alunos ficaram "fiéis" e dentro agora vários alunos que ~~queriam~~ procuram fazer comigo dois cursos. Em suma, apesar da consistência dos movimentos de esquerda entre os jovens, em matéria a orientação "profissional" aqui é mais acentuada.

Espero que nos veamos de fato no México. Você vai escrever o "paper" que caberia a Polanizac? Ou já escreveu? Quanto ao trabalho que me entregou, dentro em breve posso-lo para o Air: com a divisão que estabelecemos, ele é que vai cuidar dessa parte mais moderna.

Recomendações para a Ruth e o pessoal. Um abraço sauloso para você,

Flora

1941

University of Toronto

01-002/ 22

DEPARTMENT OF POLITICAL ECONOMY
100 ST. GEORGE STREET
TORONTO 5
CANADA

Toronto, 17 de Janeiro de 1971

Meu caro Fernando Henrique:

Válio
de
Toronto

Não tivemos tempo de nos despedir. Você foi guarujar com a família e eu vim para cá, quem sabe se para torontear... O frio está brabo como nunca: não dá vontade de pôr os pés lá fora, para aguentar a neve e o frio gelado. Por isso, torontear não é lá grande coisa. No máximo, ficar gelado que nem picolé. A cidade é bonita e fica verdadeiramente linda nesta época. Mas torontear é ficar dentro de casa, lendo "papers" dos estudantes, preparando aulas e sonhando com o Brasil.

Desta vez tenho muito que agradecer. Você foi muito gentil. Não só ao rejeitar o convite mas principalmente no entender de minhas razões. Além disso, a reunião em sua casa estava excelente. Só lamento o J.B. que você desperdiçou e do qual não pveei: modestamente, estava fixado na cerveja. Foi uma alegria rever tantos amigos de vez e principalmente por ser na sua casa.

Válio
no
Brasil

De tudo resultou uma ponta amarga. A Heloisa, que eu não sabia ter tomado minha situação a sério, quis saber o que eu havia decidido. E ficou aborrecida comigo. Dei-lhe uma ideia por alto da minha posição, no passado e no presente, e deixei o resto por aí. Essas coisas, quanto mais se discutem e explicam, piores ficam. O que é normal, no nosso entendimento, pode tomar cores diferentes na compreensão dos outros. E consequência, tenho de escrever ao Octávio (com quem ela tinha falado) e fico maluco se há realmente matéria para mal entendidos. Penso em particular no Candido Procopio no Paulo, no Juarez e demais companheiros que estão no CEBRAP. Por não falar deste mundo não magoa-los e, ainda mais, vê-los estremecidos comigo e afastados de mim. Você acha que haveria motivos para isso? E poderia ajudar-me, explicando-lhes a minha posição, orientação, que não envolve senão razões impessoais e quem sabe algum tradicionalismo "disfuncional"?

Na minha busca por alguma ocupação - que é preciso ter uma - o melhor que arranjei foi uma acomodação com a E. N. . Escrever livros didáticos (não acho que possa ir além de dois) e fazer traduções, não é mau. O que eu não esperava é que iria encontrar resistência aqui. O chairman do departamento em que trabalho considera-me uma pessoa valiosa e não quer que eu me afaste; chegou a propor-me um permanente trabalho base de um semestre por ano (isto é, quatro meses, ou menos que isso). Estou pouco inclinado a aceitar, mas não vejo mal em completar este ano todo, para fazer face aos compromissos...

Um abraço para a Ruth e os filhos. Um reconhecido abraço para você,

Flaciano